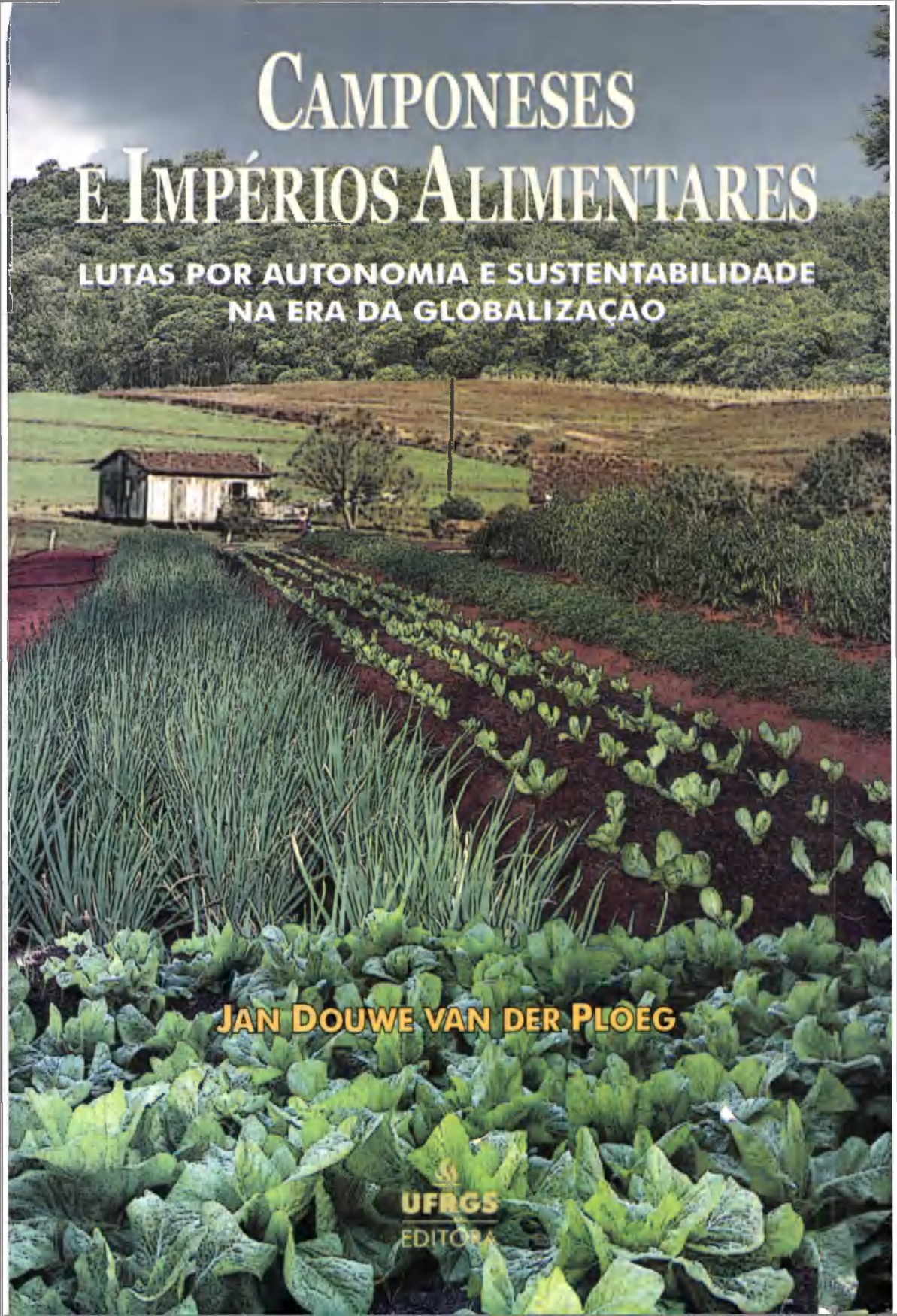




CAMPONESES E IMPÉRIOS ALIMENTARES

**LUTAS POR AUTONOMIA E SUSTENTABILIDADE
NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO**

JAN DOUWE VAN DER PLOEG


UFRGS
EDITORA

CAMPONESES E IMPÉRIOS ALIMENTARES

**LUTAS POR AUTONOMIA E SUSTENTABILIDADE
NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO**

JAN DOUWE VAN DER PLOEG

© de Jan Douwe van der Ploeg

1ª edição: 2008

Título da edição anglo-americana original: *The New Peasantries: Struggles for Autonomy and Sustainability in an Era of Empire and Globalization.*

Londres, Grã-Bretanha/Sterling, Estados Unidos: Earthscan, 2008.

Direitos reservados desta edição:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto

Tradução: Rita Pereira

Revisão técnica da tradução: Sergio Schneider

Revisão: Carlos Batanoli Hallberg

Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

P729c Ploeg, Jan Douwe van der

Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização / Jan Douwe van der Ploeg ; tradução Rita Pereira. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2008.

(Série Estudos Rurais)

1. Agricultura – Sustentabilidade – Globalização. I. Título.

631.115.17:338.432

Catálogo na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

ISBN 978-85-386-0029-9

Prefácio

Durante muitos séculos, o campesinato apresentava-se como onipresente e evidente. Quase não havia necessidade de pesquisar sobre ele, quanto mais de questionar sua existência. O campesinato sempre esteve presente através de uma grande variedade de expressões específicas de uma época e de um lugar, cujas principais diferenças podem ser sintetizadas através da referência aos berços grego e romano da agricultura européia. Na cultura grega, o camponês era um homem livre que praticava a agricultura de forma orgulhosa e independente. O γεωργος (*gheorgos*) grego representava o sublime. Em oposição, na tradição romana o camponês era subordinado, uma condição que ainda tem reflexo na atual palavra italiana para camponeses, *contadini*, que significa literalmente “os homens do senhor” – subordinados, maus, feios e incapazes de controlar o seu próprio destino. É claro que, em cada lugar específico, a luta pela liberdade e o perigo da subordinação se acompanham, nunca estando longe um do outro. A expressão mais reveladora dessa ligação íntima é, provavelmente, aquela desenvolvida por Bertolucci em seu filme seminal *Novecento*. Em uma cena pungente, vemos o camponês feio e, à sua frente, o dono da terra, *il padrone*, explicando que os salários iriam baixar e as rendas aumentar. Para expressar sua oposição, o camponês pega em uma faca e corta – de um só golpe violento – sua própria orelha. Esse ato pretende tornar claro ao senhor da terra que o camponês não irá mais ouvi-lo, nem aceitar suas explicações. Em torno dos dois, está a família do camponês: a mulher e os filhos pequenos, que choram e estão sofrendo com a fome. Então, num momento comovente, o homem, agora mutilado, parece procurar de novo sua faca, o que nos leva a pensar que ele irá matar um de seus filhos, talvez para acabar com seu sofrimento. Mas, ao invés disso, ele pega sua flauta e começa a tocar uma doce melodia para confortá-los.

A subordinação e a desobediência, a humildade e o desejo de liberdade, o feio e o sublime estão intimamente ligados e, assim, constituem uma combinação inegável de elementos opostos, uma combinação na e através da qual um dos elementos provoca o outro e vice-versa. É precisamente isso que Bertolucci demonstra de forma magistral. E esse é, também, um dos temas centrais deste livro.

No mundo de hoje, o campesinato já não é uma realidade evidente, e as tensões inerentes a esse conceito já não parecem ser relevantes. Aparentemente, no mundo moderno não existe lugar nem interesse para esse estranho fenômeno com a face de Janus. Grande parte do interesse no campesinato ocorreu durante as grandes transformações dos últimos dois séculos, e muitas das teorias resul-

tantes colocaram o camponês como um obstáculo à mudança e, por isso, como uma figura social que deveria desaparecer ou ser progressivamente removida. Teoricamente, os camponeses têm sido retirados de suas terras, e suas casas tomadas por “empresários agrícolas” – bem preparados para obedecer à lógica do mercado. Essa visão pode admitir que alguns camponeses ainda existam em lugares remotos, tipicamente em países em desenvolvimento, mas, segundo ela, eles irão certamente desaparecer à medida que o progresso avança.

Neste livro, sustento que, por trás dessa invisibilidade construída, que é amplamente fortalecida pela conotação negativa que a palavra “camponês” tem na linguagem cotidiana, há uma realidade empírica na qual existem muito mais camponeses do que antes. Em todo o mundo, hoje existem cerca de 1,2 bilhão de camponeses (*Ecologiste*, 2004; Charvet, 2005). “Afim, os pequenos agregados familiares agrícolas ainda constituem cerca de dois quintos da humanidade” (Weis, 2007, p. 25). Entre eles estão milhões de agricultores europeus que são muito mais camponeses do que muitos de nós imaginamos ou queremos admitir.

Face à combinação perturbadora da invisibilidade com a onipresença, este livro segue três linhas de raciocínio interligadas. A primeira centra-se na natureza contraditória da condição camponesa, definindo-a como a luta constante por autonomia e progresso em um contexto caracterizado por padrões de dependência múltiplos e pelos processos de exploração e marginalização associados. Os mecanismos básicos através dos quais essas lutas se desenvolvem ultrapassam as especificidades do tempo e do espaço. Contudo, a prática agrícola também pode se desviar desses três mecanismos básicos, indo, por exemplo, na direção da integração ao sistema e não da autonomia. Assim surgem novas formas, padrões e identidades, tais como a do agricultor empresarial.

A segunda linha de raciocínio contextualiza a primeira através da afirmação de que existe um papel crítico dos camponeses nas sociedades modernas, e de que existem milhões de pessoas que não têm qualquer alternativa a essa existência. Em muitos países em desenvolvimento, milhões de pessoas lutam para escapar à miséria (incluindo a miséria urbana) tornando-se eles mesmos camponeses – sendo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Brasil, o mais conhecido, mas não a única expressão dessa tendência. Nas chamadas partes “civilizadas” do mundo, provavelmente, chegaremos à conclusão de que um mundo com camponeses é um lugar melhor do que um mundo sem eles. Como demonstrarei, a presença dos camponeses tem frequentemente uma relação positiva com a qualidade de vida no campo, com a qualidade dos nossos alimentos e com a necessidade de usar a água, a energia e as terras férteis de forma sustentável e eficiente.

A terceira linha de raciocínio relaciona-se com o oposto: ela revela a forma como o modo de ordenamento dominante – me refiro a esse modo novo através da noção de Império – tem a tendência de marginalizar e destruir o campesinato juntamente com os valores que este traz e produz.

Assim, temos uma primeira arena que se localiza no mundo real e que será, em vários aspectos, decisiva para nossos futuros. É uma arena em que o Império e o

campesinato, onde quer que se localizem, se envolvem em contradições e conflitos multidimensionais e multifacetados. Existe, então, uma segunda arena, a qual se cruza com a primeira – a da ciência, do conhecimento, da teoria e, de forma mais geral, a batalha das idéias. Nessa arena existem, basicamente, duas abordagens contrastantes. Uma delas já foi referida – ou seja, a abordagem (ou, talvez, uma grande variedade de abordagens de alguma forma interligadas) que tornou o campesinato invisível e que não é capaz de conceber um mundo onde os camponeses sejam “possíveis”. Em oposição a essa abordagem dominante, existe uma abordagem* que está sendo desenvolvida em escala global por muitos pesquisadores; essa nova abordagem defende que a compreensão adequada da ascensão e expansão do que são, essencialmente, os mercados globais** é crucial para os estudos camponeses pós-modernos. Embora tenham existido transações de produtos agrícolas em escala global durante muitos séculos, os mercados globais agrícolas e alimentares de hoje representam um novo fenômeno que tem fortes impactos na agricultura, onde quer que ela seja desenvolvida. A importância estratégica desses mercados globais estimulou vários novos estudos que pesquisam sobre as estruturas que agora governam esses mercados. Nessas novas pesquisas, a noção de “Império” funciona como um dispositivo heurístico para caracterizar a nova “superestrutura” dos mercados globalizantes (ver, particularmente, o trabalho de Hardt e Negri, 2002; Holloway, 2002; Negri, 2003, 2006; Friedmann, 2004; Weis, 2007).

O Império, tal como demonstrarei ao longo deste livro, é um modo de ordenamento novo e poderoso. Esse modo de ordenamento reorganiza progressivamente grandes domínios do mundo social e do mundo natural, sujeitando-os a novas formas de controle centralizado e de apropriação massiva. Contudo, os lugares, as formas, as expressões, os mecanismos e a gramática do Império não foram ainda suficientemente explorados, documentados, nem desenvolvidos criticamente, particularmente com relação à prática agrícola, ao processamento de alimentos e aos novos impérios alimentares emergentes.

Tal como muitos outros, tenho estado envolvido na exploração do Império. Através da análise de uma grande variedade de mudanças na produção agrícola, no processamento e consumo de alimentos e na “gestão” da natureza, examinei a mecânica e as características do Império, bem como a nova ordem que ele acarreta. Essa análise demonstra que os impérios alimentares que emergem atualmente, os quais constituem uma característica crucial do Império, partilham de várias características, tais como o expansionismo, o controle hierárquico e a criação de novas ordens materiais e simbólicas. Existe uma conquista imperial no que diz respeito à integridade dos alimentos, à perícia da prática agrícola, à dinâmica da natureza e aos recursos e aspirações de muitos agricultores. Essa conquista se processa como uma desconstrução continuada, seguida da reformulação de muitas inter-relações e ligações que caracterizam os domínios da agricultura, dos alimentos e da natureza. As novas tecnologias e a dependência generalizada de sistemas de conhecimento institucionalizado têm um papel estratégico nessa reformulação imperial.

Os novos campesinatos têm um papel central neste livro, e acredito que é importante enfatizar desde o começo que, nos capítulos que se seguem, o campesinato não é tratado como um vestígio do passado, mas como parte integral de nosso tempo e sociedades. O campesinato não pode ser explicado através de uma mera referência ao passado, pois ele está enraizado nas realidades de hoje e, por conseguinte, deve ser explicado através das relações e contradições que caracterizam o presente. O campesinato também não está presente neste livro apenas para representar um problema, pois ele também oferece perspectivas e soluções promissoras, embora ainda quase ocultas. Assim sendo, existem várias razões para reconsiderar o campesinato e seu futuro.

Os padrões atuais de acumulação produzem níveis elevados de desemprego urbano e rural. A falta de renda e de perspectivas, a fome e outras formas de privação estão entre os vários resultados que podem ser sintetizados como a condição de marginalidade. Do meu ponto de vista, parece que, na maioria dos continentes, existe apenas um só mecanismo adequado para lidar com essa condição de marginalidade e para superá-la. Esse mecanismo consiste na ampliação do número de camponeses e em criar condições para a gestão do desenvolvimento rural e agrícola pelos camponeses.*** Estou consciente de que essa afirmação será entendida – especialmente pelos “peritos do desenvolvimento” – como falar palavras na presença do papa. Contudo, na prática, não existe qualquer alternativa e, em termos políticos, a necessidade de determinados níveis de integração não pode continuar sendo menosprezada.

Na Europa, a reestruturação imperial do mundo social e do mundo natural implica uma degradação geral da paisagem, da biodiversidade, dos meios de subsistência rurais, dos processos laborais e da qualidade dos alimentos, resultados que estão gerando a oposição generalizada de uma grande parte da população, incluindo populações urbanas. Ao mesmo tempo, a população agrícola é confrontada com um *squeeze***** da agricultura cada vez maior. Os preços estagnam, os custos dispararam e muitas famílias agrícolas são empurradas para uma condição de marginalidade. É intrigante, pelo menos à primeira vista, que nesse panorama segmentos cada vez maiores da população agrícola na Europa estejam se reconstituindo como camponeses. Esses grupos enfrentam e lutam contra a condição de marginalidade que lhes é imposta por meio da criação de novas respostas, as quais diferem claramente das prescrições e da lógica do Império. Simultaneamente, eles criam e fortalecem novas inter-relações com a sociedade em geral através do cuidado que têm com a paisagem, com a biodiversidade, com a qualidade dos alimentos, etc. De fato, os fundamentos dos processos de desenvolvimento rural que estão transformando as zonas rurais da Europa podem ser entendidos como múltiplas expressões de recampesinização.

De um ponto de vista sociopolítico, os campesinatos de hoje constituem várias “multiplicidades”, das quais emergem continuamente a resistência, a pressão da contraposição, as novidades, as alternativas e novos campos de ação (Long, 2007). Talvez ainda seja possível dizer mais sobre isso – por exemplo, que, simplesmente

por existirem, esses campesinatos nos lembram constantemente de que o campo, a agricultura e o processamento de alimentos não precisam ser necessariamente ordenados como partes do Império. O campesinato apresenta, a esse respeito, uma crítica materializada e, muitas vezes, extremamente visível do mundo de hoje e da forma como ele está organizado.

Paralelamente às observações anteriores, estão sendo dados passos importantes nos estudos rurais, em todo o mundo, para repensar e redefinir o conceito de campesinato. Ou seja, novos e provavelmente decisivos esforços estão sendo feitos para ir além das teorias camponesas, tal como foram desenvolvidas durante o final do século XIX e as primeiras oito décadas do século XX. Pretendo discutir essas novas perspectivas teóricas – que são, evidentemente, inspiradas por uma variedade de novas tendências fundamentais em nível empírico – em termos da emergência dos estudos camponeses pós-modernos. Durante o período da modernização (que se estende essencialmente desde a década de 1950 à década de 1990), a percepção e a interpretação de práticas e políticas diferentes, a definição social dos interesses dos agricultores e o desenvolvimento de programas de movimentos sociais e políticos foram reduzidos, se não mesmo impedidos, e governados pelo paradigma da modernização. Agora, no começo do século XXI, é evidente que esse projeto de modernização ultrapassou seus próprios limites – não só materialmente, mas também intelectualmente. Por conseguinte, é necessário desenvolver uma nova abordagem – uma abordagem que supere a modernização como enquadramento teórico (e prático). Eu me refiro a essa nova abordagem que está começando a emergir a partir de muitas fontes, como estudos camponeses pós-modernos.

Depois da modernização, se reconhece cada vez mais que o campesinato permanecerá conosco sob muitas formas novas e inesperadas, e que precisamos lidar com essa situação tanto na prática, como na teoria. Essa “descoberta”, a qual constitui a espinha dorsal dos estudos camponeses pós-modernos emergentes, nem sempre é fácil de compreender, como demonstram os vários debates internacionais. Isto é, ela contraria tanto a essência da abordagem marxista como da abordagem da modernização, as quais consideram que o camponês está desaparecendo e menosprezam, em grande medida, as trajetórias empíricas de desenvolvimento da agricultura no centro e na periferia.

Neste livro, procuro sintetizar essa reconceitualização recém-emergente do campesinato e seu papel nas sociedades do começo do Terceiro Milênio. Foi com prazer que fiz parte de alguns dos “laboratórios” localizados nas interfaces entre lutas camponesas, análise científica e debates políticos. Me sinto afortunado por ter tido a oportunidade de me fundamentar nas várias experiências e descobertas teóricas alcançadas nesses laboratórios. Muitas pessoas me ajudaram ao longo desse caminho e, sempre que possível, indiquei suas contribuições criativas na primeira nota de rodapé de cada um dos capítulos que se seguem. Neste prefácio, me limitarei apenas a algumas pessoas. Entre elas está Sérgio Schneider e seu grupo de pesquisa de Porto Alegre, no Brasil, que me apresentaram as complexidades do seu país e os debates associados, os quais, de uma forma inovadora, estão relacio-

nados com os debates que conheci na Europa. Também preciso mencionar Ann e Norman Long. Este livro é dedicado a eles por sua presença e envolvimento nos “campos de batalha do conhecimento”.

Sumário

<i>Lista de figuras, tabelas, graficos e boxes</i>		13
	Lista de figuras	13
	Lista de tabelas	15
	Lista de gráficos	16
	Lista de <i>boxes</i>	16
1	Panorama geral	17
	Industrialização	22
	Recampesinização	23
	Desativação	23
	Inter-relações entre grupos e processos	24
	A crise vindoura	26
	Base metodológica	28
	Conteúdo e organização do livro	30
2	O que é, então, o campesinato?	33
	A ciência “bárbara”	34
	Uma definição abrangente da “condição camponesa”	39
	Sobre aspectos comuns, diferenciação e mudança	51
	Da condição camponesa ao modo camponês de fazer agricultura	60
	Intensificação baseada no trabalho	64
	Distanciamento de múltiplos níveis e sua relevância no mundo “moderno”	67
3	Catacaos: Recampesinização na América Latina	73
	Recampesinização	74
	Mecanismos de recampesinização	79
	Os efeitos da recampesinização: intensificação da produção	82
	Fomento da intensificação	83
	Novas modalidades de recampesinização	85
	Entretanto: a ascensão do Império	89
	A comunidade camponesa e o Império	100
4	Parmalat: um exemplo europeu de um império alimentar	107
	A mecânica da expansão global	108
	A Parmalat como uma rede em três níveis	113
	Terá a Parmalat alguma vez produzido valor?	116
	O último recurso: leite fresco azul	122
	O desenvolvimento distorcido da produção e consumo de alimentos	126
	A natureza não-excepcional da degradação de alimentos: a ascensão das “imitações”	127
	O Império comparado com um modo de estruturação contrastante: a centralização regressiva versus o crescimento redistributivo	130

5	Camponeses e empresários (Parma revisitado)	133
	Os múltiplos contrastes entre o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura	133
	Do desvio à modernização: as raízes históricas do empreendedorismo agrícola	145
	Heterogeneidade reconsiderada	157
	A economia moral dos empresários agrícolas	161
	A fragilidade da agricultura empresarial na era da globalização e da liberalização	163
6	Desenvolvimento rural: expressões europeias de recampesinização	173
	Mecanismos de recampesinização	174
	Magnitude e impacto	180
	A qualidade de vida nas zonas rurais	182
	Novos tipos de tecnologia camponesa emergentes	189
	Recampesinização como luta social	201
7	Lutando por autonomia em níveis mais elevados de agregação: cooperativas territoriais	205
	O que são cooperativas territoriais?	207
	Breve história da cooperativa das Florestas do Norte da Frísia	209
	Produção de novidades	215
	Dimensões da gestão estratégica de nichos	224
	Princípios de projeto	227
	A construção de mobilidade	229
8	Cercas vivas domesticadas, uma vaca global e um “bug”: a criação e a demolição da controlabilidade	233
	Domesticando cercas vivas	233
	A vaca global	236
	Aparelhos estatais como ingredientes importantes do Império	240
	A ciência como um fenômeno com a face de Janus	242
	A criação de um “bug”	249
	<i>Post scriptum</i>	253
9	Império, alimentos e agricultura: uma síntese	255
	Do Império Espanhol ao atual Império	257
	Sobre sistemas ferroviários e corporações	266
	O terceiro nível	268
	O papel central, mas contraditório das TIC	270
	Estado, mercados e instituições	275
	O papel da ciência	277
	Síntese	279
10	O princípio camponês	285
	O Império e o campesinato	286
	Resistência	289
	Reconstituindo o campesinato	296
	O “princípio camponês”	299
	A crise agrária e o princípio camponês	303
	Algumas notas sobre políticas rurais e agrárias	307

Notas 313

Referências 343

Lista de figuras, tabelas, graficos e *boxes*

Lista de figuras

- 1.1 Diferentes tipos de agricultura, porém interligados
- 1.2 Modelos de conexão
- 1.3 Processos transitórios
- 1.4 Esquema da crise agrária vindoura
- 2.1 Os contornos do impasse teórico
- 2.2 Esquema da condição camponesa
- 2.3 Os fluxos básicos da agricultura
- 2.4 Zonas fronteiriças, graus e movimentos
- 2.5 O esquema de reprodução relativamente autônomo e historicamente garantido
- 2.6 Reprodução dependente do mercado
- 3.1 Distribuição de terras em Catacaos, Castilla e Piura (1995)
- 3.2 A organização simbólica do processo de produção agrícola em Catacaos
- 3.3 Geografia inteligente
- 3.4 Recursos disponíveis, porém desconectados
- 3.5 Modelo do Mundo de acordo com o Império
- Foto 1 Arame farpado
- Foto 2 Seguranças armados
- Foto 3 Máquinas
- Foto 4 Lagos artificiais
- Foto 5 Escassez de água
- 3.6 Aspargos peruanos frescos vendidos nos mercados europeus
- 3.7 Uma estrutura alternativa
- 4.1 A mecânica da expansão por hipoteca
- 4.2 A Parmalat como uma rede sociotécnica
- 4.3 Fluxos de valor
- 4.4 A fabricação do fresco blu
- 4.5 Participações relativas no mercado mundial de alimentos
- 5.1 A lógica dos contadini

- 5.2 A lógica dos empreendedores
- 5.3 Trajetórias diferentes de desenvolvimento agrícola (Emilia Romagna, 1970-1980)
- 5.4 Valor Agregado dos principais ramos industriais na Itália (1980 = 100)
- 5.5 O duplo squeeze da agricultura
- 5.6 A evolução da produção por vaca ao longo do tempo
- 5.7 A biofísica da produção em mudança
- 5.8 Resultados de um estudo de cenário que comparou diferentes trajetórias de desenvolvimento (atividade leiteira na região da Frísia, Holanda)
- 5.9 Espaço de manobra e diferentes graus de campesinidade
- 5.10 Comparação internacional dos níveis de investimento na atividade leiteira (Hemme et al., 2004)
- 6.1 A coreografia da recampesinização
- 6.2 Novas expressões emergentes de recampesinização
- 6.3 Diferenciação de zonas rurais e semi-rurais na Itália
- 6.4 Para onde se mudam as pessoas?
- 6.5 Modelo teórico subjacente ao inquérito sobre a qualidade de vida em zonas rurais
- 6.6 Explicação para a qualidade de vida (o diagrama de caminho geral)
- 6.7 Reestruturando o uso de recursos em Zwiggelte um exemplo do engenho dos camponeses
- 6.8 Filtração de azeite em centrífuga
- 6.9 Novos aparelhos tecnológicos
- 6.10 O desenvolvimento rural como um processo contestado e fragmentado
- 7.1 Visão geral da paisagem de cercas vivas
- 7.2 Anatomia de uma cerca viva
- 7.3 Distribuição de excedentes de nitrogênio entre as unidades agrícolas membros da VEL/VANLA
- 7.4 Distribuição de excedentes de nitrogênio entre as unidades agrícolas membros da VEL/VANLA
- 7.5 O esquema do novo plano
- 7.6 O ciclo gado estrume solo forragens
- 7.7 O desenvolvimento das margens de lucro por 100 kg de leite para vários grupos
- 7.8 Rede de novidades interligadas
- 7.9 Uma segunda rede
- 7.10 Dimensões da gestão estratégica de nichos (Roep et al., 2003)
- 7.11 A conectividade melhorada sugerida pela Landscape IMAGES
- 7.12 A natureza e a economia como categorias mutuamente exclusivas
- 7.13 Otimização Pareto
- 8.1 Cálculo da excreção de N da “vaca global”

- 8.2 Compreendendo as raízes locais da produção de estrume
- 8.3 Produção de nitrogênio em solos arenosos, argilosos e de turfa
- 8.4 Capacidade de produção de nitrogênio do solo (observações empíricas)
- 8.5 Os efeitos mais vastos da injeção de chorume legalmente prescrita
- 8.6 Níveis empíricos de excreção de nitrogênio em relação à produção de leite por vaca (Reijs, 2007)
- 10.1 Perdido ou trilhando novos caminhos?
- 10.2 Humildade ou orgulho?
- 10.3 Esperança e dedicação
- 10.4 Ultrapassando a crise agrária

Lista de tabelas

- 2.1 A variabilidade das inter-relações entre explorações leiteiras e mercados
- 2.2 Graus distintos de dependência de mercados na Holanda, Itália e Peru (1983)
- 3.1 Ritmos de recampesinização
- 3.2 O desenvolvimento do emprego agrícola em Catacaos no período de 1969 a 2004
- 3.3 Rendimento da cultura de algodão na comunidade de Catacaos e em distritos vizinhos (Piura, Castilla, Las Lomas e Tambogrande)
- 4.1 Cadeias de valor contrastantes (Janeiro de 2004)
- 4.2 Preços pagos aos produtores em relação aos preços pagos pelos consumidores
- 5.1 Síntese das principais diferenças entre o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura
- 5.2 Graus contrastantes de mercantilização (Emilia Romagna, 1980)
- 5.3 Padrões diferenciados de crescimento na produção e no valor agregado (atividade leiteira, Parma, preços correntes)
- 5.4 Comparação entre uma abordagem camponesa e uma abordagem empresarial na atividade leiteira holandesa
- 5.5 Análise comparativa de unidades agrícolas de produção de leite holandesas, 2005
- 7.1 Alguns dados quantitativos sobre a gestão da natureza e da paisagem
- 10.1 A evolução da Força de Trabalho Agrícola na América Latina (1970-2000) (em milhares)

Lista de gráficos

- 3.1 Distribuição de terras em Catacaos, Castilla e Piura (1995)
- 4.1 Participações relativas no mercado mundial de alimentos
- 5.1 Trajetórias diferentes de desenvolvimento agrícola (Emilia Romagna, 1970-1980)
- 5.2 A evolução da produção por vaca ao longo do tempo
- 5.3 Comparação internacional dos níveis de investimento na atividade leiteira (Hemme *et al.*, 2004)
- 8.1 Níveis empíricos de excreção de nitrogênio em relação à produção de leite por vaca (Reijs, 2007)

Lista de boxes

- 2.1 Mecanismos de distanciamento
- 3.1 Os valores partilhados da comunidade camponesa de Catacaos
- 5.1 A condição empresarial
- 6.1 Características do “modo camponês de produzir energia”
- 7.1 Valores comuns partilhados tal como especificados pela FNF na sua “declaração de missão”
- 8.1 O “algoritmo global”
- 10.1 Uma expressão do princípio camponês
- 10.2 Excerto do documento de políticas de Taormina

Panorama geral

Por mais caótica e desordenada que pareça à primeira vista, a agricultura mundial é hoje claramente caracterizada por três trajetórias de desenvolvimento básicas e mutuamente contrastantes.¹ Essas trajetórias são, em primeiro lugar, uma forte tendência para uma *industrialização* multifacetada e de longo alcance; em segundo lugar, um processo generalizado, embora freqüentemente camuflado, de *recampesinização*; e, em terceiro lugar, um processo emergente de *desativação*, particularmente na África, mas também em outras regiões do mundo. Cada uma dessas três trajetórias afeta a natureza dos processos agrícolas de produção, embora de formas bastante contrastantes. Dessa forma, elas influenciam os níveis de emprego, o montante total de valor agregado, a ecologia, a paisagem e biodiversidade e a quantidade e qualidade dos alimentos. Ademais, essas trajetórias também interagem entre si de diferentes formas e em vários níveis, contribuindo para a idéia generalizada de caos e desorganização que parece caracterizar a agricultura mundial atualmente (Charvet, 1987; Uvin, 1994; Brun, 1996).

Essas trajetórias de desenvolvimento interagem com uma determinada segmentação da agricultura, a qual pode ser conceituada, como forma de introdução, através de três grupos díspares, porém inter-relacionados (ver Figura 1.1). O primeiro refere-se à agricultura camponesa, a qual se baseia fundamentalmente no uso sustentado do capital ecológico, sendo orientada para a defesa e melhoramento das condições de vida dos camponeses. Uma das principais características desse tipo de agricultura é, muitas vezes, a multifuncionalidade, sendo a mão-de-obra fundamentalmente familiar (ou mobilizada dentro da comunidade rural através de relações de reciprocidade) e pertencendo as terras e outros meios de produção essenciais também à família. A produção é orientada para o mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família.

O segundo grupo corresponde a uma agricultura do tipo empresarial. Esse tipo de agricultura é, essencialmente (embora não exclusivamente), baseado em capital financeiro e industrial (sob a forma de crédito, insumos industriais e tecnologias), sendo sua expansão atual realizada, basicamente, através do aumento em escala, uma de suas características mais cruciais e necessárias. A produção é altamente especializada e completamente orientada para o mercado. Os agricultores empresariais tornam-se ativamente dependentes dos mercados (especialmente de mercados de insumos), enquanto os camponeses tentam distanciar suas práticas agrícolas desses mesmos mercados, por meio de uma multiplicidade de mecanismos muito inteligentes. É freqüente surgirem formas de agricultura

empresarial após programas governamentais de “modernização” da agricultura. Essas formas implicam uma industrialização parcial do processo de trabalho, e muitos empresários aspiram a um maior desenvolvimento nessa direção.

O terceiro grupo é constituído pela agricultura capitalista ou corporativa de grande escala. Depois de quase ter se extinto devido aos muitos processos de reforma agrária que varreram o mundo, entre outras coisas, esse tipo de agricultura está agora emergindo por toda a parte sob a égide do modelo agroexportador. O setor da agricultura capitalista engloba uma rede bastante extensa de empresas agrícolas de grande mobilidade, que utiliza mão-de-obra essencialmente, ou quase exclusivamente, baseada em trabalhadores assalariados. A produção é voltada para a maximização do lucro e vista como uma função desta. Esse terceiro grupo condiciona cada vez mais segmentos essenciais de mercados agrícolas e alimentares, embora existam grandes diferenças entre setores e países distintos.

Considera-se frequentemente que a principal diferença entre estes três grupos reside na escala em que são aplicados. Assim, a agricultura camponesa representaria as unidades de produção pequenas e vulneráveis, cuja relevância é de importância secundária. No lado oposto, estaria a agricultura capitalista: vasta, forte e importante – pelo menos é essa a idéia que se generaliza. A situação intermediária seria representada pela agricultura empresarial, esta se movimentando na escala entre unidades pequenas e unidades grandes. Se os agricultores empresariais tiverem sucesso, eles poderão, tal como alguns defendem, atingir os níveis dos agricultores capitalistas – e é precisamente isso que alguns deles sonham alcançar.

Existem correlações empíricas indubitáveis, por um lado, entre a dimensão e a escala da agricultura e, por outro, entre os diferentes tipos de agricultura. Porém, a questão é que a *essência* dessa diferença reside em outro lugar, isto é, nas *diferentes formas de estruturar o social e o material*. Por exemplo, os camponeses produzem campos e criam gado que são diferentes daqueles produzidos por agricultores empresariais e capitalistas. O *modo* de produção também difere entre as três categorias. Além disso, os agricultores empresariais *se relacionam* de forma diferente com o processo de produção, bem como com o mundo exterior, comparando com as outras duas categorias. Ou seja, eles se constituem – independentemente de sua dimensão – em uma categoria social que difere em muitos aspectos das categorias dos agricultores capitalistas e dos camponeses. Como demonstrei ao longo deste livro, os diferentes modos de estruturação afetam profundamente a magnitude do *valor agregado*, sua redistribuição, bem como a *natureza, qualidade e sustentabilidade* dos processos de produção e os alimentos que resultam desses processos.

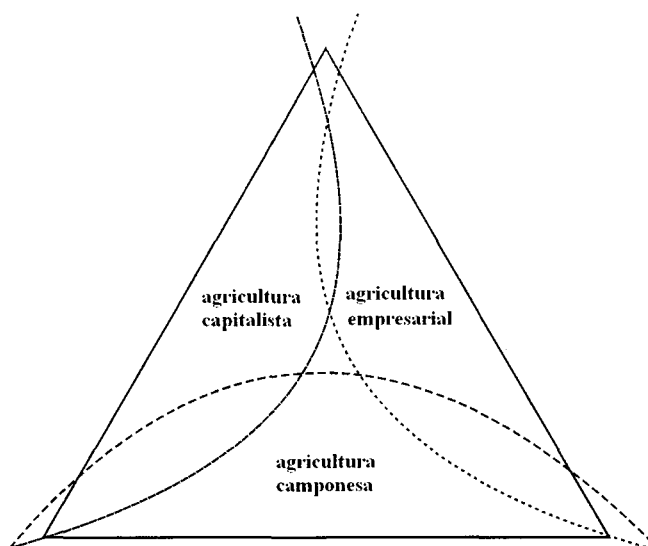


Figura 1.1 *Diferentes tipos de agricultura, porém interligados*

A esfera do tempo é igualmente importante. Normalmente, assume-se que o campesinato e a agricultura camponesa pertencem ao passado, enquanto a agricultura empresarial e a agricultura capitalista representam o futuro. No fundo, também essa questão se resume à *estruturação*. Ou seja, dentro do modo camponês de fazer agricultura, o passado, o presente e o futuro estão ligados de uma forma que se contrapõe à organização social do tempo, implícita tanto na agricultura empresarial quanto na agricultura capitalista (Mendras, 1970).

Embora as diferenças entre os três grupos sejam variadas e, freqüentemente, bastante articuladas, não existem entre eles linhas de demarcação definidas. Nos pontos de contato (ver Figura 1.1) existe uma sobreposição e ambigüidade consideráveis e as linhas dos limites são ultrapassadas através de movimentos complexos para lá e para cá. Vários destes fenômenos de cruzamento dos limites (por exemplo, passar da agricultura camponesa para a agricultura empresarial e *vice-versa*) serão discutidos posteriormente neste livro. Os “limites exteriores” desse esquema, representado na Figura 1.1, estão longe de serem claros e definidos. A agricultura camponesa movimenta-se através de uma variedade de tons e nuances freqüentemente sintetizadas na palavra pluriatividade (compare esta noção com a de *políbios*,² discutida por Kearney, 1996; ver também Harris, 1997), passando pela situação dos sem-terra até os numerosos trabalhadores urbanos que cultivam parcelas de terra para auto-consumo.³ Os empresários industriais podem também investir na agricultura (e *vice-versa*), se tornando dessa forma uma espécie de “híbrido” entre agricultor e capitalista. Por conseguinte, parece existir uma *confusão intrínseca* a todos estes limites.

As interligações entre os três grupos agrários e a sociedade em geral são estruturadas em muitas formas distintas. Porém, é possível destacar aqui dois modelos dominantes. Um desses modelos centra-se na construção e reprodução de *circuitos curtos e descentralizados* que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional. O outro, fortemente centralizado, é constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial. Este modelo será referido ao longo do texto como *Império*. O Império é aqui entendido como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante. Ao mesmo tempo, o Império é personificado por uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias, etc. Em conjunto, essas expressões (às quais me refiro no plural como *impérios alimentares*) constituem um regime: “uma gramática ou um conjunto de regras compreendidas no complexo coerente de conhecimento científico, práticas de engenharia, tecnologias do processo produtivo, características de produtos, [interesses empresariais, ciclos de planeamento e controle, engenharia financeira, modelos de expansão e] formas de definir problemas – todas elas integradas em instituições e infra-estruturas” (Rip e Kemp, 1998; Ploeg, Bouma, Rip, Rijkens, Ventura e Wiskerke, 2004).⁴ Se, por um lado, esse regime está de fato sendo continuamente construído em um todo coerente, por outro lado, ele é também uma arena onde ainda existem lutas internas e contradições. Nessa arena, núcleos autoritários de controle competem mutuamente pela hegemonia, enquanto determinados representantes do Império podem emergir, tornar-se aparentemente poderosos, e depois se desgastar ou atingir o colapso. Por conseguinte, o Império não é apenas um fenômeno emergente e internamente diferenciado; ele consiste, acima de tudo, no *fortalecimento mútuo e intrincado* de uma grande variedade de elementos, relações, interesses e modelos diferentes. Esse *intrincamento* relaciona-se com a sociedade de forma *coercitiva*: todos os projetos (com atores individuais e coletivos), em qualquer nível, devem ser alinhados conforme as regras que a gramática do Império estabelece. Até certo ponto, o Império é, de fato, um modo de ordenamento desmembrado: ele ultrapassa as próprias fontes das quais emerge e ultrapassa os vários representantes e expressões em que se materializa atualmente. Esses representantes podem falhar (adiante descreverei e analisarei vários casos). Porém, o Império, como forma de ordenamento, pode se fortalecer com esses casos.

Tenho consciência de que a representação do Império como um todo desmembrado implica um perigo considerável de reificação. Acredito também que não existe qualquer solução semântica para esse perigo: a reificação apenas poderá ser evitada quando a resistência, as lutas e a criação de alternativas forem sistematicamente incluídas na análise.

A criação de *desconexões* é um conceito-chave para entender o *modus operandi* do Império. Por meio do Império, a produção e o consumo de alimentos estão cada vez mais desconectados entre si, tanto no tempo como no espaço. Da mesma

forma, a produção agrícola está descontextualizada, ou seja, está desconectada das especificidades dos ecossistemas locais e das sociedades regionais. Atualmente, o Império está, de certo modo, fortemente empenhado em conquistar e controlar cada vez mais partes da produção e consumo de alimentos em escala global (embora devamos lembrar que cerca de 85% da produção mundial de alimentos é canalizada através de circuitos curtos e descentralizados).⁵

Não existem relações unívocas e claramente definidas entre esses dois modelos contrastantes de conexão e os três grupos agrários. Os três grupos interagem com diferentes mecanismos que os ligam à sociedade e são, de certa forma, constituídos através desses mesmos mecanismos. Contudo, a agricultura capitalista e a agricultura empresarial estão essencialmente ligadas ao consumo mundial (como ilustra a Figura 1.2) através de empresas de processamento e comercialização de alimentos de grande escala, enquanto a agricultura camponesa é, essencialmente, embora longe de exclusivamente, baseada em circuitos curtos e descentralizados que, pelo menos, escapam do controle *direto* do capital (embora o controle indireto seja, obviamente, considerável e abrangente).

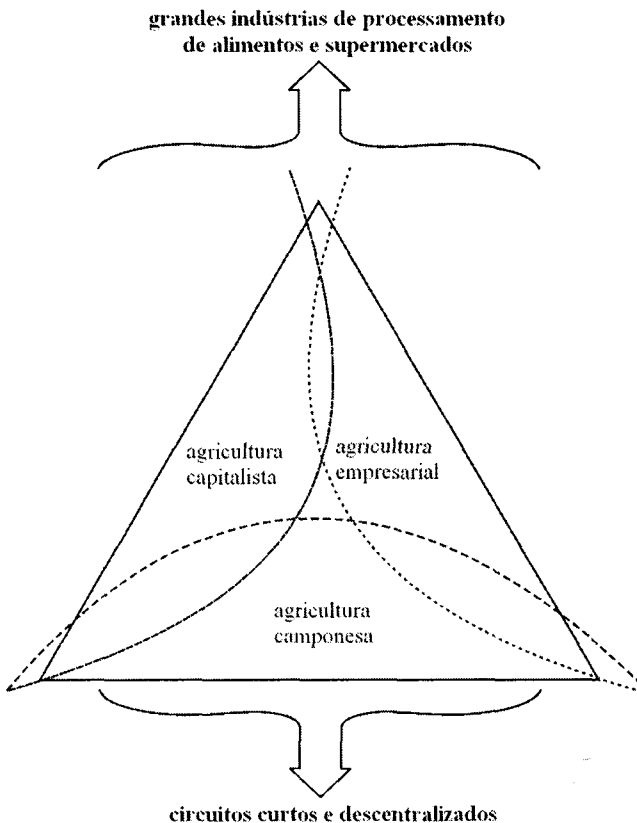


Figura 1.2 Modelos de conexão

Industrialização

O principal laboratório e o principal condutor do processo de industrialização são, respectivamente, a agricultura capitalista e o Império, apesar de algumas partes do segmento empresarial também terem uma contribuição significativa neste processo. Assim, a industrialização representa, em primeiro lugar, uma desconexão definitiva entre a produção e o consumo de alimentos e as particularidades (e limites) do tempo e do espaço. Os espaços de produção e consumo (entendidos como localidades específicas) deixam de ter importância, assim como a inter-relação entre eles. A respeito disso, pode-se afirmar que os impérios alimentares criam “não-lugares”⁶ (Hardt e Negri, 2000, p. 343; ver também Ritzer, 2004, para uma discussão estimulante).

Em segundo lugar, a industrialização da agricultura representa um movimento contínuo na direção oposta à “integridade”. Este é um processo tripartido de desintegração e recomposição. A produção agrícola é “afastada” dos ecossistemas locais. Nesse sentido, a industrialização implica uma superimposição de fatores de crescimento artificial sobre a natureza levando a uma marginalização e, conseqüentemente, a uma provável eliminação completa da mesma.⁷ Além disso, a unidade anteriormente orgânica que caracterizava o processo agrícola de produção (assim como o processo de trabalho agrícola) foi dividida em elementos e atividades isoladas que se recombinaem através de divisões de trabalho, espaço e tempo complexas e controladas de forma centralizada. A conhecida metáfora do “frango global” (Bonnano *et al.*, 1994) parece-me reveladora neste caso. E, finalmente, existe a desintegração e recomposição dos próprios produtos alimentares. Os alimentos não são mais produzidos e processados – eles são projetados. As linhas que anteriormente ligavam o campo, os grãos e o macarrão, bem como as hortas, o tomate e o molho de tomate que acompanham o macarrão, estão sendo quebradas. Isso deu origem ao que, na atualidade, conhecemos como “guerras de alimentos”⁸ (Lang e Heasman, 2004).

Em terceiro lugar, a industrialização coincide com (e é uma expressão de) um controle “imperial” direto e crescente sobre a produção e o consumo de alimentos. O capital (ou seja, o valor que é incrementado através da produção da mais-valia) se torna o novo *modo de ordenamento* dominante para a estruturação da produção agrícola, do processamento e do consumo de alimentos em escala global. Isso implica, entre outras coisas, uma centralização considerável.

O processo atual de industrialização da produção e consumo de alimentos se expressa e é impulsionado por uma agenda bem definida. Os elementos-chave dessa agenda são a globalização, a liberalização, uma distribuição de OGMs de pleno direito e a afirmação de que o mundo nunca teve alimentos mais seguros à sua disposição como agora. Essa mesma agenda afirma incluir perspectivas promissoras para camponeses pobres do Terceiro Mundo. De fato, a “agenda da industrialização” afirma que não existe outra alternativa a não ser o incremento da industrialização.

Recampesinização

Por todo o mundo, o processo de industrialização da agricultura introduz fortes pressões descendentes sobre os sistemas locais e regionais de produção de alimentos, independentemente de sua natureza específica. Uma das conseqüências mais visíveis desse processo é o fortalecimento dramático das já existentes manobras especulativas, conhecidas como *squeeze* da agricultura: os preços pagos aos produtores encontram-se sob pressão praticamente em todo o lugar. Isso introduz fortes tendências para a marginalização e para novos padrões de dependência, os quais, por sua vez, impulsionam grande parte dos processos atuais de recampesinização – quer no Terceiro Mundo, quer em países industrializados. Em essência, a recampesinização é uma expressão moderna para a *luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência*. A condição camponesa não é, definitivamente, uma condição estática. Ela representa uma linha através do tempo, com movimentos ascendentes e descendentes. Isto é, assim como a agricultura capitalista está continuamente evoluindo (expandindo-se e ao mesmo tempo mudando no sentido qualitativo, ou seja, através de uma maior industrialização dos processos de produção e de trabalho), também a agricultura camponesa está mudando. Uma de suas muitas mudanças é a *recampesinização*.

A recampesinização implica um movimento duplo. Em primeiro lugar, ela implica um aumento quantitativo: o número de camponeses aumenta através de um influxo exterior e/ou através de uma reconversão, por exemplo, de agricultores empresariais em camponeses. Além disso, a recampesinização implica uma mudança qualitativa: a autonomia é aumentada, ao mesmo tempo que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados.⁹ Ao longo deste livro serão discutidos vários mecanismos delimitados no tempo e no espaço através dos quais a recampesinização ocorre. Nessa mesma discussão esclarecerei que a recampesinização ocorre tanto na Europa como em países do Terceiro Mundo.¹⁰

Desativação

A desativação implica a contenção ou mesmo redução progressiva dos níveis de produção agrícola. Em várias situações, a desativação se traduz em um sub-processo associado, ou seja, os recursos necessários para a agricultura são liberados, isto é, convertidos em capital financeiro, e orientados e investidos em outros setores e atividades econômicas. Da mesma forma, a mão-de-obra necessária pode retirar-se da agricultura, de forma definitiva ou temporária. A desativação (que não deve ser confundida com a descampesinização)¹¹ tem muitas causas, mecanismos e resultados específicos. Na África Subsaariana encontra-se uma expressão dramática de desativação. Embora, ao longo da história, o crescimento demográfico e o crescimento agrícola sempre tenham caminhado juntos – sen-

do que o primeiro conduzia o último –, a África contemporânea tem revelado, desde há várias décadas, um declínio dramático e contínuo na produção agrícola *per capita*. Neste caso, a desativação corresponde diretamente a um processo generalizado de “desagrarização” (Bryceson e Jamal, 1997). Hebinck e Monde (2007) e Ontita (2007) fornecem um crítica empiricamente fundamentada dos pressupostos deste processo.

Na Europa, até agora, a desativação apenas ocorreu em pequena escala. Embora a agricultura do Leste da Europa tenha sido temporariamente desativada (devido à extinção do regime socialista e à transição para uma economia de mercado neoliberal), essa desativação foi seguida de uma recampesinização generalizada e de uma vaga de agricultura empresarial e capitalista (essencialmente baseadas na migração vinda da Europa Ocidental). A desativação ocorre, frequentemente, nas proximidades de cidades grandes em expansão, pois a especulação de terras torna-se mais atrativa do que a produção agrícola. A desativação também pode ser imposta por mecanismos estatais e pela União Européia: os programas de *set-aside*,¹² as reformas McSharry (que introduziam uma extensificação deliberada da produção agrícola), os sistemas de cotas e vários outros programas territoriais e ambientais pretendem moderar ou mesmo reduzir a produção agrícola. Porém, é esperado que, nos próximos anos, a desativação se desenvolva e ultrapasse os níveis até agora atingidos. A globalização e a liberalização (e as mudanças associadas à divisão internacional da produção agrícola) irão introduzir novas formas de desativação que não mais dependerão de intervenções estatais, mas que serão diretamente impulsionadas pelos agricultores envolvidos. No capítulo 5 (em que se discutem as principais tendências da produção de leite para queijo na Itália) apresentarei indícios dessa desativação deliberada. Na agricultura empresarial, em particular, a desativação torna-se uma resposta “lógica”. Quando os níveis dos preços diminuem de tal forma que a rentabilidade se torna ilusória, os empresários optam por retirar o capital investido e reorientá-lo (ou reinvesti-lo) em outro setor. Esse movimento irá ser ainda mais acelerado pelos processos de suburbanização, pelo desenvolvimento de instalações de lazer, pela criação de “reservas da natureza” e pelas novas formas de gestão da água.

Inter-relações entre grupos e processos

Em minha opinião, os dois principais processos de desenvolvimento atualmente são a *industrialização* e a *recampesinização*. A *desativação* tem sido, até agora, um processo menos proeminente, mas ela poderá ser impulsionada no futuro e deixar grandes marcas nas áreas rurais. Estes três processos se interligam de forma evidente. Por exemplo, uma vez que a industrialização visa à apropriação de percentagens crescentes do mercado, as economias empresariais irão entrar (lenta ou abruptamente) em crise, pois suas possibilidades de reprodução são reduzidas através da deterioração dos termos de troca. Por conseguinte, é necessário

procurar e construir novos graus, formas e espaços de autonomia. É dessa forma que o processo de recampesinização se inicia. Para reduzir os níveis de custos, uma parte da agricultura empresarial será reestruturada de acordo com formas de produção mais “resistentes”, semelhantes às da agricultura camponesa. Contudo, também é possível que o grupo da agricultura empresarial venha a agir contra a deterioração dos termos de troca por meio de um incremento da industrialização e/ou através da desativação. A recampesinização pode ainda emergir dentro da própria agricultura camponesa. A “condição camponesa” não é estática: “Tal como todas as entidades sociais, o campesinato existe apenas como um processo, *i.e.*, ele existe em sua própria mudança” (Shanin, 1971, p. 16).

Existem muitas outras interligações entre as trajetórias de desenvolvimento mencionadas, várias das quais são exploradas mais adiante neste livro. Juntas, elas compõem um panorama extremamente complexo. Assim, nos vemos confrontados com a simultaneidade de três processos transitórios mutuamente opostos, mas interligados. Neste panorama, pelo menos um desses três processos procura a hegemonia de forma explícita. Neste caso, esse processo é o processo de industrialização baseado na agricultura capitalista e no Império. Ao mesmo tempo, sua fragilidade é onipresente, embora seja também extremamente camuflada.

Os três processos transitórios inserem-se de forma complexa e dinâmica nos três grupos delineados anteriormente (ver Figura 1.3). A prática e as perspectivas de uma maior industrialização são claramente identificadas na agricultura capitalista e, em menor grau, na agricultura empresarial. Por meio da industrialização, partes do grupo empresarial estão se movimentando em direção ao setor capitalista, se tornando partes integrais deste.

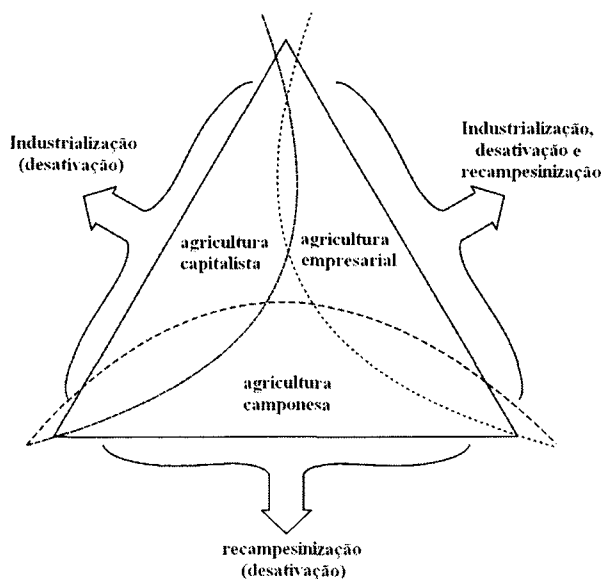


Figura 1.3 *Processos transitórios*

A desativação origina e reside essencialmente no domínio da agricultura empresarial, embora haja quem argumente que o envolvimento na pluriatividade – um aspecto característico da agricultura camponesa – também representa uma espécie de desativação. Por sua vez, a recampesinização surge numa multiplicidade de formas na Figura 1.3. Ela ocorre, por exemplo, através de um influxo de populações urbanas na agricultura, como é o caso impressionante do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) no Brasil (ver Long e Roberts, 2005, para uma especificação convincente da significância teórica deste caso). Ela também ocorre através da criação menos visível de novas unidades microscópicas, como no Paquistão, Bangladesh e Índia, e através de uma importante reorientação na agricultura empresarial: este tipo de agricultura está cada vez mais adotando modos de organização semelhantes aos da agricultura camponesa para fazer face à pressão imposta pela descida dos preços e subida dos custos. Finalmente, a recampesinização é identificada no próprio setor da agricultura camponesa, o que muitas vezes representa um *incremento no desenvolvimento* do tipo de agricultura camponesa.¹³

Estes processos transitórios também interagem com o Império. O Império impulsiona e reproduz a agricultura capitalista, particularmente na conjuntura atual. O Império também se fundamenta na agricultura empresarial, submetendo a agricultura, independentemente de sua localização, a uma “pressão externa” que se transforma, particularmente na agricultura empresarial, em uma “pressão interna” (os pormenores desta “correspondência” serão discutidos no capítulo 5). Os agricultores empresariais se envolvem numa luta implacável para conquistar o máximo de espaço possível e, dessa forma, tentam eliminar a competição de outros empresários e mesmo de camponeses.

A agricultura camponesa também é submetida ao Império, embora, em parte, através de outros mecanismos. Contudo, ao mesmo tempo, o campesinato representa uma resistência ao Império, por vezes massiva e patente, mas essencialmente através de formas camufladas e tangíveis de escapar ou mesmo de ultrapassar as pressões. Relativamente a isso, a (re)avaliação de circuitos curtos e descentralizados que conectam produtores e consumidores independentes do Império tem um papel decisivo.

A crise vindoura¹⁴

Qualquer que seja sua localização temporal e espacial, a agricultura articula-se sempre com a natureza, a sociedade e as perspectivas e interesses daqueles que estão diretamente envolvidos nela (ver também Figura 1.4). Se uma desarticulação mais ou menos crônica emergir em um dos eixos mencionados, estaremos enfrentando uma crise agrária.

A idéia “clássica” de crise agrária centra-se nas inter-relações entre a organização da produção agrícola e os interesses e perspectivas daqueles diretamente envolvidos nela.¹⁵ Este é o tipo de crise que, ao longo da história, tem impulsionado

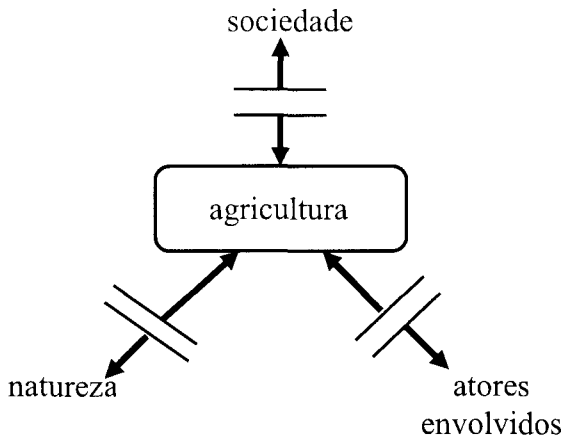


Figura 1.4 *Esquema da crise agrária vindoura*

nado lutas massivas de camponeses e, muitas vezes, a reforma agrária. Contudo, o ser humano testemunhou também (especialmente em tempos recentes) crises agrárias relacionadas com a forma como as práticas agrícolas e de subsistência se inter-relacionam com a natureza. Quando a agricultura se organiza e se desenvolve através da destruição sistemática dos ecossistemas em que se baseia e/ou contamina cada vez mais o ambiente circundante, estamos perante uma crise “agro-ambiental”. Finalmente, existe a relação com a sociedade em geral, que se caracteriza, essencialmente, pela discussão sobre a quantidade e qualidade dos alimentos, embora essa não seja sua única característica relevante.¹⁶ A atual proliferação de escândalos alimentares (sobretudo a BSE ou doença das vacas loucas, e os protestos públicos após o refreamento¹⁷ de doenças animais como a febre aftosa, a gripe aviária, a peste suína e a febre catarral maligna) são uma expressão das crises que estão emergindo no eixo que liga a agricultura à sociedade em geral.

Atualmente, e pela primeira vez na história, está se aproximando uma crise que:

- a) diz respeito aos três eixos mencionados na Figura 1.4; se relaciona com a qualidade dos alimentos e com a segurança da distribuição de alimentos, com a sustentabilidade da produção agrícola, e está associada à negação generalizada das aspirações de emancipação daqueles que estão envolvidos na produção primária;
- b) é, pela primeira vez, uma crise global, isto é, seus efeitos são sentidos em todo o mundo;
- c) e, finalmente, essa crise agrária internacionalizada e multifacetada representa, cada vez mais, um nó Górdio, no sentido em que o alívio de um determinado aspecto, em um dado momento e lugar, apenas agrava a crise em outro lugar e em outros momentos e/ou a transfere para outras dimensões.

A tese que estou apresentando neste livro é a de que a ascensão do Império, como princípio orientador que cada vez mais governa a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos, está contribuindo para o avanço do que parece ser uma crise agrária inevitável. Isso também acontece porque o Império atua através de uma exploração ecológica e socioeconômica descuidada, se não mesmo através da degradação da natureza, dos agricultores, dos alimentos e da cultura. A industrialização implica a destruição do capital ecológico, social e cultural. Além disso, as próprias formas de produção e organização que são introduzidas acabam por ser extremamente frágeis e dificilmente adequadas para confrontar as condições intrínsecas à globalização e à liberalização. Assim emergem contradições novas e iminentes.

Acredito que essa crise internacional e multidimensional apenas poderá ser evitada e solucionada através da *recampesinização* generalizada e, possivelmente, renovada. No capítulo 10 voltarei a referir a *recampesinização* como a saída para a crise agrária global.

Base metodológica

Ao longo deste livro, defendo que as formas camponesa, empresarial e capitalista de fazer agricultura são *movimentos através do tempo* (inter-relacionados). Por conseguinte, a fundamentação metodológica do livro reside em estudos *longitudinais*. É particularmente através de estudos deste tipo que os movimentos através do tempo podem ser compreendidos. Ou seja, é através do estudo das tendências de longo prazo que a natureza, a dinâmica e o impacto de diferentes formas de ordenamento podem ser compreendidos.

Estes estudos longitudinais centram-se, em primeiro lugar, na *comunidade camponesa de Catacaos*, no norte do Peru. Foi nesse lugar que, no começo dos anos 1970, testemunhei o desaparecimento da agricultura capitalista, em parte devido ao processo de Reforma Agrária, mas especialmente devido às lutas impressionantes da comunidade de *Catacaos*. Trinta anos depois (minha última estada em *Catacaos* foi durante a segunda metade de 2004), a agricultura capitalista estava de novo onipresente, agora como uma expressão do *Império*, mas ao mesmo tempo o processo de *recampesinização* tinha se expandido muito além de qualquer limite que eu pudesse imaginar. É precisamente isto que torna os estudos longitudinais tão importantes e estimulantes: eles mostram que as várias contradições que caracterizam a vida do dia-a-dia raramente têm resultados simples, unilineares e previsíveis. Ao mesmo tempo, o caso de *Catacaos* demonstra como condições particulares se reproduzem ao longo do tempo, resultando no desenvolvimento de uma agenda que exige uma reflexão acerca das inter-relações entre o passado, o presente e o futuro.

O segundo estudo longitudinal analisa as unidades leiteiras da região em que o leite é transformado em *Parmigiano-Reggiano* ou Queijo Parmesão, como

é internacionalmente conhecido. No período de 1979 a 1983, estudei em menor um conjunto de unidades de produção de leite dessa região, juntamente com uma equipe de colegas. Em 2001, tive a oportunidade de desenvolver um novo estudo precisamente nas mesmas unidades agrícolas. Em nível pessoal, esta experiência foi tão emocionante quanto a experiência de voltar a *Catacaos*. No entanto, esta “revisitação” também me causou perplexidade. As unidades agrícolas que anteriormente tínhamos considerado em expansão contínua (isto é, como explorações agrícolas empresariais típicas) acabaram por sofrer, no início dos anos 2000, um processo de *desativação*; por outro lado, as unidades agrícolas de camponeses estavam muito mais bem posicionadas para enfrentar e dar resposta ao processo de globalização e liberalização precoce que a área estava sofrendo. Esta contradição aparente exigia uma teorização mais meticulosa acerca dos modelos de agricultura camponesa, empresarial e capitalista ou corporativa.

Minha formação intelectual foi desenvolvida em uma época (anos 1960 e 1970) em que, por toda a parte, se previa e se anunciava a “extinção do campesinato”, de acordo com praticamente todas as perspectivas teóricas. Nunca me senti satisfeito com essa previsão, mas na época não dispunha dos elementos nem das ferramentas adequadas para argumentar contra ela. Agora, mais de trinta anos depois, compreendo melhor o *mistério da agricultura*. Neste contexto, esse mistério é um conceito intrigante. Na língua inglesa, o termo *mystery* refere-se ao “enigma” ou “segredo” da agricultura, mas também às tarefas intrínsecas a ela. Nesse sentido, o termo é semelhante à palavra italiana *mestiere*, a qual igualmente se refere a um ofício, ou, mais precisamente, à capacidade de realizar um trabalho ou tarefa específica de forma bem feita.¹⁸ Todos os ofícios têm seus segredos. Fazer um bom trabalho implica ter conhecimentos, sagacidade e experiência que outros não têm – ou, pelo menos, ter *melhores* conhecimentos, *maior* sagacidade e uma experiência *mais extensa* do que outros (MacIntyre, 1981, p. 175; Keat, 2000).

Este mesmo *mistério da agricultura* é o objeto do terceiro estudo longitudinal, que analisa a produção leiteira nas florestas da Frísia, no norte da Holanda. Devido a sua história particular, essa região tem sido, e é ainda, caracterizada por explorações agrícolas relativamente pequenas que desenvolvem sua atividade numa paisagem maravilhosa de cercas vivas criadas pelo homem e muito rica em biodiversidade. Nas décadas de 1970 e 1980, os principais especialistas consideravam que a agricultura estava condenada a desaparecer nesta região. A estrutura da paisagem (dividida em várias parcelas pequenas ou muito pequenas) e a escala relativamente pequena da maioria das propriedades pareciam excluir a possibilidade de qualquer tipo de competitividade (um conceito que se tornou moda a partir dessa altura). Contudo, a agricultura não desapareceu. Ou seja, enquanto, por um lado, muitas explorações suspenderam a atividade ou se mudaram para outros lugares, por outro lado muitas delas permaneceram e se desenvolveram em formas muito interessantes que começaram a crescer a partir da segunda metade da década de 1980. Nas unidades agrícolas um estilo de agricultura “de baixo custo” (Ploeg, 2000) foi otimizado e, na região em geral, foi criada uma nova cooperativa

territorial que transformou a manutenção da paisagem, da biodiversidade e dos ecossistemas regionais por parte dos agricultores numa base nova e sólida que hoje sustenta a economia das unidades agrícolas envolvidas e da região como um todo. Além de ter nascido nessa região, eu próprio vim a conhecer melhor a área através de uma variedade de estudos multidisciplinares que realizei com meus colegas. Esses estudos começaram em meados da década de 1980 e continuam ainda. No capítulo 7 revelo alguns dos seus resultados.

O fato de ter esses três estudos longitudinais à disposição permite uma análise comparativa que pretende compreender regularidades que extrapolam especificidades ligadas ao tempo e ao espaço.¹⁹ Existirão aspectos *comuns* nas formas de organização da agricultura? E caso existam, a que se referem esses aspectos? Quais as respostas que estão emergindo *vis-à-vis* a reestruturação da agricultura que segue os processos atuais de globalização e liberalização? E, mais uma vez, existirão padrões *comuns* subjacentes a essas novas respostas e às práticas e trajetórias associadas? Esta abordagem comparativa permite-nos especificar a *unicidade* de cada um dos grupos acima mencionados, identificando simultaneamente semelhanças entre eles. Assim, tanto o geral como o específico podem ser avaliados passo a passo num processo que, de outra forma, seria um grande “caos”.

Conteúdo e organização do livro

Depois deste capítulo introdutório, o capítulo 2 discute a “*condição camponesa*” como uma luta contínua pela autonomia e pelo progresso em um mundo caracterizado por relações de dependência muitas vezes agressivas e por (níveis freqüentemente elevados de) privações. Para fazer frente à dependência e à privação, é necessário ter autonomia. É claro que essa é uma *condição* básica para todos os produtores simples de mercadorias. Essa condição também caracteriza, por exemplo, produtores independentes e artesãos da economia urbana.²⁰ Assim, a característica específica do campesinato é que a autonomia e o progresso são criados através da co-produção entre o homem e a natureza viva. A natureza, isto é, a terra, os animais, as plantas, a água, a biologia do solo e os ciclos ecológicos, é usada para criar e desenvolver a base de recursos, que é complementada pela mão-de-obra, investimentos na produção (instalações, trabalhos de irrigação, sistemas de drenagem, socos, etc) conhecimentos, redes, acesso a mercados, etc. Assim, partindo da *condição* camponesa, é possível especificar *o modo camponês de fazer agricultura*. É claro que outros modos de fazer agricultura também usam recursos. No entanto, tal como especificarei mais adiante (especialmente no capítulo 5), a forma de criar, desenvolver, associar, usar e reproduzir recursos dentro do modo camponês de fazer agricultura é extremamente característica, sendo a sustentabilidade um importante aspecto desta. Tal como Martinez-Alier, não afirmo “que os pobres [e, mais especificamente, os camponeses] são ambientalistas sempre e em qualquer lugar, pois isso é um patente absurdo. Mas defendo que, em conflitos

de distribuição ecológica, os pobres estão freqüentemente do lado da conservação dos recursos e de um ambiente limpo” (2002, p. viii).

A luta pela autonomia e pelo progresso não se limita, naturalmente, a condições do terceiro mundo. Os agricultores europeus estão igualmente envolvidos em lutas semelhantes, embora as condições imediatas sob as quais elas ocorrem sejam bastante diferentes e, por isso, os resultados também podem ser diferentes. No terceiro capítulo analiso o processo de recampesinização que teve lugar durante os últimos três decênios na comunidade camponesa de *Catacaos*, no norte do Peru, demonstrando como esse processo cada vez mais se desenvolve por oposição às formas crescentes de Império. O capítulo 4 é centrado num exemplo dramático do Império na Europa: o caso Parmalat.

Quando falamos de agricultura não estamos apenas falando de camponeses, como é óbvio. No capítulo 5, saliento as diferenças entre o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura, usando dados italianos e holandeses. No capítulo 6 introduzo e discuto processos de recampesinização que estão ocorrendo atualmente na Europa. Também nesse capítulo são apresentados os resultados da pesquisa italiana sobre a qualidade de vida em zonas rurais. Em seguida, o capítulo 7 enfoca novas formas de criar autonomia em níveis elevados de agregação. O exemplo analisado se relaciona com a criação de uma “cooperativa territorial” no norte da Holanda. Esse exemplo é, de certo modo, sobre a criação de uma nova *Catacaos* – embora a comunidade holandesa analisada se encontre bem longe do Peru, onde vive a comunidade *Catacaos* original. É dada especial atenção a “economias morais” (Scott, 1976) recém-emergentes. Assim, no capítulo 8 a atenção é virada para a “vaca global”²¹ – uma metáfora que se refere aos esquemas criados por mecanismos estatais para implementar prescrições e controlar o setor agrícola. No mesmo capítulo discute-se o papel da ciência na elaboração desses esquemas. O capítulo 9 tenta reunir as diferentes linhas do enredo que caracteriza o Império como um novo tipo de ordenamento. No último e décimo capítulo, desenvolvo uma discussão acerca da relevância do “princípio camponês” *vis-à-vis* esse novo enquadramento “imperial”.

O que é, então, o campesinato?

A ciência gera tanto conhecimento como ignorância.²² Um dos “buracos negros” criados pela ciência tem ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno. Isto significa que o fenômeno camponês²³ tem sido relegado para lugares remotos, escondidos na história e na periferia. Foi a ciência que criou uma imagem e um modelo de “empresário agrícola” – um modelo que postula o agricultor, suas práticas e as relações em que ele se envolve *como se supõe que sejam* (Jollivet, 2001; Ploeg, 2003a). Este modelo – concretizado através de processos continuados de modernização de largo alcance – representava o oposto daquilo que Shanin (1972) designou de classe dos camponeses “bárbaros”. Um modelo que anunciava *la fin des paysans* (o fim dos camponeses) (Mendras, 1967). Na sua discussão sobre as relações entre a modernização e os camponeses, Silvia Pérez-Vitoria (2005) assinala que *personne ne voulait les entendre; on était trop occupés à se modernizer* (ninguém queria entender os camponeses; todos estavam demasiado ocupados em se modernizar).

Esse modelo pressupõe que o empresário agrícola desenvolve uma empresa agrícola que está significativamente, se não completamente, integrada tanto em mercados de insumos como de produtos. Ou seja, o grau de mercantilização é elevado. A unidade agrícola é administrada de forma empresarial: ela segue a “lógica de mercado”. As características clássicas da fazenda familiar, como a autonomia, a auto-suficiência e o ciclo demográfico (Chayanov, 1966) não são mais consideradas relevantes. A empresa agrícola é completamente especializada e orientada para as atividades mais rentáveis através de escolhas estratégicas, com outras atividades externalizadas. Seus objetivos, tanto em longo como em curto prazo, são centrados na procura e maximização dos lucros. O empresário (ou empresária) não só se comporta como *homo economicus*, como também atua como um “adotante precoce” de novas tecnologias, se comparado com outros que são considerados “atrasados” (Rogers e Shoemaker, 1971). Portanto, pode-se presumir que os empresários agrícolas têm à sua disposição uma vantagem competitiva considerável, e que a usam para investir em expansão constante. Estes empresários agrícolas acreditam que estão envolvidos em uma “batalha pelo futuro”, onde apenas sobreviverão as empresas maiores e mais bem equipadas tecnologicamente.

Não faz sentido discutir se este modelo é verdadeiro ou não. O cerne da questão está no fato de este modelo ter se *tornado* verdadeiro, embora em graus diferentes e com resultados contrastantes durante o período de 1950 a 1990, quan-

do a agricultura mundial foi dominada por grandes projetos de modernização. Mas, apesar de o paradigma da modernização estar teoricamente desacreditado nos dias de hoje, ele ainda persiste como o principal modelo nas políticas, embora esteja muitas vezes “camuflado”. Em consequência, de modo geral se assume que o campesinato *de fato* desapareceu, principalmente em espaços onde o projeto de modernização tem sido bem sucedido. Segundo as visões “modernista” e marxista, os camponeses foram convertidos em “empresários” ou em “proletários” respectivamente.

Tal como expliquei no capítulo anterior, a maioria dos grupos agrários de hoje são constituídos por uma “mistura” confusa e altamente diversificada de diferentes modos de fazer agricultura. Alguns desses modos são semelhantes ao modo camponês; outros praticam uma lógica completamente diferente. Ao longo deste livro, tentarei demonstrar que esse é também o caso da Europa. Porém, não existe ainda uma teoria adequada para compreender e desvendar a natureza destes distintos grupos agrários. Esta falta de entendimento teórico reflete-se negativamente na formulação de políticas e também na forma, por vezes distorcida, como os novos movimentos sociais se relacionam com o campo.

A ciência “bárbara”²⁴

Juntos, estes grupos empíricos altamente diversificados e os suportes teóricos frágeis apresentam um conjunto de relações confusas e contraditórias (ver Shanin, 1990, p. 2). Tal como a Figura 2.1. indica, em relação à realidade empírica existe

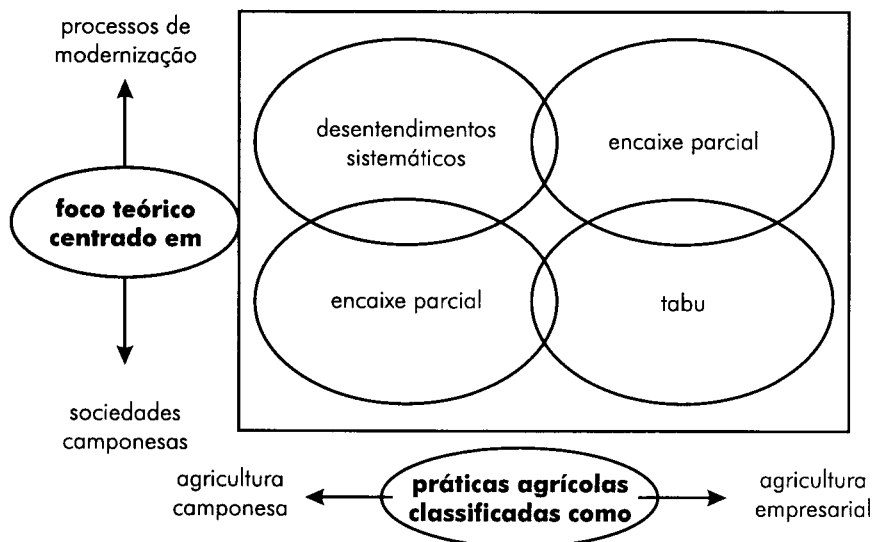


Figura 2.1 Os contornos do impasse teórico

uma variedade de expressões que vão desde as formas mais empresariais até às formas mais camponesas de agricultura. Ao mesmo tempo, na teoria temos a abordagem da modernização (que é centrada no empreendedorismo) e a tradição dos estudos camponeses, que raramente consegue encontrar um lugar para os camponeses no mundo moderno (ver, por exemplo, Ellis, 1988).

Existem diversos problemas relacionados com estas relações peculiares, embora compreensíveis, entre a prática e a teoria. Em primeiro lugar, considera-se que as formas camponesas de agricultura existem com frequência como *práticas sem representação teórica*, o que ocorre, particularmente, em países desenvolvidos. Assim, elas não podem ser adequadamente compreendidas, o que normalmente leva à conclusão de que não existem ou de que são, na melhor das hipóteses, uma anomalia irrelevante. Mesmo quando sua existência é reconhecida (como acontece em países em desenvolvimento), as realidades camponesas são vistas como obstáculos à mudança²⁵ – obstáculos que apenas se consegue ultrapassar através da transformação dos camponeses em empresários (ou em “produtores simples de mercadorias” de pleno direito).²⁶

Em segundo lugar, quanto às transições efetivas para a agricultura empresarial que foram surgindo, as continuidades e aspectos comuns implícitos nesses processos, em geral, foram negligenciados, especialmente devido ao fato de a agricultura empresarial como prática e o empresário como identidade social serem pensados como sendo contrários ao camponês e à sua forma de fazer agricultura. Neste sentido, as mudanças mal-compreendidas também entram no panorama.²⁷

Em terceiro lugar, quaisquer desvios da agricultura empresarial em relação ao modelo especificado nas teorias de modernização eram considerados imperfeições temporárias que não têm qualquer significado teórico. Assim foram criadas *realidades virtuais* que não são adequadas à preparação de políticas, nem úteis para o desenvolvimento agrícola (para uma discussão mais aprofundada sobre esta questão, ver Ploeg, 2003a).

Estes problemas contribuem consideravelmente para alguns dos dramas a que atualmente se assiste no mundo. O primeiro problema traduz-se na negação da forma típica como a agricultura camponesa se desenvolve, ou seja, pela intensificação fundada no trabalho. Essa é uma forma promissora de lidar com o desemprego, com a escassez de alimentos e com a pobreza. Porém, ela está ausente das agendas políticas e dos fóruns internacionais onde se discutem questões relacionadas com agricultura e desenvolvimento. A falta de uma concepção teoricamente adequada também teve seus impactos – de forma trágica – nos processos de reforma agrária, os quais são frequentemente descritos, em retrospectiva, como “promessas não cumpridas” (Thiessenhuisen, 1995): eles se tornaram cada vez mais um veículo para uma marginalização continuada e desnecessária “daqueles que lavram a terra” (Ploeg, 1977, 1998 e 2006d).

Por outro lado, o problema das transformações mal-compreendidas cega muitos daqueles que estão envolvidos nestes processos (sejam cientistas, políticos, agricultores ou líderes de sindicatos de trabalhadores agrícolas). Uma vez que estas

transformações (muitas vezes organizadas ativamente como modernização) eram consideradas por *definição* como um adeus à irracionalidade econômica e ao atraso do camponês, os padrões *atuais* de comportamento, individual ou coletivo, apenas podem ser compreendidos em termos de “tomadas de decisão racionais” – o que leva evidentemente a cadeias de mal-entendidos e ficções inter-relacionadas.

Em quarto lugar, há o drama relacionado à criação de novas realidades virtuais. Uma vez que a agricultura atual é amplamente conceituada e compreendida como a expressão da atividade empresarial, em consequência, ela também é entendida como um setor econômico que não difere significativamente de outros setores econômicos. Portanto, a agricultura pode e deve ser alinhada e governada pelos mercados. Dentro de tais realidades virtuais, as coisas não poderiam ser compreendidas de outra forma. Assim, um grande perigo é introduzido, já que, como indica Polanyi (1957): “deixar o destino do solo e das pessoas nas mãos do mercado seria o mesmo que aniquilá-los”. O que começou como “a extinção do campesinato” (estou parafraseando ligeiramente o título do livro de Gudeman de 1978) poderia, então, acabar sendo a extinção de partes consideráveis da agricultura tal como a conhecemos hoje.

Como é evidente, não faz qualquer sentido discutir se essa imagem parcialmente *virtual* e parcialmente *real* do empresário agrícola tem ou não um oposto. Refiro-me a essa contraposição através dos conceitos de camponês e campesinato. Mas ao fazê-lo não estou evocando o camponês do passado; refiro-me explicitamente aos camponeses do terceiro milênio. Isto levanta a questão que encabeça este capítulo: “O que é, então, o campesinato?”.²⁸ E qual o enquadramento teórico dentro do qual o campesinato deve ser analisado?

Estou absolutamente consciente da riqueza, amplitude e alcance da tradição dos estudos camponeses.²⁹ No entanto, apesar de suas muitas virtudes, considero que os resultados dessa tradição multifacetada são inadequados para compreender efetivamente as contradições, os potenciais e as limitações de *hoje*.³⁰ As lacunas da literatura existente podem ser resumidas em quatro pontos. Em primeiro lugar, os estudos camponeses tradicionais dividem o mundo em duas partes e aplicam teorias e conceitos diferentes a cada parte, ou seja, ao centro desenvolvido e à periferia subdesenvolvida. Assim surgem e se reproduzem imagens contrastantes – imagens de mundos diferentes habitados por pessoas diferentes.³¹ Embora isso raramente tenha sido explicitado, a fronteira decisiva entre esses dois mundos é o desenvolvimento: enquanto uma parte é desenvolvida, a outra é subdesenvolvida. Nas principais teorias dos estudos camponeses, estes eram entendidos como um “obstáculo ao desenvolvimento” (ver Byres, 1991) e como um obstáculo à industrialização, vista como “a via de saída do atraso” (Harriss, 1982 numa introdução crítica a Byres). Deste modo, o campesinato predominava nas partes “subdesenvolvidas” do globo (e os dois conceitos – campesinato e subdesenvolvido – acabavam se definindo mutuamente de forma implícita): “as populações camponesas ocupam as *margens* da economia moderna mundial” (Ellis, 1993, p. 3).³² Do outro lado da divisória que separa os “precários dos prósperos” (Ellis,

1993, p. 3), não poderiam, obviamente, existir mais camponeses. Assim, se considerou necessário criar conceitos diferentes nas pesquisas, análises e teorias. Nem sequer é necessário dizer que as manifestações fenomenológicas dos campesinatos de hoje são diversas e, em muitos casos, altamente contrastantes. No entanto, isso não implica negar que essas manifestações se baseiam analiticamente na mesma forma de ordenamento.³³ Ao longo deste livro procuro especificar os aspectos comuns implícitos, pois acredito (de acordo com Hofstee, 1985b) que as diferenças relevantes só poderão ser avaliadas quando os aspectos comuns forem efetivamente compreendidos.

Um segundo aspecto perturbador da tradição dos estudos camponeses é que o *modo* camponês de *fazer agricultura* tem sido, amplamente, negligenciado. A ênfase tem sido colocada simplesmente no envolvimento na agricultura como um dos elementos que definem a produção camponesa. O fato de os camponeses estarem envolvidos na agricultura era algo dado, mas as questões relacionadas com a forma *como* eles estavam envolvidos e *como* eles praticavam a agricultura, e se essa forma era ou não *distintiva* em relação a outros modos de praticar agricultura, quase não eram mencionadas – com a exceção dos ricos estudos do CIDA na América Latina durante a década de 1960 e início da década de 1970 (ver CIDA, 1973, para um resumo destes estudos).³⁴ Por conseguinte, o caráter distintivo dos camponeses tem sido procurado, essencialmente, nas relações desiguais de poder e/ou nas suas características socioculturais. Claro que minha intenção não é negar a presença dessas relações desiguais de poder. No entanto, muitas questões permanecem, entre as quais saber de que forma a desigualdade nas relações de poder *se traduz* num ordenamento específico das muitas atividades e relações em que os camponeses se envolvem.³⁵ Os camponeses, onde quer que vivam, relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas noutros modos de fazer agricultura. Da mesma forma, os camponeses formulam e reformulam os processos de produção agrícola em realidades que contrastam significativamente com aquelas criadas por agricultores empresariais e capitalistas. Finalmente, eles moldam e desenvolvem seus recursos, tanto materiais como sociais, de modos distintos.³⁶

Em terceiro lugar, de modo geral, os estudos camponeses têm sido negligentes em reconhecer a *condição de agente* dos camponeses, o que é uma consequência óbvia (não-intencional) do seu posicionamento epistemológico. De fato, os camponeses são freqüentemente representados como “vítimas passivas”. Shanin chega mesmo a referir “a posição do subjugado, [i.e.] a dominação do campesinato por *outsiders*” como uma das facetas básicas que definem e delimitam as sociedades camponesas. A posição “subordinada” dos camponeses é central na concepção de Shanin: “Em regra, os camponeses são afastados das fontes sociais de poder. Sua subjugação política está interligada com a subordinação cultural e com a exploração econômica através de impostos, trabalho forçado, aluguel, juros e termos de troca desfavoráveis ao camponês” (1971, p. 15).³⁷ É óbvio que, por si só, essa descrição não é incorreta. Os elementos referidos podem ser facilmente

encontrados na agricultura holandesa de hoje, por exemplo. A questão é que essas perspectivas são *incompletas*. Elas apenas dão ênfase a um dos lados da equação. Como Long observa (1992, p. 22-23), “A condição de agente atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de conceber formas de lidar com a vida, mesmo sob formas de coerção extremas. Dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras limitações (por exemplo, físicas, normativas ou político-econômicas) que possam existir, os atores sociais são “conhecedores” e “capazes”. Este ponto tem sido defendido em vários estudos sobre estilos de agricultura.³⁸ Recentemente, Long (2007) desenvolveu esta posição através de uma estrutura metodológica e conceptual precisa para estudar a *resistência*. No capítulo 10, retomarei esta abordagem.

Em quarto lugar, considero que mesmo nos casos em que os estudos camponeses deram alguma atenção às suas expressões imediatas (tais como a revolução verde, os programas de crédito, a reforma agrária), eles não consideraram o elemento-chave da grande onda de modernização que se espalhou pelo Terceiro Mundo tal como aconteceu na Europa e no resto do mundo. Independentemente dos níveis globais de sucesso ou fracasso, o projeto da modernização se transformou em *novos* padrões de diferenciação político-econômica. Isso aconteceu tanto na periferia como nos centros da economia mundial. Além dos conhecidos camponeses, os processos de modernização criaram empresários agrícolas e a agricultura empresarial nos setores agrícolas do Terceiro Mundo tal como na Europa e no resto do mundo. A implicação teórica desta situação é que o dualismo clássico (camponeses *versus* agricultores capitalistas que contratam e usam trabalhadores agrícolas) tornou-se subitamente inadequado para refletir teoricamente sobre a situação no campo. Já não existem apenas duas formas de delimitar o campesinato (camponês *versus* proletário e camponês *versus* agricultor capitalista). Agora são necessárias três linhas de demarcação para definir o campesinato. É necessário e estratégico que exista hoje uma forma de distinguir o camponês do empresário agrícola (ver também Figura 1.1). Se isso não acontecer, não será notada nem atribuída qualquer diferença *teórica*, por exemplo, entre famílias brasileiras de posseiros compostas pelo pai, três filhos e dois tios, que possuem 1.500 hectares de soja altamente mecanizados, e outra família de sem terras, provavelmente vizinha, composta por pai, mãe e três filhos, que trabalham 15 hectares de terras pouco férteis com fruta, vegetais e algumas vacas num assentamento em terras recém-ocupadas (ver, por exemplo, Cabello Norder, 2004, Schneider, 2006, e Otsuki, 2007, para uma discussão mais generalizada).

Para que as lacunas referidas acima possam ser ultrapassadas, é necessário desenvolver conceitos que correspondam a determinados requisitos. Em primeiro lugar, esses conceitos precisam incluir tanto o centro como a periferia. Eles devem também ser aplicáveis aos grupos atuais, bem como aos diferentes cenários históricos. Qualquer segmentação feita *a priori* deve ser imediatamente excluída. Em suma, os estudos camponeses pós-modernos devem ocupar-se dos grupos camponeses *tanto* do centro *como* da periferia. Em segundo lugar, esses

estudos precisam ir além da divisão criada entre a abordagem socioeconômica e a abordagem agrônômica. Em terceiro lugar, eles precisam ser fundamentados no reconhecimento de que, desde o apogeu das teorias de modernização e dos estudos camponeses, *a agricultura materialmente reestruturada* em todos os lugares. Ela foi reestruturada e diferenciada de acordo com novas linhas de orientação, precisamente devido aos vastos processos de modernização que tiveram lugar em escala mundial durante o período dos anos 50 aos anos 90 do século XX. Em quarto lugar, os conceitos novos devem ir além da simplicidade dos esquemas tipo “preto-e-branco”. Eles precisam incluir graus, nuances, heterogeneidades e especificidades diferentes. Ademais, uma vez que o campesinato e o modo camponês de fazer agricultura representam, acima de tudo, processos dinâmicos que se desenvolvem ao longo do tempo – em muitas direções diferentes e, por vezes, diametralmente opostas – esses conceitos devem facilitar a exploração e análise dos diferentes resultados desses processos. Isso implica que as diferenças e graus relativos serão centrais à análise (Toledo, 1995, traduz essa idéia por “graus de campesinidade”). Em quinto lugar, os conceitos devem ser elaborados de forma que a análise comparativa seja viável. Em sexto lugar, eles devem refletir a natureza multidimensional e os níveis e atores múltiplos das realidades camponesas (Paz, 1999 e 2006a). Finalmente, esses conceitos devem ser baseados em definições positivas e substantivas, independentemente do grupo a que se referem. As coisas devem ser definidas tal como são, como defende Palerm (1980) de forma convincente em relação aos camponeses, e não através da negação daquilo que, definitivamente, não são. A definição do camponês como um não (ou ainda não) empresário – ou como em fase de desaparecimento – é, sem dúvida, deficitária.

Uma definição abrangente da “condição camponesa”

Acredito que é possível e urgente ultrapassar as lacunas em que o desenvolvimento histórico dos estudos camponeses acabou caindo. Para que possamos voltar a teorizar o campesinato, pretendo desenvolver uma nova definição da “condição camponesa”, que o situe estritamente no contexto dos dias atuais e, ao mesmo tempo, reconhece sua condição de agente, não como um atributo adicional, mas como uma característica central.³⁹ A partir da definição da condição camponesa, também pretendo explicitar o “modo camponês de fazer agricultura”, o qual se centra nas formas múltiplas e internamente coerentes como os camponeses determinam o processo agrícola de produção. Estes dois conceitos estão intimamente relacionados: o modo camponês de fazer agricultura está enraizado na condição camponesa e provém dela. Os dois conceitos – a condição camponesa e o modo camponês de fazer agricultura – correspondem às condições teóricas que formulei anteriormente e, em conjunto, levam a um enriquecimento teórico dos estudos camponeses, enquanto, ao mesmo tempo, aumentam sua utilidade na prática.

Assim, as características fundamentais da condição camponesa⁴⁰ são (1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações.

Em primeiro lugar analisarei de forma breve os diferentes elementos que constituem esta definição abrangente da condição camponesa. Depois disso, identificarei a dinâmica que a condição camponesa implica e através da qual ela se concretiza em diferentes grupos inseridos em relações de tempo-espço específicas e muitas vezes contrastantes.

Co-produção

A *co-produção*, um dos elementos definidores do campesinato mais importantes, diz respeito à interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva.⁴¹ Tanto os recursos sociais como os recursos naturais são constantemente configurados e reconfigurados, assim gerando continuamente novos

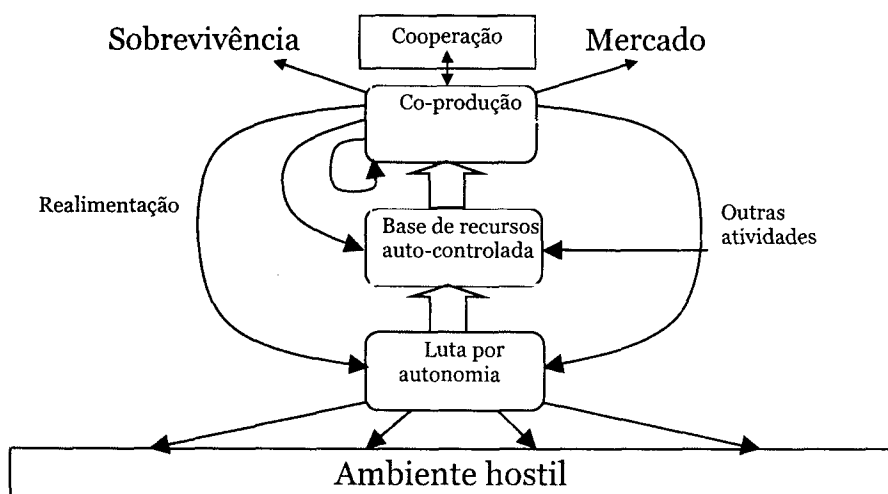


Figura 2.2 *Esquema da condição camponesa*

níveis de co-produção (Guzman-Casado *et al.*, 2000; Gerritsen, 2002; Ploeg, 2003a). A agricultura, a criação de animais, a horticultura, a silvicultura, a caça e a pesca, e também a transformação posterior dos produtos obtidos em outros produtos mais elaborados (por exemplo, a transformação de excrementos e palha em estrume, de leite em queijo e de carne em presunto), bem como fenômenos recentes, como o turismo rural, são expressões da co-produção. Na co-produção, a interação entre o homem e a natureza *viva* é decisiva – ela distingue o rural do urbano (Ploeg, 1997b). A interação com a natureza viva também dá forma ao social nas seguintes formas: a natureza artesanal do processo de produção, a centralidade da artesanidade e a predominância de unidades familiares estão intimamente relacionadas com a co-produção e com a co-evolução do homem e da natureza viva. Do ponto de vista teórico, é importante referir que é através da co-produção que o progresso é alcançado.⁴² A avaliação e a retrospectiva do processo de produção como um todo permitem a coordenação de sub-tarefas diferentes e a sua orientação para uma forma mais produtiva. Assim, os recursos naturais e sociais podem ser melhorados em longo prazo. Através de uma (re) configuração dos recursos (como, por exemplo, a transformação de um campo de cultivo em um campo mais fértil) e da criação de novas combinações de recursos é possível alcançar níveis mais elevados de produtividade (para uma discussão mais geral, ver Ploeg *et al.*, 2004c; Verhoeven *et al.*, 2003, apresenta um caso empírico). Assim se estabelece uma diferença importante entre a definição abrangente da condição camponesa aqui proposta e as definições anteriores, uma vez que a primeira *integra sistematicamente o processo de produção agrícola como uma prática potencialmente dinâmica*.

Todas as definições de campesinato mencionam o seu envolvimento em atividades agrícolas. Contudo, a questão é que, na maioria dos estudos, a agricultura funciona como um mero cenário. Ela existe apenas como se fosse um papel de parede. Mesmo quando as atividades agrícolas são descritas extensivamente, o aspecto salientado é a *rotina* (a organização estável do espaço, o calendário agrícola que governa o tempo, as tarefas meticulosas que advêm do processo de trabalho e sua distribuição fixa de acordo com a idade e o gênero). A dinâmica e a maleabilidade da produção agrícola raramente são exploradas, tal como as atividades associadas ao processo de reprodução. Por conseguinte, a produção agrícola organizada pelos camponeses é, basicamente, vista como um fenômeno em estagnação que muitas vezes se traduz no “atraso” geral e intrínseco do campesinato como um todo.⁴³

O principal argumento deste livro contesta este ponto de vista e defende que a agricultura camponesa está longe da estagnação e do atraso intrínseco (para fatos históricos e contemporâneos que suportam este argumento ver, por exemplo, Bieleman, 1987; Richards, 1985; Osti, 1991; e Wartena, 2006). A questão crucial é que a *produção* agrícola representa, para os camponeses, um de seus principais *campos de batalha*. É na produção agrícola e através dela que o progresso pode ser alcançado. Melhorando lentamente a qualidade e a produtividade dos recursos

essenciais – terras, animais, culturas, instalações, infra-estruturas de irrigação, conhecimentos, etc –, aprimorando meticulosamente o processo de produção e reestruturando as relações com o mundo exterior, os camponeses lutam e por fim alcançam os meios para aumentar sua autonomia e melhorar a base de recursos de suas unidades agrícolas.

A base de recursos

A construção e manutenção de uma *base de recursos* auto-controlada é outro dos elementos definidores de importância estratégica. A criação e o crescimento de uma base de recursos permitem uma certa liberdade relativamente a trocas econômicas, pois ela se baseia, pelo menos em parte, *em trocas com a natureza* (Toledo, 1990 e 1992). A criação e desenvolvimento de uma base de recursos são condições cruciais e indispensáveis para a co-produção.⁴⁴ Por sua vez, uma base de recursos em evolução é um dos principais resultados (e não-mercantilizados) da co-produção. Através da co-produção, os recursos não são apenas convertidos em uma variedade de bens e serviços, como são também, ao mesmo tempo, reproduzidos como recursos. Portanto, a co-produção sempre diz respeito a dois processos claramente interligados: o processo de produção e o processo de reprodução. Apesar de a base de recursos necessária ir mudando conforme o lugar e a conjuntura específica de determinado momento no tempo, geralmente se considera que sem uma base de recursos adequada a co-produção e seu desenvolvimento auto-impulsionado se tornam difíceis, se não mesmo impossíveis. Uma co-produção efetiva tem efeitos positivos sobre a reprodução necessária (e do desenvolvimento continuado) da base de recursos. Ela igualmente tem um impacto positivo na sobrevivência, no padrão de vida e nas perspectivas das famílias camponesas envolvidas. *Dessa forma, o desenvolvimento da agricultura e a base de recursos na qual ele se apóia coincidem e concretizam-se na emancipação do campesinato.*

Juntas, uma base de recursos auto-controlada e uma co-produção administrada por camponeses constituem um processo de trabalho específico que, para os envolvidos, está longe de ser uma repetição infinita (e extremamente cansativa) de tarefas e subtarefas mais ou menos simples. O processo de trabalho é, em primeiro lugar, o *locus* onde o homem e a natureza viva se encontram e onde ciclos diferentes são integrados conjuntamente em um todo coerente e, por isso, muitas vezes estético.⁴⁵ Uma vez que a natureza viva não pode ser completamente planejada nem controlada, existirão sempre surpresas – boas ou más. A arte de dominar essas surpresas e de transformá-las em práticas originais⁴⁶ é freqüentemente um elemento-chave do processo de trabalho. Este é um segundo aspecto crucial do processo de trabalho: nele são desenvolvidas aprendizagens e criadas novas formas de fazer as coisas. Um terceiro aspecto e, provavelmente, um aspecto decisivo, é o fato de o processo agrícola de produção ser um processo através do qual não

são apenas criados *produtos finais* (tais como leite, batata, carne, etc). Durante o processo de trabalho, os atores envolvidos também constroem, reconstróem e desenvolvem uma combinação de recursos específica, equilibrada e harmonizada. Ou seja, eles constroem um *estilo de agricultura* e estabelecem uma ligação específica entre esse estilo de agricultura e o mundo exterior.

A agricultura implica, acima de tudo, *criar ativamente* coisas, recursos, relações e símbolos.⁴⁷ A partir desta conclusão, chegamos ao quarto aspecto principal do processo de trabalho. É no processo de trabalho e através dele que o progresso pode ser alcançado. Isto significa que *o processo de trabalho é uma arena muito importante de luta social para o campesinato*. A luta social não ocorre apenas nas ruas, nas ocupações de terras, nas fábricas ou nos grandes supermercados (isto é, fora dos domínios da produção e do trabalho), nem precisa haver cartazes ou discursos inflamados de todas as cores. A luta social também deve ser vista como um esforço substancial para melhorar os recursos disponíveis, provocando pequenas adaptações que, no seu conjunto, contribuem para a criação de um bem-estar aumentado, de uma renda mais elevada e de melhores perspectivas de futuro. Nesse aspecto, a cooperação é, freqüentemente, um mecanismo-chave.

A importância do processo de trabalho como um dos lugares onde o progresso se constrói explica a tenacidade com que os camponeses defendem sua autonomia. A possibilidade de conceber, controlar, construir e re-construir o processo de trabalho (e os muitos recursos, ciclos, tarefas e relações que este implica) é estratégica em todos os níveis de desenvolvimento.

Padrões de relações mercantis como formas que permitem a autonomia

Um terceiro elemento definidor refere-se às relações específicas estabelecidas com os mercados. Estas relações são parte de um conjunto mais amplo de relações que ligam o campesinato ao mundo exterior, o qual é estruturado pelos camponeses de forma a permitir o máximo de flexibilidade, mobilidade e capacidade de escapar ao controle. As relações externas são orientadas de modo a permitir a contração ou expansão nos momentos apropriados e as armadilhas são evitadas ao máximo. As relações com o mundo exterior – seja com mercados, agências de mercado, autoridades políticas, bandidos ou padres – são construídas, mantidas e alteradas de acordo com os repertórios culturais locais (ou economias morais) que se centram na questão da desconfiança⁴⁸ e, conseqüentemente, levam à construção de autonomia.⁴⁹ Neste caso, a desconfiança é claramente tanto um reflexo de ambientes hostis como uma resposta a eles. O envolvimento em relações de dependência, mesmo quando estas podem ajudar a construir algo que pareça impressionante, viril e poderoso, é visto com profunda desconfiança. Ligada a essa desconfiança existe outra relacionada com a imediação e com as tentações inerentes a ela. A imediação é vista com desconfiança em quase todas as culturas

camponesas, quer no Terceiro Mundo, quer em países altamente desenvolvidos. A imediação significa que as coisas têm de ser tomadas pelo seu valor nominal. Contudo, no mundo camponês se questiona continuamente o que subjaz às aparências imediatas. Uma vaca de grande rendimento será um reflexo de estratégias de criação de animais e competências altamente bem sucedidas dentro da unidade agrícola e de redes ativamente mantidas com outros agricultores que estão providenciando “sangue novo”? Ou isso será um resultado da aquisição dispendiosa de gado criado em outro lugar, com altos níveis de insumos de concentrados caros, despesas elevadas em veterinários e uma menor longevidade? Será que uma grande unidade agrícola de sucesso é construída sobre dívidas elevadas e, por isso, enfrenta altos custos financeiros? Ou será essa unidade agrícola aquilo a que os holandeses chamam de “fazenda livre”?⁵⁰ A imediação é traiçoeira (isso se reflete, obviamente, no comportamento econômico anti-cíclico dos camponeses). As coisas não podem ser tomadas pelo seu valor nominal: a aparência engana. Aquilo que é decisivo é a posição das coisas em relações construídas cuidadosamente que ligam o passado, o presente e o futuro⁵¹ – para frente e para trás – e que, simultaneamente, situam essas coisas nas divisões específicas de trabalho e de espaço.

Tudo isto aponta para a centralidade dos repertórios culturais locais e para relatos relacionados. Todos os fenômenos ou imagens apresentados são considerados insignificantes, se não mesmo perigosos, caso não estejam enraizados em sua própria história específica: de onde vêm,⁵² ao que levam? Quais serão os seus custos e benefícios? Quais são as condições sob as quais esses benefícios podem emergir e se materializar? Quem vai colher os frutos associados a esses benefícios? Para os camponeses, estas questões representam uma desconfiança institucionalizada (que claramente implica uma diminuição dos custos de transação). No contexto da modernidade, essa desconfiança institucionalizada será com certeza entendida como um anacronismo. Contudo, em um mundo cada vez mais dominado pelo Império e pela invasão associada da vida cotidiana por todo o tipo de imagens virtuais (ou seja, *imediatas*),⁵³ essa desconfiança institucionalizada (e a obstinação relacionada) talvez não esteja deslocada. Ela pode até acabar por se tornar em um dos controles e equilíbrios necessários, se não mesmo diretamente em um dos mecanismos usados para evitar os grandes desvios irreversíveis que cada vez mais parecem existir em nossas sociedades.

Ao mesmo tempo, a desconfiança é associada à confiança quando se trata dos recursos locais, sociais e materiais nela enraizados. Praticamente todos os repertórios locais evidenciam as virtudes que o trabalho implica e, especialmente, os valores dos objetos e relações criadas no processo de trabalho (auto-controlado) e através dele. Assim sendo, a *arte* de produzir estrume bom, de criar vacas boas e de criar um cavalo dócil são elementos centrais nos repertórios locais que se referem à prática agrícola como um processo socialmente construído. Ligada a isso está a importância atribuída ao trabalho árduo, à dedicação, à paixão e ao conhecimento como fontes estratégicas dos valores criados. Mesmo em sociedades altamente modernizadas (“secularizadas”), tais como a holandesa, especialmente

no setor agrícola, onde aparentemente apenas são permitidos argumentos econômicos (do tipo neoclássico), a maioria dos agricultores descreve cuidadosamente aquilo a que chama o seu “hobby”. Esse hobby (por exemplo, o melhoramento de gado em unidades agrícolas) é a *zona cinzenta* (conforme “zonas de incertezas deliberadas”, como descreve Crozier, 1964) onde o trabalho, o conhecimento, a experiência e os desejos próprios são as fontes de inspiração orientadoras (onde a prescrição externa introduzida através de relações de dependência não é aceita) e onde elementos de superioridade e beleza são construídos de forma a trazer satisfação e orgulho. São precisamente essas “coisas” que o mercado nunca consegue oferecer, e que seria impossível construir se fosse a lógica de mercado a determinar o que deve ser feito e o que deve ser evitado. Assim se explica a metáfora reveladora do “hobby”.

O equilíbrio entre a confiança e a desconfiança se traduz em uma estruturação específica das relações econômicas na qual a agricultura está enraizada. Como representa a Figura 2.3, do ponto de vista analítico, a prática agrícola consiste em três processos inter-relacionados e mutuamente adaptados: (1) a *mobilização de recursos*, (2) a *conversão de recursos em produtos* (finais) e (3) a *comercialização*

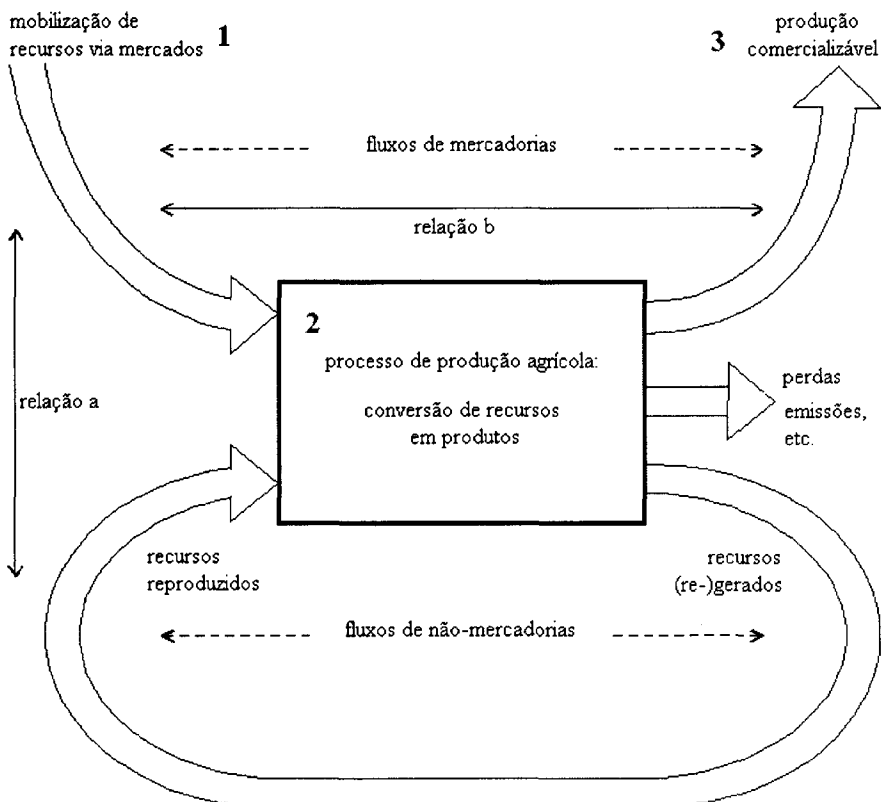


Figura 2.3 Os fluxos básicos da agricultura.

e reutilização dos produtos finais. O primeiro e o terceiro processos, e também cada vez mais o segundo, pressupõem e implicam *de fato* relações com mercados. Contudo, eles podem ser estruturados de formas completamente diferentes.

Os recursos podem ser mobilizados através de mercados diferentes, mas também podem ser produzidos e reproduzidos dentro da propriedade.⁵⁴ Isto se aplica a todos os recursos materiais e sociais relevantes, tais como gado, rações e forragens, fertilizantes, sementes, mão-de-obra, conhecimento, capital de giro, instalações, etc. Esses recursos podem ser obtidos através de transações de mercado e, conseqüentemente, entrar no processo de produção como mercadorias, ou ser produzidos e reproduzidos na própria unidade agrícola (ou ser obtidos através de trocas reguladas socialmente). Contudo, mesmo os recursos que não podem ser produzidos fisicamente na unidade agrícola (tais como máquinas pesadas) podem ser obtidos através da *conversão* de recursos próprios (por exemplo, de poupanças) nos recursos necessários, ao invés de pedir empréstimos para comprá-los. Assim sendo, a “história social” (Appadurai, 1986) específica é o que faz a diferença.

A agricultura camponesa é essencialmente (embora não exclusivamente) baseada em um fluxo relativamente autônomo de recursos produzidos e reproduzidos na própria unidade agrícola.⁵⁵ A base de recursos sólida e bem definida é criada e desenvolvida através desse fluxo. Do mesmo modo, apenas uma parte da produção total é vendida, sendo a outra parte (que obviamente pode variar no tempo e no espaço) re-utilizada na própria unidade agrícola. Essa segunda parte retorna aos ciclos futuros, assim criando uma forma de auto-suficiência (ou auto-abastecimento) que não está relacionada (ao contrário do que muitas teorias ainda defendem) com o consumo familiar de alimentos, mas com o funcionamento da unidade agrícola *como um todo*. Voltarei a esta *forma camponesa de estruturação* típica quando abordar o modo camponês de fazer agricultura.

Sobrevivência

A sobrevivência (ou a “busca por meios de subsistência”, segundo Pearse, 1975, p. 42) é outro elemento da caracterização abrangente do campesinato. O termo se refere à reprodução e ao melhoramento esperado da própria existência. A sobrevivência é, de certo modo, a metáfora que se refere à “unidade simbiótica” (segundo Jerzey Tepicht, 1973) entre a unidade de produção e a unidade de consumo implícita no campesinato. A natureza e o nível de sobrevivência dependem evidentemente da localização temporal e espacial, ou seja, dependem das relações com o Estado, os grupos de capital, com outros grupos sociais, classes e instituições, bem como das relações internas dentro do próprio campesinato. Os agricultores frísios⁵⁶ “sobrevivem” com um nível de renda de 35.000 euros por ano (melhor dizendo, eles sobrevivem à custa do salário de suas mulheres). As pequenas unidades agrícolas mistas do Vale Gelder (também na Holanda) sobrevivem com 4.000 euros⁵⁷ e os agricultores de batatas peruanos dos Andes sobrevivem com

alguns dólares por dia. Contudo, não é só o nível de sobrevivência que muda; com ele a própria noção de sobrevivência muda também. Em algumas situações, a auto-suficiência implica que a produção seja, em primeiro lugar, destinada para a satisfação das necessidades nutricionais da família dos agricultores. Em outras, a noção basicamente se refere ao nível de renda obtido. Em outro conjunto de situações, ela se refere à capacidade de cumprir as condições impostas por bancos, grupos agroindustriais e pelo Estado que se torna decisivo para a sobrevivência. Em suma, a sobrevivência é uma noção delimitada no tempo e no espaço.

É importante evitar a identificação ou a limitação do conceito de sobrevivência (e também do conceito de campesinato em geral) relativamente ao conceito de “subsistência” (ou auto-abastecimento alimentar). O auto-abastecimento pode ser uma expressão da sobrevivência, mas não necessariamente a única (Salazar, 1996, p. 27). No século XVII, os camponeses holandeses já não produziam grãos para consumo familiar. Os grãos eram importados da zona do Báltico por um preço muito menor do que o seu custo de produção na Holanda. Ademais, o abastecimento era estável e de confiança. Assim sendo, os camponeses holandeses especializaram-se em outras culturas (de “alto valor”), especialmente na criação de gado e na produção de leite (Hoppenbrouwer e van Zanden, 2001). Os camponeses adaptam-se constantemente a conjunturas específicas, portanto as especificidades da sobrevivência também se adaptam a elas – sem que isso implique qualquer *alteração básica* nas próprias condições camponesas.

O fortalecimento continuado da base de recursos

A co-produção não só alimenta a sobrevivência, mas ela também fortalece a base de recursos. Isso pode acontecer de várias formas. A co-produção pode contribuir com uma extensão quantitativa da base de recursos, mas muitas vezes ela (também) produz uma melhoria qualitativa dos recursos disponíveis e/ou uma redefinição de sua composição. No primeiro caso, a qualidade da terra, do gado, das variedades de plantas, da mão-de-obra, dos sistemas de irrigação, das instalações, dos instrumentos, etc, é melhorada, o que permite melhores resultados na produção. No segundo caso, as relações entre os objetos de trabalho, os instrumentos e a força de trabalho são redefinidas, combinando, por exemplo, a mesma quantidade de recursos materiais com mais insumos de trabalho, o que estimula um processo de intensificação. Na prática, a extensão e consolidação da base de recursos também é considerada como a criação de patrimônio, ou como uma *patrimonialização*, segundo Portela *et al.* (2003) na sua descrição da área camponesa de Trás-os-Montes no Norte de Portugal. Isso também está associado ao orgulho (Lanner, 1996). O fortalecimento da base de recursos implica, freqüentemente, o uso de redes sociais extensas através das quais circula material genético promissor, ou a ação coletiva dos proprietários pelo controle da água ou as disputas com os *intermediários* para obter melhores preços.

É claro que o fortalecimento da base de recursos não está apenas relacionado com os próprios recursos. Ele também diz respeito às relações e redes que governam sua mobilização, uso e valorização (Schneider, 2006).

Reduzindo a dependência

Quando a definição da condição camponesa se refere a uma situação de dependência e de privação, ela aponta para a tendência geral (especialmente nas atuais economias globalizantes) de termos de troca desiguais e decadentes. Isso ocorre devido a preços em queda, à deteriorização das condições de venda, à elevação dos custos, à tributação, à expropriação (parcial), ao acesso limitado a bens e serviços essenciais, à subida do custo de vida e à imposição de esquemas reguladores que fazem aumentar os custos e diminuir a eficiência da produção e/ou impedem determinados caminhos futuros. Devido à mecânica do processo geral de acumulação de capital, as relações de dependência e os níveis de privação associados são constantemente (re-)introduzidos na condição camponesa.⁵⁸ Esta situação não é imanente à condição camponesa, ela se deve ao seu enraizamento em economias capitalistas globalizantes (e, também, em formas de socialismo estatal). Por conseguinte, o confronto com a dependência e a privação não é um processo que acontece apenas uma vez, nem está situado somente no início da viagem através do tempo, chamada agricultura. Ele se repete interminavelmente.

É possível alcançar uma redução da dependência através da sobrevivência e do fortalecimento da base de recursos (aqui a natureza cíclica da condição camponesa é evidenciada). Os modos de vida no meio rural podem ser melhorados, em curto e em longo prazo, através de esforços continuados e renovados para reduzir a dependência. Neste ponto, é importante enfatizar que, com algumas exceções importantes, a redução da dependência não se refere ao contexto político-econômico em si, mas, e acima de tudo, às *inter-relações* entre a unidade de consumo e produção e seu contexto. Ou seja, ela se refere à questão de como, por quem, com que meios e através de que encontros e contradições essas inter-relações são *estruturadas*.

Lutando por autonomia

Finalmente, surge o denominador comum dos elementos definidores apresentados até aqui. O campesinato representa basicamente uma *luta constante por autonomia* ou a busca pela “liberdade dos agricultores”, como Slicher van Bath (1948; 1978) expressou. Essa liberdade implica, segundo o autor, dois tipos de relações: um tipo que assegura (pelo menos relativamente) que o camponês esteja livre *de* relações agressivas de exploração e submissão, e outro (evidentemente ligado ao primeiro e condicionado por ele), que consiste na liberdade *para* agir de

tal forma que a agricultura corresponda aos interesses e aspirações dos produtores envolvidos.⁵⁹ Enquanto as relações de dependência se situam dentro da própria formação social, a busca por autonomia e a construção dessa mesma autonomia centram-se, mais uma vez, nas inter-relações entre a unidade agrícola e seu contexto (ver também Robertson Scott, 1912). Retomarei este tema mais adiante. Contudo, neste nível introdutório é importante notar que estamos lidando com *graus de sistemicidade*⁶⁰ (Gouldner, 1978) que vão desde níveis elevados de integração em sistemas e dependência, passando por todo o tipo de situações intermédias, até níveis elevados de relativa autonomia. Estas diferenças dizem respeito, em parte, à possibilidade de criar *espaço de manobra* (Long, 1985) nos níveis micro e meso.

A luta por autonomia toma muitas formas que estão, frequentemente, interligadas. Ela pode ocorrer através das clássicas “guerras camponesas” (Wolf, 1969; Paige, 1975) ou das menos visíveis “armas dos fracos” (Scott, 1985). Mais frequentemente, quase de forma contínua, essa luta passa pelos campos, currais e estábulos através das muitas decisões que precisam ser tomadas sobre a criação dos animais, a seleção de sementes, a irrigação e os insumos de trabalho. A luta por autonomia também se articula através da ampliação dos níveis elevados de agregação (ver, por exemplo, Haar, 2001, e Sandt, 2007).

Finalmente, gostaria de acrescentar que a autonomia, tal como é discutida neste capítulo, não deve ser interpretada como uma categoria negativa, como uma instância que não é condicionada por ninguém. Pelo contrário, me refiro à autonomia relativa – ao espaço de manobra, tal como definido por Long (1985), que consiste em uma constelação em que a responsabilidade e a condição de agente se manifestam. A relevância desta especificação será salientada quando a questão do Império for discutida.

Pluriatividade

Os camponeses estão frequentemente engajados na pluriatividade – não só na periferia (Ellis, 2000a e b; Schneider, 2003), como também no centro (Gorgoni, 1980; Bryden *et al.*, 1992; Wilson *et al.*, 2002). Na maioria das vezes, a pluriatividade é uma forma de suplemento da renda, mas muitas vezes ela serve também para obter fundos que permitem aos camponeses investir na compra de combustível, bombas de irrigação, sementes, fertilizantes, bois, tratores e/ou na alimentação da família. Através da pluriatividade, a dependência de circuitos bancários e de prestamistas pode ser evitada. Numa análise superficial, pode parecer que a pluriatividade apenas substitui um padrão de dependência por outro. Contudo, existe uma diferença estratégica. Quando as sementes, fertilizantes, etc, foram pagos com dinheiro ganho em outro lugar, eles foram de fato “pagos”. Esses insumos são comprados como mercadorias, mas entram no processo de produção da unidade agrícola como valores de uso. Eles não devem ser mais valorizados

em termos de valor de troca. A história social particular destes recursos confere ao camponês a *liberdade para* fazer com eles o que melhor entender (ele pode emprestá-los a um vizinho ou vendê-los de novo para pagar a conta do hospital da mulher).⁶¹ Contudo, se esses insumos forem comprados a crédito, eles terão de ser pagos com juros e com os produtos que serão gerados no *próximo* ciclo de produção, o que muitas vezes implica uma reestruturação do processo de produção (por exemplo, para evitar riscos).⁶² E se o mau tempo provocar a perda da colheita, o camponês provavelmente perderá sua terra.

Vários observadores (conforme Kearney, 1996; mas também Bryceson e Jamal, 1997; Bryceson e Mooij, 2000) fizeram sistematicamente interpretações erradas acerca dos fenômenos da pluriatividade e da mão-de-obra migrante.⁶³ Eles os analisam como se fossem apenas mais uma fase (provavelmente definitiva) do desaparecimento do campesinato. Contudo, se esses observadores conseguissem olhar além das imediações de tempo e lugar, eles constatariam que os migrantes retornam a casa com rendimentos, que usam precisamente para investir em uma unidade agrícola renovada e reforçada. Esses processos explicam, por exemplo, o atual florescimento da agricultura na região de Trás-os-Montes, no Norte de Portugal, e o *boom* da agricultura no Sul da Polônia.

Na Holanda, cerca de 70 a 75% de todas as famílias camponesas praticam a pluriatividade (Vries, 1995). Nessas famílias, o marido ou a mulher (ou ambos) ganham uma parte considerável da renda familiar em lugares situados fora da unidade agrícola. Em unidades agrícolas produtoras de leite profissionais (isto é, em “tempo integral”), cerca de 30% da renda provem da pluriatividade (Ploeg, 2003a). Em unidades agrícolas aráveis, essa percentagem atinge mais de 50% (Wiskerke, 1997). Em termos gerais, os níveis de renda familiar são mais elevados em unidades pluriativas do que nas chamadas unidades em tempo integral. Um estudo irlandês sobre pluriatividade concluiu que esse fenômeno não é uma expressão da pobreza. Pelo contrário, a pluriatividade está associada ao bem-estar (Kinsella, *et al.*, 2000). Contudo, esse fato não exclui a hipótese de, em outras circunstâncias sociais, a pluriatividade adquirir um significado drasticamente diferente (ver, por exemplo, Hebinck e Averbeke, 2007).

Padrões de cooperação

Em face de um ambiente hostil, quase sempre é necessário criar formas de cooperação (um “grupo da terra”, como diria Pearse, 1975).⁶⁴ Através da cooperação é possível enfrentar um ambiente ecológico severo (e/ou complexo) (Schejtman, 1980), o que freqüentemente é concretizado através de sistemas de irrigação manejados por camponeses e/ou através de padrões de troca socialmente regulados. As circunstâncias político-econômicas adversas requerem igualmente formas de cooperação adaptadas. Assim, os acordos mútuos poderão funcionar como “cinto de segurança” (Tepicht, 1973) para o campesinato. O melhoramento da co-produção

impulsiona igualmente muitas formas de cooperação, que vão desde a troca de sementes de batata nos Andes (Brush *et al.*, 1981) aos “clubes de estudo” dos agricultores holandeses (Leeuwis, 1993). De fato, o mundo contém uma variedade impressionante de instituições que orientam e regulam a cooperação dentro da agricultura camponesa. Essas instituições vão desde as *comunidades camponesas* da Bolívia, Peru, Equador e em partes do Chile, passando pelas antigas *mir* nas zonas rurais da Rússia, as *zanjeras* nas Filipinas, os *baldios* no Norte de Portugal, até às emergentes *cooperativas territoriais* na Holanda e às *Landschaftspflegeverbände* na Alemanha. É importante notar que, em todas estas expressões organizacionais da necessidade institucionalizada de cooperação, quase sempre existe um equilíbrio adequado entre o individual e o coletivo. A cooperação não implica uma supressão da primeira parte da equação sugerida nas realidades camponesas. Ao invés disso, é através da cooperação que os interesses e aspirações individuais são defendidos. Gostaria também de sublinhar que, através da cooperação, a luta por autonomia se estende além do nível da unidade agrícola individual. A autonomia é frequentemente construída em níveis mais elevados de agregação, como aconteceu quando as cooperativas foram formadas pela primeira vez na Europa, no final do século XIX. Isso também ocorreu em muitos episódios impressionantes da luta camponesa na América Latina durante o século XX. E, e não estou equivocado, está acontecendo de novo no início do século XXI – literalmente perante nossos olhos. No capítulo 7 retomarei a discussão acerca de um destes episódios.

Síntese

Creio que, no seu conjunto, os elementos discutidos constituem uma definição abrangente da condição camponesa. E esta é uma definição supera as limitações das representações anteriores do campesinato. Ela também permite uma demarcação clara (pelo menos na esfera conceitual) entre a condição camponesa e outras condições. Em particular, ela permite algo que tem faltado até agora, isto é, uma análise comparativa do campesinato que não está limitada por descrições *a priori* que remetem o campesinato para o passado e/ou para a periferia, negando sua presença no centro do atual sistema global. Ademais, esta definição torna possível integrar na análise elementos como as lutas camponesas, a condição de agente e a cultura. Acima de tudo, ela permite uma análise da *dinâmica* do campesinato e dos processos de desenvolvimento rural e agrário, como será demonstrado adiante.

Sobre aspectos comuns, diferenciação e mudança

Tal como já foi referido, o modo camponês de fazer agricultura não pode ser entendido isoladamente em relação ao contexto social em que emerge e dentro

do qual é continuamente reproduzido. O conceito de “condição camponesa” se refere, precisamente, a este eixo entre o campesinato e o contexto social. A presença de relações de dependência e a insegurança, marginalidade e falta de perspectivas associadas fazem do modo camponês de fazer agricultura uma *instituição* necessária. Esta é uma instituição que oferece, pelo menos, alguma autonomia e possibilidade de progresso. Como todas as instituições, ela pode se concretizar em um conjunto vasto de expressões contrastantes, que variam desde os pobres e humilhados *patasucias* da Colômbia aos aparentemente prósperos *boeren* da Holanda. Independentemente das diferenças imediatas, todas estas expressões estão ligadas através de uma única e mesma racionalidade substancial, cujo progresso segue as linhas especificadas na Figura 2.2, em que o alargamento da autonomia e do auto-controle sobre os recursos é decisivo. Por essa razão, o trabalho é central. Este é o núcleo da gramática do campesinato.⁶⁵ Ela coloca o trabalho no centro, ligando-o a recursos auto-controlados e, em parte, auto-formados e à noção de ir além. A especificidade deste núcleo torna-se clara quando comparada com outros modos de construir caminhos. Ir além, na condição camponesa, é entendido como o resultado do próprio trabalho.⁶⁶

A condição camponesa representa um fluxo através do tempo. Ela é, pelo menos potencialmente, um processo dinâmico que pode se desenvolver em direções diferentes, com ritmos diferentes e através de mecanismos distintos, dependendo da formação social em que estiver imersa. Esse processo também pode ser bloqueado. Nesse caso, ocorrerá uma estagnação ou regressão, mais uma vez através de uma variedade de formas ligadas ao tempo e ao lugar. Sendo essencialmente um processo, torna-se possível, do ponto de vista analítico, discutir a condição camponesa em termos de *descampesinização* e *recampesinização*. Na recampesinização a gramática camponesa é mais articulada, e de forma mais coerente e abrangente, enquanto se materializa, *na prática*, em realidades socioeconômicas mais fortes, mais convincentes e mais auto-sustentados. A descampesinização diz respeito à tendência oposta: a um enfraquecimento, erosão ou até desaparecimento de práticas camponesas e da racionalidade associada a elas. Tanto a descampesinização como a recampesinização podem ser introduzidas a partir do exterior ou emergir do interior. Nos próximos capítulos serão discutidos exemplos de ambas as situações.

A luta por autonomia e a construção de uma base de recursos associada não se limita, obviamente, a situações em que o campesinato precisa se constituir pela primeira vez, tais como situações de emigração, assentamentos de terras, invasões de terras e/ou a extensão da fronteira agrícola. Uma vez *construída* a base de recursos, ela precisa ser defendida – precisamente porque o modo camponês de fazer agricultura convive continuamente com um ambiente ameaçador. Não é difícil perder uma unidade agrícola depois de tê-la construído.⁶⁷ Isto se aplica tanto ao Terceiro Mundo como a países desenvolvidos, e também a unidades pequenas ou grandes. O fracasso potencial está em todo o lugar. Assim sendo, a manutenção, ou seja, a *reconstrução ativa* da autonomia torna-se um aspecto central e universal

do campesinato. A continuidade não é de modo algum assegurada, ela precisa ser *criada e recriada* continuamente. Não existe qualquer segurança oferecida por outros, e os sucessos anteriores não são garantia para o futuro.⁶⁸

Num relato poético e convincente de emigrantes frísios que tentaram escapar à pobreza e desesperança do lugar onde viviam se estabelecendo noutra lugar para realizarem o seu sonho de se tornarem agricultores, Hylke Speerstra (1999) evoca a expressão freqüentemente usada por esses homens e mulheres: *skonken under it gat krije*, que pode ser traduzida como a necessidade de “ter pés por baixo do tronco”, uma metáfora reveladora para a condição de agente. A expressão se refere à dura luta “corporal” para construir uma base de recursos própria e auto-controlada. Ela reflete também o fato de essa base de recursos conferir a condição de agente, pois é ela que possibilita a evolução. Usando a mesma metáfora, é possível dizer que, uma vez obtida, essa base de recursos é crucial para *manter* as “pernas por baixo do tronco”. A autonomia e a base de recursos podem facilmente se dissipar, tal como os mesmos relatos dos emigrantes demonstram explicitamente. Não é difícil quebrar uma perna, especialmente num mundo hostil.

Diferenciação e graus de campesinidade

É importante notar que não existe uma demarcação bem definida para distinguir, de forma definitiva, “preto no branco”, o camponês do empresário agrícola. Da mesma forma, não existem linhas de fronteira claras separando o campesinato da população não-agrícola. Em termos típicos e ideais, existem diferenças claras e fundamentais, mas em situações reais existem zonas cinzentas extensas – juntamente com expressões empíricas claras destes tipos ideais – que ligam essas expressões e, ao mesmo tempo, demonstram a natureza gradual de suas ligações. Como Victor Toledo (1995) defendeu de forma convincente, é possível identificar *graus de campesinidade* nessas zonas cinzentas que estão longe de ser teoricamente irrelevantes. De fato, esses graus caracterizam arenas onde ocorrem flutuações importantes ao longo do tempo relacionadas com a descampesinização e com a recampesinização (ver Ontita, 2007, para um estudo empírico). Por conseguinte, é importante capturar o significado empírico e teórico desses tons de cinzento dinâmicos e das transformações associadas e, por vezes, do tipo camaleão que ocorrem (ver Laurent e Remy, 1998, para uma descrição rica e uma discussão teórica sobre diversidade rural na França). Isso requer estudos longitudinais sistemáticos.

A Figura 2.4 (que se baseia na Figura 1.1, no capítulo 1) identifica três interfaces importantes, cada uma das quais constitui uma arena onde é típico que ocorram fluxos decisivos.

Na primeira interface – a zona cinzenta que liga e distingue o camponês do não-camponês – é possível identificar dois fluxos opostos. Juntamente com um refluxo (exemplo: processos de desagrarização, como os descritos por Bryceson

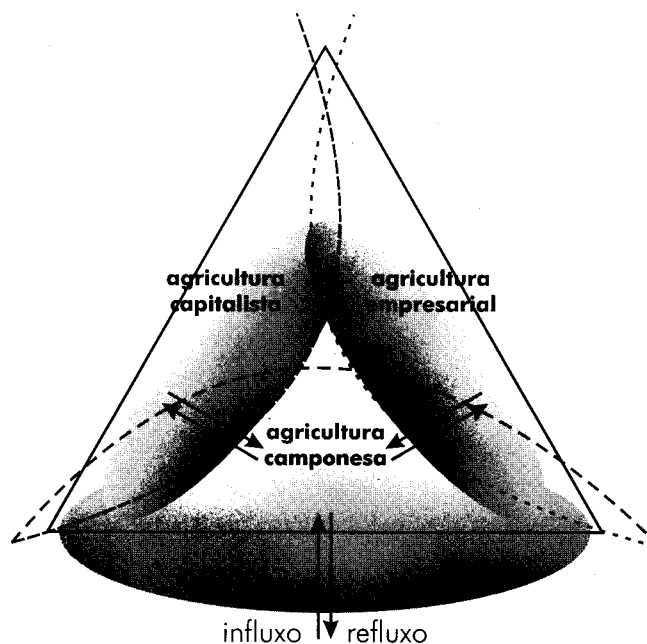


Figura 2.4 Zonas fronteiriças, graus e movimentos.

e Jamal, 1997, e por Hebinck e Lent, 2007) pode também existir um influxo. O influxo é composto por não-camponeses tentando se tornar camponeses. Em um estudo sobre pequenas unidades agrícolas na Holanda, Bock e Rooij (2000) descobriram que um número considerável dessas pequenas unidades resultava efetivamente do investimento por parte de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas (exemplo: professores, policiais, caminhoneiros, carpinteiros) na criação de uma unidade agrícola para se tornarem agricultores. No próximo capítulo apresentarei um exemplo da América Latina. É até possível afirmar que a emergência da agricultura urbana em muitas partes do mundo anuncia a emergência de novos números de camponeses (em tempo parcial) e, simultaneamente, uma alteração espacial do campesinato que sai do campo para grandes metrópoles do mundo (Veenhuizen, 2006). A proporção entre o influxo e o refluxo pode mudar ao longo do tempo (ver Ploeg, 2003a, p. 274-283), e ter consequências de longo alcance.

Uma segunda arena importante está situada na interseção entre os tipos de agricultura empresarial e camponesa (Llambi, 1988). Os camponeses podem tornar-se empresários (por exemplo, entrando em uma rede vasta de relações de mercadorias, tal como Terry Ranger (1985) descreve relativamente ao Zimbábue, usando o termo “auto-mercantilização”), mas a trajetória oposta também pode ocorrer. Nesse caso, é possível falar de um processo de “recampesinização”. Ambos os processos irão passar por muitas situações intermédias, dessa forma alargando os vários tons de cinzento que, juntos, caracterizam esta interseção.

Em terceiro lugar, existe a zona fronteira complexa entre a agricultura capitalista e a agricultura camponesa, a qual, em tempos passados, constituiu o foco dos estudos centrados no “dualismo” na agricultura (Boeke, 1947, Benedictis e Cosentino, 1979). As unidades agrícolas capitalistas foram desaparecendo e sendo reconstituídas ao longo da história, especialmente durante períodos de crises agrárias prolongadas (como as crises de 1880 e de 1930), quando eram essas as unidades que entravam em colapso (Zanden, 1985). Algumas continuaram como unidades camponesas, enquanto outras criaram espaço para a emergência de unidades camponesas novas. Contudo, o oposto dessa situação também é possível. Após um processo interno de diferenciação que resulta em “camponeses pobres”, “médios” e “ricos”, os últimos por vezes contratam os primeiros como trabalhadores assalariados, assim se tornando “agricultores capitalistas”.⁶⁹ Por conseguinte, o estudo do campesinato é, em suma, uma pesquisa sobre as diferenças graduais e as tendências diferenciais de desenvolvimento. Isto se aplica tanto ao mundo “desenvolvido” como ao mundo “não-desenvolvido”.

Diferenças

Um aspecto importante da definição da condição camponesa tal como foi apresentada é que ela nos permite avaliar – de uma forma teoricamente fundamentada – as muitas diferenças existentes entre o campesinato em todo o mundo. Todos os elementos que foram usados para definir o campesinato permitem variabilidade e irão demonstrar situações empiricamente contrastantes. Os processos de produção agrícola revelam graus diferentes de co-produção. Em determinadas localizações no tempo e no espaço, a produção agrícola torna-se decididamente artificial, isto é, baseada em fatores de crescimento artificiais, enquanto em outras ela é essencialmente, se não exclusivamente, baseada em capital ecológico – na natureza viva. A base de recursos pode ser extensa ou limitada e pode também ser controlada por aqueles que estão diretamente envolvidos, ou ser sujeita a prescrições e controles externos. As ligações com os mercados irão igualmente variar. O mesmo se aplica ao conceito de sobrevivência, cujo nível e definição social são consideravelmente diferentes de lugar para lugar e de época para época. A redução da dependência ocorrerá por todo o lugar, mas as formas em que ela ocorrer serão diferentes. Nas Filipinas, essa redução poderá emergir através da construção de uma *zanjera*. Na Holanda, ela poderá emergir através da venda de uma parte da terra (e/ou da quota) para acelerar o reembolso de empréstimos que reduzirão os encargos financeiros no ciclo seguinte. Por sua vez, isso permite um tipo de agricultura menos intensiva e de baixos insumos externos que pode dar origem a uma renda mais elevada do que na situação anterior. E assim por diante.

Em suma, é possível encontrar diferenças significativas ao longo das dez variáveis que compõem a definição abrangente da condição camponesa. Isso implica, em primeiro lugar, que, em um nível empírico, todas as expressões de

campesinato delimitadas no tempo e no espaço irão representar uma *especificidade*: características específicas que refletem a sociedade em que estão enraizadas e a história sobre a qual foram construídas. A segunda implicação é que, *movendo-se* ativamente ao longo de uma, várias ou de todas as variáveis indicadas, o campesinato pode constituir-se a si próprio com um caráter *mais (ou menos) camponês do que anteriormente*. Assim, torna-se teoricamente possível expressar os processos de (re)campesinização e de descampesinização em termos qualitativos e não quantitativos.⁷⁰

Camponeses do centro

Em todo o mundo, os camponeses enfrentam a dependência, privações e os perigos implícitos de uma maior marginalização. Embora em um nível diferente, os agricultores europeus enfrentam – tanto quanto os camponeses africanos e latino-americanos – as ameaças relacionadas com o *squeeze* na agricultura (isto é, a estagnação dos preços dos produtos e o aumento dos custos). Simultaneamente, esses agricultores vivem uma variedade de relações de dependência, entre as quais se encontram os novos esquemas reguladores que prescrevem os mais minúsculos detalhes do processo de trabalho e de produção. Como Mendras defendia nos anos 1970 (1976, p. 212): “Hoje, a sociedade está cada vez mais lutando contra e condenando o campesinato, porque [a sociedade industrial] não pode tolerar que as pessoas se revoltem contra sua racionalidade”. Já referi as diferenças enormes, se não mesmo abissais, entre os níveis médios de renda dos setores agrícolas de diferentes países, como o Peru, a Itália e a Holanda. Contudo, os níveis *médios* elevados não excluem a existência de privação. De acordo com um estudo sobre a pobreza na agricultura, cerca de 40% das famílias de agricultores holandesas obtêm menos que o salário mínimo oficial da atividade agrícola. Mesmo contando com rendas adicionais provenientes da pluriatividade, mais de metade dessas famílias permanece abaixo da renda mínima estabelecida legalmente (Hoog e Vinkers, 2000). Na Itália, os números são semelhantes (MPAF, 2003). A pobreza, e especialmente a ameaça da pobreza, está em todo o lugar. Ela não se limita aos países “em desenvolvimento”. Pelo contrário, ela está igualmente presente no centro como uma condição socialmente (e legalmente) definida. O mesmo se aplica à base de recursos auto-controlada. Todos os sistemas agrícolas implicam um equilíbrio entre progresso e tradição, assim como o progresso, em todo o lugar, se baseia em um equilíbrio entre elementos endógenos e exógenos. As *especificidades* de cada equilíbrio podem variar, mesmo radicalmente, mas essas diferenças não podem nunca ser entendidas como intrínsecas e definitivas. Frequentemente, elas são o resultado das relações específicas em que a agricultura está imersa.

Tanto no Terceiro Mundo como no Ocidente, a agricultura *relaciona-se* com mercados. Frank Ellis (1993, p. 4) tentou especificar uma linha de demar-

cação teoricamente significativa entre a agricultura da Europa e a agricultura do Terceiro Mundo em termos de mercados, defendendo que “os camponeses estão apenas *parcialmente integrados em mercados incompletos*”.⁷¹ Este raciocínio ajuda a detectar os aspectos comuns entre as duas agriculturas, pois é possível afirmar que os “mercados competitivos e não-distorcidos” não existem nem em países do Terceiro Mundo, nem na Europa (nem na Austrália, nos Estados Unidos, no Canadá, na África do Sul e no Brasil). No “ocidente”, os mercados agrícolas e alimentares não são governados por uma “mão invisível” que surge do encontro entre forças anônimas de oferta e demanda. Eles são sim (se não especialmente) governados por intervenções e regulamentações políticas, bem como por operações estratégicas de grupos de agronegócio (ver Guzman-Flores, 1995, para o caso da América Latina; ver Benvenuti, 1982, e McMichael, 1994, para o caso da Europa). Nesse contexto, quanto menor for a intervenção política (em resultado das negociações da OMC), mais poderosa se tornará a influência dos principais impérios alimentares. Este é um dos argumentos. O segundo argumento está ligado à questão da *integração* “completa” ou “parcial” em mercados. De fato, a maioria dos camponeses do Terceiro Mundo está apenas *parcialmente* integrada em mercados – *mas o mesmo acontece com os agricultores europeus*. Quando se comparam e examinam detalhadamente graus de mercantilização (ver a Tabela 2.2 discutida mais adiante), conclui-se que os camponeses do Terceiro Mundo estão até mais “integrados totalmente” do que seus parceiros europeus, e que esse grau elevado de “integração” (ou grau elevado de dependência de mercados) é o seu principal problema. Talvez os camponeses europeus sejam mais camponeses do que muitos agricultores do Terceiro Mundo⁷² e talvez isso explique o fato de serem mais bem sucedidos.

Isto não implica, obviamente, que *todos* os agricultores europeus sejam considerados camponeses. Pelo contrário, a heterogeneidade detectada à escala mundial é encontrada na Europa, e em cada país. Mesmo em áreas relativamente pequenas, caracterizadas pelo mesmo conjunto de condições ecológicas, econômicas e institucionais, existe uma heterogeneidade considerável,⁷³ como ilustra a Tabela 2.1.

A Tabela 2.1 representa as inter-relações estabelecidas entre as explorações leiteiras holandesas e os mercados mais importantes para fatores de produção e para insumos não fatoriais. A tabela demonstra que a dependência, por exemplo, do mercado de capitais, varia significativamente. Enquanto em algumas unidades agrícolas as dívidas por vaca (supondo uma produção anual/ vaca de 8.000 litros) atingiram um nível de 5.100 florins (agora cerca de 2.320 Euros) por vaca⁷⁴ em unidades vizinhas esse valor chegou a ser quatro vezes mais elevado: 19.520 florins (cerca de 8.845 Euros). Devido aos pagamentos de juros, essas diferenças na dependência estão associadas a diferenças consideráveis no nível da renda (sendo as outras condições iguais), o que sugere que os agricultores precisam estruturar o processo de produção de forma totalmente diferente. O capítulo 5 é dedicado a essa questão.

Tabela 2.1 *A variabilidade das inter-relações entre explorações leiteiras e mercados (Holanda, 1990; n = 300; 1 florim = 0,45 euros).*

	Média	Desvio Padrão	Valor Mínimo	Valor Máximo
<i>Mercado de capitais</i>				
Dívidas por unidade agrícola (em florins holandeses)	817.200	603.600	77.270	3.989.000
Dívidas por unidade de trabalho (em florins holandeses)	462.500	282.500	33.600	1.662.000
Dívidas por 1000 kg de leite (em florins holandeses)	1.540	900	140	6.690
<i>Mercado de trabalho</i>				
Mão-de-obra assalariada como percentagem da mão-de-obra total	10%	16%	0%	70%
Serviços de máquinas por ha (em florins holandeses)	371	243	12	1410
<i>Mercados de insumos</i>				
Ração industrial por 1000 kg de leite (em florins holandeses)	104	24	45	166
Despesas totais em ração e forragem por vaca (florins holandeses)	900	249	217	1.833
Despesas totais em rações e forragem por 1000 kg de leite (florins holandeses)	133	34	43	255
Gado comprado por ano	10.860	22.900	0	197.300
<i>Índice sintético</i>				
Total dos custos monetários como % do VBP 2)	48%	8%	33%	75%
Total dos custos monetários + 7% de juros sobre as dívidas como % do VBP	60%	10%	35%	95%

O que a Tabela 2.1 demonstra, de forma sintética, é que *uma parte* da produção leiteira holandesa é baseada em um fluxo de recursos relativamente autônomo e auto-controlado (ver Figura 2.3), enquanto outra parte é altamente dependente de mercados externos. A primeira refere-se a agricultores que, pelo menos neste campo, estruturam suas relações com os mercados de uma forma camponesa, enquanto a segunda parte está relacionada com uma organização empresarial das mesmas relações. O primeiro caso reflete a luta por autonomia. O segundo reflete a dependência (auto-imposta ou induzida do exterior).

A Tabela 2.2 ultrapassa, por assim dizer, as fronteiras entre países. Ela compara diferentes indicadores de dependência de mercados para a Holanda, a Itália e o Peru. Os dados⁷⁵ revelam que a agricultura européia, em termos gerais, está menos enredada em relações de dependência e, conseqüentemente, menos mercantilizada do que a agricultura peruana. Se considerarmos o Peru um exemplo indicativo de sistemas agrícolas periféricos à escala global, podemos concluir que, em geral, os sistemas agrícolas da periferia são mais dependentes, mais mercantilizados e mais baseados em um “circuito completo de mercadorias” do que os sistemas do centro.

Harriss está certo quando defende que “o processo de mercantilização [...] ou o encontro entre os produtores familiares e a produção capitalista sob várias formas [...] é provavelmente o processo de mudança dominante nas sociedades agrárias contemporâneas (1982, p. 22). Contudo, ao mesmo tempo, este processo, ou como prefiro dizer, os processos de mercantilização estão longe de serem unilineares: eles se desenvolvem em direções diferentes (Marsden, 1991) e podem avançar ou regredir; são contestados, ativamente acelerados e/ou retardados. Os processos de mercantilização englobam muitas arenas (ver Long *et al.*, 1986) nas quais diferentes atores, com interesses e perspectivas distintas, tomam diferentes posições. Por vezes, esses atores estão em sintonia, enquanto outras vezes travam renhidas e duradouras lutas. Da mesma forma, os processos de mercantilização e seus resultados são extremamente distintos dentro de e entre países (como demonstram as Tabelas 2.1 e 2.2). Isso se deve ao fato de esses processos não seguirem uma lógica que pressupõe que no centro eles são mais ou menos “completos” (resultando em uma “integração completa em mercados”), enquanto nas margens do mundo moderno eles não são ainda completos (resultando assim em uma “integração parcial”) (Ellis, 1988). Estas observações, que surgem apenas

Tabela 2.2 *Graus distintos de dependência de mercados na Holanda, Itália e Peru (1983).*⁷⁶

Dependência de mercados de:	Holanda, exploração leiteira	Planícies de Emilia Romana, exploração leiteira	Montanhas de Emilia Romana, exploração leiteira	Campania, agricultura mista	Peru, costa, agricultura cooperativa	Peru, montanhas, produção de batata, camponeses
Mão-de-obra	6,6%	9,1%	0,1%	13%	100%	25%
Terra	NA	28,7%	20,2%	8%	100%	21%
Empréstimos de curto prazo	1,9%	4,6%	1,9%		65%	27%
Empréstimos de médio e longo prazo	17,8%	13,5%	5,8%	23,2%	50%	0%
Serviços de máquinas	20,5%	30,7%	10%	14%	70%	60%
Material genético	13,7%	7,2%	7,6%	8%	65%	43%
Principais insumos	NA	43,8%	37,8%	26,3%	85%	35%
Índice composto	NA	26%	15%	NA	NA	NA

através de uma análise comparativa, têm repercussões de grande alcance, às quais regressarei nos próximos capítulos.

Da condição camponesa ao modo camponês de fazer agricultura

A definição abrangente de campesinato aqui discutida não é apenas multi-dimensional, ela se refere também a vários níveis. Ela diz respeito à posição do campesinato na sociedade como um todo (evidenciando a autonomia por oposição à dependência, privação e marginalização) e evidencia as complexidades da co-produção e as interligações com mercados. Isto é, a *condição camponesa* flui para e inclui uma especificação do *modo camponês de fazer agricultura*. Os dois conceitos estão situados em níveis diferentes, mas acredito que um não pode ser entendido sem o outro. A posição específica do campesinato na sociedade em geral tem implicações importantes para a forma como os camponeses fazem a agricultura. A condição camponesa se traduz numa organização distinta dos processos agrícolas de produção e reprodução, através das práticas informadas e objetivas dos atores envolvidos.

A primeira característica importante do modo camponês de fazer agricultura é que ele é orientado para a *produção e crescimento do máximo de valor agregado possível*. Este enfoque na criação e aumento de *valor agregado* reflete evidentemente a condição camponesa: os ambientes hostis são enfrentados através da produção de renda *independente*, usando basicamente, embora não exclusivamente, recursos auto-criados e auto-manejados.

O enfoque na produção de valor agregado distingue claramente o modo camponês de fazer agricultura dos outros modos de fazer agricultura. O modo empresarial é orientado tanto para a *aquisição (ou apropriação)* dos recursos alheios como para a produção de valor agregado com os recursos disponíveis (ver capítulo 5 para uma discussão mais alargada sobre esta diferença estratégica). O modo capitalista de fazer agricultura é centrado na produção de *lucro* (mais-valias) mesmo que isso implique uma redução do valor agregado total. Resta o Império, o novo modo de ordenamento em ascensão, que não produz nada por si próprio – ele é basicamente orientado para *sugar* o valor agregado produzido por outros.

Em segundo lugar, dentro do modo camponês de fazer agricultura, a base de recursos disponível por unidade de produção e consumo é, quase sempre, *limitada* (Janvry, 2000, p. 9-11).⁷⁷ Isso não se deve apenas à sua origem, mas também à reprodução inter-geracional que freqüentemente implica uma distribuição entre várias crianças e, conseqüentemente, uma redução dos recursos disponíveis por unidade de produção.⁷⁸ A expansão da base de recursos através da criação de relações de dependência substanciais e prolongadas é evitada, pois ela vai contra a luta por autonomia e implicaria custos de transação elevados.⁷⁹ A (relativa) escassez de recursos disponíveis implica que a “eficiência técnica” (Yotopoulos, 1974) e a

“mudança técnica desincorporada” (Salter, 1966) se tornem centrais: no modo camponês de fazer agricultura, é necessário obter o máximo de produção com uma dada quantidade de recursos⁸⁰ e sem deteriorar sua qualidade.⁸¹

Em terceiro lugar, e relativamente à composição quantitativa da base de recursos, a mão-de-obra será relativamente abundante,⁸² enquanto os objetos de trabalho (terras, animais, etc) serão relativamente escassos. Combinado com as características anteriores, este aspecto sugere que a produção camponesa é por tendência intensiva (isto é, a produção por objeto de trabalho será relativamente elevada) e que a trajetória de desenvolvimento será determinada por um processo constante de intensificação baseada no trabalho.

Em quarto lugar, a base de recursos não se divide em elementos opostos e contraditórios (como em trabalho e capital, ou em trabalho mental e trabalho manual). Os recursos sociais e materiais disponíveis representam uma unidade orgânica⁸³ e são possuídos e controlados por aqueles que estão diretamente envolvidos no processo de trabalho. As regras que governam as inter-relações entre os atores envolvidos (e que definem suas relações com os recursos implicados) derivam normalmente de repertórios culturais locais e de relações de gênero, enquanto os equilíbrios internos do tipo chayanoviano (como o equilíbrio entre o trabalho pesado e a satisfação) também têm um papel importante (Djurfeldt, 1996).

Uma quinta característica, que se segue às características já mencionadas, é a centralidade do trabalho: os níveis de intensidade e o desenvolvimento continuado dependem criticamente da quantidade e qualidade do trabalho. Associadas a esta característica estão a importância dos investimentos no trabalho (terraços, sistemas de irrigação, instalações, gado melhorado e cuidadosamente selecionado, etc), a natureza das tecnologias aplicadas (“orientadas para competências” ao invés de “mecânicas”, Bray, 1986) e a produção de novidades (Wiskerke e Ploeg, 2004) ou inventividade dos camponeses (Osti, 1991).

Uma sexta característica diz respeito à especificidade das relações estabelecidas entre a unidade de produção camponesa e os mercados. Tal como a Figura 2.5 representa, o processo de produção estruturado tal como no modo camponês de fazer agricultura é tipicamente fundado em (e integra) uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Como refere Schejtman (1980, p. 128), “a produção camponesa é apenas parcialmente mercantilizada”. Todo e qualquer ciclo de produção é baseado em recursos produzidos e reproduzidos durante ciclos anteriores. Assim sendo, esses ciclos entram no processo de produção como valores de uso, como objetos e instrumentos de trabalhos que são usados para produzir mercadorias e para reproduzir a unidade de produção.⁸⁴ Esta estrutura contrasta fortemente com a reprodução dependente do mercado (apresentada na Figura 2.6), em que todos os recursos têm de ser mobilizados nos mercados correspondentes e entram posteriormente no processo de produção como mercadorias. Assim, as relações mercantis penetram no coração do processo de trabalho e do processo de produção (Paz, 2004 e 2006b). A Figura 2.6 representa, então, o modo empresarial de fazer agricultura.

Desde uma perspectiva neoclássica, as diferenças entre as situações de “auto-abastecimento” (Figura 2.5) e as situações caracterizadas por uma elevada dependência de mercados (Figura 2.6) são irrelevantes. Contudo, desde uma perspectiva neo-institucional, elas ocorrem como exemplos cruciais do dilema básico, sucintamente resumido por Coase como “produzir ou comprar” (Saccomandi, 1990 e 1998; Ventura, 2001).

No seu conjunto, as características discutidas definem a natureza distinta do modo camponês de fazer agricultura, o qual é, basicamente, orientado para a busca e subsequente *criação de valor agregado e emprego produtivo*. Nos modos capitalista e empresarial, os lucros e níveis de receita podem ser aumentados através de uma redução dos insumos de trabalho, o que significa que ambos os modos se desenvolvem através do refluxo de trabalho. Devido à posição do trabalho na condição

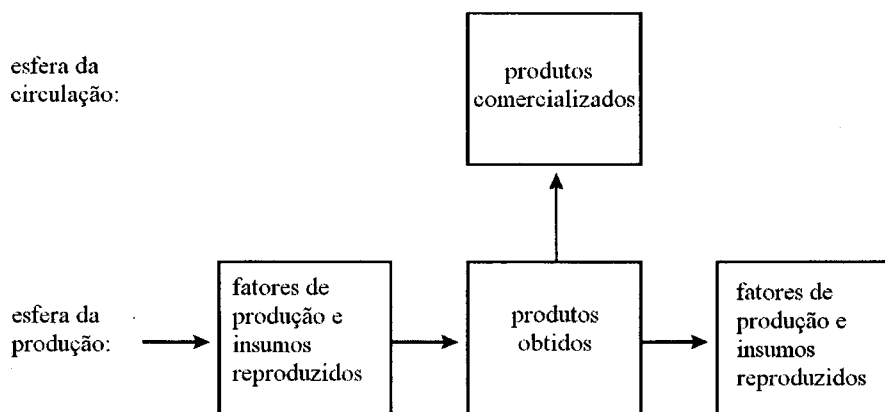


Figura 2.5 O esquema de reprodução relativamente autônomo e historicamente garantido.

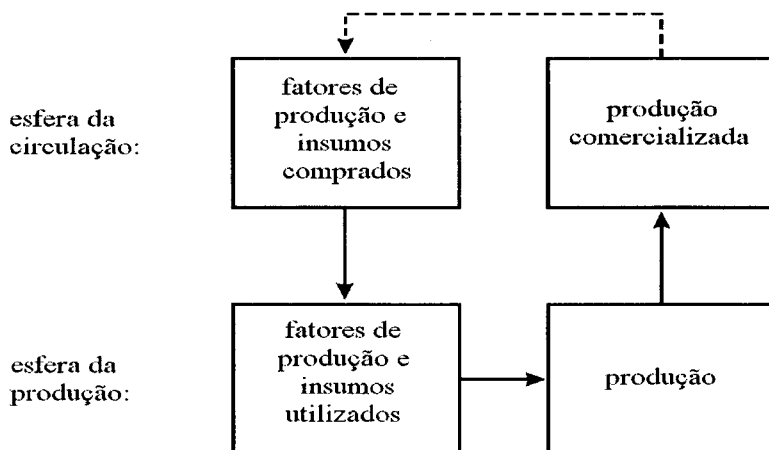


Figura 2.6 Reprodução dependente do mercado

camponesa, bem como à natureza da unidade agrícola *familiar* (Schejtman, 1980), isso não acontece no modo camponês de fazer agricultura (e, se acontecer, então significa regressão). A emancipação (ser capaz de enfrentar um ambiente hostil) coincide neste ponto com o aumento do valor agregado total por unidade de produção (isto é, por unidade agrícola). Isso acontece através de um crescimento lento mas persistente da base de recursos (isto é, através da *criação* ativa de recursos adicionais e/ou melhorados), ou através de um melhoramento da eficiência técnica. Contudo, na maioria dos casos, os dois processos são combinados e encadeados, obtendo assim um momento autônomo de auto-reforço.

No modo camponês de fazer agricultura, o aumento do valor agregado por unidade agrícola é conseguido através de aumentos simultâneos em dois níveis inter-relacionados: o nível da comunidade camponesa em geral e o nível dos atores individuais envolvidos no processo de produção. A posse de uma base de recursos específica por uma determinada família é um fato geralmente conhecido na comunidade e, dentro dos repertórios culturais existentes (ou economias morais, como diria Scott, 1976), o progresso não seria definido como a *aquisição* de posses alheias. Isso seria equivalente à autodestruição. Por conseguinte, as unidades de produção individuais lutam pelo progresso (embora a ritmos⁸⁵ e níveis de sucesso diferentes) *dentro e através* de suas próprias unidades de produção. Essa luta leva a um *crescimento generalizado* de valor agregado à escala da comunidade (ou da economia regional). O padrão típico do modo capitalista e/ou empresarial de fazer agricultura – crescimento de empresas individuais e estagnação ou diminuição do valor agregado total em níveis mais elevados de agregação⁸⁶ – é basicamente excluído na economia camponesa.

Relativamente a atores individuais, é necessário ter em mente duas considerações importantes. A primeira é que aqueles que participam do processo de trabalho não entram normalmente nesse processo através de uma relação de trabalho assalariado, mas sim através de relações complexas e altamente diferenciadas determinadas por fatores como parentesco, gênero, idade, religião e reciprocidade. Assim, as percentagens individuais no valor agregado total não podem ser quantificadas, embora elas não sejam, definitivamente, iguais. Ao invés disso, elas refletem as diferentes posições definidas por compromissos sociais e por enquadramentos normativos existentes. A segunda consideração refere-se ao equilíbrio entre o presente e o futuro, que está em causa de forma crítica nesta questão. O consumo pode ser mantido em níveis baixos para possibilitar um aumento de benefícios no futuro, como resume o belo título do livro de Sara Berry, *Fathers work for their sons* [*Os pais trabalham para seus filhos*] (1985).

A disponibilidade de uma força de trabalho qualificada e engajada é um aspecto estratégico e indispensável da base de recursos. Por conseguinte, é possível prever que quanto maior for o valor agregado disponível na unidade de produção (o que, na maioria das vezes, coincide com o tamanho da família camponesa), maior será o valor disponível para os atores individuais. Isso se aplica

especialmente quando as relações internas são relativamente democráticas (isto é, não-autoritárias).

Intensificação baseada no trabalho

Em termos analíticos, a intensificação implica um aumento firme mas continuado da produção por *objeto de trabalho*. Ou seja, a produção por hectare de terra e/ou por animal (e/ou por árvore) é aumentada. Em termos técnicos, esse aumento do rendimento deve-se ao uso de mais de fatores de produção e insumos por objeto de trabalho, ou ao melhoramento da eficiência técnica. A chave para o aumento do rendimento é a quantidade e qualidade de trabalho. Os recursos e o processo de produção são melhorados através de investimentos no trabalho⁸⁷ e da criação, muitas vezes demorada, de novos e melhores recursos.⁸⁸ Mais rendimento resulta em receitas mais elevadas, o que por sua vez compensa o aumento dos insumos de trabalho.

O desenvolvimento da agricultura camponesa acontece tipicamente através da intensificação baseada no trabalho. Na pesquisa realizada por Esther Boserup (1970) é possível encontrar expressões teóricas de processos de intensificação agrícola – em um nível macro – baseados no trabalho. A autora aponta o crescimento demográfico como a força que lidera o crescimento agrícola. Outra expressão – direcionada para o nível micro – pode ser consultada no trabalho de Chayanov (1966), que demonstrou como o ciclo demográfico de cada família de agricultores (basicamente a proporção de bocas para alimentar e de braços para trabalhar) determina uma parte considerável da dinâmica das unidades produtivas na agricultura.

A liberdade dos agricultores (entendida como um conjunto duplo de relações, tal como defendia Slicher van Bath) é um ingrediente indispensável para a intensificação baseada no trabalho. Contudo, um dos aspectos intrigantes dos estudos rurais e de desenvolvimento é o fato de – mesmo existindo testemunhos impressionantes de intensificação baseada no trabalho ao longo da história – esta trajetória camponesa de desenvolvimento ter sido ainda muito pouco explorada teoricamente e ser uma perspectiva em grande parte ausente dos debates atuais sobre desenvolvimento. A intensificação baseada no trabalho está mergulhada, em termos teóricos, em três tipos de mistificações. A primeira prevê um “teto técnico” além do qual a agricultura camponesa não pode, de modo algum, ir (Schultz, 1964, mas também Bernstein, 1977 e 1986, colocou a hipótese um atraso intrínseco à agricultura camponesa). De acordo com as teorias dominantes, esse “teto” é inerente a determinados recursos: terras pobres, instrumentos precários, gado raquítico, variedades não-melhoradas, sistemas de irrigação deficientes e conhecimento insuficiente, implicando que apenas uma agricultura pobre, atrasada e em estagnação poderia desenvolver-se com esses recursos. Os camponeses aproveitam da melhor forma possível os recursos disponíveis (neste

sentido, eles são considerados extremamente eficientes), mas uma vez que seus recursos são “pobres”, os próprios camponeses são (de acordo com esta abordagem) também pobres e, conseqüentemente, incapazes de gerar desenvolvimento. Paralelamente a este tipo de raciocínio de um “teto técnico” existe uma abordagem socioeconômica que limita a produção camponesa ao nível da subsistência. Segundo esta abordagem, depois de satisfazer e talvez alargar as necessidades imediatas, a produção camponesa não pode gerar mais desenvolvimento. O fato de a agricultura camponesa não visar a maximização do lucro é um obstáculo ao crescimento e à acumulação.

Um segundo tipo de mistificação é centrado na “lei dos retornos decrescentes”, tal como formulada pela economia neoclássica. Contudo, esta “lei” já foi rejeitada na agronomia teórica há várias décadas. Sempre que surgem retornos decrescentes, eles são vistos como uma exceção temporária, que após correção leva de novo a retornos constantes e mesmo ascendentes (de Wit, 1992). Entretanto, nos estudos rurais e de desenvolvimento, o fantasma dos retornos decrescentes continua a assombrar as pesquisas e teorias. A teoria da “involução agrária” (Geertz, 1963; Warman, 1976) é um caso particular desta “lei”. A absorção continuada de trabalho resulta, no final, em nada mais do que formas de organização contraproduativas que se pressupõe que determinam a redistribuição de pobreza.⁸⁹

O terceiro tipo de mistificação relaciona-se com uma grande variedade de exemplos empíricos de estagnação que são considerados um reflexo do atraso inerente à agricultura camponesa. O problema é que não existe nenhum estudo completo acerca das causas específicas dessa estagnação, e os indícios disponíveis contra essa premissa não são sistematicamente tomados em consideração. Assim, a miséria implícita na prática é transformada na pobreza da teoria. Em 1850, o emprego na agricultura holandesa atingiu as 300.000 unidades a tempo integral. Em 1956 esse número tinha chegado aos 650.000 (ver também Bieleman, 1992, que apresenta dados ligeiramente diferentes; no entanto, os dados de Bieleman confirmam um aumento considerável em números absolutos da população economicamente ativa no setor agrícola da Holanda). Durante o mesmo período, a agricultura holandesa testemunhou um enorme desenvolvimento, um *boom* que a tornou num dos baluartes da agricultura mundial. A intensificação baseada no trabalho foi a chave deste desenvolvimento próspero, que foi acompanhado não só por um desaparecimento geral das unidades agrícolas capitalistas, como também por períodos específicos de recampesinização, segundo as descrições dos historiadores holandeses.

Muitos episódios semelhantes poderiam ser descritos aqui, juntamente com uma grande variedade de casos que aparentemente apontam o contrário. É claro que a intensificação baseada no trabalho pode ser bloqueada, mas por motivos específicos, não porque esse seja um aspecto intrínseco a ela. Na América Latina, muitos camponeses tinham o hábito, e ainda o mantêm, de descrever a situação em que vivem como uma *tierra sin brazos y brazos sin tierra*: uma terra sem braços para trabalharem nela e uma força de trabalho sem terra. Nessas situações, é difícil, se

não impossível, desenvolver ou mesmo manter uma base de recursos (não obstante, as receitas no setor agrícola podem ser muito superiores às receitas de empresas de grande escala). Também pode acontecer que todos os benefícios de uma produção ampliada possam ser apropriados por outros e, nesse caso, a ampliação seria um absurdo – como foi o caso da *mezzadri* italiana antes da reforma agrária⁹⁰ Nesta situação, fazer o papel de “camponês atrasado” se revelou ser uma linha de defesa essencial. Também é possível que a cultura camponesa seja eliminada, tal como aconteceu em muitas partes da África do Sul durante a Apartheid. Contudo, em todos estes casos, a estagnação resultante é mais frequentemente causada pelos dramas que ocorreram do que por um atraso *intrínseco*.

Desenvolvimentos recentes na União Européia oferecem igualmente indícios interessantes contra as “leis” que sugerem que o desenvolvimento agrícola é, por definição, igual à redução dos insumos de trabalho e do emprego. A agricultura orgânica, as várias expressões de multifuncionalidade e a evolução da “agricultura de baixo custo”⁹¹ refletem um aumento do uso de trabalho, tanto nas unidades de produção como no setor como um todo. Ao mesmo tempo, essas mesmas tendências de desenvolvimento geram o valor agregado extra necessário para cobrir o aumento do uso de trabalho. Ou seja, existem partes da agricultura européia que, neste preciso momento, estão passando por um processo de intensificação baseada no trabalho. Mais e, em particular, novos produtos e serviços são produzidos com o mesmo conjunto de recursos. A chave para esta nova forma de intensificação é também a quantidade e, particularmente, a qualidade do trabalho.

Contudo, os grupos dominantes de peritos são incapazes de compreender e de representar estas novas tendências. Assim sendo, está sendo criado um roteiro que determina “o fim do campesinato”. A forma atual de compreender o mundo é ainda determinada pelo paradigma da modernização que foi desenvolvido na década de 1950 e “posto em prática” nas décadas que se seguiram. A consequência não-intencional foi que a ciência se tornou cega perante aquelas realidades e as tendências de desenvolvimento que se desviam dessa concepção são consideradas incompatíveis com o “mundo moderno”.

Perante os níveis elevados de marginalidade e desemprego na África, na Ásia e na América Latina, a intensificação baseada no trabalho surge como uma trajetória estratégica e mesmo inevitável de desenvolvimento (Ploeg, 1997a). Martinez-Alier refere a este respeito “a grande questão que ainda está de fora da agenda política e econômica [...] Qual o conselho econômico que deve ser dado não só ao Peru e ao México, como também à Índia e à China: será que eles devem preservar o seu campesinato ou livrar-se dele no processo de modernização, desenvolvimento e urbanização?” (2002, p. 146). Martinez-Alier também associa o seu apelo à recampesinização com as lutas pela defesa da biodiversidade: “As questões do ambientalismo global, tais como a conservação da biodiversidade, as ameaças dos pesticidas e a poupança de energia, são transformadas em argumentos locais para melhorar as condições de vida e a sobrevivência cultural dos camponeses, que estão aprendendo a não verem-se mais condenados à extinção” (2002, p. 147).

Um raciocínio semelhante foi recentemente adotado por McMichael (2007). A viabilidade de programas que visam proporcionar a intensificação baseada no trabalho está sumariada em Figueroa, 1986 e Pollin *et al.*, 2007. Griffin *et al.* (2002) discutem a intensificação baseada no trabalho, em termos gerais, como um caminho de desenvolvimento alternativo.⁹²

Quando se discutem processos de desenvolvimento agrário e rural baseados no campesinato, é necessário dar especial atenção à importância da reciprocidade. A reciprocidade (ver Sabourin, 2006, para uma discussão atualizada) implica que os recursos possam ser mobilizados independentemente de toda e qualquer estrutura de mercado. A situação clássica através da qual isso se pode explicar é a situação do típico pequeno agricultor dos Andes com excesso de trabalho e de outro que tem um par de bois (a *yunta*) que não são necessários a tempo integral na unidade agrícola. Neste caso, dois recursos importantes, o trabalho humano e a tração animal, permanecem parcialmente inutilizados. Normalmente estas situações são resolvidas através de relações de reciprocidade, por meio de uma “operação de carteira fechada”, como diriam os agricultores europeus (que também estabelecem este tipo de relações). Ou seja, a troca é regulada socialmente de acordo com regras como, por exemplo, “um dia de trabalho do boi é igual a três dias de trabalho humano” (a proporção pode variar de acordo com a escassez local de relações).

Através da reciprocidade, os mercados podem ser evitados. Vamos supor que estes dois agricultores estavam enfrentando uma situação de falta de dinheiro. Se eles tivessem sido obrigados a operar através dos mercados de trabalho e de tração animal, nenhum deles teria conseguido mobilizar o recurso em falta. Nestas situações, a reciprocidade “libera” de fato os recursos. Contudo, mesmo quando o dinheiro não é um impedimento, a reciprocidade é extremamente vantajosa quando comparada com a alternativa do mercado, especialmente porque a reciprocidade funciona como um mecanismo para manter a qualidade. O trabalho tem de ser bem feito, assim como a terra tem de ser lavrada com profundidade e precisão suficientes. Caso contrário, pode ocorrer uma ruptura prejudicial nas trocas mútuas. Através do mercado, esse tipo de qualidade é muito mais difícil de alcançar e de manter. A reciprocidade impede o oportunismo que é intrínseco ao funcionamento do mercado (Saccomandi, 1991, 1998).

Distanciamento de múltiplos níveis e sua relevância no mundo “moderno”

Como já referido, o modo camponês de fazer agricultura representa um distanciamento institucionalizado da agricultura em relação aos mercados, especialmente, mas não só, do lado dos insumos. O Box 2.1 sintetiza os principais mecanismos através dos quais esse distanciamento ocorre. O distanciamento tem sido descrito na prática de várias formas, e institucionalizado em rotinas adqui-

Box 2.1 *Mecanismos de distanciamento*

O distanciamento ocorre através dos seguintes mecanismos:

- 1 Os recursos (adicionais) necessários são produzidos e reproduzidos preferencialmente através do processo de trabalho ao invés de serem mobilizados nos mercados. Isso se aplica tanto a fatores de produção como a insumos não fatoriais.
- 2 A durabilidade técnica dos artefatos comprados e auto-produzidos é dominante (dentro do desenvolvimento da unidade agrícola) relativamente à durabilidade econômica. A durabilidade desses itens é estendida através de, por exemplo, um uso muito cuidado e, no caso de artefatos técnicos, instalações e outras construções, através de uma manutenção adequada.
- 3 Sempre que possível, a reciprocidade e as trocas socialmente reguladas são preferidas em relação às transações de mercado para obter (ou mobilizar) recursos em falta.
- 4 Nos casos em que 1 e 3 são impossíveis, as transações necessárias são preferencialmente baseadas em (isto é, financiadas por) poupanças da atividade agrícola ou da pluriatividade. Ou seja, os recursos necessários são obtidos como mercadorias, para depois serem convertidos em não-mercadorias. Assim, os recursos auto-produzidos e auto-controlados (tais como poupanças e/ou rendas obtidas fora da unidade agrícola)⁹⁵ são convertidos, através da transação indicada, em outros recursos de propriedade própria. Dessa forma, o recurso ao crédito é evitado. Os itens comprados entram no processo de produção como recursos que não devem ser mais valorizados.⁹⁶ Seu valor reside no fato de, de agora em diante, servirem para melhorar o processo de produção e de trabalho na unidade agrícola. Um exemplo clássico pode ser encontrado nas explorações leiteiras do Mediterrâneo que são demasiado pequenas para produzir as rações e forragens necessárias. Por conseguinte, as terras disponíveis são usadas para a produção de tomate. Quando vendida, a colheita é convertida nas rações e forragens necessárias. A vantagem é que os custos associados a estas rações e forragens não "pressionam" mais o ciclo seguinte de produção leiteira, porque eles já foram pagos pelos tomates e pelo trabalho investido na sua produção.
- 5 Em várias circunstâncias o *capital familiar* pode ser utilizado. Dessa forma são obtidos recursos financeiros que podem ser usados de acordo com regras que divergem consideravelmente das que reinam no mercado de capitais.
- 6 Através da criação, posterior desenvolvimento e aplicação generalizada de novidades poderá ser possível, em casos específicos, ir além das tecnologias disponíveis e obter uma maior produção com o mesmo conjunto de recursos, evitando assim o recurso a mercados para fatores de produção e insumos.
- 7 A transferência inter-geracional de unidades agrícolas também implica um distanciamento dos mercados. Para corresponder às suas próprias regras e necessidades, as famílias seguem apenas em parte as relações e preços que reinam nos circuitos de mercadorias.
- 8 Em algumas situações, as famílias encontram soluções específicas que melhoram os efeitos da dependência de mercados nos casos em que ela não pode ser evitada. Esse é o caso da utilização comum de máquinas agrícolas por um grupo alargado de agricultores.
- 9 Através de uma reformulação da agricultura em uma base de recursos fortemente apoiada no capital ecológico disponível, a dependência de uma variedade de fatores de crescimento artificiais (e dos mercados associados) poderá ser reduzida.
- 10 Através da reestruturação das relações das unidades agrícolas com agentes mercantis, é possível criar um distanciamento considerável. Isso levará a graus maiores de autonomia e a níveis mais elevados de valor agregado.

ridas e em uma variedade de repertórios culturais que evidenciam as virtudes da autonomia, da liberdade, do trabalho e do progresso, o qual é alcançado através da co-produção entre o homem e a natureza. O distanciamento não existe desde o *Genesis*⁹³ – ele é o resultado de um processo histórico complexo através do qual o campesinato se constituiu (e reconstituiu) a si mesmo.⁹⁴ Este processo avançou, provavelmente até apesar das intenções dos atores envolvidos, através de muitas lições dolorosas que tinham de ser aprendidas uma e outra vez.

Um dos problemas principais de qualquer discussão sobre distanciamento diz respeito às técnicas de contabilidade utilizadas atualmente para representar a situação econômica das empresas agrícolas (e/ou a situação econômica do setor agrícola como um todo). O problema reside no fato de essas técnicas não permitirem um retrato claro dos efeitos diferenciados de distanciamento e integração. Na verdade, essas diferenças de elevado potencial de relevância são *ocultadas* pelas abordagens dominantes de contabilidade e pelos conceitos neoclássicos em que elas são fundamentadas. Segundo a teoria neoclássica, não é importante se as vacas foram criadas na unidade agrícola ou compradas no mercado. O mesmo se aplica, por exemplo, ao feno (uma questão famosa na história da agricultura) e ao capital. O empresário deve fazer seus cálculos como se todos esses recursos tivessem sido mobilizados nos mercados correspondentes. A sua história social particular (Appadurai, 1986) não interessa, ela é irrelevante. O único parâmetro que importa é o seu preço tal como foi definido pelo mercado.

A principal consequência desta abordagem é que as vantagens relativas obtidas através do distanciamento são eliminadas da representação (e concepção teórica) da agricultura. A dimensão central que permanece é a escala da agricultura. Contudo, a representação e concepção desta dimensão também são distorcidas, precisamente porque os efeitos colaterais potencialmente negativos de uma ampliação da escala realizada através de uma posterior integração na rede de relações de dependência são ignorados.

A maioria das unidades agrícolas holandesas consegue funcionar – e funciona bem – precisamente porque seu funcionamento é distanciado das imediações dos diferentes mercados. Se todos os recursos utilizados na unidade agrícola precisassem funcionar como *capital* (isto é, de gerar pelo menos o nível médio de rentabilidade) e se todo o trabalho fosse remunerado como *trabalho assalariado*, então quase todas as unidades agrícolas holandesas, bem como o setor agrícola holandês em geral, iriam à falência. Para quem está de fora, esta situação parece paradoxal, senão mesmo perversa, pois ela sugere que os agricultores são de fato obrigados a se explorarem a si mesmos, uma vez que têm de aceitar níveis inadequados de remuneração pelo seu próprio trabalho e capital.

Na agricultura europeia em geral e na agricultura holandesa em particular existe de fato *pobreza* – mas essa pobreza não legitima o apelo teórico à *auto-exploração*. A questão é (e eu a discutirei em pormenor, pois ela é a base de e fortalece meu argumento sobre a centralidade da agricultura camponesa na Europa) *que os recursos normalmente listados como capital (terra, animais, instalações,*

máquinas, etc) não são, ou são apenas em parte, mobilizados no mercado de capitais. Por conseguinte, eles não funcionam como capital dentro da unidade agrícola. Eles não são convertidos em níveis de lucro comparáveis aos níveis alcançados através de investimentos alternativos. Isto não significa que os agricultores holandeses sejam, como diz o ditado, “ladrões de suas próprias carteiras” (ou que eles não são eficientes). A questão é que existem *outros* processos de conversão que são centrais e *outros* benefícios que interessam.

Na maioria dos estabelecimentos agrícolas da Holanda, o valor dos recursos disponíveis é o que lhes torna possível a geração de renda (eles permitem a sobrevivência) e permitem que, em longo prazo, um agricultor possa criar a “bela propriedade”.⁹⁷ Estes recursos, e especialmente a terra, que representa um valor extremamente elevado, caso seja vendida, não funcionam necessariamente como capital, no sentido clássico do termo. Se fosse esse o caso, eles sairiam da agricultura. Seu valor reside no fato de permitirem a atividade agrícola e de poderem ser convertidos, em longo prazo, em uma pensão para a geração sênior, bem como em um ponto de partida para a geração mais nova que toma as rédeas. Nesse sentido, a situação é de fato a de que os “pais trabalham para seus filhos” (Berry, 1985). Estamos perante um processo de conversão regulado socialmente e fundamentado institucionalmente – uma conversão que é muito diferente da conversão de capital em lucros que são subsequenteemente reinvestidos como capital para gerar mais lucro. Mas o fato de esse processo de conversão ser diferente não significa que ele seja inadequado ou insignificante. Pelo contrário, ele viabiliza a atividade agrícola, tanto no curto como no longo prazo

Trinta por cento de toda a área agrícola na Holanda é utilizada através de contratos de arrendamento rural. A relação de arrendamento é uma instituição importante que reflete, entre outras coisas, as lutas antigas entre os arrendatários e os proprietários. A Lei do Arrendamento, a qual é freqüentemente renegociada e adaptada, estabelece o valor máximo do aluguel em 2% do valor agrário da terra (consideravelmente mais baixo do que o seu valor comercial). Se isso não fosse assim – por outras palavras, se a terra precisasse produzir um lucro médio de, por exemplo, 4% – então todos os inquilinos, em conjunto, teriam custos adicionais de cerca de 325 milhões de euros por ano. Devido ao fato de o arrendamento ser um procedimento institucionalizado, esse valor agora permanece no setor agrícola.⁹⁸

A terra que pertence diretamente a famílias de agricultores também está sujeita a procedimentos institucionais importantes. Um dos mais importantes é, provavelmente, o costume de passar a terra para a geração seguinte por um preço abaixo do valor de mercado. Essa transferência implica um acordo (na Holanda esse acordo é muitas vezes mencionado como um procedimento de “comum acordo”), não só entre gerações como também entre o jovem agricultor ou agricultora e seus irmãos e irmãs. Esse acordo permite que os pais obtenham sua pensão, enquanto a nova geração pode desenvolver a atividade agrícola de forma muito mais “barata” do que aconteceria sem este acordo. Se admitirmos

que uma dessas transformações inter-geracionais ocorre uma vez a cada trinta anos, então os agricultores holandeses estão “poupando” todos os anos – com este sistema – 660 milhões de euros. Se os efeitos de ambos os mecanismos (o arrendamento e a transformação inter-geracional socialmente regulada) forem considerados em conjunto, podemos concluir que, através desse distanciamento institucionalmente fundamentado, a agricultura holandesa poupa, pelo menos, um bilhão de euros por ano (comparando com uma renda agrícola total de cerca de 3 bilhões).

É possível aplicar um raciocínio semelhante ao trabalho, aos bens de capital que não a terra e a importantes fluxos de insumos. É muito freqüente encontrar procedimentos institucionais que fazem a mediação do funcionamento imediato dos mercados correspondentes *de uma forma que torna os custos financeiros (e os custos de transações) consideravelmente mais baixos. Se isso não acontecesse, a atividade agrícola seria muito difícil, se não mesmo impossível.*

O modo camponês de fazer agricultura representa um distanciamento institucionalizado da agricultura em relação aos mercados. Esse distanciamento reside, em parte, nas estratégias operadas à escala de unidades de produção isoladas (estratégias que, por sua vez, refletem os repertórios culturais partilhados dos agricultores holandeses). O distanciamento está igualmente enraizado em uma variedade de procedimentos institucionais, como o arrendamento, o capital familiar, a política agrária, etc. Todas estas instituições (através das quais o modo camponês de fazer agricultura se liga com a sociedade em geral) governam processos de conversão de formas que diferem significativamente daquelas que emergem quando o mercado governa esses processos diretamente.

Dada a sua importância estratégica, é irônico que muitos especialistas (e políticos) façam o possível para ignorar esse distanciamento estrategicamente criado e institucionalmente fundamentado. É isso que fazem quando afirmam que os agricultores holandeses são (e, conseqüentemente, deveriam se comportar como) “empresários agrícolas”, que agem, com toda a certeza, de uma forma substancialmente contrastante com o *modus operandi* (ou a coreografia) do campesinato. Este é apenas mais um indicador da incompreensão científica do campesinato. Contudo, é clamorosamente *irresponsável* defender, como fazem atualmente os neo-liberais, a desconstrução deliberada de procedimentos institucionais, tais como as *comunidades campesinas* no Peru, na Bolívia, no Equador e em partes do Chile, a propriedade comunitária de terras em partes extensas da África e da Ásia, os sistemas de irrigação administrados por camponeses em todo o mundo e a propriedade coletiva e livre intercâmbio de material genético (Commissione Internazionale, 2006a). Uma destruição inspirada no “livre mercado” dos procedimentos que protegem os campesinatos nos países em desenvolvimento poderá não apenas elevar abruptamente o número de “vidas desperdiçadas”, como também ameaça seriamente a segurança alimentar do mundo.

Catacaos: Recampesinização na América Latina

Conheci a comunidade camponesa de San Juan Bautista de Catacaos pela primeira vez há mais de trinta anos.⁹⁹ A comunidade, situada no vale do baixo Piura, no Norte do Peru, é uma das maiores comunidades do país. No começo da década de 1970, a comunidade de Catacaos tinha 50.000 *comuneros*, dos quais cerca de 2.000 eram trabalhadores assalariados (*estables*) empregados por uma das maiores *haciendas* produtoras de algodão. Também nessa década, estas empresas, que controlavam 10.000 hectares de terras irrigadas e ainda uma grande extensão de terras inférteis, foram convertidas em cooperativas controladas pelo Estado. Além desta parte mais ou menos estável da força de trabalho, existiam ainda cerca de 4.400 *pequeños propietarios*, pequenos agricultores que detinham pequenas parcelas das terras da comunidade. Ao mesmo tempo, havia ainda milhares de *campesinos sin tierra* (camponeses sem terra) envolvidos na colheita do algodão no Bajo Piura e na transplantação e colheita de arroz nos vales do Alto Piura, Chira, Lambayeque e Santa, e por vezes em lugares mais longínquos. Suas movimentações constantes de um local de trabalho para outro lhes deram o nome coletivo de *golondrinas* (andorinhas migratórias). Se os *estables* e *pequeños*¹⁰⁰ eram pobres, a vida dos *golondrinas* era miserável e insegura. No entanto, diferenças aparte, na linguagem diária todas as categorias mencionadas eram agrupadas sob a mesma entidade: *campesinos pobres* (camponeses pobres).

Em 2004, mais de trinta anos depois, regressei a Catacaos. Durante o primeiro período que passei nessa comunidade, tinha trabalhado mais de um ano e meio como afiliado da FEDECAP, a Federação Regional de Camponeses de Piura. Contudo, desta vez apenas consegui ficar durante um período curto, de quatro semanas. Por sorte, vários líderes da comunidade e do movimento camponês das décadas anteriores ainda estavam na comunidade. Assim sendo, consegui obter uma impressão da situação atual da comunidade em relativamente pouco tempo. Na análise que se segue, irei centrar-me em dois aspectos específicos: a terra e o rendimento físico. O controle sobre a terra (seja através de que mecanismos for) é sempre um aspecto estratégico na luta camponesa por autonomia e progresso, e as mudanças nas proporções entre homem e terra revelam, direta e indiretamente, a natureza e o ritmo do desenvolvimento rural. A análise seguinte explora também a forma como os níveis de rendimento por hectare estão relacionados com as relações sociais de produção, como eles refletem a quantidade e a quali-

dade do trabalho camponês e como um aumento do rendimento representa um aumento de bem-estar. Dessa forma, os níveis de rendimento físico tornam-se numa medida e numa metáfora que liga o passado, o presente e o futuro.¹⁰¹ Eles também se relacionam com o nível micro dos campos, os níveis médios definidos pelas economias regionais e os níveis macro que dizem respeito à disponibilidade de alimentos na nação. Ou seja, o rendimento expressa o papel dos camponeses (por mais invisíveis que sejam)¹⁰² tanto na história como na sociedade.

Recampesinização

Entre as muitas diferenças entre o antes e o agora, o aumento extraordinário no número absoluto de camponeses merece ser referido.¹⁰³ A esse respeito, Catacaos representa um exemplo notável de recampesinização, tanto em termos qualitativos como quantitativos. Contudo, o processo de *tornar-se* camponês não deve ser entendido como um único passo. Pelo contrário, esse processo é um *fluxo* continuado e com flutuações freqüentes *ao longo do tempo*. Em consequência, a condição camponesa varia em diferentes graus. A dependência de mercados, agentes mercantis e coerção extra-econômica, a autonomia relativa que pode ser conseguida, a magnitude dos recursos e o controle sobre eles e os níveis de produtividade criados são elementos relevantes nesta questão. Em suma, uma vez constituídos como tal, os camponeses podem ainda sofrer uma recampesinização posterior. Neste ponto estamos analisando a dimensão qualitativa relacionada com o grau de estruturação da agricultura de acordo com o modo camponês de fazer agricultura. É claro que as dimensões quantitativa e qualitativa dos processos de recampesinização podem ser combinadas (como acontece em Catacaos). Contudo, também é possível que a recampesinização seja expressada apenas por uma das duas dimensões – ou que ocorram tendências contraditórias.

Ao longo da história houve muitos episódios de recampesinização. Além das referências históricas, existem também vários processos de recampesinização contemporâneos, embora diferentes uns dos outros.¹⁰⁴ É primordial efetuar um estudo sistemático sobre as expressões atuais deste fenômeno, em primeiro lugar, porque a recampesinização representa, de um ponto de vista teórico, um caso limite crucial. Na economia neoclássica e de desenvolvimento e em quase todas as abordagens marxistas, a re-emergência do campesinato é considerada impossível e seguramente indesejável. Ademais, caso essa re-emergência ocorresse, ela representaria necessariamente uma regressão (Bernstein, 2006b). Um segundo motivo é sua relevância como uma forma política e economicamente apropriada de sair do subdesenvolvimento em muitos países do Terceiro Mundo (ver, por exemplo, Figueiroa, 1986, para uma discussão desta questão relativamente ao Peru). Uma terceira razão para estudar a recampesinização de forma séria relaciona-se com os novos “impérios alimentares” que estão atualmente emergindo por toda a América

Latina. Por mais que estes novos impérios apresentem uma tendência para destruir o campesinato, eles provocam e criam novas formas de recampesinização.

Na prática, a recampesinização irá sempre ocorrer através de vários processos interconectados, freqüentemente contrastantes, e muitas vezes novos. Em Catacaos, a recampesinização surgiu a partir de:

- a transformação das antigas *haciendas* em cooperativas, e a divisão posterior das terras em parcelas para unidades camponesas individuais;
- uma apropriação massiva de terras e água por camponeses sem terra (essencialmente *golondrinas*), um processo em que a formação, desenvolvimento e, finalmente, o parcelamento das unidades comunitárias de produção (UCP) tiveram um papel crucial;
- um aumento elevado do número de proprietários individuais de terras, basicamente associado a uma transformação da fronteira agrícola em semi-desertos severos (bosque seco) que circundam a comunidade;
- uma re-alocação de *pueblos jóvenes* ou bairros degradados de forma que esses grupos não são mais confinados às cidades – neste caso, Piura, Trujillo, Chiclayo e Lima – mas estão agora literalmente emergindo “dentro dos campos”, ou seja, dentro das comunidades rurais. Simultaneamente, o envolvimento na atividade agrícola torna-se uma característica importante da vida nestes novos bairros.¹⁰⁵ Finalmente, especialmente a partir da década de 1990, é possível notar uma nova mudança no campesinato: ele se afasta do grau elevado de integração em mercados característico das décadas de 1970 e 1980, assim fortalecendo a natureza camponesa da economia rural.

O resultado dos primeiros três processos foi um enorme crescimento no número de camponeses. Nesse contexto, a recampesinização implicou o desaparecimento quase total de trabalhadores assalariados (*peones*) associados às muitas e grandes *haciendas* e, mais tarde, às cooperativas.

Embora recampesinização não tenha sido ausente em áreas adjacentes e comparáveis, em Catacaos os processos que a compõem são evidentes. A Tabela 3.1 compara o número de unidades agrícolas “administradas pelo produtor” em 1972 (Segundo Censo) vis-à-vis “pessoas naturais” (isto é, *personas naturales* por oposição a empresas formais) que possuem e trabalham a terra em 1995 (Terceiro Censo). Embora estes dados não descrevam o número total de pessoas envolvidas na agricultura (especialmente porque os *estables*, isto é, a força de trabalho permanente das grandes plantações, são excluídos no primeiro censo e incluídos no segundo),¹⁰⁶ eles evidenciam claramente as diferenças relativas na magnitude da recampesinização.

Excluindo o distrito de Buenos Aires, a comunidade de Catacaos é a que possui a taxa mais elevada de recampesinização. Buenos Aires é, literalmente, a exceção que confirma a regra. Juntamente com Catacaos, Buenos Aires foi o principal palco da luta camponesa da década de 1970. Em 1973, os trabalhadores

permanentes e temporários ocuparam a grande plantação da família Rospigliosi em Buenos Aires, com o objetivo de criar a cooperativa *Luchadores del 2 de Enero*. Essa cooperativa se distinguia das outras por estar envolvida em uma luta longa e intensa para aumentar o emprego produtivo (ver capítulo 4 em Ploeg (1990a) para um relato completo dessa luta). No final, essa luta resultou – tal como em Catacaos – em um grau relativamente elevado de recampesinização.

Tabela 3.1 *Ritmos de recampesinização*

	Número de camponeses em 1972	Número de camponeses em 1995	1995 Número como % de 1972
Catacaos	4.396	13.030	300%
Chulucanas	3.308	7.065	214%
Morropón	527	1.271	240%
Buenos Aires	480	1.532	306%
"o resto" ¹⁰⁷	11.772	19.132	163%

Uma característica típica da recampesinização em Catacaos foi o fato de esse fenômeno ter resultado em uma distribuição de terra relativamente igual entre o campesinato. O Gráfico 3.1 compara a distribuição de terras (de acordo com o Censo de 1995) na comunidade de Catacaos com a distribuição efetuada nos distritos vizinhos de Castilla e Piura. A grande maioria dos camponeses de Catacaos possui uma parcela de terra de entre 0,5 a 5 hectares, enquanto em Piura

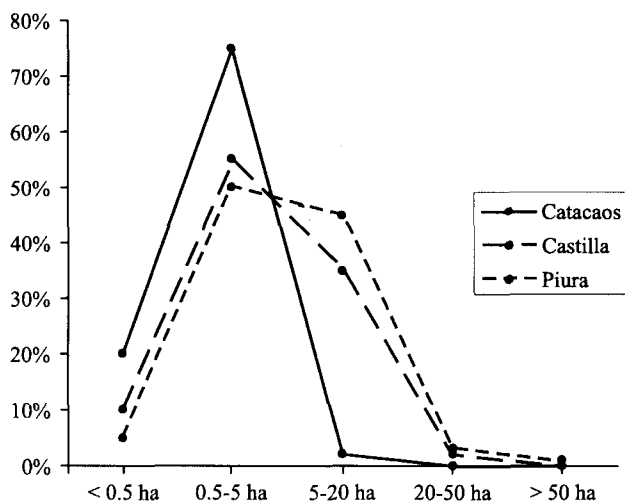


Gráfico 3.1 *Distribuição de terras em Catacaos, Castilla e Piura (1995)*

e Castilla mais de 30% dos camponeses controlam parcelas com uma extensão maior que 20 hectares. Ou seja, em Catacaos, 86% da terra pertence a 75% dos camponeses. Esta percentagem contrasta fortemente com as do distrito de Piura, por exemplo, onde 56% do campesinato controla 37% da terra, enquanto outros 36% controlam 60%.

É muito difícil apresentar dados mais precisos acerca do número de camponeses na Comunidade de Catacaos. Isso não se deve apenas às imprecisões da informação estatística disponível, mas também à situação empírica em constante mudança e à fluidez e sobreposição das categorias estatísticas usuais. Na Tabela 3.2 procurei sintetizar e integrar as informações disponíveis. Além dos dados estatísticos, também me baseei nos arquivos da comunidade e em informações adquiridas em entrevistas com líderes do movimento camponês. O aumento da área irrigada é um dos aspectos mais claros. Embora a área se altere de ano para ano – devido a motivos de disponibilidade e distribuição de água – a área irrigada aumentou de cerca de 30.600 ha. no começo da década de 1970 (parte dos quais tinha uma irrigação muito precária) para 45.500 ha. na década de 1990. Isso foi possível devido à implementação do Projeto Chira-Piura, através do qual a água do Rio Chira foi desviada para o vale do Bajo Piura. Embora o alargamento da área irrigada não signifique automaticamente um aumento do número de pessoas trabalhando a terra, em Catacaos o resultado final foi a recampesinização.¹⁰⁸ Assim, é necessário analisar dados sobre a força de trabalho agrícola e sua composição interna.

A Tabela 3.2 considera, em primeiro lugar, a força de trabalho assalariada que foi inicialmente empregada pelas grandes empresas produtoras de algodão (primeiro *haciendas*, depois cooperativas controladas pelo Estado). O número de trabalhadores regulares permaneceu estável em cerca de 2.000 durante a transição de *haciendas* para cooperativas. Com o colapso das cooperativas, esse número passou a representar 2.000 novas unidades de produção camponesas. As *haciendas* englobavam cerca de 10.000 hectares de terras irrigadas e ainda 20.000 hectares de terras não cultivadas. Em segundo lugar, existiam as unidades de produção dos *pequeños*. De acordo com o Censo, no início da década de 1970 existiam cerca de 4.400 unidades de produção camponesa em Catacaos. Formalmente, essas unidades possuíam 20.600 hectares. Contudo, a irrigação total era muito difícil devido à escassez constante de água. O número de unidades camponesas aumentou para cerca de 6.700 em meados da década de 1990 e aumentou ainda mais na primeira década do século XXI. Em terceiro lugar, ocorreram várias invasões de terras lideradas pela comunidade nas terras inférteis das cooperativas – um processo que caracterizou as décadas de 1970 e 1980. Um veículo central deste processo foi a criação de Unidades Comunitárias de Produção (UCP) compostas essencialmente por antigos *golondrinas*. No final da década de 1980 existiam cerca de 150 unidades deste tipo, compostas por um total de 4.500 membros que cultivavam 6.750 hectares de terra em conjunto. Mais tarde, no começo da década de 1990, estas UCP também foram transformadas em unidades camponesas individuais de produção.

Tabela 3.2 *O desenvolvimento do emprego agrícola em Catacaos no período de 1969 a 2004*

Eixo do tempo:	Início da década de 1970	Meados da década de 1980	Situação atual
Subprocessos:	unidades ha.	Parcelamento de cooperativas	proporção emprego média homem/terra
1. De <i>haciendas</i> via cooperativas para unidades camponesas	10 <i>haciendas</i> grandes e 9 <i>haciendas</i> médias 10.000 ha. cultivados e 20.000 ha. de terra infértil	9 cooperativas com 10.000 ha.	proporção efetiva homem/terra
	2.000 <i>estables</i>	2.000 membros de cooperativas	1:5
	0 UCP 0 ha.	150 UCP com 5.000 ha.	4.000
2. De camponeses sem terra via UCP para novas unidades camponesas	luta pela terra na e pela comunidade	4.500 trabalhadores envolvidos	1:1.5
	4.300 unidades camponesas (nem todos irrigados)	criação de cerca de 2.400 novas unidades de 8.150 ha.	4.500
3. O número crescente de pequenos camponeses			13.400
			1:2.2
Total	2.000 unidades camponesas em 10.000 ha.	13.200 unidades com 45.500 ha.	21.900 1:2.1

Mais cerca de 15.000 *golondrinas*, pastores, etc.

Juntos, estes três processos fortemente interconectados trouxeram grandes mudanças. As cerca de 4.400 unidades camponesas que controlavam 20.600 hectares aumentaram para 13.200 unidades. Esse número mais do que triplicou, enquanto a área cultivada *como um todo* cresceu em cerca de 50% e as terras irrigadas aumentaram de 30.600 para 45.500 hectares.

A Tabela 3.2 requer ainda mais alguns comentários. Como indica a linha inferior da tabela, também existe um número considerável de camponeses sem terra (*campesinos sin tierra*) na comunidade. Esses camponeses são vaqueiros e pastores que usam os semi-desertos aparentemente intermináveis, ou pessoas com parcelas muito pequenas de terra (*microfundistas*) ou *golondrinas*.

Nas últimas linhas da Tabela tentei converter os dados em uma medida de *força de trabalho*. Geralmente, em pequenas unidades camponesas de produção existem duas pessoas trabalhando (marido e mulher, por exemplo, ou pai e filho), as quais também podem estar parcialmente envolvidas em outras atividades. O mesmo se aplica às parcelas ligeiramente maiores dos antigos *estables*. Mas nessas parcelas a extensão maior (em média 5 hectares por unidade) implica, especialmente nas condições atuais, que um ou dois hectares sejam arrendados a outro *comunero*¹⁰⁹ ou que permaneçam em pousio. Assim sendo, na linha final da tabela podemos calcular, por categoria, a proporção média efetiva entre homem e terra. Em suma, a tabela demonstra que o número de pessoas ativamente envolvidas na produção camponesa é muito maior que o número do começo da década de 1970. Esse número também vai muito além dos efeitos (potenciais) do aumento da área de terras irrigadas. Como será explicado na próxima seção, as proporções efetivas entre homem e terra também são abruptamente diferentes das proporções que caracterizaram a Reforma Agrária. Em resumo, a Tabela 3.2 indica *um processo massivo e abrangente de recampesinização*.

Mecanismos de recampesinização

Ao longo dos séculos, Catacaos tornou-se conhecida por suas lutas camponesas intensas (ver Cruz Villegas, 1982; Ploeg, 1977 e 2006d; Revesz, 1989; García-Sayan, 1982). Por exemplo, na década de 1960, todas as *haciendas* foram ocupadas por *comuneros* e, subseqüentemente, desocupadas (“liberadas”, disseram alguns) através de intervenções do exército e da polícia de choque. As primeiras pequenas cooperativas foram criadas para aliviar a situação tensa. Em 1969, foi declarada e rapidamente implementada uma Reforma Agrária radical e nacional pelo então Governo Militar. As grandes *haciendas* foram transformadas em cooperativas de produção, dentro das quais a proporção homem/terra tinha de corresponder às diretrizes definidas pela chamada *Missão Iowa*. Este grupo de reflexão norte-americano traduziu – para cada ecossistema específico e começando pela produção tal como era estruturada nas *haciendas*¹¹⁰ então existentes – as relações preço-custo esperadas, as novas tecnologias e uma “cota de poupanças” na quantidade de terra

que poderia ser “dada” a um chefe de família. Tal como no resto do país, isso resultou em um processo de marginalização, uma vez que apenas 10% da população agrícola economicamente ativa poderia ser integrada nessas novas cooperativas. Os restantes 90% não teriam qualquer forma de acesso (continuado) a terras. Em Catacaos, a proporção homem/terra calculada foi de 1:5.

A comunidade de Catacaos se opôs ao processo de reforma agrária controlado pelo Estado através de uma resposta massiva e bem elaborada. A comunidade decidiu lutar pelo pleno emprego permanente através da criação de *Unidades Comunales de Producción* [Unidades Comunitárias de Produção] formadas pela ocupação de terras inférteis e caracterizadas por uma proporção homem/terra completamente diferente: inicialmente de 1:2, mas mais tarde de 1:1,5, o que era muito diferente da proporção de 1:5 das novas cooperativas controladas pelo Estado. Para os observadores que não estão familiarizados com as peculiaridades da produção agrícola, o aumento efetivo na proporção homem/terra (criando mais emprego na mesma área de superfície disponível) pode ser surpreendente, se não mesmo uma “partilha de pobreza” irracional. Porém, se o aumento no uso de trabalho por unidade implica níveis de produção mais elevados (isto é, mais intensivos), e se, ao mesmo tempo, os custos são reduzidos (substituindo, por exemplo, insumos caros por trabalho), então os resultados finais serão provavelmente o oposto: os níveis de emprego elevados fomentam uma intensificação da produção, enquanto os níveis elevados de rendimento compensam, efetivamente, o aumento no uso de trabalho.

Em 1972, a comunidade de Catacaos formou as primeiras 16 unidades de produção comunitária. Essas unidades foram o ponto de partida para um processo impressionante de intensificação baseada no trabalho. Em 1974, esse número tinha aumentado para 38 unidades, onde 650 pessoas cultivavam ativamente um total de 1.215 hectares. Embora a proporção homem/terra fosse muito diferente da proporção das cooperativas controladas pelo Estado (menos de 1:2), estas unidades pagavam aos seus trabalhadores o mesmo salário que as cooperativas. A chave de seu desempenho foram os níveis relativamente elevados de rendimento e os níveis baixos de custos. Dois anos mais tarde, o número de UCP tinha aumentado para 65, sendo essas UCP compostas por 1.320 membros cultivando 2.306 hectares com a proporção média homem/terra de 1:1,7. San Pablo Sur, uma UCP que tinha 60 trabalhadores em 1974, chegou aos 200 membros cultivando 300 hectares (com uma proporção homem/terra de 1:1,5 em 1976). Mais tarde, no final da década de 1980, existiam 150 UCP com 4.500 trabalhadores usando um total de 6.750 hectares cultivados. Nessa época, a coligação estabelecida entre membros das cooperativas e as UCP foi muito importante, pois através dela foi possível que a comunidade entrasse nas esferas de comercialização e processamento. Assim, os níveis elevados de emprego e de rendimento, especialmente nas UCP, foram consolidados.

A criação de *Unidades Comunales de Producción* foi o resultado de lutas camponesas dedicadas, massivas e persistentes que durariam muitas décadas,

mas que atingiram seu auge nas décadas de 1970 e 1980. Essas lutas são descritas extensivamente em Ploeg, 1997 e 2006d. Assim sendo, limitarei a minha exposição aos *principios de lucha* [os valores partilhados que guiam as ações comunitárias] que se cristalizaram durante uma seqüência longa de lutas socio-políticas levadas a cabo pela comunidade, e que, no começo da década de 1970, se centraram na resistência à reforma agrária imposta pelo Estado e, ao mesmo tempo, originaram a criação de unidades de produção comunitária (ver Box 3.1). Considero estes “valores partilhados” (ou “princípios da luta camponesa”) uma bela e poderosa síntese de uma “economia moral” (Scott, 1976). Eles sintetizam a história e a traduzem com mestria em diretrizes para o presente, de forma a criar um futuro melhor.¹¹¹

Box 3.1 Os valores partilhados da comunidade camponesa de Catacaos

- 1 Por uma comunidade unida, indestrutível e autônoma.
- 2 Por uma comunidade governada através da intervenção democrática de todos os seus membros.
- 3 Por uma comunidade em que todos os membros são iguais em seus direitos e deveres.
- 4 Por uma comunidade que reconhece o trabalho como a única fonte de riqueza.
- 5 Por uma comunidade que não permite a exploração de seus recursos nem a produção por elementos exteriores.
- 6 Por uma comunidade que luta para garantir as necessidades básicas de habitação, saúde, alimentação, educação e emprego para todos os seus membros
- 7 Por uma comunidade que trabalha ativamente para satisfazer as necessidades imediatas e futuras de seus jovens.
- 8 Por uma comunidade que se compromete solidariamente com toda a classe trabalhadora do nosso país se esforçando para conseguir a transformação integral do país.

Os valores partilhados também refletem várias dimensões da condição camponesa e do modo camponês de fazer agricultura, que foram discutidos no capítulo anterior. Ao mesmo tempo, eles traduzem essas dimensões em um nível mais elevado de agregação, isto é, na comunidade camponesa como ator coletivo (Long, 2001).

A partir de meados da década de 1990, a comunidade de Catacaos sofreu um severo declínio. A divisão, imposta pelo Estado, das cooperativas e das UCP em pequenas parcelas, a transformação da propriedade de terra comunitária e da posse individual em uma propriedade individual generalizada – também ditada pelo regime Fujimori –, a grave repressão que se seguiu às lutas armadas do *Sendero Luminoso* e, finalmente, no final da década de 1990, uma liderança da comunidade tendenciosa para o enriquecimento individual resultaram no colapso das atividades comunitárias, pelos menos temporariamente. Porém, o que permaneceu foi a mesma proporção elevada homem/terra criada nos episódios anteriores de luta camponesa

Os efeitos da recampesinização: intensificação da produção

Em situações como a da comunidade de Catacaos, os níveis de rendimento são basicamente o resultado de dois processos contraditórios, mas associados. Por um lado, existe a luta pela emancipação, isto é, trabalhar a terra o melhor possível para obter o melhor rendimento e, assim, níveis mais elevados de valor agregado. Essa é a única forma de proceder em uma situação de marginalização generalizada. Quando ninguém cuida de você, você precisa cuidar de si mesmo para obter os melhores resultados possíveis da co-produção entre o homem e a natureza. Mais especificamente, a recampesinização precisa resultar em uma intensificação da produção agrícola. Caso contrário, o resultado será uma “partilha de pobreza” (ou involução). Por outro lado, são necessárias relações sociais específicas de produção que possibilitem esse processo de intensificação baseada no campesinato. A questão central aqui é a disponibilidade dos meios de produção necessários. Esses meios de produção podem resultar de ciclos de produção anteriores, sendo, desse modo, historicamente garantidos (como ilustra a Figura 2.5 no capítulo anterior). O oposto também pode acontecer, ou seja, os meios necessários poderão ter de ser mobilizados através de mercados (Figura 2.6).

Além dessas *inter-relações* entre mercados e unidades de produção, a *conjuntura* precisa também ser incluída na análise. Essa conjuntura pode variar de uma situação em que as relações de mercado e de preço são favoráveis aos agricultores (disponibilidade de crédito, mercados em bom funcionamento, um equilíbrio justo entre custos e benefícios, ausência de distribuição parcial de riscos, etc), a uma situação oposta em que a conjuntura de mercado é desfavorável a camponeses e agricultores. Assim, várias combinações são possíveis, sendo o pior dos cenários obviamente a alta dependência de mercados combinada com uma conjuntura negativa. As unidades agrícolas camponesas precisam de “espaço”, como defende Halamska de forma convincente numa discussão sobre o campesinato polonês. Esse “espaço” não é “algo definitivo. Ele [é] um fluxo constante, mutável e [pode] ser reduzido ou aumentado” (2004, p. 249). Uma conjuntura favorável oferece “espaço”, enquanto uma conjuntura em deterioração implica uma redução desse espaço. Seguindo esse raciocínio, podemos defender que a *redução* é uma característica das áreas rurais peruanas¹¹² e, conseqüentemente, de Catacaos, especialmente a partir de meados da década de 1990. O *Banco Agrario* foi dissolvido e os camponeses foram obrigados a dirigir-se aos circuitos bancários privados para conseguir os empréstimos de que precisavam. Além da exclusão imposta a muitos grupos de pessoas por estes circuitos e dos elevados custos de transação envolvidos (Fort *et al.*, 2001), o medo generalizado de perder suas terras impede a maioria dos camponeses de usá-los. Assim surgem as ironias trágicas de famílias que precisam urgentemente de produção (para consumo e para dinheiro) por um lado, e os campos por cultivar por outro. Depois existem os custos de produção elevados, os riscos naturais (*el Niño*) e os riscos provocados pelo mercado que

reduzem o espaço disponível para os camponeses. Isso se aplica especialmente aos camponeses que são mais dependentes de mercados.

Considerando estas duas tendências contraditórias em conjunto – isto é, a necessidade e vontade do campesinato de gerar progresso através de uma produção melhorada e a falta praticamente total de condições que lhes permitam conseguir isso –, é extraordinário que os níveis de rendimento em Catacaos sejam ligeiramente mais elevados do que em áreas adjacentes comparáveis na província de Piura. A Tabela 3.3, baseada em dados estatísticos do Ministério da Agricultura, mostra que os níveis de rendimento das colheitas diferem consideravelmente de ano para ano, essencialmente devido ao clima. Por exemplo, em 1999, as conseqüências do último *el Niño* ainda se faziam sentir. Contudo, em 2000, quando mais de 10.000 hectares foram plantados (e colhidos) na comunidade de Catacaos, o rendimento médio foi de 1,84 toneladas por hectare, um pouco mais de 10 *cargas* por hectare. Esse valor representa mais 69% do que o rendimento médio das colheitas dos distritos vizinhos. Em 2001, a diferença foi muito menor. Contudo, em três anos, a produção por hectare em Catacaos foi mais elevada que nas regiões vizinhas.

Tabela 3.3 Rendimento da cultura de algodão na comunidade de Catacaos e em distritos vizinhos (Piura, Castilla, Las Lomas e Tambogrande)

Ano	Catacaos Ton/ha.	Distritos vizinhos	Diferença
1999	1,71	1,64	4%
2000	1,84	1,09	69%
2001	1,57	1,39	13%

O rendimento relativamente elevado atingido em Catacaos (que também é conseguido em outras culturas – milho e feijão) é um resultado direto do processo de recampesinização que resulta em uma agricultura mais intensiva e em rendimentos mais elevados. Porém, como será discutido na próxima seção, este rendimento *relativamente* elevado poderia ser muito mais elevado. Isto é, as relações sociais de produção muito adversas em que o campesinato está atualmente envolvido excluem, para já, um incremento na intensificação.

Fomento da intensificação

Ao longo do tempo, as Unidades Comunitárias de Produção têm sido os lugares de fomento à intensificação da produção. Já em 1976, *San Pablo Sur* teve uma produção de 12 *cargas* (cerca de 2.000 kg/ha) que representou um passo adiante relativamente ao nível de 1973/74 (10 *cargas*), e que foi também um dos níveis mais elevados de produção em todo o vale Bajo Piura. Contudo,

a intensificação da produção agrícola, incentivada e fomentada pela quantidade e qualidade do trabalho, aumentou: em 1987 e em 1988, *San Pablo Sur* atingiu um rendimento de 25 e 28 *cargas* por hectare. Esses níveis de rendimento só foram possíveis devido à variedades de sementes novas e melhoradas, adquiridas pelas UCP numa instituição especializada em reprodução de plantas (Fundead). “Contudo”, como explicou Jorge Vilches Sandobal, um dos agrônomos que trabalha com as UCP, “se analisarmos essa experiência como um todo, é possível concluir com certeza que as variedades melhoradas correspondem a apenas 20% desses resultados. Os 80% restantes se devem, basicamente, à organização”. Este conceito de “organização” engloba vários elementos:

Em primeiro lugar, havia um planejamento meticuloso do calendário agrícola, para que todas as atividades relevantes (preparação da terra, irrigação, plantio de sementes, extração de ervas daninhas, cultivo, fertilização e controle de pragas) fossem bem coordenadas ao longo do tempo e adaptadas ao ciclo de crescimento das plantas. Esse modo de preparação garantia um bom rendimento em combinação com a organização comunitária do trabalho, a qual assegura que exista sempre mão-de-obra disponível¹¹³ para fazer o trabalho adequado no momento adequado e de forma adequada.

Em segundo lugar, o enraizamento das UCP na estrutura global da comunidade então poderosa e bem administrada permitia uma distribuição adequada e oportuna de água, crédito, insumos e serviços adicionais de máquinas. A comunidade de Catacaos negociava o crédito necessário para todas as UCP diretamente com o *Banco Agrario*. Ela também assegurava, através de negociações com a Companhia de Água, que a água fosse entregue no momento certo e em quantidades suficientes, e adquiria o fertilizante necessário diretamente dos fabricantes. Assim, o processo de produção dentro das UCP era apoiado por uma rede sociotécnica de funcionamento estável. Isso não só permitia níveis elevados de rendimento, como também reduzia os custos variáveis e os custos de transação associados.

Em terceiro lugar, a dimensão das UCP (na época, 200 pessoas estavam trabalhando em *San Pablo Sur*) permitia uma determinada divisão interna do trabalho. Com relação aos níveis elevados de rendimento, é importante mencionar *el plaguero*. Um dos membros da UCP recebia um treinamento extensivo fora da comunidade em detecção e controle de doenças e pragas de plantas. Assim, durante a época de cultivo, esse membro supervisionava constantemente os campos para poder intervir de forma apropriada e oportuna logo que notasse quaisquer sinais de infecção. Igualmente importante era o fato de duas ou três UCP poderem contratar um engenheiro agrônomo, sempre que necessário, para assistência diária no planejamento e implementação do trabalho.

E, finalmente, a própria estrutura das UCP (pagamento igual para todos e redistribuição de lucros no final da época agrícola) refletia o interesse daqueles que participavam da produção em obter um bom rendimento. Além dos estímulos financeiros implícitos, “as pessoas tinham muito orgulho em ver que esses

resultados eram fruto do seu próprio trabalho”, como me explicou Jorge Vilches Sandobal.

A descrição acima mencionada sublinha outro aspecto básico, além destes aspectos técnicos. As lutas sociopolíticas não ocorrem apenas através de manifestações, ações de sindicatos, ocupações de terras e bloqueamentos de estradas. Elas *também acontecem nos campos, de uma forma aparentemente escondida*. Isso implica, freqüentemente, uma luta longa e muitas vezes meticulosa para aumentar o controle sobre o processo de produção, melhorá-lo, e moldá-lo de forma a corresponder aos interesses e aspirações próprias e para obter melhores resultados. Este último tipo de luta é tão importante quanto os anteriores. É até possível dizer que os tipos de luta mais visíveis são, essencialmente, uma condição para participar com mais sucesso das escondidas “lutas nos campos”.

Com a divisão das UCP em parcelas únicas e individuais e com a extinção da comunidade como um núcleo de poder bem administrado, esta rede sociotécnica bem definida se desmoronou e, com ela, o rendimento do algodão desceu de novo para níveis de cerca de 10 *cargas* por hectare.

Novas modalidades de recampesinização

A situação atual em Catacaos (e no Peru em geral) é caracterizada por dois elementos decisivos: um campesinato empobrecido e condições de mercado muito adversas. A segunda característica não permite nenhum tipo de envolvimento nos diferentes mercados de insumos. É muito difícil obter crédito, a não ser que os riscos, as taxas de juro e os custos de transação elevados sejam suportados pelos camponeses. Sem crédito, não é possível obter insumos industriais caros (sementes melhoradas, fertilizantes, pesticidas e a assistência técnica associada). Os mercados de produtos (de algodão, milho, arroz, etc) são caracterizados por flutuações consideráveis de preços, o que torna a dependência de mercados de capitais e de insumos ainda mais arriscada e pouco provável. Por conseguinte, é difícil conseguir excedentes no final do ciclo produtivo que sejam suficientes para cobrir as despesas familiares durante o ciclo seguinte. O resultado dessa situação poderá ser a paralisação completa da economia rural. Contudo, os camponeses acabam desenvolvendo, por necessidade, novas formas de enfrentar essa situação bastante difícil. Em conjunto, essas novas formas podem ser entendidas como os passos de um processo continuado de recampesinização. Quatro dessas formas serão discutidas aqui, as quais na prática surgem muitas vezes combinadas – embora de formas distintas.

Em primeiro lugar, a produção para auto-consumo se torna de novo central. Enquanto o cultivo do algodão era importante nas décadas de 1970 e 1980, o feijão e o milho têm hoje uma importância maior. Em consequência, o consumo familiar está cada vez menos organizado através do envolvimento em diferentes circuitos de mercado (produção de algodão convertida em dinheiro que depois

é convertido nos produtos alimentares necessários). O feijão e o milho vão diretamente dos campos para as casas das famílias: a produção e o consumo estão agora, mais do que anteriormente, distanciados dos mercados. A única coisa que se comercializa é o *excesso*, assim como a única coisa que se compra são os ingredientes *em falta* (se existirem fundos disponíveis). Isso representa outra mudança gradual. Os camponeses de Catacaos estão agora envolvidos em atividades múltiplas, muito mais do que há 20 ou 30 anos atrás. Uma vez que a agricultura rende pouco e por vezes não rende nenhum dinheiro, as famílias camponesas têm outras atividades para conseguir o fluxo de caixa necessário. Durante entrevistas com os agricultores, percebi que a maioria deles tinha dois, três ou mesmo quatro “empregos”: cada oportunidade que possa render algum dinheiro é agarrada.¹¹⁴ Assim se constituem famílias camponesas com vários empregos ou com ocupações múltiplas.¹¹⁵

Em segundo lugar, a agricultura como atividade produtiva é agora organizada de forma a que os custos monetários sejam minimizados. Os insumos externos são substituídos sempre que possível por meios localmente disponíveis. Assim surge uma agricultura de baixos níveis de insumos, freqüentemente caracterizada por técnicas e práticas bastante diferenciadas. Esta mudança é acompanhada por um novo repertório cultural usado pelos agricultores para compreender e ordenar suas próprias práticas e as relações em que essas práticas estão enraizadas. A Figura 3.2 apresenta um exemplo dessa gramática para uma agricultura de baixo custo, um tipo de raciocínio usado de forma ativa pelos camponeses em Catacaos durante o processo de produção agrícola. *Asistir bien a la planta* [cuidar bem das plantas] é a noção central traduzida em conhecimentos precisos para a preparação da terra, plantio, cultivo, irrigação, eliminação de ervas daninhas, controle de pragas, suas inter-relações e sua organização ao longo do tempo. Todas as tarefas

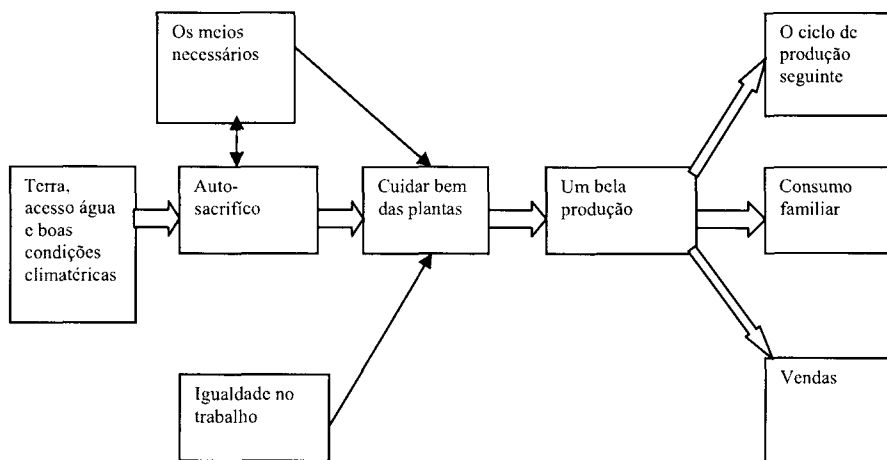


Figura 3.2 *A organização simbólica do processo de produção agrícola em Catacaos.*

e sub-tarefas associadas (que juntas compõem o processo de trabalho) pretendem obter níveis elevados de rendimento, isto é, *una linda producción*. Através da curiosidade (da observação e tentativa de compreender pequenas diferenças nos níveis de rendimento) e de experiências pequenas e quase invisíveis (Badstue, 2006), a inter-relação entre as duas (*asistir bien a la planta* e a *linda producción*) é melhorada – é precisamente neste momento que a produção de novidades na agricultura se torna estratégica.

Uma bela ou bonita produção é, por sua vez, convertida no que é majoritariamente referido como *la utilidad para la casa* (a utilidade para a economia familiar). Parte da produção é consumida pela própria família (e pelos animais), enquanto outra parte é armazenada sob a forma de sementes para o ciclo de produção seguinte, e o restante será vendido. Quanto maior for o rendimento, maior será sua utilidade para a casa.

Um nível de produção elevado depende de três condições cruciais que, em conjunto, permitem que o agricultor “cuide bem das plantas”. Além da disponibilidade de terras, água e boas condições climáticas, essas condições são também a disponibilidade de *medios*, isto é, de meios para fazer o trabalho. Esses meios podem ter sido reproduzidos no ciclo de produção anterior, como pode ser o caso do estrume, produtos de compostagem, sementes boas, um cavalo saudável, ferramentas e algumas poupanças. Também é possível que esses meios faltem. Nesse caso eles se tornam idênticos ao capital de giro e à possibilidade de obter crédito. É também necessário dedicar séria atenção ao processo de produção. Isso é referido em Catacaos como o *sacrificio* – o auto-sacrifício. O trabalho é frequentemente pesado e exigente. Muitas vezes, implica uma certa substituição entre trabalho e meios. Se os meios faltarem por qualquer motivo, eles podem ser substituídos, até certo ponto, por mais trabalho, muitas vezes mais pesado. Comparando com a aplicação de fertilizantes, a recolha dos excrementos, o armazenamento, (re)tratamento, transporte e aplicação do estrume constituem, de fato, um trabalho pesado. Mas esse trabalho é muitas vezes necessário. E, finalmente, deve existir, de acordo com a gramática discutida, *igualdad en el trabajo* (igualdade no trabalho), mas também na redistribuição para uso doméstico final. Só assim todos os envolvidos se dedicarão realmente ao trabalho. É por isso que o uso do trabalho familiar (e o envolvimento em relações de reciprocidade) é preferido às relações de trabalho assalariado. Ademais, o trabalho assalariado implicaria custos monetários acrescidos que devem ser evitados sempre que possível, de acordo com o contexto da “agricultura de baixo custo”.

Um terceiro aspecto a mencionar neste ponto é que a agricultura de baixos insumos externos (ou a agricultura de baixo custo) não significa necessariamente uma estagnação e/ou regressão. Pelo contrário, um novo tipo de dinâmica está emergindo, dentro do qual a *produção de novidades* é a chave. As novidades ou inovações camponesas podem ser aqui definidas como uma combinação particular de práticas e descobertas novas através das quais os camponeses conseguem aumentar a eficiência técnica de seu processo de produção. Sua particularidade

reside no fato de o *tratamento* dessas novas práticas não ser, porém, entendido nem reconhecido pelas ciências agrárias. Um exemplo impressionante e bastante ilustrativo dessas novidades que encontrei nos campos de Catacaos foi a “re-constituição” de pequenas quantidades de fertilizante em um novo “fertilizante líquido” (*abono foliar*) que não é colocado no solo, mas espalhado sobre as folhas das plantas.

Colocamos 12 ou 15 ovos no tanque (chamado de cacorro: o tanque manual colocado nas costas, normalmente usado para espalhar inseticidas e pesticidas), misturamos água, 1 kg de nitrato de potássio e 1 kg de nitrato monamônico e, se tiver, cerca de 10 centímetros de fertilizante líquido. Esta mistura é depois pulverizada sobre as plantas. Ela é aplicada pela primeira vez 8 dias após o nascimento da planta. Depois disso fazemos mais três aplicações, mas essas apenas com ovos. Assim poupamos dinheiro. É claro que fazemos isso para sobreviver. Se não o fizéssemos estaríamos numa situação muito má. Este sistema está realmente produzindo bons resultados. Fizemos comparações entre os campos. Se tratar as plantas assim, com ovos, elas crescerão mais bonitas, mais fortes e os frutos serão maiores. Tentamos fazer o mesmo com milho, com algodão, feijão, ou com o que quiser. Isso fortalece as plantas, elas são mais bem alimentadas e plantas bem alimentadas não têm pragas nem doenças.

Eu sei que as pessoas riem de nós. Elas dizem que os ovos são para consumo humano e não para atirar nas plantas, mas nós somos felizes. Aprendemos isso com um homem mais velho. Estamos sempre procurando, sempre experimentando, e, como falei, também fazemos isso por necessidade. Se você comprar um quilo de fertilizante líquido, ele lhe custará 60 soles. Agora, a nossa forma de o fazermos nós mesmos é muito mais barata. Uma dúzia de ovos irá lhe custar 2 soles e 50 centimos. Então, cortamos madeira, vendemos, e usamos o dinheiro para comprar os ovos. Assim conseguimos o fertilizante quase de graça.

Este é apenas um exemplo. Existem vários outros, muitos dos quais consistem na re-introdução de práticas antigas (Stuiver, 2006, discute esta questão como a “retro-inovação”). A questão é que a eficiência técnica da produção é aumentada. Isto é, a mesma quantidade de recursos resulta num rendimento mais elevado, ou o mesmo rendimento é conseguido a partir de uma redução do uso de recursos. A substituição de insumos externos (e dispendiosos) por trabalho é frequentemente estratégica para práticas inovadoras. Assim, através do caráter inovador do camponês, a *utilidade* da produção é aumentada.

Em quarto lugar, existe a diversificação dentro da própria prática agrícola. Hoje, as pessoas semeiam e plantam muito mais variedades do que há trinta anos. A variedade de produtos alimentares aumentou consideravelmente. Além dessa mudança de “culturas comerciais” para “alimentos”, o número de cabeças

de gado também aumentou extraordinariamente, não só para leite e carne (e obviamente para a tração animal)¹¹⁶ mas também porque os rebanhos funcionam como poupança e seguro.

Em conjunto, estes quatro elementos fortalecem a economia camponesa sob as condições atuais de dificuldades, pobreza e exclusão. Eles indicam formas de alcançar a autonomia sob condições de extrema dependência, através da criação, reprodução e desenvolvimento de um conjunto de recursos naturais e sociais autônomos e auto-controlados, que são combinados e usados (e continuamente desenvolvidos) para ganhar a vida, ou pelo menos parte dela. Assim, a economia rural é cada vez mais estruturada como uma economia camponesa: a autonomia é aumentada para reduzir a dependência de mercados de insumos, a produção é diversificada para reduzir a dependência de mercados de produtos e as famílias se envolvem em múltiplas atividades de geração de renda. O conhecimento local também é desenvolvido, resultando em novidades que estimulam tanto o rendimento como a autonomia.

Estas novas respostas ou linhas de defesa também revelam vários pontos fracos e é nesses pontos que existem condições para que surjam novas formas de cooperação. As novas formas cooperativas de microcrédito podem ser bastante úteis em situações em que praticamente não existem recursos disponíveis na família. A partilha de conhecimentos através de grupos de estudo informal pode fomentar a produção de novidades e divulgar os resultados mais promissores. A formação de grupos de produtores fortes pode fortalecer a posição dos camponeses vis-à-vis a Companhia da Água ou outras entidades públicas. Estas são, então, as novas soluções organizacionais que, neste momento e no contexto atual, poderiam fortalecer o lado cooperativo do campesinato em Catacaos.

Entretanto: a ascensão do Império

Além da economia camponesa atual e num nível superior, novas formas e novos espaços de produção estão emergindo, os quais se relacionam de forma completamente diferente com o ambiente local e regional. Em primeiro lugar discutirei a construção de um império alimentar sobre a economia camponesa existente, usando um exemplo do Vale do Chira, próximo de Catacaos. O Vale do Chira tem uma paisagem bastante diferente da do vale do Bajo Piura. No vale do Bajo Piura, a terra está num nível pouco superior ao nível do rio (na verdade, são necessários diques protetores), enquanto no Vale do Chira o rio passa através de uma vala profunda. Em consequência, o vale do Bajo Piura é irrigado através da força gravitacional, enquanto no Vale do Chira são necessárias grandes bombas. Além disso, há outra diferença importante. O rio Chira tem sempre um caudal de água abundante. O rio Piura é muito caprichoso: por vezes tem demasiada água, mas normalmente tem muito pouca.

As bombas são um recurso comum em todas as unidades agrícolas situadas ao longo do rio Chira, incluindo nas menores. A gasolina disponível nos postos

locais, a água abundante, a terra dos próprios camponeses, o trabalho e a artesanidade, o conhecimento específico dos engenheiros agrônomos e os insumos tais como sementes, fertilizantes e pesticidas disponíveis nas lojas locais, são os ingredientes necessários para uma rede de produção de arroz em bom funcionamento. Existe apenas um ingrediente faltando – a disponibilidade de capital de giro e/ou o acesso a circuitos bancários para o crédito necessário. Dentro das unidades de produção camponesa, com algumas exceções, não existe capital de giro suficiente (sob a forma de poupanças ou animais que podem ser vendidos). Isso se deve, entre outras coisas, à ocorrência freqüente de perturbações climáticas causadas pelo fenômeno *el Niño* – perturbações que duram por um período de três anos (primeiro temperaturas muito elevadas, depois chuvas intensas e, no terceiro ano, temperaturas muito baixas). Estas catástrofes naturais empobrecem substancialmente os camponeses da região e os levam a contrair dívidas com bancos que, por isso, não voltam a conceder-lhes crédito. Os períodos em que os preços dos produtos são mais baixos do que os custos de produção, como acontece freqüentemente devido à globalização e à liberalização, têm os mesmos efeitos. Assim sendo, nesses momentos é impossível para os camponeses obter e interligar todos os recursos necessários.

A solução possível para esse impasse é o arrendamento de terras e estações de bombeamento de água a empresários ricos (que, na sua maioria, não têm quaisquer antecedentes agrícolas e, por vezes, são de origem estrangeira). Eles constroem grandes complexos, um dos quais eu conheci bem – um complexo de 540 hectares. Estes novos magnatas agrícolas contratam camponeses locais (por 10 soles/dia) para trabalharem em suas terras e agrônomos (por um salário líquido de 640 soles/mês) e compram os insumos necessários. Os gastos totais chegam à quantia média de 1.100 dólares americanos por hectare. Para 540 hectares, os gastos equivalem a cerca de 600 mil dólares. É importante notar que, nestes gastos, não estão incluídos quaisquer investimentos fixos. A infra-estrutura física (terra mais melhoramentos, as estações de bombeamento) é simplesmente alugada anualmente – e, por isso, pode também ser tão simplesmente abandonada. Isto é, todas as características de uma indústria *hit-and-run*¹¹⁷ estão presentes.

Com a ajuda de agrônomos é possível produzir cerca de 11 toneladas de arroz (*arroz cascara*) por hectare. Aos preços atuais (1,40 soles/kg), isso significa um GVP/ha de 3.500 dólares, logo um GVP total de cerca de 1,75 milhões de dólares.¹¹⁸ Então, o lucro total de um complexo de 540 hectares será, assim, de mais de um milhão de dólares.

Esta situação evidencia um dos principais paradoxos da agricultura do terceiro mundo: existe potencial para uma grande riqueza, contudo os camponeses e agricultores locais não têm acesso a ela. Essa riqueza está fora de seu alcance devido à pobreza (e, conseqüentemente, à falta de meios) em que vivem encurralados. E, por isso, a produção de arroz só pode ser organizada de forma efetiva e a riqueza correspondente gerada através da construção de um novo império alimentar, centrado na disponibilidade de capital.¹¹⁹ Contudo, devido à estrutura deste império

alimentar particular, a riqueza gerada está se acumulando nas mãos de um só agente externo. Não existem “transbordamentos”, como seria de esperar no caso de uma rede estruturada de camponeses interligados com capital de giro ou com acesso a ele. Assim, o outro lado do espelho da riqueza concentrada nas mãos de um empresário estranho são as “Vinhas da Ira”. Isto é, o Império corresponde aqui a uma rede verdadeiramente *parasita* (Feder, 1971). Os impérios alimentares desta natureza e estrutura são *vampiros*. Eles digerem, por assim dizer, os recursos locais até a exaustão,¹²⁰ e transportam a riqueza obtida para outros lugares. Assim se cria uma “maldição dos recursos”: a riqueza implícita dos recursos naturais disponíveis se traduz em pobreza (Ross, 1999; Sachs e Warner, 2001; Melhum *et al.*, 2006; Zhang *et al.*, 2007). Através do Império, é possível explicar esta natureza, à primeira vista, fortemente enigmática da maldição dos recursos.

O agente que controlava o império alimentar mencionado comprou mil hectares de terra na comunidade de Castilla, no Bajo Piura, com os lucros de um ano. Ele juntou esses hectares às terras que tinha anteriormente, formando assim uma empresa nova de 2.670 ha para a produção de bananas orgânicas. É assim que o Império se expande. Ele raramente cria riqueza *adicional*: simplesmente extrai a riqueza produzida localmente para concentrá-la e reutilizá-la de acordo com sua lógica.

O tipo de império alimentar que surgiu no Vale do Chira não funciona da mesma forma que em Catacaos. O grau elevado de recampesinização exclui, pelo menos até agora, o aumento de grupos semelhantes (embora formas incipientes sejam facilmente detectáveis). A forma como o Império está emergindo e se manifesta em Catacaos não o coloca *acima* da economia camponesa existente, mas *lado a lado*. Apesar disso, o Império “esgota” igualmente a comunidade. Ele é, por assim dizer, tão vampiro em Catacaos como no vale do Chira. O controle sobre a

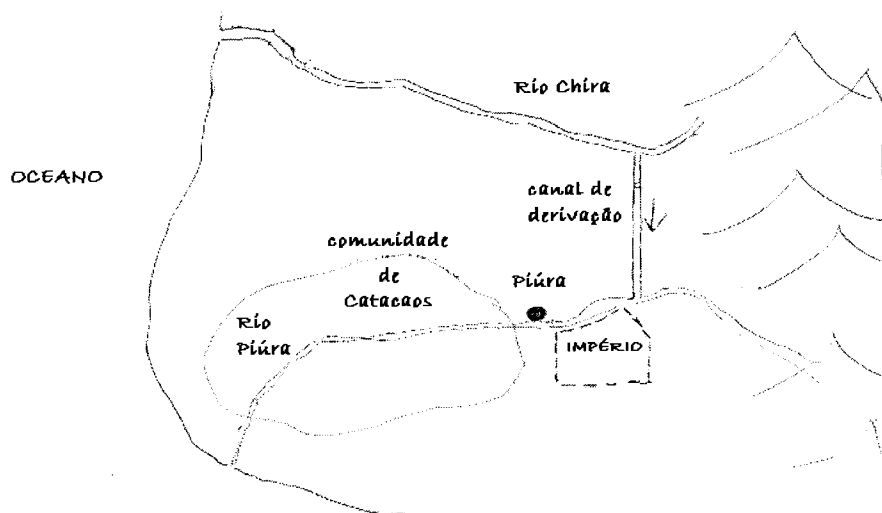


Figura 3.3 “Geografia inteligente”

água é essencial neste caso – tal como sempre foi na história longa e conflituosa de Catacaos (Revesz, 1989).

À primeira vista, em Catacaos, isto é, no semi-deserto por trás da pequena aldeia de Chapairas no vale do Medio Piura, o Império está situado em um “lugar-nenhum”. Sua localização é, naturalmente, inteligente (ver mapa na Figura 3.3), em primeiro lugar porque ela está muito próxima do lugar onde fica o canal de derivação que liga o rio Chira ao rio Piura. Nesse lugar, o Piura tem águas abundantes. O Império extrai essas águas antes de elas passarem as *boca tomas* que alimentam os canais de irrigação que correm para o Bajo Piura, onde está situada a comunidade de Catacaos. Ou seja, o Império baseia-se em um uso inteligente da geografia. Isso também se reflete em um segundo fato. Durante a construção da empresa, os primeiros 400 hectares de terra semi-desértica e, mais tarde, durante a expansão até aos atuais 1.500 hectares, era possível comprar terras do Ministério Regional da Agricultura por preços muito baixos.¹²¹

Aqui, como no caso do Chira, o Império se baseia essencialmente numa (re) montagem de recursos já disponíveis. Esses recursos são combinados com outros que estavam faltando até esse momento. Essa (re)montagem envolve terras desérticas disponíveis, água de irrigação, eletricidade de alta potência, arame farpado e armas, máquinas, centrais de processamento, sementes, mão-de-obra barata e abundante, perícia profissional, acesso a conhecimento sobre os canais internacionais de comercialização, contêineres de refrigeração, serviços do porto de Paita, apoio das autoridades, capacidades organizacionais, capital e acesso a crédito, fertilizantes (incluindo fertilizantes orgânicos), tecnologias de irrigação gota a gota, e assim por diante (a Figura 3.4 contém um resumo esquemático destes recursos inicialmente desconectados). A partir destes elementos, é estabelecida uma rede sociotécnica (ver Figura 3.5). Nesse sentido, a criação de novas

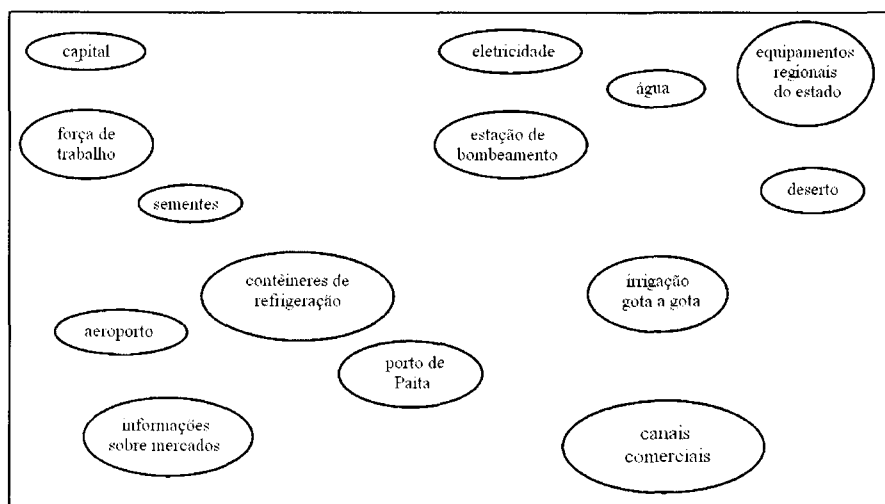


Figura 3.4 Recursos disponíveis, porém desconectados

interligações é estratégica. O semi-deserto por si só é praticamente inútil (a não ser que ele seja associado à dificuldade de ser pastor ou camponês pobre). Ele apenas se torna valioso (e bastante valioso) se puder ser ligado a outros elementos, tais como a água. E foi precisamente isso que aconteceu. Ao longo da parte do rio Piura já mencionada (entre a entrada do canal de derivação e as *bocas tomas*), foi construída uma grande estação de bombeamento de água, instalada uma linha elétrica de alta voltagem para alimentar essa estação e construído um canal de ligação às terras semi-desérticas compradas. Como é típico, esse canal não é feito de concreto (como seria normal), mas apenas revestido de um tipo especial de plástico, como se estivesse pronto a ser mudado de lugar – não existirão quaisquer *custos irrecuperáveis* para o Império neste lugar específico.

A minha primeira visita a esta expressão do Império feriu meus olhos. O Império representa aqui, em muitos sentidos, uma negação total da história peruana recente. Cerca de 30 anos depois da reforma agrária radical que teve início em 1969, o Império parece representar a re-emergência do *latifundio*, a plantação de grande escala controlada por capital estrangeiro.¹²² Como dizem em Catacaos: “os *gamonales* estão de volta”.¹²³ O Império também é cercado por dez quilômetros de arame farpado (a *culebra gigante*, ou “cobra gigante” nos romances de Manuel Scorza (1974) – a cobra que asfixia lentamente as comunidades locais) (ver Foto 1), com seguranças armados (Foto 2), que patrulham a área continuamente, e grandes máquinas (Foto 3) que preparam o próximo ciclo de expansão. Dentro do Império existem lagos artificiais (Foto 4) que contrastam radicalmente com a escassez de água nas comunidades camponesas circundantes (Foto 5).

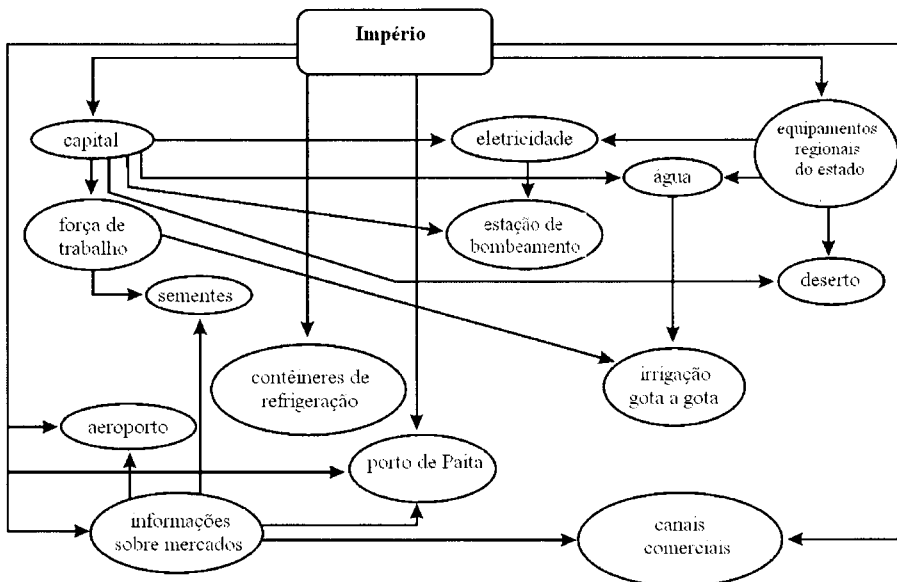


Figura 3.5 – Modelo do Mundo de acordo com o Império



Foto 1 *Arame farpado*

Neste complexo, o Império se dedica à produção de pimenta, pimentões, bananas orgânicas, açúcar orgânico, arroz, cebolas e uvas para consumo, através da tecnologia da irrigação gota a gota. Todas estas culturas usam uma mão-de-obra altamente intensiva (especialmente durante a colheita).¹²⁴ Em certas alturas, elas empregam cerca de 1.500 pessoas. Quando a colheita está feita de um lado, eles recomeçam no outro. O Império também produz *cangrejo de rio* (caranguejo de rio) nos seus lagos artificiais. A maioria dos produtos são processados numa central de processamento interna. Os produtos são transportados diariamente (em contêineres de refrigeração Maersk) para o porto de Paita. Existem outras expressões – outros “tentáculos” – do Império especializadas no cultivo de aspargos, por exemplo. Esse cultivo é feito nos vales próximos de Trujillo. Os aspargos são transportados por avião e colocados nos mercados europeus como produtos frescos pelo preço incrivelmente baixo de 1 euro por meio quilo (ver Figura 3.6). Também são vendidos em conserva de vidro e congelados. Os aspargos congelados vão essencialmente para a Polônia, onde são cortados e colocados em pizzas congeladas para venda nas lojas de conveniência de produtos alimentares da Europa Ocidental.¹²⁵

Até agora evidenciei os elementos materiais da rede sociotécnica estabelecida: a estação de bombeamento, os canais de irrigação revestidos a plástico, o semi-deserto, as centrais de processamento, os contêineres de refrigeração, etc. Nem é necessário dizer que essa mesma rede também engloba uma variedade de elementos sociais específicos, tais como o planejamento centralizado e a estrutura



Figura 3.6 – *Aspargos peruanos frescos vendidos nos mercados europeus*

de comando, leis favoráveis à exportação (de forma mais geral, um “regime de comércio livre”), apoio político por parte do governo central, que incentiva a economia agro-exportadora, e do Ministério regional que vendeu as terras a um preço barato, e o apoio das companhias de eletricidade que fornecem eletricidade a preços baixos, e da Companhia da Água que igualmente fornece água. Além disso, a rede inclui uma força de trabalho barata e abundante (o que se deve não só à legislação nacional como também à dissolução dos sindicatos, das comunidades camponesas e de outras organizações populares da década de 1990). Sem estes acordos institucionais específicos, a constituição dessa rede não seria possível.

O Império é um modo de estruturação (ver de novo a Figura 3.5), uma forma específica de montar recursos materiais e institucionais numa rede, cujas características estruturais implicam hierarquia e conquista, submissão e exclusão constantes (estes aspectos são também identificados e desenvolvidos por Colás, 2007). Ele constitui uma rede técnico-institucional complexa que não é concebida para coordenar atividades nem processos em curso. Ao invés disso, essa rede *impõe sua própria ordem* – mesmo que essa imposição seja altamente prejudicial quando vista a partir de outros ângulos que não o do próprio Império. O capital tem um papel indefinido nessa rede: por um lado, ele é indispensável; enquanto, por outro, ele tem apenas uma relevância secundária. É essencial obter e montar os recursos (materiais e institucionais) de uma forma específica. É devido à disponibilidade de um certo nível de capital que a linha elétrica, a água, as terras, as sementes e a tecnologia de irrigação gota a gota conseguem ser mobilizadas e combinadas. E é a lógica do capital que define as modalidades específicas da mobilização e da montagem de recursos. Os recursos não são moldados, desenvolvidos e combinados de forma a estimular o desenvolvimento – seu único objetivo é a acumulação de capital. Contudo, por outro lado, quase nenhum capital é trazido do exterior para a situação local. O capital é basicamente mobilizado no mercado nacional



Foto 2 – *Seguranças armados*



Foto 3 – *Máquinas*



Foto 4 – *Lagos artificiais*



Foto 5 – *Escassez de água*

de capitais através da promessa de que o fluxo financeiro gerado pelas novas empresas traga um lucro e segurança consideráveis. A situação *local* e os recursos e potenciais implícitos nela são considerados *colaterais*. Por conseguinte, o capital é apenas uma parte do Império – e, seguramente, não o seu núcleo.

A primeira impressão do Império, aqui em Chapairas, é que ele foi construído a partir do nada, o que dá a impressão de que o Império traz “desenvolvimento”. Anteriormente, o semi-deserto quase não produzia nada – hoje ele é verde e contribui para as exportações. O contraste com a comunidade camponesa vizinha é, à primeira vista, chocante. As terras vizinhas são áridas, praticamente improdutivas, enquanto o Império está florescendo e crescendo. É a enxada e o burro contra os tratores pesados, as centrais de processamento e a tecnologia computadorizada que fornecem oportunidades de mercado atualizadas na Europa e nos Estados Unidos. Contudo, um olhar mais atento não deixa omitir os aspectos da *substituição* e *exclusão*. No caso de Chira, a principal característica foi a *expropriação* direta, mas neste caso se trata acima de tudo de uma *substituição*. As áreas de produção como o Bajo Piura, da qual a comunidade de Catacaos é a mais representativa, estão simplesmente sendo substituídas por novos espaços de produção – que parecem surgir do nada – que se tornam os maiores produtores e exportadores. Uma *nova* ordem está, literalmente, sendo instituída.

É claro que essa substituição não significa que os dois espaços, o Império e Catacaos, estejam desconectados. Pelo contrário. De fato, entre eles existe uma interdependência em que o controle sobre a água é central. A água usada pelo Império deixa de estar à disposição da comunidade de Catacaos. Isto é, a *substituição* também traz o *esgotamento* – no sentido literal da palavra. A comunidade enfrenta uma escassez de água crescente. Devido a isso, é provável que o cultivo de arroz seja proibido em breve (pois consome demasiada água). Além disso, água disponível para a segunda colheita também é limitada ou insuficiente. Os engenheiros relacionam diretamente esta escassez com a capacidade diminuída do reservatório de Poechos, apesar de a água que corre para o Império ter um papel decisivo nessa situação. De fato, tem sido defendido que a irrigação gota a gota¹²⁶ é extremamente eficiente quando comparada com as técnicas de inundação praticadas no Bajo Piura. Isso pode ser verdade, mas durante as visitas de campo eu também verifiquei fugas consideráveis no Império. A eficiência da água em si não é um dos objetivos do Império. O que conta é a rentabilidade, o que acaba por *esgotar* a água, o trabalho e as oportunidades de desenvolvimento. É assim que “o futuro é roubado” – mais uma vez.

Nos casos discutidos até agora, o Império não *contribui* em nada. Ele apenas une (ou reúne) recursos *já disponíveis*. O Império não é mais do que uma rede que a (re)monta os recursos já disponíveis em uma estrutura específica, uma estrutura que permite o controle e a extração. Para implantar esta estrutura, é necessário expropriar ou substituir os modos de estruturação alternativos (tais como os subjacentes à agricultura camponesa no vale do Chira e na comunidade de Catacaos).

Neste capítulo já referi a geografia inteligente do Império. Relativamente a essa geografia, é revelador que, ao longo do canal de derivação ligando o rio Piura ao rio Chira, existam agora cerca de dez empresas que são mais ou menos idênticas ao exemplo que descrevi acima. Uma delas pertence ao exército. Inicialmente, este canal foi construído para fortalecer a agricultura no Bajo Piura (incluindo em Catacaos), porém as grandes empresas estão se apoderando dele a pouco e pouco.

Assim sendo, a economia camponesa está também sendo subordinada e destruída pelo Império, pois este é baseado na mão-de-obra barata fornecida pela economia camponesa e na transferência dos recursos e oportunidades de desenvolvimento da economia camponesa para o Império. Esta combinação típica representa uma ruptura grave com o passado – não só com as décadas em que a economia camponesa era dominante, mas também comparando com a época anterior à reforma agrária de 1969. Ou seja, o Império não é apenas um regresso trágico dos grandes latifúndios. Ele é estruturalmente diferente das *haciendas* produtoras de algodão, que antigamente dominavam a região do Bajo Piura, em três aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito à coexistência – por mais difícil e desigual que seja – que ligava a *hacienda* ao campesinato. Os *latifundia* e os inúmeros *minifundia* coexistiam lado a lado, se relacionando através de uma divisão específica e desigual do trabalho e das terras. As unidades camponesas forneciam a mão-de-obra barata e temporária necessária às grandes empresas durante os períodos da colheita e em outros picos do ciclo de trabalho. Por sua vez, os camponeses ganhavam grande parte do dinheiro de que precisavam quando trabalhavam para as *haciendas*. Além disso, os camponeses produziam uma grande variedade de culturas de alimentos necessários para as famílias de trabalhadores permanentes das *haciendas*. Um aspecto típico dessa coexistência era o fato de os camponeses também poderem produzir as mesmas culturas que as grandes empresas (em Catacaos, isso acontecia especialmente com o algodão) – depois, eles apenas precisavam vender esses produtos por preços desfavoráveis aos grandes proprietários que controlavam as fábricas de algodão. Hoje, essa coexistência – por mais desigual que seja – está desaparecendo cada vez mais. É evidente que os camponeses já não são precisos. Eles estão, como refere Bauman (2004), cada vez mais condenados a viver “vidas desperdiçadas”. Na melhor das hipóteses, o Império precisa dos seus recursos, terras e água. Ele também precisa do que permanece depois da destruição do campesinato: a mão-de-obra barata de pessoas sem mais alternativas. A coexistência como troca (embora em termos desiguais) dos mesmos produtos também é hoje excluída. Ela exigiria custos de transação demasiado elevados para poder incluir os circuitos pequenos e pouco uniformes de produtos de camponeses e para incluí-los nos circuitos grandes e homogêneos que resultam do Império. Uma segunda diferença se relaciona com a perspectiva de descontinuidade comparada com a estabilidade relativa associada às antigas *haciendas*. As *haciendas* faziam grandes investimentos, não só em unidades de produção agrícola, como também, e de forma crescente, em unidades de proces-

samento e comercialização. Os “custos irrecuperáveis” associados revelavam um certo enraizamento (que apenas poderia ser quebrado por uma reforma agrária radical). No caso do Império, esses investimentos praticamente não existem (e são, de qualquer forma, apenas relevantes de forma marginal). O Império é um fenômeno *hit and run*: assim que as condições de produção e tráfico são melhores em outro lugar, o Império muda suas “raízes”, deixando para trás nada mais do que destruição ecológica e uma pobreza generalizada.

Em terceiro lugar, penso que existe uma diferença importante na estrutura espacial. A *hacienda* típica representava antigamente um tipo de complementaridade (embora bastante desigual) à escala global. As *haciendas* na América do Sul produziam matérias-primas necessárias às indústrias da Europa: algodão para a indústria têxtil, soja para criação intensiva de animais, e assim por diante. Por sua vez, a agricultura européia era especializada em produtos de alto valor, como vegetais, carne, etc. Assim, a dinâmica do sistema da *hacienda* era relativamente indiferente aos agricultores europeus. O Império, por sua vez, produz o dobro dos efeitos negativos. Através da produção de variedades de vegetais no Peru, o Império não prejudica apenas os camponeses peruanos, como também marginaliza e acaba por destruir uma grande parte dos produtores de vegetais na Europa. O caso dos aspargos é exemplificativo.¹²⁷

A comunidade camponesa e o Império

Serão as comunidades camponesas como Catacaos capazes de oferecer resistência ao Império – tal como fizeram no passado relativamente ao sistema das *haciendas*?

À primeira vista a resposta para esta questão parece ser negativa. No final de 2004, a comunidade de Catacaos não era nem a sombra da comunidade vibrante, forte e criativa do período de 1968 a 1995. Através de vários processos e fatores internos e externos interligados (tais como o aumento da pobreza, a repressão forte, mudanças na legislação, conflitos internos, corrupção, etc), a comunidade parece ter se desintegrado consideravelmente. Uma expressão dramática dessa desintegração foi não só o desaparecimento das cooperativas, como, em particular, a dissolução das Unidades Comunitárias de Produção (UCP), que foram em outros tempos o orgulho e alegria da comunidade. Na verdade, as cooperativas tinham sido eliminadas em quase todos os lugares do país, mas a fragmentação das UCP em propriedades individuais foi uma tragédia. Elas não só representavam a resposta camponesa à reforma agrária desenhada pelo Estado, como também simbolizavam – com a sua produção altamente intensificada – o caminho futuro do campesinato.

Da mesma forma, a variedade impressionante de serviços que a comunidades prestava anteriormente aos seus *comuneros* (por exemplo, centros de saúde, dentistas, máquinas, água potável, informações) desapareceu quase completamente

nos dias de hoje. A capacidade de intervenção dos líderes da comunidade dentro e fora da comunidade também se desvaneceu. Além de tudo isso, minha impressão foi de que agora existe muito mais pobreza na comunidade do que há 30 anos. Mas o mais grave foi, provavelmente, a falta de esperança e de expectativas de uma vida melhor e a vontade de lutar por isso. Onde antes reinava esperança, hoje existe desespero e indignação. No entanto, em 2004, também existia o riso, e quando existe humor, ironia e riso, a rebelião e o protesto não podem estar longe.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, a comunidade de Catacaos foi unificada em termos de poder político e econômico. Essa unificação originou reformas relevantes e levou a concessões importantes por parte do Estado e de grupos de capital que controlavam o processamento e comercialização do algodão. Em termos técnicos, a transferência financeira de 3% do VBP das cooperativas e UCP para a comunidade – valor usado para criar e financiar vários serviços sociais – foi um mecanismo estratégico. Esse mecanismo se baseou e, ao mesmo tempo, se fortaleceu na unidade de poder econômico e político, contribuindo simbolicamente e em termos materiais para a “unidade de todos os pobres do campo”. Foi precisamente por isso que a demolição das cooperativas e das UCP provocada pelo Estado teve um papel crucial na extinção da comunidade. Ela destruiu a simbiose entre o poder político e o poder econômico personificada na comunidade,¹²⁸ e com ela o papel decisivo da comunidade nas esferas da comercialização e processamento e da provisão de serviços sociais. A espinha dorsal da comunidade foi “efetivamente quebrada” – para parafrasear um slogan famoso que acompanhava a reforma agrária promovida pelo Estado. O mesmo aconteceu com outras características: com a posse de títulos individuais de propriedade, era fácil para os *comuneros* se questionarem sobre por que ainda precisavam da comunidade.¹²⁹

Mas, apesar de tudo isso, não concordo com aqueles que defendem que, com a demolição das cooperativas e das UCP, o campesinato de Catacaos perdeu seu potencial de luta e de reforma. Nem tão pouco acredito que a comunidade se esvanecerá e que apenas reste sua memória. Ao longo da história, as comunidades camponesas foram freqüentemente “reconstituídas”. Este ponto de vista é ilustrado de forma bela no estudo de Diez Hurtado (1998) sobre os processos de formação de comunidades da Sierra de Piura ao longo do período de 1700 a 2000.

O modo camponês de fazer agricultura implica sempre um equilíbrio entre os interesses comunitários e os interesses individuais. A natureza específica desse equilíbrio depende, como é óbvio, de sua posição no tempo e no espaço. A cooperação, seja de que tipo for, é sempre uma *instituição* estratégica e indispensável dentro das sociedades camponesas, especialmente quando enfrentam ambientes hostis. A cooperação representa uma *linha de defesa* muito necessária, apesar de nem sempre efetiva. Contudo, o fato de ser uma *instituição* fundamental não implica que sua *forma* de organização seja sempre a mesma.¹³⁰ De fato, existem muitas *formas* diferentes, algumas das quais podem ser mais aptas, mais adequadas

e mais eficientes que outras – dependendo da situação. Ademais, com alterações nas condições, as formas que inicialmente foram bastante efetivas podem ser consideradas inadequadas, seja devido à degradação interna ou a mudanças no contexto.

Perante a conjuntura atual, seria absurdo sonhar com a reconstituição de cooperativas e de UCP. Mesmo que os anos de 1970 a 1995 representassem a “época da comunidade poderosa” (como muitos *comuneros* defendem), o enquadramento legal em vigor nessa época já não existe hoje. Nem tão pouco existe vontade entre os camponeses, na situação atual de miséria, de perder uma parte que seja do controle que têm sobre suas parcelas individuais de terra, sobre seu trabalho e sobre os outros poucos recursos de que dispõem – ainda mais com a desconfiança presentemente generalizada depois dos episódios anteriores.

As cooperativas e, especialmente as UCP, foram, sem dúvida, muito importantes como mecanismos da transição que acabou com o *gamonalismo*, ou seja, a formação social caracterizada por um controle intenso por parte dos grandes proprietários sobre a economia local e regional. É também um fato que a recampesinização impressionante em Catacaos teria sido impossível sem as UCP. A resistência ao ecossistema hostil do semi-deserto e as lutas com a Companhia da Água e com o *Banco Agrario* para conseguir água e crédito teriam sido totalmente impossíveis se tivessem sido realizadas por indivíduos isolados. Nesse contexto, as UCP foram indispensáveis como uma *forma* específica de cooperação.

Contudo, as *expressões organizacionais* da cooperação não devem ser discutidas fora de seus contextos específicos. Elas não devem ser separadas, nem “exportadas”, de sua época e espaço (é exatamente isso que estão fazendo alguns partidos políticos de esquerda, e várias ONGs, especialmente as que são influenciadas pela religião Católica). A questão central que se coloca agora é como conceber e estruturar *novas* modalidades organizacionais de cooperação (e de autodefesa) que se adaptem à situação atual e que correspondam às necessidades atuais da comunidade como instituição. Por detrás da desordem *organizacional* do momento, a comunidade de Catacaos parece mais forte do que nunca. Existem três motivos estruturais para esta minha afirmação. Para começar, a comunidade, como instituição, é onipresente “nos campos”, precisamente devido ao processo massivo de recampesinização que descrevi anteriormente. Se levarmos em conta o contexto histórico – um processo de reforma agrária controlado pelo Estado que visava uma descampesinização severa – somos obrigados a concluir que Catacaos, com seu grau elevado de recampesinização, representa uma ruptura significativa com o que parece ser uma tendência geral. Devido às lutas comunitárias de milhares – por vezes dezenas de milhares – de pessoas desfavorecidas para se tornarem camponeses, a comunidade está agora presente de forma material nos campos com uma proporção elevada de homem/terra e com mais de 20.000 pessoas (ver Tabela 3.2) que procuram trabalhar a terra de forma eficiente para garantirem a sua sobrevivência e as suas perspectivas de futuro. Esta presença *material* nos campos (um fato “indestrutível”), que significa e evoca a força da comunidade

como instituição, se traduz em novas demandas por condições que permitam a exploração das terras de uma forma melhorada e significativa. Essas demandas não podem ser apenas individuais devido à correlação entre as forças sociopolíticas. Mais cedo ou mais tarde, elas terão de surgir como demandas comunitárias. E não será surpreendente que essas demandas se centrem, em particular, no acesso à água e no seu uso.

O segundo motivo para acreditar que a comunidade de Catacaos é e continuará sendo uma instituição forte – que poderia, no momento adequado, se desenvolver em uma nova organização para a ação – diz respeito à questão da memória coletiva. Devido à estrutura dos *caserios* (os lugares da comunidade), à forma de contar histórias e às lutas políticas ardentes durante e após o processo de reforma agrária, a comunidade chegou a uma formulação clara e amplamente partilhada de sua própria trajetória específica e dos valores que lhe são centrais (ver Caixa de Texto 3.4). Isso pode ser observado em quase todos os aspectos da vida diária, sendo freqüente ouvir “*carajo*, estamos realmente precisando da *comunidad*”. A memória coletiva está associada à noção de superioridade. Assim como as UCP conseguiam criar níveis de emprego (proporções homem/terra) muito mais elevados que as *haciendas* e as cooperativas controladas pelo Estado, bem como níveis de rendimento muito superiores aos de outros modos de produção, a comunidade como um todo poderá funcionar – *de novo* – como o princípio orientador que combina os recursos disponíveis com as capacidades e as necessidades da comunidade camponesa, de uma forma superior à do Império. Na Figura 3.7 procurei fazer um esquema simples da essência deste modo de organização camponês que reflita a situação criada na década de 1980 e que gira em torno do eixo unificador do conceito de comunidade. A figura mostra que os recursos disponíveis localmente, como a terra, o trabalho e a água, associados ao modo historicamente desenvolvido de práticas intensivas de uso da terra e os modos de organização correspondentes, podem ser mais desenvolvidos para atender e satisfazer as necessidades sociais, econômicas e políticas dos camponeses de Catacaos. A comunidade precisa tomar a liderança, se opondo à centralidade do Império. Em Catacaos, a memória coletiva é centrada na noção de que “consequimos fazer melhor que os outros”. Essa noção, a qual impulsionou as lutas intensas do período da reforma agrária, se aplica agora ao ordenamento da sociedade regional e da economia como um todo. Cada hectare irrigado no Império vizinho implica uma perda de três hectares de terra produtiva e produtora em Catacaos. Isso implica a perda de aspirações e dignidade, bem como a perda de emprego produtivo. Assim, mais cedo ou mais tarde, a demanda por novos e melhores modos de ordenamento surgirá. E isso significa que a comunidade irá entrar de novo nas imediações da luta política e do poder.

O terceiro elemento estrutural subjacente à força potencial da comunidade como instituição – e também como organização – reside na necessidade premente de construir um poder de oposição. A velha *Agrarfrage* (Kautsky, 1970) ou, de forma mais adequada ao caso apresentado, o *problema de la tierra* (Mariategui,

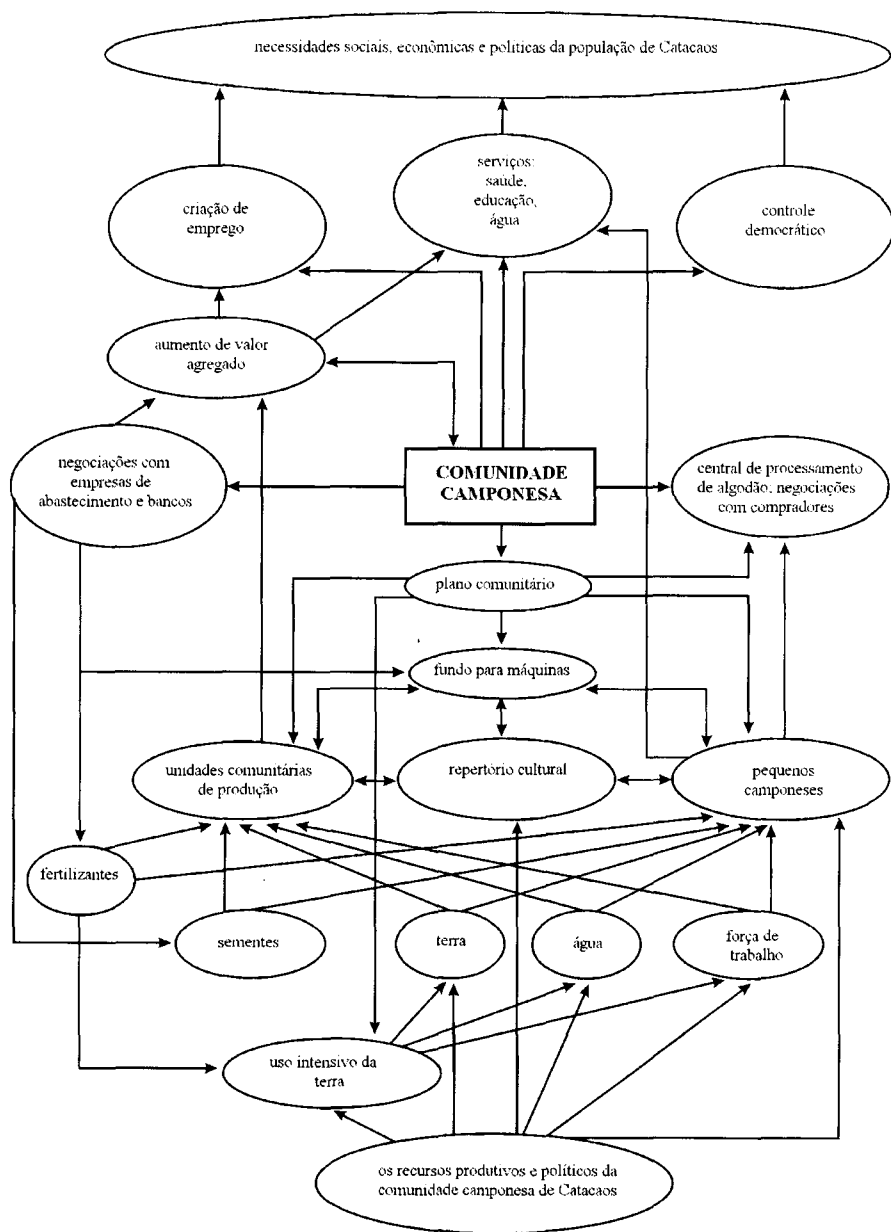


Figura 3.7 – Uma estrutura alternativa

1925) não foi ainda resolvido. Ele está mais premente, difundido, complicado e urgente do que nunca. Os números dos que são obrigados a viver uma “vida desperdiçada” estão crescendo rapidamente, apesar de a memória coletiva evidenciar a injustiça dessa situação – uma degradação que é ativamente provocada pela presença do Império.

Assim, Catacaos, como muitas outras populações camponesas em todo o mundo, enfrenta contradições novas e radicais entre a comunidade e o Império. O caso de Catacaos é especialmente grave uma vez que se centra na água e na sua usurpação injusta por outros. Na verdade, Catacaos sofre presentemente a terceira onda de apropriação da água por outros. As duas primeiras foram ultrapassadas (ver Ploeg, 1977 e 2006d). A onda atual provocada pelo Império será igualmente ultrapassada. Pelos três motivos que indiquei, a comunidade de Catacaos irá se reconstituir através da demanda por água e pelo acesso a recursos e a mercados que lhe são negados atualmente. E, devido à natureza do Império como uma ameaça permanente ao campesinato, as lutas resultantes serão provavelmente mais radicais e abrangentes do que alguma vez foram.

Parmalat: um exemplo europeu de um império alimentar

No capítulo 3 foram discutidas duas expressões do Império na América Latina. Gostaria agora de explorar mais a natureza e dinâmica dos impérios alimentares recém-emergentes, me centrando em particular nos *modelos* por eles criados. Esses modelos dominam cada vez mais segmentos significativos das indústrias alimentares mundiais. O foco da análise será o caso da Parmalat¹³¹ – a multinacional italiana que sofreu uma quebra financeira no final de 2003, quando percebeu que tinha “perdido” mais de 14 bilhões de euros. Também farei referências ocasionais a outros casos, como o da Ahold, a cadeia mundial de supermercados que quase faliu no começo do mesmo ano.

A Parmalat é um bom exemplo do Império:¹³² em primeiro lugar, porque representa um modelo específico que interligava atividades produtivas e distributivas já existentes, sendo estas, ao mesmo tempo, submetidas a um controle centralizado (a uma nova *cupola*) e a novos princípios orientadores; em segundo lugar, porque conseguiu criar, dentro desse modelo globalizante, novas ligações entre “lugares pobres” e “lugares ricos”. Reunindo tecnologias já existentes de uma forma inovadora, a Parmalat conseguiu estabelecer ligações, por assim dizer, entre áreas de produção pobres do Leste e os mercados consumidores prósperos da Europa Ocidental. O *Latte fresco blu* é o ícone desta parte da história. Ligado a este primeiro e segundo aspectos está um terceiro, que confere importância à natureza exemplificativa do caso – isto é, a Parmalat nunca representou nem criou qualquer valor adicional, ela simplesmente centralizou o valor *já produzido por outros*, ao mesmo tempo *destruindo* outras fontes de valor e *degradando* sistematicamente a noção de valor em si mesma.

A redefinição abrangente da noção de valor é intrínseca ao Império. Essa redefinição está fortemente associada a uma extensão sem precedentes do processo de mercantilização. Esta extensão, ativamente fomentada, é também inerente ao Império como modo de ordenamento (Alexander *et al.*, 2005). A extensão se processa como a conversão constante e muitas vezes drástica de domínios não-mercantilizados da vida social e da vida natural em novas esferas mercantis. O *acesso* a domínios específicos, por exemplo, está se tornando cada vez mais uma mercadoria.¹³³ Assim surgem novas mercadorias e circuitos de mercadorias, os quais definem e trazem novos valores, sendo os valores originais simultaneamente redefinidos e muitas vezes subordinados aos valores novos. Os níveis novos

(constituídos por novas definições e circuitos de mercadorias) sobrepõem-se aos níveis existentes. Estes níveis novos não são uma expressão alargada dos níveis já existentes. Pelo contrário, eles introduzem novos fundamentos lógicos, recombinao e reorientando as definições e circuitos existentes. Se, por exemplo, o leite fosse uma mercadoria (cujo valor de troca dependesse, entre outros fatores, do frescor, gosto, efeitos para a saúde, etc), numa situação clássica pré-Império, então a fábrica de leite seria, essencialmente, um lugar onde essa mercadoria estaria sendo produzida. Embora essa produção leiteira devesse ser administrada como uma empresa (implicando depreciações oportunas e níveis de lucro aceitáveis), seu *valor* seria, em primeiro lugar, sua capacidade de processar “leite cru” em uma variedade de mercadorias e, em segundo lugar, sua capacidade de reproduzir-se como empresa¹³⁴ – se possível em grande escala.

Contudo, na nova situação do tipo do Império, a própria unidade de processamento está se tornando uma mercadoria importante, se não mesmo decisiva. Ela pode ser vendida, hipotecada, comprada e/ou arrendada – e não apenas uma vez ou em situações excepcionais. Dentro da estrutura do tipo Império, a unidade de processamento está permanentemente “à venda”. Em consequência, seu valor de uso primário já não é o fato de permitir o processamento de leite e a produção de lucro associada (ou, no modelo cooperativo, a produção associada de preços razoáveis pagos aos produtores e a segurança em longo prazo). Seu valor reside, sobretudo, no fato de ser um bem (passível de troca) numa empresa global que pretende obter cada vez mais quotas de mercado, as quais por seu turno permitem, por exemplo, a possibilidade de atrair mais fluxos de capital, preços de ações elevados e/ou a oportunidade de uma expansão continuada. Esta redefinição (que sobrepõe critérios globais aos critérios locais) tem um impacto forte nos fluxos de mercadorias “originais”. A coleta de leite de produtores primários, seu processamento, e a distribuição e venda subseqüentes de produtos lácteos são *apenas* relevantes na medida em que contribuem para o novo tipo de dinâmica criado (ou induzido) pelo Império (através de, por exemplo, níveis elevados de fluxo de caixa – ver Smit, 2004). O *valor* destas atividades e, conseqüentemente, o valor dos artefatos associados são redefinidos. Essa situação surge muitas vezes juntamente com uma reestruturação das atividades iniciais: elas devem ser reconstituídas de acordo com novos modelos que permitem o controle e a apropriação.

A mecânica da expansão global

O grupo Parmalat passou, em relativamente pouco tempo, de uma pequena empresa comercial em Collecchio, na província de Parma, no Norte da Itália, para uma das maiores multinacionais da indústria do leite, se tornando no que agora designamos de *ator global*. Em 2000, a empresa realizou um total de vendas anuais de 6,5 bilhões de dólares e estava no 29º lugar entre os 50 principais grupos alimentares do mundo (Lang e Heasman, 2004, p. 154). Em 2003, o total

das vendas atingiu os 7,6 bilhões de euros, incluindo 260 sociedades comerciais distintas, com 139 sucursais em 30 países. O grupo tinha 36.000 dependências. Na Itália, a Parmalat estava no oitavo lugar da lista dos maiores grupos industriais (Franzini, 2004, p. 12) e se expandia a um ritmo fenomenal. Em 1999, a empresa comprou o grupo Lactona, a Union Gardarene na Argentina (por 65 milhões de euros), uma empresa de distribuição na Nicarágua (por 20 milhões de euros) e a Farmland Dairies nos Estados Unidos (por 125 milhões de euros). O fluxo de caixa total da empresa, em 1999, foi de 458 milhões de euros, mas 612 milhões foram investidos em aquisições. As dívidas também aumentaram, no mesmo ano, para 500 milhões de euros, atingindo um nível total de 2,2 bilhões de euros.

Este padrão se repetiu nos anos seguintes. Em 5 anos, de 1998 a 2002, a Parmalat investiu 2,1 bilhões de euros em “shopping enterprises” [“comprando empresas”], como Franzini chama a essas aquisições constantes. Entretanto, um dos bancos participantes, J. P. Morgan, anunciou (em Abril de 2002) que o lucro líquido da Parmalat iria mais do que duplicar para 349 milhões de euros em 2005, e que o valor dos títulos aumentaria de 3,7 para 4,4 euros (Franzini, 2004, p. 93-101).

As hipotecas foram um dos principais veículos dessa expansão acelerada. Suponhamos que existe uma primeira empresa (nº. 1 na Figura 4.1). Essa empresa é hipotecada para possibilitar a compra de uma segunda empresa, a qual é subsequentemente hipotecada para adquirir uma terceira empresa, e assim por diante. Este tipo de expansão é especificamente organizado para a obtenção de cada vez mais fatias de mercado. O aumento das “quotas de mercado” pode representar, por si só, um “valor”, como será discutido mais adiante. Este esquema bastante simples (que pode ser encontrado em qualquer lugar) é frequentemente modificado da seguinte forma: depois de adquirir a segunda empresa, o empréstimo (ou hipoteca sobre a primeira empresa) é convertido em ações que são comercializadas na bolsa de valores. Isso foi feito pela primeira vez em 1989, para responder à primeira grande crise financeira da Parmalat. Através dessa estratégia o risco do banco participante é transferido para os acionistas da empresa. A emissão de ações

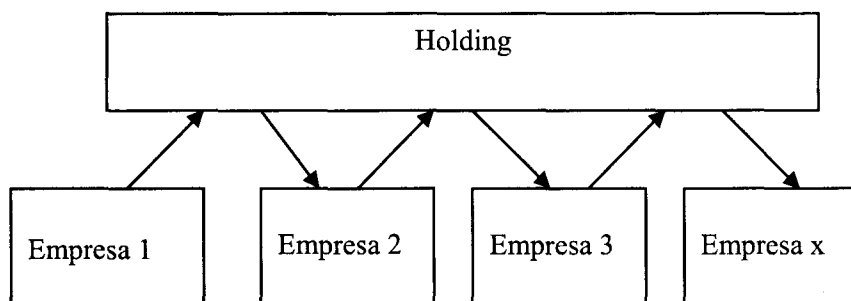


Figura 4.1 *A mecânica da expansão por hipoteca.*

é, em parte, legitimada pelo aumento esperado (“prognosticado”) da “quota de mercado”.

Este modelo se desenvolveu através de esquemas financeiros extremamente complicados que envolveram empresas ligadas à Parmalat na Holanda, nas Antilhas, em Luxemburgo, nas Ilhas Caimão e nos Estados Unidos. Nos anos anteriores à quebra na empresa, a *engenharia financeira* incluía cada vez mais inovações (que desde então se generalizaram), como a aquisição de novas empresas com empréstimos que seriam pagos pelas próprias empresas adquiridas, as quais depois se reestruturavam para poderem produzir o máximo de lucro. Outro aspecto interessante é que, imediatamente após a aquisição de uma nova empresa, as instalações são disponibilizadas para arrendamento e depois arrendadas de volta. Assim, mesmo num curto prazo, é possível criar um fluxo de caixa adicional.

A estratégia da expansão por hipoteca e outras formas de engenharia financeira podem, naturalmente, implicar alguns perigos específicos, especialmente quando são criadas pela necessidade de obter maiores fatias de mercado. A empresa 2 e 3 ou x podem ser compradas por um preço demasiado alto (para evitar que os concorrentes aumentem *suas* fatias de mercado), ou possuir uma espécie de “segredo” por detrás de sua compra (como foi o caso, por exemplo, da aquisição da empresa Cirio).¹³⁵

De qualquer forma, a consequência deste modelo da expansão por hipoteca é que as dívidas crescem proporcionalmente à expansão da empresa. A empresa como um todo não cresce devido ao *valor extra* produzido na primeira unidade ou unidades, mas simplesmente devido às hipotecas. Por conseguinte, as dívidas e a dimensão da empresa crescem lado a lado. As dívidas podem mesmo crescer mais rapidamente do que a dimensão da empresa como um todo, o que aconteceria se as unidades adquiridas fossem demasiado caras ou se estivessem em jogo fatores ocultos. Neste jogo, a *confiança institucionalizada* é estratégica. Desde que os bancos e os acionistas tenham confiança de que a empresa produzirá lucros, a expansão pode ser continuada. Assim, para a empresa em expansão, os resultados positivos de indicadores como a rentabilidade, a participação no mercado, as perspectivas de futuro, etc, são decisivos: eles alimentam e mantêm a confiança necessária.¹³⁶

Se, por outro lado, esses resultados positivos não existirem, o todo construído se desmoronará: seu “valor”, ou seja, a possibilidade da empresa se manter viável e rentável em longo prazo desaparecerá. Os bancos irão requerer um reembolso mais elevado (ou aumentarão as taxas de juro devido à natureza de risco do projeto em geral) e o valor das ações diminuirá. Assim haverá uma quebra financeira. E foi precisamente isso que aconteceu em 22 de Dezembro de 2003: os títulos e as obrigações perderam 66% de seu valor em apenas um dia. Quando já não existe confiança (sob a forma de concessão de crédito e/ou valor estável das ações) para compensar as dívidas, só as dívidas subsistem.

A confiança é essencial na construção dos impérios alimentares – em especial a confiança relacionada com o desempenho financeiro esperado. As expectativas

são centrais, e uma parte considerável do funcionamento corporativo é orientada para responder a essas expectativas criadas. Portanto, os dados sobre o aumento da participação no mercado, sobre níveis esperados e realizados do volume de negócios e da rentabilidade tornam-se estratégicos. Desta situação resultam duas consequências. A primeira é que o processo de crescimento e expansão continuado, e mesmo acelerado, se torna, de certo modo, institucionalizado dentro da própria empresa. A expansão acelerada torna-se uma necessidade material e intrínseca. A segunda consequência é que uma forma específica de *oportunismo* se torna tentadora: as unidades que compõem a empresa são bastante pressionadas para construir os dados mais otimistas (e, de fato, mais *tentadores*) que conseguirem. Foi isso que aconteceu em grande escala na sociedade Ahold, quase provocando sua ruptura (Smit, 2004). Na Parmalat isso aconteceu exatamente da mesma forma: o volume de negócios apresentado estava 25% acima do volume real.

Existe uma interligação clara entre estes dois aspectos. Se o crescimento acelerado implica riscos específicos (e pressiona os níveis de lucratividade, ao invés de aumentá-los), a expansão *continuada* e as novas *promessas* parecem ser a forma mais evidente de compensar o desempenho decepcionante realizado. Assim se constitui uma *economia de bolha* dentro da qual esse desempenho prometido e subsequente esperado domina o desempenho real. É aqui que encontramos o outro lado da equação: o futuro está hipotecado tanto quanto as empresas 1, 2, 3 ou x (na Figura 4.1.). A amortização futura torna-se a principal justificação para a prática presente, o que corresponde a uma inversão completa das interligações entre o passado, o presente e o futuro (Ploeg, 2003a). Nessa nova organização do tempo, a confiança já não está enraizada historicamente – ela se torna, ao invés disso, *dependente do futuro*. Também a amortização proposta se *torna* realidade – se assim não for, a quebra financeira pode ser imanente. Se a amortização esperada (e anunciada) não ocorrer, a *bolha* estourará e a imagem *virtual* da empresa já não convencerá mais ninguém.

Resumindo, isso foi que aconteceu com a Parmalat. No final, tudo foi simples. Na opinião pública, o *Parmacrac* ou quebra financeira foi essencialmente associada a fraude. De fato, houve fraude, nepotismo e pagamentos ilegais a partidos políticos. Porém, isso não *explica* a quebra financeira. O estouro de uma bolha deve ser explicado, em primeiro lugar, através da própria bolha.¹³⁷ O verdadeiro mistério é como a natureza da bolha permaneceu despercebida durante muitos anos. Mesmo no auge da quebra, muitas pessoas não acreditavam ou não queriam acreditar que estavam testemunhando o colapso de um gigante.¹³⁸

A expansão do grupo Parmalat não foi, de forma alguma, uma exceção. Durante o mesmo período, o grupo Ahold da Holanda (construído a partir da cadeia de supermercados holandesa inicial *Albert Heijn*) usou o mesmo mecanismo para se transformar em mais um ator global (ver Smit, 2004, para uma análise completa). Os nomes *Enron*, *Worldcom*, etc, são o suficiente para lembrar que esse tipo de expansão aconteceu por toda a parte na economia moderna globalizada. O mesmo já tinha acontecido na Itália com a empresa *Ferruzzi* de Raul Gardini,

por exemplo. Todas estas expressões específicas do Império pareciam ser gigantes – mas elas eram gigantes com um “calcanhar-de-aquiles”. A sua própria expansão criou as relações que provocaram o seu colapso.

Os casos mencionados são expressões claras da ascensão, expansão e, finalmente, da *vulnerabilidade* do Império (ver Ploeg e Frouws, 1999, para uma discussão teórica). A emergência do Império está relacionada com várias condições que interagem. Entre elas, uma das mais importantes é a grande disponibilidade, à escala global, de capital circulando livremente e procurando os níveis mais elevados de lucratividade. É isso que permite o tipo de “expansão por hipoteca” descrito na Figura 4.1. Em segundo lugar, a pressão crescente para liberalizar os mercados (incluindo os mercados alimentares) e a disponibilidade de tecnologias que possibilitam encurtar as distâncias temporais e espaciais (o que é particularmente importante para mercados alimentares) também permitem outra característica crucial do Império: a possibilidade de ligar e controlar espaços diferentes. Em terceiro lugar, surge a nova “revolução administrativa” que introduz novos “ciclos de planeamento e de controle” super-abrangentes, baseados no uso generalizado de tecnologias de informação e comunicação (TIC), que asseguram a produção de lucros *futuros* (de todos os tipos) para compensar as dívidas criadas *historicamente*. Essa revolução também permite uma centralização do valor no nível superior (isto é, no “centro”). A segunda e terceira condições, por seu turno contribuem, para a primeira: o aumento da participação no mercado e o poder centralizado contribuem para a mobilização de capital adicional.¹³⁹

O Império é um conjunto de redes mais ou menos interconectadas, cada uma das quais orientada para o planeamento e controle de grandes segmentos da sociedade. Uma das características centrais do Império é que ele estrutura e reestrutura cada vez mais as práticas concretas nestes segmentos. Através do controle sobre os mecanismos de acesso, o Império torna cada vez menos possível reproduzir práticas (e as unidades diretamente envolvidas) que estejam *fora* de sua esfera. Tudo se subjugava a ele – ou seja, a lógica introduzida pelo Império penetra e reina quase por toda a parte.

Os impérios alimentares como a Parmalat são o resultado desta transição muito mais larga, na qual e através da qual o “Império” (como reordenamento generalizado do mundo) está se constituindo. O Império não se *sobrepõe* apenas no domínio específico da produção e consumo de alimentos. Através dos impérios alimentares, as práticas de produção, processamento e consumo de alimentos, bem como a organização da circulação de alimentos em todo o globo, estão sendo drasticamente *remodeladas*. O Império não é apenas outra forma de colocar comida na mesa; ele transforma profundamente os próprios alimentos na forma como foram produzidos e como são consumidos. Ou seja, os impérios alimentares reformulam partes consideráveis da própria vida, da mesma forma que produzem suas próprias ciências e tecnologias para reconstruir a vida.

A ascensão de grandes organizações (especialmente na esfera econômica) é normalmente justificada com referência à sua eficiência, a qual é essencialmente

baseada no fato de essas organizações conseguirem funcionar com custos de transação muito mais reduzidos do que as unidades alternativas (e menores). Contudo, a questão é que os custos de transação baixos não caracterizam o Império (mas o oposto pode acontecer). De fato, o Império não é fruto da competição, ele está sendo cada vez mais criado e aumentado através da mera exclusão de outras formas alternativas de organização da vida. Isso é evidente na descrição do Império manifesta no Vale do Chira, no norte do Peru. Foi através da *exclusão* dos produtores de arroz dos mercados financeiros que o Império conseguiu impor-se nesse lugar. O mesmo aconteceu com a produção de frutos e vegetais no Vale do Piura. Foi basicamente através da *expropriação* da água (da comunidade de Catacaos, por exemplo) e da exclusão associada dos camponeses que a expressão do Império conseguiu estabelecer-se também nesse vale. No caso Parmalat, estamos perante ocorrências semelhantes de exclusões e expropriações ativamente organizadas.

A Parmalat como uma rede em três níveis

A Figura 4.2 esquematiza alguns dos principais aspectos (ou recursos) que constituíram a Parmalat como uma rede sociotécnica. O aspecto que provavelmente mais se destaca é que nenhum desses recursos é exclusivo da Parmalat. O próprio nome da empresa é uma metáfora reveladora. A palavra Parmalat significa, literalmente, *leite de Parma*. Na verdade, muito pouco leite da província de Parma foi alguma vez transformado ou comercializado pela Parmalat.¹⁴⁰ E à medida que a empresa cresceu, essa pequena percentagem foi diminuindo. A Parmalat também não desenvolveu nenhum tipo de tecnologia. Sua principal tecnologia, as embalagens Tetra Pak, foi importada da Suécia. O mesmo acontece com os outros elementos indicados na Figura 4.2. São recursos que figuravam (e figuram) também em outros modelos. Ou seja, eles eram usados (e, em muitos lugares, ainda são) através de outras combinações de recursos – através de estruturas diferentes. A Parmalat, por si só, não *acrescentou* nada aos recursos já disponíveis. Ela representou apenas *controle e acesso*. Através do acesso a bancos, à bolsa de valores e a circuitos de poder político, a empresa pôde aumentar continuamente seu controle sobre fluxos crescentes de mercadorias, grupos alargados de consumidores, cada vez mais unidades de processamento, etc.

As redes como a Parmalat são cada vez mais conceituadas como sendo compostas por três níveis. O primeiro nível está relacionado com as *infra-estruturas físicas*. Neste caso, elas consistem na “entrada” ou em “pontos de influxo” através dos quais o leite passa das explorações leiteiras (onde quer que sejam) para a estrutura da Parmalat. Depois existem os serviços de transporte, os recursos logísticos associados, as usinas de processamento e as linhas de abastecimento que transferem os produtos processados para supermercados, lojas e atacadistas. O segundo nível se refere à *circulação* real do leite e produtos derivados através

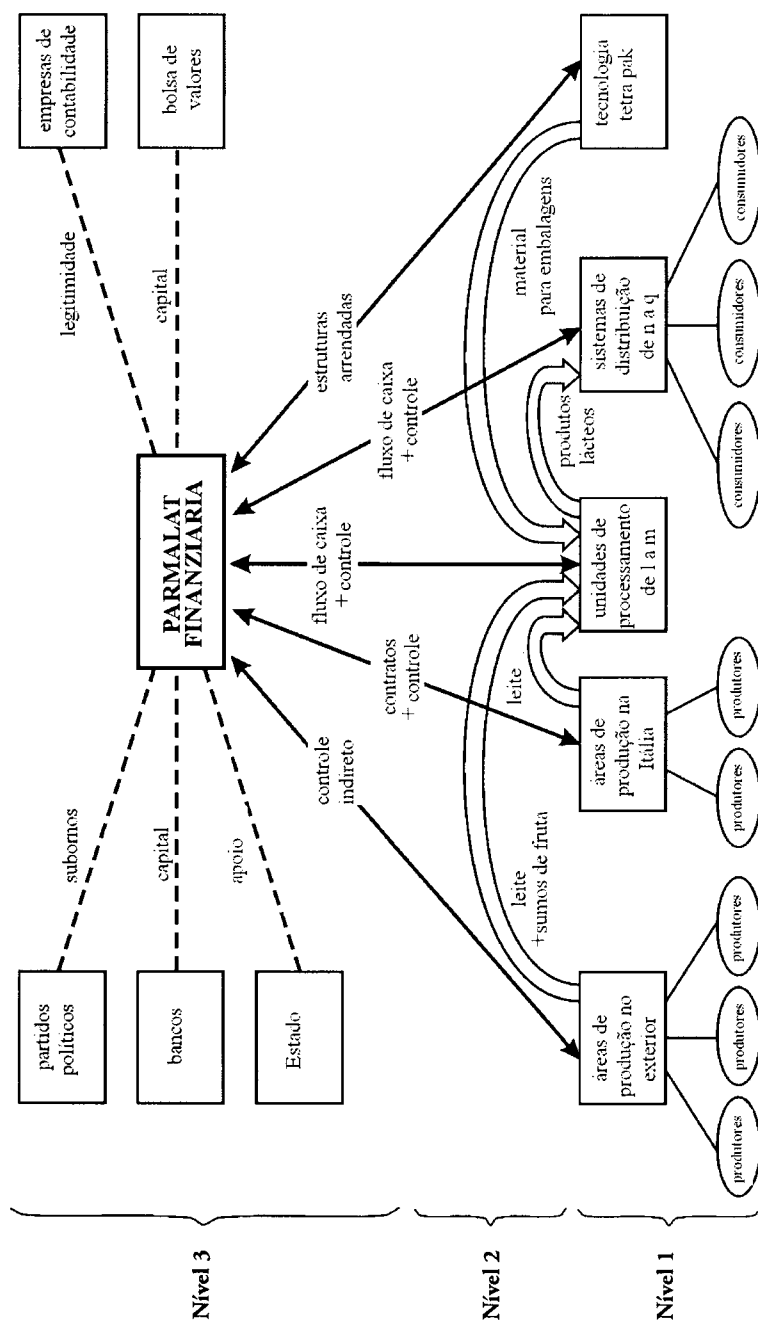


Figura 4.2 *A Parmalat como uma rede sociotécnica*

dessas infra-estruturas. Tal como as pessoas e as cargas circulam no sistema ferroviário (e os carros numa rede de auto-estradas), o leite circula nessa rede, através dela e para fora dela. Essa circulação tem um preço (tal como as multas e o pedágio das auto-estradas). Como mencionarei mais adiante, tanto as unidades agrícolas produtoras e fornecedoras de leite, como os consumidores pagam um preço considerável (para além do preço do próprio leite) por usarem essa rede (a sociedade em geral e os produtores que não fornecem à Parmalat *também* pagam um preço). Os benefícios associados a esses pagamentos são acumulados num terceiro nível, que é justamente o nível do Império. O primeiro e o segundo nível são governados, controlados, expandidos ou, caso necessário, contratados a partir desse terceiro nível, enquanto os valores produzidos através da *circulação* no segundo nível (circulação essa possibilitada pelo primeiro nível) são também *acumulados* no terceiro nível. Na Itália, este terceiro nível é conhecido publicamente como a “Parmalat paralela” – algo que coexiste com a Parmalat “real”, a qual corresponde ao primeiro e segundo níveis. Este “algo paralelo” era composto por dezenas de empresas distribuídas por todo o mundo (a Holanda era um dos pontos estratégicos), através das quais eram planejados jogos financeiros complexos. A própria Parmalat muitas vezes se referiu a *esse* terceiro nível como a “Parmalat Finanziaria”. Grandes firmas de *contabilidade*, como a Deloitte & Touche e a Grant Thornton, ajudaram a Parmalat a *conceber* e construir essa “empresa paralela”.

Embora o terceiro nível pressione o primeiro e o segundo nível para que produzam lucro (a ponto de as empresas do primeiro nível deixarem de ser rentáveis), é possível alegar que o lucro não é o principal e mais importante objetivo. O que realmente importa no terceiro nível são novos valores, como a participação no mercado, o valor esperado por acionista, o ritmo de expansão e o aumento esperado na lucratividade. O lucro é importante na medida em que sustenta esses novos valores (ou mercadorias, como diria Alexander *et al.*, 2005), os quais por sua vez atraem fluxos de capital adicionais (através da emissão de ações ou de empréstimos de circuitos bancários). Isso significa que a função do primeiro nível está mudando de forma significativa dentro desta estrutura. O primeiro nível já não corresponde essencialmente à produção de leite e sua distribuição (depois do processamento) ou ao abastecimento de produtos lácteos (e sucos de fruta ou outros produtos) junto dos consumidores. Ele tem as funções particulares de fornecer as novas mercadorias necessárias ao terceiro nível.¹⁴¹

O terceiro nível *não* representa por si só qualquer valor,¹⁴² nem gera qualquer tipo de valor adicional (entendido como riqueza social). Os valores financeiros obtidos no terceiro nível, os quais lhe conferem uma imagem de poder, *provêm* do primeiro e do segundo nível (e de uma periferia exterior composta por agricultores, consumidores, países estrangeiros, etc). O terceiro nível é a “matriz” que está sendo alimentada por atividades e entidades subjacentes e muitas vezes ligeiramente “*subterrâneas*”, ou seja, pelo primeiro e segundo níveis. O “valor” do terceiro nível reside no fato de nele se organizarem as *conquistas*, isto é, as

aquisições e subsequente domínio de partes cada vez maiores do mundo social e do mundo natural.

Os diferentes níveis podem desenvolver-se através de trajetórias aparentemente diferentes. A Parmalat é um bom exemplo. De um modo geral, a Parmalat representava, depois da quebra financeira, uma dívida enorme e uma maquinaria industrial e logística que, devido a essa dívida, não podia mais funcionar como uma empresa que produzia, processava e distribuía produtos lácteos. A empresa faliu. Contudo, depois da intervenção de Bondi que se seguiu à quebra financeira (Bondi foi nomeado pelo governo italiano para intervir na Parmalat e salvar o que pudesse ser salvo), a Parmalat foi dividida, com uma precisão quase cirúrgica, em duas partes. A primeira era composta pelos resquícios do terceiro nível (uma dívida enorme que teria de ser negociada com os bancos participantes e parcialmente responsáveis e outros), e a segunda pelas infra-estruturas, processos e circuitos que – agora livres do terceiro nível – poderiam funcionar de novo como um conjunto de empresas válido e economicamente sólido.

Terá a Parmalat alguma vez produzido valor?

Dentro e através da rede de três níveis acima discutida, a Parmalat conseguiu acumular uma riqueza considerável, especialmente através da posição muitas vezes quase monopolista que obteve com sua expansão. Mas essa riqueza não foi *produzida* no centro da rede, pelo contrário, ela foi *transferida* da periferia para o centro. A esse respeito discutirei cinco fluxos (ver Figura 4.3).

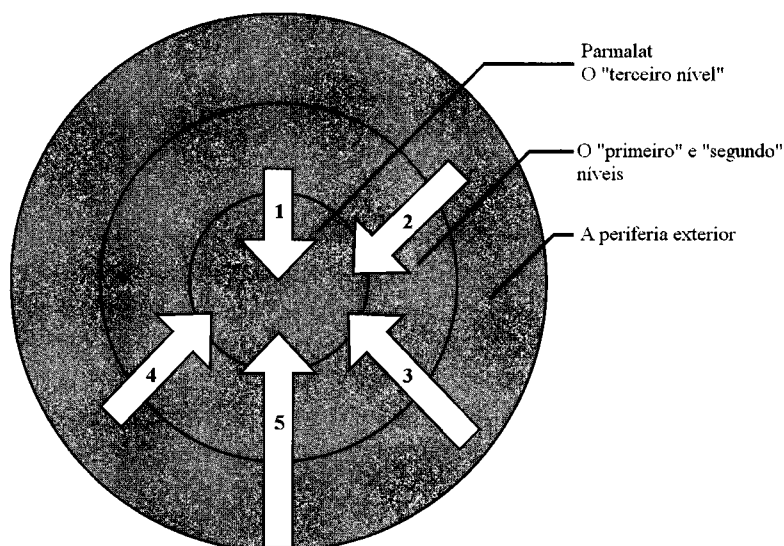


Figura 4.3 – *Fluxos de valor*

O primeiro fluxo de valor para o centro da rede proveio, evidentemente, do primeiro nível – as unidades produtivas e logísticas controladas diretamente pela Parmalat. O fluxo de caixa gerado por essas unidades foi diretamente veiculado para o centro, neste caso a Parmalat Finanziaria. Em consequência, essas unidades já não podiam ser reproduzidas fora da Parmalat. O capital de giro necessário provinha do centro, e este controlava as diferentes saídas de capital. Da perspectiva do centro, a produção de leite (ou de qualquer outro produto) era secundária. A principal preocupação era o fluxo de caixa (que, no final, é o que cria o “poder” do centro). Os níveis subjacentes ao Império (as unidades que impulsionam suas práticas produtivas e logísticas) são apenas relevantes na medida em que eles produzem e fazem aumentar o fluxo de caixa para corresponder aos critérios centrais (ver Smit, 2004, para uma descrição idêntica da mecânica da Ahold).

Um segundo fluxo tinha origem na relação típica entre a Parmalat e os produtores de leite que forneciam “leite para consumo” à empresa (na Itália, é feita uma distinção entre *latte alimentare*, leite para consumo, e leite para a produção de queijo; os dois tipos de leite têm de obedecer a critérios extremamente distintos na sua produção). Por toda a Europa, os agricultores fornecedores de leite da indústria do leite (especialmente de leite para consumo) são pagos 14 dias, ou no máximo, um mês após o fornecimento. Contudo, no consórcio Parmalat, os pagamentos aos agricultores eram fixados, desde o começo, em 180 dias. Ao longo dos anos esse período aumentou para 250 dias. Sendo o ciclo entre o fornecimento e o consumo tão curto, isso significava que a Parmalat dispunha, permanentemente, de um capital extra de cerca de 400 milhões de euros. Essa situação representa uma interdependência impressionante entre os níveis local e global. Um período de pagamento tão demorado não seria aceito pelos agricultores de nenhum outro lugar da Europa. Mas nos arredores vastos de Parma (nas províncias de Fidenza, Parma, Reggio, Emilia, Modena e em partes de Bologna) a situação era diferente. Os agricultores desta região produzem desde tempos muito antigos o chamado “leite para queijo”, que é transformado em queijo parmesão. Esse queijo é armazenado durante pelo menos 18 meses antes de poder ser vendido. Com a estruturação cooperativa das usinas de processamento, isso significava que os agricultores da região eram apenas pagos depois de 450 dias. Por conseguinte, a oferta da Parmalat de 180 dias não era tão ruim. Uma vez aceitando essa oferta e mudando sua produção para leite para consumo, esses produtores de leite tinham grandes dificuldades em voltar à produção de leite para queijo. Eles ficavam “enredados” nessa situação, entre outras coisas porque a mudança implicava a utilização de gado, rações e forragens diferentes, técnicas de armazenamento distintas, etc. Assim, a Parmalat podia prolongar lentamente o período de pagamento, o que fazia aumentar o capital disponível da empresa. Podemos dizer que esse capital era, acima de tudo, *capital virtual*, pois embora parecesse ser da Parmalat, na verdade ele pertencia a outros.

Além do adiamento dos pagamentos, o que salienta as relações desiguais de poder, existe outra expressão significativa da relação entre a Parmalat e os seus

produtores de leite. Compare-se a produção de leite com a produção e processamento de “leite para queijo”, por exemplo (ver Tabela 4.1). Na mesma região, muitos produtores de leite fornecem seu leite a pequenas *caseifici* cooperativas, usinas onde o leite é convertido em queijo parmesão. Se calcularmos corretamente (são necessários 14,30 kg de leite para 1 kg de queijo parmesão), o consumidor paga 0,99 euros por um litro desse leite para queijo, dos quais o produtor de leite recebe 51% (isto é, 0,50 euros por kg de leite). Essa percentagem contrasta radicalmente¹⁴³ com a dos produtores de leite que trabalham para a Parmalat, os quais recebem apenas 25% do preço médio ao consumidor (ou seja, 0,33 euros).¹⁴⁴

Tabela 4.1 *Cadeias de valor contrastantes (Janeiro de 2004)*

	Leite para consumo		Leite para queijo parmesão	
Produção de leite	0,33	25%	0,50	51%
Processamento e armazenamento	0,70	52%	0,24	24%
Distribuição	0,30	23%	0,25	25%
Consumo	1,33	100%	0,99	100%

O leite para queijo, especialmente aquele que é necessário para a produção de queijo parmesão, precisa obedecer a critérios de qualidade excepcionalmente elevados. Por conseguinte, existe obviamente um diferencial nos preços. Contudo, é difícil entender por que o processamento e armazenamento do leite para consumo, muito mais simples e rápido, requer uma percentagem que é absoluta e relativamente muito mais elevada do que a do leite para queijo. Se a mesma distribuição *relativa* fosse aplicada, o preço do leite para consumo nos produtores seria muito mais alto.

As relações desiguais de poder também se refletem no fato de existir um pequeno diferencial no preço do próprio leite para consumo. Algumas fábricas de laticínios de leite para consumo na Itália, como as do grupo Granarolo, pagam em média 1 centimo de euro a mais por litro de leite. Se essa for a única diferença nos cálculos, então ela corresponderá a uma transferência total, em 25 anos, de 212,5 milhões de euros.

O fluxo de valor dos produtores de leite em direção ao “centro” do sistema também passa por outros canais. Estima-se que, a cada ano, cerca de 1 milhão de toneladas de *leite ilegal* circule em Itália. No caso do leite ilegal, os produtores recebem apenas 40 a 50% do preço oficial do leite. Isso mais uma vez implica uma transferência de valor considerável. Além disso, existem indícios de que pelo menos parte desse leite é “fabricado” com leite em pó e óleo de manteiga. Embora isso seja proibido (exceto no caso de alguns iogurtes e queijos), a fiscalização destes situações, particularmente na Itália, é de qualidade duvidosa.

O terceiro fluxo de valor vai dos consumidores ao “centro”. Este fluxo diz respeito à diferença excessiva – na Itália – entre os preços pagos pelo consumidor e os preços pagos aos produtores. Os preços pagos pelos consumidores na Itália estão entre os mais altos da Europa (La Repubblica 16/1/04 e Menghi, 2002). Em termos *absolutos*, os preços pagos aos agricultores também são elevados, mas em termos *relativos*, isto é, em comparação com os preços pagos pelos consumidores, eles são baixos (ver Tabela 4.2) – apenas 35% dos preços pagos pelos consumidores, enquanto na Alemanha, Bélgica e Holanda esse valor está entre 50 e 60%. A França e a Dinamarca têm um nível equivalente ao da Itália. O Reino Unido detém o nível mais baixo (23%), já que a extinção do *Milk Board*⁴⁵ alterou drasticamente a relação entre os produtores e os consumidores.

Tabela 4.2 *Preços pagos aos produtores em relação aos preços pagos pelos consumidores (Unalat Informe, 60, ottobre 2002, p. 25)*

Produto	Ho-landa	Bélgica	Ale-manha	Suíça	Itália	França	Dina-marca	Ingla-terra
Leite UHT (1 litro) em conservação de longo prazo (IVA excluído)	0,51€	0,52€	0,59€	0,85€	1,02€	0,96€	0,96€	1,12€
Preço pago ao produtor	0,31€	0,31€	0,30€	0,34€	0,36€	0,31€	0,33€	0,26€
Preço pago ao produtor como percentagem do preço pago pelo consumidor	61%	60%	51%	40%	35%	32%	34%	23%

Se os consumidores italianos pagassem 0,89 euros (a média européia) em vez de 1,02 euros por 1 litro de leite UHT e 1,30 euros por 1 litro de leite fresco, eles poupariam cerca de 470 milhões de euros por ano. Porém, devido à mecânica dos impérios alimentares, essa quantia foi na outra direção, ou seja, foi desviada da “periferia exterior” da rede para o centro da Parmalat.

Um quarto fluxo de valor está relacionado com a importação massiva de leite, em especial da Alemanha, mas também da França e, mais tarde, da Polônia.⁴⁶ Nesses países, o leite pode ser obtido a preços muito mais baixos do que na Itália. Em 2002, a Parmalat processou 850 milhões de kg de leite para consumo produzido na Itália e 380 milhões de kg de leite importado. Considerando a diferença de

preço (em média 0,06€/kg, comparando com o preço da Alemanha, e 0,17€/kg, comparando com o preço da Polónia) e retirando 0,01€/kg para custos logísticos e de transporte, isso implica que, através da *terceirização*, a Parmalat obteve pelo menos um fluxo de valor adicional de 19 milhões de euros por ano.

Um quinto fluxo de valor se relaciona com a capacidade da Parmalat de explorar as poupanças dos cidadãos, essencialmente na Itália, mas também internacionalmente. Isso ocorreu através de emissões de ações e através dos circuitos bancários. As empresas de contabilidade que deveriam ter avaliado a solidez da Parmalat, o “policiamento” institucional das bolsas de valores (especialmente a de Milão) e, indiretamente, o Banco Central italiano contribuíram para a produção da confiança necessária. Em retrospecto, apenas podemos imaginar a responsabilidade desses atores e a forma como essa responsabilidade se manifestou (ou não) em controles reais. De qualquer modo, com a quebra financeira, os acionistas privados sofreram prejuízos de bilhões de euros. Em apenas um dia (22 de Dezembro de 2003), 7,9 bilhões de euros foram reduzidos a 2,8 bilhões – 5,1 bilhões de euros simplesmente desapareceram.

Uma nova forma de “colheita”

Para analisar o *Parmacrac* é essencial distinguir os diferentes níveis. As usinas, as redes e os procedimentos logísticos ocupavam o primeiro nível. Esses elementos organizavam e canalizavam a circulação do leite, de produtos lácteos e de outras mercadorias para o segundo nível. Acima destes, no terceiro nível, estava a Parmalat, um ator global em constante expansão. Uma das maiores surpresas depois da quebra foi o fato de o primeiro nível continuar a produzir. Na verdade, o primeiro nível aumentou sua produtividade total¹⁴⁷ e chegou mesmo a dar de novo lucro. Como mencionei anteriormente, o terceiro nível tinha sido quase cirurgicamente separado do primeiro e segundo níveis com a intervenção de Bondi. E era nesse nível que se concentravam as grandes dívidas (dívidas que Bondi tentou negociar com bancos internacionais, empresas de contabilidade e outras empresas que tiveram um papel decisivo na expansão e também na quebra financeira da Parmalat).

Esta distinção é importante para concluir que o terceiro nível (ou seja, a Parmalat como império alimentar) nunca produziu qualquer valor agregado, por oposição às unidades do primeiro nível que já existiam e que foram sendo gradualmente adquiridas e submetidas à rede global. O Império não produz qualquer tipo de valor. Ele apenas se apodera (expropria) e acumula o valor produzido nos níveis menores e na periferia do sistema.

A “colheita” não se limitava às inter-relações diretas dentro de e entre o primeiro, o segundo e o terceiro níveis. Para sintetizar os fluxos de valor discutidos acima, podemos dizer que a Parmalat obteve valor especialmente através da troca desigual de modelos que puderam ser criados e mantidos devido a sua natureza

oligopolista. Neste sentido, a Parmalat representava, acima de tudo, um *poder extra-econômico*. Em consequência, os agricultores recebiam um preço relativamente mais baixo (Tabela 4.1) e os consumidores pagavam um preço relativamente mais alto (Tabela 4.2). A Parmalat conseguiu fazer isso porque os agricultores e os consumidores, assim como outros agricultores (por exemplo, em partes da Polônia) se tornaram dependentes da empresa como rede. Através de todos os tipos de “coerção não-econômica” aplicada nos domínios associados, a Parmalat, como uma corporação de terceiro nível, conseguiu obter e centralizar uma riqueza considerável – não produzida por ela própria, mas colhida de outros que se tornaram dependentes dela. Esta é uma grande diferença em relação ao “capitalismo clássico”: uma empresa industrial enraizada em relações de competição (ou seja, num contexto de “mercado livre”) nunca poderia ter estabelecido níveis de preços (como demonstram as Tabelas 4.1 e 4.2) tão diferentes dos preços praticados pelos seus concorrentes. Na “*Latte vivo*”, a análise italiana do funcionamento da Parmalat, meus colegas fizeram uma análise detalhada que demonstra que, ao longo de um período de 25 anos – pagando preços baixos aos agricultores, confrontando os consumidores com preços elevados, adiando os pagamentos aos produtores de leite e terceirizando suas atividades – a Parmalat acumulou provavelmente a extraordinária quantia de cerca de 12 bilhões de euros.

Esta é uma semelhança preocupante com as expressões do Império discutidas no capítulo anterior. De fato, o Império não acrescentou qualquer tipo de recursos, novas tecnologias e/ou capacidades organizacionais superiores aos grupos discutidos, nem no caso peruano, nem no caso italiano. O Império não acrescenta nada, ele simplesmente combina e re-combina recursos já existentes. E isso só é possível porque o Império tem à sua disposição, através da combinação do poder político com o poder econômico, entradas em múltiplos níveis, facilidades de rendimento e sistemas de distribuição que estão fechados a outros. Assim se cria uma maior coerção econômica. O Império – onde quer que se localize – combina recursos em novas redes sociotécnicas que estabelecem em suas fronteiras novos tipos de modelos de dependência. A análise do Império do Tomate do Chile chega a esta mesma conclusão: ele funciona “de acordo com os princípios da organização padrão-cliente, isto é, a autoridade centralizada, estruturas de comando diádicas, sistemas de incentivo personalizados e sem espaço para organizações de base” (Peppelenbos, 2005, p. 11).¹⁴⁸ Essa “coerção não-econômica” é ainda mais alimentada através da forte interligação entre o Estado e os impérios alimentares, tanto na Itália como no Peru. Tim Lang e Michael Heasman apontam o mesmo fenômeno dizendo que “o poder corporativo é agora tão grande dentro das fronteiras nacionais e entre elas que ele está redefinindo a noção de ‘mercado’”. Os dois autores também observam que “a política corporativa está se envolvendo cada vez mais em políticas públicas, favorecendo seus próprios interesses e, dessa forma, levantando questões acerca da prestação de contas” (2004, p. 127). Aqui surge outro elemento intrigante. Enquanto os diferentes impérios alimentares são constituídos internamente como uma espécie de mercado interno, os mer-

cados “exteriores”, por sua vez, são sujeitos a relações hierárquicas, “intervenções extra-econômicas” e relações desiguais de poder. Os mercados e o Estado, que anteriormente eram separados por linhas de demarcação claramente definidas, agora se interpenetram. A intervenção estatal representa agora uma “regulação em favor ao invés de contra o mercado” (Burawoy, 2007, p. 7). No capítulo 9, desenvolverei essa tendência.

O último recurso: leite fresco azul

No final do século XX, tornou-se claro que, no terceiro nível, enormes dívidas ameaçavam a própria subsistência da Parmalat. No final de 1998, as dívidas globais chegavam aos 2,1 bilhões de euros, *o que correspondia a mais do que o valor líquido de toda a Parmalat* (Franzini, 2004, p. 61).¹⁴⁹ A colheita em campos já disponíveis era cada vez menos suficiente para reverter o cenário. Foi então que um novo projeto foi criado. A palavra-chave deste projeto é *latte fresco blu*: leite fresco azul.¹⁵⁰ É um projeto exemplificativo do Império e de suas *conquistas* associadas – e, ao mesmo tempo, pretendia ser a operação de último recurso. O projeto *Latte fresco blu* pretendia aumentar consideravelmente os níveis de lucratividade necessários para manter os níveis de confiança urgentemente necessários nos mercados financeiros e dos acionistas privados. O seu objetivo era restaurar a confiança necessária, tal como a Ahold tentou fazer inflacionando os dados da lucratividade. Contudo, a diferença é que o projeto *latte fresco blu* não só afetou os resultados dos procedimentos contábeis (manipulados), como implicou riscos consideráveis para a qualidade dos alimentos, para a saúde pública e para a própria continuidade da produção de leite na Itália.¹⁵¹ O projeto representa a desconexão mais drástica entre tempo e espaço relativamente à produção e consumo de leite. Em poucas palavras, através da operação *latte fresco blu*, a Parmalat recolhia leite de baixa qualidade a preços baixos, por exemplo, na Polônia (e, mais tarde, provavelmente na Ucrânia), para reconvertê-lo e introduzi-lo, três meses, mais tarde no mercado italiano como leite fresco de primeira qualidade.

Até ao começo do ano 2000, existia uma divisão clara do trabalho na indústria leiteira italiana. A Parmalat era especializada em leite UHT (leite de conservação em longo prazo), enquanto a Granarolo e várias cooperativas pequenas controlavam o mercado do leite fresco de alta qualidade. As margens de lucro do segundo segmento de mercado são muito mais elevadas do que as do primeiro. Através do projeto *latte fresco blu*, a Parmalat pretendia apropriar-se de (ou seja, “conquistar”) esse segundo segmento. Em termos político-econômicos, essa operação consistia no seguinte: o leite polaco era adquirido em escala massiva (a 0,24 euros por kg de leite) e submetido a um tratamento novo, embora não desconhecido, designado de micro-filtração (também chamado de ultra-filtração). Através deste tratamento (que seria combinado com várias outras intervenções técnicas que serão descritas mais adiante), o leite estrangeiro podia ser oferecido como leite

fresco azul (*latte fresco blu*) no mercado italiano a um preço inicial de 1,50 euros por litro, e mais tarde a 1,30 euros por litro. As projeções indicavam que, no final, o total das vendas no mercado nacional de leite para consumo poderia aumentar para cerca de 1,6 bilhões de euros por ano através deste projeto. O lucro líquido poderia subir facilmente, de acordo com as previsões internas, para 1 bilhão de euros por ano. Isso seria suficiente para que as dívidas em aberto, embora ainda não conhecidas publicamente, fossem eliminadas. Os bancos associados, conscientes dessas dívidas, ficaram impressionados com este “projeto revolucionário” e decidiram refinar as dívidas.

Do ponto de vista tecnológico, o projeto *latte fresco blu* representa, essencialmente, uma forma nova e continuada de engenharia de alimentos. As técnicas isoladas eram conhecidas e aplicadas amplamente em vários outros lugares. A novidade era sua combinação. Como resume a Figura 4.4, a produção do *latte fresco blu* se resume, basicamente, a desnatar o leite e, em seguida, pasteurizar e homogeneizar a nata. Ao mesmo tempo, o leite desnatado é aquecido e,

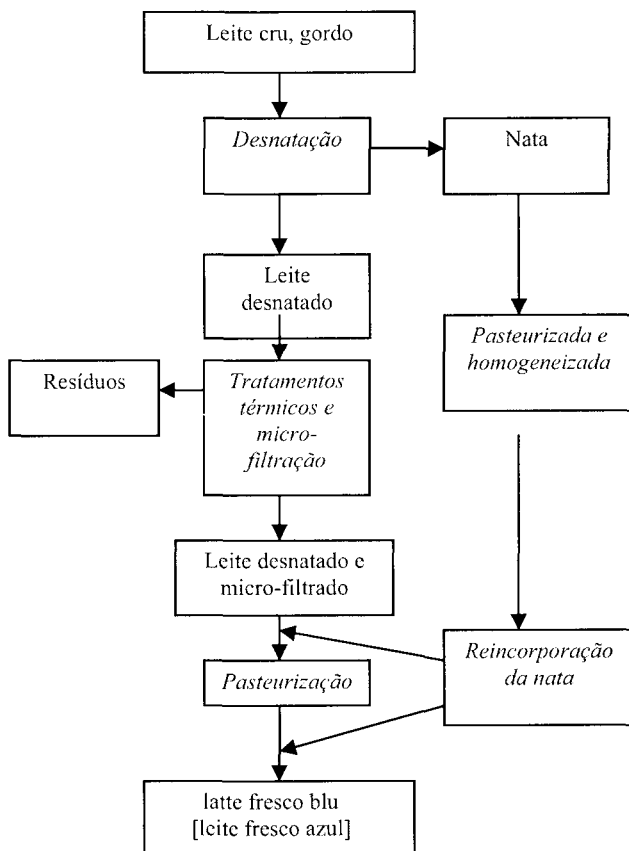


Figura 4.4 – *A fabricação do fresco blu*

subseqüentemente, micro-filtrado. Assim, a flora de micróbios do leite é quase completamente eliminada (na verdade, as primeiras versões foram apresentadas como “leite estéril”). Na fase seguinte, a nata é de novo adicionada ao leite, ou seja, o “leite” é reconstruído. Depois disso, é feita uma nova pasteurização. O leite então construído, cuja biofísica é bastante alterada comparando com o leite cru, pode ser conservado por bastante tempo (por lei, durante 10 dias, enquanto o leite fresco tinha uma durabilidade legal de 3 dias). O tempo entre a ordenha e o processamento também podia ser aumentado e um leite que fosse de início higienicamente pobre podia ser recuperado.

Contudo, a principal vantagem deste processo vai além das técnicas específicas. Essa vantagem consiste no fato de tal combinação tecnológica permitir uma *desconexão* generalizada entre a produção e o consumo de leite. Essa desconexão potencial relaciona-se com o tempo e com o espaço. Através da sua separação em elementos distintos e graças aos diferentes tratamentos, o leite pode agora “viajar” literalmente ao longo de grandes distâncias através do tempo e do espaço. Isso permite, por sua vez, a criação de um novo *modelo* que é essencial ao Império: os lugares baratos de produção são diretamente ligados aos lugares ricos de consumo. Através dessas ligações, criam-se novos “não-lugares”. De onde o leite vem já não interessa – ele pode ter origem em qualquer lugar (isso se aplica literalmente, pois os tratamentos térmicos repetidos tornam qualquer possibilidade de rastreamento impossível). Isso também implica uma perda de identidade. Se o leite vem de um “não-lugar” e se ele já não é o que diz e parece ser à primeira vista – ou seja, fresco – sua identidade é cada vez mais uma “não-identidade”.

O *latte fresco blu* não é neutro relativamente à qualidade e segurança dos alimentos. O leite que é processado através da cadeia descrita na Figura 4.4 pode ser inicialmente de má qualidade. Através dos sub-processos de micro-filtração, vários elementos valiosos serão perdidos (pelo menos em parte). O processo em geral (especialmente os tratamentos térmicos frequentes) elimina quase completamente a flora de micróbios, e o controle da qualidade ao longo da cadeia se torna cada vez mais problemático devido às distâncias envolvidas (a primeira usina de micro-filtração era em Berlim, o leite vinha da Polônia e era consumido na Itália). A qualidade biológica do leite fresco *azul* é inferior à do leite fresco que conhecíamos. Isso não significa que este produto seja, como tal, perigoso. Contudo, o risco de alguma coisa não dar certo é, evidentemente, mais elevado.

Se considerarmos o *latte fresco blu* um projeto político-econômico, então precisamos salientar, em primeiro lugar, que esse projeto representou uma mudança essencial nas relações de competitividade do mercado italiano relativamente ao leite para consumo, o qual se divide, em termos gerais, em duas partes mais ou menos iguais: leite fresco de alta qualidade e leite UHT. Como já foi referido, o primeiro desses segmentos de mercado era controlado pela *Granarolo* e por algumas cooperativas menores que funcionavam regionalmente, enquanto o último segmento pertencia à Parmalat. Os níveis dos preços no primeiro segmento eram

e são consideravelmente mais elevados que no segundo. Nesta arena específica, o projeto do *latte fresco blu* foi considerado um ataque frontal à Granarolo, às cooperativas e aos interesses associados (essencialmente dos produtores de leite italianos). O projeto pretendia, obviamente, apoderar-se desse segmento relativamente próspero e lucrativo do mercado de consumo. A palavra-chave, neste caso, é *substituição* – tal como ocorreu nas outras expressões do Império descritas neste livro. Se o projeto tivesse sido bem sucedido, ele teria provocado a destruição simultânea de indústrias como a Granarolo e as cooperativas regionais, enquanto a maioria dos agricultores italianos já não teria como processar o seu leite, teriam ido à falência e, possivelmente, teriam desaparecido como produtores de leite. Aliada à centralização de valor agregado na Parmalat, teria havido uma destruição simultânea da produção de valor agregado em qualquer outro lugar. O projeto *latte fresco blu* não pretendia aumentar valor na sociedade em geral. Ele pretendia redistribuir e centralizar valor sob a égide da Parmalat – mesmo que isso implicasse uma redução da riqueza social nos níveis mais elevados de agregação. Assim, é verdade que “em nome da criação de novas riquezas, a humanidade se empobrece de fato” (Korten, 2001, p. 2).

Para lançar o *latte fresco blu*, a Parmalat investiu enormes quantias em publicidade e quantias ainda maiores em subornos políticos. A lei italiana definia de forma muito precisa as condições em que o leite poderia ser apresentado no mercado de consumo como leite *fresco*. Ou seja, que o leite deveria ser entregue até um dia depois da ordenha, ser processado até um dia depois disso e consumido dentro dos três dias seguintes. É óbvio que o projeto proposto nunca poderia obedecer a estes critérios. Portanto, a lei precisava ser mudada. Depois de uma pressão considerável que envolveu várias organizações, grupos de poder e figuras-chave foi introduzida uma nova categoria para o leite micro-filtrado. As condições ligadas a essa nova categoria eram completamente diferentes, tornando possível a introdução do *latte fresco blu* no mercado – um novo produto que era acentuadamente diferente do leite fresco (*latte fresco*), mas que, através do “*blu*” adicional, podia ser apresentado sob o guarda-chuva do frescor.

Porém, a quebra financeira teve lugar antes do projeto *latte fresco blu* ter arrancado completamente. O projeto foi introduzido no mercado italiano durante o ano de 2002, mas a Parmalat colapsou em Dezembro de 2003. Depois disso, ou seja, quando a Parmalat já não representava um poder econômico e político considerável, a lei foi de novo alterada: o *latte fresco blu* foi proibido. A consequência é algo irônica, uma vez que, atualmente, a Itália é o único país europeu que tem uma defesa legal forte do leite fresco *verdadeiro* e, simultaneamente, uma proibição *explícita* da combinação tecnológica e da estruturação associada que resultam no *latte fresco blu* e em produtos semelhantes. A lei europeia é extremamente vaga a este respeito, enquanto a legislação nacional, em praticamente todos os países europeus, delega responsabilidades nas grandes corporações: “fresco” é o que *elas* definem como tal, e “leite” é o que *elas* introduzem como tal nos mercados.

O desenvolvimento distorcido da produção e consumo de alimentos

De acordo com Moquot (1988), um dos principais peritos franceses na indústria leiteira, os produtos lácteos de alta qualidade dependem, basicamente, da qualidade do leite produzido nas unidades agrícolas (e, logo, de aspectos como ração do gado, higiene, ordenha, seleção, cuidados, etc) e *não* das soluções tecnológicas para erros cometidos na produção primária, nem para erros que surgem durante a longa trajetória de processamento e distribuição. Igualmente importante nessa questão é a organização do tempo, a qual se resume basicamente a três períodos de tempo (inter-relacionados): o tempo entre a ordenha e coleta do leite; o tempo entre a coleta e o processamento; e o tempo entre o processamento e o consumo.

Através de um processo bem coordenado e controlado de produção primária e de uma distribuição rápida e igualmente controlada aos consumidores, é possível produzir e consumir *leite não tratado*, ou seja, *cru* (a expressão italiana é muito mais bonita: *latte vivo*, leite vivo). De fato, existe uma tendência crescente por toda a Europa para produzir e distribuir este leite cru¹⁵² cuja qualidade e gosto são extremamente atrativos.¹⁵³

Contudo, a principal tendência vai na direção oposta. O leite é cada vez mais sujeito a uma combinação complexa de tratamentos sofisticados durante longos períodos de tempo. Por si só, esses processos não são necessariamente problemáticos – embora seja legítimo questionar por que a indústria os escolhe, sabendo que cada tratamento implica custos elevados. Os perigos potenciais, como demonstrou o caso Parmalat, estão na interação de três processos. Devido à competição (mas atualmente também devido aos efeitos que o “terceiro nível” exerce sobre o “segundo”) a indústria alimentar está constantemente procurando as matérias-primas mais baratas aceitáveis. Isso se traduz, entre outras coisas, na terceirização, e o oportunismo inevitável que reina em todos os mercados¹⁵⁴ fortalece ainda mais este processo, especialmente na redefinição constante dos limites do “aceitável”. Assim, este primeiro processo é possibilitado e mesmo acelerado por um segundo: o desenvolvimento de novas combinações tecnológicas que permitem a introdução da *distância*, tanto espacial como temporal, na trajetória que liga a produção e o consumo. Através do segundo processo, os novos modelos potencialmente envolvidos no primeiro – ligando áreas de produção pobres a áreas de consumo ricas – se tornam possíveis. Mas a inclusão de “áreas pobres” é muitas vezes identificada com condições pobres de produção primária, e as distâncias temporais e espaciais longas requerem freqüentemente o uso de aditivos. Assim, um terceiro processo é combinado com os outros dois para produzir uma *degradação* continuada. Neste momento, a reorganização global da produção agrícola acontece em simultâneo com a degradação massiva – que é, conseqüentemente, mascarada, corrigida e reproduzida através do segundo processo, ou seja, a engenharia e re-engenharia do que, no final, nos é apresentado como alimentos.

Nos debates que se seguiram ao colapso da Parmalat, o enfoque foi essencialmente na Parmalat como um fenômeno excepcional. Contudo, a partir da análise agora feita, podemos ver que a Parmalat não foi, de modo algum, a exceção. Ela representou, em todos os aspectos, o Império como princípio orientador. A Parmalat é um exemplo *por excelência* de uma re-estruturação e re-engenharia organizadas e da degradação associada, assim como é representativa dos principais propulsores da organização ativa desta combinação, ou seja, a conquista e o oportunismo. Nem a reestruturação (leite da Polônia), nem a reengenharia (sua conversão em *fresco blu*) foram guiadas pela qualidade. Elas foram simplesmente guiadas pela necessidade de prolongar, aumentar e melhorar a máquina de produção de lucro. O *latte fresco blu* foi um artifício para colher em campos de produção longínquos e em campos de consumo próximos.

A natureza não-excepcional da degradação de alimentos: a ascensão das “imitações”

No mundo criado e estruturado pelos impérios alimentares, tudo perde sua identidade. Os produtos alimentícios já não são produzidos num determinado lugar, por determinadas pessoas, num determinado momento e depois levados através de circuitos mais ou menos conhecidos, ou pelo menos que podem se conhecer, até aos consumidores. Os alimentos estão se tornando numa espécie de “não-produtos”, cuja origem já não importa, nem tão pouco sua viagem ao longo do tempo e do espaço. Embora tenham sido criados vários sistemas de “rastreadibilidade e acompanhamento”, estes sistemas não são mais do que um mecanismo para delegar responsabilidades, riscos e custos associados em casos de calamidades alimentares graves. De qualquer forma, esses mecanismos se referem apenas a origens abstratas que podem estar hoje na China, amanhã na Polônia, enquanto ontem, por exemplo, estiveram no Peru. As origens abstratas são “não-origens”. A rastreadibilidade apenas demonstra que a origem, entendida como um lugar que podemos conhecer e em que podemos confiar, já não existe – pelo menos no contexto do Império.

Contudo, os processos de (re)estruturação presentes no Império não estão apenas relacionados com lugares específicos convertidos em “não-lugares”, ou com determinados horizontes temporais e noções claramente definidas, como o frescor, que são atualmente transformadas em diretivas que, basicamente, passam a informação errada, nem com a reorganização drástica de redes através das quais os alimentos são transferidos, transformados, armazenados e distribuídos. Estas transições alteram drasticamente os próprios alimentos – não apenas o conceito de alimentos, mas também os alimentos como entidades materiais. O Império apresenta não-alimentos. Ele faz os não-alimentos parecerem alimentos para distribuí-los como se tal fossem. Ou seja, os impérios alimentares produzem cada vez mais “imitações”.

Um primeiro nível de imitações de produtos surge quando a produção de alimentos está cada vez mais desconectada de um processo bem cuidado de produção primária. Quando a produção agrícola, seja de que tipo for, não é feita com cuidado e surgem contaminações (de qualquer tipo), todas as formas de intervenção são necessárias, quer diretamente durante a produção, quer ao longo da cadeia alimentar, para corrigir a lacuna inicial. Os efeitos dessas intervenções irão afetar os produtos finais. Por conseguinte, os alimentos produzidos serão diferentes do que deveriam ser – e diferentes daquilo que os consumidores esperam que sejam. Ou seja, eles se tornam “imitações”.

Os aditivos são essenciais para isso. O principal problema dos aditivos químicos nos alimentos é que, embora exista um conhecimento considerável acerca dos seus efeitos diretos, os efeitos de suas *interações* são pouco conhecidos. A interação entre dois ou mais aditivos “inocentes” pode produzir no corpo humano efeitos para a saúde até agora desconhecidos, mas potencialmente preocupantes. Da mesma forma, muito pouco se conhece sobre os efeitos em longo prazo de muitos aditivos isolados.¹⁵⁵ Finalmente, existe uma competição agressiva e continuada entre as agências que controlam a qualidade dos alimentos e os proprietários de laboratórios ilegais. Esses laboratórios produzem correntes de novas formas de hormônios de crescimento que, por exemplo, não podem ser identificados pelas técnicas de detecção existentes.

As indústrias de máquinas italianas estão distribuindo máquinas de colheitas na China para o tomate. O pagamento por esse fornecimento é, em muitos casos, baseado na chamada prática das *vendas casadas*. Este mecanismo implica que os bens importados sejam pagos *em espécie*, especialmente porque muitos países do Terceiro Mundo não têm uma moeda forte. Neste caso, a tecnologia importada foi paga com grandes quantidades de concentrado de tomate, que foi subsequenteiramente vendido no mercado europeu a diferentes empresas de processamento de alimentos para ser convertido em suco de tomate e molho de tomate para macarrão, etc. Segundo a lei européia, estes últimos produtos (convertidos) podem ser vendidos como produtos *europeus*. Desde que a conversão final tenha sido realizada na Europa, a origem chinesa já não é importante. Os consumidores não têm conhecimento destas complexidades, mas para as empresas de processamento de alimentos esses mecanismos representam uma vantagem competitiva considerável. Contudo, o concentrado de tomate resultante, como se constatou mais tarde, era extremamente deficiente: sua cor, gosto e aroma eram de uma qualidade bastante abaixo do padrão. O mecanismo das *vendas casadas* propicia estes incidentes. De qualquer forma, as qualidades que estavam faltando foram corrigidas através de várias intervenções tecnológicas. Apenas depois disso se tornou claro que um dos aditivos aplicados era altamente carcinógeno. Assim sendo, uma das indústrias de processamento de alimentos envolvida, a Barilla, foi obrigada a retirar do mercado sua produção completa de quase um ano. Isso contribuiu consideravelmente para os problemas financeiros em que a Barilla está envolvida.

Nos últimos anos houve uma avalanche de incidentes semelhantes. Refiro-me à descoberta recente do corante venenoso Vermelho Sudão encontrado em muitos produtos alimentícios britânicos, aos coelhos de Natal podres da rede Albert Heijn no mercado holandês, à aplicação de brometo de metila nos contêineres de transporte de todo o mundo, à presença de hormônios MPA na carne de porco e aos resíduos de pesticidas nos vegetais. Estes casos agora detectados são, provavelmente, apenas a ponta do iceberg.

“Imitações” de alimentos do segundo tipo

Os casos acima mencionados têm em comum o fato de terem resultado em alimentos contaminados. O que se pensava serem e eram apresentados como alimentos saudáveis, saborosos e de confiança acabou por revelar-se o contrário. Mas a transformação de alimentos “reais” em alimentos “virtuais” não se limita aos casos de contaminação. Ela vai mais longe que isso. Um exemplo típico que ilustra essa transformação de produtos alimentícios que, no final, quase não são mais produtos alimentícios, mas “imitações” de uma ordem superior, vem do norte de Itália. É um exemplo de fabricação de alimentos a partir de produtos que nunca foram destinados a serem alimentos ou que já não estão em condições de serem convertidos em alimentos.

Durante vários anos, uma empresa baseada em Milão, a Agricomex SRL, importou quantidades massivas de produtos residuais (entre eles, leite fora da validade, leite em pó de uso em rações animais, etc) que transformava em leite. Os jornais italianos rapidamente cunharam uma palavra nova para descrever esse fenômeno: “*simil-latte*”, ou seja, algo que não é propriamente leite, mas que é semelhante a ele. De fato, uma “imitação”. O “*simil-latte*” foi vendido durante anos por toda a Itália como “leite UHT” (leite longa vida) sob o nome de várias marcas comerciais famosas. Neste caso, a micro-filtração também foi essencial. Quando o leite desnatado é tratado com micro-filtração, não só a contaminação bacteriana é retirada do leite, como também são removidos alguns açúcares, minerais como o cálcio, sais e provavelmente algumas proteínas. O material restante (os “resíduos” na Figura 4.4) pode ser aquecido durante cerca de 30 minutos e/ou tratado quimicamente (para fazer aumentar o pH) e, depois disso, ser mais uma vez sujeito à micro-filtração. O material obtido no final é normalmente usado como ração animal. Contudo, nas usinas da Agricomex SRL (suas usinas de processamento são em Mantova e Brescia), esse mesmo material era combinado, em grandes quantidades, com natas, leite fora do prazo de validade, água e produtos residuais como soro, para criar o “*simil-latte*”. Depois dessa mistura era freqüente adicionar amônia para reduzir de novo o pH. Depois do tratamento, a amônia evaporava da imitação obtida. Ninguém morreu (para ser direto), mas também ninguém sabia que estavam consumindo algo que não era definitivamente leite, mas sim um “lixo que nem a nossos porcos daríamos a comer”, como revelaram as

chamadas grampeadas entre alguns daqueles que foram presos (Rassegna Stampa Italiana dal Ministero delle Politiche Agricole e Forestali, Domenica 6, lunedì 7 Marzo 2005: ANSA 05-03-05, 19:17).

A prática descrita foi usada durante vários anos até ter sido detectada e denunciada. É claro que é impossível avaliar a disseminação dessas práticas. No entanto, a conclusão desses casos é que os alimentos são cada vez mais “construídos” de forma a reduzir as distâncias temporais e espaciais para criar lucro. Ao mesmo tempo, as novas tecnologias de engenharia de alimentos surgem a uma velocidade tal e de tantas fontes diferentes que é praticamente impossível acompanhá-las com leis e sistemas de controle adequados. Finalmente, a forte competição na indústria dos alimentos incita cada vez mais a exploração do globo para encontrar os ingredientes e as soluções mais baratas, assim estimulando o oposto da produção primária “bem cuidada”. A combinação de todos estes elementos não pode senão resultar em uma gama variada de imitações – quer sejam detectadas ou não. Enquanto o mercado (global) permitir ou favorecer o oportunismo, essa situação não irá mudar.

Estima-se que as indústrias de alimentos italianas percam, todos os anos, 2,8 bilhões de euros devido à criação de “imitações”. Este valor corresponde a cerca de 50% do volume de negócios total das indústrias de alimentos italianas. Estas imitações são produzidas por toda a parte, desde o Brasil, passando pelos Estados Unidos, Canadá e Austrália, até à Holanda. Mesmo na própria Itália, várias imitações são produzidas (Agrarisch Dagblad, Sexta-Feira, 30 de Março de 2007, p. 2).

O Império comparado com um modo de estruturação contrastante: a centralização regressiva versus o crescimento redistributivo

Nos últimos anos, a indústria alimentar italiana em geral tem melhorado ligeiramente sua posição no mercado mundial. Essa melhoria é representada no Gráfico 4.1 (baseado no ISMEA, 2005), que sintetiza as alterações na participação relativa de diferentes países no mercado mundial de alimentos, no período de 2000 a 2003. Uma análise mais detalhada revela, em primeiro lugar, que essa melhoria está basicamente associada ao vinho, aos produtos lácteos (essencialmente queijo) e aos produtos processados à base de carne, ou seja, “os segmentos de mercado em que há uma particular incidência de produtos de alta qualidade tipicamente conhecidos como italianos, e com uma garantia DOP ou IGP” (ISMEA, 2005, p. 10).

Em segundo lugar, é impressionante que “os preços pagos aos agricultores tenham sofrido uma mudança de tendência: a partir de 2000 aumentaram ligeiramente, enquanto na União Européia dos 15, os preços pagos aos agricultores sofreram um declínio” (ISMEA, 2005). Um terceiro aspecto que pode ser

relevante para a análise deste grupo e para suas tendências de desenvolvimento é que, com exceção de algumas grandes corporações ao estilo do Império como a Parmalat, a indústria alimentar italiana é basicamente composta por pequenas e médias empresas (muitas delas cooperativas). Em 2002, o número médio de trabalhadores em empresas de processamento de alimentos na Itália era 6,4 contra os 24,4 da Alemanha.

Os aspectos indicados são altamente interdependentes. Poderíamos argumentar que, em conjunto, eles constituem um modelo de crescimento redistributivo centrado na qualidade. A presença (e desempenho relativamente bom) deste modelo é o cenário com o qual as operações do tipo do Império precisam ser comparadas. Acima de tudo, ele demonstra que existem *alternativas* ao Império. As ligações com o mercado mundial não implicam necessariamente a construção de corporações do tipo do Império e a subordinação a elas. Existem outros modos de estruturação, como por exemplo, o modo implícito na parte da indústria alimentar italiana orientada para a qualidade (que é basicamente composta por pequenas e médias empresas – para um estudo de caso convincente, ver de Roest, 2000). Em segundo lugar, a comparação evidencia as especificidades da produção e distribuição de valor num mundo estruturado da forma do Império. Este tipo de estruturação, como o caso da Parmalat evidencia, tende para uma *centralização* de valor agregado. O valor agregado é *desviado* dos produtores primários (quer seja na Itália ou em qualquer outro lugar) e *concentrado* na corporação. A isso se associa o *declínio* do valor agregado produzido no setor primário. É até possível que o valor agregado *global* (ou riqueza social) venha a ser reduzido. Assim ocorrerá uma

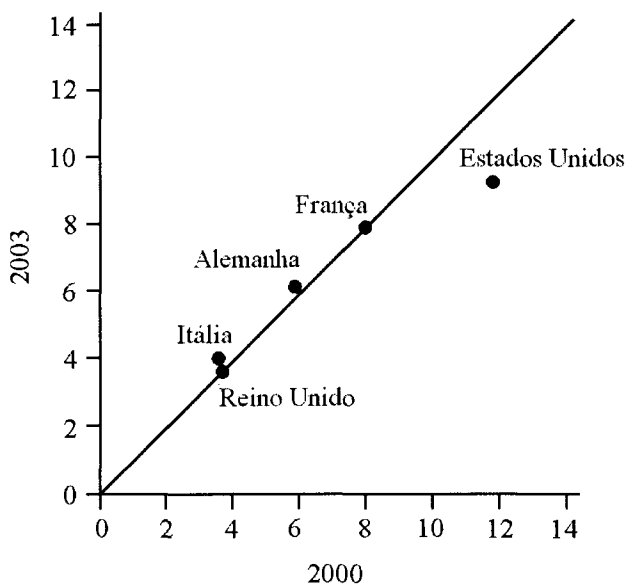


Gráfico 4.1 – Participações relativas no mercado mundial de alimentos

centralização regressiva. O projeto da Parmalat do “leite azul” pode ser entendido como a expressão suprema dessa redistribuição regressiva. Se, por um lado, esse projeto teria aumentado o valor agregado realizado na Corporação Parmalat, por outro ele teria, simultaneamente, implicado uma redução drástica do valor agregado no setor leiteiro em geral. O Império introduz uma tendência negativa no desenvolvimento da riqueza social nos segmentos sociais afetados por ele. Essa característica foi central nas expressões do Império encontradas no Peru e também na Europa, e contrasta fortemente com as tendências ascendentes produzidas por tipos descentralizados de processamento e distribuição de alimentos.

Camponeses e empresários (Parma revisitado)

No capítulo 2, a condição camponesa e o modo de fazer agricultura associado foram introduzidos e discutidos em termos gerais. Neste capítulo pretendo comparar o modo camponês de fazer agricultura com o modo empresarial. Minha discussão será exemplificada através de um estudo de caso sobre a atividade leiteira no norte de Itália, área que se dedica à produção do queijo parmesão.¹⁵⁶ Neste capítulo também analisarei as origens históricas do modo empresarial de fazer agricultura. Esta análise servirá de base à seção centrada na economia política do modo empresarial de fazer agricultura, a qual descreve a forma como esta interage com o Império e introduz, indiretamente, os efeitos do Império nos campos, na paisagem e na economia regional. Também me dedicarei ao que denomino de condição empresarial. Assim como o modo camponês de fazer agricultura reside na condição camponesa e é reproduzido por ela, também o modo empresarial de fazer agricultura pressupõe um conjunto específico de condições das quais emerge e que lhe permitem se desenvolver cada vez mais. A diferença entre as duas condições acaba sendo estratégica na era da globalização e da liberalização.

Os múltiplos contrastes entre o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura

A diferença básica entre o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura reside no grau de autonomia inerente à base de recursos. A autonomia também é manifesta nas relações em que essa base de recursos está enraizada, bem como na forma como ela é acionada, aumentada e desenvolvida. Esta autonomia multifacetada é construída ao longo de várias dimensões, as quais são sintetizadas na Tabela 5.1. Algumas destas dimensões se referem diretamente à forma como o processo de produção agrícola é organizado (ver também Salomon, 1985; Barlett, 1984; Strange, 1985), outras dizem respeito a níveis mais elevados de agregação. Para discutir estas dimensões mais profundamente, irei centrar minha análise em um grupo específico, ligado a um tempo e espaço determinados: a atividade leiteira em Emilia Romagna ou, mais especificamente, a área de produção do queijo parmesão. Adotei essa abordagem porque o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura não representam uma sequência nesta

área (Gorgoni, 1987); pelo contrário, eles coexistem lado a lado, o que permite uma análise comparativa.

Tabela 5.1 *Síntese das principais diferenças entre o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura*

Modo camponês	Modo empresarial
Baseado na internalização da natureza; a co-produção e a co-evolução são centrais.	Desconectado da natureza; "artificialização" da agricultura
Distanciamento de mercados de insumos; diferenciação nos produtos (grau de mercantilização reduzido)	Elevada dependência de mercados; grau de mercantilização elevado
Centralidade da perícia artesanal e tecnologias baseadas em habilidades	Centralidade do empreendedorismo e das tecnologias mecânicas
Intensificação continuada baseada na quantidade e na qualidade do trabalho	Aumento em escala é a trajetória de desenvolvimento dominante; intensidade é adquirida e é uma função da tecnologia
Multifuncional	Especializada
Continuidade entre passado, presente e futuro	Criação de rupturas entre passado, presente e futuro
Aumento da riqueza social	Contenção e redistribuição da riqueza social

Artificialização versus co-produção

No modo camponês de fazer agricultura, a co-produção é central, ou seja, a interação multifacetada e em constante evolução entre o homem e a natureza viva, isto é, o processo de produção através do qual a natureza é convertida em bens e serviços para consumo humano (Ploeg, 1997, p. 42). Na co-produção, por sua vez, o uso, manutenção e desenvolvimento continuado de capital ecológico é também central (Toledo, 1992). Os recursos que compõem o capital ecológico são continuamente transformados e melhorados através da co-produção. Nesse sentido, eles representam trabalho objetificado e acumulado (Bourdieu, 1986, p. 241). O forte enraizamento no capital ecológico e, conseqüentemente, a organização e desenvolvimento do processo de produção agrícola como co-produção são aspectos decisivos do modo camponês de fazer agricultura. Estes aspectos não só se traduzem na resiliência que caracterizou o modo camponês de fazer agricultura ao longo dos séculos, como também estão na base do atual caráter atrativo emergente da agricultura camponesa no que diz respeito à sustentabilidade. A co-produção requer – e resulta igualmente em – um tipo de conhecimento especificamente

organizado, referido na tradição francesa como *savoir faire paysan* (Lacroix, 1981; Darré, 1985) ou *art de la localité* (Mendras, 1967; 1970). O respeito e a admiração pela natureza viva e a paciência com a mesma são, na maioria das vezes, partes integrais desse conhecimento (Kessel, 1990).

A agricultura empresarial difere relativamente a este ponto de várias formas. Embora a “natureza” continue sendo um ingrediente indispensável (ela constitui a “matéria prima” necessária), o desenvolvimento no modo empresarial é centrado em reduzir cada vez mais sua presença. A “natureza” é demasiado inconstante – ela impede a padronização do processo de trabalho e, por isso, torna-se um obstáculo para o aumento em escala acelerado. Ela também limita (ou atrasa) o aumento da produtividade. Por conseguinte, a presença da natureza no processo de produção agrícola é reduzida e a que subsiste é progressivamente “reconstruída” através de um processo universal de artificialização (Altieri, 1990). São conhecidas várias expressões do processo de artificialização: o estrume genuíno é substituído por fertilizantes artificiais; as gramíneas, o feno e a silagem por concentrados industriais; o cuidado com os animais pelo uso preventivo da medicina; terras férteis e limpas por substratos artificiais; a luz do sol por luz artificial; a mão-de-obra por automatização; o *savoir faire* por informatização; o trabalho manual de eliminação de ervas daninhas por herbicidas, etc. Contudo, a extensão real desta artificialização já ultrapassou estas expressões. Através da modificação genética e da criação de condições (“de higiene”) assépticas, ela cria uma natureza nova e artificial que permite a industrialização continuada.

Na estruturação empresarial, os processos de produção agrícola são progressivamente desconectados da natureza e dos ecossistemas em que estão inseridos. Essas desconexões se concretizam em níveis crescentes de contra-produtividade (Ullrich, 1979). A eficiência no uso de nitrogênio na atividade leiteira holandesa, por exemplo, diminuiu de cerca de 60% na década de 1950 para apenas 16% no final da década de 1980; a longevidade do gado leiteiro e dos suínos caiu radicalmente; a eficiência no uso de água para irrigação diminuiu em cerca de 50%; e o uso de energia foi multiplicado várias vezes enquanto sua eficiência diminuiu (ver respectivamente Reijs, 2007; Ploeg, 1998 e Commandeur, 2003; Dries, 2002; Ventura, 1995). Ou seja, a agricultura se tornou progressivamente em uma atividade que produz fluxos crescentes de desperdício.

Entrando na dependência de mercado versus lutando por autonomia

Em parte como um efeito da artificialização do processo agrícola de produção, o modo empresarial de fazer agricultura é caracterizado por um grau elevado de externalização. Ou seja, as várias sub-tarefas de um processo de produção e de trabalho anteriormente integral são transferidas para instituições externas e agentes mercantis e controladas por eles. A partir desse momento, são criadas novas

relações de dependência entre essas instituições e agentes e as unidades agrícolas envolvidas. Essas relações de dependência são de natureza dupla: elas incluem novas relações mercantis, bem como relações técnico-administrativas através das quais o processo de trabalho na unidade é prescrito, condicionado e controlado (Benvenuti, 1982).

Num programa de pesquisa multidisciplinar realizado em Emilia Romagna de 1979 a 1982 (e mais tarde reaplicado em Benvenuti *et al.*, 1988), foram identificadas várias situações, desde unidades agrícolas relativamente autônomas (em que a maioria dos recursos necessários eram produzidos e reproduzidos nas próprias unidades) até unidades altamente dependentes de mercados (Ploeg, 1987 e 1990a). Nas últimas, o trabalho, o capital, a terra, o conhecimento, os animais, as rações e forragens e os serviços de máquinas eram essencialmente mobilizados em mercados. A reprodução dessas unidades agrícolas altamente mercantilizadas está longe de ser historicamente garantida (ao contrário das unidades do tipo relativamente autônomo). Pelo contrário, ela depende dos resultados da produção futura. Ou seja, sua reprodução depende substancialmente da configuração futura dos mercados. Na Tabela 5.2 estão sintetizados alguns dos dados mais relevantes. A partir destes dados podemos observar que as unidades camponesas estão menos integradas nos mercados do lado dos insumos da unidade, comparando com as unidades empresariais. Em particular o nível do chamado “consumo intermédio” (ou o nível dos “custos variáveis”) é bem mais baixo. Isso se deve, evidentemente, à centralidade do capital ecológico.

Tabela 5.2 – Graus contrastantes de mercantilização (Emilia Romagna, 1980)

	Modo camponês	Modo empresarial
Trabalho (percentagem da força total de trabalho mobilizada através do mercado de trabalho)	14%	35%
Serviços de máquinas (percentagem do total dos serviços de máquinas fornecidos por trabalhadores especializados)	23%	57%
Capital de curto prazo, essencialmente relacionado com custos variáveis (% de financiamentos de curto prazo, assegurados por créditos de curto prazo)	0%	9%
Financiamentos de médio prazo, essencialmente relacionados com mecanização e gado (<i>ibid</i>)	8%	37%
Capital de longo prazo, essencialmente relacionado com terras e instalações (<i>ibid</i>)	3%	19%
Terras (% de terras arrendadas)	17%	32%
Rações e forragens (rações e forragens compradas como percentagem do total gasto com a alimentação do gado)	24%	67%
Vacas (gado comprado como percentagem do total do rebanho)	1%	14%

Empreendedorismo versus artesanalidade

Na forma como os camponeses praticam a atividade agrícola, a artesanalidade é estratégica, isto é, a capacidade de obter resultados produtivos elevados e prósperos por objeto de trabalho de forma sustentável. O conhecimento local e o *savoir faire paysan* são ingredientes indispensáveis e o caráter artesanal do trabalho e do processo de produção permite o desenvolvimento e o enriquecimento desse tipo de conhecimento. O modo empresarial de fazer agricultura representa um forte contraste neste aspecto. Neste modo, a capacidade central é o empreendedorismo, ou seja, capacidade de estruturar os processos de trabalho e de produção de acordo com as relações e aspirações *mercantis* torna-se decisiva. Enquanto na estrutura da artesanalidade os indicadores *internos* são normativos (por exemplo, “qual é a melhor ração para determinada vaca, considerando seu comportamento e história particular?”), na estrutura do empreendedorismo os indicadores *externos* são as principais diretrizes (“qual é a melhor ração, considerando a relação entre o preço do leite e o custo dos diferentes ingredientes da ração?”). Com base nesses indicadores externos, o funcionamento diário das unidades agrícolas é constantemente modificado, pelo menos dentro das práticas empresariais. Os camponeses hesitariam ou não estariam dispostos a agir dessa forma: “se fizermos isso, arruinaremos nossas vacas, elas precisam do que for melhor para elas e precisam também de continuidade”.

No seu conjunto, a artesanalidade, o conhecimento local e os padrões de comunicação e de troca que os suportam constituem a *qualidade* do trabalho. Poderíamos também referir essa qualidade como o *capital humano* implícito no setor, isto é, a capacidade de administrar e desenvolver processos de produção de forma endógena. Este capital humano reside, acima de tudo, no lado camponês da equação. Ele é estratégico para o progresso. No lado empresarial, a externalização conduz inevitavelmente a uma redução da visão geral, enquanto a possibilidade de adaptar (“remodelar”) os diferentes recursos (especialmente aqueles que foram comprados) é evidentemente reduzida.

Um erro freqüentemente cometido é a interpretação da centralidade da artesanalidade na agricultura camponesa como uma expressão de um comportamento não-econômico. Essa concepção é claramente errônea: no modo camponês de fazer agricultura, a unidade de produção se relaciona com os mercados de uma forma que difere basicamente da forma como as relações de mercado são estruturadas no modo empresarial de fazer agricultura. No modo camponês (que se fundamenta num distanciamento e autonomia relativa), o mercado é, essencialmente, uma *saída* – o lugar onde os produtos fabricados são vendidos, quer isso seja vantajoso ou não. No modo empresarial, o mercado é, acima de tudo, um *princípio orientador*. Devido ao grau elevado de integração e dependência dos mercados, a unidade de produção empresarial tem de seguir a “lógica do mercado”. E esse é precisamente o motivo por que o empreendedorismo, e não a artesanalidade, se torna um mecanismo central para estruturar tanto o social como o natural den-

tro de uma empresa agrícola e em torno dela. O enfoque na artesanidade não implica que os camponeses sejam pessoas não-empresendedoras. Pelo contrário, eles estão sempre procurando agarrar novas oportunidades. São como o passarinho que acorda cedo e bebe água limpa. Os camponeses são empreendedores, inventivos, perspicazes e argutos. *Mas não agem de uma forma empresarial.* A lógica subjacente aos camponeses é diferente.

No programa de pesquisa mencionado, foi dada particular atenção à *lógica da prática agrícola*, ou seja, à forma de observar, calcular, planejar e organizar o processo de produção. Foram encontradas duas lógicas contrastantes: a lógica dos *contadini* (os camponeses) e a lógica dos *imprenditori agricoli* (os empresários agrícolas). Na lógica camponesa (ver Figura 5.1), a noção de *produzione* (bom rendimento) tem uma posição e significação centrais. Dentro dessa lógica, *produzione* se refere à produção por objeto de trabalho (isto é, por vaca, por unidade de terra). A *produzione* precisa ser elevada e sustentável, mas ela não deve ser “forçada”, como defendem os camponeses. Ela deve ser tão elevada quanto possível dentro de uma estrutura definida pelo *cura* – o cuidado. É necessário cuidar bem dos animais, das plantas, dos campos – e se o trabalho for feito com cuidado, então a produção por objeto de trabalho será elevada. O *cuidado* é o mesmo que a artesanidade. Ele se refere à qualidade do trabalho ou, em termos mais gerais, à organização dos processos de produção e reprodução de uma forma que garanta como resultados um bom rendimento e um crescimento permanente.

Na visão de mundo dos *contadini*, os níveis elevados de *produzione* se justificam porque eles produzem e sustentam uma renda (*guadagno*) em curto prazo e, provavelmente ainda mais importante, em longo prazo, permitem criar uma bela propriedade (*la bell'azienda*). Assim, através do *cura*, ou seja, através do próprio trabalho, é possível construir um futuro promissor. O *cura*, por sua vez, depende de várias condições. Tem de haver *passione* (paixão), *impegno* (empenho, mas aqui empenho também diz respeito a uma quantidade e qualidade elevadas de uso de trabalho e trabalho árduo), *professionalità* (conhecimento profissional e do trabalho) e, finalmente, *autosufficienza*: a unidade agrícola tem de ser o mais auto-suficiente possível. Por conseguinte, através desta lógica é criado um processo de produção e reprodução relativamente autônomo e historicamente garantido, que será mantido e, sempre que possível, continuamente desenvolvido.

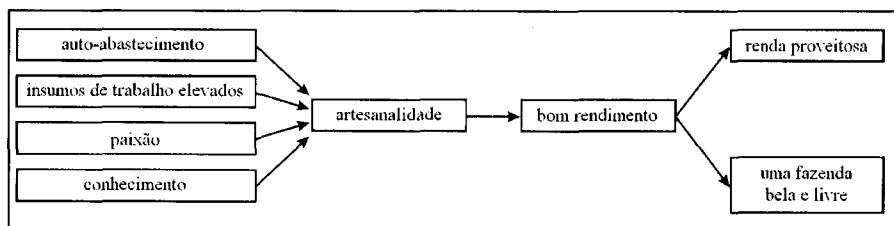


Figura 5.1 *A lógica dos contadini*

A lógica do empresário agrícola (ver Figura 5.2) é estruturada de forma diferente. Os parâmetros externos deste modo de organização são decisivos, uma vez que as relações mercantis dominantes e as relações preço/custo nelas implícitas definem qual será a margem (*il margine*).¹⁵⁷ Da mesma forma, são as tecnologias disponíveis (e o processo de desenvolvimento tecnológico) que definem *la scala*, a escala das operações. Em conjunto a margem e a escala definem o rendimento (*il reddito*) realizado – não só de acordo com essa lógica mas também na esfera material: as unidades agrícolas dos *imprenditori* são estruturadas de tal forma que a renda está fortemente dependente da escala de produção. Mais uma vez, isso constitui um contraste marcante. As unidades agrícolas dos *contadini* são estruturadas de forma a que a renda seja relativamente independente da escala de produção. Assim, o mundo natural e o mundo social são moldados de formas diferentes e mutuamente contrastantes nas duas lógicas de produção, cada uma envolvendo modelos diferentes de geração de renda.

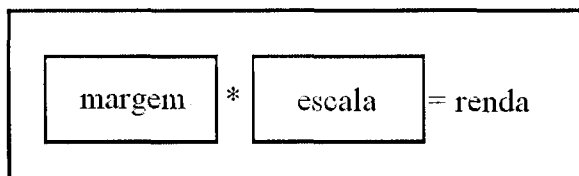


Figura 5.2 – A lógica dos imprenditori

Aumento em escala versus intensificação baseada no trabalho

Uma diferença crucial entre as duas lógicas reside no enfoque, ou mesmo no centro gravitacional do processo de desenvolvimento agrícola. Os *contadini* pretendem, essencialmente, melhorar continuamente o rendimento e, dessa forma, melhorar o valor agregado por objeto de trabalho. Em termos ideais, os *contadini* apenas aumentarão a dimensão da sua unidade agrícola se (a) esse aumento não tiver um efeito negativo no valor agregado por objeto de trabalho e se (b) o aumento – pelo menos em grande parte – puder ser fundamentado em (ou seja, financiado através de) seus *próprios* meios disponíveis. Por conseguinte, na maioria das vezes, o resultado é um processo de crescimento passo a passo (Ploeg, Saccomandi e Roep, 1990). Para os *imprenditori*, a escala de produção é a principal alavanca para o incremento do desenvolvimento agrícola, também porque as condições para aumentar o rendimento são menos bem desenvolvidas em suas unidades agrícolas. Por conseguinte, eles optam freqüentemente por um aumento substancial em escala – ainda mais uma vez que, sob as condições atuais, o aumento em escala tem um caráter ligeiramente “perverso”: um aumento em

escala resulta em uma diminuição na margem por objeto de trabalho, o que por sua vez induz à necessidade de acelerar mais o crescimento na unidade agrícola. A este respeito, os colegas franceses usam uma expressão reveladora, concluindo que o desenvolvimento agrícola se torna *une fuite en avant* [uma falha em diante]¹⁵⁸ (Eizner, 1985).

Os empresários buscam tipicamente adquirir as tecnologias mais recentes e reestruturar suas unidades agrícolas de forma a que se “encaixem” nos novos modelos tecnológicos. Por conseguinte, os pedidos de concessão de crédito para expansão financeira tornam-se estratégicos. É verdade que o rendimento também pode aumentar (por vezes mesmo consideravelmente), mas isso depende basicamente da aquisição de tecnologias e insumos que *levem* a aumentos específicos no rendimento (por exemplo, gado de Holstein em combinação com rações e forragens ricas em proteínas e energia, sementes de alto rendimento; agricultura de precisão, etc).

Através de registros de contabilidade agrícola, nossa pesquisa possibilitou reconstruir as diferentes trajetórias de desenvolvimento agrícola ao longo do período de 1970 a 1980. O Gráfico 5.1 apresenta uma síntese esquemática das principais conclusões. O gráfico demonstra que as trajetórias de desenvolvimento dos camponeses e dos empresários de fato diferem acentuadamente (na Figura 5.3., a trajetória C e a E respectivamente). Enquanto os primeiros aumentaram

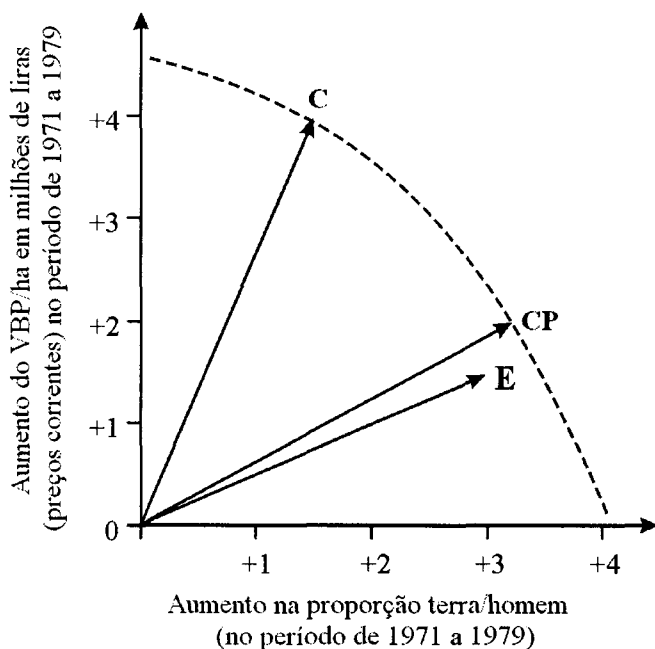


Gráfico 5.1 – *Trajetórias diferentes de desenvolvimento agrícola (Emília Romagna, 1970-1980)*

essencialmente a intensidade da produção, os últimos aumentaram essencialmente a escala. O gráfico também refere um grupo de fazendas capitalistas (CP) que também desenvolve sua atividade agrícola na mesma área. O desenvolvimento ao longo do tempo das unidades agrícolas empresariais é muito semelhante à estruturação típica da agricultura capitalista (ver também Raup, 1978).

Na literatura internacional, se parte do pressuposto de que as tendências de desenvolvimento na agricultura irão refletir os preços relativos dos fatores de produção (Hayami e Ruttan, 1985). Ou seja, nos lugares onde a mão-de-obra for abundante e barata, mas a terra (e, de forma mais geral, o capital) for escassa e cara, a consequência será a intensificação. Se, porém, os preços relativos dos fatores de produção forem invertidos, então o aumento em escala dominará. O que testemunhamos aqui vai contra esses pressupostos. Na mesma e única situação homogênea (os preços relativos dos fatores de produção são os mesmos para todos sem exceção, as novas tecnologias são acessíveis a todos, etc), existem, apesar de tudo, trajetórias altamente divergentes de desenvolvimento agrícola. É claro que isso não significa que os preços dos fatores de produção não sejam importantes, pelo contrário. Mas as *inter-relações* entre as unidades agrícolas e os mercados de fatores de produção são igualmente importantes. A questão é que o segmento empresarial seguirá estreitamente a lógica subjacente aos mercados de trabalho, de capital e de terras, precisamente porque (como mostra a Tabela 5.2) está fortemente integrado e dependente desses mercados (Friedmann, 1980). Nas realidades camponesas, estas inter-relações são estruturadas de forma distinta, em parte devido à lógica (ou estratégia) utilizada. Assim surge uma autonomia relativa: os processos de produção agrícola e de desenvolvimento são progressivamente *distanciados* dos mercados e podem, conseqüentemente, seguir um caminho diferente.

Especialização versus multifuncionalidade

Um quinto aspecto das várias diferenças entre camponeses e empresários e suas realidades contrastantes está relacionado com o grau de especialização. Uma característica inerente ao modo camponês de fazer agricultura é o que Tepicht há muitos anos atrás designou de polivalência. Por oposição, o modo empresarial resulta em uma forte especialização e, conseqüentemente, num encapsulamento em redes complexas que derivam de divisões sociais e geográficas do trabalho, as quais freqüentemente reduzem as unidades agrícolas envolvidas, de uma forma quase fordista, à repetição de apenas uma simples rotina (ver, por exemplo, Bonnano *et al.*, 1994; McMichael *et al.*, 1994). Durante muito tempo, o *uso múltiplo de recursos* presente, por exemplo, nas unidades agrícolas mistas e na pluriatividade era entendido pelos principais peritos como uma expressão última do “atraso” intrínseco à unidade agrícola camponesa. Contudo, desde o final da década de 1990, surgiu uma visão completamente diferente a partir do trabalho inovador de pesquisadores como Saccomandi e seus alunos, que

começaram a aplicar a análise neo-institucional ao setor agrícola (Saccomandi, 1991; Ventura, 2001). O que é teoricamente interessante aqui é o fato de estes pesquisadores ligarem conceitualmente as “economias de escopo” à multifuncionalidade, enquanto relacionam a especialização às “economias de escala”. Esta visão também está sendo cada vez mais reproduzida por alguns dos principais peritos da área, embora de forma ligeiramente diferente (OCDE, 2000). É também revelador que, mais uma vez, a partir da década de 1990, tenha surgido uma tendência clara na prática (muitas vezes mencionada como “desenvolvimento rural”) que resulta na criação deliberada de novas formas de multifuncionalidade (tais como o desenvolvimento do agroturismo; a gestão agrária da natureza, da paisagem e da biodiversidade, a produção de energia, a produção, transformação e comercialização de produtos de alta qualidade e de especialidades regionais; os cuidados com pessoas deficientes; a retenção de água escassa, etc). São quase sempre as *unidades agrícolas camponesas* que funcionam como ponto de partida (e como reservatório de recursos) para a criação desse tipo de entidades multifuncionais (ver Broekhuizen *et al.*, 1997a; Ploeg, Long e Banks, 2002c; Scetri *et al.*, 2001; Coldiretti, 1999; DVL, 1998; Joannides *et al.*, 2001; SARE, 2001; Stassart e Engelen, 1999; Wolleswinkel *et al.*, 2004). Juntamente com estas novas expressões de polivalência estão emergindo novas formas de integração, coesão e entendimento mútuo que ligam a agricultura e a sociedade através de novos meios. Ou seja, um novo *capital cultural* está se desenvolvendo.

Na primeira fase dos inquéritos empíricos na área de pesquisa italiana (1979-1983), encontramos apenas pequenas diferenças nos graus de especialização. Contudo, o desenrolar dos acontecimentos desde então resultou em um panorama cheio de contrastes significativos. Mais adiante neste capítulo especificarei alguns deles.

A estruturação social do tempo: continuidade versus ruptura

Um dos defensores mais articulados da interpretação neoclássica da agricultura camponesa, Theodor Schultz (1964), afirma que o modo camponês de fazer agricultura representa um impasse que está profundamente enraizado na história. Os camponeses não conseguem ir além dos “limites técnicos” subjacente aos recursos com que trabalham. Por conseguinte, eles estão, como se presume nessa abordagem, presos ao passado, e o futuro não pode ser mais do que uma repetição infundável do passado. Por outro lado, a “agricultura moderna” é baseada em e representa um desequilíbrio crônico – ela está constantemente se movimentando em direção a um futuro novo (ver também Heynig, 1982).

A tese de Schulz, como tem sido demonstrado por vários estudos históricos e antropológicos, está clamorosamente errada – tanto em termos gerais como num sentido restrito (ver, por exemplo, Bieleman, 1987; Wartena, 2006). Contudo, isso não significa que não existam diferenças, a este respeito, entre camponeses

e empresários. Na agricultura camponesa, o futuro é construído através de um desenvolvimento específico dos recursos disponíveis que foram criados no passado. Dessa forma é criado um fluxo através do tempo que constitui um desenvolvimento endógeno. A agricultura empresarial, por outro lado, se desenvolve muito mais através da criação de rupturas (Ploeg, 1990c e 2003a).

O aumento ou a restrição da produção de valor agregado

Como já foi referido no capítulo 2, o modo camponês de fazer agricultura é essencialmente centrado na criação e aumento de valor agregado, o que – em um nível mais elevado de agregação – se traduz na criação e crescimento de riqueza social. Por conseguinte, comparando os três tipos de agricultura mencionados, a agricultura camponesa contribui mais para a geração de riqueza social do que a agricultura empresarial ou a agricultura capitalista. Isso acontece tanto na Europa como em países do Terceiro Mundo.

A Tabela 5.3 é baseada em uma análise comparativa das unidades de produção de leite já discutidas neste capítulo. A partir da pesquisa sociológica desenvolvida foi possível criar dois grupos: o primeiro constituído por agricultores que raciocinavam e agiam claramente de acordo com a lógica empresarial; o segundo constituído por agricultores cujas estratégias refletiam claramente a lógica camponesa. Os dados da contabilidade agrícola das unidades de cada grupo foram analisados e subseqüentemente traduzidos em um bloco imaginário de 1.000 hectares para efeitos de comparação. Esse tratamento foi feito para 1971 e 1979 e, uma vez que visitei todas as unidades envolvidas de novo em 2000, consegui obter e acrescentar os dados mais recentes da contabilidade agrícola para o ano de 1999. Por conseguinte, a Tabela 5.3 apresenta uma síntese dos padrões diferenciados de desenvolvimento da agricultura empresarial e da agricultura camponesa, coexistindo na mesma região homogênea.

A Tabela 5.3 mostra, em primeiro lugar, que (com exceção de 1971),¹⁵⁹ o modo camponês de fazer agricultura gera mais emprego do que o modo empresarial – o que, obviamente, por si só não é surpreendente. Em segundo lugar, a tabela revela que esse bloco imaginário de 1.000 hectares produziria consideravelmente mais quando cultivado do modo camponês do que com o modo empresarial de fazer agricultura, e que essa diferença aumenta ao longo das décadas. Em 1971, o Valor Bruto da Produção (VBP) realizado pela abordagem camponesa era 15% mais elevado do que o valor realizado no modo empresarial de fazer agricultura. Em 1979, a diferença era de 36% e em 1999 chegou aos 56%. Esta diferença foi, em parte, devida à desativação que começou a ter expressão entre o grupo de unidades empresariais. Estas diferenças demonstram claramente que não existe um “atraso intrínseco” à agricultura camponesa. Elas também salientam que a visão freqüentemente articulada de que os camponeses não são capazes de alimentar o mundo é infundado, pois isso depende do “espaço” que eles tiverem para isso.

Tabela 5.3 *Padrões diferenciados de crescimento na produção e no valor agregado (atividade leiteira, Parma, preços correntes)*

Agricultura empresarial	Agricultura camponesa
1971 Por 1.000 hectares: 195,5 unidades de trabalho Valor Bruto da Produção: 735 milhões de L.It. Valor Agregado Bruto: 479 milhões de L.It. VAB como % do VBP: 65%	1971 Por 1.000 hectares: 168,8 unidades de trabalho VBP: 844 milhões de L.It. (+15%) VAB: 638 milhões de L.It. (+33%) VAB/VBP: 76%
1979 116,0 unidades de trabalho VBP: 2.845 milhões de L.It. VAB: 1.770 milhões de L.It. VAB/VBP: 62%	1979 141,7 unidades de trabalho VBP: 3.872 milhões de L.It. (+36%) VAB: 2.616 milhões de L.It. (+48%) VAB/VBP: 68%
1999 63,5 unidades de trabalho VBP: 8.235 milhões de L.It. VAB: 3.956 milhões de L.It. VAB/VBP: 48%	1999 85,1 unidades de trabalho VBP: 12.815 milhões de L.It. (+56%) VAB: 6.142 milhões de L.It. (+55%) VAB/VBP: 48%

Em terceiro lugar, a agricultura camponesa produz a quantia total mais elevada de valor agregado (bruto) (VAB). Isso não se deve apenas ao fato de a produção total ser superior, mas também acontece porque no modo camponês de fazer agricultura o VAB representa uma parte maior do VBP total. Em 1971, por exemplo, o VAB representava 65% do VBP total no caso da agricultura empresarial, enquanto na agricultura camponesa a percentagem correspondente era de 76%. Em suma, se a agricultura for estruturada de acordo com o modo camponês, não só é possível gerar mais produção e mais emprego, *como também uma renda mais elevada*. Isso se aplica ao setor agrícola em geral e *também aos níveis de renda per capita* (pelo menos neste caso).

Em 1971, os níveis de renda por unidade de força de trabalho correspondiam a 2,5 milhões de liras italianas (L.It.) no grupo empresarial e a 3,8 milhões no grupo camponês. Em 1979, os níveis de renda por unidade de força de trabalho correspondiam a 15 e 18 milhões em liras correntes, e em 1999 esse valor era de 62 milhões de liras e 85 milhões de liras respectivamente. Por conseguinte, a agricultura camponesa (ou, mais especificamente, a intensificação baseada no trabalho) não corresponde, por definição, à distribuição de pobreza, como muitos presumem, nem resulta necessariamente em involução. Nos modelos matemáticos da economia neoclássica, a intensificação resulta necessariamente em lucros reduzidos. Mas na vida real, os camponeses estão estruturando o desenvolvimento (como um fluxo organizado de atividades ao longo do tempo) de tal forma que a renda permanece em níveis aceitáveis ou é mesmo aumentada.

Obviamente, estou consciente de que existem muitos casos no tempo e no espaço que envolvem padrões estruturados de formas diferentes. Na verdade, existem muitos lugares onde a intensificação continuada é bloqueada (como é descrito no capítulo 3) e onde surgem, em consequência, “lucros reduzidos”. Existem igualmente casos em que a pobreza é socialmente distribuída. A questão é, porém, que esses fenômenos não são *intrínsecos* à agricultura camponesa – eles são repetidamente transferidos para a agricultura camponesa pela sociedade, através dela e em interação com ela. Dependendo destas relações, os grupos camponeses podem aparentemente morrer ou demonstrar uma superioridade considerável.

Nas economias rurais, a diferença entre 3.956 e 6.142 milhões de liras (ou seja, sendo o último 55% mais do que o primeiro) não é irrelevante. Esse valor, convertido nos euros introduzidos mais tarde, corresponde a uma diferença de 1 milhão de euros – para uma área de 1.000 hectares. Estendendo essa diferença à província de Parma em geral (e assumindo uma diferença menor na área montanhosa), isso implicaria uma renda adicional de cerca de 70 a 80 milhões de euros por ano. Mais uma vez, em termos macro-econômicos isso é muito pouco relevante (a região de Parma é uma das mais ricas de Itália), mas para a economia rural de Parma é definitivamente relevante.

Contudo, em países em desenvolvimento, a superioridade potencial do modo de camponês de fazer agricultura poderia representar uma diferença considerável – isto é, esse modo poderia contribuir muito mais do que outros para a geração de emprego produtivo e de renda bem como para o aumento da produção (ver também Figueroa, 1986; Hanlon, 2002).

A Tabela 5.3 também revela o calcanhar-de-aquiles da agricultura camponesa, tal como é hoje constituída. Mesmo que o valor agregado total permaneça em níveis elevados, como parte do VBP esse valor diminuiu de 76% em 1979 para apenas 48% em 1999. Assim, um dos pilares centrais (e linhas de defesa) do modo camponês de fazer agricultura, isto é, a capacidade de gerar um valor agregado *superior* a outros modos de produção em determinados níveis de produção, está desaparecendo de forma evidente. Devido aos altos níveis de intensidade procurados (e de fato realizados), são necessários mais insumos e os custos variáveis (por hectare, por vaca) são conseqüentemente mais elevados. Essa dependência pode tornar-se fortemente problemática, especialmente sendo os mercados de insumos cada vez mais dominados pelo Império. No capítulo 6, demonstro como os camponeses europeus estão atualmente revertendo essa tendência.

Do desvio à modernização: as raízes históricas do empreendedorismo agrícola

Nas sociedades rurais existe uma heterogeneidade considerável, não só em termos de estatutos socioeconômicos, como também na forma como a agricultura está organizada. Essa característica é transmitida de forma bela no

título da tese de Zuiderwijk (1998) sobre o norte dos Camarões: *Agricultura cuidada, agricultura rápida* (ver também Steenhuijsen Piters, 1995). A grande divisão entre a agricultura capitalista (de grande escala, extensiva) e a agricultura camponesa (de pequena escala, intensiva) é, de certo modo, repetida dentro da própria agricultura camponesa – de forma micro. Alguns camponeses dedicam muito trabalho e atenção a cada objeto de trabalho, obtendo assim um rendimento elevado, e não trabalham com muitos objetos de trabalho. Eles praticam uma agricultura “cuidada”. Em contraste, existem camponeses que tendem a trabalhar com muitos mais objetos de trabalho e que, por isso, não podem dedicar tanto tempo a cada objeto de trabalho.¹⁶⁰ Eles precisam apressar-se. Assim, dão menos atenção aos objetos de trabalho. Por isso, praticam uma agricultura “rápida”. Os camponeses da Guiné-Bissau descrevem este tipo de agricultura como *lavar quente-quente* (trabalhar até aquecer demais; Ploeg, 1990b). A consequência é que o rendimento é ligeiramente menor. Por isso, as pessoas falam também de “agricultura tosca”, uma expressão frequentemente usada na Holanda.

A tensão entre a “agricultura rápida” e a “agricultura cuidada” é característica em todas as sociedades camponesas – pelo menos naquelas que conheço pessoalmente e naquelas sobre as quais já li. Essa tensão é potencialmente explosiva: ela poderá introduzir uma competição interna feroz (para acumular a maior quantidade possível de objetos de trabalho), se a agricultura rápida for difundida.

As ameaças implícitas na agricultura rápida são controladas e mantidas através do compromisso com uma “economia moral” que é encontrada em todas as comunidades camponesas. Este conceito, cunhado por James Scott (1976), se refere ao repertório cultural que especifica como trabalhar, como relacionar-se com os outros, etc. Essas economias morais impõem normalmente um forte tabu relativamente ao trabalho rápido e tosco, ou ao trabalho que vai “além das próprias forças” e que faz os agricultores “darem um passo maior do que a perna”, pois “o orgulho cai antes da queda”. Por conseguinte, a economia moral manteve o desvio ameaçador e as armadilhas de arrogância e megalomania nas dimensões do excepcional. As poucas exceções reafirmaram, acima de tudo, que a regra estava implícita na moral local. Nesse aspecto, a modernização da agricultura representa uma mudança impressionante. Através do grande projeto de modernização, o que de início era um tabu tornou-se generalizado no modo empresarial de fazer agricultura em rápida expansão.

O desvio anteriormente conhecido como “agricultura tosca”, emerge a partir da década de 1960 como a tendência dominante em todos os sistemas agrícolas em que a modernização é introduzida. Um dos aspectos centrais da modernização era e é um aumento desproporcionado em escala da unidade agrícola e, conseqüentemente, uma diminuição do uso de trabalho por objeto de trabalho e menos cuidado com a terra, com os animais e com as culturas. O mesmo aumento desproporcionado em escala (que também implicou a redefinição social das unidades agrícolas existentes como “demasiado pequenas”, “atrasadas” e “ina-

dequadas”) ultrapassou consideravelmente o potencial de crescimento endógeno das unidades e do próprio setor. Por conseguinte, os agricultores foram obrigados a envolver-se em relações de dependência para poder financiar a expansão e as mudanças propostas. Tiveram também de redefinir as relações existentes dentro da comunidade camponesa: as relações de reciprocidade socialmente reguladas tiveram de dar lugar às relações transacionais que implicaram uma redefinição de muitos recursos (de todos os tipos) como meras mercadorias.

Em muitos lugares, a modernização começou por ser uma ofensiva cultural (Karel, 2005), isto é, como um ataque frontal às economias morais existentes e às práticas associadas. As árvores de fruto foram literalmente arrancadas (elas “se tornaram demasiado caras para serem mantidas”) e as raças de gado que representavam o orgulho de muitos agricultores foram abatidas e substituídas. Além disso, a expansão proposta e o aumento em escala nas unidades agrícolas concretizaram-se, mais cedo ou mais tarde, na *apropriação* das possibilidades de desenvolvimento de outros, que tiveram de redefinir-se socialmente por já não terem o direito de permanecer no setor agrícola. Todos esses elementos iam evidentemente contra os repertórios culturais então existentes.¹⁶¹

Contudo, em outros lugares (como o Brasil), a modernização começou por ser e por se processar, literalmente, como uma espécie de guerra: os pequenos proprietários e suas culturas foram retirados de suas terras para que estas fossem convertidas em áreas de produção de café, por exemplo, onde os antigos pequenos proprietários poderiam agora trabalhar como operários. Pelo menos alguns deles, já que outros foram obrigados a mudar para as grandes cidades (Cabello Norder, 2004). O governo militar se assegurou de que tudo isso fosse feito sem muita resistência.

Como simples ofensiva cultural e/ou militar, a modernização nunca teria sido bem sucedida. Mas a modernização também incluiu: (1) a intervenção massiva do Estado nos mercados; (2) novas tecnologias que permitiram atingir melhores resultados; e (3) uma nova divisão do trabalho e do espaço, que permitiu uma externalização dos efeitos negativos.

Permitam-me explicar brevemente cada um destes elementos e suas inter-relações. Em primeiro lugar, como parte da modernização, foi desenvolvido um enorme aparato técnico-administrativo (Benvenuti, 1975b), primeiro à escala nacional e, mais tarde, na Europa, à escala supranacional. Esse aparato pretendia regular, homogeneizar e estabilizar os preços pagos aos produtores e também financiar diretamente uma parte dos investimentos necessários nas unidades agrícolas. Por conseguinte, os preços relevantes dos fatores de produção, que inicialmente eram relativamente desfavoráveis para o capital, foram redefinidos: o capital tornou-se mais barato através de subsídios de juros, reformas fiscais e outros incentivos, enquanto a mão-de-obra se tornou mais cara. Durante décadas, isso implicou grandes transferências de capital para o setor agrícola e para o agronegócio. Através dessas intervenções, foi criada uma condição empresarial (ver Box 5.1) que permitiu materialmente a criação, manutenção e desenvolvimento

do modo empresarial de fazer agricultura. Se não tivesse existido essa manutenção de preços financiada pelo Estado e a garantia associada de que essa situação continuaria, os camponeses não teriam trocado seu *modus operandi* comprovado pelo novo modo empresarial.¹⁶²

Em segundo lugar, a partir da década de 1960, novas tecnologias foram desenvolvidas e amplamente difundidas (muitas vezes através de serviços de extensão do Estado), as quais permitiam a combinação de aumentos repentinos em escala com *aumentos* simultâneos nos níveis de intensidade. Essas novas tecnologias transformaram a intensificação de um processo baseado no trabalho em um processo baseado na tecnologia. Por conseguinte, o aumento em escala podia ser impulsionado sem que provocasse estagnação ou até a deterioração dos níveis de renda. As “fazendas de vanguarda”, ‘*les grands intensifs*’ e ‘*le aziende di punta*’ se tornaram assim novas realidades e novos pontos de referência – elas pareciam comprovar materialmente a presumida superioridade da nova agricultura empresarial.

Em terceiro lugar, enquanto quase todas as unidades agrícolas de produção anteriormente constituíam um mosaico de elementos, práticas e relações que se fortaleciam mutuamente, a modernização deu lugar à empresa agrícola altamente especializada e, de certo modo, monótona. Com ela surgiram novas estruturas da divisão do trabalho e do espaço. Algumas áreas se especializaram no cruzamento, outras (possivelmente a milhares de quilômetros de distância) na engorda (o transporte de bezerros ao longo de distâncias consideráveis surge como um fenômeno novo), enquanto um terceiro grupo de áreas se especializou na produção de rações e forragens. Além disso, uma quarta categoria se especializava no destino administrativo do excesso de estrume e uma quinta fornecia mão-de-obra barata. É claro que estas novas estruturas não poderiam ter surgido se não tivessem sido aceites ou mesmo facilitadas pelo Estado. Para os grupos principais das unidades agrícolas empresariais, localizados no centro destas novas redes emergentes, a rápida expansão da divisão do trabalho implicou reduções consideráveis nos custos, enquanto muitos dos efeitos negativos foram desviados para outras periferias.

Juntamente com a ofensiva cultural, os elementos apresentados explicam como e por que o desvio inicial (a prática agrícola tosca) poderia ter se tornado a regra geral. Em conjunto eles explicam a transformação da agricultura camponesa no modo empresarial de fazer agricultura. Contudo, como apenas se tornou claro mais tarde, essa transformação foi apenas parcial. Muitas sombras diferentes da agricultura camponesa permaneceram e, quando a agricultura empresarial começou a revelar suas contradições imensas, essas sombras começaram também a ter mais visibilidade. Tornou-se também claro que a modernização e a ascensão do modo empresarial de fazer agricultura não deviam ser vistas como transformações que ocorreram apenas uma vez e para sempre – elas não foram nem eternas, nem irreversíveis. Isso se tornou claro quando a condição empresarial necessária (Box 5.1) começou a desgastar-se.

Box 5.1 A condição empresarial

Para prosperar, as unidades agrícolas estruturadas de acordo com o modo empresarial de fazer agricultura precisam de um contexto político-econômico específico que é caracterizado por e que assegura as seguintes condições:

- 1 Preços relativamente estáveis e evitar flutuações abruptas, uma vez que as unidades agrícolas empresariais requerem grandes investimentos devido à sua dimensão, estrutura e expansão acelerada. Isso apenas poderá ser realizado quando existir alguma estabilidade em longo prazo nos preços pagos aos produtores. Com demasiada turbulência, o planejamento, os investimentos e a expansão continuada se tornam difíceis, se não mesmo impossíveis.
- 2 Os níveis dos preços têm de possibilitar uma margem positiva entre os custos e os benefícios.
- 3 Os mercados têm de ser estruturados de forma a evitar aumentos súbitos nos custos, nas taxas de juros e no preço da energia, etc.
- 4 A intervenção estatal é necessária para “salvar” as empresas agrícolas afetadas quando acontecimentos dramáticos interrompem a reprodução e o crescimento normais das unidades agrícolas empresariais (por exemplo, a BSE, a febre aftosa e condições climáticas que causam prejuízos massivos nas colheitas).
- 5 O Estado tem de assegurar capital relativamente barato e/ou mão-de-obra barata.
- 6 O Estado tem de criar condições espaciais e institucionais que permitam uma expansão continuada e acelerada.
- 7 Os empresários agrícolas precisam controlar os sindicatos de agricultores e conseguir impor seu programa à maioria dos agricultores.
- 8 É preciso que existam sistemas de conhecimento institucionalizado que permitam um fluxo de inovações adequadamente testadas que contribuam para um aumento em escala continuado e para a industrialização do processo de trabalho agrícola.
- 9 É preciso que os “maus” agricultores que administram “unidades agrícolas economicamente inviáveis” sejam eliminados. Isso libera os recursos extremamente necessários aos empresários em expansão. Sempre que existam impedimentos a essa eliminação, o Estado tem de removê-los.
- 10 A sociedade civil e o Estado devem conceder “portos seguros” à agricultura empresarial, onde as condições espaciais, ecológicas, sociais e econômicas possam reinar da melhor forma possível para favorecer este tipo de agricultura.

A economia política da agricultura empresarial

Em todo o mundo, a agricultura está sendo submetida a um *squeeze* (Owen, 1966) que vem sendo cada vez mais intensificado pelo Império. Os níveis dos preços pagos aos produtores são mantidos em baixo ou reduzidos através da re-estruturação das inter-relações entre a produção e o consumo de alimentos. Esse *squeeze* suga uma enorme quantidade de riqueza social do campo, a qual é acumulada no Império. De fato, a indústria alimentar é o setor industrial que representa o nível mais elevado de crescimento de valor agregado em toda a Europa. Isso é demonstrado na Figura 5.4 (relativo à Itália). A figura mostra que, em 2003, o valor agregado da indústria alimentar era 48% mais elevado do que em 1980.

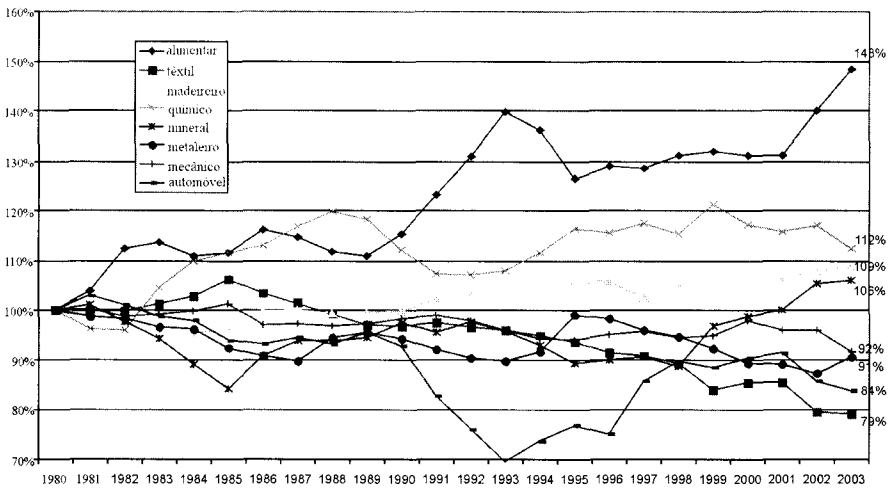


Figura 5.4 Valor Agregado dos principais ramos industriais na Itália (1980 = 100)

O *squeeze* da agricultura confronta os agricultores com uma grande pressão descendente na sua renda e também com uma erosão de perspectivas em longo prazo. Uma das respostas a este fenômeno é a extensão da agricultura empresarial à custa da agricultura camponesa. Nas condições atuais, o crescimento se processa necessariamente através da *apropriação* de outras unidades agrícolas – ou, mais precisamente, através da *apropriação* da capacidade de gerar valor agregado. Atualmente, o aumento em escala significa que a capacidade de gerar valor agregado está concentrada em um pequeno e diminuto grupo de unidades agrícolas. Contudo, este processo de apropriação e concentração está longe de ser neutro: ele se traduz em uma redução do valor agregado *total* no setor e na região em geral. Isso se deve a duas conseqüências intimamente relacionadas. A primeira é que as unidades agrícolas em expansão, nas quais a produção de valor agregado se concentra, estão, ao mesmo tempo, industrializando a produção agrícola, e assim aumentando os níveis de custos e estreitando mais as margens. Em segundo lugar, as transações necessárias para a apropriação também obrigam a que haja um grande escoamento de valor do setor.

Assim, nas condições atuais, o aumento em escala faz também aumentar os níveis dos custos na agricultura. As grandes empresas agrícolas em expansão rápida são caracterizadas por níveis de custos superiores aos níveis das unidades agrícolas menores e de crescimento mais lento. Segundo os manuais de economia agrícola, isso *devia* ser diferente, mas a economia real pode ser muito diferente de qualquer aplicação óbvia dos manuais. Por conseguinte, a agricultura não está sujeita a apenas um *squeeze*, mas a um *squeeze* duplo: juntamente com um “*squeeze* externo” existe agora um “*squeeze* interno” (ver Figura 5.5). O efeito global deste *squeeze* duplo é que a riqueza social (valor agregado total) é impelida para fora da agricultura a um ritmo não mais conhecido desde a última grande crise agrícola

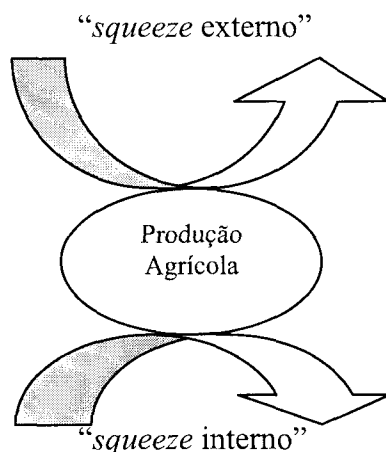


Figura 5.5 O duplo squeeze da agricultura

da década de 1930. Entre 1995 e 2005, a renda agrícola líquida da agricultura holandesa, por exemplo, foi reduzida de 4,6 para 3 bilhões de euros.

A agricultura empresarial é estratégica neste aspecto. Ela transforma o *squeeze* externo (progressivamente impulsionado pelo Império para fomentar a acumulação de riqueza ilustrada na Figura 5.4) em um *squeeze* interno. Os empresários individuais acreditam que essa é a melhor forma de escapar aos efeitos do primeiro *squeeze*. Contudo, o efeito material de suas ações é que elas simplesmente reforçam o impacto negativo desses efeitos no setor como um todo.

Através da transformação do primeiro *squeeze* no segundo, o modo empresarial de fazer agricultura representa cada vez mais a conquista à medida que cada vez mais unidades agrícolas vão sendo "usurpadas". A evolução da agricultura empresarial é acompanhada por um processo progressivo de degradação múltipla. Além disso, o seu impacto nas economias rurais se traduz num processo de empobrecimento induzido.

Degradação múltipla

Devido ao fato de a expansão ser substancialmente financiada por empréstimos, as dívidas são relativamente elevadas e afetam todas as baías disponíveis no estábulo. Já no começo da década de 1990, estas dívidas atingiam cerca de 2.330 a 8.960 euros por baía. Uma taxa de juro modesta de 5% significa que cada baía tem de render entre 115 a 450 euros por ano. Os níveis médios de dívidas por baía aumentaram, desde essa data, de 5.580 euros em 1990 para 7.240 euros em 2006 (Alfa, 2007). Quando existem dívidas elevadas – o que acontece com frequência nas unidades agrícolas empresariais – o fardo financeiro implica a necessidade de produzir, em todos os lugares disponíveis, um rendimento ou margem

financeira o mais elevado possível para pagar os juros e o capital emprestado. Por conseguinte, as vacas são pressionadas a produzir altos níveis de rendimento de leite – e quanto mais se ultrapassa a margem bruta média por vaca em ordenha (cerca de 2.000 euros), melhor. Um lugar disponível no estábulo já não significa um valor de uso, nem uma parte evidente dos recursos disponíveis. Acima de tudo, um lugar representa aqui *capital* que tem de gerar valor adicional. Além da remuneração para o agricultor, esse lugar tem de produzir o suficiente para pagar os juros e para novas aquisições.

Isso implica normalmente a escolha de gado Holstein, altamente produtivo, que produz rendimentos de 8.000 a mais de 10.000 kg de leite por ano. Estas vacas são o resultado de processos de cruzamento e seleção que alteraram significativamente a organização social do tempo. As vacas Holstein atingem um rendimento muito elevado de leite nos seus dois primeiros períodos de lactação, mas depois disso esse rendimento tem tendência para diminuir. O desenvolvimento típico da produção de leite ao longo do tempo com gado altamente produtivo e com “raças mais tradicionais” é ilustrado no Gráfico 5.2. As vacas extremamente produtivas são por tendência removidas e substituídas no terceiro e quarto anos – particularmente porque o stress que vivem poderá muito provavelmente degenerar em doenças das úberes, problemas de fertilidade ou outros problemas de saúde. Atualmente, a taxa de substituição na atividade leiteira holandesa é de cerca de 33%. Isso significa que, em média, as vacas produzem apenas durante três anos – enquanto, teoricamente, elas poderiam produzir por períodos bem mais longos. Contudo, a longevidade não é um objetivo em si mesmo, especialmente na agricultura empresarial. As vacas são substituídas no momento em que seu rendimento anual de leite diminui, pois elas ocupam lugares que têm de render o máximo benefício monetário. Assim surge um padrão específico. Anteriormente,

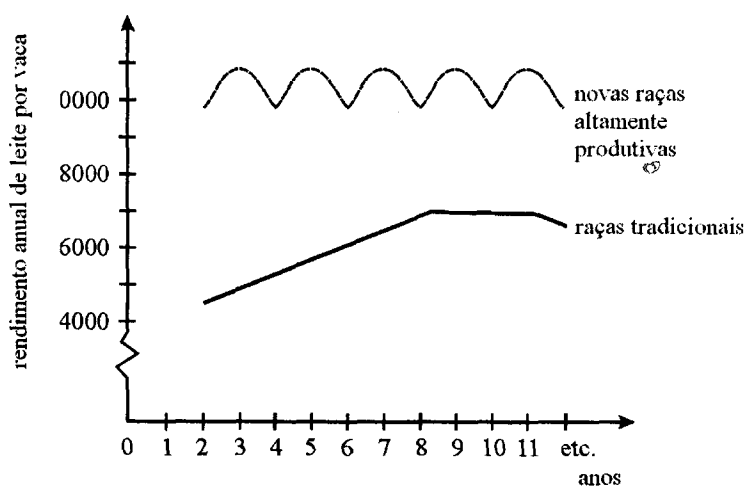


Gráfico 5.2 *A evolução da produção por vaca ao longo do tempo*

uma vaca ocupava um lugar por um período de dez a doze anos e produzia cerca de 60.000 a 70.000 litros. Atualmente, o mesmo lugar é usado sequencialmente por cerca de cinco vacas por períodos de dois a três anos cada.

A ironia desta mudança dupla (isto é, uma produção anual por vaca mais elevada e uma vida útil produtiva reduzida) é que, numa estrutura temporal específica (digamos, 10 anos), é necessário ter até 40% mais animais para realizar a mesma produção total. Por conseguinte, o modo empresarial de fazer agricultura não só transforma os recursos naturais (criando, por exemplo, gado altamente produtivo e novos pastos sensíveis a nitrogênio), como também reconfigura a biofísica dos processos de produção. No seu conjunto, estas mudanças representam uma tendência para a degradação dos animais: eles se tornam produtos *descartáveis*. Eles poderiam produzir durante muitos anos, alguns deles até durante 15 ou 17 anos (que é o patamar que os produtores de leite pretendiam atingir no passado), mas na nova estruturação da agricultura empresarial, sua vida útil é muito reduzida.

Juntamente com as mudanças na dimensão relevante do tempo e com os aumentos associados no rendimento do leite, encontramos várias outras adaptações relacionadas (sintetizadas na Figura 5.7). O uso de concentrados industriais está se propagando, a gestão dos pastos está sendo reorganizada de forma a produzir

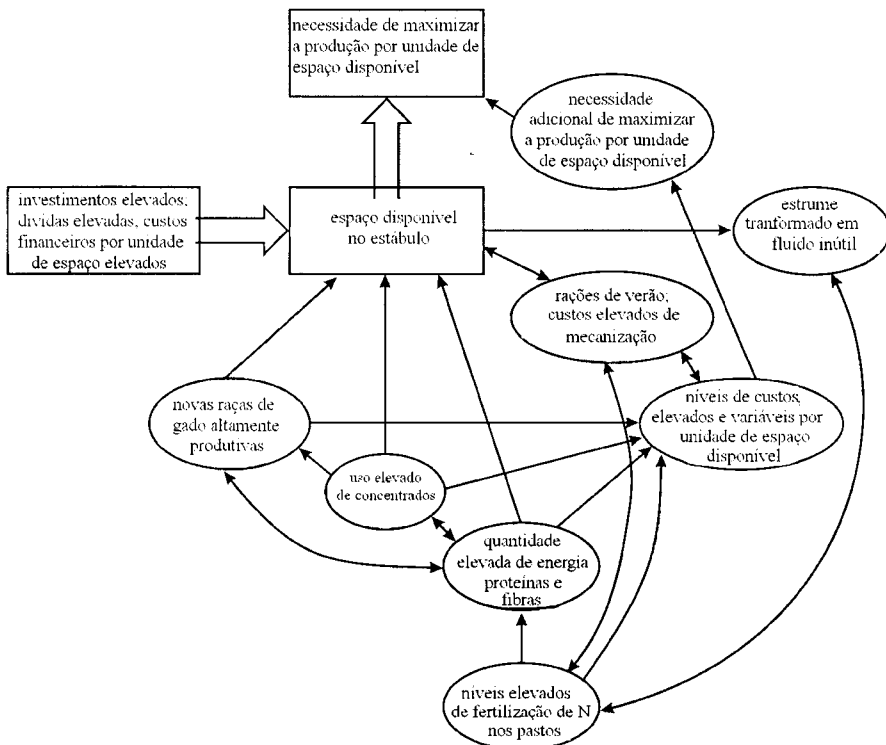


Figura 5.7 A biofísica da produção em mudança

rendimentos altos com elevados níveis de energia e proteínas na silagem, o milho foi introduzido, os rebanhos por unidade agrícola aumentaram, o pastoreio em pastos está sendo substituído por “rações de verão” nos estábulos, a arquitetura dos estábulos está mudando (predominando estábulos com cubículos de confinamento), as técnicas de tratamento de fezes e urina foram drasticamente alteradas (o “estrupe bem decomposto” desapareceu e o estrupe fluido está tomando seu lugar) e o cuidado com os animais foi completamente redefinido. Tudo isso reformula significativamente a biofísica dos recursos e do processo de produção nela baseado. Essa reformulação se traduz em uma degradação múltipla. As vacas se tornam muito mais vulneráveis e são simbolicamente reduzidos a coisas que podem ser simplesmente descartadas. Da mesma forma, a qualidade do estrupe é degradada: o estrupe é transformado em um produto residual altamente prejudicial à biologia e à fertilidade do solo. O leite também está sendo degradado, entre outras coisas, porque seus níveis de CLA [ácido linoléico conjugado] (isto é, ácidos gordos insaturados que têm um efeito anti-carcinógeno) estão diminuindo gradualmente, sua flora microbiológica útil está sendo cada vez mais filtrada e suas gorduras são homogeneizadas, contribuindo assim para a obesidade.

As conquistas

Nas comunidades rurais, o modo empresarial de fazer agricultura frequentemente se traduz, no nível da vida cotidiana, em conquistas (ver Prins, 2006). Na sua discussão sobre relações semelhantes na agricultura norte-americana, Marty Strange utiliza a expressão “comportamento predador” (1985, p. 4). Para alimentar a apropriação e a concentração de valor agregado, as *conquistas* e a criação de circunstâncias favoráveis a elas são condições necessárias. A forma como os poseiros desenvolvem sua atividade na Amazônia brasileira é outro exemplo impressionante das conquistas empresariais. Nesse caso, é a natureza que é conquistada – e cada vez mais destruída. Os Sem Terra (os camponeses da Amazônia) se relacionam de uma forma completamente diferente com a natureza (para uma análise completa, ver Otsuki, 2007). Outro exemplo é a comercialização de quotas de mercado na Holanda. Até recentemente, o mercado de quotas de leite dispunha de duas transações possíveis: as quotas podiam ser compradas ou cedidas através de contratos temporários de leasing. O leasing financeiro pode ajudar a resolver problemas temporários, como, por exemplo, quando um pai fica incapacitado de trabalhar e o filho ainda está estudando, ou quando é necessário construir um novo estábulo. Nestas circunstâncias, o leasing de quotas de leite a outros é uma oportunidade bem-vinda. O leasing também ocorre quando um número considerável de produtores decidiu desativar sua atividade de produção de leite e coloca suas quotas à disposição para leasing para depois iniciar outra atividade, como, por exemplo, a criação extensiva de gado. Com os preços elevados do leasing, esta manobra é bastante lucrativa. Contudo, nem todos os agricultores

podem se envolver neste tipo de comportamentos para obter lucros. O sindicato dos agricultores holandeses, o LTO, que funciona cada vez mais como um lobby de grandes empresários em expansão, iniciou uma campanha para acabar com o que definiu como um uso “perverso” das oportunidades do mercado. Por outras palavras, eles queriam acabar com o leasing. O sindicato acreditava que, acabando com o leasing, os agricultores “perversos” seriam obrigados a vender suas quotas de uma vez por todas e que o aumento da oferta de quotas poderia até reduzir o seu valor. O lobby acabou por ser bem sucedido: as regras legais que regiam o mercado de quotas foram alteradas. Os agricultores passaram a poder colocar apenas 30% de suas quotas em leasing. Foi então que se desenvolveu um cenário impressionante. Como era de esperar, os pequenos produtores foram forçados a vender suas quotas. Contudo, ao mesmo tempo, os grandes produtores (que já possuíam, digamos, cerca de 1.500.000 de litros em quotas) compravam, por exemplo, mais 700.000 litros para poderem colocar em leasing 660.000 litros (se mantendo na margem dos 30%), muitas vezes em pequenas quantidades de cada vez, aos produtores que precisavam de mais quotas (por exemplo, porque durante o ano as vacas tinham sido mais produtivas do que o normal). Uma vez que a taxa de juro de empréstimos era ligeiramente mais baixa do que os preços do leasing, esses grandes produtores conseguiam gerar lucros extra, enquanto ao mesmo tempo acumulavam quotas livremente. Em 1968, Michael Moerman publicou um livro interessante sobre a agricultura tailandesa. Nele, o autor descreve a forma como os camponeses que se recusaram a seguir as regras de reciprocidade estabelecidas eram socialmente definidos como “pessoas desprezíveis”. Aparentemente, esse fenômeno não é limitado à Tailândia.

Empobrecimento

Em alguns países do Terceiro Mundo, existem expressões verdadeiramente dramáticas de empobrecimento induzido. O processo presentemente generalizado da *ganaderización* é uma dessas expressões, especialmente na América Central. *Ganado* significa gado e, conseqüentemente, *ganaderización* se refere a uma mudança lenta, mas persistente na atividade agrícola (por vezes combinada com a criação de animais) para a reprodução especializada de gado em grande escala.¹⁶³ Essa mudança é associada à extinção da agricultura camponesa e à ascensão da criação de gado em unidades empresariais.¹⁶⁴

Atualmente, o processo de *ganaderización* está emergindo diretamente na própria economia camponesa. Isto é, um pequeno grupo de camponeses está em vias de transformar-se num grupo de empresários de criação de gado que controla, direta ou indiretamente, vastas áreas de pastos e que organiza suas práticas nas suas propriedades segundo novas diretrizes, e dentro de redes recentes que ligam o local ao global de formas inovadoras. Da perspectiva da economia nacional e regional, esse processo representa, sem dúvida, uma regressão: a produtividade

da terra sofre uma diminuição abrupta; o emprego rural e a renda disponível são reduzidos; e a sustentabilidade é, muitas vezes, seriamente ameaçada. Não obstante, para muitos observadores, este tipo de *ganaderización* representa uma tendência não só inevitável como também positiva para uma agricultura empresarial mais viável e representa também as adaptações necessárias das economias rurais aos mercados globais.

Um dos efeitos da *ganaderización* é uma queda súbita do valor total produzido por hectare. Num estudo detalhado sobre a Serra de Manantlán, no México, Peter Gerritsen (2002) mostra que, enquanto os camponeses (envolvidos na agricultura arável, na horticultura e em alguma produção animal) produzem, em média, um valor anual de 3.800 pesos (cerca de 520 dólares na época) por hectare, os *ganaderos* mais empresariais atingem apenas uma produção média anual de menos de 500 pesos por hectare. Isso significa que a expansão geográfica da criação comercial de gado levará consigo uma forte tendência descendente nos níveis de produção regionais (e nacionais). Até agora encontramos exemplos de um declínio *relativo* (isto é, casos em que a produção total cresce menos do que o que aconteceria se o modo camponês de fazer agricultura fosse generalizado – ver Tabela 5.3). Porém, no caso da *ganaderización*, a generalização¹⁶⁵ do modo empresarial resulta num

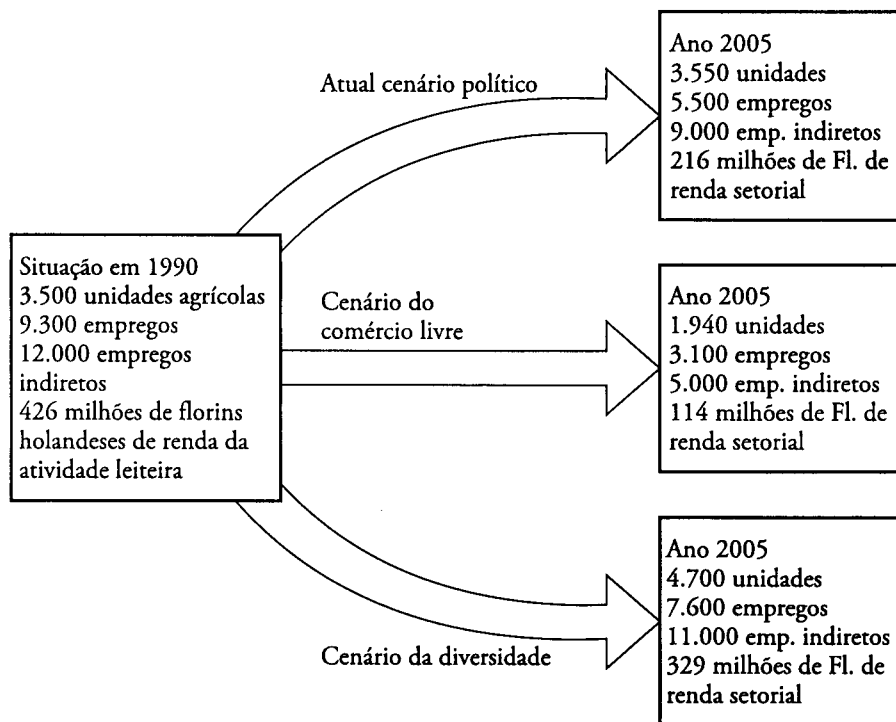


Figura 5.8 Resultados de um estudo de cenário que comparou diferentes trajetórias de desenvolvimento (atividade leiteira na região da Frísia, Holanda).

declínio absoluto e aterrador da produção agrícola total. O valor agregado por hectare e, por conseguinte, a riqueza social da região como um todo sofrem um declínio abrupto distintivo. É assim que a pobreza é *produzida*.

Na Europa, o declínio relativo da riqueza social produzida e distribuída no campo também pode levar a reduções absolutas. Os estudos sobre esses cenários (ver, por exemplo, Antuma *et al.*, 1993) demonstram que o aumento em escala acelerado no setor primário (também referido como “cenário do comércio livre”) fará reduzir a renda do setor, nesta região, para 26% do nível inicial num período de 15 anos. Contudo, se as tendências atuais forem ultrapassadas (com um “cenário de tendências políticas” que implique formas mais contidas de aumentos em escala), a riqueza social sofrerá provavelmente um declínio para 51% do nível inicial. Além disso, se as tendências atuais forem acompanhadas por uma defesa ativa da agricultura, especialmente através da integração de atividades econômicas adicionais (atualmente conhecidas como “desenvolvimento rural”), a redução poderá ser limitada a 89% do nível inicial. Essa situação é representada na Figura 5.8.

Heterogeneidade reconsiderada

Durante os últimos 15 anos, pesquisas empíricas revelaram que existe heterogeneidade em muitos sistemas agrícolas diferentes. Os padrões de coerência subjacentes a essa heterogeneidade são denominados de “estilos de agricultura”. Estes estilos representam os resultados materiais, relacionais e simbólicos de fluxos estrategicamente ordenados ao longo do tempo. No seu conjunto, eles formam uma variedade rica e heterogênea que varia desde formas diferentes de agricultura camponesa, via combinações altamente complexas, até expressões diversas de agricultura empresarial. Esses padrões diferentes de coerência, ou estilos, são sintetizados na Figura 5.9. O eixo vertical se refere ao domínio da produção e, basicamente, evidencia duas formas contrastantes de sustentar e aumentar os níveis de intensidade. No lado inferior, os níveis de intensidade são essencialmente baseados nos recursos disponíveis e auto-controlados. Os níveis superiores de intensidade são progressivamente baseados em recursos externos. No primeiro caso, estamos perante a intensificação baseada no trabalho (um processo que integra principalmente técnicas orientadas para habilidades) e, no segundo, temos a intensificação baseada em tecnologias (um processo que é normalmente associado à redução do uso de trabalho). É claro que existem muitas situações intermédias, nas quais os níveis de intensidade dependem tanto da quantidade como da qualidade do trabalho e das potencialidades de recursos externos específicos. O eixo horizontal diz respeito à reprodução da unidade agrícola ao longo do tempo. A reprodução pode ser fundamentada em recursos auto-produzidos ou na mobilização de recursos externos. Neste ponto, os diferentes artefatos tecnológicos e, em especial, a forma como eles

são integrados na atividade agrícola são importantes. Contudo, mais uma vez, existirão sempre muitas situações e combinações intermédias. As movimentações ao longo destas duas dimensões implicarão frequentemente que as inter-relações entre unidades agrícolas específicas e mercados se alterem e que, além disso, existam alterações nos níveis dos custos de transação (Saccomandi, 1998). Quanto mais a agricultura se afasta da posição do canto inferior esquerdo, mais elevados serão os custos de transação – embora esses custos possam ser mediados por determinações institucionais que funcionam em níveis mais elevados de agregação.

No espaço definido por estas duas dimensões, são possíveis várias posições. Na posição do canto inferior esquerdo encontramos um estilo de agricultura de baixo custo (ou agricultura de baixos insumos externos, tal como definida em muitos estudos realizados acerca da agricultura do Terceiro Mundo). As expressões imediatas desse estilo de agricultura dependem, obviamente, do tempo e do espaço – isto é, elas variam. No entanto, os princípios básicos orientadores são os mesmos – independentemente do tempo e do espaço.

Saindo dessa primeira posição ao longo do eixo vertical, chegamos à posição dos típicos “boiadeiros”, ou “produtores de 10 toneladas de grãos”. Esse estilo implica um uso seletivo de determinados insumos, um uso elevado de trabalho e um aprimoramento meticuloso do processo de trabalho e de produção. Estes são os principais ingredientes desse estilo particular.

No canto inferior direito, encontramos estilos centrados na obtenção dos níveis mais elevados de produção com o menor uso de trabalho possível. A “máquina” surge aqui como uma metáfora reveladora, uma vez que ela liga dois elementos: a produção elevada e o uso menor de trabalho. No campo superior direito encontramos uma posição que é normalmente associada às “fazendas de vanguarda”, caracterizadas por um número crescente de objetos de trabalho por unidade de força de trabalho, tecnologias específicas que sustentam níveis relativamente elevados de intensidade, e – mais do que em outros estilos – um processo continuado de expansão.

De acordo com as especificidades do tempo e do lugar, podemos perceber várias posições intermédias. Os conceitos populares associados para classificar as diferentes posições são variados. Contudo, a questão a que pretendo chegar é um pouco diferente. Na Figura 5.9, é possível projetar curvas de isopropriedade contrastantes. Essas curvas se referem a diferentes graus de campesinidade (como propõem, entre outros, Victor Toledo, 1995; Jollivet, 1988, 2001) ou diferentes graus de empreendedorismo. Elas demonstram o fato de “l’agriculteur peut [...] décider de devenir ‘moins exploitant agricole’ et ‘plus paysan’” [“o agricultor poder escolher entre ser “menos empresário” e “mais camponês”] (Pérez-Vitoria, 2005, p. 230). Ou vice-versa.

O campo do canto inferior esquerdo representa, essencialmente, o princípio camponês. Nessa posição, as relações, os processos, as estruturas e as identidades são organizadas de acordo com o modo camponês de fazer agricultura. Ao mesmo

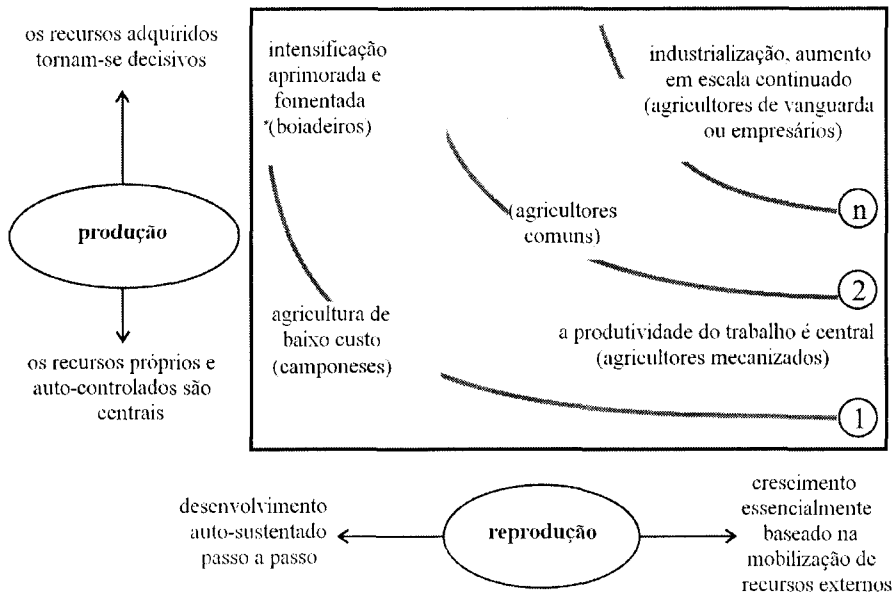


Figura 5.9 Espaço de manobra e diferentes graus de camponês.

tempo, como sugere a Figura 5.9, esse modo camponês flui para outras posições diferentes e simultaneamente relacionadas: ele pode mover-se em direção à intensificação continuada através de um aprimoramento (*agricultura cuidada*), mas pode também evoluir para uma agricultura tosca. Por conseguinte, a diversidade dentro do camponês é conceitualmente incluída desde o começo – ela não deve ser acrescentada *ex post*. De forma semelhante encontramos, se nos movermos da posição do canto inferior esquerdo para a do canto superior direito (isto é, da curva 1 à curva n), o campo tipicamente ocupado (e criado) pelo modo empresarial de fazer agricultura. E, mais uma vez, encontramos uma diferenciação. Dependendo da conjuntura dominante, a agricultura empresarial pode se aproximar de uma variante (otimização tecnológica) e, outras vezes, se materializar em outras formas (em um tipo de agricultura “mais tosca”).

Um dos elementos estratégicos das pesquisas sobre estilos de agricultura tem sido a tese de que não existe uma única forma (quanto mais uma forma *superior*) de produzir uma renda razoável e perspectivas de futuro promissoras. Existem muitas formas, cada uma das quais implicando uma coerência específica que pode trazer bons resultados. Esse foi também o caso da Holanda nos primeiros anos da primeira década do século XXI. Discutirei essa questão referindo alguns dos principais resultados de um projeto nacional de pesquisa que foi inspirado por e baseado na pesquisa sobre estilos de agricultura, tentando explorar mais o seu potencial. Este projeto de pesquisa, estruturado como uma experiência de âmbito vasto, foi realizado no Centro Nacional de Pesquisas Aplicadas em Produção Animal em Lelystad (PR).

Partindo das diferentes estratégias encontradas no setor da atividade leiteira, foram construídas duas unidades agrícolas nesse centro: uma “unidade de baixo custo” e uma “unidade de alta tecnologia” (incluindo, entre outras coisas, a ordenha totalmente automatizada). Ambas as unidades foram desenhadas de forma a que uma só pessoa pudesse fazer todo o trabalho. Além disso, as duas unidades deveriam produzir uma “renda comparável”. Para cumprir estes dois critérios, a unidade de baixo custo tinha de produzir uma quota de 400.000 kg de leite, enquanto a unidade de alta tecnologia precisava de uma quota de quase 800.000 kg. A Tabela 5.4 sintetiza alguns dos dados mais importantes.

Tabela 5.4 *Comparação entre uma abordagem camponesa e uma abordagem empresarial na atividade leiteira holandesa*

	Baixo-custo	Alta tecnologia
Unidades de força de trabalho	1,0	1,0
Horas de trabalho/trabalhador/ano	2500	2490
Hectares de terra	32	35
Vacas em ordenha	53	81
Rendimento do leite por vaca	7547	9673
Produção total de leite (kg)	400.000	783.515
Concentrados por 100 kg de leite (em euros)	3,8	7,5
Custo da mão-de-obra calculado por 100 kg de leite (em euros)	13,0	6,7
Custos associados ao uso de tecnologia por 100 kg (em euros)	5,4	7,1
		34,7
Custos de produção por 100 kg de leite (em euros)	34,5	
Renda obtida por hora de trabalho (em euros)	19,20	16,36

Fonte: Dados oriundos do Lelystad Centre for Applied Research

As diferenças individuais contidas na Tabela 5.4 são, por si só, menores e, à primeira vista, provavelmente irrelevantes. Contudo, combinando uma variedade de pequenas diferenças de forma coerente, é possível produzir contrastes decisivos – é precisamente isso que a Tabela 5.4 demonstra. Se a quota leiteira holandesa disponível (10,8 bilhões de kg de leite) fosse produzida pelo estilo empresarial de grande escala, haveria espaço para cerca de 13.900 unidades agrícolas leiteiras. Se, por outro lado, fosse o estilo camponês o dominante, o número total de unidades agrícolas leiteiras possíveis seria o dobro. Além disso, e mais importante, o nível de emprego produtivo e o valor agregado criado também seriam o dobro. Para a Holanda, essa diferença é atualmente pouco relevante, uma vez que o desemprego rural não é comum. Contudo, existem muitos outros casos em que o contraste

mencionado seria entendido como estratégico, tanto na Europa (Broekhuizen *et al.*, 1999) como em outros lugares do mundo.

Existem duas outras questões suscitadas pela comparação sintetizada na Tabela 5.4. A primeira é por que motivo os agricultores (pelo menos alguns deles) pretendem atingir volumes elevados de produção, quando podem ganhar o mesmo com apenas 50% desse volume? A segunda questão está relacionada com o futuro. Sabendo que a margem bruta no tipo empresarial de unidade de alta tecnologia é apenas 50% da margem bruta realizada no tipo camponês de unidade de baixo custo, o que aconteceria se, devido à globalização e à liberalização, os preços pagos aos produtores caíssem significativamente?

A economia moral dos empresários agrícolas

Uma das características típicas do campesinato é uma forte preferência por regular as relações dentro da comunidade através de mecanismos sociais e normas e valores, isto é, através de relações não-mercantis (muitas vezes, essa característica abre caminho para um conservadorismo forte). Os empresários agrícolas preferem, na maioria das vezes, mecanismos de mercado para regular as relações internas. À primeira vista, o contraste depende da diferença entre uma economia moral extremamente visível nas economias camponesas, por oposição ao domínio do mercado como princípio regulador nas economias empresariais, onde a economia moral parece ser ausente. Contudo, acredito que esta justaposição é errada. A questão é que “o mercado” representa tanto uma economia moral quanto as normas, os valores e a experiência do campesinato. O “mercado” é, acima de tudo, um *logotipo* que integra, reúne e oculta um conjunto extenso de normas, percepções, crenças, experiências e especificações de relações internas. O “discurso do mercado” é uma economia moral *disfarçada*. O que difere entre as duas economias morais altamente contrastantes é, entre outras coisas, um conjunto de normas que especifica a forma como a agricultura deve se relacionar com mercados empiricamente existentes. No tipo camponês de economia moral, o distanciamento surge como princípio orientador, enquanto o tipo empresarial de economia moral favorece a integração. Aliada a isso existe uma avaliação bastante diferenciada dos efeitos dos mecanismos do mercado como princípio orientador.

Quando os empresários falam do mercado, eles se referem a uma espécie de programa político-econômico. Quando o mercado é colocado no centro, o argumento é quase sempre que, no futuro, apenas alguns agricultores restarão e que o mercado é uma “arena” altamente seletiva que excluirá muitos participantes. O futuro é uma “mercadoria escassa”¹⁶⁶ e poucos irão sobreviver (apesar de os empresários quase nunca usarem a palavra sobrevivência; eles preferem falar daqueles que *vencerão*). Na economia moral dos empresários agrícolas, o “mercado” representa uma competição constante e agressiva. Apenas alguns podem vencer, e aqueles que vencem (e essa é uma parte essencial de sua economia moral) devem

ser vistos como “os melhores”. Sendo os melhores, eles têm o direito moral de vencer. Ao vencer, provam sua superioridade moral. Isso se reflete em sua opinião sobre aqueles que não estão (ou estão menos) envolvidos na competição implacável pelo futuro: esses são vistos e desvalorizados como “pessoas sem iniciativa”. Conseqüentemente, a atribuição dessa inferioridade é vista como uma expressão da decadência moral. Por conseguinte, os *outros* (aqueles que diferem dos empresários e de sua trajetória) não merecem, do ponto de vista moral, qualquer outro destino a não ser o de perder e desaparecer.

O mercado não é apenas um logotipo para delinear os outros e o “grupo nós” (o grupo dos empresários fortes e promissores com direito de participar do futuro escasso)¹⁶⁷ – esse mesmo logotipo justifica um tipo de comportamento particular. Existe um suposto direito de “trabalhar de acordo com o mercado”, como refere literalmente a expressão holandesa. O “trabalhar de acordo com o mercado” é considerado uma virtude. Estas atitudes resultaram em uma grande variedade de formas nem sempre muito complacentes de conquista. Elas também resultam em práticas que, no final, vão contra os interesses dos próprios empresários. Como o Gráfico 5.3 ilustra, o setor da atividade leiteira na Holanda enfrenta, atualmente, níveis de custos muito elevados. O investimento de capital por 100 kg de leite é mais do triplo do valor investido pelos seus principais concorrentes, tais como os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia, a Argentina e o Brasil. O investimento total para uma unidade de produção de leite holandesa com 95 vacas em ordenha é de mais de 350 dólares por 100 kg, enquanto na Nova Zelândia, para uma unidade com 254 vacas em ordenha, o investimento é de apenas 125 dólares por 100 kg de leite, e nos Estados Unidos (Califórnia) é de menos de 50 dólares. Estas diferenças são principalmente devidas a custos extremamente elevados com a aquisição de quotas e, embora em menor grau, com a aquisição de terras. A ironia destas diferenças e a desvantagem competitiva que elas implicam é que elas resultam diretamente da fixação forte no modelo empresarial subjacente às políticas e às práticas agrárias na Holanda.

Entrarei agora brevemente numa discussão sobre as interligações mais relevantes de forma a demonstrar que o modelo empresarial não só orienta práticas e trajetórias ao nível micro, como também configura significativamente uma variedade de elementos contextuais (localizados em níveis mais elevados de agregação), sendo os mais importantes os principais mercados e as políticas agrárias em vigor. Através da (co-)configuração de seu ambiente como um conjunto de “mercados livres” interligados, o modo empresarial de fazer agricultura cria freqüentemente suas próprias armadilhas, tais como a desvantagem competitiva acima mencionada.

Em meados da década de 1980, o sistema de quotas para o leite foi introduzido em todos os Estados-Membros da UE. Contudo, cada Estado-Membro tinha de desenvolver sua própria modalidade de implementação desse sistema. Na Holanda, foi escolhido um modelo de mercado completo e “intacto”, pois se presumiu que esse modelo seria mais apropriado do que outras modalidades

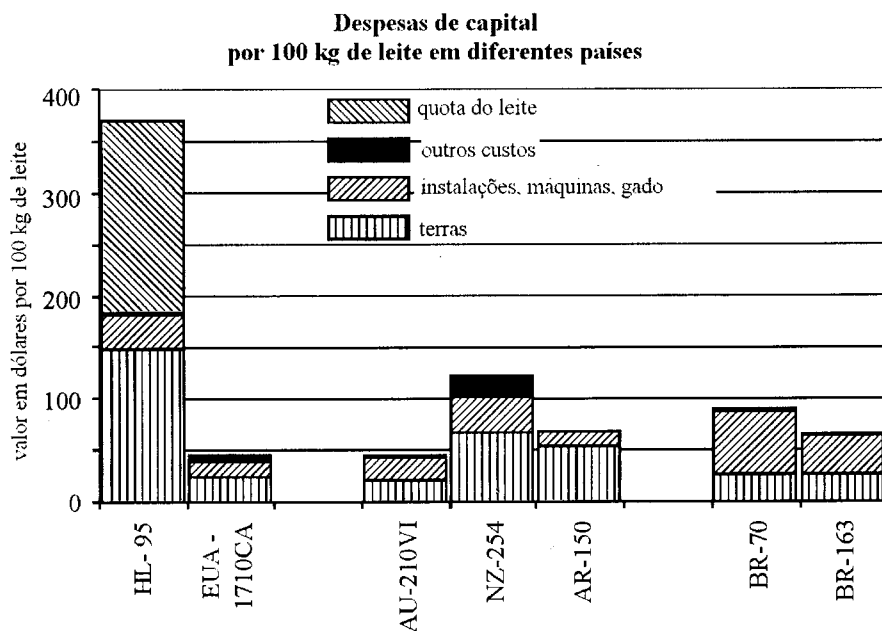


Gráfico 5.3 Comparação internacional dos níveis de investimento na atividade leiteira
(Hemme et al., 2004)

com a agricultura empresarial. Foi considerado que um mercado intacto – o que contrasta claramente com o enquadramento social, político e/ou ecológico que foi aplicado em muitos outros países europeus – permitiria uma transferência efetiva de quotas dos pequenos para os grandes agricultores e, dessa forma, também permitiria o “desenvolvimento estrutural”. Esse sistema, combinado com uma luta pelo futuro em que muitos empresários acreditam estar envolvidos, levou a um aumento contínuo dos preços das quotas. Por conseguinte, o setor criou seus próprios obstáculos, ou seja, criou um contexto que teve consequências intensas para os próprios empresários.

A fragilidade da agricultura empresarial na era da globalização e da liberalização

Mesmo que não sejamos a favor do comércio livre como princípio orientador dominante na sociedade, temos de reconhecer que os próximos decênios irão provavelmente ser caracterizados por uma globalização e liberalização abrangentes, se não mesmo agressivas, do mercado agrícola e do mercado alimentar. Isso levará, sem dúvida, a uma reformulação considerável da produção agrícola à escala global, a descidas de preços associadas e à reintrodução de flutuações de preços frequentes. Algumas pessoas prevêem nova escassez (relacionada, por exemplo, com a ascensão

da bioenergia, com os níveis baixos das reservas de cereais e com as demandas crescentes no Sudeste Asiático). Contudo, se essa nova escassez se traduzirá em preços mais elevados pagos aos produtores ou não é algo que ainda não podemos prever – os benefícios podem ser facilmente conquistados por outros.

Seja como for, a conclusão retirada das descidas de preços esperadas é quase sempre que, num futuro próximo, apenas as empresas agrícolas altamente especializadas e de grande escala conseguirão enfrentar as novas condições adversas. Em segundo lugar, presume-se que a melhor forma de preparação para competir nesse cenário agressivo é acelerar o aumento em escala tanto quanto possível dentro das unidades agrícolas.

Em contraste com essa visão dominante, desenvolvo nesta seção uma tese alternativa, centrada na erosão da condição empresarial discutida no início deste capítulo. A globalização e a liberalização, tal como estão avançando atualmente, eliminarão as próprias condições necessárias à reprodução (aumentada) do modo empresarial de fazer agricultura. Para realizar um aumento em escala acelerado (necessário para enfrentar a competição global esperada), são necessários investimentos elevados que resultam em níveis elevados de custos fixos. A atividade das empresas de grande escala irá requerer tecnologias que implicam níveis elevados de insumos (entre outros, de energia) e, conseqüentemente, níveis relativamente elevados de custos variáveis. Assim será criada uma estrutura empresarial bastante rígida enquanto as margens permanecerão baixas. Tudo isso implicará que estas empresas serão altamente vulneráveis em épocas de turbulência e de preços relativamente baixos e instáveis. A transição proposta irá impulsionar um processo que, no final, “irá morder sua própria cauda”. Enquanto a condição empresarial que foi criada durante o projeto de modernização massiva da década de 1950 à década de 1990 é ativamente desconstruída, os agricultores são obrigados a envolver-se em uma transição das suas próprias unidades produtivas que supõe a manutenção, se não mesmo o fortalecimento, dessa condição empresarial. Assim é introduzida uma contradição impressionante nos debates e nas práticas: os agricultores se propõem e são convidados por outros a escolher um caminho contraditório que, provavelmente, terminará em desgraça.

Na primavera de 2000, revisei todas as unidades agrícolas parmesãs a partir das quais construí a principal base de dados para a pesquisa de 1979 a 1983, anteriormente referida neste capítulo. Nesta nova visita, pretendia reconstruir os acontecimentos que tinham ocorrido desde essa época com os agricultores desse tempo (ou com seus filhos e filhas). Em 2000, os agricultores estavam ainda vivendo uma crise profunda que estava afetando a produção, a transformação e a comercialização do queijo *Parmigiano-Reggiano* há vários anos. Essa situação só terminaria no final de 2003. Durante todos esses anos, o preço do leite para queijo foi extremamente baixo e as perspectivas de futuro eram ameaçadoras. Essa crise foi, em parte, devida à submissão dos agricultores aos circuitos de supermercados e, em parte, à concorrência do sistema vizinho do *Grana Padana*. Embora o sistema do *Parmigiano-Reggiano* tenha sempre passado por tendências

cíclicas (nunca foi abrangido pelo regime de preços garantidos da UE), a crise de 1997 a 2003 foi fora do comum. É consensual para muitos observadores que esse período deve ser entendido como uma expressão *precoce* da globalização e da liberalização. Assim sendo, essa segunda visita possibilitou um estudo de processos por que o resto da agricultura européia apenas passaria mais tarde.

As minhas descobertas de 2000 foram, inicialmente, uma surpresa total. Eu presumira – em retrospecto, ingenuamente – que as unidades empresariais seriam significativamente maiores do que as unidades administradas através da lógica camponesa, ainda mais porque, no período de 1979 a 1983, os empresários agrícolas tinham expectativas e planos expressos que implicavam a continuação de uma expansão considerável das suas unidades. E a continuação dessa expansão seria, de qualquer forma, o resultado lógico dos seus cálculos. O que não percebi nessa época foi que a reprodução e desenvolvimento do modo empresarial de fazer agricultura requeria uma variedade de condições específicas (aqui sintetizadas como a condição empresarial). Em 2000, concluí que o modo camponês de fazer agricultura tinha sofrido, nos anos anteriores, num crescimento e desenvolvimento muito maiores do que o modo empresarial. Segundo os dados disponíveis da contabilidade agrícola, o volume de produção das unidades camponesas foi de 510 milhões de liras (na época, cerca de 250.000 euros), enquanto nas unidades empresariais o volume da produção quase não atingiu os 300 milhões de liras.¹⁶⁸ Em 1980, essa mesma ordem de classificação tinha se verificado, mas a diferença entre os dois grupos era mínima (23% em 1980 contra 41% em 1999). Embora, em 1980, os empresários tivessem planos de expansão que excediam de longe os planos dos camponeses, na realidade foram os últimos que se desenvolveram muito mais. Nas unidades agrícolas administradas segundo a lógica empresarial, os investimentos tinham diminuído consideravelmente. Isso foi uma expressão de processos decisórios racionais. Com a proporção tão negativa entre preços pagos aos produtores e os custos na segunda metade da década de 1990 (“a margem é tão deplorável”), o investimento foi inútil, especialmente porque a “lucratividade” era avaliada e decidida num enquadramento muito mais vasto. O mercado fundiário em constante mudança (e as expectativas relacionadas com a urbanização) e, em especial, a bolsa de valores eram considerados pontos de referência muito mais importantes. De fato, vários *imprenditori* tinham investido grandes quantias em ações. Outros estavam interessados em vender terras para a construção de casas.

A reação dos empresários aos preços baixos e às expectativas destruídas foi a desativação. As empresas agrícolas foram lentamente desativadas, sendo o capital realocado para outros setores econômicos mais promissores. Outros mecanismos de desativação utilizados pelos empresários consistiram em uma mudança para formas mais extensivas de agricultura (produção de carne, cultivo especializado de cereais), que permitiam uma redução substancial do uso de trabalho. Outro mecanismo, praticado em quase todo o lugar, foi a externalização, isto é, a produção de rações e forragens na unidade foi substituída por aquisições e a criação

de bezerras e de vitelas em muitas unidades foi extinta – quando era necessário substituir uma vaca, bastava comprar outra no mercado. As novas expressões semânticas usadas para descrever estas mudanças também me impressionaram. Vários empresários usavam a expressão *agricoltura di salto*, sugerindo a necessidade do empresário de “pular” de uma oportunidade para outra. Se as políticas da UE ou as condições de mercado implicam que uma determinada cultura é lucrativa, então é preciso aproveitá-la e, logo que surgir outra oportunidade, é necessário mudar para essa, e assim por diante.

Os *contadini*, que estavam também preocupados e se queixavam com raiva, reagiram de forma bastante diferente. Em primeiro lugar, continuaram investindo (“*fare le spese*”, “gastando dinheiro”, mas esta expressão era usada pelos camponeses para se referirem a investimentos), o que, segundo sua lógica agrícola, é um compromisso essencial para continuar a trabalhar com *passione, impegno e cura*. Isso se aplica aos camponeses dessa época, mas também (e provavelmente ainda mais) a seus sucessores. Na década de 1980, isso era tão evidente que os camponeses nem falavam sobre isso. Contudo, a crise da década de 1990 estourou e ativou de novo essa parte de sua lógica. Quanto mais se desenvolvia essa crise, mais aparente era a necessidade de “gastar”. *Fare le spese* era mais necessário do que nunca, *não* para realizar um retorno comparável do capital investido, mas para assegurar a continuidade da unidade e a promessa da “bell’azienda” que essa continuidade implicava. Por conseguinte, o uso das poupanças e da renda da pluriatividade e os empréstimos menores não pretendiam converter o capital financeiro presumido em uma taxa de retorno aceitável. Aqui encontramos um processo de conversão extremamente diferente. Os resultados do trabalho anterior (e a confiança previamente estabelecida) são convertidos em contribuições para aumentar a reprodução da unidade agrícola. Assim, os principais resultados obtidos salientam a manutenção da base autônoma de recursos da unidade e os esforços por evitar relações fortes de dependência.

As reações extremamente contrastantes dos *contadini* e dos *imprenditori agricoli* são fortemente enraizadas e só podem ser explicadas através dos diferentes modos de fazer agricultura a partir dos quais emergem. Se apenas forem usadas tendências médias em níveis elevados de agregação, ocorre uma espécie de desaceleração (uma “recessão”), enquanto a crise verdadeira (a extinção da agricultura empresarial) e a resposta a essa crise, implícita na agricultura camponesa, são ignoradas. Além disso, quando a atenção é transferida, de forma indiscriminada, para as unidades individuais, as únicas diferenças que saltam à vista são as diferenças presumidas no “empreendedorismo” (sic).¹⁶⁹ No seu conjunto, estes elementos compõem e determinam a pobreza intelectual da maioria dos discursos de hoje sobre a prática da atividade agrícola e a agricultura.

Mas há mais. A agricultura de baixo custo (Ploeg, 2000; Kinsella *et al.*, 2002) nunca desapareceu nas práticas dos *contadini*. Contudo, agora, em face da crise, quase todos os camponeses adotaram e desenvolveram esta estratégia específica. Por exemplo, foram construídos novos estábulos sobre as infra-estruturas já

existentes (o que resultou, em muitos casos, em soluções e designs engenhosos) e as construções foram feitas essencialmente pelos próprios agricultores com a ajuda de “amigos da aldeia”. Assim, através da combinação das “despesas” com a preocupação de economizar o mais possível, foi possível continuar com os investimentos mesmo em condições de crise. Isso também se aplica ao uso de recursos internos da forma mais eficiente possível. Nesse aspecto, é revelador que o feno secado artificialmente se tenha tornado, nessa época, uma prática corrente em todas as unidades administradas através da lógica camponesa. A seca artificial das culturas de forragens (sendo a principal a *alfafa*) aumentou sua qualidade e, ao mesmo tempo, minimizou as perdas quantitativas, o que significou que a compra de concentrados pôde ser reduzida, se não mesmo completamente evitada. Outro aspecto revelador foram as várias experiências dos camponeses em produzir (mais uma vez) “estrupe bom” (no capítulo 7, a questão do “estrupe bom” será retomada). De uma perspectiva teórica, todas essas inovações indicam um fortalecimento da co-produção: a prática agrícola é, mais uma vez, baseada tanto quanto possível na natureza, isto é, no capital ecológico.

Muitos camponeses estavam considerando a diversificação e vários já tinham colocado formas específicas de diversificação em prática. Os sucessores, particularmente os mais jovens, estavam considerando (ou já envolvidos em) atividades de agroturismo, a combinação da produção de leite e carne e a comercialização dessa carne nos açougues e restaurantes locais, assim como a conversão para a agricultura orgânica.

A comparação entre indicadores técnicos revelou que a forma como os camponeses organizavam o processo “técnico” de produção (a conversão de recursos em produtos) tinha melhorado consideravelmente. O contraste com os *imprenditori* era substancial. A substituição anual de gado nas unidades camponesas era de 19% (enquanto nas empresariais era de 30%). Por cada quilograma de concentrados (produzidos pelos próprios *contadini*, enquanto os *imprenditori* os adquiriam, em grande parte, em empresas industriais), os camponeses produziam 3,9 kg de leite, contra 2,6 kg dos empresários. Dados como esses ajudam a explicar por que a renda líquida¹⁷⁰ como percentagem da produção total era apenas de 14% nas unidades dos *imprenditori* e de 21% nas unidades dos *contadini*. Os últimos produzem, por um dado volume de produção, uma renda 50% maior do que os primeiros. Por conseguinte, foi *de fato* criada uma linha de defesa contra a globalização e a liberalização.

Durante várias décadas a agricultura empresarial representou a superioridade econômica. Essa superioridade era parcialmente virtual, devido às técnicas de contabilidade usadas para representação e comparação, mas ela era também, sem dúvida, uma superioridade parcialmente real. Em especial nas chamadas *fazendas de vanguarda* que combinam uma escala aumentada com níveis de intensidade elevados, os lucros poderiam ser muito superiores aos lucros obtidos sob outras condições.

Já na segunda metade da década de 1990, essa diferença material tinha começado a decrescer, como demonstra indiretamente a comparação entre a “empresa de alta tecnologia” e a “unidade agrícola de baixo custo”, discutida anteriormente

neste capítulo. No entanto, como os empresários envolvidos perceberam, mesmo nessa época eles dispunham de uma vantagem decisiva, uma vez que as grandes unidades agrícolas empresariais eram consideradas como um ponto de partida muito melhor para o futuro. Mesmo quando os lucros eram praticamente os mesmos, os empresários (bem como a maioria dos peritos) continuaram acreditando com determinação que, na “batalha pelo futuro”, as unidades empresariais estavam mais bem preparadas para sobreviver e vencer, especialmente devido a sua dimensão e escala.

Hoje, estamos testemunhando a perda dessa última fortaleza. Está se tornando cada vez mais óbvio que as grandes unidades agrícolas empresariais do setor agrícola mais modernizado da Europa (ou seja, na Holanda) representam atualmente a parte mais fraca da corrente. As expressões anteriormente convincentes do modo empresarial de fazer agricultura apresentam, atualmente, as piores perspectivas de continuidade – devido ao colapso agora acelerado da condição empresarial. Esse colapso está se generalizando por toda a Europa. Na Holanda em especial, onde uma parte considerável da atividade leiteira é regulada, mais do que em qualquer outro lugar, de acordo com a condição empresarial vigente, os efeitos estão se tornando dramáticos. A Tabela 5.5 compara três grupos de unidades agrícolas produtoras de leite. O primeiro engloba unidades relativamente extensivas onde a produção anual de leite por hectare de terra é menor do que 15.000 kg de leite por hectare. O grupo 2 é um grupo intermédio e o grupo 3 inclui unidades relativamente intensivas (em que a produção anual de leite por hectare é mais elevada do que 20.000 kg). Esta classificação coincide, de forma global, com o tamanho das unidades. No grupo 1, a quota média é de 560.555 kg e no grupo 2 de 697.147 kg, enquanto no grupo intensivo a quota média por unidade é de 787.985 kg.

Os dados empíricos sintetizados na Tabela 5.5 foram recolhidos e analisados pelo SRA, uma instituição que pertence ao grupo de agências privadas e (anteriormente) cooperativas de contabilidade agrícola. Estas agências trabalham a pedido de agricultores e são pagas por eles. Os dados que tratam, e que são sempre discutidos e controlados em conjunto, primam pela precisão. Mas essa não é a única diferença entre estas agências e a agência nacional da contabilidade agrícola do instituto holandês LEI [*Agricultural Economics Research Institute* – o Instituto de Pesquisa em Economia Agrícola]. Uma diferença bem mais importante é que as várias agências privadas e cooperativas (sendo a primeira a ALFA) adotam uma abordagem chayanoviana, enquanto o LEI se mantém fiel à representação neoclássica da empresa agrícola. Uma das diferenças cruciais é que as primeiras se baseiam em custos e despesas reais, enquanto a última se baseia, em vários aspectos, em custos *calculados*. O item da tabela “juros pagos” é uma expressão típica desta diferença. Ele indica juros que foram *realmente* pagos para liquidar dívidas *realmente* existentes. Ao invés disso, na abordagem neoclássica se calcula um juro global sobre todo o capital (seja o capital próprio ou empréstimos) subjacente à unidade. Por conseguinte, todas as diferenças entre uma unidade altamente

Tabela 5.5 *Análise comparativa de unidades agrícolas de produção de leite holandesas, 2005.*

	Grupo 1 Unidades extensivas	Grupo 2 Unidades intermédias	Grupo 3 Unidades intensivas	Média
Número de unidades	42	15	7	64
Produção total de leite	560.552 kg	697.147 kg	787.985 kg	631.832 kg
Superfície	48.94 ha	41.03 ha	31.19 ha	44.99 ha
Leite por ha	11.454 kg	16.991 kg	25.264 kg	14.044 kg
Total das dívidas (por unidade)	668.752 €	646.349 €	925.995 €	718.624 €
por hectare	13.665 €	15.753 €	29.689 €	15.973 €
por kg de leite	1,19 €	0,93 €	1,18 €	1,14 €
Benefícios do gado leiteiro (em euros por 100 kg de leite)	34,87 €	33,55 €	32,60 €	34,32 €
Outros benefícios (ibid)	5,83 €	5,54 €	2,94 €	5,11 €
Rações e forragens compradas (ibid)	5,15 €	5,81 €	6,54 €	5,38 €
Outros custos variáveis (ibid)	4,09 €	4,33 €	3,84 €	4,12 €
Margem bruta (ibid)	31,46 €	28,95 €	25,16 €	29,93 €
Custos gerais (ibid)	20,54 €	20,98 €	19,89 €	20,39 €
Resultados restantes (ibid)	10,92 €	7,97 €	5,27 €	9,54 €
Juros pagos (ibid)	3,49 €	3,29 €	1,98 €	3,43 €
Resultados finais (ibid)	7,43 €	4,68 €	3,29 €	6,11 €
Depreciações (ibid)	10,12 €	11,51 €	9,24 €	10,45 €
Fluxo de caixa (ibid)	17,55 €	16,19 €	12,53 €	16,56 €
Reembolsos (ibid)	2,90 €	3,78 €	4,63 €	3,74 €
Aluguéis de arrendamento (ibid)	1,01 €	0,64 €	0,15 €	0,87 €
Leasing de quotas de leite (ibid)	0,42 €	0,38 €	0 €	0,34 €
Despesas particulares e impostos (ibid)	4,29 €	3,6 €	4,36 €	3,95 €
Total gasto (ibid)	8,62 €	8,40 €	9,14 €	8,90 €
Poupanças	8,93 €	7,79 €	3,39 €	7,66 €

Fonte: SRA (2006, p.03).

endividada e uma unidade relativamente “livre” desaparecem. O mesmo se aplica aos reembolsos *reais* versus as depreciações calculadas, aos horizontes temporais pressupostos para as últimas, etc. A consequência é que nos relatórios das agências privadas e cooperativas surgem resultados e tendências que são sistematicamente omitidos nos dados nacionais oficiais da economia agrícola. A Tabela 5.5 mostra que os “resultados finais” por 100 quilogramas de leite nas unidades extensivas e ligeiramente menores (grupo 1) são mais de o dobro dos resultados realizados nas unidades intensivas maiores. O fluxo de caixa realizado por 100 kg também é superior. Quando os reembolsos, aluguéis de arrendamento, custos associados com o leasing das quotas de leite e despesas particulares e impostos são subtraídos, o valor que permanece é o que pode ser poupado (e posteriormente reinvestido). Esse valor é, mais uma vez, duas vezes mais elevado no grupo 1 do que no grupo 3 – não só em termos relativos (isto é, por 100 kg de leite), como também em termos absolutos (isto é, quanto à unidade como um todo). Não obstante o fato de as unidades agrícolas do grupo 3 serem, em média, 40% maiores (em termos de quotas), suas poupanças permanecem num nível de 26.713 euros por ano por empresa, enquanto no grupo 1 essas poupanças são de 50.052 euros.

Atualmente, o desempenho econômico das empresas agrícolas estruturadas e administradas de acordo com a lógica do modo empresarial de fazer agricultura está passando por um processo regressivo.¹⁷¹ Isso se deve à interação entre uma condição empresarial decadente e a expansão continuada da empresa agrícola, a qual os empresários se sentem “moralmente” obrigados a desenvolver (e que é também uma necessidade material inerente às suas unidades agrícolas). Contudo, mais cedo ou mais tarde, existirá sempre um momento em que já não será possível levar uma *fuite en avant* [uma falha em diante] – precisamente porque o desempenho econômico é insatisfatório. A consequência é uma desativação. Ela afetará, sobretudo, o modo empresarial de fazer agricultura. Numa publicação recente da agência de contabilidade ALFA (que anteriormente pertencia à Federação de Agricultores Cristãos NCBTB) intitulada de *Números Reveladores*,¹⁷² é colocada a questão sobre se “o aumento em escala e a intensificação são acompanhados de melhoramentos da margem”. A resposta é “não” (ALFA, 2005, p. 18). “Não obstante sua dimensão menor, a produtividade menor do trabalho e o rendimento menor de leite por vaca, as unidades extensivas realizam um resultado 11.500 euros mais elevado” (ALFA, 2005).

No passado, a expansão continuada era a forma que as unidades empresariais tinham de fugir ao *squeeze* da agricultura. Em outra edição do relatório “Números Reveladores” (ALFA, 2006) é feita uma comparação interessante entre unidades agrícolas que não estão crescendo (com um crescimento menor do que 5% ao ano), unidades agrícolas crescendo lentamente (entre 5 e 25% ao ano) e um terceiro grupo de unidades agrícolas *em rápida expansão* (mais de 25% ao ano no período de 2000 a 2004). As últimas unidades mencionadas têm a quota mais elevada por unidade. Os resultados finais em 2005 foram: +8,10 euros (por 100 kg de leite) nas unidades em estagnação; +5,50 euros nas unidades de crescimento

lento; +0,80 euros nas unidades de crescimento rápido. As previsões demonstram que esses valores serão, em 2010, +5,80 euros nas unidades em estagnação, +1,80 euros nas unidades de crescimento lento e um *resultado negativo* de -4,10 euros por 100 kg de leite nas unidades de crescimento rápido. É desta forma que a *extinção da agricultura empresarial* se processa.¹⁷³

Em suma, globalização, as quedas de preços associadas e, especialmente, as freqüentes flutuações de preços irão provocar, indiretamente, uma recampesinização. Isso acontecerá, em primeiro lugar, porque a globalização “come seus próprios filhos” (os empresários) e, em segundo lugar, porque a globalização e as suas conseqüências apenas podem ser enfrentadas de forma sustentável através de modos camponeses de fazer agricultura. Em particular, as formas de agricultura camponesa recém-emergentes serão as mais adequadas, as quais serão discutidas nos próximos capítulos.

Desenvolvimento rural: expressões europeias de recampesinização

Ao longo da última década e meia, a Europa vem testemunhando um processo generalizado de recampesinização.¹⁷⁴ Este processo se expressa, essencialmente, em termos qualitativos. Ele envolve um aumento da autonomia e um alargamento da base de recursos bastante reduzida pelos processos anteriores de especialização que seguiram o roteiro do empreendedorismo. A recampesinização também se refere ao aperfeiçoamento do processo produtivo, o que permite novos ganhos de produtividade e, freqüentemente, com grande sofisticação. Em suma, a recampesinização é um processo que torna a agricultura mais camponesa. O grau de “campesinidade” (Toledo, 1995) está aumentando, o que resulta na criação de novas relações que dizem respeito tanto à sociedade como à natureza, e que proporcionam um novo contexto para a atividade agrícola. Embora a recampesinização tenha origem em várias fontes diferentes, este processo é impulsionado por e se desenvolve como resposta ao *squeeze* da agricultura e à marginalização, privação, degradação e crescente dependência que o acompanham.

Levando em conta a situação internacional, é possível argumentar que a recampesinização é uma resposta tipicamente europeia ao *squeeze* global. Enquanto, no Sudeste Asiático, a forma de combater o *squeeze* da agricultura é estabelecer níveis extremamente reduzidos de remuneração (conseqüentemente contribuindo, ao mesmo tempo, para a reprodução deste *squeeze* global), e os EUA, Brasil, Austrália e Nova Zelândia o fazem através de um aumento da escala da produção agrícola (assim contribuindo também para aumentar o *squeeze*), a Europa segue em direção a um caminho alternativo que se centra no fortalecimento e maior desenvolvimento da multifuncionalidade (OCDE, 2000; Huylenbroeck e Durand, 2003; Groot *et al.*, 2007a). Este caminho europeu consiste no uso de um mesmo conjunto de recursos para gerar uma gama de produtos e serviços crescentes, assim reduzindo os custos de produção de cada produto isolado (Saccomandi, 1998) e aumentando, ao mesmo tempo, o valor agregado realizado na unidade agrícola.

A recampesinização está longe de ser a *única* tendência de desenvolvimento existente identificada na Europa. Da mesma forma, as outras tendências opostas não são exclusivas de outros continentes. Na Europa, a recampesinização ocorre juntamente com a industrialização continuada e com a desativação. A presença simultânea de trajetórias de desenvolvimento opostas e, de certa forma, mutuamente

concorrentes cria um “campo de batalha” complexo, onde diferentes interesses, aspirações e projetos competem constantemente. Contudo, como demonstra uma crescente variedade de estudos de impacto, na Europa, a recampesinização tende a ser a trajetória mais importante em termos de número de unidades agrícolas e de agricultores. Além disso, em face das condições inconstantes relativamente à energia, qualidade de vida, escassez de água, etc, este processo é, provavelmente, a trajetória mais convincente. Mas esta trajetória é, ao mesmo tempo, um padrão de desenvolvimento bastante contestado. Os agricultores europeus estão alargando a *campesinidade* de suas unidades agrícolas e se reconstituindo como *novos* camponeses – não como “camponeses de ontem”, mas como *camponeses do terceiro milênio*.¹⁷⁵ No entanto, a maioria dos cientistas e políticos continua tendo dificuldades em compreender as formas atuais de recampesinização, o que talvez seja uma constante ao longo das décadas.

Mecanismos de recampesinização

Existe um corpus crescente de literatura¹⁷⁶ descrevendo os novos modos de fazer agricultura que estão florescendo por toda a Europa (e fora da Europa, embora em menor grau). A nova morfologia emergente é freqüentemente mencionada como um resultado do “desenvolvimento rural”. Esta noção em si mesma não é incorreta. A equação aponta para uma interface complexa entre políticas e práticas de desenvolvimento rural. Como é referido em Deirdre O'Connor *et al.*, o desenvolvimento rural é “um fenômeno cada vez mais importante, mas freqüentemente mal interpretado” (2006, p. 2; ver também Wiskerke, 2001). Aquilo que, no nível dos fenômenos empíricos imediatos, é designado de desenvolvimento rural é, de um ponto de vista analítico, principalmente o resultado de um processo subjacente de recampesinização (Ploeg, Long e Banks, 2002d). As práticas de desenvolvimento rural são, por outras palavras, o resultado de um processo endógeno de mudança gerado pelas comunidades, que já estava ganhando força antes dos primeiros esboços de políticas de desenvolvimento rural.¹⁷⁷ Atualmente, as políticas de desenvolvimento rural supranacionais, nacionais e regionais interagem em formas complexas e freqüentemente contraditórias, constituindo o desenvolvimento rural uma gama alargada de respostas camponesas ao *squeeze* da agricultura. Na seção final deste capítulo retomarei estas interações complexas e os interesses que lhes são subjacentes.

As formas atuais de recampesinização podem ser analiticamente explicadas a partir da noção de que a agricultura é um processo de conversão (de insumos em produtos) baseado em uma mobilização dupla de recursos. Os recursos podem ser mobilizados nos mercados respectivos (e assim entrar no processo de produção como mercadorias) ou produzidos e reproduzidos na própria unidade agrícola (ou dentro da comunidade rural mais vasta). Isso significa que os “resultados obtidos” também podem ser orientados em duas direções: para mercados de produtos ou

para reutilização (provavelmente após uma troca socialmente regulada) dentro da unidade agrícola.

Para enfrentar os grandes mercados, cada vez mais controlados e reestruturados por grandes impérios alimentares, muitos agricultores começaram a diversificar os seus processos produtivos de várias formas. Assim surgem novos produtos e serviços e, ao mesmo tempo, são criados novos mercados e novos circuitos de mercadorias (ver 1 na Figura 6.1). É dessa forma que despontam as *unidades agrícolas diversificadas* (ou seja, *de multiprodutos*) que implicam novos níveis de competitividade e, ao mesmo tempo, uma maior autonomia. É freqüente que essa diversificação seja combinada com o processamento dos produtos dentro da unidade agrícola e com a construção de novos circuitos curtos de ligação aos consumidores. Paralelamente a essa primeira tendência (e, muitas vezes, ligada a ela) existe (ver 2, Figura 6.1) um afastamento em relação aos principais mercados de insumos. Este afastamento resulta em uma prática que tem sido denominado *agricultura de baixo custo* (Reijntjes *et al.*, 1992; Ploeg, 2000), ou seja, uma prática agrícola em que o processo de produção é cada vez mais baseado em recursos que não são controlados pela agroindústria. Por conseguinte, através da segunda tendência, a autonomia é aumentada. Na transição correspondente, (ver 3) a *refundamentação da agricultura na natureza* tem um papel central. De acordo com o mesmo raciocínio, a pluriatividade (ver 4) e as novas formas de cooperação local (ver 5) são redescobertas e mais desenvolvidas. Estes elementos também permitem uma desvinculação da agricultura com a dependência direta de capital financeiro e industrial. No núcleo do processo de produção (ver 6), existe uma crescente reintrodução da *artesanalidade* (uma unidade orgânica de trabalho mental e manual que permite o controle direto sobre o processo de produção e o seu aperfeiçoamento). Essa re-introdução está associada ao desenvolvimento e implementação de uma nova geração de tecnologias orientadas para habilidades (Bray, 1986) e resulta, muitas vezes, na produção contínua de novidades (Swagemakers, 2002; Wolleswinkel *et al.*, 2004; Wiskerke *et al.*, 2004).

É importante salientar que as mudanças acima referidas não devem ser vistas como meros suplementos, nem apenas como detalhes de uma prática agrícola inalterada. Além disso, elas também não dizem apenas respeito aos detalhes da prática agrícola. Em conjunto, essas mudanças tendem a representar, tanto na teoria como na prática, um adeus “estrutural”¹⁷⁸ ao roteiro da agricultura empresarial que, até recentemente, dominava a agricultura. Elas também representam uma ruptura (pelo menos parcial) em relação à divisão específica do trabalho que ligava a prática agrícola à agroindústria, aos bancos e aos sistemas especialistas. Por exemplo, a diversificação vai contra a centralidade da especialização tanto nos roteiros empresariais como nas teorias de modernização. Ela também entra em confronto com as prescrições determinadas pela agroindústria em relação aos agricultores. O mesmo se aplica ao processamento na unidade agrícola e ao desenvolvimento de circuitos curtos que ligam diretamente a produção e o consumo de alimentos. A diversificação no processamento agrícola e a comercialização direta

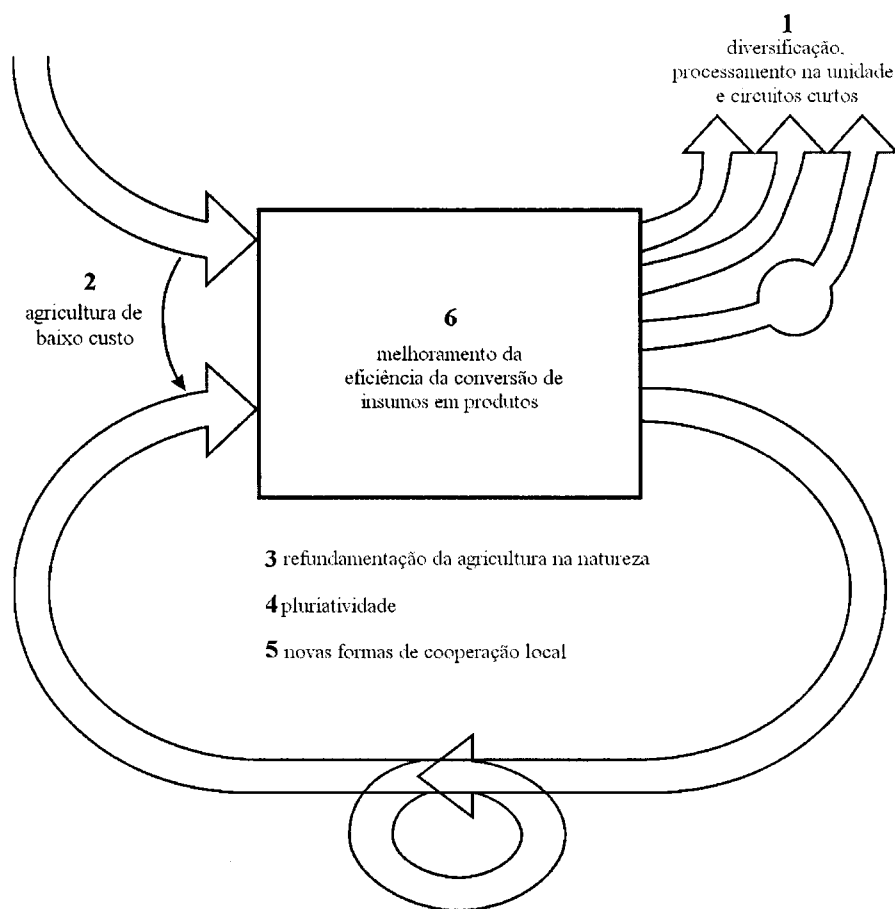


Figura 6.1 *A coreografia da recampesinização*

representavam, especialmente nas fases iniciais do processo de recampesinização, várias pequenas “rebeliões”. Essas “rebeliões” não eram praticadas, pois iam contra as rotinas, os interesses e as identidades adquiridas e, quando eram, aqueles que as praticavam eram considerados agricultores falhados que tentavam simplesmente encontrar um refúgio em soluções inadequadas.

O mesmo acontece com os outros movimentos indicados na Figura 6.1. A agricultura de baixo custo (movimento 2 na Figura 6.1) era entendida por muitos como um passo atrás, em especial quando combinada com uma re-fundamentação da agricultura em recursos naturais. Dentro do paradigma da modernização, centrado na personificação do progresso científico em insumos industriais e novas tecnologias agrícolas, essa combinação era vista como uma afronta. A pluriatividade, por sua vez, era identificada como um fenômeno da periferia. As novas formas de cooperação local eram igualmente consideradas desnecessárias desde que o Estado e os principais sindicatos de agricultores conseguissem manter

uma organização adequada no setor. Em todo o caso, essas novas formas eram incapazes de “competir” com o Estado e com os sindicatos. O melhoramento da eficiência da agricultura (a criação de novas “funções de fronteira”, movimento 6 da Figura 6.1) era entendido como o papel exclusivo da ciência e dos sistemas especialistas associados. Mais uma vez, o fato de os agricultores terem um papel central nesses tipos de desenvolvimento era entendido como uma regressão e, caso eles tivessem um papel, ele seria obrigatoriamente mínimo.

Se forem consideradas isoladamente, as muitas mudanças empíricas associadas ao processo atual de recampesinização podem, de fato, parecer mínimas e quase irrelevantes. Contudo, no momento em que a análise se move além do nível das unidades de produção isoladas, é possível perceber uma *reestruturação* generalizada e radical do mundo social e do mundo natural. A importância do processamento de leite em queijo, iogurte e outros produtos dentro da unidade agrícola e sua comercialização direta, por exemplo, reside não só na quantidade de novos queijos e outros produtos produzidos, mas também no fato de isso implicar uma redefinição das inter-relações entre a agricultura e a agroindústria. A unidade agrícola limitada apenas ao fornecimento de matérias-primas é redefinida como uma unidade nova e multifuncional que se relaciona em várias formas com a sociedade e com a natureza. Essa redefinição também implica uma redefinição de identidades (tanto dos agricultores e agricultoras, como das mulheres dos agricultores), bem como a criação de novas redes de ligação aos consumidores (assim também redefinindo os consumidores, Miele, 2001). O processamento e a comercialização dentro da unidade agrícola também podem implicar uma inversão na tendência de queda contínua do valor agregado. Além disso, também podem reformular (pelo menos potencialmente) o mercado de queijo e de iogurtes e influenciar o grau elevado de monopolização que caracteriza atualmente o mercado de laticínios.

Assim começa a desenvolver-se uma mudança de paradigma, a qual também se reflete, embora indiretamente, no desconforto e crítica manifestados pelo pólo empresarial no setor agrícola. As expressões da recampesinização são vistas como “traições”, como formas de um comportamento inadequado e como bloqueios ao fluxo livre de recursos, tão necessário à expansão continuada da agricultura empresarial.

Os aspectos da mudança de paradigma implícitos no processo de recampesinização europeia nunca foram claramente articulados no nível institucional. Isso se deve ao fato de eles irem contra demasiados interesses institucionais associados ao processo de modernização anterior. Se admitirmos que essa mudança abrangente está ocorrendo, será provavelmente necessário reconsiderar posições, roteiros e rotinas adquiridas. Será inclusivamente possível que essa mudança possa prejudicar a aura de “estar sempre no bom caminho” (indispensável aos sistemas especialistas e às políticas agrárias). Por conseguinte, as mudanças implícitas na Figura 6.1 e a multifuncionalidade resultante têm sido representadas como algo *adicional* relativamente à agricultura, enquanto o setor agrícola em geral é conceituado em

termos de *co-existência*. Isto é, lado a lado com a “agricultura produtiva”, existem outros tipos de prática agrícola dentro do “desenvolvimento rural”.

Estas interpretações omitem alguns pontos essenciais. Em primeiro lugar, as atividades “clássicas”, como a ordenha, a produção de vegetais, etc, não são *separadas* das atividades novas (tais como o processamento, a comercialização direta, a gestão da paisagem e a produção de energia dentro da unidade agrícola, entre outras), mas *combinadas* com elas. E quanto mais bem organizada for essa combinação, mais ela renderá (Saccomandi, 1998). Em segundo lugar, os lucros das atividades “antigas” e das “novas” não podem ser separados para efeitos de comparação. O que importa é sua *unidade*. Em terceiro lugar, na perspectiva da co-existência, torna-se sensível e difícil explorar os muitos problemas que os agricultores dinâmicos enfrentam, e também entender as grandes contradições que surgem.

De qualquer forma, a agricultura europeia está passando por um processo de transição complexo e abrangente, ainda por terminar, que está se desenvolvendo ao longo de diferentes dimensões, e que se localiza em vários níveis de interação mútua. No nível da unidade produtiva, este processo de transição é formado, de uma perspectiva analítica, tal como a Figura 6.1 ilustra. Esse processo também revela que a recampesinização é, de certa forma, um “processo de mudança de fronteira” (segundo a designação de Ventura e Milone, 2004): é uma transição que extravasa as fronteiras tradicionais da empresa agrícola especializada, e que também se traduz, através de redes novas, numa ampliação dos fluxos em outros níveis. Tal como outros, eu me refiro a essa transição como recampesinização (Ploeg e de Rooij, 1999; Ploeg, Renting, Brunori, Knickel, Mannion, Marsden, de Roest, Sevilla Guzman e Ventura, 2000; Prodi, 2004; Johnson, 2004; Pérez-Vitoria, 2005; Hervieu, 2005; Sevilla Guzman, 2006, 2007; Valentini, 2006; Ventura e Milone, 2007a).

O primeiro motivo para isso se relaciona com o fato de vários dos movimentos indicados (ver Figura 6.1), se não mesmo todos eles, implicarem uma autonomia aumentada e, muitas vezes, a criação de novos movimentos.¹⁷⁹ Muitas vezes, a criação de uma maior autonomia e de mais espaço de manobra são objetivos específicos dos processos sintetizados na Figura 6.1. É uma luta por autonomia em um mundo fortemente e cada vez mais caracterizado por padrões de dependência e por processos de marginalização e privação.

Em segundo lugar, a autonomia aumentada se materializa em uma reconstituição da base de recursos da unidade agrícola: ela é aumentada e diversificada, e são desenvolvidas combinações que permitem novas atividades produtivas (Brunori *et al.*, 2005; OECD, 2000; Caron e Cotty, 2006). Muitas vezes alguns recursos mais ou menos esquecidos também são redescobertos. O estrume e a vida do solo são excelentes exemplos. No próximo capítulo retomarei estas questões, à primeira vista, triviais. Neste contexto, é relevante que o trabalho se torne, mais uma vez, um recurso central para a base de recursos em geral. Isso se aplica tanto de forma quantitativa como qualitativa. Os processos de trabalho rigidamente

estruturados que surgiram durante a época da modernização (freqüentemente impostos por impérios alimentares) são ativamente combatidos e substituídos por outros que permitem uma melhor visão geral, flexibilidade e qualidade, e que reduzem grandemente o estresse. Isso se deve especialmente à crescente influência das mulheres dos agricultores e de sua experiência prévia variada (Rooij, 1992; Rooij, Brouwer e Broekhuizen, 1995; Bock, 1998). Devido a estas novas relações, a “arte da prática agrícola” (Columella, 1977) está sendo redescoberta e materialmente reconstruída, embora em graus consideravelmente diferentes.

Em terceiro lugar, as mudanças indicadas na Figura 6.1 se referem a outra característica estratégica (ver o debate entre Goodman, 2004, e Ploeg e Renting, 2004a): elas tendem a aumentar o valor agregado (VA) produzido nas unidades isoladas bem como no setor agrícola em geral. Os processos contrastantes e em competição, tais como o aumento em escala acelerado e a desativação, contribuem para reduzir o VA no setor em geral. A agricultura empresarial e sua expansão diminuem ativamente o Valor Agregado, enquanto o desenvolvimento rural conduzido por camponeses o aumenta, tanto na unidade agrícola individual como no setor em geral. Isso se deve à forma como os últimos se relacionam com outras unidades agrícolas e com setores não agrícolas da economia rural. Nesse aspecto, também é importante que o chamado efeito multiplicador das atividades de desenvolvimento rural seja consideravelmente mais elevado (e mais localizado) do que na agricultura empresarial (Heijman *et al.*, 2002). A agricultura empresarial se desenvolve através da apropriação de outras unidades agrícolas, permanecendo sempre dentro dos limites definidos e impostos pelos impérios alimentares. As unidades camponesas não se desenvolvem através de apropriações, mas através da criação de mais riqueza. Dessa forma, estas unidades ultrapassam progressivamente as fronteiras impostas pelos diferentes impérios – mesmo quando isso é conotado como uma infração.

Em quarto lugar, essas mesmas mudanças que fazem a agricultura de hoje ultrapassar o modelo da empresa altamente especializada estão também *reconnectando* a agricultura com a sociedade, com a natureza e com os interesses e perspectivas dos produtores diretos. Enquanto o modelo de agricultura empresarial contribui apenas para agravar a atual crise agrária (ver Figura 1.4, capítulo 1), a recampesinização pode potencialmente ultrapassar os abismos entretanto criados.

O quinto motivo para equacionar a transição em curso como um processo de recampesinização se relaciona com o fato de, na prática, o desenvolvimento rural se desenvolver como uma *luta contra os mecanismos estatais, seus esquemas reguladores e o agronegócio* (Marsden, 2003). Essa é uma luta por autonomia, pela criação de um valor agregado mais elevado e pela sobrevivência, ao invés de ser, como alguns presumem, uma implementação mais ou menos direta de esquemas da União Européia e da retórica a eles associada. Na última seção deste capítulo retomarei este aspecto crucial.

A transição que está ocorrendo tem algumas especificidades que também apontam para sua natureza camponesa. Ela não é governada por qualquer centro

de controle; pelo contrário, sua natureza é endógena e de certo modo anárquica. É uma transição que não oferece uma solução global para uma variedade de problemas e situações locais diferentes, mas que está evoluindo através de uma gama crescente de soluções locais diversificadas para um problema geral (isto é, o *squeeze* da agricultura). E, finalmente, essa transição não se processa como um mega-projeto (como uma grande mudança ou ruptura abrangente e generalizada que poderia causar o caos; Scott, 1998), mas como uma vasta gama de passos inter-relacionados (que se estendem continuamente ao longo do tempo e do espaço) que em conjunto compõem, de uma forma constantemente variável, a mudança geral e, de fato, massiva que está literalmente mudando a agricultura e o mundo rural.

Magnitude e impacto

Atualmente, cerca de 80% dos agricultores europeus estão aplicando uma ou mais das respostas mencionadas que, no seu conjunto, constituem o processo europeu de recampesinização. A Figura 6.2 representa uma síntese geral deste processo (baseada em um levantamento de 1999 com $n=3.264$ em seis países europeus).¹⁸⁰ Ela se refere às “novas formas de heterogeneidade” (Oostindie *et al.*, 2002, p. 218) que resultam do desenvolvimento rural como um processo de recampesinização de base.

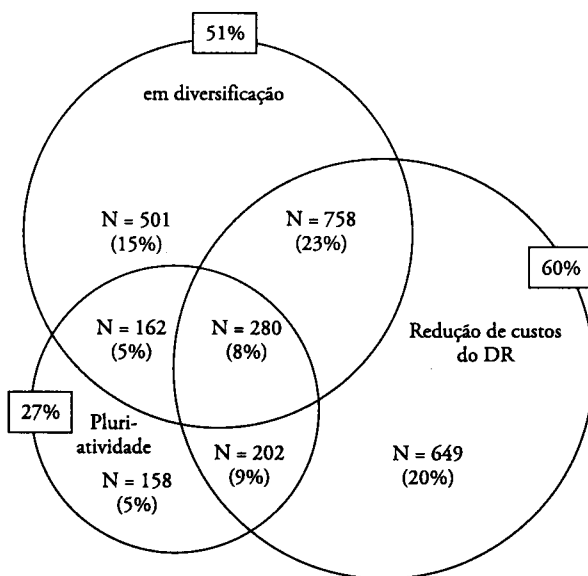


Figura 6.2 *Novas expressões emergentes de recampesinização*¹⁸¹

A Figura 6.2 indica que, entre os agricultores profissionais,¹⁸² mais de metade (51%) está ativamente envolvida em atividades que podem ser entendidas como diversificação. Em termos analíticos, a diversificação se refere àquelas atividades que fazem aumentar o valor agregado por unidade de produto produzido. As expressões típicas desse fenômeno são a agricultura orgânica, a produção de alta qualidade, a produção de especialidades regionais, o processamento dentro da unidade agrícola e a comercialização direta. A diversificação também se refere à integração de atividades não agrícolas na unidade agrícola (igualmente aumentando o VA no nível da unidade agrícola). As expressões mais conhecidas dessa segunda categoria de diversificação são a gestão (paga) da natureza, da biodiversidade, e da paisagem, a produção de energia, o agroturismo, a prestação de cuidados ou outros serviços, e uma vasta gama de serviços rurais mais tradicionais. Por conseguinte, como resultou do levantamento, mais de metade dos agricultores profissionais estão envolvidos (alguns desde há muito tempo, a maioria desde há alguns anos) no que foi designado de tipo de recampesinização da “corrente número 1” (ver Figura 6.1). É importante salientar que este tipo de recampesinização não é nem um regresso ao passado, nem uma construção desesperada de uma última corda de salvação (como defende, por exemplo, Rabbinge, 2001). Ele diz respeito a camponeses do terceiro milênio. Em média, estes camponeses trabalham 93 hectares de terra, comparando com os 74 hectares daqueles que não estão envolvidos neste tipo de diversificação, e trabalham com uma média de 3,8 unidades de trabalho (essencialmente trabalho familiar), contra 2,5 do grupo oposto dos que não se diversificaram. Além disso, estes camponeses são relativamente mais jovens. O envolvimento em novas formas de redução de custos (movimentos 2 e 3 na Figura 6.1), que contrasta bastante com a redução de custos conseguida através do aumento em escala, constitui um segundo domínio importante, embora menos visível, em que a recampesinização se desenvolve. Sessenta por cento de todos os agricultores estão ativamente envolvidos neste domínio.

Finalmente, é necessário referir a pluriatividade. Em tempos considerada uma expressão de um campesinato em extinção, a pluriatividade está de novo presente como um mecanismo através do qual o campesinato se reconstitui sob nova forma: 27% dos camponeses estão envolvidos na sua prática.¹⁸³ Existe uma sobreposição considerável entre os domínios representados na Figura 6.2, que contribui de forma clara para a criação de uma nova heterogeneidade. Nesse novo panorama emergente, os agricultores que seguem estritamente o roteiro empresarial (os quais, de acordo com o levantamento, não estão envolvidos em nenhum dos três domínios) estão se tornando numa minoria de 17%.

Tal como foi discutido no capítulo anterior, a busca e a construção de valor agregado adicional é uma característica importante da economia camponesa. Através da diversificação das atividades, o *valor agregado líquido total* dos setores agrícolas dos seis países indicados (dados de 1997) aumentou 5,9 bilhões de euros (Ploeg, Long e Banks, 2002c).¹⁸⁴ Este valor é duas vezes mais elevado que a renda agrícola *total* da agricultura holandesa. Se a última é considerada um

“gigante agrícola”, não podemos deixar de concluir que, entretanto, nasceu um novo gigante. Juntamente com esse impacto da diversificação, calcula-se que a redução dos custos (isto é, do modo camponês) contribui com mais 5,7 bilhões de euros (no total dos seis países) para a renda da agricultura familiar. Por outras palavras, não um, mas dois “gigantes agrícolas” nasceram.

Gostaria agora de comentar brevemente alguns aspectos. Em primeiro lugar, estamos lidando com aumentos (relativos) do VA e, por conseguinte, com rendas agrícolas obtidas sem o alargamento total da produção agrícola (o que teria conseqüências prejudiciais para a agricultura do terceiro mundo e para o ambiente na Europa). Basicamente, o aumento é realizado na relação VA/VBP no nível da própria produção primária.¹⁸⁵ Em segundo lugar, é preciso notar que os novos domínios em que a recampesinização se desenvolve não são separados dos sistemas de produção clássicos, tais como os do leite e das batatas. Eles se combinam em unidades agrícolas com múltiplos produtos. Isso significa que, graças ao VA adicional criado, partes consideráveis da agricultura européia, que de outra forma provavelmente desapareceriam, ainda sobrevivem. No nível da unidade produtiva, este fato é percebido através do produtor de leite que consegue manter e até desenvolver sua unidade agrícola devido às receitas obtidas a partir de, por exemplo, instalações de agroturismo em sua unidade agrícola, ou do trabalho de sua mulher na aldeia vizinha, etc.

O que se aplica à Europa em geral também pode ser encontrado no nível regional e local. *De Wolden* é uma pequena região agrícola na província de Drenthe, situada no nordeste da Holanda. É uma área muito rural. De um total de 25.000 hectares, cerca de 16.000 são cultivados. O restante é coberto por floresta e matagal. A agricultura constitui 30% do emprego total na área. As estatísticas oficiais indicam a existência de mais de 600 unidades agrícolas, embora na prática existam menos de 400 (a apresentação de dados incorretos no número de unidades agrícolas é um problema generalizado na Holanda). A renda agrícola total da região de Wolden é de 6 milhões de euros (dados de 2003). Contudo, nestas mesmas unidades existe uma renda de mais 2,5 milhões, obtida através de todos os tipos de atividades de diversificação, enquanto a pluriatividade contribui com outros 5 milhões de euros para a renda total da unidade familiar. Ou seja, as atividades agrícolas estritas contribuem com menos de metade (44%) para a renda familiar em geral (Oostindie e Broekhuizen, 2004; relações semelhantes foram descritas em Immink e Kroon, 2006; LEI, 2005; LNV, 2005; e Knickel, 2006).

A qualidade de vida nas zonas rurais

Relativamente ao seu impacto, o desenvolvimento rural conduzido pelos camponeses também pode contribuir para a qualidade de vida nas zonas rurais, segundo os residentes rurais em geral. Num programa de pesquisa italiano re-

cente (Ventura *et al.*, 2007b), foi usada uma abordagem em vários níveis para examinar a contribuição da agricultura multifuncional para a qualidade de vida. O primeiro nível se referia aos diferentes municípios. A Itália tem mais de 8.000 municípios, 6.356 dos quais estão classificados (de acordo com os critérios da OCDE, que basicamente refletem a densidade populacional) como zonas rurais ou semi-rurais. Dentro destas últimas categorias, foram estabelecidas distinções adicionais (ver Figura 6.3). Essas distinções foram introduzidas por forma a obter um melhor entendimento sobre o processo geograficamente diferenciado de contra-urbanização. Como em praticamente toda a Europa, a Itália tem sofrido um “repeuplement de la campagne” considerável, segundo as palavras de Bernard Kayser (1995).

O primeiro grupo de municípios foi definido como zonas marginais em que a renda média líquida por habitante estava abaixo da média das zonas rurais na região como um todo. 3075 municípios foram classificados como marginais. Esses municípios se situavam especialmente, embora não exclusivamente, na parte sul do país e nas Ilhas. As zonas não marginais remanescentes foram divididas em três categorias contrastantes. A primeira incluía zonas em que as atividades agrícolas eram relativamente mais importantes do que em outras zonas. O critério estatístico usado foi o número de pessoas diretamente envolvidas na agricultura, o qual nestas zonas era mais elevado do que a média regional. Em termos práticos, quando mais de 10,8% da população economicamente ativa de um município está diretamente envolvida na produção agrícola primária, o município é definido como “zona agrícola especializada”.

Nas outras duas categorias, a agricultura tinha uma importância secundária. Em uma delas, sua importância não só era baixa, como também estava em rápido declínio (comparando o Censo Agrícola de 2001 com o de 1991, esse declínio excedeu os 36%). Esta categoria de município é designada de *subúrbios* e caracterizada por uma afluência relativamente elevada de pessoas viajando diariamente de casa para o trabalho. A terceira categoria, embora tivesse uma percentagem relativamente baixa de agricultura, não possuía o declínio acentuado. Um número surpreendente de municípios apresentava até um crescimento absoluto geral nos níveis de emprego agrário e uma recuperação de suas economias rurais devido ao desenvolvimento, por exemplo, de produção vinícola de grande qualidade. Esta categoria foi denominada de “novas zonas rurais”. A lógica subjacente a esta classificação é clara. Com o declínio mais ou menos generalizado da agricultura (que resulta da globalização e da liberalização), o campo *não* é convertido, de forma linear, em uma zona marginal “generalizada”. Ao contrário, é provável que se desenvolvam diferentes trajetórias de desenvolvimento, as quais darão lugar a espaços diferentes (ver também Murdoch, 2006). Por conseguinte, juntamente com um número decrescente de zonas agrícolas especializadas, não existem apenas zonas marginalizadas e subúrbios, mas também novas zonas rurais onde a agricultura tem um novo papel (para casos bem documentados, ver Ventura e Milone, 2005b).

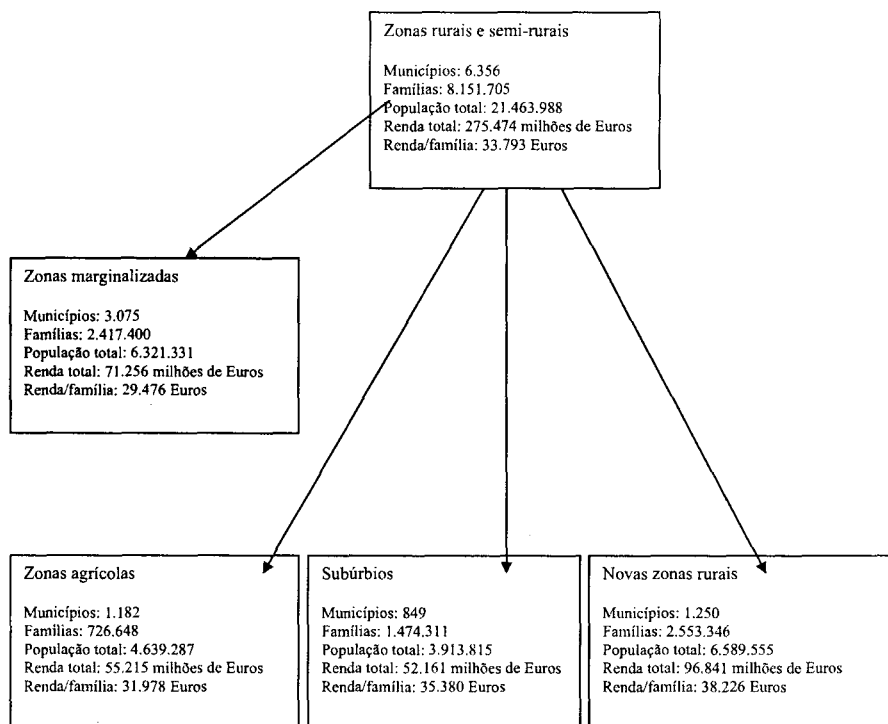


Figura 6.3 *Diferenciação de zonas rurais e semi-rurais na Itália*

Além dessa diferenciação de espaço, os próprios habitantes rurais podem ser divididos em três categorias. Através de um levantamento representativo ($n=1.445$), 58% dos inquiridos afirmaram serem habitantes rurais por tradição e estarem ligados à zona através de relações familiares. Outros 10% afirmaram que viviam na zona rural por “necessidade”. Os restantes 32% disseram ter feito uma “escolha consciente” quando decidiram viver em uma zona rural.

Se agora juntarmos as pessoas e os lugares, surge uma estrutura que é sintetizada na Figura 6.4. Essa estrutura mostra que as pessoas que têm possibilidade de escolher onde vivem tendem a se localizar nas novas zonas rurais. Aparentemente, essas zonas são atrativas do ponto de vista do contexto do “repovoamento do campo”. Se de fato isso está relacionado com as características distintivas dessas zonas ou não, e caso esteja, a que características, foi o objeto da segunda análise que diz respeito às inter-relações *dentro* dos municípios.

O inquérito deste segundo nível é baseado num modelo teórico centrado no conceito de capital social.¹⁸⁶ Segundo o relato bem conhecido de Putnam sobre a cultura cívica italiana (Putnam, 1993), o capital social é essencialmente entendido como um conjunto denso de redes interligadas e em bom funcionamento que ligam as pessoas através de conjuntos de normas e crenças partilhadas. Esta definição é próxima da definição do Banco Mundial:¹⁸⁷ “O capital social se refere

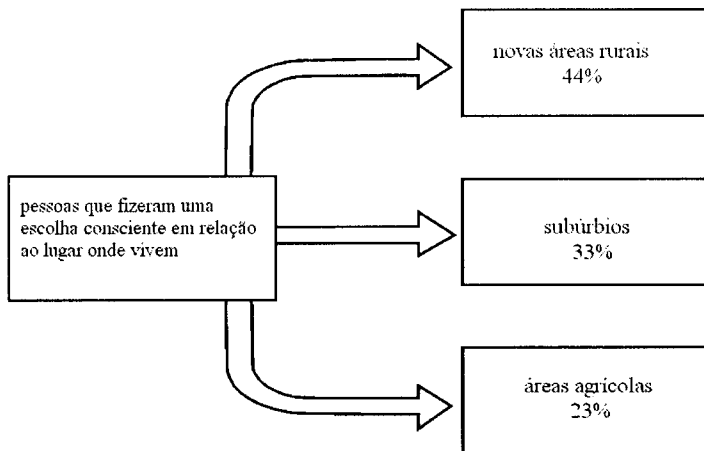


Figura 6.4 Para onde se mudam as pessoas?

às normas e redes que possibilitam a ação coletiva. Provas cada vez mais fortes demonstram que a coesão social – capital social – é crítica para o alívio da pobreza e para o desenvolvimento humano e econômico sustentáveis”. Contudo, tal como Long, creio que estas definições dão demasiada ênfase à solidez das normas e valores “partilhados”. “As redes sociais contêm uma multiplicidade de conexões parciais, conteúdos de troca, repertórios normativos e marcadores múltiplos de moralidade. Elas nunca são completamente integradas ou organizadas em torno de um conjunto inequívoco de valores, direitos e obrigações. São confusas e ambivalentes” (Long, 2001, p. 132-133).

Por conseguinte, o capital social foi medido, no segundo nível do inquérito, através de avaliações extensivas feitas pelos habitantes rurais sobre as redes múltiplas (e, parcialmente conectadas ou desconectadas entre si) em que estavam efetivamente envolvidos.¹⁸⁸ Essas redes podiam ser centradas na educação das crianças (uma rede envolvendo professores, instalações, autoridades locais e regionais, cantinas escolares e cozinheiros, outros pais, etc), na vida política da área (pontos de encontro locais, debates, organizadores, etc) ou podiam ser organizações de trabalho voluntário de natureza social e religiosa, etc. Os pesquisadores partiram do pressuposto de que uma avaliação positiva estaria relacionada com a boa integração dos indivíduos nessas redes¹⁸⁹ e, por conseguinte, indicaria um capital social bem desenvolvido. O capital social nunca está simplesmente “por aí”. Ele apenas surge quando as redes são ativamente usadas. Do mesmo modo, os pesquisadores partiram do pressuposto de que o bom desenvolvimento dessas redes e a participação ativa nelas levariam a avaliações positivas das particularidades de um lugar – isto é, que esse lugar seria melhor do que outros. Se as pessoas participassem de muitas redes na sua zona, elas teriam obviamente a possibilidade de conhecer muitos habitantes locais, incluindo aqueles que cuidam de crianças, de idosos, etc. Por outras palavras, elas poderiam conhecer a forma de

organização social local, como abordar as pessoas, como obter informações sobre questões locais, quando e onde se realizam encontros culturalmente relevantes, etc. Em suma, este tipo de capital social produziria um *sentimento de pertença* e contribuiria para uma *avaliação positiva* do lugar onde vivem. E se a diferença entre o urbano e o rural fosse relevante em alguns ou em todos esses aspectos, então essas diferenças também se refletiriam na pesquisa empírica.

O capital social pressupõe a existência de “bens coletivos” (Lin, 1999, p. 41), isto é, de recursos que estão enraizados nas redes relevantes. Na pesquisa que estamos discutindo, estes recursos eram operacionalizados de duas formas: em primeiro lugar, garantindo a disponibilidade e qualidade de uma vasta gama de “serviços” (saúde, educação, transportes públicos, correios, instalações esportivas, etc); e, em segundo lugar, garantindo o caráter atrativo das imediações (essencialmente a paisagem, a natureza, as acessibilidades, a ausência de poluição, etc). Sem serviços e sem os pontos de encontro associados, o capital social não se desenvolve facilmente. Uma maior quantidade e qualidade de serviços será correspondente a um maior capital social, assim contribuindo direta e indiretamente para a qualidade de vida.¹⁹⁰ Além disso, a *ruralidade* (Ploeg, 1997b), ou a qualidade do meio ambiente rural, será também um elemento crucial que contribui para a qualidade de vida, e que pode até ser o principal motivo que leva a que as pessoas se mudem para o campo (Kayser, 1995; Kinsella *et al.*, 2000).

A Figura 6.5 sintetiza o modelo teórico descrito até aqui. Uma das características importantes desse modelo, é que ele pode ser lido nos dois sentidos, isto é, ele ajuda tanto a clarificar como a especificar a própria noção de “qualidade de vida”. A qualidade de vida engloba três dimensões: a social, a econômica e a física. A dimensão social envolve a coesão social e as redes sociais que ligam as pessoas e que lhes permitem compreender sua própria situação. Em suma, ela se

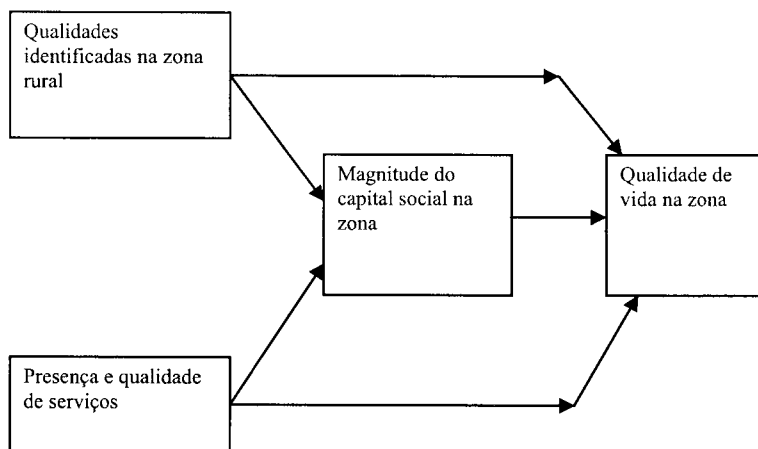


Figura 6.5 *Modelo teórico subjacente ao inquérito sobre a qualidade de vida em zonas rurais*

refere ao capital social. A dimensão econômica diz respeito à disponibilidade e qualidade de serviços e de atividades produtivas.¹⁹¹ A dimensão física é centrada, entre outras coisas, na paisagem, em suas qualidades, acessibilidades e na capacidade de mantê-la.

A Figura 6.6 é um diagrama de caminho que sintetiza as principais descobertas empíricas da pesquisa, as quais são baseadas no modelo teórico descrito acima e na Figura 6.5. Sem entrar em todos os aspectos técnicos implícitos,¹⁹² a figura mostra, em síntese, que o capital social se traduz de fato em qualidade de vida, do ponto de vista dos habitantes rurais. E isso acontece através de dois caminhos: um deles se inicia com um conjunto de redes que se aplicam à comunidade em geral; o outro, parte das redes diretamente ligadas à família e aos filhos. O diagrama de caminho também revela que o capital social está, por sua vez, relacionado com (“é explicado por”) uma gama de relações ligadas à prática agrícola e, especialmente, à agricultura multifuncional. Quanto mais positiva for a avaliação sobre o papel da agricultura na criação e manutenção das qualidades da zona rural, mais capital social existe ($\beta = +0,25$ respectivamente $+0,24$). E quanto mais desenvolvida for a multifuncionalidade na agricultura local, mais o capital social é fortalecido ($\beta = +0,11$ respectivamente $+0,07$).¹⁹³

A importância das unidades agrícolas multifuncionais recentes reside não só nos produtos, serviços e no valor agregado associado que elas fornecem, mas também, e talvez especialmente, na sua contribuição para o capital social (e, por conseguinte, para a qualidade de vida nas zonas rurais). Além da importância de um bom queijo por si só, os encontros e trocas que a produção desse novo queijo implica também são importantes. A multifuncionalidade gera novas redes que se tornam ingredientes importantes do capital social. Por outro lado, os novos habitantes rurais podem constituir, por sua vez, um mercado atrativo (adicional) para os agricultores que se renovam (ver o β positivo, embora pequeno, ligando a quantidade de habitantes rurais que escolhem conscientemente a zona e a magnitude da agricultura multifuncional). É desta forma simbólica que a oferta e a demanda se encontram e, subsequentemente, se traduzem em trocas materiais. Os novos bens e oportunidades fornecidos pelas unidades multifuncionais acabam por ser o veículo de novas trocas, de um novo crescimento e de novas redes que começam a sustentar tanto essas trocas como esse crescimento.

Nesse aspecto, o fato de a agricultura multifuncional contribuir positivamente para a prestação geral de serviços e para sua qualidade ($\beta = +0,18$) também é significativo. A agricultura multifuncional proporciona, de fato, a criação de lojas, instalações esportivas, espaços de lazer e turismo de todos os tipos, oportunidades de emprego, etc. Em suma, ela cria uma parte da dimensão econômica da qualidade de vida (assim como fortalece o lado físico e social).

Voltando à classificação das zonas rurais, é significativo que as zonas agrícolas especializadas e as zonas suburbanas contribuam negativamente para o capital social ($\beta = -0,24$ respectivamente $-0,08$) e para a magnitude da agricultura multifuncional ($\beta = -0,12$). Assim, são as novas zonas rurais onde a multifuncionalidade

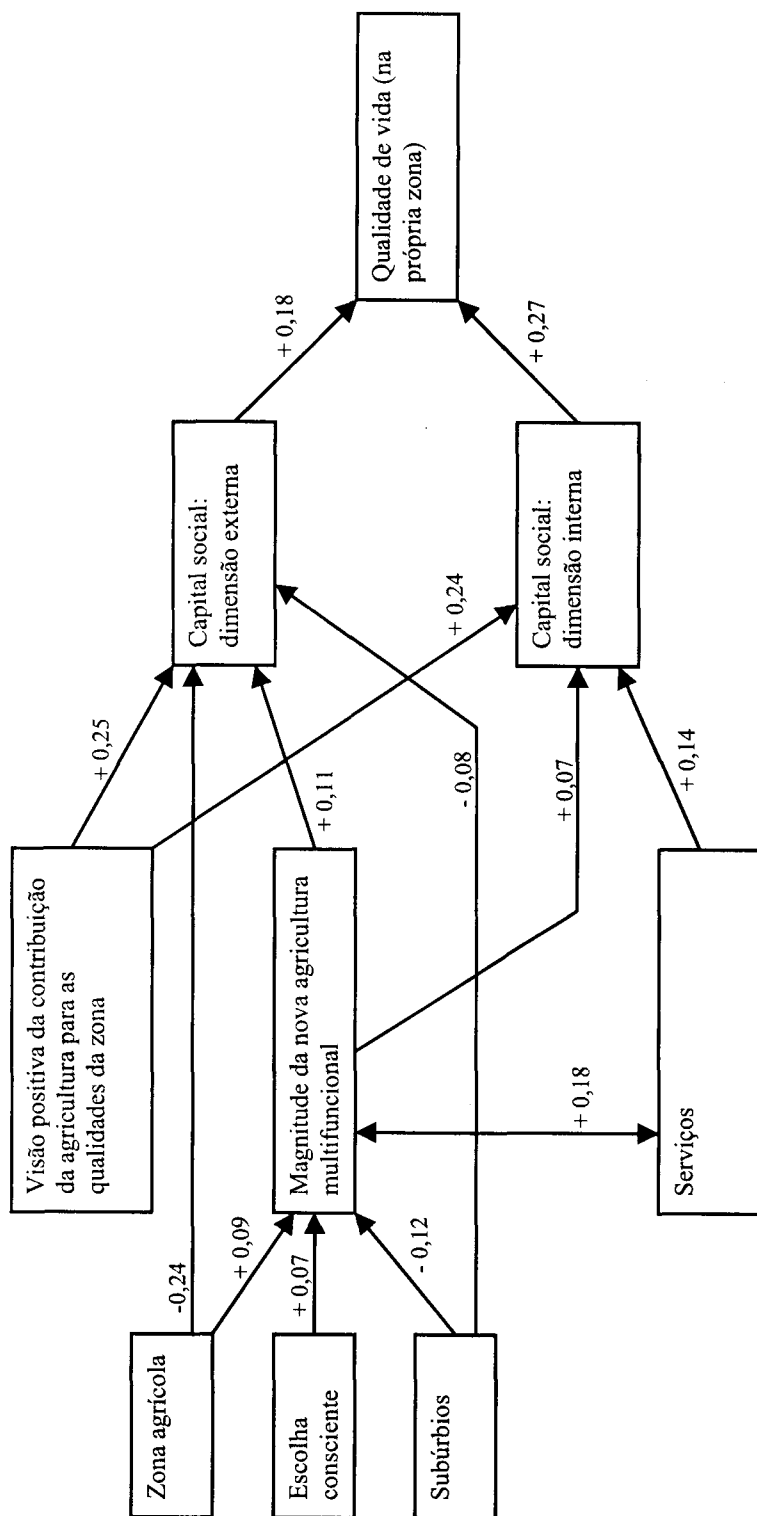


Figura 6.6 Explicação para a qualidade de vida (o diagrama de caminho geral)

está florescendo particularmente e os novos habitantes rurais (seduzidos pelo caráter atrativo socialmente construído da zona) que se tornam os portadores da qualidade de vida no campo. Por conseguinte, a recampesinização corresponde ao fortalecimento do belo lado “grego” da agricultura – mesmo na Itália

Novos tipos de tecnologia camponesa emergentes

Zwiggelte é uma pequena aldeia não muito distante da região de *De Wolden* referida no ponto anterior. É uma aldeia um pouco triste, uma daquelas aldeias de onde “Deus desapareceu” (Mak, 1996). Aí se desenvolve bastante agricultura, que durante séculos se centrou na produção de “batata para fábricas”, um sub-setor que representa uma crise crônica. Existe alguma criação de gado leiteiro, criação intensiva de porcos e galinhas e, por isso, um grande excedente de estrume, muita floresta, um grande parque de lazer com bangalôs, algumas pequenas e médias empresas e, finalmente, um fragmento interessante de “arqueologia”: uma estação de bombeamento antigamente usada para canalizar as reservas de gás natural então abundantes para o sistema de distribuição nacional (e internacional). Atualmente, a estação de bombeamento já não é usada: as reservas de gás foram esgotadas.

Um grupo de sete agricultores (já experientes em encontrar saídas novas e inovadoras para a estagnação aparentemente perene vivida em Zwiggelte)¹⁹⁴ tomou a iniciativa de procurar alternativas. O primeiro princípio de projeto que o grupo usou, embora de certa forma implícito, consistiu na combinação dos seguintes elementos: a) uma base tanto quanto possível de bens locais; b) o fortalecimento desses bens através da introdução seletiva de elementos externos específicos de forma a proporcionar c) a criação de uma combinação nova e produtiva desses bens. Assim, bens anteriormente inúteis poderiam ser ativamente convertidos em recursos produtivos, sem a degradação ou a colocação em desuso de outros recursos.

A proposta desenvolvida por esses sete agricultores pode ser explicada através da Figura 6.7. A figura mostra, em primeiro lugar, os elementos já mencionados (a floresta, os excedentes de estrume, o vestígio arqueológico, etc). Na figura, é salientado um segundo princípio de projeto, isto é, a criação de *ligações novas e até então não existentes*. A primeira ligação (ainda pouco conhecida na época) foi estabelecida entre o excedente de estrume e a produção de energia. Contudo, a eficiência de uma conversão direta de estrume em energia é ilusoriamente baixa. Assim, uma segunda ligação se tornou decisiva. O grupo de agricultores tomou conhecimento de uma nova tecnologia – desenvolvida na Alemanha – que aumenta consideravelmente a eficiência do processo de conversão que estavam desenvolvendo através da adição de carbono. Após uma visita de estudo à Alemanha (a segunda ligação), os agricultores concluíram que isso poderia ser aplicado à sua própria situação, especialmente depois da criação de uma terceira e quarta ligações – através da manutenção da floresta, eles conseguiriam “colher”

uma grande parte do carbono necessário, e também usar resíduos agrícolas. A conversão de estrume enriquecido com carbono origina gás. Isso provocou uma quinta ligação: a antiga estação de bombeamento podia agora ser reutilizada para introduzir o gás diretamente no sistema de distribuição. Para convencer a empresa (*Gasunie*) que controla a distribuição de gás, uma sexta ligação foi estabelecida e usada: a instituição de pesquisa *Petten* (ECN) foi contratada para fazer uma análise química e física do gás que seria produzido. O resultado foi que esse gás tinha as mesmas características que o gás natural e, por isso, podia ser introduzido sem qualquer inconveniente no sistema de distribuição. Sendo extremamente astutos, os agricultores camponeses de Zwiggelte rapidamente perceberam que um dos riscos implícitos dessa ligação seria uma dependência quase total da rede *Gasunie*. Então, eles estudaram uma sétima ligação: a possibilidade de converter o gás, com uma turbina, em eletricidade e de canalizar essa eletricidade através da rede de distribuição regional (*NUON*). Desse modo criariam flexibilidade: a energia podia ser canalizada, de acordo com os termos de troca, ou para a *NUON* ou para a *Gasunie*. Contudo, a concepção de uma nova estruturação que prometia transformar bens mais ou menos inúteis em recursos produtivos não parou aqui. A produção de eletricidade a partir de gás também produz muito calor. Normalmente esse calor é perdido. Assim foi estabelecida a oitava ligação:

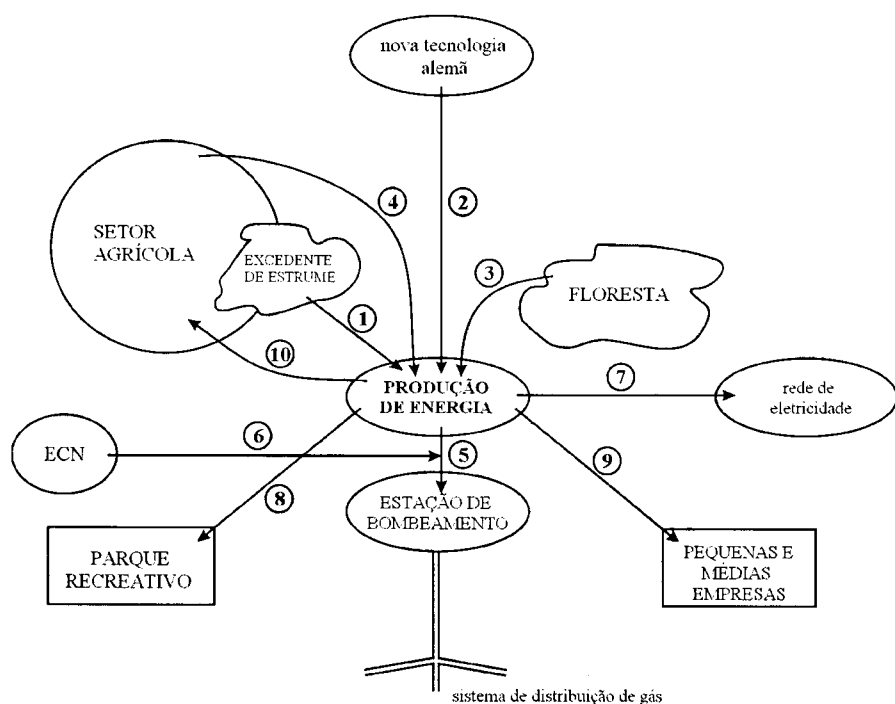


Figura 6.7 Reestruturando o uso de recursos em Zwiggelte – um exemplo do engenho dos camponeses

a canalização do calor para o parque de bangalôs e para a piscina (dessa forma a piscina ao ar livre podia ser usada por um período mais extenso no ano, tornando o parque mais atrativo). A nona ligação explorada foi a distribuição *direta* de eletricidade (através de um cabo novo) às pequenas e médias empresas locais. A décima se relaciona com o uso do VA realizado na comunidade local.¹⁹⁵

Embora tenham existido várias outras ligações na proposta de Zwiggelte, a questão principal é clara: a inovação se processa aqui como uma reestruturação, como a criação de novas ligações. Os aspectos focados aqui são essencialmente materiais, mas é claro que cada passo envolveu também uma negociação, renegociação e, possivelmente, a criação de novas relações *institucionais*. Em suma, este caso constitui um projeto técnico-institucional (Rip e Kemp, 1998) de reestruturação de um conjunto específico de relações que formam parte do mundo social e do mundo natural. A reestruturação é inerente a qualquer mudança. Ela é também uma característica evidente do Império como princípio orientador (ver, por exemplo, Figuras 3.5 e 4.1). No entanto, existem diferenças decisivas entre estes dois tipos de organização. Pretendo desenvolver essas diferenças em termos de princípios de projeto (adicionais), os quais, finalmente, podem se materializar em princípios orientadores.

Juntamente com os dois princípios de projeto já especificados – uma base de recursos com bens disponíveis e a criação de novas ligações – existem outros três princípios que são cruciais para estabelecer a distinção. Um deles é o fato de o objetivo final da reestruturação não ser externo à situação local (tal como apresenta a Figura 3.5), mas residir na própria situação local. As necessidades e os recursos locais são configurados, reconfigurados e combinados (através de processos complexos de conceituação e materialização) para criar soluções *locais* para problemas globais (tal como o *squeeze*, aqui personificado na miséria das “batatas para fábricas”, nos excedentes de estrume, etc). Uma característica-chave destas soluções locais é que elas não só aumentam o VA total, como também o aplicam na comunidade que o produz. Assim, a inovação camponesa contém potencialmente um ordenamento do mundo que vai radicalmente contra aquele subjacente ao Império.

O segundo princípio é que as trocas que presumivelmente ocorrem com e devido a cada ligação recém-estabelecida são conceituadas e materializadas, em primeiro lugar, como *conversões* – e não como *transações lucrativas*. O conjunto *total* de ligações recém-estabelecidas (como representa a Figura 6.7) tem o objetivo de produzir nova riqueza. Não se espera que *cada uma* das conversões feitas seja ou deva ser uma transação que produza lucro. Se o lucro fosse uma condição necessária, então a transação em geral seria definitivamente impossível. O engenho dos camponeses implica, de fato, uma reflexão constante sobre os circuitos de mercadorias e de não-mercadorias e sobre a reconfiguração dos limites entre os dois (ver também Ventura e Milone, 2005a). Por outras palavras, o “mercado”, ou um conjunto de mercados interligados, não é aqui entendido como um princípio orientador que configura e reproduz as ligações necessárias. Pelo

contrário, a organização desta nova realidade como um mercado (isto é, através de um conjunto de relações de mercado) seria equivalente à sua aniquilação. A realidade concebida (como ilustrada em Figura 6.7) está ligada *apenas* aos mercados de produtos *no final da “cadeia”*. Por conseguinte, a autonomia relativa, uma característica importante do modo de ordenamento camponês (e graficamente ilustrada na Figura 2.5), é colocada “em trânsito”: ela é ativamente transferida da unidade agrícola para um nível mais elevado de agregação, ou seja, para o novo esquema que pretende produzir energia. Em suma, a autonomia relativa é incorporada às novas tecnologias produtoras de energia e, simultaneamente, reproduzida por elas.

Outro aspecto decisivo do modo de ordenamento camponês, a *artesanidade* (ver Tabela 5.1), também é transferido através da inovação camponesa. A artesanidade transita para a concepção de novas tecnologias, assim criando tecnologias orientadas para habilidades que dependem criticamente da centralidade do trabalho e das habilidades associadas: quanto mais capaz for a força de trabalho, melhores serão os resultados produtivos.¹⁹⁶ Por oposição às tecnologias mecânicas em que o trabalho é essencialmente visto como uma extensão da máquina, nas tecnologias orientadas para habilidades o trabalho *domina* o processo de produção, o que também implica que podem ser criados melhoramentos constantes e cumulativos.

Em seu estudo sobre “economias do arroz”, Francesca Bray (1986) introduziu a distinção entre tecnologias orientadas para habilidades e tecnologias mecânicas. A autora conceituou as primeiras como sendo compostas por uma combinação de aparelhos técnicos relativamente simples, com uma força de trabalho altamente qualificada, experiente e conhecedora. Por outro lado, as tecnologias mecânicas representavam artefatos técnicos altamente sofisticados que podiam ser acionados por uma força de trabalho não qualificada. Esta distinção estava bem presente nos domínios empíricos que a pesquisadora estava estudando (o Extremo Oriente e os EUA). A conclusão a que pretendo chegar se baseia no trabalho de Bray, mas ao mesmo tempo vai mais além. Ela se resume ao seguinte: no domínio do campesinato *de hoje*, especialmente na Europa, mas não exclusivamente, está emergindo uma nova combinação de instrumentos complexos e sofisticados com uma mão-de-obra altamente qualificada. Referir-me-ei a essas combinações como tecnologias sofisticadas e orientadas para habilidades. Através delas, os agricultores camponeses são de novo capazes de demonstrar sua superioridade técnica.

Permitam-me agora discutir mais alguns exemplos destas tecnologias novas para explorar algumas das suas especificidades. Os exemplos provêm da Itália.

Azeite

A produção de azeite tem, basicamente, duas fases. A primeira consiste em espremer as azeitonas para obter o azeite, enquanto a segunda se resume a limpar

o produto obtido através da filtração: é necessário retirar impurezas tais como pequenas partículas de frutos secos esmagados. Na maior parte dos casos a filtração é feita com água, que depois tem de ser retirada do azeite. Atualmente existe um novo aparelho técnico disponível para esta segunda fase: um sistema de centrifugação que separa a mistura de azeite e água em duas camadas circulares (ver Figura 6.8), uma no centro contendo o azeite e a outra, isto é, a camada exterior, com a água e as impurezas. Essa separação resulta das diferenças na gravidade específica e das rotações a alta velocidade da centrífuga.

A dificuldade deste sistema é que o azeite tem de ser retirado enquanto a máquina está em rotação em alta velocidade. Isso é feito com uma “agulha cônica” que extrai o azeite. A arte de manejar esta tecnologia consiste em colocar a agulha na “altura” necessária, pois se ela for colocada demasiado no fundo, o azeite se perde, e se estiver muito acima, o azeite recolhido estará contaminado com água. O ajuste correto da agulha (por décimos de milímetros) precisa ser coordenado com vários outros fatores – as rotações por minuto, o volume e composição do azeite, o fluxo e velocidade com que entra no cilindro, etc. Assim, o aperfeiçoamento, isto é, o ajuste simultâneo e mutuamente interdependente de uma vasta gama de variáveis (ou seja, o controle de muitos botões ao mesmo tempo) se torna central. Ele se baseia na observação e interpretação simultânea de vários indicadores, tais como a qualidade e cor do azeite extraído e a cor e composição da água drenada. Isso requer um conhecimento meticuloso, uma experiência considerável, nervos de aço e a capacidade de traduzir os ciclos de observação e interpretação em constante mudança nos ajustes necessários. É a isso que chamo habilidade.¹⁹⁷ Essa habilidade é, em parte, uma linguagem sem palavras, e em parte conhecimento que não pode ser expresso através de conceitos precisos, inequívocos e quantificáveis (ver Darré, 1985). Ela só pode ser obtida ao longo de

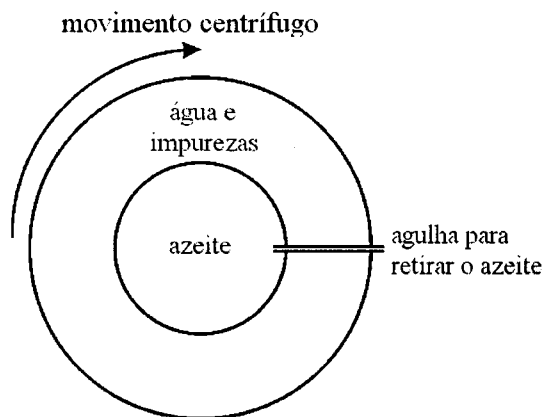


Figura 6.8 – *Filtração de azeite em centrífuga*

extensos períodos de aprendizagem, treino e experiência. Como conhecimento, a habilidade resulta claramente da experiência e da prática.

Contudo, a descrição de uma centrífuga e de seu funcionamento não serve para descrever exaustivamente essa tecnologia. Para obter o melhor azeite possível é necessário cumprir com várias condições adicionais. Entre elas estão as seguintes:

- O processamento do azeite deve ser um fluxo contínuo (devem evitar-se paragens e interrupções frequentes);
- O intervalo de tempo entre a colheita das azeitonas e o processamento subsequente deve ser de 12 horas no máximo;
- As azeitonas devem estar maduras no momento da colheita;
- As azeitonas devem ser colhidas da árvore (e não recolhidas do chão).

Sem entrar em demasiadas complexidades e aspectos técnicos associados, é óbvio que estas condições implicam uma organização social complicada, continuada e, ao mesmo tempo, flexível do tempo, do espaço e do trabalho. Para isso, algumas questões precisam ser respondidas. Que campos de oliveiras devem ser colhidos, em que altura e por que ordem? E como deve ser organizado o trabalho da colheita e transporte para a usina de processamento para que seja obtido o fluxo ótimo e “ininterrupto” de azeitonas desejado ao longo do tempo, bem como um azeite da melhor qualidade possível?

Isso é a habilidade: a capacidade de (re)organizar e coordenar o tempo, o espaço, o trabalho, os artefatos técnicos, os padrões de fluxo e qualidade e, ao mesmo tempo, considerar a inconstância do solo, do tempo e outros fatores imprevisíveis. Tive a oportunidade de assistir várias vezes ao trabalho dessas pequenas unidades de processamento de azeite e sempre fiquei impressionado com o nervoso inicial, especialmente durante os ajustes no início da campanha. Os agricultores jovens ficam muito tensos quando pensam na eficiência da conversão do processo e na qualidade do azeite obtido. Esses são fatores frequentemente muito importantes para sua economia familiar. Então, cabe ao *frantoio* (o homem que aciona e ajusta as máquinas) acalmar os agricultores nervosos para evitar interrupções prejudiciais.

A tecnologia não serve apenas para interligar artefatos e controlar fluxos materiais – ela serve também, e na mesma proporção, para interligar pessoas de formas específicas com o objetivo de obter as condições e fluxos corretos. Por conseguinte, a habilidade implica ter uma visão geral, observar, lidar com, ajustar e coordenar domínios extensos do mundo social e do mundo natural. Isso é conseguido através de uma fundamentação nas especificidades das partes envolvidas do mundo social e do mundo natural – se não mesmo através de um *alargamento* explícito dessas especificidades. É provavelmente neste último aspecto (a fundamentação em especificidades encontradas e/ou criadas) que reside a principal diferença entre as tecnologias orientadas para habilidades e as

tecnologias mecânicas. As últimas não conseguem lidar facilmente com (nem fundamentar-se em) especificidades. Os ajustes constantes não são viáveis nem desejáveis. Quando produz coca-cola, então só coca-cola pode sair da usina. Uma coca-cola melhor ou pior ou mesmo ligeiramente diferente é impensável e seria imediatamente considerada uma catástrofe. Como estruturas objetificadas de um “fluxo direto”, as tecnologias mecânicas pressupõem um influxo padronizado, tal como produzem um refluxo padronizado. Elas não sabem lidar com a especificidade nem com a variação. A especificidade é um desvio, uma ameaça e até, potencialmente, um fator destrutivo.

Se as tecnologias sofisticadas e orientadas para habilidades podem ser entendidas, de certa forma, como um processo continuado de engenharia, criação e descoberta, então as tecnologias mecânicas representam a formalização, a rotinização, a repetição infundável e, de certa forma, um impasse: as coisas são feitas como são e é assim que elas continuam sendo feitas. Assim, é difícil realizar melhoramentos endógenos.

Leite

No caso do leite, e dos laticínios em geral, a padronização (isto é, a eliminação de desvios e especificidades) ocorre, entre outras coisas, através da pasteurização de leite cru. O leite cru é um produto natural que contém uma variedade de micro-organismos, muitos dos quais são essenciais para o seu gosto, cheiro, sabor, qualidade e benefícios para a saúde, enquanto outros podem ser potencialmente prejudiciais. Através da pasteurização, esse leite natural (como é chamado na Itália) ou leite cru (como é designado na Holanda) é literalmente transformado em uma “substância morta” que será reconstruída em diferentes produtos, como manteiga, iogurtes, leite para consumo, etc. A pasteurização é uma característica intrínseca das tecnologias mecânicas atualmente usadas na indústria de laticínios. Em vez de existir uma base na natureza (e nas especificidades que ela implica), nessas tecnologias a natureza viva é eliminada (na discussão sobre a Parmalat, dei um exemplo da pasteurização dupla e até tripla para transformar leite “velho” ou impróprio para consumo em “leite fresco”). A pasteurização não é, em si mesma, necessária. Com efeito, muitos queijos excepcionais, como o *Parmigiano-Reggiano* (queijo parmesão, como é geralmente conhecido) são feitos de leite cru e natural – mas a produção desses queijos implica obrigatoriamente tecnologias orientadas para habilidades. Nestas últimas tecnologias, o *casaro* altamente qualificado, ou produtor de queijo, é o núcleo de uma *rede de atores* extensa que liga campos bem desenvolvidos de cultivo de alfalfa, sistemas de irrigação extensivos, agricultores altamente qualificados, raças de gado particulares (cujo leite contém níveis elevados de caseínas KKB), técnicas de rações de verão, a secagem de feno nas unidades agrícolas, uma *disciplinare di produzione* bem delineada (o manual que especifica a melhor forma de produzir

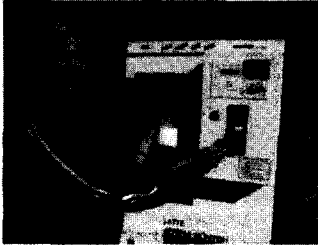
um bom leite para queijo), estradas, pequenos recipientes de leite e um raio de ação de não muito maior que vinte quilômetros (para evitar a decomposição do leite natural), etc. A mesma rede também exclui explicitamente muitos outros elementos, como o milho, a silagem de forragens e a tecnologia da ração única para a alimentação do gado. Da mesma forma, esta rede, composta por agentes humanos e não humanos interagindo e interligados, tem uma flexibilidade considerável, que permite a criação de uma maior especificidade (no caso do queijo parmesão, essa especificidade se materializa no queijo especial produzido a partir do leite das tradicionais vacas vermelhas, o queijo especial das zonas montanhosas, o queijo orgânico, etc). Nesta rede, a artesanidade e as habilidades são cruciais para lidar com as entidades materiais altamente variáveis e com os aspectos sociais da rede – tal como no caso do azeite de alta qualidade. A pasteurização é excluída na rede específica que caracteriza a produção do *Parmigiano-Reggiano* e de outros queijos semelhantes, pois não é necessária. Se o leite for ruim ou estiver contaminado, o *casaro* perceberá isso, provavelmente, de imediato, rejeitando-o (ou usando-o como ração para os porcos). Se isso não fosse percebido, o resultado seriam queijos malcheirosos, fermentados ou produzindo gases que fazem explodir esses queijos. Assim, o sistema em geral tem seus mecanismos de segurança.

O leite para consumo não tem esse mecanismo de segurança (ou pelo menos não tem nenhum mecanismo de segurança integrado no produto final). Não obstante, particularmente no norte e centro da Itália, existe um renascimento generalizado e muito interessante do *latte vivo* (leite natural que não é pasteurizado). Os novos aparelhos técnicos miniaturizados e automatizados para controlar e engarrafar leite fresco e sua distribuição subsequente através de redes novas e estendidas são elementos importantes e, de fato, sofisticados desse renascimento. O leite é distribuído a partir da unidade agrícola para várias escolas, hospitais, lojas, restaurantes públicos, etc. Ele é transportado todas as manhãs (depois da ordenha, refrigeração e engarrafamento) em caminhões frigoríficos para pontos de distribuição onde é colocado em vitrines refrigeradas para venda ao público (ver Figura 6.9). O leite que sobra do dia anterior é recolhido (e normalmente usado para fazer iogurte, manteiga, etc). Contudo, são os aperfeiçoamentos na unidade agrícola em geral que são centrais. As vacas são ordenhadas em condições de extrema higiene, o equipamento de ordenha é escolhido com cuidado, os procedimentos de limpeza e os controles são meticulosamente precisos. Além disso, as vacas não podem sofrer estresse (nem a vulnerabilidade a doenças associada), e as rações e forragens têm de cumprir os critérios mais elevados de limpeza e saúde. As pessoas que fazem a ordenha precisam ser capazes de observar e interpretar corretamente qualquer alteração no comportamento dos animais. E assim por diante. Em suma, a unidade como um todo, assim como a rede em que está integrada, é transformada em um *organismo* bem cuidado e em bom funcionamento que produz, por si só, leite fresco que corresponde aos mais elevados padrões de qualidade e segurança.

**vendita diretta
di latte crudo sfuso:
dal Produttore al Consumatore**

**vendita diretta
di latte crudo sfuso:
dal Produttore al Consumatore**

Una redditizia opportunità



**Rivenditore Esclusivo
per l'ITALIA**

DISTRIBUTORI AUTOMATICI

SC
FZ
A.Z.O.

Servizi
COMMERCIALI
ALLEVATORI

Società Cooperativa a r.l.
22036 ERBA (CO)
via Diaz, 5
Tel. 031 / 61 09 82
Telefax 031 / 61 11 38
P. Iva 01279600132
e-mail cofazo@virgilio.it
http://xoomer.virgilio.it/apacolo

LATTE SFUSO

1° in ITALIA



al prezzo di

1 € il litro

Il consumatore risparmia

il 30%

l'allevatore moltiplica

x 10

il guadagno di ogni litro di latte

Chi lo può fare?

**Tutti gli allevatori produttori
di latte alimentare!**

Figura 6.9 *Novos aparelhos tecnológicos*

Aqui estou também me referindo à rede sociotécnica em que a unidade está integrada, pois além da tecnologia é necessário que os consumidores sejam conhecedores. Se os consumidores levarem leite fresco de uma das vitrines refrigeradas e o deixarem durante horas dentro de um carro estacionado ao sol, e só depois o colocarem na geladeira em casa – ou se usarem o leite fresco depois de dois dias, por exemplo – então os esforços feitos na unidade agrícola serão em vão. A rede precisa de consumidores que não só sejam capazes de julgar e apreciar as virtudes específicas do leite fresco, como também estejam dispostos a tratá-lo da forma adequada.

Assim, as seguintes características são centrais à tecnologia presente neste “organismo” e na rede associada (ver também Roep, 2000; Rip e Schot, 2001 e Ventura e Milone, 2005a):

- Ela produz um nível de *qualidade* que não pode ser alcançado na indústria (ou seja, com a aplicação de tecnologias mecânicas). A artesanidade e a tecnologia que permite seu uso e desenvolvimento pleno, isto é, a tecnologia orientada para habilidades, são decisivas. A tecnologia orientada para habilidades é

desenvolvida e fortalecida através do uso de aparelhos técnicos sofisticados (como no caso do azeite de alta qualidade) e/ou da transformação da própria unidade agrícola em um “organismo” altamente sofisticado.

- É uma tecnologia, por definição, *localizada*: é baseada em fatores locais, isto é, em especificidades e, por isso, também resulta em especificidade.¹⁹⁸ Em termos mais gerais, as tecnologias sofisticadas e orientadas para habilidades (aquilo a que podemos chamar de “tecnologias camponesas”) são redes de atores que se fundamentam e adaptam a especificidades, variabilidade e também a imprevistos (Remmers, 1998) no mundo social e no mundo natural, enquanto, ao mesmo tempo, traduzem esses elementos em níveis mais elevados de qualidade. Aqui reside a diferença central relativamente às tecnologias mecânicas. As últimas não se fundamentam, nem se adaptam a nada, pelo contrário: elas essencialmente *subjugam* a natureza e o mundo social, exigindo que estes elementos se enquadrem em padrões, esquemas e procedimentos previamente determinados.
- Ela implica trocas complexas, para trás e para frente, de informações e de avaliações:¹⁹⁹ por exemplo, entre a qualidade das forragens, as condições climáticas, etc, e o tratamento e qualidade do leite. No seu conjunto, essas trocas permitem flexibilidade no processo de produção no sentido restrito. Os influxos ligeiramente desviantes não são definidos nem tratados como *desperdícios*, sendo, ao invés, adaptados. Da mesma forma, o influxo é formado e transformado²⁰⁰ para corresponder tão adequadamente quanto possível aos requisitos do processo de transformação (ou, quanto a isso, às expectativas dos consumidores). Por conseguinte, os fluxos de comunicação têm essencialmente dois sentidos: eles circulam para trás e para frente (o que contrasta claramente com as tecnologias mecânicas, ou seja, industriais).
- Além dessa flexibilidade “técnica”, existe também um outro tipo de flexibilidade. Por exemplo, o leite que não é comercializado dentro de 24 horas é simplesmente recolhido e convertido em outros produtos.
- As tecnologias orientadas para habilidades tendem a aumentar o valor agregado por unidade produzida. Dessa forma, elas tendem também a aumentar o VA da unidade de produção em geral.
- As tecnologias orientadas para habilidades geram e, simultaneamente, dependem de conhecimento. O conhecimento gerado tem características específicas. Ele é, usando a expressão cunhada por Henry Mendras (1967), uma *art de la localit  *, ou seja, um conhecimento do específico. Da mesma forma, as tecnologias orientadas para habilidades servem como contexto, se não mesmo como uma ferramenta extremamente apropriada para a *aprendizagem*. Finalmente, elas são sistemas *abertos*: são acessíveis a todas as pessoas que sejam conhecedoras (ou que queiram se tornar conhecedoras). Qualquer pessoa pode tentar melhor  -las, e as inova  es criadas podem ser transportadas para qualquer outra localiza  o.

- Finalmente, estas tecnologias camponesas são relevantes não só para os produtores diretamente envolvidos, mas também potencialmente para a sociedade em geral. Sua importância excede de longe os “nichos de qualidade” discutidos até agora (embora, até nesses nichos, esteja germinando uma abordagem à sustentabilidade potencialmente poderosa). Discutirei esta idéia no ponto sobre bioenergia, uma vez que a bioenergia se relaciona diretamente com a necessidade global de encontrar e desenvolver alternativas à energia baseada no petróleo.

Bioenergia

Existem muitas tecnologias diferentes para produzir bioenergia, cada uma constituindo simultaneamente uma forma de estruturar tanto o social como o natural. Nesta seção irei centrar-me especialmente no modo camponês de produzir energia. Esse modo, em sua forma mais simples, parte do chorume disponível na unidade agrícola e de uma parte da colheita de milho, por exemplo. Em conjunto, esses elementos podem ser usados como combustível para um processo de fermentação anaeróbia e combustão subsequente do gás metano que resulta desse processo. Esses processos podem ser desenvolvidos em instalações técnicas e interligadas relativamente simples e pequenas (tanque de fermentação, gerador) e resultam em eletricidade, bem como em água quente. A eletricidade pode ser vendida a uma “rede” (e comprada de volta pelo mesmo preço para uso na própria unidade agrícola), enquanto a água quente da refrigeração pode ser usada para aquecer casas vizinhas, estufas de horticultura, etc. Assim, no lado dos produtos existe alguma flexibilidade (tal como na proposta de Zwiggelte anteriormente discutida). Atualmente, a flexibilidade é maior porque a produção de bioenergia confere um “certificado de bioenergia” pelo qual os principais atores do mercado energético pagam muito dinheiro (porque são obrigados por lei a produzir até 5% de energias alternativas, produção essa que preferem externalizar através desses certificados) e, em segundo lugar, porque o processo produz, no final, um pó que contém níveis elevados de nitrogênio orgânico, que serve como um bom fertilizante.

Além disso, neste processo de produção de bioenergia, o influxo pode ser variável. Uma característica típica, ou seja, *inteligente*, encontrada na prática é que a produção de milho na unidade agrícola é, em parte, utilizada nas rações do gado e, em parte, usada como combustível no processo de fermentação. Esta construção de um *duplo propósito* permite a seguinte prática, com efeito inteligente: as melhores partes do milho ensilado vão para o gado, enquanto as piores vão para a fermentação. Uma vez que não se sabe nunca como será a qualidade da silagem (em parte devido às condições climáticas, mas também devido a processos naturais do processo de silagem), é sempre possível usar o melhor e o pior desse processo.

Assim surgem três elementos. Em primeiro lugar, a produção de energia é claramente interligada com a prática agrícola em si, se não é mesmo construída com base nela. Em segundo lugar, a produção de energia é abastecida com produtos residuais (chorume, silagem de milho de qualidade reduzida, mas também com forragem seca, palha, madeira cortada, ou produtos residuais de padarias locais, etc). Ou seja, os produtos residuais são convertidos em novos recursos, os quais, por sua vez, são convertidos em novos valores, neste caso em energia. Em terceiro lugar, este processo de conversão (de resíduos em energia) é caracterizado por uma flexibilidade tanto do lado dos insumos como do dos produtos da unidade agrícola.

Juntamente com outras características (ver Box 6.1), isso permite sua denominação de tecnologia camponesa. E isso é extremamente válido, pois este modo camponês descentralizado e de pequena escala de produzir energia (também encontrado na produção de biodiesel na Alemanha; Knickel, 2002) contrasta abruptamente com a produção *centralizada* de bioenergia (como acontece no caso do bioetanol). No caso do último, os elementos essenciais são as grandes centrais industriais para a conversão de milho, cana-de-açúcar e soja, enquanto as unidades agrícolas distribuidoras são reestruturadas ou reduzidas a serem grandes apêndices que fornecem matérias-primas baratas ao centro para sua conversão em energia. Uma vez que países como o Brasil e os Estados Unidos já produzem grandes quantidades de bioetanol (a preços relativamente baixos), as unidades agrícolas irão enfrentar um mercado altamente competitivo, o que levará à criação de sistemas de monoculturas em grande escala no nível da produção primária. No “modo camponês”, onde a produção de energia é, na sua maioria, fundamentada em produtos residuais (e integrada em estruturas que permitem flexibilidade), essa concorrência não é sentida de forma tão forte e direta.

Box 6.1 Características do “modo camponês de produzir energia”

- Conversão na unidade agrícola, essencialmente baseada no uso de produtos residuais.
- Unidades pequenas mas altamente eficientes, diretamente ligadas a redes de transporte de energia já existentes e amplamente disseminadas.
- Grau elevado de flexibilidade tanto no uso de insumos, como no escoamento de produtos.
- Níveis relativamente elevados de valor agregado na unidade agrícola.
- Grau elevado de descentralização, baixa vulnerabilidade do sistema como um todo.
- Grau elevado de multifuncionalidade: as unidades agrícolas não são reduzidas a simples fornecedores de matérias-primas para a produção de energia.
- Benefícios sociais em termos da manutenção ao invés da destruição de paisagens naturais, biodiversidade, emprego, etc.

Assim sendo, o mundo social e o mundo natural são estruturados de formas fortemente opostas. Isso acontece especialmente porque uma central industrial

média de produção de energia centralizada requer, pelo menos, cerca de 100.000 hectares de terras agrícolas dedicadas à produção da matéria-prima necessária. Na maioria dos países europeus, isso terá conseqüências de grande alcance na paisagem, na biodiversidade, entre outros aspectos. Além disso, haverá uma forte pressão sobre os sistemas de transportes para que tragam as matérias-primas até a central, com uma conseqüente fuga de energia devido à estrutura assim criada. Em comparação, o modo camponês de produção de energia, que implica a distribuição direta à rede de eletricidade já existente, só pode ser classificado de inteligente. Transportar eletricidade é muito mais inteligente do que transportar milho.

Recampesinização como luta social

A recampesinização é um processo de transição que se desenvolve em vários níveis, ao longo de várias dimensões e envolvendo muitas pessoas. Como todos os processos de transição, a recampesinização vai contra os regimes e interesses técnico-institucionais existentes, assim gerando uma vasta gama de contradições. Um dos aspectos característicos da recampesinização é que ela é um processo transitório de um grupo mais amplo de três processos em competição (ver Figura 1.3 no capítulo 1) e isso gera várias outras contradições. Simultaneamente, a recampesinização é um processo massivo e generalizado que é impulsionado e fomentado pelos interesses e perspectivas dos agricultores envolvidos. Isso faz dela uma luta social. A recampesinização implica enfrentar problemas, oposição, interesses adversos, oponentes hostis e uma concorrência feroz. Ela também implica o esforço para ultrapassar esses problemas, a luta contra a maré para poder prosseguir. Isso se aplica a muitos momentos, lugares e níveis, alguns dos quais discutirei de forma sucinta.

Participei várias vezes de comitês de avaliação para escolher vencedores de prêmios em concursos para as inovações rurais “melhores” ou “mais úteis”.²⁰¹ Foi num desses júris que conheci o caso de Zwiggelte. O que me impressiona nesses processos diferentes que conheci através dos comitês é que todos começaram ou surgiram de uma crítica desenvolvida e, muitas vezes, radical, em relação ao Estado da arte ou às rotinas dominantes em domínios específicos da sociedade. O sentimento de que as coisas “devem ser mais bem feitas” torna-se central em determinados momentos ao longo da história.

Atualmente, muitos aspectos da vida rural são sujeitos a esquemas reguladores extremamente detalhados. Esses conjuntos de regras generalizadas entram frequentemente em conflito com a natureza diversificada e dinâmica da agricultura – e de várias outras atividades econômicas no campo – e, por conseguinte, resultam em vários atritos. Eles são especialmente prejudiciais à concretização de idéias importantes que, muitas vezes, são o ponto de partida de muitas trajetórias novas de desenvolvimento rural. De fato, no levantamento europeu mencionado, dos agricultores efetivamente envolvidos na diversificação, 65% indicou que as “re-

gulamentações restritivas” constituíam a principal limitação ao desenvolvimento de novas atividades (Ploeg, Long e Banks, 2002, p. 227).

O levantamento europeu também inventariou as principais forças impulsionadoras implícitas à criação de tipos de agricultura novos e de um caráter mais camponês. Os inquiridos referem a *zona* (e suas qualidades específicas), habilidades e interesses *pessoais*, mão-de-obra disponível na *família* – em suma, referem fatores *locais* como os principais condutores da mudança. Contudo, é precisamente o *local* que se torna desagradável, se não mesmo inadequado, no enquadramento das regras *globais* e extremamente formalizadas. Esse efeito é agravado quando os *desvios* locais se tornam o ponto de partida para novas trajetórias de desenvolvimento. Na verdade, muitos inovadores vivem, em termos formais, numa situação de “ilegalidade” (Morgan e Sonnino, 2006, p. 19).²⁰² Em suma, o desenvolvimento rural conduzido pelos camponeses ocorre, na prática, como resistência.

Um dos aspectos mais intrigantes das lutas sociais em curso é, certamente, a gama de contradições que surge na interface entre práticas de desenvolvimento generalizadas e as novas políticas de desenvolvimento rural que agora funcionam na esfera supranacional, nacional, regional e local. Isso pode ser explicado através da Figura 6.10.

As *políticas* de desenvolvimento rural nasceram na esfera supranacional (especialmente durante e depois da Conferência de Cork) como um esforço explícito para ultrapassar as limitações da Política Agrícola Comum (PAC).²⁰³ Contudo, o princípio europeu da subsidiariedade (“definir políticas e programas no nível menor possível”) deixou de ser aplicado no momento em que as responsabilidades

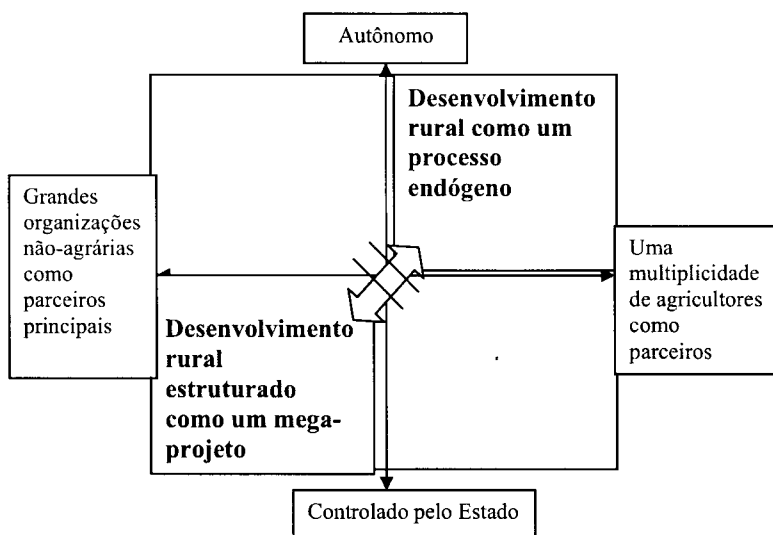


Figura 6.10 – *O desenvolvimento rural como um processo contestado e fragmentado*

foram transferidas da Europa para os Estados-Membros. Os Estados-Membros desenvolveram políticas de desenvolvimento rural que incorporavam o princípio do controle rigoroso por parte dos mecanismos estatais envolvidos (implicando, por exemplo, um grau elevado de formalização).²⁰⁴ Isso contrariava as experiências freqüentemente informais (Bock, 1998), flexíveis e necessariamente abertas de muitas iniciativas autônomas que emergiam nas próprias zonas rurais. Além disso, esse tipo de políticas também entrava em conflito com a heterogeneidade do mundo social e do mundo natural. Não é possível dominar a natureza e a paisagem, nem prescrever sua gestão através de um programa central e burocrático – nem mesmo em um país tão pequeno como a Holanda (retomarei este problema no capítulo 8).

Além desta primeira dimensão, existe uma segunda que se relaciona com a questão da burocracia. Os mecanismos estatais que administram o desenvolvimento rural consideram muito mais estimulante lidar com algumas grandes organizações (em muitos casos, de preferência não-agrícolas) do que com uma multiplicidade de pequenos agricultores.

Assim nasce uma interface que é caracterizada por fortes atritos e por um conjunto de contradições com implicações de largo alcance. Nesta interface, as políticas e as práticas de desenvolvimento rural estão muitas vezes interligadas, mas, ironicamente, elas acabam por entrar em contradição. Conseqüentemente, a criação de novas instituições intermediárias torna-se um grande desafio. No próximo capítulo discutirei a construção de uma dessas instituições novas.

Lutando por autonomia em níveis mais elevados de agregação: cooperativas territoriais

Este capítulo²⁰⁵ é centrado na construção de novos mecanismos para criar autonomia em níveis de agregação que vão além das unidades de produção camponesas isoladas. Nesta discussão, o caso das cooperativas territoriais é central. As cooperativas territoriais são uma inovação institucional que nasceu simultaneamente em vários lugares do noroeste da Europa no início da década de 1990 (embora já houvesse alguns pedidos para estabelecer cooperativas nos finais das décadas de 1970 e 1980). As cooperativas territoriais podem ser mecanismos extremamente eficazes de apoio à recampesinização. Estas formas organizacionais também são estratégicas para os esforços em ultrapassar a crise agrícola presente (ver Figura 1.4), pois envolvem novas formas de auto-regulação. Elas restabelecem ligações entre a população agrícola e a população rural como participantes ativos e conhecedores dos processos de desenvolvimento rural e de transição agrária. Isso é particularmente importante em termos políticos, uma vez que as formas mais convencionais de expressar e negociar interesses através dos sindicatos agrícolas e das estruturas corporativas não conseguiram produzir coesão nem resultados práticos (Frouws, 1993; Frouws *et al.*, 1996; Hees, 2000).

Para fundamentar minha argumentação, irei basear-me substancialmente no caso das *Noardlike Fryske Wâlden*, a cooperativa das Florestas do Norte da Frísia (FNF). A FNF é um dos exemplos holandeses mais proeminentes de uma cooperativa territorial. Essa cooperativa inclui, neste momento, cerca de 900 membros, a maioria dos quais são agricultores e habitantes rurais com algumas terras, mas também integra membros não envolvidos em atividades agrícolas. A cooperativa cobre uma área de cerca de 50.000 hectares que inclui grandes espaços dedicados à natureza. Nessa área, quase 80% dos agricultores são afiliados à FNF. Por mais surpreendente que isso possa parecer, não podemos esquecer que essa cooperativa foi criada há 15 anos como uma iniciativa muito pequena e extremamente vulnerável. Contudo, desde então, a FNF tem se desenvolvido de forma substancial e persistente. Ela se tornou um dos principais laboratórios de campo e teve, em várias ocasiões, influência sobre detalhes importantes da política agrária holandesa. Também incentivou novas descobertas científicas importantes sobre a natureza da co-produção (Sonneveld, 2004; Reijs, 2007).



Figura 7.1 *Visão geral da paisagem de cercas vivas*



Figura 7.2 *Anatomia de uma cerca viva*

A cooperativa FNF está situada na parte nordeste da Província da Frísia, no norte da Holanda. Essa área é caracterizada por uma paisagem de cercas vivas criada ao longo do tempo com uma bonita variação de zonas abertas e fechadas, de altitudes elevadas e mais baixas, e úmidas e secas (Schaminee *et al.*, 2004). Foi recentemente declarada uma paisagem nacional que merece especial atenção e apoio por parte do governo nacional e regional. A paisagem e as práticas agrícolas também são os principais representantes de uma biodiversidade extremamente desenvolvida na área que inclui a flora (Weeda *et al.*, 2004) e a fauna (Swagemakers *et al.*, 2007).

O que são cooperativas territoriais?

A crise agrária da década de 1980 foi, até certo ponto, provocada por relações decadentes entre a agricultura e os mercados. A fraude da manteiga, a usura, a falta de transparência e a falta de poder do mercado foram apenas algumas expressões dessa crise. Essa situação impulsionou uma primeira vaga de cooperativas agrícolas. Estas cooperativas emergentes não pretendiam causar grandes mudanças nos mercados em si (nem nunca poderiam fazê-lo). Seu objetivo era, essencialmente, melhorar a articulação entre a agricultura e os mercados (van Dijk, 2005).

Atualmente, as inter-relações entre o Estado e o setor agrícola têm se tornado extremamente desarticuladas. O Estado impõe esquemas reguladores que são cada vez mais percebidos como inadequados, se não mesmo asfixiantes. A desconfiança mútua é uma característica “estrutural” (Ploeg, Ettema e Roex, 1994; ver também Ploeg, 2003a e Breeman, 2006). Essa desarticulação impulsionou uma nova forma de cooperação rural que se materializou em instituições que são cada vez mais denominadas de cooperativas territoriais,²⁰⁶ as quais visam melhorar radicalmente as relações entre os agricultores e o Estado através da introdução de novas formas de auto-regulação local e de novas estratégias para o desenvolvimento negociado (Ploeg, Frouws e Renting, 2002a). Esta segunda vaga de cooperativização, que atualmente está ganhando força, segue o princípio da subsidiariedade geralmente aceito da União Européia. Ela também reflete as fortes tradições democráticas do noroeste da Europa. Além disso, esta segunda vaga de cooperativização reduz os custos de transação associados aos atuais programas políticos rurais e agrícolas (Milone, 2004) e, ao mesmo tempo, aumenta seu âmbito, impacto e eficácia. Assim, as cooperativas territoriais poderiam, em suma, ser um complemento perfeito para as políticas agrícolas e rurais. Contudo, e apesar disso, o “casamento” entre os mecanismos estatais e as cooperativas territoriais recentes está se tornando bastante infeliz. Isso se deve ao fato de as formas como os Ministérios da Agricultura (e os organismos associados) se relacionam com os agricultores serem cada vez mais estruturadas de um modo hierárquico, ou seja, Imperial.

Em termos teóricos, as cooperativas territoriais podem ser entendidas como a combinação de três movimentos emancipatórios que visam ultrapassar

determinados impasses. O primeiro é a busca por e a construção da *cooperação regional*, a qual visa integrar, nas práticas agrícolas, atividades que são orientadas para melhorar o meio ambiente,²⁰⁷ a natureza e a paisagem (Wiskerke, *et al.*, 2003b:3). O enquadramento é duplo. Os esquemas reguladores impostos pelo Estado são extremamente segmentados. Por exemplo, um conjunto de regras diz respeito a valores naturais e sua proteção, enquanto outro grupo se relaciona com a redução das emissões de amônia, etc.²⁰⁸ Por sua vez, esse conjunto de prescrições internamente segmentado (e freqüentemente contraditório) está desconectado (devido a sua estrutura particular) da prática agrícola. Em consequência, os conjuntos de regras constituem inúmeras limitações impostas à agricultura (WRR, 2003). Além disso, a biodiversidade, a paisagem e os níveis de recursos de alta qualidade, como a água e o ar, não podem ser produzidos na escala da unidade agrícola isolada. Eles requerem uma escala regional, tanto de um ponto de vista material como social. O melhoramento do meio ambiente e a “gestão” da natureza e da paisagem implicam processos de aprendizagem, de troca e, de fato, de cooperação. Por conseguinte, se entende que a construção da sustentabilidade requer a cooperação regional, e que essa é a única forma de reparar com sucesso os muitos atritos e limitações inerentes aos conjuntos de regras gerais definidas pelos principais peritos e pelo Estado (Stuiver *et al.*, 2004a).

O segundo movimento emancipatório diz respeito à busca por e construção de novas formas de *governança rural*. Este movimento surgiu a partir do início da década de 1990 (Dijk, 1990; Marsden e Murdoch, 1998; Ploeg *et al.*, 2000) e teve, dentro de diferentes arenas, um espectro vasto de expressões (Hees, Renting e de Rooij, 1994; Horlings, 1996; Wiskerke, Bock, Stuiver e Renting, 2003a), em que os princípios da responsabilidade, prestação de contas, transparência, representatividade e acessibilidade (Schmitter, 2001) se tornaram diretrizes importantes para ganhar legitimidade. A esse respeito, foi concluído num relatório da OCDE que “as cooperativas lideradas por agricultores [a partir das quais a FNF cresceu] são consistentes tanto com a tradição institucional como com a tradição democrática holandesas” Nesse relatório também foi referido que “da perspectiva do governo, a emergência destes grupos provou ser um veículo útil para a mobilização do compromisso por parte dos agricultores para com a proteção do meio ambiente, e para encontrar formas de transferir mais responsabilidade sobre a implementação de políticas ambientais para as comunidades locais” (OCDE, 1996; ver também Fischler, 1998 e Franks e McGloin, 2006). O princípio da troca institucionalmente definida é central para as formas emergentes de governança rural subjacentes às cooperativas territoriais. As cooperativas territoriais aceitam os *objetivos* gerais relacionados com a paisagem, a natureza e o meio ambiente (e, muitas vezes, prometem ir além desses objetivos) com a condição de terem espaço de manobra (“liberdade”, segundo Slicher van Bath, 1978) para definir por si mesmas os *meios* mais adequados para atingir esses objetivos.²⁰⁹

Em terceiro lugar, as cooperativas territoriais representam um movimento de afastamento em relação aos sistemas de conhecimento institucionalizado e em

direção às capacidades inovadoras dos camponeses. Por conseguinte, as cooperativas territoriais são laboratórios de campo (Stuiver *et al.* 2003 e 2004b), isto é, são espaços onde os *meios* localmente mais adequados para resolver os novos problemas globais (tais como a crise ambiental) são desenvolvidos, testados, implementados, avaliados e melhorados.

Nas novas cooperativas territoriais, os movimentos mencionados estão reunidos em uma nova instituição. Essa nova instituição se baseia essencialmente no capital social disponível no território e, ao mesmo tempo, o fortalece. Igualmente importante é a rede de inter-relações com outras instituições regionais, nacionais (e, por vezes, supranacionais). Através dessa rede, novos serviços, novos produtos e mais espaço são criados e disponibilizados, o que de outra forma seria difícil de conseguir.

Breve história da cooperativa das Florestas do Norte da Frísia

O nascimento do que mais tarde se tornou a cooperativa das Florestas do Norte da Frísia (FNF) é um exemplo perfeito de uma troca institucionalmente definida. No começo da década de 1990, foi implementada uma lei nacional (primeiro conhecida como uma diretriz ecológica e, mais tarde, especificada como a lei da amônia e da produção animal) para proteger a natureza valiosa da chuva ácida. Os elementos naturais identificados como sensíveis ao ácido foram envolvidos em restrições que ditavam que as atividades agrícolas já não poderiam ser expandidas. As novas regulamentações implicavam que, numa paisagem densa de cercas vivas como a paisagem da FNF, toda a atividade agrícola teria de ser “congelada”. O resultado seria uma estagnação geral, se não mesmo uma regressão massiva.

A proposta gerou uma grande agitação nessa área. Um dos principais argumentos levantados foi o de que foram os agricultores que criaram essa paisagem (desde 1850) e foram eles quem sempre cuidou dela (ver Bruin *et al.*, 1992a). A proposta de agora transformar a paisagem em um nó que iria, literalmente, asfixiar a agricultura da zona era considerada errada e injusta. Algumas pessoas estavam preparadas para retirar as cercas vivas e outros elementos sensíveis da zona para evitar esse perigo. Por sorte, foi encontrada outra saída através de uma troca institucionalmente definida. O município (e a província) prometeu *não* declarar as várias cercas vivas como elementos sensíveis ao ácido em troca da promessa por parte dos agricultores de manter e proteger as sebes, as lagoas, as fileiras de amieiros e os caminhos arenosos da área. Por conseguinte, os agricultores se agruparam em uma primeira associação, a *Eastermars Lânsdouwe* ou VEL. Dessa forma, os objetivos do Estado seriam assegurados, mas através de outros meios mais apropriados. A primeira associação foi formada na primavera de 1992. A segunda (VANLA), no outono do mesmo ano. Mais tarde, outras quatro associações foram

criadas nos municípios vizinhos. Em conjunto, durante o ano de 2002, essas seis associações e cooperativas criaram a cooperativa abrangente FNF.

A criação dos dois primeiros núcleos envolveu uma negociação difícil (para uma descrição extensiva, ver Ploeg, 2003a). Foi necessário conciliar as expectativas dos agricultores e das instituições participantes e construir uma base contratual sólida de reciprocidade, evitando que uma das partes envolvidas se sentisse vítima de qualquer comportamento oportunista por parte da outra. A fundamentação efetiva das cooperativas se desenvolveu mais ainda com a definição e assinatura de um contrato com van Aartsen, o então Ministro da Agricultura.²¹⁰ Através desse contrato, as cooperativas obtiveram espaço legal para desenvolver e testar várias novidades [*novelties*]: um grande programa para a manutenção de fileiras de amieiros²¹¹ e outro para construir uma nova trajetória camponesa de sustentabilidade. Para criar espaço para esses programas, houve uma concessão de medidas específicas e isenções de obrigações legais (tais como a injeção de chorume no subsolo).

Após esse acordo, a VEL e a VANLA desenvolveram seus próprios módulos adaptados localmente para a gestão da paisagem e da natureza, envolveram a maioria dos agricultores nesse processo e, assim, iniciaram um grande programa que melhorou bastante as qualidades da área. Ao mesmo tempo, conceberam uma máquina “amiga do ambiente” para a distribuição de estrume (uma máquina apropriada a campos pequenos cercados por sebes e fileiras de amieiros), e conseguiram envolver quase todos os agricultores na gestão de sistemas de contabilização mineral (MINAS), os quais ainda não eram legalmente obrigatórios. Com a aplicação generalizada desse sistema de contabilização, o progresso ambiental (incluído no contrato com o Ministro) podia ser adequadamente monitorado.

Um dos elementos estratégicos para a criação de progresso ambiental efetivo foi uma modificação dupla das unidades de produção de leite que participaram: o uso de fertilizantes químicos foi fortemente reduzido enquanto o chorume foi reconstituído em “estrume bom”. Os efeitos desta abordagem tipicamente camponesa (a redução de insumos externos combinada com o melhoramento de recursos internos) foram surpreendentes: em poucos anos, as curvas de frequência que representavam as perdas de nitrogênio por hectare mudaram completamente (ver Figura 7.3). Em 1995/1996, a categoria maior ainda atingiu perdas de 360 a 400 kg N/ha. Esse valor foi reduzido para 200 a 240 kg N/ha em 1998/1999. A média de perdas/ha diminuiu de 346 kg/ha em 1995/96 para 236 kg/ha em 1999/2000 (ver Figura 7.4). Em 2001/2002, as perdas de nitrogênio foram ainda mais reduzidas para um nível médio de 150 kg/ha. O fato de várias unidades agrícolas terem conseguido atingir um nível bem menor do que esse foi considerado um indício de potencial futuro.

A FNF também se envolveu em várias atividades de manutenção e melhoramento da paisagem e da natureza. A Tabela 7.1 apresenta alguns dados quantitativos. Cerca de 80% da área em geral é abrangida por alguma forma de gestão da natureza ou da paisagem. Em mais nenhum lugar do país existe uma área de

alcance tão extensa. A cooperação regional foi crucial nesse aspecto (Eshuis, 2006) e, devido a ela, foi possível atingir melhoramentos qualitativos da paisagem e da biodiversidade que superaram aqueles que seriam obtidos pelas unidades de produção isoladas. Com uma abordagem cooperativa, a gestão da paisagem e da biodiversidade pôde ser elevada à escala do território como um todo. A gestão cooperativa da natureza e da paisagem cria um fluxo extra de renda na economia regional de 4 milhões de euros por ano. Em 2004, cada unidade agrícola média participando dos programas de gestão da natureza e da paisagem conseguiu um valor agregado extra de 11.000 euros (Heijman, 2005).

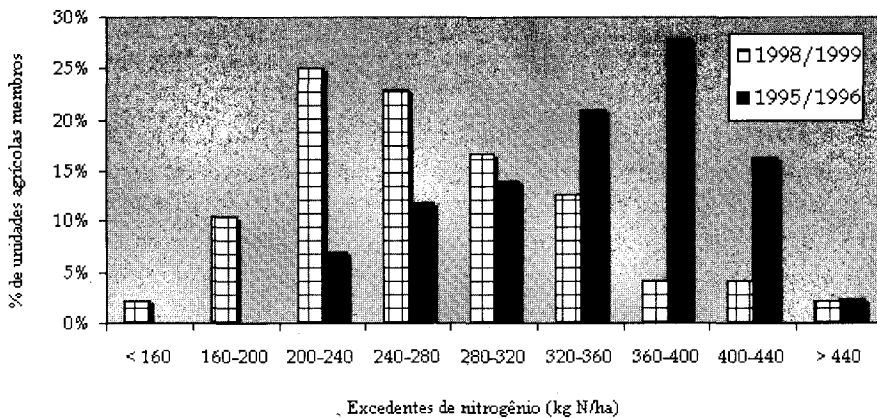


Figura 7.3 Distribuição de excedentes de nitrogênio entre as unidades agrícolas membros da VEL/VANLA

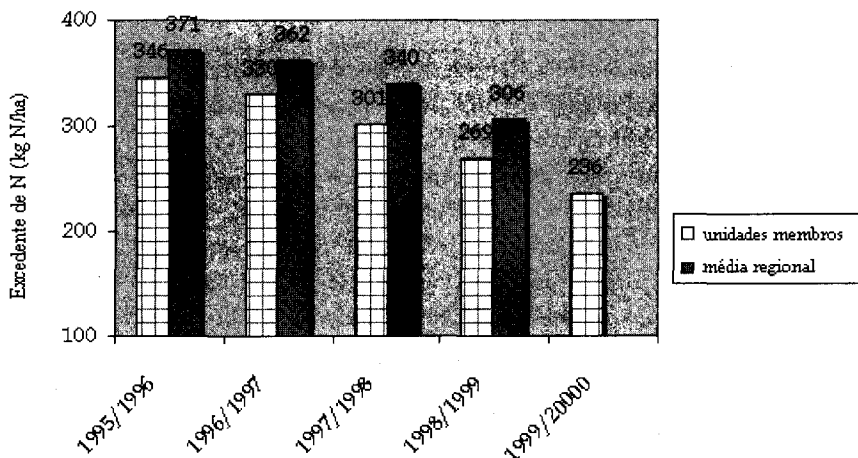


Figura 7.4 Distribuição de excedentes de nitrogênio entre as unidades agrícolas membros da VEL/VANLA

Tabela 7.1 *Alguns dados quantitativos sobre a gestão da natureza e da paisagem*

Gestão dos limites dos campos	900 ha
Proteção de aves dos campos	12.000 ha
Agricultura com desvantagens naturais	3.700 ha
Proteção de gansos	3.000 ha
Fileiras de sebes	344 km
Fileiras de amieiros	860 km
Lagoas	430 unidades
Áreas arborizadas	9 ha
Salgueiros podados	457 unidades
Cercas associadas	1.085 km

A natureza, a paisagem e os trilhos ambientais estavam relacionados com o que, no final, se tornou um novo programa de pesquisa, grande e promissor, desenvolvido conjuntamente por cientistas e agricultores.²¹² Esse programa alterou não só vários dos limites entre a ciência e a prática, como também, embora lentamente, várias fronteiras dentro da própria ciência. Simultaneamente, o programa de pesquisa em crescimento lento criou novas alavancas e mecanismos para o desenvolvimento mais avançado da auto-regulação local. Na última seção deste capítulo discutirei alguns dos resultados desta pesquisa.

A partir do ano 2003, a FNF aumentou consideravelmente os campos em que atuava ou planejava atuar. A Figura 7.5 fornece uma visão geral sintética desses campos, com a sobreposição central destacando as sinergias potenciais. A FNF também preparou o texto de um “contrato territorial”, no qual vários parceiros institucionais declararam que se envolveriam ativamente no cumprimento dos objetivos do plano de trabalho da FNF.

O plano de trabalho continha 30 projetos específicos que em conjunto cobriam os muitos aspectos da economia regional e sua sustentabilidade (ver FNF, 2004). Entre os signatários do contrato territorial fizeram parte o Governo da Província, os Ministérios da Agricultura e do Planejamento Regional, a Companhia Distrital de Águas, os cinco municípios, a Federação Ambiental, Organizações da Natureza e a Universidade de Wageningen. Num curto espaço de tempo, esse acordo resultou na criação de um novo Conselho Territorial, onde a FNF e os outros parceiros se encontram duas vezes por ano e discutem problemas relacionados com a implementação do plano de trabalho. Em longo prazo, a economia regional deverá fortalecer-se, a sustentabilidade será melhorada e a auto-regulação será expandida. Se estes objetivos forem bem sucedidos, eles representarão numerosas mudanças nas tendências existentes. No entanto, até à data têm ocorrido grandes lutas que são algumas vezes entendidas como um esforço ilusório contra a maré (mas isso também aconteceu no começo da criação dos primeiros núcleos da FNF há cerca de 15 anos).

cooperativa territorial FNF

principais campos de atividade

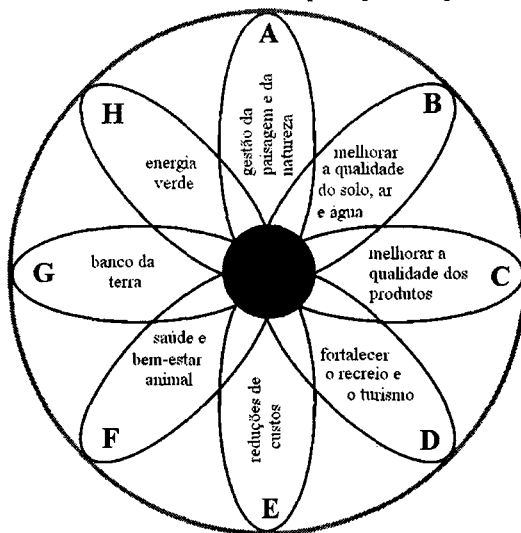


Figura 7.5 O esquema do novo plano

Um elemento muito interessante do processo que finalmente levou ao contrato territorial é a “declaração de missão” que a cooperativa FNF formulou após várias rodadas de consulta. A declaração é constituída por dez valores comuns partilhados que refletem a história tanto da região como da cooperativa (ver Box 7.1). Estes valores também refletem os interesses, perspectivas e ambições emancipatórias de sua população (como é manifesto, por exemplo, na reivindicação de “o nosso próprio intitlamento”). No seu conjunto, eles representam o forte capital social que tem sido forjado ao longo dos 15 anos de expansão bem sucedida da FNF, que partiu dos seus primeiros núcleos vulneráveis até se tornar a cooperativa territorial sólida e bem consolidada de hoje. Cada um destes valores comuns partilhados está condensado numa palavra-chave na língua frísia.

De um ponto de vista analítico, estes valores comuns partilhados podem ser interpretados como os constituintes de uma economia moral. Nesse sentido, existem – apesar das muitas diferenças no contexto e no tempo – semelhanças espantosas entre estes valores e os valores partilhados da comunidade camponesa de Catacaos, formulados nos anos 70, os quais foram discutidos no capítulo 3. Uma das semelhanças é a centralidade da *comunidade* (isto é, o sentido de comunidade historicamente enraizado que está claramente ligado aos interesses e perspectivas daqueles que fazem parte dela – seja uma *mienskip* ou uma *comunidad*). Outros aspectos importantes, refletidos em ambas as declarações, são as noções da *luta* constante (num ambiente muitas vezes hostil e contra ele), sendo a comunidade seu principal veículo, e o enfoque na *superioridade* potencial, “conseguimos fazer melhor”.²¹³

Box 7.1 Valores comuns partilhados tal como especificados pela FNF na sua “declaração de missão”

- 1 *Mienskip* [comunidade]
Como comunidade, estamos orgulhosos e conscientes de que nos últimos cem anos conseguimos afastar a opressão da pobreza. Na província da Frísia, somos conhecidos como *wâldpyken*, pessoas persistentes, e temos orgulho nisso. Nós próprios resolvemos os conflitos que surgem dentro de nossa comunidade e, normalmente, conseguimos encontrar nossas próprias soluções, adequadas à nossa região, para problemas que vêm do exterior. Nosso sentimento de comunidade e união é forte e esperamos que os outros o respeitem.
- 2 *Lânsdouwe* [a unidade entre o homem e a terra]
Nossa região é caracterizada por uma paisagem natural atrativa e variada: uma unidade única entre o homem e a natureza (*lânsdouwe*). Essa paisagem foi construída por nossos antepassados. Hoje, a proteção da paisagem efetuada pelos agricultores da FNF é complementada pelo envolvimento ativo de protetores das aves e outros voluntários, assim assegurando o desenvolvimento continuado da natureza e da paisagem. Esperamos que nos concedam um papel ativo na gestão da natureza, da paisagem e do meio ambiente. Para isso, é indispensável desenvolver uma agricultura dinâmica e baseada na terra.
- 3 *Kreas buorkje* [agricultura cuidada]
Nós, membros da cooperativa FNF, estamos plenamente conscientes de que a unidade singular entre o homem e a natureza implica uma responsabilidade particular. A agricultura deve ser desenvolvida de forma responsável e sustentável: *kreas buorkje*. Dada a nossa experiência e habilidades históricas e atuais, nós, mais do que quaisquer outras pessoas, somos a entidade óbvia para assegurar que isso assim continue.
- 4 *Eigen gerjochtigheid* [nossos próprios direitos e intitulentos]
As Florestas do Norte da Frísia são a nossa região, formada por nós e por nossos antepassados. Ela é o nosso *eigen gerjochtigheid*. Por conseguinte, temos o direito de participar de todo o planejamento e tomadas de decisões relacionadas com a nossa região.
- 5 *Wy kinne en dogge it better* [conseguimos fazer melhor]
A Associação FNF é composta por seis organizações de base que têm até 15 anos de experiência na gestão de programas para a natureza, a paisagem e o meio ambiente. Além disso, temos uma forte tradição cooperativa de fábricas de laticínios da propriedade da comunidade, bens comuns, associações locais, grupos de estudo, esquemas voluntários de consolidação de terras e ajuda mútua. Já provamos ser capazes de desenvolver e implementar com sucesso planos de desenvolvimento regional de alta qualidade. Já demonstramos que nosso modo de fazer agricultura é ambientalmente responsável e que mantemos a natureza muito melhor do que através das regulamentações impostas pelo Estado. Usando nosso conhecimento, nossas habilidades e nossa tradição cooperativa, conseguimos melhores resultados do que seria possível com qualquer outro tipo de abordagem genérica: *wy kinne en dogge it better!*
- 6 *Wissichheid* [credibilidade]
Nos acordos com outras partes, a cooperativa FNF é um parceiro credível. Oferecemos perseverança e credibilidade (*wissichheid*) e esperamos que nossos parceiros sejam fidedignos.
- 7 *Stadich oan foarût* [evoluindo de forma lenta, mas constante]
A história nos ensinou que as batalhas que lutamos podem durar muito tempo. É por isso que visamos o progresso constante, passo a passo (*stadich oan foarût*). Contudo, algumas vezes também temos grandes avanços. Passo a passo ou com grandes avanços, o interesse comum da região é sempre supremo.

- 8 *Net allinnich* [não estamos sós]
Estamos convencidos de que os desafios devem ser enfrentados em conjunto, não a sós (*net allinnich*). Construímos recentemente e mantemos coligações proveitosas (na esfera local, provincial e nacional) com políticos, ambientalistas, conservacionistas, cientistas e com companhias de gestão de água e grupos de lobby de agricultores. A Associação FNF continuará neste caminho.
- 9 *Tinke oan'e takomst* [cuidando do futuro]
Na época da globalização defendemos o futuro e o colocamos em primeiro lugar – o futuro da região e de seus habitantes futuros (*tinke oan'e takomst*). Assim, as gerações futuras também poderão continuar a estimular a região, ter orgulho em viver e trabalhar nela e usufruir dela juntamente com os outros.
- 10 *Mei wille en nacht* [com satisfação e alegria]
Nós, membros e dirigentes da cooperativa FNF, temos trabalhado ao longo dos anos com alegria e satisfação (*mei wille en nacht*). Isso tem aumentado a solidez da região. Pretendemos continuar assim e nossa organização terá um papel importante para nos ajudar a gerir nossos próprios negócios em nossa própria região.

Creio que essas e outras continuidades apontam, indiretamente, para uma tendenciosidade geral nas atuais pesquisas em ciências sociais, que parecem já não ser capazes de reconhecer adequadamente e de representar teoricamente as comunidades (rurais). Desde a ênfase de Tönnies (1887) na mudança de *Gemeinschaft* para *Gesellschaft* e, especialmente, desde a predominância das teorias da modernização a partir da década de 1950, as comunidades rurais deixaram, teoricamente, de existir e, nesse aspecto, as ciências sociais têm sido limitadas. Ironicamente, isso também se aplica às pesquisas sociais no Peru onde se presume freqüentemente que as comunidades camponesas apenas existem nos “tradicionais” Andes e não nas regiões costeiras “modernizadas”. E isso contribui para a escassez de estudos camponeses sobre as últimas

Produção de novidades

Como indiquei anteriormente, as cooperativas territoriais podem se materializar, em parte, como laboratórios de campo. Esse é o caso específico da FNF. Dentro da cooperativa, e em estreita colaboração com um grupo de cientistas, várias novidades têm sido exploradas e ligadas a outras novidades que, juntas, constituem uma “rede” importante, ou seja, um conjunto bem integrado de mudanças interligadas que tem impactos multidimensionais de grande alcance na prática agrícola e na transição. As novidades são, de certa forma, *desvios da regra*, os quais podem ter sido deliberadamente criados ou são, simplesmente, o resultado inesperado da desordem da vida (Richards, 1985; Remmers, 1998; Wiskerke e Ploeg, 2004; Flora, 2005). Por conseguinte, elas podem ser práticas ou artefatos novos, ou simplesmente definições alteradas de uma situação ou tarefa particular. Um de seus elementos-chave é que as novidades implicam uma promessa, que

muitas vezes implica que as coisas talvez possam ser mais bem feitas. É claro que as novidades também podem resultar em fracassos, ou demorar algum tempo até serem totalmente compreendidas. As novidades “infringem” códigos de conduta ou regras existentes para compreender as coisas. Além disso, em termos materiais, as novidades, em geral, acabam por produzir um determinado tipo de ruptura. Elas não são progressivas e, por isso, diferem das inovações. Podem ser baseadas em elementos e ligações já disponíveis e em seus ordenamentos específicos (como é descrito no capítulo 6), mas, ao mesmo tempo, elas implicam um reordenamento de elementos, ligações e padrões gerais (ver Ploeg *et al.*, 2004c). Assim, as novidades surgem como *agentes de mudança disfarçados: como agentes secretos*. Além disso, elas salientam a importância do local, o qual contém mas também produz essas novidades. As novidades estão, de certo modo, *escondidas* no local e podem ter de ser identificadas e descobertas para que possam ser transferidas para outras localidades. Ademais, o fato de as novidades representarem um desvio da regra implica que as regras podem ter de ser alteradas ou, pelo menos, “mitigadas”, para que “as coisas que não deveriam acontecer” possam efetivamente acontecer. Este é o lado teórico da equação. O lado material implica a idéia de que uma regra representa um determinado tipo de código de conduta institucionalizado (é uma parte integral de um regime sociotécnico mais amplo, como descrevem os estudos de transição – Rip e Kemp, 1998). É necessário criar deliberadamente espaço para que uma novidade se desenvolva, e a criação desse espaço pode ir contra infra-estruturas, interesses e/ou leis existentes. Por conseguinte, é necessário atribuir um papel central às várias formas de gestão estratégica de nichos, uma vez que é através dessas formas que o local é fortalecido contra as ameaças Imperiais que pretendem aniquilá-lo.

A cooperativa FNF representa um lugar onde muitas novidades foram encontradas e ativamente desenvolvidas. O “estrupe bom” é provavelmente uma das novidades da FNF mais significativas, mas também das mais contestadas. Os antecedentes desta novidade particular residem no anterior processo de modernização que reestruturou profundamente as práticas agrícolas e os recursos. O “estrupe bem decomposto” era antigamente um recurso extremamente valorizado, e sua produção e uso estavam profundamente enraizados nos repertórios culturais locais. Contudo, de acordo com a trajetória da modernização, o estrupe bem decomposto foi convertido (não intencionalmente) em um produto residual – um “empecilho que deveria ser eliminado” (Eshuis *et al.*, 2001). Mas, tal como muitos agricultores afirmam, “uma vez tendo um empecilho em sua unidade agrícola, é comum que ele surja de novo repetidamente”. A perda de matéria orgânica no subsolo, a necessidade crescente de níveis elevados de fertilizantes e as condições degradadas dos pastos são apenas alguns exemplos dessa “reprodução da miséria”. Para alguns agricultores, esse estado de coisas preocupante impulsionou uma busca multifacetada pela nova criação de estrupe bom ou, pelo menos, melhorado. Assim, a ênfase no estrupe bom começou por ser uma crítica à ineficiência e ao prejuízo. Ela também partiu da observação e interpreta-

ção cuidadosas da heterogeneidade: se os campos de um determinado agricultor rendiam uma produção muito maior que os campos de outros agricultores na mesma vizinhança, os primeiros passavam a ser uma referência importante. Terá esse agricultor usado um estrume ligeiramente diferente e, talvez, melhorado em seus campos? E caso tenha, como foi produzido esse estrume diferente? Pois uma coisa era evidente para os agricultores envolvidos: o estrume bom não é uma peça isolada, ele é o resultado de uma reestruturação particular do processo de co-produção. Essa situação é representada na Figura 7.6.

O estrume bom é composto por chorume com uma proporção elevada de C/N e uma proporção relativamente baixa de nitrogênio amoniacal (e, conseqüentemente, uma proporção elevada de nitrogênio orgânico). Estas e muitas outras características são hoje (após quase 15 anos de pesquisa) suficientemente conhecidas, documentadas e cientificamente explicadas (ver, por exemplo, Verhoeven *et al.*, 2003; Sonneveld, 2004; Goede *et al.*, 2003 e 2004; Reijers *et al.*, 2004 e 2005; Reijers, 2007). Contudo, anteriormente, este conhecimento não existia e as opiniões dos agricultores divergiam consideravelmente (Eshuis *et al.*, 2001). A única expectativa era a de que o estrume pudesse ser melhorado. Os agricultores esperavam que o ciclo solo – forragens – animal – estrume (ver Figura 7.6) tivesse resultados positivos (Verhoeven *et al.*, 2003) – especialmente porque as estratégias da modernização anteriores tinham se centrado quase exclusivamente em um dos componentes desse ciclo (ou seja, a vaca), assim criando muitos atritos e contratempos.

No início, o estrume bom ou melhorado constituía uma novidade. Ele era diferente em termos de composição, aspecto, cheiro e efeitos. Sua história, isto

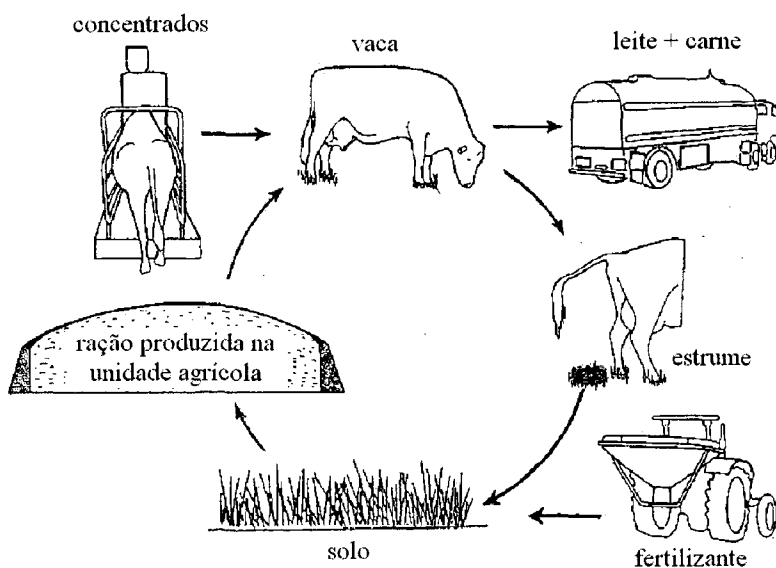


Figura 7.6 O ciclo gado – estrume – solo – forragens

é, sua produção, também era diferente. Contudo, os especialistas dos sistemas de conhecimento institucionalizado da agricultura holandesa consideravam o estrume bom uma *monstruosidade*, algo que, de acordo com os conhecimentos disponíveis, não deveria e não iria funcionar, ainda mais porque os agricultores da FNF propunham sua aplicação de uma “forma adequada”, isto é, através da sua distribuição pela superfície ao invés da injeção no subsolo legalmente imposta.

Em todo o caso, hoje é bastante claro que, pelo menos com relação à FNF, quando combinado com técnicas de aplicação adequadas, o estrume bom provoca o melhoramento da biologia do solo (Goede *et al.*, 2003), o que, por sua vez (isto é, através da produção aumentada e autônoma de nitrogênio no solo), permite a produção de mais e melhores forragens com menos fertilizantes químicos (Ploeg *et al.*, 2006; Groot *et al.*, 2007b). O adiamento da ceifa (que, por muitos motivos, incluindo motivos psicológicos, é bastante difícil para os agricultores) também contribui para obter melhores forragens (caracterizadas, em termos técnicos, por um nível elevado de fibras e um nível baixo de proteínas, níveis radicalmente opostos aos das forragens produzidas de acordo com o modelo da modernização). A alimentação do gado com essas forragens melhoradas provoca menos estresse no gado leiteiro, menos intervenções veterinárias, maior longevidade e dá origem a um leite mais rico em proteínas e em gordura (e, provavelmente, em ALC) e, finalmente – e mais uma vez – a estrume bom (Reijs, 2007). Por conseguinte, o ciclo é fechado e um novo equilíbrio auto-sustentado é criado, o qual tende, de um ponto de vista ambiental, a ser superior ao modelo imposto pelo Estado: as perdas de nitrogênio e as emissões de amônia são muito mais baixas (Groot *et al.*, 2003 e 2007b; Huijsman *et al.*, 2004; Sonneveld e Bouma, 2003 e 2004; Sonneveld, 2006).²¹⁴

A construção dessa reestruturação do mundo social e do mundo natural, agora amplamente aceita e cientificamente suportada, demorou muitos anos a ser desenvolvida. Foi necessária a ação concertada de 60 produtores de leite que pertenciam aos primeiros núcleos da FNF e um grupo multidisciplinar de cientistas que conseguiram atuar de forma diferente das rotinas e interesses adquiridos do sistema de conhecimento institucionalizado. A abordagem se espalhou por todo o país como cogumelos, especialmente porque seu impacto na economia da unidade agrícola é positivo. As despesas monetárias são reduzidas e é possível realizar benefícios adicionais através da longevidade aumentada das vacas e da composição melhorada do leite. A Figura 7.7 sintetiza alguns dos principais resultados (essa figura é retirada de Ploeg *et al.*, 2003; esses resultados foram mais tarde confirmados por Groot *et al.*, 2006a, e Reijs, 2007). Na figura, quatro categorias são identificadas. A primeira engloba agricultores que, em 1997/98 já tinham reorganizado seu processo de produção de forma integral e reequilibrada. A figura mostra que, nesse ano específico, os agricultores obtiveram a margem mais elevada por 100 kg de leite. Através de um maior aperfeiçoamento desse equilíbrio, eles conseguiram aumentar ainda mais a margem (linha 1). Isso representa um desvio claro da tendência geral nesses anos, quando a produção leiteira em geral na província da Frísia (linha 4) e um grupo de controle na área da FNF

(linha 3) apresentavam margens decrescentes. Enquanto o *squeeze* exercido sobre a agricultura se reflete nas pressões descendentes das margens, a produção de novidades se torna uma resposta a essa tendência negativa. Finalmente, a linha 2 corresponde à categoria de agricultores que inicialmente (isto é, em 1997/98) apenas tinham reestruturado parcialmente sua produção, mas que mais tarde conseguiram reequilibrá-la. Essa categoria também apresenta um aumento das margens(ou seja, do valor agregado).

O estudo comparativo sintetizado na Figura 7.7 foi baseado em 37 unidades agrícolas de produção de leite, das quais 17 pertenciam à categoria 1 e 2. Comparadas à tendência média, essas 17 unidades realizaram conjuntamente um valor agregado bruto *extra* de 250.000 euros. Se seu exemplo fosse seguido em todas as unidades das Florestas do Norte da Frísia, o valor agregado bruto realizado na área aumentaria em cerca de 14 milhões de euros. Ou seja, o espaço para um crescimento mais endógeno é considerável.

De um modo geral, este processo de mudança se centra na reativação de capital ecológico, na refundamentação da agricultura nesse capital e no fortalecimento simultâneo do local como um espaço auto-organizado (Friedmann, 2004). Um dos aspectos notáveis desse mesmo processo é que, ao longo do tempo, ele tem sido objeto de fortes críticas (e denegrido) por parte dos principais peritos agrícolas – e pelos diretores da indústria leiteira de grande escala (*Friesland Foods*) e também pelos líderes do sindicato dos agricultores (LTO). Sua oposição pode ser entendida na medida em que a transição atingida no laboratório de campo era uma espécie de crítica prática dos modelos científicos que os peritos tinham desenvolvido para informar e ajudar a formular políticas agroambientais do Estado. A consolidação lenta de novidades mostra, efetivamente, que várias das regras e prescrições genericamente impostas não eram necessárias (isto é, as coisas

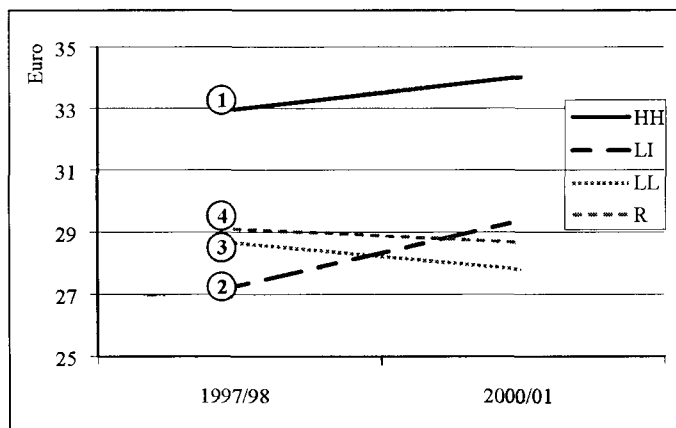


Figura 7.7 – O desenvolvimento das margens de lucro por 100 kg de leite para vários grupos

poderiam ter sido feitas de forma diferente). Através de um reequilíbrio cuidadoso da agricultura, poderiam ser atingidos resultados idênticos, se não mesmo superiores. Isso possibilitou a superação da contradição entre o “ambiente” e a “agricultura lucrativa” que os peritos tinham introduzido no centro das políticas agroambientais nacionais (Ploeg, 2003a).

Os peritos agrícolas também viram nos resultados alcançados pela abordagem da FNF uma ameaça, pois esses resultados implicavam que os principais especialistas não tinham automaticamente o monopólio do conhecimento, da verdade e das melhores soluções (um monopólio crucial para sua reprodução institucional, mesmo em termos econômicos). No mundo desses especialistas existe apenas uma verdade científica: aquela que eles próprios produzem. Em consequência, o epíteto geralmente usado para caracterizar seus oponentes (os agricultores e os cientistas associados) é o de que eles “não são científicos”. Subjacente a essa imprecisão existe uma característica provavelmente mais decisiva: ou seja, que através de sua produção relativamente bem sucedida de novidades, a FNF e os outros grupos que seguiram seu exemplo têm tendência para *escapar* aos controles impostos pelo Estado, pelos principais peritos e pelos sindicatos de agricultores. É claro que essa forma de escapar não pretende ser uma oportunidade para aumentar os níveis de poluição. Contudo, uma vez que o progresso ambiental se traduz em ganhos econômicos (como implica o novo equilíbrio), os próprios agricultores assegurarão o controle efetivo e evitarão “fugas”. Ademais, a cooperativa territorial como um todo tem interesse e mecanismos para assegurar o uso satisfatório dos novos potenciais. A questão é, porém, que o controle centralizado (isto é, o tipo de controle Imperial) se torna supérfluo, se não mesmo impossível, quando tem de lidar com muitas localidades diferentes. Isso também explica a oposição por vezes feroz por parte dos sindicatos de agricultores: a ruptura do controle Imperial implicaria necessariamente muitas localidades em auto-regulação, assim reduzindo a relevância da negociação centralizada.

Embora os aspectos técnicos das diferentes entidades críticas já tenham sido amplamente discutidos em outras obras (por exemplo, em Ploeg, Verschuren, Verhoeven e Pepels, 2006; Groot, Lantinga, Ploeg e Verhoeven, 2007b; Ploeg, Groot, Verhoeven e Lantinga, 2007), continua sendo importante sintetizar aqui algumas das razões que explicam por que os principais peritos têm dificuldade em lidar com novidades. De um ponto de vista metodológico, isso se deve ao fato de os conjuntos complexos (como aqueles representados na Figura 7.6) serem essencialmente divididos em segmentos isolados (vaca, estrume, solo, etc) e, conseqüentemente, serem também estudados isoladamente (de preferência através de experiências controladas). A divisão científica do trabalho fortalece esta tendência. Dessa forma, apenas podem existir relações parciais, enquanto interações mais complexas – por exemplo, do tipo das *causas conjeturais múltiplas* (Ragin, 1989) – permanecerão por explorar (e serão, conseqüentemente, declaradas não existentes). Igualmente relevante nesse aspecto é o fato de muitas pesquisas se processarem através da construção de médias. Por conseguinte, os desvios são filtrados por definição: estatisticamente eles apenas representam ruído. O fato de alguns desses

desvios poderem implicar a promessa de novas formas de progresso é menosprezado. Atualmente, essa situação se tornou ainda mais preocupante, uma vez que as pesquisas empíricas estão sendo cada vez mais substituídas pela criação de modelos. A criação de modelos implica a introdução de *regras gerais já conhecidas e aceitas* em (o entendimento de) cada localidade e, depois, a possibilidade de reestruturar o local de acordo com as regras gerais e os algoritmos implícitos nesse modelo. Ou seja, os desvios são excluídos até mesmo na própria prática.²¹⁵

De um ponto de vista teórico, o problema é que, na visão dos principais peritos, os recursos (sejam a terra, o estrume, o gado, a força de trabalho, as máquinas para alimentação automática dos animais) são essencialmente conceituados como *coisas independentes*. Logo, se presume que cada recurso tenha propriedades e formas de comportamento *imanescentes*. Essas características foram exploradas e desvendadas através de pesquisas científicas e reformuladas em leis entendidas como as que governam o comportamento de cada um dos recursos. Em conseqüência, o contexto já não importa. Ele pode ter um impacto negativo (bloqueando o desenvolvimento completo das leis), mas não pode contribuir de nenhuma forma positiva. O melhor a fazer é reorganizar o contexto (isto é, a gama de todas as localidades possíveis) de tal forma que isso corresponda de forma ótima ao potencial implícito nos recursos que são centrais ao sistema (ver também Ploeg, 1993). Assim, o local, ou o lugar onde os recursos são *combinados* de formas específicas que simultaneamente *reconfiguram* esses recursos (alterando suas propriedades e formas de comportamento), é eliminado – pelo menos teoricamente. No capítulo 8 retomarei a discussão desta questão.

Um aspecto importante da produção de novidades na cooperativa FNF é que esse é um programa em desenvolvimento, em que as primeiras novidades originam outras. Ou seja, as novidades são encadeadas numa rede que freqüentemente se desenvolve em direções inesperadas através das quais as novidades isoladas são, de certo modo, consolidadas. A Figura 7.8 mostra como a novidade inicial – o estrume bom – se traduz em uma gama de novidades interligadas. Podemos considerar essa rede um programa em desenvolvimento com várias fases: ele envolve e redefine a prática da agricultura; constitui o núcleo das atividades da cooperativa; e, em terceiro lugar, se traduz em pesquisas científicas que entram em áreas até agora pouco conhecidas. Será possível, possível, por exemplo, ir além de uma capacidade de produção autônoma de nitrogênio de cerca de 200 kg/ha/ano em solos arenosos? Será possível monitorar as qualidades ambientais de uma área com novos sistemas inteligentes que ultrapassam a atual segmentação e atomização? Sob que condições a auto-regulação pode ser um veículo de transição? Estas são algumas das novas questões suscitadas pelo crescimento da rede e que podem resultar em novas soluções e gerar outras novidades.

Como indica a Figura 7.8, o estrume bom se tornou, entre outras coisas, uma “mão estendida”. Essa expressão faz parte da gíria política usada na Holanda para uma grande correção feita na Lei do Estrume que permite exceções *locais* em um conjunto *global* de regras impostas à agricultura, a qual analisarei em mais detalhe

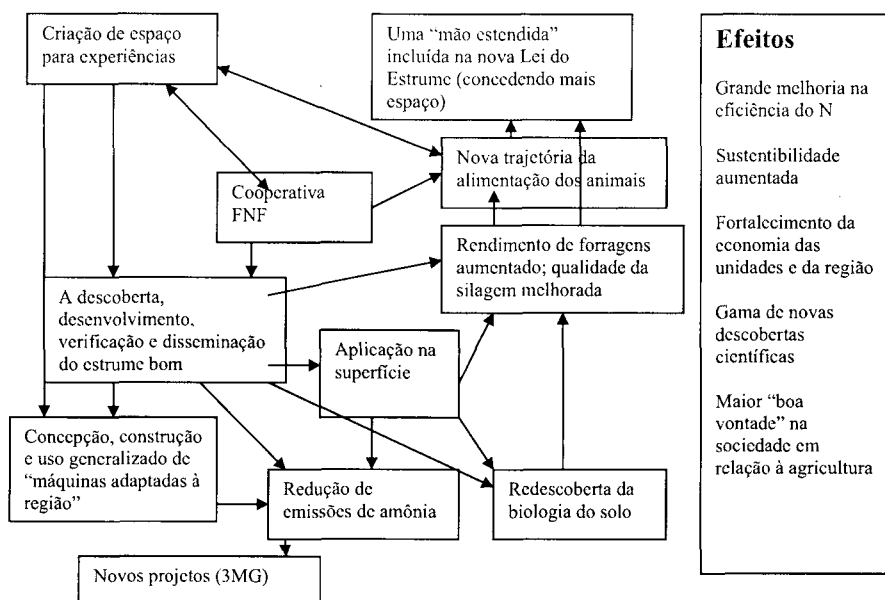


Figura 7.8 – Rede de novidades interligadas

no capítulo 8. Neste ponto, é importante notar que a rede de novidades encadeadas se estende além das fronteiras (geográficas) da área da FNF. Ela se ramifica na formulação de políticas agrárias, na ciência (dando origem a novos projetos, como o 3MG²¹⁶ mencionado na Figura 7.8; Sonneveld, 2006), na biologia do solo alterada “sob” a área, em fluxos de valor modificados na economia regional e no aumento da “boa vontade” para praticar a agricultura.

A Figura 7.9 descreve outra rede relacionada com a gestão da natureza e da paisagem. Esta segunda rede se centra em novidades organizacionais.

Os aspectos centrais dessa segunda rede são os dias de sessão, a comissão de avaliação e o guia de campo. No contexto holandês, estes são termos muito familiares, se não mesmo antiquados. Porém, eles implicam e, ao mesmo tempo, ocultam uma forma completamente nova de estruturar as relações entre os agricultores e os mecanismos estatais, ao mesmo tempo estabelecendo novas ligações entre a agricultura e seu ambiente natural. O dia da sessão significava antigamente uma reunião, normalmente realizada num bar local, a que todos os agricultores tinham de ir para dar informações necessárias sobre suas unidades agrícolas a um oficial de extensão que, subseqüentemente, introduzia esses dados nas estatísticas nacionais. Essa reunião era conhecida como a “Contagem de Maio”. Hoje, a situação é o oposto. A cooperativa FNF treinou um grupo de mulheres de agricultores sobre o funcionamento do programa estatal para a gestão da natureza e da paisagem. Essas senhoras conhecem exatamente os requisitos administrativos (bem como as armadilhas e os perigos). Durante o dia da sessão, elas se disponibilizam a discutir com os agricultores questões sobre

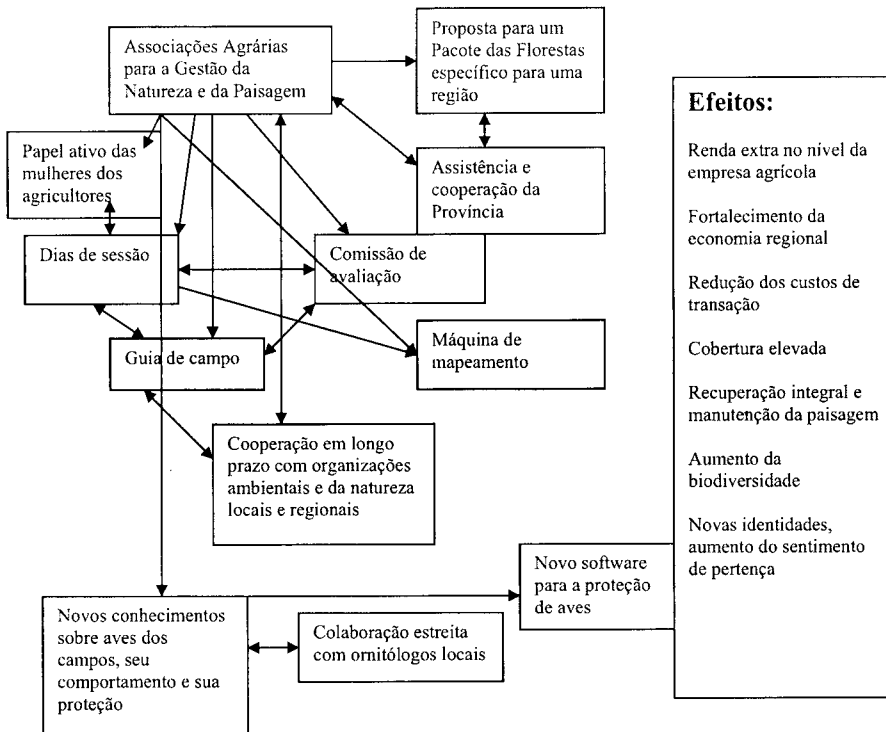


Figura 7.9 *Uma segunda rede*

suas unidades agrícolas. Em conjunto, eles criam as melhores combinações de possibilidades, necessidades, limitações da unidade e oportunidades, condições e calendarizações do programa. Assim é proporcionada uma interface que, de outra forma, implicaria custos de transação elevados e que teria o perigo do prejuízo e das perdas associadas. Dessa forma, por detrás da rotina aparente de um dia de sessão existem relações drasticamente alteradas entre o Estado, os agricultores, a paisagem e a natureza.

O mesmo se aplica ao guia de campo e à comissão de avaliação. O guia de campo (produzido em estreita colaboração entre a FNF, peritos locais com conhecimento da história, paisagem e biologia da região e algumas ONGs) descreve a melhor forma de configurar as cercas de sebes, as lagoas, as fileiras de amieiros e outros elementos da paisagem (Boer, 2003). Ele inclui um sistema flexível para classificar cercas vivas bem cuidadas, bonitas e ricas, as distinguindo ao mesmo tempo das menos bonitas e menos cuidadas. Um detalhe crucial é que essa classificação é flexível. Uma cerca viva pode ser bonita por motivos diferentes, uma vez que existe uma grande variedade de formas de *tornar* uma cerca viva bonita e rica em biodiversidade. Por conseguinte, o guia de campo introduz a noção de qualidade, ao mesmo tempo permitindo flexibilidade. A importância deste pormenor aparentemente insignificante será salientada no próximo capítulo.

A comissão de avaliação (composta por peritos e agricultores locais) visita e inspeciona regularmente as unidades agrícolas que participam do programa da natureza e da paisagem e, através dos critérios incluídos no guia de campo, comenta a qualidade dos diferentes elementos da paisagem e pode até oferecer alguns conselhos. O efeito desta situação é duplo. Por um lado, o comitê introduz a noção de qualidade de forma positiva na prática da gestão da natureza e da paisagem²¹⁷ e, por outro, cria uma espécie de poder de contraposição. Se os serviços de inspeção do Estado identificarem “infrações” (como acontece cada vez mais), os agricultores poderão recorrer a uma avaliação por parte da comissão de avaliação para contrapor essa avaliação negativa. Isso é bastante útil em tribunal. O núcleo da rede representada na Figura 7.9 (o triângulo dos dias de sessão, o guia de campo e a comissão de avaliação) tornou-se agora uma rede muito mais ampla que também inclui novos artefatos, tais como a “máquina de mapeamento”²¹⁸ e um teste de registro de ninhos por GPS.²¹⁹ Isso está dando origem a novas descobertas e conhecimentos sobre a gestão das aves dos campos (Swagemakers *et al.*, 2007), bem como consolidando relações de trabalho com organizações de conservação da natureza e a província.

Dimensões da gestão estratégica de nichos

Em conjunto, as muitas novidades, sua coordenação cuidadosa e seu desenvolvimento ativo em redes alargadas têm tido grandes efeitos. Em primeiro lugar, esses efeitos dizem respeito a uma inversão nas relações entre a economia e o ambiente. Na FNF, a soma zero classicamente dominante foi convertida em um realinhamento das duas entidades que resulta numa sinergia considerável. Uma segunda inversão está relacionada com a mudança de uma desconfiança mútua para uma cooperação negociada entre agricultores e organizações estatais. A terceira se relaciona com a mudança da unidade de funcionamento, passando de uma única unidade agrícola para todo o território, e assim possibilitando a discussão sobre questões da paisagem, da biodiversidade e da qualidade do meio ambiente e sua abordagem *no nível necessário*. A quarta e última inversão que quero referir é a inversão cultural entre os participantes. Onde anteriormente reinava algum desespero, os sentimentos agora dominantes são a solidez (tal como expressada nos valores comuns partilhados), a esperança e, por vezes, a raiva.

Estas inversões não poderiam ter sido realizadas se não tivesse havido uma gestão da FNF como um nicho estratégico (Kemp *et al.*, 1998 e 2001; Rip e Kemp, 1998; Hoogma *et al.*, 2002; Moors, 2004). O mesmo se aplica às novidades discutidas, muitas das quais não teriam sido desenvolvidas e combinadas com outras sem o espaço protegido fornecido pela cooperativa FNF (Wiskerke, 2002; Roep e Wiskerke, 2004). A Figura 7.10 sintetiza várias dimensões da gestão de nichos tal como desenvolvida no caso da FNF. Essas dimensões fundamentam os diferentes episódios descritos nas seções anteriores. Em conjunto,

elas descrevem a natureza multidimensional das ligações entre a FNF e o regime sociotécnico circundante (Wiskerke *et al.*, 2003a; ver Ventura e Milone, 2005b, para uma aplicação das mesmas dimensões a outro caso: a ascensão do distrito de Montefalco na Itália).

A *governança* se refere aqui à capacidade de jogar simultaneamente em diferentes arenas e de coordenar as “jogadas” de lugares diferentes num fluxo adequado e em progressiva evolução ao longo do tempo. Ela diz respeito ao desenvolvimento negociado em arenas onde os diferentes domínios de regulação estatal interagem, bem como à criação de isenções a determinadas formas de lidar com efeitos e impactos negativos que, de outra forma, seriam altamente desarticulados. Ela também se refere à criação e fornecimento de uma organização interna estável e de um funcionamento efetivo de serviços técnicos para os membros. Acima de tudo, a coordenação desses diferentes domínios é central para este tipo de governança. Se a governança for bem sucedida, ela cria espaço para desenvolver e combinar novidades promissoras, assim produzindo uma capacidade dupla de fornecer ou, como é dito nos discursos locais, de “fazer melhor” do que através da imposição não mediada de esquemas reguladores (Eshuis, 2006). A Figura 7.10 representa isso como *reformismo efetivo e progressivo*,²²⁰ se referindo não só a intenções, possibilidades e projeções, mas acima de tudo a *práticas* recentemente induzidas (isto é, reformas) e aos *resultados e conseqüências* associadas e avaliadas como superiores àquelas normalmente realizadas. O reformismo efetivo diz respeito à capacidade de fazer as coisas, isto é, ele resulta em um registro positivo que fortalece as coligações estratégicas para a governança e a política associada a ela.

A *integração* se refere à necessidade de juntar diferentes atividades em uma estrutura contínua. Isso implica ultrapassar as muitas diferenças e discontinuidades implícitas nos esquemas reguladores genéricos e segmentados do Estado central. A integração também pode ocorrer numa rede mais ampla, através da coordenação de atividades locais, por exemplo, de tal forma que elas se ajustem aos

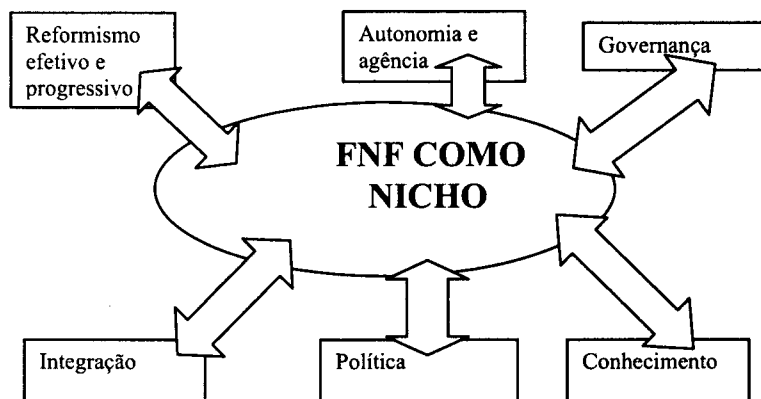


Figura 7.10 – Dimensões da gestão estratégica de nichos (Roep *et al.*, 2003)

programas provinciais. Em conjunto, a integração, o reformismo efetivo e a boa governança são elementos atrativos. Esse caráter atrativo resultou em uma visita precoce do príncipe herdeiro à FNF e à atribuição de um prêmio prestigiado por inovação entregue pelo Ministério do Planejamento Regional e Meio Ambiente. Por sua vez, esses símbolos ajudam bastante a fortalecer a governança – e assim funciona a sinergia.

O *conhecimento* é outra dimensão crucial. Numa sociedade que se considera fundamentada em conhecimento, é cada vez mais freqüente que apenas as coisas “comprovadas” sejam permitidas. Regressando pela última vez ao “estrume bom”, é preciso notar que o principal argumento contra ele foi que “não tinha sido comprovado”. Assim sendo, uma construção oportuna de novos conhecimentos (ou, pelo menos, o planejamento oportuno de pesquisas adequadas) torna-se crucial, não só na arena onde a FNF interage com os mecanismos estatais, mas também para os agricultores participantes. Como referi anteriormente, as novidades precisam ser “descobertas” para serem compreendidas e posteriormente desenvolvidas. E quanto mais essas novidades atravessam a fronteira que separa o conhecido do desconhecido, mais atrativas se tornam para os cientistas.²²¹ Os nichos como a FNF são, de certo modo, os lugares onde “tudo está acontecendo”. Por outro lado, a transposição dessa fronteira também transforma essa dimensão em um “campo de batalha de conhecimento” (Long e Long, 1992).²²²

Nesse contexto, a *política* se refere à capacidade de envolver, comprometer, mobilizar e usar o apoio de “outros” para criar, defender e expandir o espaço de manobra necessário. Sua criação e manutenção (ou seja, a criação de um nicho estratégico) têm sido bastante difíceis, e isso não tem de forma alguma sido um processo unilinear e estável em direção à auto-regulação alargada. Em retrospecto, um elemento decisivo – a partir da formação dos primeiros núcleos – foi que a FNF podia convocar constantemente o Comitê Permanente da Agricultura do Parlamento Holandês para corrigir as decisões do Ministério da Agricultura. Esse comitê interveio várias vezes em nome da FNF, a qual mantém boas relações com deputados parlamentares e com vários partidos políticos. Isso tem origem, em parte, no fato de vários deles terem sido convidados para visitar a região e terem tido um papel nas discussões internas e nos passos institucionais dados. A própria existência da FNF representa uma referência importante para os parlamentares nas suas avaliações críticas do desenvolvimento geral de propostas políticas que emanam do Ministério – especialmente porque a FNF representa a forma como “as coisas podem ser mais bem feitas”.

A ligação com o Parlamento também foi fortalecida através das fortes ligações entre a FNF e várias outras entidades locais e regionais e organismos políticos, incluindo a Província da Frísia, o Movimento pela Natureza da Frísia, o *Fryske Gea* e a *Landscape Management*. Devido a esse apoio amplo, a cooperativa surge como um ponto mediador *por excelência* – e é disso que os políticos precisam. Por outro lado, o apoio político é, muitas vezes, de uma importância estratégica. O desenvolvimento da FNF tem sido freqüentemente ameaçado, se não mesmo

bloqueado. Esses bloqueios só foram retirados a tempo graças à mobilização de uma grande rede de apoio (em que os deputados parlamentares ocuparam uma posição central).

Uma dimensão final que quero mencionar aqui brevemente é a da *autonomia e condição de agente* (ver também a esse respeito Wijffels, 2004) ou, por outras palavras, como a *condição camponesa* (ver capítulo 2) *se traduz num nível mais elevado de agregação*. Quanto mais efetivas forem as ações tomadas a respeito das dimensões acima mencionadas, mais autonomia e agência efetiva resultarão. Por sua vez, a autonomia e a condição de agente podem responder, gerando um reformismo mais efetivo, mais conhecimentos e uma melhor governança.

Princípios de projeto

As atividades que ocorrem ao longo das diferentes dimensões são desvios de rotinas estabelecidas e, por conseguinte, requerem novos princípios de projeto (Ostrom, 1990 e 1992). Esses novos princípios são essencialmente retirados de repertórios culturais locais e das experiências adquiridas ao longo do tempo pela própria cooperativa. Tentarei agora explicitar alguns desses princípios de projeto, que são, de certo modo, as regras informais através das quais a *condição de agente* se expressa.

O primeiro desses princípios de projeto é a *exploração de heterogeneidade relevante* no território. Dentro da FNF, as pessoas estão convencidas de que muitos melhoramentos já estão disponíveis, embora escondidos, portanto não é necessário “reinventá-los”. O que importa é encontrar, descobrir, testar e combinar esses melhoramentos. Esse princípio foi muito importante no caso do estrume bom, mas também em relação à construção de máquinas “amigas da região” para a aplicação de chorume. Nesse caso, a heterogeneidade relevante incluiu a Alemanha, onde foi obtida uma bomba mecânica especialmente desenhada para isso. A exploração também pode integrar a história, como aconteceu com a reativação dos “dias de sessão” quase esquecidos.²²³ Um segundo princípio se centra na criação, uso e desenvolvimento da *autonomia*. A evolução com base em recursos e bens já disponíveis (tanto sociais como materiais) é considerada importante, assim como também é importante, sempre que possível, evitar novos padrões de dependência. Em terceiro lugar, as mudanças devem ser estruturadas de tal forma que rendam *benefícios práticos*. E um quarto princípio salienta a necessidade de *combinar*, de forma inteligente, os vários recursos disponíveis para originar a mudança, sejam eles novidades, recursos locais ou atores (ver Geels, 2002, que propõe o que parece ser um princípio idêntico, embora num contexto completamente diferente).

Um aspecto intrigante dos quatro princípios de projeto mencionados até aqui é que eles são, de um ponto de vista teórico, princípios bastante *camponeses*. Ou seja, modestos mas no final poderosos, especialmente quando ativados num

lugar onde existe algum espaço de manobra. Normalmente, esses princípios são associados ao desenvolvimento camponês de unidades de produção isoladas. Contudo, aqui eles são colocados em funcionamento em outro nível: o nível da cooperativa e sua trajetória específica que tem como objetivo fortalecer e transformar a agricultura regional.

Na estruturação das inter-relações entre a FNF e seu ambiente institucional, é possível perceber mais alguns princípios de projeto. Eles se baseiam, em quinto lugar, na consciência de que é inútil lutar uma batalha impossível. Ou seja, é preferível se empenhar em *movimentos colaterais*. Se, por exemplo, não for possível convencer os funcionários públicos da necessidade de determinadas mudanças, então é mais eficiente fomentar as relações com os parlamentares.

Um sexto princípio salienta a importância de *usar interfaces diferentes* dentro do aparelho estatal. Assim, se não for possível mudar um determinado esquema regulador em conflito com as condições locais, o melhor é não desperdiçar energia tentando fazer isso, ou como diz o ditado, não “dar murro em ponta de faca”. Contudo, nos raros momentos em que esses esquemas reguladores são redefinidos ou descentralizados – talvez do nível nacional para o provincial – pode haver muitas oportunidades para introduzir mudanças. A antecipação, ou a previsão do curso dos acontecimentos, torna-se estratégica.

Um sétimo princípio está relacionado com a *natureza das inter-relações estabelecidas*. Essas inter-relações tendem a ser flexíveis e móveis e, por isso, permitem heterogeneidade e um desenvolvimento contínuo. O guia de campo, por exemplo, não especifica um modelo particular de cerca viva que deve ser aplicado a todas as cercas vivas existentes. Ao contrário, ele define uma gama mais vasta de objetivos e intervenções possíveis que podem ser aplicados e interpretados em localidades específicas: uma aplicação mecânica não é possível nem desejável. Assim surge um todo flexível que permite a existência de diferentes cercas vivas, as quais em conjunto compõem uma bela paisagem. Neste ponto, também é importante que a recompensa seja acompanhada da qualidade, e que o desenvolvimento posterior seja possível e estimulado de imediato.

Tudo isso pode parecer evidente. Contudo, como demonstrará o próximo capítulo, a flexibilidade, a heterogeneidade, o desenvolvimento continuada e o papel ativo dos agricultores envolvidos estão *longe de ser evidentes* em um mundo cada vez mais estruturado de acordo com o Império. As relações e ligações importantes estão sendo cada vez mais “congeladas” à medida que são comprimidas num único modelo de regulação que coloca as várias práticas encontradas na vida real numa camisa-de-força. Os sistemas de conhecimento institucionalizado e os organismos estatais têm um papel decisivo na produção e implementação de camisas-de-força que não só excluem a heterogeneidade como também bloqueiam o desenvolvimento. A criação e implementação subsequente de *inter-relações fixas* tem, nesse contexto, um papel estratégico, o qual eu tentarei esclarecer nos próximos capítulos. Porém, antes de entrar nessa discussão, é útil sublinhar que essas inter-relações não têm necessariamente de ser formuladas como fixas.

Através de uma aplicação cuidadosa de conhecimentos tácitos ou científicos (ou de uma combinação dos dois tipos, como encontramos no caso da FNF), muitas relações que são mais ou menos fixas (seja por que motivo for) podem ser tornadas *móveis* e, por isso, *movíveis*. Ilustrarei esse ponto importante com dois exemplos da cooperativa FNF.

A construção de mobilidade²²⁴

Os ecologistas da produção e da paisagem da Universidade de Wageningen desenvolveram recentemente, em estreita colaboração com a cooperativa FNF e a *Landscape Management Friesland*, um modelo local e altamente flexível que pode ajudar a melhorar a sinergia já criada entre a agricultura e a paisagem. Discutirei brevemente este modelo, pois ele demonstra que a criação de modelos *que partem de e se centram no local* pode ter resultados que contrastam radicalmente com o tipo Imperial de criação de modelos atualmente dominante no contexto agrário.

Um aspecto importante do modelo aqui apresentado é que ele diz respeito à “conectividade” implícita em paisagens específicas. Aqui, a *conectividade* é entendida como o conjunto total de ligações presentes na paisagem que tornam possível que espécies diferentes (aves, insetos, morcegos, veados, borboletas, doninhas, etc) vivam nela. Assim, a conectividade é um dos portadores importantes de biodiversidade (ver Figura 7.11).

O modelo também se relaciona com a gestão da agricultura e da paisagem. Por um lado, os elementos da paisagem (que, no seu conjunto, resultam em um modelo específico de conectividade) são o resultado do uso de terra *histórico* e, por outro lado, esses elementos interagem com formas *atuais* e altamente dinâmicas

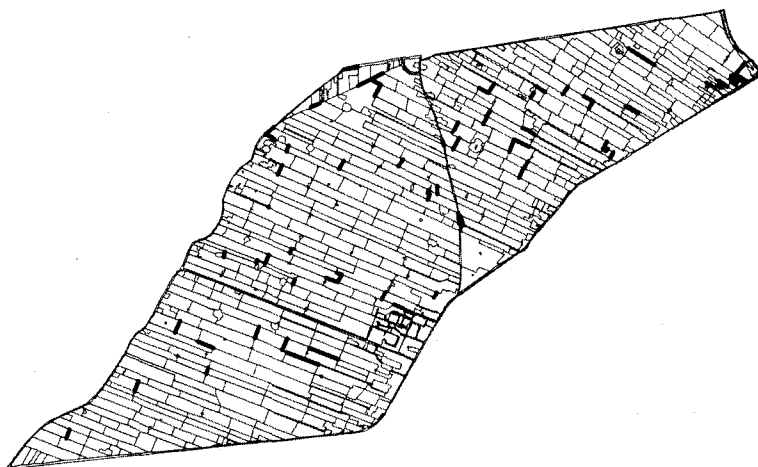


Figura 7.11 A conectividade melhorada sugerida pela Landscape IMAGES

de uso de terra. Assim, a agricultura pode entrar facilmente em contradição com determinadas estruturas da paisagem (os campos podem ser muito pequenos; podem faltar pequenos corredores entre um campo e outro, etc). Contudo, os enquadramentos legais (no nível nacional, provincial e municipal) são extremamente estáticos. Eles simplesmente proíbem o abate ou a remoção de uma cerca viva, ou a ligação de uma lagoa a um pequeno canal, ou coisas como essas. Dessa forma, a proteção tende a introduzir uma estagnação geral. As mudanças são vistas como mais uma ameaça à biodiversidade. Contudo, com a introdução da conectividade como um conceito central, torna-se possível ir além dessa situação paralisante.

Um novo modelo computadorizado chamado *Landscape IMAGES* (sendo a segunda palavra um acrônimo para “*interactive multi-goal agricultural landscape generation and evaluation system*” [“sistema interativo multi-propósitos de avaliação e geração de paisagens agrícolas”], ver Groot *et al.*, 2007a) é carregado com a estrutura específica da paisagem local e com as “condições de migração” de importantes espécies locais. Com base nesse modelo, é possível calcular a perda de conectividade devido a intervenções particulares e, ao mesmo tempo, indicar os ganhos potenciais associados a medidas de compensação aplicadas noutro lugar. Essas medidas podem incluir, por exemplo, a construção de ligações entre determinados espaços abertos que são difíceis de atravessar por determinadas espécies. Assim é possível ultrapassar o jogo clássico da soma zero. A flexibilidade para os agricultores é aumentada enquanto a conectividade é melhorada. Em suma, a estrutura da paisagem é tornada “movível” para melhorar a eficiência agrícola *assim como* a qualidade e a biodiversidade da paisagem.

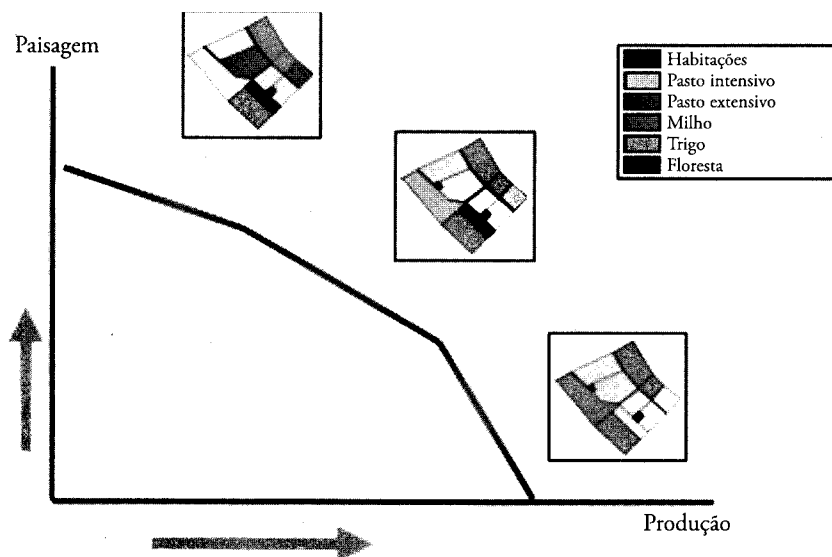


Figura 7.12 *A natureza e a economia como categorias mutuamente exclusivas*

Este mesmo modelo também inclui as atividades produtivas na unidade agrícola (partindo de dados agrícolas) e calcula o desempenho econômico associado (Groot *et al.*, 2006b e 2007a). Simultaneamente, ele permite a introdução de uma vasta gama de atividades orientadas para a natureza na unidade agrícola (por exemplo, pastos menos produtivos contendo uma flora rica). Normalmente, a inter-relação entre a agricultura e a natureza é conceituada em termos de uma contradição – como representa a curva de isopropriedade *fixa* apresentada na Figura 7.12.

Contudo, com a criação recente e não determinista de modelos que se processam através do uso de um modo de otimização continuada Pareto – em que os resultados obtidos são usados como dados de entrada na rodada de cálculos seguinte para atingir soluções novas e melhores –, a “tragédia” implícita na curva de isopropriedade normalmente pressuposta pode ser suplantada (ver Figura 7.13). Após vários cálculos (até cerca de 12.000 vezes), surgem novos modelos de unidades agrícolas que aumentam tanto a natureza como a economia. Assim novos *movimentos* são possíveis, os quais levarão a rendas mais elevadas e a uma natureza mais rica. Em termos mais teóricos, podemos falar da re-introdução do princípio da co-produção (ver capítulo 5) na agricultura. Assim, a Figura 7.13 mostra como o campesinato do terceiro milênio reconfigura a agricultura e a natureza de uma forma bem integrada.

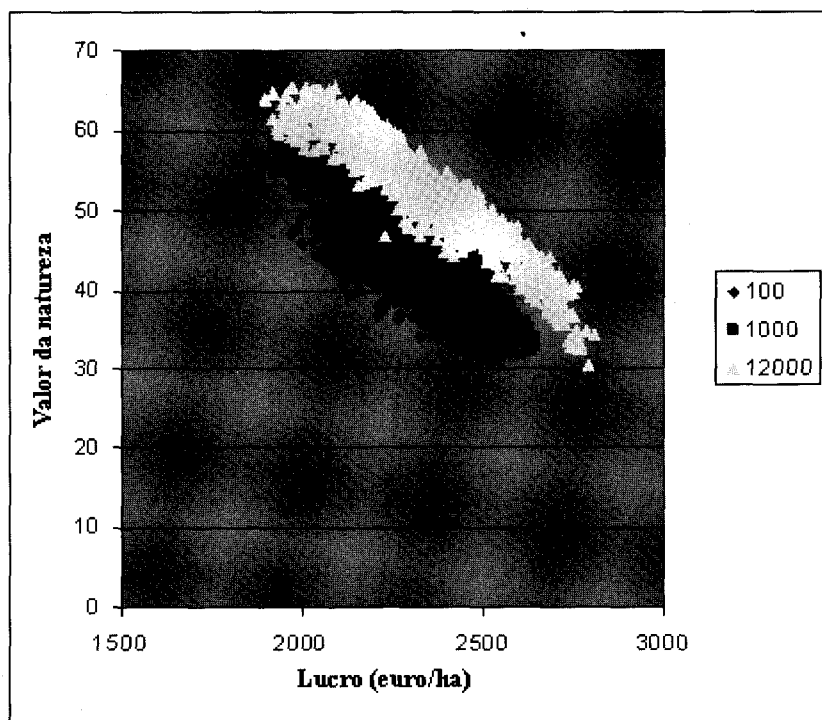


Figura 7.13 Otimização Pareto

Cercas vivas domesticadas, uma vaca global e um “bug”: a criação e a demolição da controlabilidade

Atualmente, existem muitos esquemas reguladores que são usados para configurar e controlar a agricultura. Neste capítulo, discutirei dois desses esquemas que se relacionam com a conservação da natureza e com a criação de sustentabilidade (ou, mais especificamente, com o controle dos níveis de nitrato nas águas subterrâneas).²²⁵ Ambos os exemplos se referem a políticas supranacionais da União Européia e à sua aplicação numa área específica – as Florestas do Norte da Frísia. O motivo para desenvolver esta discussão é duplo: por um lado, ela me permitirá analisar algumas das características específicas do Império no nono capítulo e, por outro, me permitirá, no décimo capítulo, lidar, em termos gerais, com a contradição central entre o Império e o campesinato como modos de ordenamento opostos e divergentes.

O controle é uma característica central do Império (Colás, 2007). Para exercer esse controle, o mundo a ele sujeito (seja o mundo natural ou o mundo social) deve ser tornado controlável. Assim sendo, a *controlabilidade* é uma palavra-chave deste capítulo. A criação da controlabilidade está intimamente ligada à natureza dupla da ciência. Por um lado, a ciência pode ser um veículo por excelência para a conquista Imperial do mundo. Por outro, ela também pode ser subversiva, permitindo que a ordem implícita no Império por vezes falhe.

Domesticando cercas vivas

A Figura 7.2 do capítulo anterior mostra a anatomia de uma cerca viva das Florestas da Frísia. Através de um programa nacional para a gestão da natureza e da paisagem (o Programa *Beheer*), essas cercas vivas estão sujeitas a uma vasta gama de requisitos genéricos. Os agricultores precisam cumprir esses requisitos para poderem receber subsídios por cuidarem das cercas vivas (o que envolve um trabalho considerável) e para evitarem as multas por não cumpri-los.

Aqui irei centrar-me apenas em um desses vários requisitos: a obrigação de proteger as cercas vivas através da construção de uma vedação em ambos os lados. Essas vedações devem ser compostas por uma sequência de postes situados a uma determinada distância da cerca viva, ligados por arame farpado ou eletrificado.

Isso corresponde em certa medida a uma prática corrente. Os agricultores já colocam vedações muito próximas das cercas vivas, uma vez que, embora não queiram que as vacas destruam as cercas vivas, eles querem que os animais consigam pastar²²⁶ nelas. Até aqui, tudo bem. Contudo, o problema é que as cercas vivas normalmente produzem uma grande quantidade de amoras silvestres que as pessoas da comunidade local gostam de colher. Além disso, essas cercas vivas também são uma ligação importante na produção de biodiversidade. Por conseguinte, os arames que acompanham as cercas vivas são freqüentemente cobertos, mais em alguns lugares do que em outros, pelos ramos de amoras silvestres que rapidamente crescem. No final do outono ou no começo do inverno, o agricultor corta de novo esses ramos, preparando a planta para o começo do ciclo seguinte da primavera.

Contudo, a presença desses ramos de amoras silvestres deu origem a um problema inacreditável. Em condições normais, isso não seria de modo algum um problema. Mas devido à formalização da vida, isso se tornou um problema sério e que quase levou os agricultores da FNF a desistir da gestão da natureza. É algo tão ridículo que me sinto relutante em relatá-lo aqui. Mas este tipo de problemas está emergindo por toda a parte. O que acontece é que as normas proíbem que os ramos de amoras silvestres fiquem pendurados nos arames, pois *se os arames estiverem cobertos, o agente controlador não consegue observar se o arame obrigatório por lei está sendo utilizado ou não*. Se os ramos de amoras estiverem cobrindo o arame, isso constitui uma infração que deve ser punida. Muitos agricultores efetivamente já pagaram, ano após ano, multas substanciais devido a essa infração específica. Isso suscitou a seguinte questão: será que o Ministério queria que os agricultores usassem herbicidas nas cercas vivas para eliminar todos os arbustos de amoras silvestres?

Pertenci a várias delegações da cooperativa FNF que tentaram mudar essa prescrição claramente absurda e que entra em conflito com a dinâmica da natureza e da agricultura. Essas delegações lutaram em vão, durante anos, em arenas diferentes, em níveis diferentes e em lugares diferentes. E quando, finalmente, houve uma mudança, ela não se deveu aos argumentos usados, mas a determinadas interfaces que, naquele momento, estavam mudando. Os sistemas reguladores de hoje são caracterizados por uma permeabilidade parcial. As diretivas, normas, requisitos, procedimentos e protocolos são facilmente transmitidos do topo para a “base”. Os fluxos de informação, comentários, e críticas que seguem a direção oposta, ou seja, do nível local ao nível global, são, contudo, quase completamente bloqueados: eles não passam.

Em termos técnicos, esse fluxo parcial e sua persistência se resumem a três aspectos. O primeiro é a arrogância e a desconfiança. Os funcionários públicos acreditam que estão no comando e não recebem favoravelmente propostas para mudar rotinas estabelecidas, especialmente quando estas vêm de outros. A “síndrome do que não foi inventado por nós” apenas fortalece essa atitude. Em segundo lugar, é preciso reconhecer que a introdução de mudanças é extremamente difícil,

precisamente devido à forma como organizamos o mundo. A gestão da natureza (por mais simples que possa parecer numa primeira abordagem) envolve várias entidades institucionais. Para começar, existe a unidade de políticas do Ministério que formula as linhas gerais para a gestão da natureza, a *directie natuur*. Depois, existe a *directie regelingen*, a unidade que efetivamente implementa as políticas formuladas. Esse nível é seguido por outro ainda, a *DLG* e, por vezes, a *AID*, que controlam se os agricultores seguem corretamente as determinações. Finalmente, existem as instituições que avaliam os próprios programas.

Assim sendo, um primeiro conjunto de ligações regula a tradução dos objetivos políticos nas práticas, no controle e na avaliação necessários. Um segundo conjunto se relaciona com o financiamento das práticas necessárias. Isso envolve, em quase todos os lugares, o princípio do co-financiamento. Uma parte do financiamento vem da UE (pertence a um capítulo das Regulamentações sobre Desenvolvimento Rural), outra parte é financiada em nível nacional e, a partir de 2007, outra parte ainda deverá ser financiada em nível regional. Assim é criada uma densidade institucional que tende a excluir a flexibilidade. A formulação, implementação, controle e avaliação de políticas e os fluxos financeiros associados se materializaram em subsistemas diferentes nos níveis supranacional, nacional e regional – subsistemas que estão ligados através de definições formais, altamente detalhadas e baseadas em tecnologias complexas de informação e comunicação (TIC) sobre o que deve ser feito e como. Isso significa que a reconsideração de uma norma específica como a gestão das cercas vivas nas Florestas do Norte da Frísia, por exemplo, implicaria necessariamente *uma revisão* de todos os outros sistemas implicados. As normas adaptadas para o controle têm de corresponder às normas adaptadas que especificam objetivos e modos de regulação. Isso implica adaptar as normas à avaliação e, ao mesmo tempo, conseguir que essa adaptação seja aceite por “Bruxelas”. Essas normas também têm de ser aceitas, operacionalizadas e traduzidas em nível regional. Os custos de transação seriam altíssimos.²²⁷ Consequentemente, o sistema em geral tende a ser rígido

Através dessa rede múltipla e sistematizada de ligações, a vida diária, como o tratamento diário das cercas vivas, é transformada em um verdadeiro nó gordiano que já não pode ser desatado. Simultaneamente, esse nó se transforma em um pesadelo para os agricultores participantes do programa para a conservação da natureza. Os funcionários públicos que definem o programa novo fazem um bom trabalho. Aqueles que o implementam também fornecem um serviço adequado. E aqueles que têm de monitorá-lo e controlá-lo devem assegurar-se de que evitam o desperdício de dinheiros públicos. Todos estão dando seu melhor. Contudo, o resultado final é o caos.

Após muitas decepções sofridas durante as tentativas de melhorar a situação da avaliação errada dos arbustos de amoras silvestres, a cooperativa FNF decidiu levar o caso a tribunal.²²⁸ Essa medida e as fortes críticas da autoridade provincial das zonas rurais, Anita Andriesen, acabaram por levar a uma solução tipicamente holandesa: o comportamento divergente relativamente às cercas vivas

seria *tolerado*. Ou seja, as multas por infrações já não seriam aplicadas. Sete anos passaram até se chegar a essa conclusão! Esta é outra característica relevante da estruturação Imperial: até as coisas simples da vida são convertidas em operações extremamente complicadas.

Nos próximos anos, a gestão da natureza será descentralizada do Estado para as províncias. Assim sendo, a FNF foi convidada pelas autoridades provinciais para preparar um “Pacote Florestas” para a gestão da natureza na região. Esse novo pacote deverá refletir as peculiaridades tanto da natureza como da agricultura nas Florestas da Frísia. Ele também permitirá a introdução da qualidade, da diferenciação, da flexibilidade e da remuneração adequada.²²⁹ O Guia de Campo e o Comitê de Levantamento terão, provavelmente, um papel importante nesse novo pacote. Contudo, a gramática básica das novas normas ainda é definida em nível central. O centro básico dessa gramática eram, anteriormente, os custos adicionais e a produção passada, mas agora o elemento central é o trabalho implícito. Isso provoca novas contradições, uma vez que os lugares mais valiosos em termos de beleza cênica e de biodiversidade são, obviamente, aqueles que devem ser tocados o menos possível. Eles devem ser objeto do menor trabalho possível. De acordo com a gramática nova, os lugares mais valiosos são aqueles que receberão um pagamento mínimo ou praticamente nulo. Torna-se impossível governar as complexidades locais com uma só lógica definida centralmente. Por conseguinte, as lutas em curso irão, com certeza, continuar para acompanhar as atividades de gestão da natureza.

A vaca global²³⁰

Não existe nada aparentemente mais local do que vacas criadas para se adaptarem aos pastos locais. O mesmo se aplica a campos que foram desenvolvidos ao longo do tempo para corresponder às necessidades nutricionais desse gado. O “único problema” é que esses equilíbrios (e as práticas através das quais eles são criados) não podem ser prontamente controlados por agências exteriores. Isso não é apenas devido à *capacidade de escapar ao controle* dos agricultores envolvidos, mas também devido à grande *heterogeneidade* dos equilíbrios criados. Ironicamente, esse “único problema” acaba sendo o problema *principal* no contexto atual dos esquemas agro-ambientais, especialmente porque esses esquemas estão se aproximando cada vez mais de modelos Imperiais. O Império requer controlabilidade. Assim, a unidade bem equilibrada de campos, agricultor e gado surge como uma iniquidade – independentemente do nível de sustentabilidade que possa alcançar.

O impasse resultante é resolvido de forma Imperial, isto é, através de um afastamento total da especificidade local e dos equilíbrios implícitos. Assim, foi criada uma “vaca global” através de um modelo complexo, a qual especifica a chamada excreção de nitrogênio por vaca. Contudo, esta vaca é uma abstra-

ção. É uma vaca global ou virtual e, por isso, o nível calculado de excreção de nitrogênio é igualmente apenas uma *média*, um *padrão global*, que na maioria das vezes se *afasta* de situações concretas. Não obstante, essa *vaca global* surge como o principal instrumento de controle. Depois de avaliar o nível máximo de nitrogênio do gado por hectare, o controle se resume a contar simplesmente o número de animais, para saber se um agricultor está dentro ou ultrapassando os níveis de sustentabilidade centralmente definidos. Através de sistemas de dados computadorizados, o controle necessário pode então ser realizado a partir de um lugar remoto de controle.

A Figura 8.1 resume a vaca global. Para o país em geral, todos os fluxos de rações e forragens – que são, de fato, freqüentemente fluxos globais – são reunidos e convertidos na quantidade de nitrogênio correspondente. O mesmo é feito para os pastos e para a produção de milho da Holanda: eles representam igualmente um fluxo específico de nitrogênio dos campos para o gado. Esse fluxo é substancialmente associado ao uso de fertilizantes. Por outro lado, existem dois fluxos de saída. O primeiro se relaciona com a produção de leite e carne. Os dois produtos têm um teor de nitrogênio reconhecido, o que permite uma especificação desse fluxo em termos de nitrogênio. Assim, existe uma quantidade específica de nitrogênio que é importada para o rebanho nacional, e uma quantidade específica que é exportada. Por conseguinte, o nitrogênio restante²³¹ se encontra num último fluxo: o estrume produzido. A divisão desse nitrogênio restante pelo número total de gado resulta em uma excreção média de nitrogênio por vaca de cerca de 114 kg de nitrogênio por ano.²³² Mais tarde, foi desenvolvido um “algoritmo global” (ver Box 8.1) que especifica ainda mais a vaca global: esse algoritmo diferencia

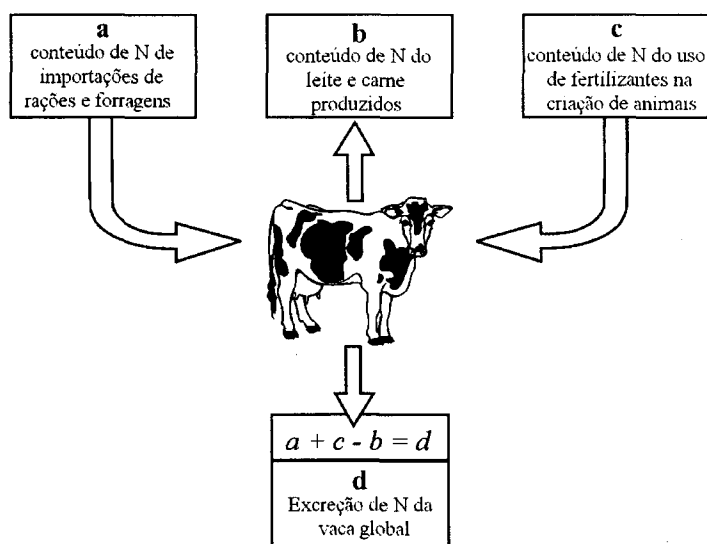


Figura 8.1 Cálculo da excreção de N da “vaca global”

a excreção média de nitrogênio consoante o rendimento do leite e o teor de uréia no leite. Este último parâmetro é um pouco problemático. Ele tem uma relação ambígua com o teor de nitrogênio no chorume. Contudo, esse era um parâmetro de *acesso fácil* (tal como o rendimento de leite), uma vez que é registrado nas fábricas de laticínios. Os próprios cientistas que desenvolveram esse modelo não estavam satisfeitos. Contudo, a controlabilidade foi priorizada em detrimento da precisão. Além disso, o uso do teor de uréia no leite como parâmetro é também problemático porque é muito difícil para os agricultores conseguir manter a uréia em um nível desejado, especialmente se os rebanhos pastarem livremente. Por conseguinte, um verão mais úmido pode penalizar fortemente os agricultores.

Box 8.1 ○ “algoritmo global”

Kg de excreção de N por vaca por ano = $0,95 \times 0,8825 \times (136,7 + 0,0094 \times (\text{rendimento do leite} - 7482) + 1,8 \times (\text{uréia} - 26))$

A vaca global e o algoritmo global inerente se tornaram a base da Lei do Estrume holandesa. Sabendo que só pode ser distribuído pelos campos um máximo de 170 kg de nitrogênio por hectare de estrume animal (ou 250 kg/ha, no caso de derrogação), é possível calcular o número total “legal” de gado (dada a superfície). Sendo o número de gado, a superfície, o rendimento do leite e o teor de uréia precisamente conhecidos nas principais bases de dados, o controle e as sanções são facilitados. Se houver demasiadas cabeças de gado e não for possível provar que o estrume é distribuído a outros agricultores por meio do novo mercado do estrume (um mercado politicamente definido), o número de cabeças de gado tem de ser reduzido.

A Lei do Estrume tem um caráter interessante de *imitação*. Ela parece resolver definitivamente o problema ambiental na agricultura holandesa – pelo menos o problema dos grandes excedentes de nitrogênio. Contudo, por detrás dessa aparência, as coisas podem ser completamente diferentes. De fato, a lei do estrume pretendia resolver um problema bastante diferente, ou seja, as relações deterioradas entre a Comissão Européia (particularmente as Direções Gerais do Ambiente e da Agricultura) e o Ministério da Agricultura da Holanda. Contudo, o preço para resolver esse problema específico foi pago pelos agricultores que tentaram re-fundamentar seu processo de produção em capital ecológico, em parte através da produção de estrume bom.

A questão da excreção de nitrogênio também pode ser abordada de uma forma diferente, isto é, de uma forma mais localizada. Como a Figura 8.2 ilustra, os dados *específicos da unidade agrícola* sobre a quantidade de forragens produzidas localmente e sua composição (especialmente em termos do teor de proteína bruta),

a quantidade *específica* de concentrados usados na unidade agrícola (e seu teor de N) e, finalmente, os dados sobre as características *específicas* referentes à conversão de rações e forragens em produção, podem ajudar a avaliar a excreção de nitrogênio *específica* da unidade agrícola através do chorume (Reijs *et al.*, 2003; Eshuis e Stuiver, 2004; Reijs e Verrhoeven, 2006; Reijs, 2007, p. 195). Estes dados podem ser facilmente obtidos relativamente à situação local. Contudo, é difícil geri-los nos conjuntos de dados usados para o controle global. Por isso, a formulação da Lei do Estrume (em que as ciências aplicadas tiveram um papel crucial) não passou pelo local (como demonstra a Figura 8.2), mas seguiu, ao invés disso, a trajetória subjacente à vaca global. Essa escolha específica significa que a excreção *real* pode ser muito diferente, tanto de forma positiva como negativa, daquela calculada usando o algoritmo global implícito na abordagem da vaca global. Por conseguinte, o nível de 250 kg de N/ha pode, na prática, ser facilmente ultrapassado. Ironicamente, esse desvio real é ocultado pela Lei do Estrume.

A imposição de critérios padronizados, como aqueles usados para a vaca global, produz uma gama de efeitos sociais e materiais, cuja combinação implica uma grande distorção. Em primeiro lugar, esses critérios genéricos entram em conflito com as especificidades locais que ocorrem em um setor heterogêneo. Isso dá azo a atritos, que muitas vezes se traduzem em rudeza ou na perda de práticas que eram anteriormente objeto de um aperfeiçoamento meticuloso. Em segundo lugar, a imposição desses critérios afeta negativamente e provoca sanções para todos os agricultores que criaram progressivamente equilíbrios específicos implicando níveis elevados de sustentabilidade (por exemplo, níveis elevados de eficiência de nitrogênio). Em terceiro lugar, o sistema criado para prestação de contas e controle incita a um uso *crescente* de fertilizantes químicos e de rações

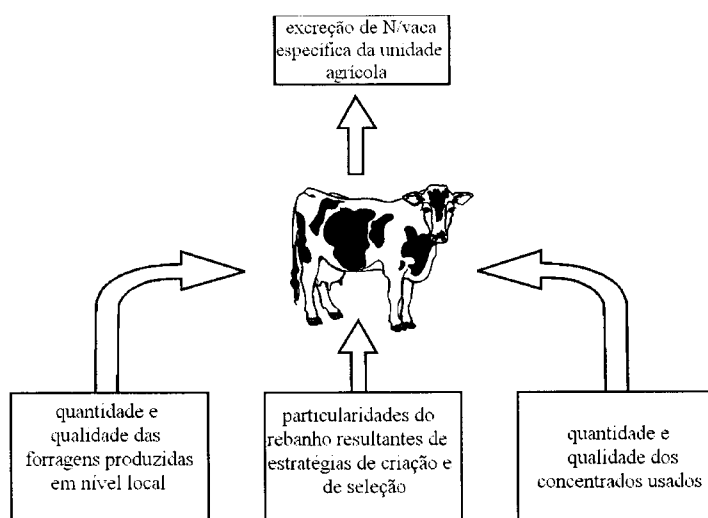


Figura 8.2 Compreendendo as raízes locais da produção de estrume

e forragens industriais.²³³ Por conseguinte, enquanto a sustentabilidade *virtual* é sugerida, a sustentabilidade *real* é deteriorada. As formas de alcançar a última se perderam, bem como o conhecimento para fazê-lo. Em quarto lugar, toda a motivação para melhorar a sustentabilidade real é afastada, se não mesmo criminalizada. A única coisa que importa é que a agricultura seja praticada de acordo com as normas globalmente impostas. Dessa forma, a prática da agricultura é transformada, de certa forma, em uma desaceleração institucionalizada.²³⁴ A produção de novidades e a chamada mudança tecnológica desincorporada (que depende essencialmente das artes e habilidades locais) são excluídas. É óbvio que, mais uma vez, isso é altamente prejudicial para a criação de valor agregado extra e para a qualidade do trabalho. O agricultor é moldado num sistema fordista. Mesmo quando permanece independente – no sentido formal da palavra – o uso de seus recursos é materialmente controlado de forma Imperial. Ele é reduzido a um receptor passivo dos conjuntos de normas genéricos e impostos.

Aparelhos estatais como ingredientes importantes do Império

No caso das cercas vivas e do estrume, o Estado se relaciona tipicamente com o campesinato como uma expressão do Império. Partindo de uma série de “centros” interligados, e através de uma rede extensa e burocraticamente organizada que chega a todas as unidades agrícolas, novas normas, alvos e parâmetros simples em si mesmos, se não mesmo simplistas, são introduzidos em uma gama de situações diferenciadas. Essa mesma rede exerce um controle que é definido de acordo com critérios que convêm ao centro da rede. Todos esses aspectos são intrínsecos ao Império e típicos dele. Contudo, o Império acrescenta muito pouco ou nada. Ele apenas confere uma “imitação de sustentabilidade” (tal como algumas indústrias de produtos lácteos criam imitações de leite). E relativamente às práticas afetadas, o Império também não é neutro. Ele produz uma distribuição extremamente tendenciosa de custos e benefícios. O Império também adultera muitas práticas. Em várias situações, os agricultores são forçados a comprar espaço em outros lugares para se poderem livrar do seu estrume, mesmo quando o uso em suas próprias unidades agrícolas poderia ser extremamente útil, inclusivamente do ponto de vista ambiental. Para compensar e reduzir a quantidade de estrume, é necessário aplicar mais fertilizantes. Em outras situações, a extensificação geral da produção é barrada – simplesmente porque a redução do rendimento do leite implicaria um aumento modesto no número de cabeças de gado, o que iria contra as normas globalmente impostas. Apesar de existirem várias formas astuciosas de lidar com os requisitos das normas vigentes, ao mesmo tempo construindo formas sofisticadas de progresso,²³⁵ os custos de transação para fazê-lo são extremamente elevados. Para a maioria dos agricultores, é efetivamente impossível “se desviar” desses requisitos.

A *degradação*, uma das características definidoras do Império, é também aqui onipresente. Juntamente com os elementos já mencionados, a degradação surge a partir de um requisito legal de injetar o chorume (estrupe mais ou menos líquido) ao invés de aplicá-lo na superfície. É verdade que a aplicação na superfície está associada a níveis mais elevados de emissão de amônia, mas os agricultores conseguem controlar esse perigo facilmente, em parte através do uso de estrume bom e o aplicando apenas quando há nuvens no céu e se espera chuva. Ademais, a presença de cercas vivas diminui a força dos ventos e isso também ajuda a reduzir os níveis de emissão. É claro que essa abordagem só pode ser fundada em formas de controle *localizadas*. A definição do estrume bom irá variar ligeiramente de uns lugares para os outros e, devido a condições meteorológicas, ela irá mudar de ano para ano.²³⁶ Por conseguinte, o controle da qualidade só pode ser feito no nível da unidade agrícola (verificando o próprio estrume, sua composição, cor, cheiro e através de um conhecimento da forma como o gado foi alimentado). Ele não pode ser feito através de binóculos a partir de um carro ou helicóptero. Mas o controle localizado entra em conflito com o Império. O Império tornou obrigatório o uso de grandes máquinas para a injeção de chorume: assim, essa aplicação é controlável de uma forma *global* (Bouma e Sonneveld, 2004).

Para a maioria dos agricultores, essas máquinas são demasiado caras, por isso eles contratam especialistas (que têm as máquinas de injeção) para fazer esse serviço. Isso dá origem a vários problemas. O primeiro é que, nos períodos legalmente permitidos (especialmente no começo da primavera, quando os porões e as vasilhas estão completamente cheios), esses especialistas trabalham continuamente, independentemente das condições meteorológicas e, de preferência, em campos grandes e abertos. Um segundo problema é que as máquinas pesadas danificam a estrutura e a biologia do solo, especialmente nas condições úmidas do começo da primavera. Outro é a velocidade com que esses trabalhadores precisam trabalhar. Isso provoca o caos para as aves e os ninhos nos campos. Por conseguinte, múltiplas degradações são suscitadas. Em suma, por detrás da cortina da sustentabilidade virtual existe, essencialmente, regressão e degradação.

O aspecto do *controle hierárquico* também requer uma especificação. Muitos camponeses foram multados e levados a tribunal devido à aplicação de chorume na superfície. Contudo, muitos deles convenceram os juízes de que a distribuição de estrume melhorado, especialmente em dias nublados, não era prejudicial para os ecossistemas locais, nem para o meio ambiente em geral. Isso reduzia até, freqüentemente, as emissões de amônia (como só mais tarde foi comprovado em pesquisas científicas). Assim, muitos juízes foram convencidos pelos camponeses acusados. E embora fossem formalmente obrigados a condenar os argüídos (que, em termos formais, tinham, de fato, desobedecido à lei), os juízes decidiram progressivamente se abster de julgá-los. Essa era sua forma de protestar contra uma lei que consideravam injusta (pelo menos em situações específicas), impraticável e difícil de fazer cumprir. Contudo, após vários anos, essa forma modesta de “protesto civil” foi aniquilada: o Ministério da Agricultura emitiu uma instrução

formal para todos os juízes que eliminava a possibilidade de abstenção da imposição de sanções sobre a aplicação “ilegal” de chorume.

Existem várias ligações entre os sistemas reguladores da agricultura, tais como a política do estrume, por um lado, e a dinâmica diferenciada da agricultura camponesa e da agricultura empresarial, por outro lado. No modo empresarial, o negócio da atividade agrícola já não está ligado ao capital ecológico disponível. A produção de leite já não está, até certo ponto, ligada à produção de rações e forragens dentro da unidade agrícola, uma vez que grande parte é adquirida. A produção de pastos depende basicamente do uso de fertilizantes, não estando mais ligada ao estrume produzido na unidade agrícola. Assim, os ciclos essenciais que anteriormente moldavam a agricultura em um todo orgânico estão segmentados, e os segmentos resultantes (a produção de leite, forragens, o uso do estrume, etc) são cada vez mais *padronizados* com base em fatores de crescimento artificiais e fornecidos externamente. Em consequência, é relativamente fácil integrar normas *globais* e métodos de controle *globais* em práticas agrícolas padronizadas. Essas normas representam simplesmente *uma maior* padronização. Na agricultura camponesa, que é mais baseada no uso de capital ecológico e que, por isso mesmo, é difícil de padronizar, a imposição dessas normas e métodos não só cria muito mais problemas, como também pode *paralisar* sua dinâmica intrínseca, ou seja, a busca contínua pelo uso melhorado dos recursos naturais disponíveis. Isso é particularmente evidente no que se refere à resposta mais óbvia às regulamentações impostas. Nas unidades empresariais, essa resposta é centrada num aumento continuado do rendimento do leite (através do uso de mais rações industriais e do uso intensivo de fertilizantes na produção de pastos, isto é, em suma, através da “injeção” de mais nitrogênio no sistema produtivo). Em consequência, o número de cabeças de gado pode ser reduzido para criar um ajuste com o novo esquema regulador. É óbvio que essa resposta entra em conflito com a lógica da produção camponesa. No capítulo 5 discuti de que forma o *squeeze* da agricultura é transformado em um *squeeze* interno através da dinâmica do modo empresarial de fazer agricultura, o que afeta os camponeses de forma particular e prejudicial. Neste caso, estamos testemunhando o mesmo tipo de mecânica. Os sistemas reguladores em evolução funcionam como um *squeeze* administrativo que está sendo cada vez mais comprimido: eles constituem verdadeiramente um “moinho regulador” (Ward, 1993; Marsden, 1998), que afeta particularmente o modo camponês de fazer agricultura.

A ciência como um fenômeno com a face de Janus

A ciência se relaciona de forma dupla com a criação do moinho regulador. Para muitos domínios do mundo natural e do mundo social, a ciência traduz o comum e o simples em “leis” que se pressupõe que explicam e representam o comportamento desses mundos (o algoritmo do Box 8.1 é a ilustração perfeita

dessa lei). Conhecer essas leis permite intervir em e governar esses domínios. Para isso, as leis precisam ser reconstruídas em tecnologias e esquemas de governança (Koningsveld, 1987; Ploeg, 1987a).

Existe uma co-evolução quase “natural” entre essa face da ciência e o Império. A ciência constrói os padrões de regularidade (as leis ou conjuntos de leis generalizadas) necessários para que o Império se desenvolva e se materialize como modo de ordenamento. Ao mesmo tempo, o Império padroniza cada vez mais o mundo, entre outras coisas através da compressão da relevância do local e, especialmente, através de sua capacidade de produzir novidades (leia-se desvios) de qualquer tipo. Assim surge a dependência de trajetória (North, 1990) que se realimenta na própria ciência como “dependência de trajetória invertida”. A ciência estuda essencialmente o que se considera possível e relevante, enquanto evita simultaneamente o estudo do “impossível” e do “irrelevante” (como o “estrume bom” e as novidades relacionadas, discutidos no capítulo 7). O “horizonte da relevância” usado na ciência coincide, cada vez mais com a ordem imposta pelo Império. Assim, através do estudo essencialmente ou exclusivamente do “relevante” (e ignorando o “irrelevante”), a ciência contribui intensamente – mesmo sem saber ou sem reconhecê-lo – para a estruturação Imperial do mundo.

A ciência tem, naturalmente, duas faces, na medida em que além de seu enfoque no comum e semelhante, por outras palavras, no geral, ela *também* se centra no excepcional, no diferente e no aparentemente impossível. Ela chega até a *produzir* suas próprias “localidades”. Essa parte da ciência é baseada na curiosidade: ela procura identificar e compreender os *potenciais* escondidos na realidade, examinar a exceção, a novidade, e descobrir o extraordinário que por vezes está encerrado e dissimulado dentro dessa realidade. Embora reconhecendo que existem regularidades – por vezes tão persistentes que tendem a ser entendidas como “leis” –, essa segunda face da ciência também afirma que as regularidades podem se “mover” e/ou se tornar objeto de transições complexas que irão reestruturá-las (Ploeg, 2003a: 145-224; Ploeg, Bouma, Rip, Rijkens, Ventura e Wiskerke, 2004). As regularidades podem mudar e as normas podem ser redefinidas precisamente porque, em muitas localidades, os atores locais estão tentando ultrapassar as “plataformas dos aspectos comuns” (Hofstee, 1985b). Em suma, é essa a causa e a forma como surgem desvios que podem implicar uma superioridade potencial. É claro que os desvios locais não implicam necessariamente uma superioridade potencial. Essa seria a exceção. E, assim mesmo, seria necessária uma estrutura adequada e convincente para avaliar sua relevância. É necessário provar a superioridade na prática e, finalmente, através de e após sua revelação, ela precisaria ser traduzida em termos gerais novos (e provavelmente modificados).

Assim, a atenção a desvios, o inesperado e o local são (ou deveriam ser) uma parte indispensável da ciência. Essa parte ousada e arriscada da ciência terá sempre uma relação ligeiramente desconfortável com sua parte estabelecida, lenta e autoconfiante que existe a partir do conhecimento acumulado de regularidades e semelhanças (ver Rip, 2006, sobre repertórios contingentes e racionais na ci-

ência). A segunda face da face de Janus irá competir com a primeira, enquanto a primeira obrigará a segunda a ir apenas além de experiências. Em conjunto, essas duas faces fazem a ciência progredir. Ou não. O equilíbrio entre as duas faces é decisivo, assim como as lutas sobre o que é aceito como uma “experiência” legítima (Ploeg, Verschuren, Verhoeven e Pepels, 2006). Se cada vez mais domínios das sociedades forem material e simbolicamente ordenados de acordo com normas generalizadas explicadas por e através da ciência, o questionamento dessas mesmas normas se torna desagradável, irritante, se não mesmo provocador, e uma atividade potencialmente perigosa. O equilíbrio entre os dois pólos opostos implícitos na ciência pode ainda mudar mais quando a ciência se torna progressivamente “implicada”²³⁷ em mecanismos que a tornam dependente de financiamentos externos e em quadros de universidades que são dominados pelos interesses estatais e industriais.

Cada vez mais partes do mundo social e do mundo natural são, de fato, governadas por modelos desenvolvidos por especialistas. Esses modelos definem domínios específicos tal como se supõe que eles sejam e funcionem. São modelos que podem ser carregados de dados empíricos e também construções teóricas vazias de referências empíricas: eles se referem às coisas como elas devem ser. Contudo, na maioria, os modelos usados para governar partes particulares do mundo serão uma combinação de construções teóricas e de alguns dados empíricos. A natureza, por exemplo, e conseqüentemente a gama de atividades que a produz (e reproduz), é definida, pelo menos na Holanda, através de “objetivos do tipo da natureza” (*natuurdoeltypen*). A definição de cerca viva é apenas uma das definições de uma longa lista. Os campos são definidos, em parte, através de uma suposta “capacidade de produção de nitrogênio” (ver a Figura 8.3, que indica que os solos arenosos, por exemplo, não podem distribuir mais do que uma quantidade *fixa* de 200 kg de nitrogênio por hectare por ano).²³⁸ As vacas, por seu turno, são em parte definidas pela vaca global que especifica o teor de nitrogênio no estrume. E assim por diante.

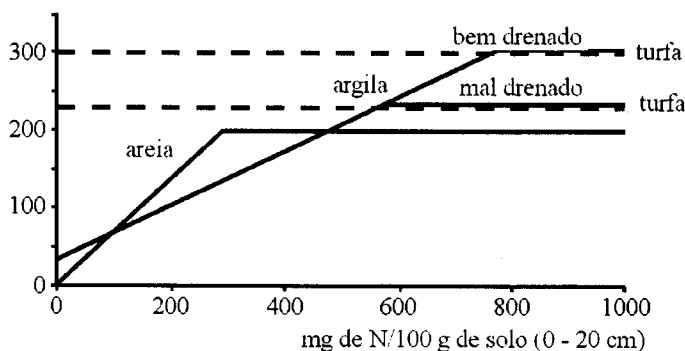


Figura 8.3 *Produção de nitrogênio em solos arenosos, argilosos e de turfa*

Independentemente daquilo que está sendo especificado, esses modelos têm sempre uma estrutura nomológica (do tipo “se...então”). Os resultados desejados se relacionam com um conjunto de condições claramente definidas. Se essas condições ocorrerem (ou forem criadas através de intervenções específicas), então os resultados desejados surgirão. Em suma, estes modelos estabelecem relações lineares de causa-efeito entre os meios e os objetivos e, por isso, podem ser usados para subordinar e controlar cada vez mais partes do mundo.

Em termos gerais, existem vários problemas relacionados com a atual criação de modelos. Esses problemas não são necessariamente intrínsecos aos modelos em si, mas podem surgir quando os modelos são aplicados a domínios dinâmicos e altamente complexos que contêm atores humanos e/ou não humanos (por exemplo, campos, cercas vivas, vacas) que podem contrariá-los de formas freqüentemente inesperadas.

Um modelo pode descrever razoavelmente bem a *média* ou a situação *desejada* dentro de um determinado domínio, mas será sempre difícil integrar nesse modelo toda a heterogeneidade relevante que existe nesse domínio determinado. Por exemplo, na realidade, as vacas e os campos são resultados específicos dos processos de co-produção através dos quais eles se tornaram o que são. Alguns campos terão, devido à história do uso de terra, uma capacidade elevada de produção de nitrogênio, enquanto outros terão uma capacidade bem menor (a Figura 8.4 apresenta níveis *empíricos* da capacidade de produção de nitrogênio na região da FNF; ver também Sonneveld, 2004). A heterogeneidade da vida real implica que os modelos que são adequados no que se refere à situação média podem representar situações locais específicas de forma inapropriada. Assim, as últimas surgem como desvios da regra. Comparado com a riqueza da vida real, um modelo geral que pretende representá-la pode facilmente representar uma realidade empobrecida.

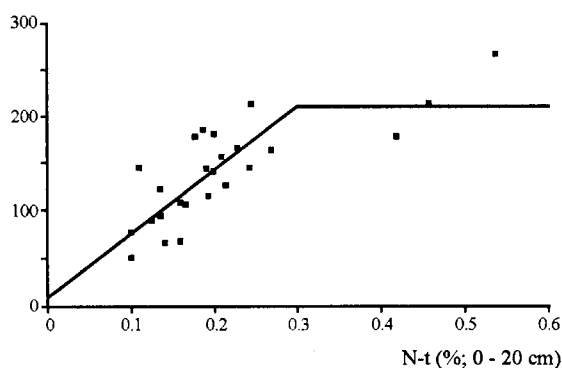


Figura 8.4 Capacidade de produção de nitrogênio do solo (observações empíricas)²³⁹

O segundo problema é, provavelmente, o problema decisivo, surge quando o modelo geral é subseqüentemente usado para ordenar e governar a vida real (sejam os campos, as vacas, as paisagens, etc) e quando os desvios têm de ser materialmente evitados e/ou reparados. A produção e reprodução dos objetos respectivos (por exemplo, a criação e manutenção de uma cerca viva) têm de seguir normas formalizadas e os objetos têm de conter e apresentar as características definidas no modelo. Isso implica que o domínio respectivo seja padronizado, independentemente do fato de isso ser pretendido ou não. O que inicialmente se *supunha* ser a realidade *materializa-se* cada vez mais como uma característica geral dessa mesma realidade. Os desvios são, basicamente, apagados através de esquemas rígidos de controle²⁴⁰ e, por conseguinte, o mundo se torna padronizado.

O terceiro problema resulta das relações particulares entre os resultados desejados e os meios que se supõe serem efetivos na sua criação. Quando os modelos são transferidos para os domínios da vida real que pretendem controlar – por outras palavras, quando são convertidos em tecnologias de controle – os meios identificados se tornam automaticamente centrais (se não mesmo exclusivos). Teoricamente, podem existir outros meios igualmente efetivos ou mesmo superiores, mas se eles não estiverem incluídos no modelo, não serão reconhecidos como relevantes. Eles serão, de certo modo, ilegítimos (isso é claramente um efeito, geralmente não intencional, da visão empobrecida inicial, isto é, da negação da heterogeneidade). Por exemplo, podem existir várias formas de distribuir estrume de uma “forma pobre em emissões” (esse é o termo usado na Decisão Legal Relativa ao Uso de Estrume), mas apenas as formas ou meios especificados no modelo serão aceites.²⁴¹ Mas a “tradução” vai mais longe. Os meios precisam ser *controláveis*. Tomemos o objetivo de ter níveis de nitrato nas águas subterrâneas iguais ou menores que 50 miligramas por litro de água, por exemplo. É evidente que é impossível medir esses níveis constantemente e em todos os lugares. Por conseguinte, o enfoque é transferido para os meios de fazer isso: não é possível aplicar mais de 170 kg (ou, após derrogação, mais de 250 kg) de nitrogênio contido em excreções animais por hectare.²⁴² Tal como discutido anteriormente, esses níveis são traduzidos, através de um modelo complexo, em um número máximo de animais por hectare. Esse último meio é controlável: ele se resume, basicamente, a uma forma sofisticada de “contar cabeças”. Através dessa operação, a criação de animais em geral é *materialmente reestruturada*: ela tem de funcionar dentro do espaço definido e imposto pelos novos meios.

Em quarto lugar, é importante notar que essa reestruturação vai muito além do que foi indicado no modelo inicial. Esse modelo é baseado em e construído para um segmento artificial recortado de uma realidade muito mais geral. Contudo, quando o modelo é reintroduzido na vida real, muitas conseqüências inesperadas ocorrem. A reestruturação da relação única entre o rebanho e a superfície da área afetará a economia de muitas unidades agrícolas, criará um novo mercado para chorume – novos agentes (“comerciantes de chorume”) entrarão em cena – e serão arrendadas e compradas terras em outros lugares para criar um

novo equilíbrio.²⁴³ O mesmo acontece no caso da tecnologia prescrita legalmente para a injeção de chorume. Como a Figura 8.5 sintetiza, o uso da tecnologia prescrita produz uma gama maior de efeitos adicionais que se relacionam com o solo, com a organização do processo de trabalho, com a coordenação entre o tempo meteorológico e a agricultura, com o uso de energia, com as populações de aves dos campos, etc. Por conseguinte, cada vez mais partes do mundo social e do mundo natural são reestruturadas.

Um quinto problema resulta da mecânica do controle em si. Para evitar custos elevados, o controle se materializa necessariamente em um *controle à distância*. As práticas prescritas são tornadas controláveis através de registros digitais que permitem um controle ou monitoramento centralizado a partir de, por exemplo, helicópteros. Ou seja, a controlabilidade é priorizada em detrimento da eficácia. A presença de um injetor de chorume no campo é o que importa, tal como a visibilidade do arame farpado obrigatório ao longo da cerca viva. O que importa é a “representação” de acordo com as normas. Contudo, por detrás de uma vedação bem visível poderia estar uma cerca viva feia. O injetor bem visível pode funcionar com lâminas levantadas e, dessa forma, apenas distribuir chorume na superfície (poupando diesel e tempo ao operador), mas isso não é visível à distância. E a proporção obrigatória entre animais e terras pode ser criada através de manobras administrativas que acrescentam, no papel, mais terras à unidade agrícola. Tudo isso é precisamente o que acontece e é suscitado pelos modelos impostos e mecanismos de controle. A ironia é que esses mesmos modelos e mecanismos proíbem soluções alternativas extremamente eficazes. Tomemos como exemplo o “duo spray”, uma máquina habilidosa que produz, de fato, duas pulverizações. A primeira pulverização é de chorume e a outra, direcionada acima

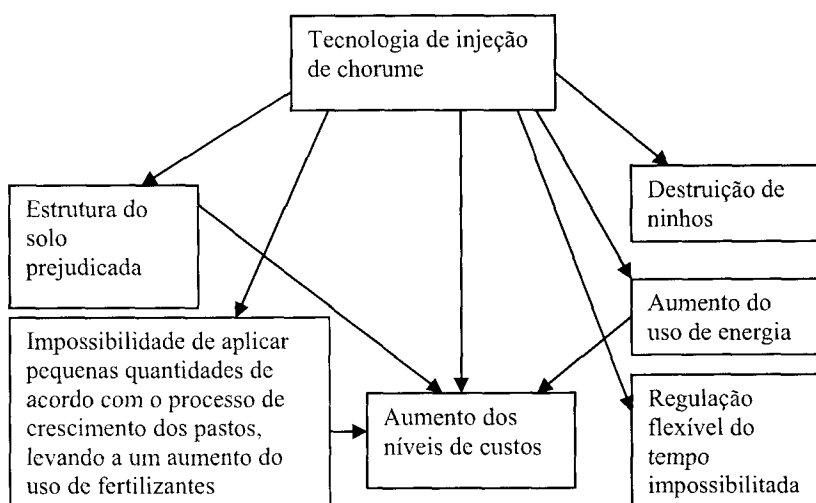


Figura 8.5 – Os efeitos mais vastos da injeção de chorume legalmente prescrita

da primeira, utiliza água. O efeito é que o chorume “chove” literalmente para dentro do solo. Medições técnicas demonstraram que esse aparelho é altamente eficaz. Não obstante, ele não foi aceite pelo Ministério da Agricultura, porque “os funcionários públicos de controle não conseguem verificar, à distância, se as duas pulverizações são adequadamente equilibradas”. *A controlabilidade domina, claramente, o cumprimento e a eficácia*. Porém, num mundo de imitações, isso parece já não ser importante.

Um sexto problema é que, após a introdução e implementação dos modelos ou normas, é muito difícil e caro alterá-los. Isso já foi demonstrado com as normas que definem as cercas vivas e se aplica igualmente às vacas globais e à aplicação de estrume por injeção. Além das interligações institucionais já mencionadas, essa rigidez é fundamentada no medo de que as mudanças possam suscitar reivindicações financeiras (uma das razões para continuar com a injeção é que a suspensão da obrigação legal provocará várias reivindicações por parte dos especialistas contratados que investiram consideravelmente nas máquinas necessárias). Essa rigidez também reside nos limites que separam o conhecimento da ignorância, os quais mudaram indiretamente. Os modelos atualmente disponíveis são, de certo modo, uma condensação digitalizada de conhecimento. Isso se aplica à vaca global, aos modelos que descrevem as reduções de emissões através da injeção, aos modelos de produção de pastos e aos objetivos do tipo da natureza que especificam uma cerca viva. Contudo, o aspecto preocupante é que *por detrás* dessa formalização funcionam outros dois processos que, por agora, passam despercebidos. O primeiro é o fato de, nos domínios mencionados, existirem já poucos atores que são conhecedores. Existem apenas alguns especialistas em pastos com vasta experiência, por exemplo, e não existem novos especialistas sendo treinados porque eles não são necessários, *pois agora é o modelo que tem a função do perito*. Em segundo lugar, as realidades material e social naturalmente mudam e evoluem ao longo do tempo. O gado de hoje não é igual ao gado, por exemplo, da década de 1980 (e o mesmo se aplica aos campos, aos agricultores, etc). Contudo, várias das inter-relações nas quais os modelos atuais se baseiam são efetivamente retiradas de estudos empíricos (sobre a conversão de rações e forragens em produção, por exemplo) realizados na década de 1980. Assim, o que temos no final são modelos e sistemas de controle altamente sofisticados que se relacionam de uma forma cada vez mais precária com a realidade. Parafraseando Francesca Bray (1986), pode dizer-se que estes modelos sofisticados e sistemas de controle relacionados constituem, em conjunto, uma *tecnologia mecânica* (e, por isso, de funcionamento precário) que tende a se tornar central no ordenamento e administração do mundo social e natural em geral. As soluções *orientadas para habilidades*, que são potencialmente muito mais eficazes, são rejeitadas

Hoje, o Império como modo de ordenamento e controle não reside apenas nas grandes corporações do tipo da Parmalat, nem se relaciona apenas com grandes fluxos de capital que procuram por cada vez mais lucro no mundo, ou com

Estados agressivos e em expansão. Os principais especialistas e a ciência (aplicada) constituem igualmente fontes importantes do Império na medida em que criam os modelos, meios e sistemas de controle relacionados que são usados para controlar segmentos cada vez maiores do mundo em que vivemos. Eles criam sistemas que são típicos e estratégicos para o Império, isto é, sistemas que se relacionam com a agricultura, a produção de alimentos, a natureza e o campo *da mesma forma que o Império*. Antes de desenvolver mais esta idéia, permitam-me primeiro falar da outra face da face de Janus da ciência.

A criação de um “bug”

Quando a primeira versão da lei do estrume foi debatida no Parlamento, um grande grupo de agricultores assinou uma declaração onde argumentava que a lei proposta iria excluir seu próprio papel ativo (e orientado para habilidades) na criação de uma agricultura sustentável, e que a lei era prejudicial, especialmente para os agricultores que estavam melhorando a qualidade do estrume (reduzindo simultaneamente seu teor de nitrogênio). Esses agricultores argumentavam que o efeito geral poderia ser facilmente o adverso. A declaração, uma iniciativa da cooperativa FNF, mas largamente apoiada por grupos semelhantes e por vários cientistas da Universidade de Agricultura de Wageningen, reconhecia a necessidade de intervenção, mas defendia que a abordagem *genérica* ou *global* da lei do estrume proposta era basicamente errada. Esses argumentos eram partilhados por uma maioria no Parlamento e, por isso, o Ministro foi obrigado a formular uma “mão estendida”, como esta medida foi chamada. Assim, os agricultores que pudessem de fato provar que o nível de excreções de nitrogênio de seus rebanhos era mais baixo do que se supunha na fórmula geral obteriam o espaço correspondente para se afastarem da lei do estrume e do algoritmo global que lhe servia de base.

Assim sendo, a cooperativa FNF desenvolveu um método de cálculo que a) refletiria os níveis reais de excreção de nitrogênio e b) permitiria que os agricultores reduzissem consideravelmente esses níveis. Discutirei agora esse método com algum detalhe, por três motivos. Em primeiro lugar, porque ele implica um modo re-localizado de ordenamento que difere consideravelmente do modo global implícito na lei do estrume. Em segundo lugar, porque acredito que essa nova forma de cálculo representa uma forma de luta social que crescerá consideravelmente nos próximos anos, particularmente porque ela consiste na criação de “bugs” para neutralizar ameaças globais perigosas. E, em terceiro lugar, porque o bug criado no final pode agir com firmeza contra o tipo de agricultura empresarial que a lei do estrume pretendia impor.

O bug criado consistia em uma combinação astuciosa de quatro tipos de software. Essa combinação já estava presente na trajetória particular para a sustentabilidade desenvolvida na cooperativa FNF – contudo, ela esteve

adormecida até ter sido ativada, de certo modo, pelas primeiras versões da lei do estrume.²⁴⁴ O primeiro tipo de software era o ciclo agrícola do solo-forragens-animal-estrume usado na cooperativa para equilibrar o processo de produção leiteira de forma mais sustentável e mais recompensadora (sintetizado na Figura 7.6). O segundo era o chamado equilíbrio mineral (MINAS), usado anteriormente para reduzir as perdas de nitrogênio (mas desativado com a entrada em vigor da nova lei do estrume). O terceiro era um modelo para deduzir as necessidades nutricionais do rebanho a partir de dados *específicos da unidade agrícola* sobre o rendimento e a composição do leite, a composição do rebanho, etc. E, finalmente, e este foi um elemento novo, as necessidades nutricionais foram traduzidas *em teor de nitrogênio na silagem produzida na unidade agrícola*. O último elemento sempre constitui um “buraco negro” em modelos que pretendem representar os fluxos relevantes na produção leiteira (NRLO, 1997). A chave para explorar esse domínio foi a proporção de N/ELL²⁴⁵ (e a PB ou proteína bruta associada) que tinha sido uma das principais normas na construção anterior do “estrume bom” e que, por isso, estava bem documentada e era conhecida na cooperativa FNF.

Assim foi desenvolvido um novo software que conseguia avaliar o nível de excreção de nitrogênio específico da unidade agrícola com muito mais precisão do que alguma vez poderia ser feito com a fórmula geral da lei do estrume. Ao mesmo tempo, esse novo modo de cálculo resultava em uma gama de diretrizes claras e relativamente fáceis de seguir sobre como melhorar o desempenho (enquanto a lei do estrume apenas oferece o parâmetro difícil do teor de uréia no leite e o rendimento do leite). Novos melhoramentos (e, por conseguinte, um melhor desempenho ambiental) se traduzem, dessa forma, também em benefícios materiais, tais como mais espaço para o desenvolvimento e crescimento e/ou menos custos, ou mais benefícios associados aos ciclos do estrume. Assim, esse novo modo de cálculo significa potencialmente um novo modo de ordenamento localizado (Reijs e Verhoeven, 2006).

Considerando todos esses elementos, é possível afirmar que, através desse novo software, foi criada uma *superioridade*. Para ser mais preciso, ele possibilita uma grande variedade de ações adequadas, resulta num melhor desempenho e é combinado com uma série de incentivos significativos. É importante procurar descobrir as razões para essa superioridade. Acredito que entre elas está o fato de o novo software se centrar na *especificidade local* (ver de novo a Figura 8.2) e de *colocar os atores envolvidos no centro*. Em termos comparativos, a lei do estrume superimpõe uma fórmula global à situação local, assim eliminando a relevância do local (como mostra a Figura 8.1). O novo software, pelo contrário, reintroduz o local como um espaço e um lugar relevante (nesse aspecto, a Figura 8.2 representa, de fato, o oposto da Figura 8.1). Em segundo lugar, a lei do estrume reduz os agricultores a receptores passivos, enquanto o software da cooperativa FNF, pelo contrário, lhes confere poder. E, em terceiro lugar, enquanto a lei do

estrume fortalece ainda mais a artificialização e a industrialização da agricultura, o novo software ajuda a refundamentar a agricultura no estrume melhorado e nos solos melhorados.

É claro que isso não é conseguido apenas com o software. O que cria a superioridade é a combinação desse software com as relações e as normas sócio-institucionais em que ele está enraizado. A esse respeito, a cooperativa FNF desenvolveu uma mecânica específica. Em primeiro lugar, a FNF contrata agricultores ou seus filhos e filhas (isto é, pessoas conhecedoras de questões sobre estrume, nitrogênio e vacas) para visitarem as unidades agrícolas e recolherem dados. Em segundo lugar, esses dados são convertidos com o novo software para cada uma das unidades fornecendo uma visão geral sobre todos os ciclos relevantes e seus resultados específicos (entre eles, a excreção de nitrogênio). Isso é feito nas instalações da cooperativa, onde toda a documentação é depositada para facilitar eventuais controles. Em terceiro lugar, os relatórios são discutidos em grupos de estudo locais (onde seriam imediatamente identificados desvios estranhos). Em quarto lugar, a cooperativa FNF emite um certificado em que a excreção de nitrogênio é especificada. Com esse certificado, os agricultores podem provar ao Ministério que sua prática agrícola cumpre os objetivos gerais, mesmo que os meios usados representem um desvio. O certificado torna claro que esse desvio não se deve a fraude ou ignorância, ou ainda a má gestão – *ele é, ao contrário, um desvio fundamentado e, por isso, legitimado pela superioridade.*

Embora o mundo esteja se globalizando, o novo software e os procedimentos (locais) em que ele se baseia funcionam como mecanismos que permitem uma forma significativamente diferente de estruturar o mundo social e o mundo natural. Sem esses mecanismos (essas “tecnologias inteligentes”), a artificialização e a industrialização continuariam a se desenvolver (como conseqüências não intencionais da lei do estrume). Devido a esses novos mecanismos, a produção leiteira pode continuar a se fundamentar no capital ecológico, assim aumentando seu grau de “campesinidade”.²⁴⁶

O resto da história é curioso. Os funcionários do ministério tiveram de aceitar o novo software (porque ele é tecnicamente correto e ajuda a induzir um melhor desempenho). Ele se tornou, assim, a “extensão [oficial] da mão”. Contudo, ao invés de testar o software em primeiro lugar apenas na cooperativa FNF, ele foi diretamente declarado aplicável a todo o país. Mais uma vez, isso reflete a preferência por abordagens genéricas. Assim nasceu um “bug” potencial. A transferência do novo modo de cálculo além dos limites da cooperativa FNF poderia fazer surgir uma vasta gama de conseqüências inesperadas. Por conseguinte, os representantes dos sistemas de conhecimento institucionalizado tentaram simultaneamente “detoná-lo”, retirando seus elementos atrativos. Na abordagem *global* (como especifica a lei do estrume), é aplicada uma redução geral de 5% na excreção de nitrogênio,²⁴⁷ pois, tal como foi finalmente admitido, o modelo se aplica à situação média e, por isso, pode ser menos preciso.

Assim foi introduzida uma correção de 5%. Isso significa que, por exemplo, de acordo a fórmula global, quando a excreção de nitrogênio por vaca é de 100 kg por ano, é permitido supor que o nível “real” é de 95 kg por vaca por ano (o fato de existirem imprecisões nos dois lados da média era ignorado). Os mesmos peritos também defendiam que, devido a seu grau muito mais elevado de exatidão, essa correção descendente não seria feita sempre que a *abordagem alternativa* fosse aplicada. Assim foram criados dois tipos de regras do jogo, que colocaram aqueles que queriam aplicar a nova abordagem numa posição desfavorável desde o começo.

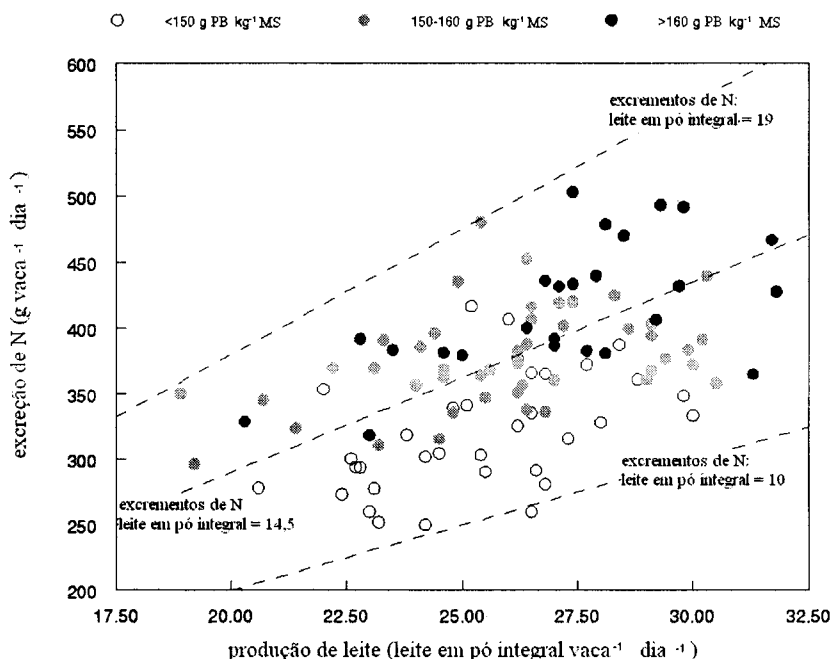
A questão foi de novo levantada no Parlamento e a moção pedindo regras do jogo iguais foi apoiada por uma grande maioria. Inicialmente, o Ministro negou a aprovação e implementação da moção. Então, vários deputados propuseram um voto de censura. Depois de algum tumulto (não relacionado com essa questão), o Ministro finalmente aceitou. Assim sendo, o bug foi instalado e ativado. Refiro-me a esse novo software como “bug” porque ele neutraliza as normas globais e ajuda a criar formas de estruturar o mundo social e o mundo natural que as normas globais excluem. Os “bugs” (ou “vírus”) deste tipo ajudam a “atacar”, por assim dizer, as formas Imperiais de governança coerciva que estão emergindo por toda a parte. Eles criam buracos que permitem experiências e dinâmicas (que, por sua vez, podem alimentar os processos de transição), o que de outra forma seria impossível. Os bugs são, tal como as novidades, agentes de mudança *disfarçados*.²⁴⁸

Existe mais um motivo para falar de um bug. Se o novo software for aplicado extensivamente nas zonas rurais da Holanda, a lei do estrume por si só e o acordo relacionado com Bruxelas serão provavelmente destruídos. Dado o cálculo implícito na abordagem da vaca global, a excreção de nitrogênio *mais baixa* demonstrada por aqueles que usam o novo mecanismo irá levar matematicamente à conclusão de que os agricultores que não a usam realizam níveis de excreção de nitrogênio *mais elevados* do que aqueles prognosticados pela fórmula geral e, por conseguinte, *excedem* o limite de 250 kg (a quantidade total de nitrogênio é conhecida e fixa, por isso, se um grupo usa menos, o outro, conseqüentemente, usa mais). Se isso irá literalmente demolir a lei do estrume e o acordo com Bruxelas ou não, é algo que ainda não é conhecido – mas é bem possível que tal aconteça, ou talvez não. Nunca se sabe.

Esse mesmo episódio sobre a criação e introdução de um bug salienta outro aspecto crucial. O Império tende a ser uma ordem, mas ele apenas atinge esse objetivo de forma parcial. A ordem imposta pelo Império não é definitiva – ela não é de granito. Ou seja, o Império é, acima de tudo, um “projeto” (Holloway, 2002, p. 234) e/ou um resultado parcialmente não intencional de “mundos interligados” (Rip, 2006). Ele tende a impor uma ordem, mas essa ordem é apenas parcial. Essa mesma ordem parcial provoca respostas, assim como implica atritos e falhas (algumas delas tão grandes como o *Parmacrac*). No capítulo 10, retomarei esta discussão.

Post scriptum

No começo do ano 2007, saíram os resultados de uma pesquisa empírica (ver Gráfico 8.1) que mostram de forma convincente e direta que, em um dado nível de rendimento do leite, a excreção de nitrogênio por vaca é, de fato, altamente variável. Em um nível de produção de, por exemplo, 25 kg de leite padronizado por vaca por dia, a excreção de nitrogênio por vaca, por dia varia entre os 250 e os 475 gramas. Isso valida a tese de que a “vaca global” pode estar correta “globalmente”, mas também que ela pode estar errada *localmente*. E não só um pouco, mas muito errada. O Gráfico 8.1 também indica que a variação na excreção de nitrogênio é associada a e, de fato, explicada pelo tipo de forragens produzidas pelos agricultores – que é precisamente aquilo que os camponeses da cooperativa FNF vêm defendendo há anos.



Explicação: Excreção de N (g vaca⁻¹ dia⁻¹) em relação ao nível de produção de leite (kg de leite em pó integral vaca⁻¹ dia⁻¹) para dietas de inverno contendo <150 g PB kg⁻¹ MS (○), 150-160 g PB kg⁻¹ MS (●) e >160 g PB kg⁻¹ MS (●) em 12 unidades agrícolas da VEL e VANLA no período de 2001 - 2004. As linhas pontilhadas indicam a excreção de nitrogênio constante por kg de leite em pó integral produzido.

Gráfico 8.1 – Níveis empíricos de excreção de nitrogênio em relação à produção de leite por vaca (Reijs, 2007)²⁴⁹

Encerrarei esse *post scriptum* com mais uma observação. Os dados do Gráfico 8.1 não foram gerados no sistema de conhecimento que desenvolveu a vaca global e que informou (e preparou) a Lei do Estrume, nem poderiam ter sido, pois esse sistema teria sido arruinado por esses dados. Eles provêm de uma pesquisa realizada por Joan Reijs em estreita colaboração com a cooperativa FNF. Essa pesquisa foi financiada através de vias diferentes das convencionais para pesquisas agrícolas. Na atual organização dominante da produção de conhecimento, as pesquisas sobre exceções prometedoras estão se tornando elas próprias exceções.

Império, alimentos e agricultura: uma síntese

Por todo o mundo estamos testemunhando a emergência de um novo e poderoso modo de ordenamento que implica uma reestruturação generalizada do mundo social e do mundo natural.²⁵⁰ Tal como Hardt e Negri (2002), Howe (2002), Chomsky (2005), Stiglitz (2002, 2003) e outros, me refiro a esse modo de ordenamento e às formas de governança a ele associadas como “Império”. Em termos político-econômicos, a emergência do Império é fortemente associada ao aumento súbito da mobilidade de maiores fluxos de capital por todo o globo. Os elementos centrais do Império como forma de governança são o controle e a apropriação. De acordo com Hardt e Negri, o Império é “um aparelho des-centralizado e desterritorializado de governação que incorpora progressivamente todo o domínio global dentro de suas fronteiras abertas e em expansão (2000, p. xii). Conseqüentemente, a criação de controlabilidade é central para o Império como modo de ordenamento. Isso requer freqüentemente um reordenamento generalizado do social e do natural.

A constituição do Império pode ser conceituada como a forma específica em que os processos de globalização estão atualmente se manifestando. Os movimentos globais de pessoas, idéias, mercadorias e donativos não são de todo fenômenos novos, mas sua intensidade e velocidade aumentaram dramaticamente. Contudo, essa aceleração e amplificação não explicam as mudanças qualitativas que estamos testemunhando hoje em praticamente todos os domínios da sociedade. A essência da *atual* fase da globalização é que ela introduz, literalmente por toda a parte, *conjuntos de normas e parâmetros generalizados* que governam todas e quaisquer práticas locais e específicas. Esses conjuntos de normas generalizadas representam o núcleo do Império. Conseqüentemente, o Império se materializa numa *conquista* continuada que se apropria de espaços locais que antes eram relativamente autônomos e auto-governados (ou “espaços auto-organizados”, como coloca Friedmann, 2006, p. 464) e os reúne para assegurar a controlabilidade e a explorabilidade. Ao fazê-lo, o Império elimina o local, o transformando em um “não-lugar”. A única relevância do local é que ele representa um conjunto de coordenadas – um entre muitos outros conjuntos – em que se aplicam normas generalizadas.

A conquista imperial se processa igualmente na economia, através da apropriação de pequenas empresas independentes por grandes grupos empresariais e do seu reordenamento total – as primeiras devem alimentar as necessidades dos

últimos. Os casos dramáticos da Ahold (Smit, 2004) e da Parmalat (Franzini, 2004) salientam esse tipo de expansão e a perturbadora combinação de fragilidade e arrogância (Osmont, 2004) que essa expansão traz consigo. Através da conquista, da apropriação e da expansão, os requisitos globais (por exemplo, para fazer aumentar a participação no mercado, o fluxo de caixa e a renda para níveis definidos centralmente) são impostos por toda a parte – e depois traduzidos cada vez mais em círculos ainda mais amplos. A conquista imperial também afeta instituições não-mercantis de todos os tipos através da imposição de procedimentos universais que prescrevem, condicionam e sancionam – de forma meticulosa – as práticas e processos existentes. A codificação e formalização resultantes tendem a excluir a autonomia nos processos de trabalho. Ou seja, elas não só eliminam a responsabilidade, como também tendem a aniquilar a condição de agente. É criada uma condição de “não-agente”, porque tudo tem de ser desenvolvido de acordo com normas pré-estabelecidas e definidas centralmente. Assim é introduzido um atraso institucionalizado nas muitas áreas da vida social (e, ironicamente, também na natureza através dos protocolos de conservação da natureza). O desvio das normas para fazer com que as coisas funcionem melhor é considerado uma infração.

Até agora, tem sido muito difícil apresentar uma definição abrangente e suficientemente distintiva do Império como modo de ordenamento – ainda mais porque ele surge em domínios tão diversos como universidades, saúde pública, aparelhos estatais, empresas privadas, ONGs, agricultura, processamento de alimentos e conservação da natureza. Simultaneamente, se aplica que o Império, como realidade empírica, representa uma mistura impressionante e confusa de novos elementos, o que naturalmente torna extremamente difícil o desenvolvimento de uma representação clara, bem definida e teoricamente fundada dele.²⁵¹ Neste capítulo, discuto vários desses elementos e também procedo a algumas comparações históricas. Assim, na seção final do capítulo, tentarei unir as diferentes pontas.

O Império não tem uma única origem. Ele é, na verdade, o resultado de uma variedade de mundos sociotécnicos cada vez mais interligados. Em parte, ele tem origem nas grandes corporações multinacionais e em suas redes de transporte, comunicação, montagem e controle, e é parcialmente fundado na possibilidade de transferir enormes quantias de capital de uma parte do globo para outra em poucos segundos. Mas o Império também reside nos aparelhos estatais e nos vários acordos supranacionais. Além disso, ele está significativamente enredado em novos modos de organização centralizados, mas de grande alcance (que se baseiam consideravelmente em TIC) e em modos específicos de produção de conhecimento e sistemas especialistas associados. O que atualmente confere poder ao Império é o enredamento, a coerência solidamente construída e o fortalecimento mútuo destes diferentes ingredientes. Suas múltiplas origens, sua dinâmica muitas vezes extremamente confusa e suas expressões multifacetadas e, por vezes, contraditórias, contribuem claramente para as dificuldades em desenvolver um entendimento completo do Império.²⁵²

Neste capítulo, irei centrar-me em três domínios particulares para explorar e compreender a natureza do Império. Esses domínios são a agricultura, a produção e consumo de alimentos e, em terceiro lugar, os esquemas reguladores a eles associados. Acredito que esse enfoque pode oferecer uma contribuição útil para a literatura em rápida expansão sobre o Império, particularmente porque esse tipo de literatura tende a centrar-se essencialmente em mudanças de fronteira localizadas nos limites exteriores, bem como em aspectos político-militares associados. Ao invés disso, na análise seguinte será dada atenção à expansão *interna* do Império, isto é, à forma como ele penetra e se materializa nas esferas dos campos de cultivo, animais, produção de alimentos, comércio, meios de subsistência das pessoas e nas formas como as práticas associadas são organizadas. Pois o Império não deve ser apenas conceituado como uma expansão externa. Ele é igualmente, e simultaneamente, um reordenamento abrangente de relações, práticas, processos e identidades dentro dos próprios núcleos dos esquemas imperiais.

Do Império Espanhol ao atual Império

Numa análise brilhante, Henry Kamen (2003) demonstra, de forma convincente, que “o Império Espanhol, a primeira empresa globalizada dos tempos modernos” não pode ser explicado pelo freqüentemente suposto poder da própria Espanha, e particularmente de Castela: “sozinhos, os espanhóis nunca tiveram recursos suficientes”.²⁵³

“A conquista e o poder muitas vezes acabavam sendo menos importantes do que a *empresa*, isto é, a capacidade de gerar e administrar recursos” (2003, p. 12).

As guerras através das quais o Império Espanhol foi criado eram essencialmente lutadas por soldados da Alemanha, da Inglaterra, da Suíça e, particularmente, da Itália. A presença de soldados espanhóis era, freqüentemente, de menos de 15%, e o mesmo acontecia com os comandantes. Na *Conquista*, o envolvimento de muitos nativos que lutaram ao lado do grupo inicialmente pequeno de guerreiros espanhóis foi indispensável na conquista de grandes partes da América Central e do Sul. Os tripulantes da marinha espanhola eram marinheiros do País Basco e de Portugal, enquanto a arte da navegação (em especial o desenho e a leitura de mapas náuticos) foi adquirida dos holandeses. Os exploradores, igualmente decisivos para a conquista e expansão, vinham de Portugal e da Itália, e os diplomatas eram recrutados nos Países Baixos. Os canhões eram construídos em outras regiões, pois a Espanha não possuía o conhecimento necessário para sua produção. O dinheiro para financiar os exércitos, as guerras, as expedições e a corte era obtido nos banqueiros de Gênova e de Antuérpia. As “promessas” (freqüentemente expressas em contratos) de participar da futura riqueza (do *El Dorado*) também tinham um papel importante. E quando as dívidas tiveram

de ser pagas (para obter novos créditos), o ouro e prata vindos de “las Indias” (especialmente do Chile e do Peru) foram decisivos.

O centro do Império Espanhol dispunha de recursos muito escassos. Em termos dos recursos necessários, ele era *vazio*. Com sua população relativamente reduzida, a Espanha nunca poderia ter lutado as muitas guerras em que acabou se envolvendo. Por conseguinte, a Espanha fez com que *outros* lutassem suas guerras imperiais, assim como usou os recursos de *outros lugares* (crédito, capacidade de navegação, artes diplomáticas, conhecimentos, etc) para criar a constelação que ficou conhecida como o Império Espanhol: “O Império não foi possível apenas devido à Espanha, mas devido aos recursos combinados das nações asiáticas, americanas e da Europa ocidental, que participaram plena e legalmente de uma iniciativa que é entendida, no geral, e também por historiadores profissionais, como sendo ‘espanhola’” (Kamen, 2003, p. 13-14). Ao longo de sua análise extensa, Kamen torna bastante claro que a representação da Espanha como um Império poderoso foi um mito. Em retrospecto, isso não passou de uma lenda. O Império era, acima de tudo, uma *rede* (em constante expansão) através da qual vários recursos de outros povos e de outros lugares foram sendo combinados. Foi apenas graças a essa rede que o poder foi criado: ele não existia antes da rede, mas resultou dela. Nesse sentido, Kamen fala do “uso compartilhado de recursos” e se refere à rede tipicamente como “uma empresa múltipla”. Ou seja, uma rede *ativamente construída*. Finalmente, a rede era estruturada de uma forma específica, ela revelava “características estruturais” específicas. A esse respeito, Kamen observa que “a rede estava organizada de tal forma que três necessidades básicas eram atendidas: a) a possibilidade de obter dinheiro onde e sempre que fosse necessário; b) a manutenção de formas de comunicação seguras para a emissão de ordens e para a circulação de correspondência; c) a possibilidade de dispor de exércitos” (2003, p. 74).

Os atuais impérios alimentares são, como foi demonstrado nos capítulos anteriores, tão *vazios* quanto o Império Espanhol. Eles não representam valor (por exemplo, as dívidas da Parmalat e da Ahold eram tão elevadas quanto seus bens, se não mesmo mais elevadas ainda), nem produzem qualquer valor próprio: eles sugam valores produzidos por outros. Os impérios alimentares não possuem nem desenvolvem seus próprios recursos independentes: eles basicamente usurpam e/ou controlam os recursos de outros, como foi demonstrado relativamente aos vales do Chira e do Piura, no Peru. Os impérios alimentares não precisam da propriedade direta de uma base de recursos, nem representam necessariamente valor acumulado. Suas redes simplesmente estruturam o mundo social e o mundo natural através da reunião de recursos, processos, territórios, pessoas e imagens em constelações específicas que simultaneamente canalizam a riqueza em direção ao centro. A característica do vazio mencionada também se aplica aos aparelhos estatais na medida em que estes são parte do Império. Esses aparelhos são “ignorantes e incapazes”, tal como defendi na análise ao Ministério da Agricultura holandês e aos sistemas de conhecimento associados (Ploeg, 2003a). Quando são

necessários conhecimentos para informar a formulação de políticas, o que reina são imagens virtuais. E onde são necessárias capacidades e competências, o que domina, acima de tudo, é uma certa condição de “não-agente”. Mas existem muito mais semelhanças, assim como existem diferenças, que em conjunto definem a especificidade histórica dos impérios alimentares *atuais*. De acordo com Colás (2007), que apresenta uma retrospectiva extensiva dos Impérios históricos e contemporâneos, irei, em primeiro lugar, discutir as semelhanças. Farei isso partindo de três “características estruturais”²⁵⁴ que especificam, de acordo com Colás, a natureza e a dinâmica das redes imperiais: a expansão, a hierarquia e a ordem (2007, p. 6-11).²⁵⁵ Pretendo demonstrar que essas características gerais também se aplicam – talvez mais do que nunca – às atuais expressões do Império.

Expansão

“Os Impérios são baseados na expansão” (Colás, 2007, p. 6). “A organização imperial do espaço político pressupõe a ausência de fronteiras permanentes e exclusivas” (Colás, 2007, p. 7). Em termos gerais, Colás defende que “o Império se reproduz através da abertura e alteração de fronteiras” (2007, p. 31). Os impérios alimentares de hoje são igualmente caracterizados por alterações permanentes e múltiplas de fronteiras. A própria noção de alimentos é redefinida através de fronteiras em constante alteração. O leite fresco foi, em tempos, um conceito claramente definido, mas a Parmalat (e, entretanto, também várias outras indústrias) alterou radicalmente essa noção de frescor. Ela já não se refere ao leite processado dentro de 24 horas após a ordenha, que deve ser consumido nas 48 horas seguintes. O “frescor” de hoje pode ser estendido durante semanas, se não mesmo meses. Essa redefinição é o resultado de intervenções tecnológicas nas quais a micro-filtração e o aquecimento repetido são elementos centrais. Juntamente com essa alteração de fronteiras conceituais, as fronteiras geográficas e temporais também se moveram radicalmente, o que implica mudanças e impactos político-econômicos potencialmente abrangentes. Na verdade, cerca de 80% das pesquisas e desenvolvimento nas indústrias alimentares e centros de pesquisa associados são orientados para a produção desses tipos de alterações de fronteiras. A caráter tenro e o gosto (por exemplo, da carne de frango) já não estão relacionados com a raça, a alimentação e o tratamento, pois essas características também podem ser o resultado do *tumbling*, isto é, a injeção de água, proteínas adicionais, amaciadores e sabores em uma raça de frango qualquer. Da mesma forma, a cor também já não é associada à raça, alimentação, tratamento, à ausência de stress nem ao armazenamento e processamento adequados. A carne de frango mais escura (e, provavelmente, também com um cheiro ruim e parecendo de pouca qualidade) é triturada, misturada com água numa massa líquida de carne, centrifugada e cozinhada, resultando num belo filé de galinha esbranquiçado (do tipo *imitação*).²⁵⁶ Esse “upgrade” (como é referido na linguagem oficial) de “carne de frango do separador” é apenas um

dos muitos exemplos da alteração das fronteiras relativas à segurança, à saúde e à qualidade. Essas alterações às fronteiras estão evidentemente relacionadas com e, muitas vezes, permitem alterações associadas na produção agrícola primária – a qual atravessa cada vez mais os limites anteriormente impostos pela natureza. Até há bem pouco tempo, a carne, o leite, os vegetais e, conseqüentemente, a terra, as instalações, os animais e sua gestão tinham de corresponder a uma série de condições para que os alimentos fossem saborosos, saudáveis e de qualidade. Mas se determinadas fronteiras forem movidas uma vez, outras também podem sê-lo.²⁵⁷ Isso permite aumentos massivos em escala na produção primária e/ou realocações completas de atividades produtivas para outros espaços que ofereçam condições mais favoráveis aos impérios alimentares.

No começo do Terceiro Milênio, os impérios alimentares se concretizam literalmente em uma expansão continuada. Essa expansão se processa como a *conquista* da natureza, da vida, dos alimentos e da agricultura. Ela afeta igualmente padrões de consumo, a saúde e a identidade dos consumidores. A conquista dá aspartame (um substituto do açúcar que provoca facilmente a diabetes) a pessoas que apenas querem tomar refrigerantes. Dá demasiadas gorduras digestíveis (através da homogeneização do leite) àqueles que querem simplesmente algo saudável. A natureza, os alimentos e a agricultura, mas também a saúde, o frescor, etc, são redefinidos, reordenados e reformulados materialmente e, conseqüentemente, sujeitos à lógica específica de diferentes impérios alimentares. Dentro dos impérios alimentares, a expansão é de fato entendida e, conseqüentemente, organizada como uma “*conquista*”, tal como refere González Chávez (1994) em sua análise da produção de frutas e de vegetais no México.

No capítulo 5, referi o enorme crescimento do valor agregado na indústria alimentar italiana, comparando com outros setores industriais. Esse crescimento também se verificou em outros países. Na Holanda, por exemplo, o Valor Agregado Bruto da indústria alimentar cresceu de 22,5 bilhões de euros em 1985 para 33 bilhões de euros em 1997 (RLG, 2001). Esse crescimento de 46% é comparável à taxa de crescimento do agronegócio italiano representada na Figura 5.4. É um crescimento excepcional que resulta de um movimento duplo: o *squeeze* exercido sobre a agricultura e a dependência crescente de supermercados e da indústria alimentar por parte dos consumidores. Em conjunto, a agricultura e o consumo de alimentos constituem um dos *El Dorados* de nossa era. Enquanto, noutros tempos, as minas do Chile e do Peru serviam de base à manutenção do Império Espanhol, agora são a produção e o consumo de alimentos, entre outros elementos, que geram os enormes fluxos da riqueza que é acumulada nos diferentes impérios alimentares. Por seu turno, essa riqueza suscita e incita ainda mais a expansão e, ao mesmo tempo, converte essa expansão em uma conquista implacável – precisamente porque ela rende retornos elevados.

Contudo, a expansão dos impérios alimentares não se limita às indústrias alimentares e aos supermercados – ela traduz os princípios do Império em segmentos muito mais vastos da sociedade. Uma expressão significativa disso, descrita no

capítulo 5, é o aumento em escala acelerado na produção primária. Os impérios alimentares provocam, através do *squeeze* que exercem sobre a agricultura, uma busca por custos de produção mais reduzidos, que são realizados através de uma forma de empreendedorismo agrícola nova e cruel: a usurpação de espaço que pertencia a outros (sejam terras, quotas, acesso, imagem, etc). Como expressou um dos principais empresários agrícolas holandeses, “agora podemos começar *atacando* energeticamente” (Prins, 2006). Dessa forma, outra fronteira é ultrapassada: aquela separando o grupo interior dos “bons empresários” do círculo exterior dos “agricultores maus e fracassados”, que devem ser eliminados do setor.

Hierarquia

O tipo de expansão imperial é “um processo hierárquico” (Colás, 2007, p. 7). “As formações sociais [e redes imperiais] em expansão proclamam, e normalmente, impõem sua superioridade política, cultural, [econômica] e militar através da codificação da subordinação dos povos a elas sujeitos, não deixando assim quaisquer dúvidas quanto ao lugar onde reside o poder e a autoridade” (Colás, 2007).²⁵⁸ Comparando essas formações com as atuais, também surgem diferenças interessantes. À primeira vista, essas diferenças parecem indicar descontinuidades, mas na análise final elas reafirmam o poder, a hierarquia e o controle exercido pelo Império como uma empresa múltipla (tal como defenderia Kamen).

Tal como defendido anteriormente, os impérios alimentares não possuem recursos, e as pessoas não estão diretamente envolvidas em relações de dependência estáveis através de, por exemplo, contratos de trabalho de longo prazo. Os impérios atuais controlam *ligações*. São redes coercivas que exercem controle sobre ligações, nós e pontos de passagem estratégicos, enquanto as estruturas alternativas são bloqueadas ou eliminadas. “Dentro das redes, se criam constantemente novas possibilidades. Fora das redes, a sobrevivência é cada vez mais difícil” (Castells, 1996, p. 171). Através da especificação das normas que definem transações e ligações, os impérios atuais existem como redes monopolistas e, por conseguinte, controlam pessoas e recursos de forma *indireta*. Através da especificação, por exemplo, de que os aspargos devem ser enviados por navio (ou avião) de lugares de pobreza para lugares de riqueza, eles geram uma vasta gama de requisitos detalhados (relativos a quantidade, qualidade, preço, hora e lugar da entrega, materiais para embalagens, momento do pagamento, modo de produção, etc). Esses requisitos definem subseqüentemente, e de forma meticulosa e abrangente, os recursos que devem ser usados e a forma como eles devem ser combinados – assim como as atividades dos diferentes tipos de trabalho. Em suma, o Império funciona como um controle à distância. Esse tipo de controle é exercido através da especificação dos requisitos técnicos e econômicos em todas as interfaces da rede. É através dele – o qual, à primeira vista, é praticamente invisível – que a *montagem* de conjuntos específicos de recursos sociais e materiais (ver, por exemplo, as Figuras

3.5, 4.2, 4.4, 5.7, 5.8, 8.1, 8.2, 8.3 e 8.5) é governada. Ou seja, a governança funciona aqui através do que, à primeira vista, parecem ser *especificações técnicas* neutras e sem valor, as quais, no seu conjunto, compõem esquemas reguladores abrangentes.²⁵⁹ Em suma, o Império não é apenas uma rede para estruturar o mundo de uma forma específica, mas ele representa, acima de tudo, um *controle hierárquico* sobre essas redes.

Os esquemas reguladores, cada vez mais impostos pelos aparelhos estatais à agricultura, à indústria alimentar e à natureza, funcionam exatamente da mesma forma.²⁶⁰ O Estado se retira como ator visível (e discutível) de vários domínios da vida pública, mas torna a entrar como o “regulador” onipresente que impõe normas, procedimentos e agendas administrativas e financeiras sobre todos os elementos sociais e naturais relevantes. Por exemplo, a “vaca global” representa um conjunto de normas que especifica ligações particulares entre padrões globais e locais, entre os campos e o gado, entre o pastoreio e o pastoreio zero, e assim por diante. O Império governa, de forma hierárquica, através de esquemas reguladores abrangentes e em rápida expansão que especificam os códigos de conduta necessários e definem a (re)alocação e o uso de recursos. Esses esquemas provêm tanto dos aparelhos estatais como das grandes corporações. Seria até possível defender que existe uma congruência e encadeamento consideráveis, e provavelmente não intencionais, precisamente neste ponto, pois as grandes corporações podem corresponder muito melhor e muito mais facilmente aos mecanismos reguladores desenvolvidos pelo Estado do que as pequenas e médias empresas que estão sujeitas a custos de transação elevados devido aos mesmos esquemas reguladores (ver, por exemplo, Marsden, 2003, sobre critérios de higiene). Além disso, as grandes corporações são frequentemente capazes de influenciar, através do lobby, a constituição de novos esquemas reguladores.²⁶¹

A invenção da tecnologia da imprensa foi um requisito decisivo para a instituição do Império Espanhol. Ela permitiu o envio de mensagens, informações e relatórios por todo o mundo – e o seu armazenamento e processamento subsequentes. As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) de hoje têm a mesma função para os impérios atuais.²⁶² Elas permitem a terceirização e a implementação efetivas de esquemas reguladores. As TIC permitem um controle generalizado que funciona como um conjunto circular de janelas do *panopticum*²⁶³ (Foucault, 1975). Elas permitem ligações entre uma miríade de lugares e um centro controlador, assim criando e estendendo a visibilidade, a controlabilidade e, no final, a determinabilidade. Retomarei o papel crucial das TIC mais adiante neste capítulo.

Ordem

O Império não é apenas uma forma hierárquica de governança, mas é também um modo de ordenamento. Ele reconfigura o mundo social e o mundo natural

de uma forma particular. Uma das principais particularidades da ordem atual é que segmentos consideráveis do mundo social e do mundo natural estão sendo transformados em fenômenos controláveis. O controle é de uma importância estratégica precisamente porque, através do próprio Império e dentro dele, grandes fluxos de capital são investidos em todos os domínios. Esses investimentos deverão ser compensados num futuro próximo, o que implica que o controle sobre as condições sob as quais a lucratividade necessária deve ser realizada se torna crucial. Assim sendo, o Império também se manifesta como um ordenamento administrativo e amplamente difundido da sociedade e da natureza. E embora seja uma ilusão insensata pensar que tudo (e todos) pode ser planejado e controlado, os desvios inevitáveis da regra são representados, dentro dessa ordem, como infrações que devem ser punidas.

A ordem imperial apresenta, pelo menos à primeira vista, um dinamismo impressionante. Contudo, ao mesmo tempo, ela acaba sendo surpreendentemente lenta e ineficiente, por mais que isso pareça um paradoxo. Um mundo altamente formalizado, que funciona de acordo com regras estritas, geralmente acaba sendo caracterizado por um atraso institucionalizado. Visto a partir dos centros de poder (das *cúpulas*), esse mundo pode parecer uma ordem racional e bem ordenada, mas percebido a partir de ângulos opostos, ele se revela essencialmente caótico, por vezes esquizofrênico e, muitas vezes altamente contraditório. É uma ordem que fomenta a contra-produtividade tanto quanto incita os níveis de produtividade dentro de sub-segmentos particulares. Da mesma forma, essa ordem é caracterizada pela degradação múltipla dos recursos, dos alimentos, do trabalho, do meio ambiente e da qualidade de vida.

De acordo com James Scott (1998), que descreve os mega-projetos como “episódios trágicos da engenharia social introduzida pelo Estado”, o Império pode ser descrito como a generalização de mega-projetos²⁶⁴ que especificam como se devem estabelecer ligações entre artefatos, atividades e processos e como eles devem ser formados e reformulados para que permaneçam em ligação. Os conjuntos de normas reguladoras têm um impacto profundo nas práticas sociais: a responsabilidade e a condição de agente são marginalizadas, se não mesmo banidas, pelo menos para aqueles que devem agir de acordo com as normas definidas e impostas pelo Império.²⁶⁵

O Império introduz uma ordem contraditória. Por um lado, ele se refere a (e promete) um mundo bonito, eficiente, limpo, sustentável e seguro, enquanto, por outro lado, gera uma confusão caótica (Ziegler, 2006). Existe uma grande retórica sobre alimentos seguros. Não obstante, os escândalos alimentares, muitas vezes de grandes dimensões, estão emergindo de forma constante. Potencialmente, a engenharia dos alimentos carrega perigos consideráveis, agora e no futuro (Bussi, 2003). Os comerciais sugerem beleza à nossa volta, enquanto, ao mesmo tempo, “párias” feios são criados por toda a parte (Bauman, 2004). Por detrás dessa fachada virtual, o Império é contraditório e esquizofrênico. Na prática, o Império se resume, por exemplo, aos pimentões-doces *africanos* contaminados

com aflatoxina que são legalmente apresentados e vendidos como importados da Hungria, assim destruindo potencialmente os meios de subsistência de muitos produtores húngaros.

Padrões Imperiais: expansão, hierarquia e ordem

De acordo com Colás, a expansão, a hierarquia e a ordem são “características comuns à maioria dos impérios históricos (2007, p. 9) e, tal como demonstrei nas seções anteriores, elas também servem para caracterizar os impérios alimentares atuais. É importante sublinhar essas características. Os impérios alimentares dificilmente se ligam a outros domínios (tais como a agricultura e o consumo de alimentos) através de intercâmbios e cooperação. Na verdade, as ligações entre esses elementos são estruturadas através da expansão e da apropriação. Durante esse processo, são estabelecidas relações hierárquicas de governança. O Império não coordena processos e atividades continuadas; ao invés disso, ele *impõe* matrizes a esses processos, as quais implicam sua reformulação (ou re-montagem) para ajustá-los a seus interesses, dinâmicas e requisitos. Por outras palavras, não existe qualquer tipo de subsidiariedade: tudo deve se processar de acordo com as normas e parâmetros definidos centralmente. Conseqüentemente, “o Império envolve [neste caso] uma expressão de poder que *aspira a [exercer] controle sobre os resultados*” (Colás, 2007, p. 185).

Os impérios alimentares são expressões integrais do Império como modo de ordenamento e governança. Por outras palavras, o Império se desenvolve não só nas lutas pelo petróleo no Afeganistão, Irã, e Iraque e em outras regiões de conflito do globo (Chomski, 2005); ele também se manifesta na agricultura, no processamento e consumo de alimentos e na conservação da natureza. As consequências do Império não se manifestam apenas nos muitos bairros degradados da América Latina e nos padrões de má nutrição associados. Elas também estão presentes na reestruturação da agricultura européia, nas taxas de obesidade ou nos riscos desconhecidos associados à engenharia genética e à inclusão generalizada de OGMs na alimentação (Hansen *et al.*, 2001).

Além das características estruturais identificadas por Colás, é possível acrescentar mais algumas características. Estas dizem respeito à natureza específica da criação e distribuição de riqueza e ao papel das chamadas “forças extra-econômicas”.

Um modo regressivo de criação e distribuição de riqueza

A dinâmica do Império é cada vez mais expressada em termos de duas esferas separadas mas interligadas. Por um lado, existe a “economia real” onde as coisas são feitas, alteradas, processadas, reparadas, cultivadas, movidas, enviadas, em-

pacotadas, melhoradas, desenhadas, digitalizadas, e assim por diante. Por outro, existe a “economia virtual” que é composta pelas redes imperiais que controlam e administram a primeira esfera, enquanto, ao mesmo tempo, se apropriam do valor produzido nela. A “economia real” está por toda a parte. Ela está, de certo modo, espalhada por todo o mundo, embora – devido ao ordenamento e reordenamento impostos pelo Império – esteja continuamente mudando e se tornando invisível.

Atualmente, essa primeira esfera – a esfera da economia real – está sendo transformada em uma economia informal ou desregulada, ou seja, uma economia em que todos os tipos de direitos civis e do trabalho (o direito à sindicalização, o direito à segurança no trabalho, o direito a uma remuneração decente, etc) dificilmente se aplicam,²⁶⁶ o que a torna, obviamente, no contexto do Império, propícia a tornar-se um lugar de pobreza (ver também Bové, 2003). O Império provoca e fortalece processos de desregulação de forma dupla. Por um lado, ele provoca uma movimentação de grandes partes da economia real para o Leste da Ásia (e, em menor escala, para países da Europa de Leste, para a África e para a América Latina), enquanto, ao mesmo tempo, os setores em expansão das economias da Europa Ocidental, da América do Norte e da Austrália estão sendo desregulados através de reformas abrangentes, mas que estão ainda longe de serem completadas.

As economias desreguladas podem ser conceituadas como grandes reservatórios de recursos e pessoas *livremente disponíveis*: elas contêm recursos e pessoas que estão “ali”, esperando as *ligações* necessárias para produzir, comercializar e crescer (ver, por exemplo, a Figura 3.4). As pessoas nesses reservatórios precisam urgentemente de oportunidades para ganhar a vida, e elas estão até dispostas a competir intensamente entre si (e com outras zonas) para obter as ligações necessárias.

Juntamente com a acumulação de riqueza impressionante, o Império gera a pobreza generalizada (também sob a forma de uma crise ambiental gigantesca que será paga no futuro). Além disso, ele introduz um atraso na economia e um momento regressivo na criação de riqueza. Comparado com as possibilidades teoricamente disponíveis, o crescimento criado pelo Império é muito menor do que poderia ter sido. Isso se deve, em parte, ao fenômeno de muitas pessoas que poderiam ser produtivas estarem condenadas à inatividade. Por outro lado, isso também se relaciona com o uso freqüentemente ineficiente de recursos e com os níveis elevados de desperdício. Ademais, esse crescimento limitado tem origem no fato de a produção nova de um lugar estar associada à destruição em outros lugares. Mais especificamente, isso ocorre, entre outras coisas, através da conquista promovida pelo Império na agricultura: a apropriação da agricultura camponesa pela agricultura empresarial tende a fazer diminuir a produção do Valor Agregado Total (ver Tabela 5.3). Em suma, o Império representa um modo regressivo de criação e distribuição de riqueza.²⁶⁷

Monopolização e forças extra-econômicas

O Império estimula a monopolização. Os “pontos de entrada” das redes são bem defendidos. O Império regula, por exemplo, quem tem acesso a crédito e a capital. É ele que determina que apenas aqueles que trabalham para ele ou em seu nome podem ter esse acesso. O Império também controla os “pontos de venda”. Fora do Império, geralmente é difícil chegar aos consumidores. Assim, o Império representa um controle coordenado sobre os pontos de entrada e de venda. Esse controle específico representa um poder extra-econômico usado para monopolizar mercados. Os impérios alimentares, por exemplo, não funcionam apenas *dentro* dos mercados. Ao contrário, eles representam o controle *sobre* esses mercados. O Império é o mercado disfarçado. Ele faz com que o mundo *pareça* um mercado, uma vez que existem muitos processos de compra e venda e os fluxos associados. Contudo, a *rota* desses fluxos é monopolizada, e as transações associadas só podem ser realizadas de acordo com as condições impostas pelo próprio Império. Para aqueles que têm de vender, os pontos de entrada do Império são *pontos de passagem cada vez mais obrigatórios*, ainda mais porque o Império procura eliminar ativamente todas as alternativas possíveis. O mesmo se aplica àqueles que querem comprar. Retomarei esse aspecto na próxima seção, onde discuto os primeiros sistemas ferroviários e as primeiras grandes corporações.

Sobre sistemas ferroviários e corporações

A disseminação generalizada de corporações no século XIX esteve estreitamente associada à construção de sistemas ferroviários. A criação de corporações foi necessária para mobilizar as grandes quantidades de capital para financiar a construção desses sistemas ferroviários em rápida expansão. Por sua vez, o controle sobre esses sistemas conferiu um poder enorme às corporações envolvidas (Bakan, 2004). Essas corporações não são apenas um antecedente do Império; elas também são uma de suas fontes. Em ambos os casos, as redes têm um papel importante.

A rede ferroviária clássica representava ligações, pontos de entrada e de saída, e tinha também seus nós de transferência e conversão, oferecendo a oportunidade de ligar territórios que estavam separados entre si. Essa rede permitiu fluxos de bens, serviços, pessoas e idéias que, sem ela, seria muito difícil concretizar, se não mesmo impossível. Ela também permitiu (particularmente a partir do momento em que os sistemas ferroviários foram ligados aos sistemas de transporte naval com navios a vapor) a imposição das condições dominantes de um território em outros territórios localizados em continentes diferentes (como foi tornado claro com a primeira crise agrária, na década de 1880). Essas redes representam o poder, pois os pontos de entrada e de saída funcionam como *pontos de passagem obrigatórios*. Quem precisasse de uma ligação tinha necessariamente de aceitar as condições formuladas pela corporação controladora. Assim sendo, as corporações,

e os sistemas ferroviários que elas controlavam, emergiram como um poder extra-econômico, assim como o poder extra-econômico tinha sido um dos principais requisitos para sua construção. Por conseguinte, a reprodução continuada de sua posição de monopólio se tornou uma condição estratégica para a própria existência dessas corporações.

Os primeiros sistemas ferroviários representam uma metáfora consistente do Império tal como ele está se concretizando no presente. A construção de um sistema ferroviário representa um investimento colossal que deve ser revalorizado. Ou seja, o sistema deve ser usado tanto quanto possível para poder chegar rapidamente ao ponto de equilíbrio. Por conseguinte, o uso do sistema tem de ser estimulado tanto quanto possível, se não mesmo previamente planejado e, se necessário, imposto. Reproduzindo Colás, o controle sobre os resultados futuros deve ser assegurado. Isso significa que os sistemas ferroviários, depois de criados, têm um impacto cada vez mais amplo no tempo e no espaço: eles começam a ordenar o futuro de acordo com suas necessidades e lógica próprias.

É impressionante que, hoje, muitos domínios da sociedade sejam organizados de forma semelhante a esses sistemas ferroviários do século XIX. Nesse aspecto, estamos ainda (ou de novo) enfrentando uma organização verdadeiramente fordista da sociedade (Braverman, 1974). Tomemos, por exemplo, os supermercados. Bem diferente do que parece sugerir numa primeira abordagem, o termo “supermercado” não se refere a um *mercado* muito grande e abrangente onde os comerciantes de lugares diferentes se juntam, depois de terem viajado em estradas diferentes, usando meios de transporte diferentes e transportando produtos diferentes que serão vendidos nesse “super” mercado. Ao invés disso, o supermercado, tal como hoje o conhecemos, é mais como um sistema ferroviário, tanto interna como externamente. Ele reconhece rotas de abastecimento fixas e os fluxos a ele associados são direcionados e controlados a partir de um nó central. O mesmo se aplica internamente: os trabalhadores do supermercado estão longe de serem comerciantes independentes que têm seu próprio negócio e sua própria responsabilidade. Na verdade, eles são trabalhadores contratados (provavelmente jovens com contratos de trabalho temporários) que desenvolvem tarefas específicas, de acordo com protocolos e procedimentos fixos, e definidas pela gestão central.

Nos supermercados de hoje, se determina como cada uma das prateleiras deve ser arrumada, com que produtos e de onde esses produtos vêm. A rotação e tempo de circulação necessário e os prazos de validade também são pré-estabelecidos. Tudo isso (e muitos outros detalhes) é calculado através da utilização de modelos altamente complexos que indicam, para todos os pontos de venda, o que deve ser oferecido, em que prateleiras, em que quantidades e em que combinações. Os resultados são diferenciados por áreas de código postal, que variam de acordo com os níveis de renda, etnia do bairro e padrões de consumo anteriores registrados nas filiais locais.

Os produtos circulando dentro e fora desses “sistemas ferroviários” interligados têm de corresponder a uma série de critérios. É necessário garantir um

abastecimento suficiente para encher os estoques de todas as lojas. Por conseguinte, os produtos que são produzidos em menores quantidades são excluídos. Eles não podem entrar no “sistema”. O abastecimento de apenas algumas lojas é demasiado dispendioso e preocupante. O produto deve render um fluxo de caixa e lucratividade suficientes. De acordo com os critérios do supermercado, se um produto tem muito sucesso, então os produtores precisam garantir que ele possa ser fornecido durante longos períodos de tempo. Caso contrário, a empresa de supermercados procurará fornecedores alternativos. Na maioria das vezes é exigida exclusividade, de tal forma que se espera que os produtores ou intermediários forneçam apenas um varejista específico, e não outros. Assim, os pontos de influxo ou de entrada começam funcionando como “filtros” que, ao mesmo tempo, ordenam atividades, processos, relações e perspectivas de cima para baixo na cadeia de abastecimento de alimentos.

Nesse aspecto, a rede implica uma infra-estrutura de múltiplos níveis: a rota física e os meios associados (armazéns, caminhões refrigeradores, motoristas, lojas, prateleiras, etc) e, além disso, o “calendário” que consiste em um esquema regulador que especifica o que deve ser feito, onde, por quem, em que altura e com que meios. Esse é o caso dos sistemas ferroviários clássicos, o qual se aplica igualmente aos sistemas de distribuição de alimentos. Eles precisam de um local de controle preciso que especifique o “calendário” e planeje a administração dos muitos fluxos.

O terceiro nível

Atualmente, as infra-estruturas (isto é, todas as estruturas e sistemas materiais e institucionais que tornam possível o funcionamento técnico de nossas sociedades) são conceituadas como sendo compostas por três níveis (Twist e Veeneman, 1999). O primeiro consiste nas estruturas e meios físicos (por exemplo, as ferrovias, os trens, os sistemas de segurança). O segundo nível é composto pelos fluxos que ocorrem devido ao primeiro (neste caso, fluxos de pessoas e mercadorias). Acima desses níveis está um terceiro, onde se encontram a direção, o controle e, cada vez mais, a apropriação de valor.

O primeiro nível, ao contrário da situação histórica, é cada vez mais de propriedade pública. O segundo (isto é, o uso real dos meios do primeiro nível) algumas vezes é público e outras vezes é privado por natureza, sendo ainda outras vezes organizado em parcerias público-privadas. O terceiro nível é cada vez mais privado. Tomemos o exemplo das auto-estradas. A infra-estrutura material representa claramente o primeiro nível, e os carros, caminhões, pessoas e mercadorias que circulam, representam o segundo nível. Algumas vezes o acesso ao primeiro nível é organizado como um mercado controlado por empresas privadas – como é o caso dos sistemas de pedágio, ou de sistemas novos para o pagamento direto de transportes, etc. Os novos sistemas de navegação digitais estão formando cada

vez mais o terceiro nível, não só porque é nesse nível que os lucros consideráveis são realizados (por exemplo, através de sistemas GPS), mas também porque esse terceiro nível emergente irá provavelmente desenvolver-se de forma fascinante e impressionante – isto é, os movimentos de todos os veículos em conjunto e de cada veículo isolado serão registrados através de aparelhos de identificação por radiofrequência e através do GPS. Por conseguinte, cada usuário isolado do sistema das auto-estradas será guiado ao longo das estradas mais eficientes, evitando congestionamentos e assegurando o menor tempo de viagem possível. Se o terceiro nível se materializar dessa forma (e os arranjos técnicos estão avançando bem nesse sentido), então a direção e controle do segundo nível serão, sem dúvida, colocados no “topo”, isto é, no terceiro nível.²⁶⁸ Assim, o controle será completo, segundo parece. No segundo nível também ocorrerá uma mudança central: será necessário seguir as indicações comunicadas pelo “sistema”. Caso contrário, o caos surgirá facilmente. Ou seja, a responsabilidade dos participantes individuais no trânsito diário é transferida para um novo local de direção e controle.

O Império está cada vez mais se materializando como um fenômeno do terceiro nível. Ele não possui nem recursos nem (muitas) infra-estruturas próprias. O Império é “simplesmente” o ordenamento coercivo dos fluxos globais e a apropriação dos aumentos de valor a eles associada.

A constituição do Império como terceiro nível implica uma reconceitualização e uma subsequente reorganização material do primeiro nível. O primeiro nível é, de certo modo, tornado fluído. Antigamente, os melhoramentos das terras (tais como sistemas de irrigação, por exemplo), as instalações,²⁶⁹ os conhecimentos e as habilidades eram elementos da infra-estrutura do primeiro nível que estavam ligados a territórios específicos. Agora, através do desenvolvimento do Império, as instalações de produção do primeiro nível podem ser facilmente realocadas (em parte porque os custos fixos já não são muito relevantes), assim como os fluxos podem ser redirecionados sempre que for conveniente.²⁷⁰ Em certos aspectos, a criação de mecanismos do terceiro nível é atrativa, especialmente se isso ajudar a evitar congestionamentos ou tornar acessíveis os produtos exóticos de outros lugares. Contudo, existem muitos aspectos problemáticos. Permitam-me discutir aqui uma tendência preocupante relativamente à produção de alimentos, ou seja, a expansão acelerada dos processos de mercantilização.

Na economia global, tal como está acontecendo atualmente, já não são os produtos como o leite, os aspargos ou os celulares que funcionam como as principais mercadorias. Muito mais importante do que a capacidade de produzir aspargos é a oportunidade de ter acesso a ligações que tornam possível o direcionamento do produto para áreas de riqueza. Assim, o acesso se torna uma mercadoria importante. Paul e Jennifer Alexander salientam que “as economias das [...] antigas potências industriais se concentram [cada vez mais] na *mercantilização* de transações, serviços e conhecimentos ao invés de na produção” (2004, p. 63). Muito mais importante do que a produção em si é a direção e o controle sobre ela, ambos exercidos através de um tipo de controle do terceiro

nível sobre os muitos fluxos associados à produção e ao consumo. Os produtores têm cada vez mais de comprar o direito de ter sua “matéria-prima” processada e direcionada para diferentes pontos de saída dos “sistemas”. Assim surgem novos mercados que tendem a ser muito maiores e muito mais decisivos do que aqueles que, até recentemente, governavam a produção primária: “de longe a maior quantidade de trocas de agora consiste em [trocas de] ‘não-coisas’” (2004, p. 63). É possível obter uma indicação dessas “quantidades” através de uma nova análise do sistema de quotas do leite. Embora o sistema de quotas tenha sido criado na década de 1980 por motivos completamente diferentes, ele tem funcionado na prática como um mercado centrado no direito (na oportunidade) de produzir leite e de processá-lo e direcioná-lo para mais longe pela indústria leiteira. Neste caso, não só o leite foi tratado como uma mercadoria, mas também o *direito* de produzir leite se tornou uma mercadoria, tendo esse direito tido até a primazia sobre o próprio leite. O direito de produzir leite podia ser vendido, comprado e alugado, e também podia ser transferido de uma parte do país para outra.

No seu conjunto, as quotas de leite da Holanda representam o valor impressionante de 20 bilhões de euros (dados de 2006). Esse valor é muito mais alto que um valor bruto de produção anual de leite no país de cerca de 3 bilhões de euros. Até recentemente, cerca de 400 milhões de kg de leite eram comercializados anualmente no mercado nacional de quotas. Isso implica, por ano, uma transferência de valor de 720 para 780 milhões de euros (o que, supondo um nível médio de juros de 5%, é igual a um custo adicional de 36 milhões de euros por ano). Sabendo que esses níveis de comércio caracterizaram um período de dez anos e contando com o fato de o retorno ter sido relativamente baixo, o custo total para obter “acesso” chegou, no final, a provavelmente cerca de 360 milhões de euros por ano para o setor em geral. Isso corresponde mais ou menos a 50% da renda familiar total realizada no setor. Os pagamentos pelo acesso também incluem taxas de admissão e encargos com leilões e cooperativas. Eles estão implícitos nas percentagens retiradas pelos agricultores em suas cooperativas bem como nos bens conjuntos criados ao longo dos anos. Todas essas formas estão, reconhecidamente, num estado embrionário, e o conhecimento sistemático de sua magnitude e impacto ainda não foi avaliado. Contudo, é óbvio que esses pagamentos pelo acesso serão um dos principais campos de batalha futuros na área da agricultura e da produção de alimentos.

O papel central, mas contraditório das TIC

A disseminação rápida e massiva das Tecnologias da Informação e da Comunicação nos domínios da agricultura, processamento de alimentos, comercialização e esquemas reguladores associados é basicamente explicado por cinco fatores, sendo alguns dos quais são de natureza geral e outros se limitando

tipicamente à agricultura, à produção de alimentos e à forma como as políticas agrárias funcionam atualmente.

Em primeiro lugar, a terceirização da produção de bens e da prestação de serviços à escala global e, particularmente, sua interação com uma divisão espacial do trabalho em rápida expansão requerem uma especificação meticulosa de todas as partes diferentes que têm de ser reunidas. Os processos *fluidos* de decomposição (por exemplo, o “frango global” descrito por Bonnano *et al.*, 1994) e de recomposição (variando desde a reprodução clássica de leite a partir de óleo de manteiga e leite em pó até a nova e rapidamente emergente gama de alimentos de conveniência e bons para a saúde) requerem um conhecimento exato de todas as *propriedades* de cada um dos ingredientes e os *requisitos* exatos a que cada um deve obedecer. A questão é que, analiticamente, um novo artigo alimentar composto por, digamos, 10 ingredientes (incluindo estabilizadores, sabores adicionais, corantes, etc) representa, relativamente à sua “construção”, 45 interfaces entre os diferentes ingredientes (pelo menos matematicamente falando). As especificações particulares são desenvolvidas para cada interface implícita no novo produto alimentar e são elas que definem as características que os ingredientes têm de ter. Ou seja, elas constituem os requisitos. Por conseguinte, cada ingrediente que entra no local de montagem deve ter propriedades particulares que têm de cumprir os requisitos – caso contrário, mais cedo ou mais tarde surgirá uma indicação de erro.²⁷¹ Nos processos artesanais de produção de alimentos, tais como o do queijo parmesão (ver Roest, 2000), é o produtor do queijo, por exemplo, que estabelece os requisitos e propriedades que devem ser cumpridos. Isso só é possível devido à longa experiência, observação continuada e a um conhecimento aprofundado dos produtores primários e da forma como eles trabalham. É claro que isso é impossível nos processos industrializados onde o processamento dos alimentos é automatizado. A centralidade da artesanidade é eliminada e, por conseguinte, os requisitos precisam ser estabelecidos em protocolos que requerem informações detalhadas sobre as propriedades de todos os ingredientes. Finalmente, a correspondência entre os protocolos e as propriedades dos ingredientes tem de ser constantemente verificada. Isso implica fluxos vastos e permanentes de informação que requerem uma análise constante. É então que surge a necessidade do uso generalizado de TIC.

Em segundo lugar, a atual necessidade de um momento preciso para a distribuição (para evitar grandes estoques e os custos associados) implica que os diferentes fluxos associados a ingredientes únicos precisam ser planejados, monitorados e controlados. Por seu turno, o planejamento desses fluxos ao longo do tempo e do espaço requer que sua produção seja igualmente planejada e controlada. Mais uma vez, isso implica a aplicação generalizada de TIC em distâncias geográficas vastas e junto de uma grande variedade de produtores diferentes.

Um terceiro motivo para a necessidade de TIC baseadas na “gestão da cadeia” (tal como a expressão técnica) está relacionado com o risco e a responsabilidade legal. Se alguma coisa corre mal, durante ou depois da montagem final, as origens

do “erro” precisam ser encontradas para que a responsabilidade legal possa ser delegada a outros que estejam algures abaixo na linha. Isso implica que, por sua vez, todas as unidades de produção que estão, de certa forma, ligadas à “cadeia”, ou que são parte dela, documentem seus processos de produção respectivos de acordo com formatos especificados. Em suma, todos os passos das linhas extensas e complexas de conversão e distribuição devem ser registrados de forma documentada, para assegurar que, no final, os requisitos sejam cumpridos. Dados os níveis atuais de internacionalização da produção de alimentos, isso implica um fluxo de dados gigantesco (e de armazenamento e análises de dados). Sem TIC, seria impossível lidar com esses dados.

Um quarto motivo para a aplicação generalizada de TIC se relaciona com os esquemas reguladores impostos pelos aparelhos estatais. Em essência, esses esquemas funcionam de acordo com a mesma lógica que os esquemas de controle das indústrias de processamento de alimentos. Para “criar” qualidade na paisagem, bom desempenho ambiental, higiene, bem-estar animal, proteção de águas subterrâneas, prevenção da erosão, redução das emissões de amônia ou o que quer que seja, são definidos protocolos extremamente detalhados que especificam os requisitos associados. Por exemplo, para assegurar um nível aceitável de emissões de amônia, é necessário disponibilizar instalações específicas de armazenamento para um determinado volume de chorume e máquinas específicas para sua distribuição, é preciso seguir um calendário específico e também é preciso respeitar um conjunto específico de proporções entre o rendimento do leite, o teor de uréia do leite, o número de cabeças de gado e a superfície. Esse é um dos lados dessa interface específica. O outro lado diz respeito ao comportamento real dos agricultores. Eles precisam mostrar, essencialmente segundo um formato pré-estabelecido, que suas práticas cumprem os requisitos. Por conseguinte, o protocolo se traduz em procedimentos coercivos que ordenam uma vasta gama de atividades agrícolas. Tipicamente, o extensionista historicamente proeminente (que, de certa forma, era um mediador entre as políticas estatais e os agricultores) desapareceu, tal como o *casaro* ou o produtor de queijo desapareceram da indústria dos alimentos. Em ambos os domínios, isto é, o do Estado e da indústria dos alimentos *vis-à-vis* o dos agricultores, o que domina agora é o controle à distância. Contudo, uma vez que existe um receio generalizado de que os agricultores tentem enganar “o sistema”, também existe um “serviço de inspeção” aprofundada para verificar se as práticas reais coincidem com as representações eletronicamente geradas da realidade. Dessa forma, os custos gerais aumentam de novo.²⁷² O quinto motivo diz respeito às mudanças atuais nas políticas agrárias e rurais em si. Desde as reformas McSharry, da década de 1990 em diante, o apoio econômico à agricultura tem estado cada vez mais desligado dos volumes de produção. Esse apoio tende cada vez mais a ser substituído por pagamentos por hectare (a chamada “taxa fixa”), que são apenas feitos quando os agricultores cumprem uma série de requisitos legais. Tanto as mudanças políticas como a obrigação de cumprir determinados critérios enquanto recebem apoio público são justificadas. Contudo, o problema é que, mais uma

vez, é necessário um grande sistema de controle através do qual os requisitos e propriedades sejam verificados para ver se correspondem efetivamente.

Até agora, foram discutidos cinco motivos que explicam a aplicação generalizada das TIC no processamento de alimentos e na regulação estatal da agricultura. Tal como, historicamente, a técnica da impressão de livros acabou sendo o pré-requisito tecnológico que tornou possível a ascensão do Império Espanhol, também os atuais impérios alimentares e o comportamento imperial dos aparelhos estatais *vis-à-vis* o setor agrícola seria impossível sem TIC. Ou, em termos mais positivos, o grande desenvolvimento das indústrias dos alimentos, dos supermercados, da comercialização internacional associada e a “gestão da cadeia” necessária teriam sido impensáveis sem TIC. No entanto, a mesma aplicação de TIC também tem outro lado que, em vários aspectos, acaba sendo um pesadelo.

O primeiro problema é que as TIC não conseguem lidar com *conceitos*. Sendo a vida real ser repleta de conceitos, cada um dos quais se traduzindo numa miríade de *expressões* específicas, as TIC apenas conseguem funcionar no nível de expressões que diferem distintivamente umas das outras. Por exemplo, podemos falar de um motor de dois litros e quase toda a gente compreenderá o que queremos dizer. Contudo, a introdução dessa noção num sistema computadorizado que comanda a montagem de motores para automóveis provoca o perigo da produção de um motor, digamos, com dimensões exteriores de 20 por 10 por 10 centímetros, ou seja, um motor de exatamente dois litros – o que evidentemente entra em conflito com a própria noção de motor de dois litros (Thiel, 2006). Por conseguinte, relativamente aos processos complexos de regulação, as TIC apenas funcionam se existir uma especificação meticulosa, formalizada e abrangente de requisitos e propriedades. Um conceito ou metáfora não é suficiente: é necessária uma especificação completa de todas as características técnicas. Seguindo a mesma linha de exemplos, um “carro verde” [ambientalmente sustentável] é um requisito especificado de forma inadequada. Esse requisito poderia ser cumprido com a produção de um carro com janelas, faróis e aço pintados de verde. Esse resultado seria uma monstruosidade.

Mas na manufatura de artefatos como carros isso pode ser perfeitamente resolvido. Os problemas sérios surgem quando estamos lidando com conceitos como “uma bela paisagem”, “terra fértil e bem trabalhada”, “estrupe bom” e “agricultura cuidada”. Nenhum desses conceitos (e o mesmo se aplica, por exemplo, a bons serviços de saúde, à promoção da educação e a boas pesquisas académicas) tem apenas um significado específico e inequívoco. Por conseguinte, existirão, sem dúvida, muitas expressões diferentes, opostas e provavelmente mutuamente incompatíveis para esses conceitos. Além disso, cada expressão será discutível, até certo ponto. Assim como o produtor de queijo perguntará se o produto desse ano é “mesmo um queijo bom” (e, caso não o faça, os agricultores e os consumidores o farão com certeza), os habitantes (e turistas visitantes) de uma região específica perguntarão, debaterão e terão sempre opiniões diferentes quanto ao fato de a paisagem ser ou não “bela”. Aspectos como nuances, tons e graus são centrais neste

debate, pois eles vão, obviamente, além da digitalização. Num mundo digitalizado, é necessário trabalhar com o “sim” e o “não”, mas não com o “talvez” (nem a “lógica difusa” consegue resolver esse problema). Na representação digitalizada do mundo, as coisas (e as constelações) *são o que são*. Na estrutura das TIC, é difícil (se não impossível) lidar com entidades em desenvolvimento, discutíveis e que, até ao momento, ainda não foram claramente definidas. Assim, quando as TIC se tornarem dominantes, o mundo real correrá o risco de ser reduzido à simplicidade e à uniformidade, isto é, essencialmente alienado de si próprio.

Esse perigo é ainda mais premente – e esse é o segundo problema – quando se leva em consideração os dois princípios de projeto que se aplicam tanto à agroindústria como aos aparelhos estatais. Esses princípios podem ser sintetizados da seguinte forma: “simplicidade de prescrição” e “simplicidade de controle”. Isso implica que os objetivos, protocolos e procedimentos não são diferenciados conforme as especificidades das situações locais. Isso implicaria sua negociabilidade, o que aumentaria consideravelmente os custos de transação. Consequentemente, tanto os aparelhos estatais como as indústrias alimentares tendem a ligar, tanto quanto possível, a agricultura e o campo de uma forma global, ou seja, não-diferenciada. Contudo, e porque a agricultura e o campo são particularmente diferenciados e continuam produzindo diferenças, exceções, desvios e novidades, essas abordagens globais só podem ser “toscas e improvisadas” e, por conseguinte, tendem a gerar atritos e deturpações que resultam em uma homogeneização indesejável do local – especialmente quando aplicadas de forma coerciva.

Estes dois problemas se interligam com um terceiro, que é o seguinte: depois da instituição de uma estrutura reguladora baseada em TIC, torna-se extremamente complicado e dispendioso modificá-la (Thiel, 2006; Straten, 2006; Beuken, 2006; Roos, 2006). Mesmo alterações mínimas em alguns dos requisitos definidos implicam que uma longa cadeia de interfaces associadas tenha de ser reformulada. Se considerarmos um dos casos descritos no capítulo 8 – os ramos de amoras crescendo nas cercas vivas –, observamos que, em si mesma, uma pequena modificação nas especificações requer, entre outras coisas, a) uma modificação nos protocolos de controle; b) uma adaptação dos módulos que regulam pagamentos e c) reembolsos a agricultores que foram penalizados por “desvios” que agora, em retrospecto, são redefinidos como tendo “propriedades” legítimas. Mas ainda mais complicado é o fato de o programa inicial e os módulos implícitos terem sido anteriormente aceitos pela Comissão Européia para co-financiamento com recursos europeus. Isso implica ainda d) que qualquer alteração, em qualquer detalhe, também terá de ser negociada com “Bruxelas”: a interface respectiva localizada no nível supranacional terá de ser “reformulada”. Com a instituição de esquemas de financiamento, controle e comando tão extensos, compostos por muitas ligações formalizadas e baseadas em TIC que implicam inúmeras interfaces (e, consequentemente, conjuntos de requisitos e propriedades), o mundo social e o mundo natural se tornam, de fato, extremamente rígidos e sujeitos a um atraso institucional, se não mesmo a uma esclerose geral. Nessa estrutura,

torna-se demasiado problemático, difícil e dispendioso introduzir melhoramentos (quanto mais renovar efetivamente o “sistema” existente).

Aqui encontramos muitos paralelos interessantes com o que os peritos em TIC denominam de “software embarcado”, ou seja, um software incorporado em uma máquina complexa (por exemplo, máquinas desenhadas para construir chips novos e equipamentos médicos para monitorar, controlar e, se necessário, corrigir tratamentos de um corpo humano ligado a eles). O software referido regista e controla simultaneamente muitas funções diferentes, muitas das quais implicam uma trajetória ao longo do tempo. Assim surgem muitas interfaces diferentes, várias das quais se relacionam com processos complexos de resposta e de progressão. Além disso, esse software tem de conseguir controlar e corrigir-se a si mesmo, bem como seus aparelhos mecânicos associados. Se alguma coisa correr mal, então há uma intervenção e correção imediatas e automáticas. Isso implica, evidentemente, outra gama extensa de interfaces. O “aperfeiçoamento” desse tipo de “máquinas” é, como a prática demonstra (Straten, 2006), extremamente difícil e dispendioso. Uma vez que todas as interfaces têm um impacto potencial entre si, o software *em geral* tem de ser reformulado.

Esta pequena excursão pelo “software embarcado” apresenta ainda outra contradição. Mesmo que as TIC (isto é, as linguagens e ferramentas da programação, a divisão de trabalho entre os peritos em TIC, por um lado, e os usuários por outro, etc) sejam pouco adequadas para lidar com *máquinas* complexas, elas são de fato usadas como um aparelho organizacional para *processos sociais e instituições associadas* que são muito mais complicados, dinâmicos, contraditórios, diferenciados e flexíveis (pelo menos potencialmente) que qualquer artefato mecânico. Não obstante, muitas organizações (por exemplo, universidades, hospitais, organismos de conservação da natureza, organizações estatais, serviços de segurança e indústrias alimentares), muitas relações (por exemplo, entre administrações de hospitais e pacientes, e aparelhos estatais e agricultores) e, conseqüentemente, muitos domínios do mundo social e do mundo natural (por exemplo, a agricultura, a saúde pública e a conservação da natureza) são atualmente governados, organizados e controlados através de sistemas baseados em TIC que funcionam como *tecnologias mecânicas* relativamente aos domínios sujeitos a elas. Esses sistemas são, basicamente, insatisfatórios, toscos, difíceis de melhorar e freqüentemente um insulto às qualidades, responsabilidades e capacidades daqueles que trabalham com eles. Mas esse parece ser o preço a pagar pelo controle imperial.

Estado, mercados e instituições

O Estado e o Mercado (entendidos como princípios orientadores) fluem em conjunto e convergem no Império. Nesse sentido, o Império surge como a co-penetração mútua, o intercâmbio e a simbiose entre o Estado e os mercados. Os aparelhos estatais e suas relações com seus “clientes” são cada vez mais es-

truturados, ordenados e organizados como um mercado (por exemplo, a saúde pública, a segurança e a educação), e as funções estatais são transferidas para agentes mercantis. Ao mesmo tempo, os mercados deixam progressivamente de ser governados por uma “mão invisível”. Ao invés disso, eles são sujeitos a novos centros de controle que exercem formas diferentes de controle extra-econômico. As redes imperiais, com seus pontos obrigatórios de entrada, conversão e saída, são expressões concretas de uma “mão visível” recém-emergente. Através dessas novas redes, a economia tende a tornar-se subordinada a ciclos abrangentes de planejamento e controle (como aconteceu em outras épocas e em outros lugares através das burocracias do Estado). O planejamento e o controle estão evidentemente relacionados com os ritmos de expansão e conquista acelerados, o que acontece cada vez mais através de uma hipoteca massiva dos bens disponíveis. Dessa forma, a futura lucratividade e o futuro valor dos acionistas tornam-se estratégicos para as operações atuais e, assim, a lógica e a justificação de uma dada atividade já não residem nessa atividade em si (e no lugar e época específica associados a ela), mas está, ao invés disso, ligada a e, por conseguinte, dependente de sua (suposta) contribuição para a lucratividade e expansão do Império. Precisamente por essa razão, os ciclos rígidos de planejamento e controle são reforçados.

A nova simbiose entre o Estado e o Mercado penetra profundamente na sociedade civil e a reordena simultaneamente, sujeitando-a a controles, prescrições e planejamentos externos. A autonomia, a responsabilidade e a confiança – três veículos importantes da sociedade civil – são progressivamente eliminadas e substituídas por procedimentos, normas e protocolos. Como modo de ordenamento, o Império tende a *sobrepôr-se* aos modos de ordenamento existentes (Estado, Mercado e Sociedade Civil), alinhando esses outros modos e introduzindo novas contradições e tendências de desenvolvimento que, até agora, eram desconhecidas para a humanidade. Essa sobreposição do Império como princípio orientador implica que o Mercado e o Estado deixem de ser complementares um em relação ao outro, mesmo que parcialmente. No Império, e através dele, o Estado e o Mercado estão cada vez mais alinhados e fundidos, resultando em uma tecnologia de regulação abrangente – uma tecnologia que exerce uma expressão desmembrada, mas aparentemente irresistível, de poder sobre a natureza e a sociedade. Nas ciências sociais, as organizações hierárquicas são geralmente entendidas como radicalmente opostas às organizações do mercado, embora a vida econômica possa ser organizada quer de acordo com as primeiras, quer de acordo com as segundas. Contudo, existe uma diferença teórica fundamental que permanece: dentro da empresa não existe mercado, enquanto dentro do mercado não existe hierarquia (Saccomandi, 1991 e 1998).

É precisamente neste ponto que o Império surge como uma inovação radical. A essência do Império é que ele torna a linha fronteira entre o mercado e a empresa pouco distinta. Nesse sentido, o Império é um movimento duplo: ele interliga e ordena os mercados de forma hierárquica, enquanto, ao mesmo tempo, introduz o princípio do mercado nas instituições. O extraordinário poder do Império tem

origem precisamente nessa interpenetração mútua e na interligação subsequente entre o mercado e a organização hierárquica. O Império é uma estrutura nova que interliga ativamente mercados (essencialmente de formas assimétricas), enquanto, simultaneamente, os sujeita a um planejamento centralizado e a ciclos de controle.

Os mercados são progressivamente interligados e re(ordenados). A ligação entre os mercados de terras e de trabalho no Peru com o mercado de alimentos na Europa é um exemplo claro disso e ilustra, simultaneamente, a natureza assimétrica desses padrões de produção e comércio recém-emergentes. A Parmalat e a reformulação drástica do mercado do leite através do projeto do *latte fresco blu* é outro exemplo. Estes exemplos evidenciam que o Império não é governado simplesmente por mercados e pela suposta “mão invisível”, mas pelo oposto, pois ele é, até certo ponto, capaz de governar os mercados que controla. Ao mesmo tempo, as empresas são dissolvidas através de sua divisão em uma variedade de mercados interligados, cada um dos quais governados pelo preço e níveis de custo estabelecidos no terceiro nível e inter-relacionados através de pontos de passagem obrigatórios que são igualmente controlados a partir desse terceiro nível. Ou seja, o Império introduz sistematicamente o mercado como princípio organizador nas empresas controladas por ele. Isso também acontece dentro das instituições: elas são reconstituídas em mercados internos que são governados por conjuntos de regras impostas pelas respectivas “cúpulas”. As universidades, por exemplo, são conceituadas e depois organizadas materialmente como mercados em que diferentes departamentos “oferecem” uma variedade de cursos e estudantes “compram” um determinado conjunto de cursos. Em seguida, os departamentos que providenciam a oferta são financiados de acordo com o nível de demanda. Para poderem dar esses cursos, os departamentos precisam “alugar” as salas necessárias à administração da universidade. Ou seja, os recursos de uma universidade (dos quais apenas mencionei alguns) são convertidos em mercadorias.²⁷³ Contudo, o equilíbrio que um mercado como esse supostamente alcança não resulta do “encontro livre entre a oferta e a demanda”, mas de decisões anteriores tomadas pelas autoridades da universidade para avaliar os “níveis de preço” e os “fluxos de mercadorias”. O controle sobre esses fluxos e seus requisitos e propriedades é efetuado através da aplicação generalizada de TIC como o principal aparelho organizacional. Isso provoca uma formalização generalizada de atividades que influencia negativamente a universidade como instituição acadêmica e, assim, a ameaça como lugar onde as idéias, a informação, os debates, o pessoal e os estudantes interagem livremente.

O papel da ciência

O sonho do *El Dorado*, uma terra cheia de ouro do outro lado da fronteira que delimitava o mundo conhecido do mundo desconhecido, foi um elemento

crucial para a criação e desenvolvimento do Império Espanhol (Kamen, 2003, p. 144). Sem esses sonhos e promessas, não teriam existido viagens de descobertas, nem colonização, nem ouro e prata fluindo para a metrópole do império. As ciências atuais são igualmente caracterizadas pelos “sonhos” – ou seja, pelo desenvolvimento das muitas promessas que as ciências da vida, a nanotecnologia, a engenharia dos alimentos, a biotecnologia, e assim por diante, fingem tornar realidade. A esse respeito, James Scott (1998) refere as “pretensões imperiais das ciências agrárias”. A promessa de novos *El Dorados* constitui uma das muitas ligações que unem, presentemente, partes consideráveis da ciência e do Império. Em sua corrida desenfreada por novas oportunidades para realizar retornos elevados de capital e, particularmente, pelo “ouro e prata” que pagará as muitas obrigações (tal como o *latte fresco blu* pagaria as dívidas enormes acumuladas pela Parmalat), o Império precisa continuamente de novos campos de recursos para “explorar”. E precisa deles desesperadamente. Por conseguinte, os grandes programas de pesquisa (em parte financiados por grandes corporações), orientados para a exploração de novas possibilidades tecnológicas e para a concepção de roteiros para alcançá-las, são importantes. Esses roteiros são tão cruciais para o atual Império como a primeira geração de mapas náuticos era para o Império Espanhol. Assim sendo, a busca por novas formas de engenharia dos alimentos e a reconstrução da natureza através da biotecnologia são convertidas em uma série de intervenções praticamente implacáveis na própria vida – com todos os riscos que essas intervenções implicam (Hansen *et al.*, 2001).

Através da ciência, novos campos de recursos são explorados e materialmente construídos. Além disso, a ciência confere freqüentemente legitimidade e defende a exploração desses recursos através da afirmação, por exemplo, de que “os alimentos nunca foram tão seguros como hoje” e de que quaisquer riscos relacionados com a engenharia genética “estão totalmente sob controle”. Dessa forma, a relação da ciência com o Império se assemelha à relação da Igreja Católica (e da Inquisição) com o Império Espanhol. A *Conquista* foi literalmente abençoada, desde o começo, pela Igreja, enquanto a Inquisição ganhou opositores. O atual alinhamento entre a ciência e o Império é tão forte que parece praticamente impossível sequer pensar nessa relação em termos opostos. Contudo, há menos de sete ou oito décadas, a ciência estimulava o crescimento econômico através de relações que eram estruturadas de forma totalmente diferente. Por exemplo, a introdução de fertilizantes químicos avançou porque as ciências agrárias da época verificaram e avaliaram criticamente sua qualidade, seu desempenho e seus impactos em termos de rendimento e lucros. Com a disponibilização desses fertilizantes em um mercado oportunista, os agricultores nunca souberam (especialmente durante a época em que os fertilizantes foram introduzidos) se os sacos que compravam continham, realmente, fertilizante. Eles poderiam estar cheios de areia sem valor, ou de cimento, ou do que quer que fosse. Ademais, os agricultores não sabiam se as quantidades recomendadas, as técnicas de aplicação propostas e o momento de intervenção indicado seriam realmente eficazes em seus próprios campos. Nesse

sentido, foi a ciência que transpôs a brecha – não simplesmente através de uma cooperação com a indústria dos fertilizantes (como ocorreria mais tarde), mas através de um *posicionamento crítico* e de uma *análise minuciosa* às muitas práticas promovidas pela indústria.

Existem muitas outras ligações entre a ciência e o Império. No capítulo anterior apresentei algumas delas, indicando a forma como os modelos deterministas desenvolvidos pela ciência são convertidos em tecnologias que governam domínios sociais e naturais específicos. De acordo com tudo isso, os sistemas do conhecimento institucionalizado e as universidades estão sendo progressivamente reorganizados em sintonia com o modo Imperial de ordenamento e de governança.. Dos muitos processos de reorganização que estão tendo lugar, existe uma tendência que parece ser dominante: a ciência, seus produtos, seus operadores e suas instituições são reconfigurados de forma que suas propriedades finais correspondam aos requisitos do “sistema”.

Síntese

O Império é uma estrutura composta por esquemas reguladores de natureza política e econômica que são impostos à sociedade e à natureza. Nessa estrutura e através dela, o Estado e o mercado se tornaram cada vez mais interligados.²⁷⁴ Um se concretiza no outro e vice-versa. O Império não diz respeito primeiramente a produtos, pessoas, serviços, recursos, lugares, e assim por diante, nem é composto por esses elementos. O Império é, acima de tudo, um conjunto complexo, multifacetado em expansão e cada vez mais monopolista de *ligações* (isto é, uma rede coerciva) que coloca processos, lugares, pessoas e produtos em contato de uma forma específica. Nos capítulos anteriores procurei elucidar acerca da natureza dessas ligações e suas implicações. Reformulando ligeiramente os argumentos anteriormente desenvolvidos, pode dizer-se que a especificidade histórica dos impérios alimentares atuais reside na combinação contraditória, mas sistemática, de dois princípios orientadores: o mercado global e o sistema da linha de montagem. Combinados, esses dois princípios resultam, por exemplo, nas chamadas cadeias alimentares. Nos impérios alimentares, a produção (incluindo a agricultura) foi segmentada em uma série infindável de sub-tarefas que são, em si mesmas, relativamente simples e monótonas, e que constituem operações que formam parte de uma linha de montagem bem mais vasta. Contudo, essa linha de montagem já não está localizada numa grande fábrica, dentro da qual a hierarquia é o princípio orientador central. As partes que compõem essa linha estão agora distribuídas por todo o mundo sob a forma de um arquipélago que está em constante mudança. As *inter-relações* entre os diferentes elementos, isto é, as ligações existentes ao longo da linha, são construídas através do mercado. Isso permite mudanças rápidas e radicais. Sempre que um elemento específico pode ser obtido de forma mais barata em outro reservatório, ou sempre que determinadas sub-tarefas podem

ser realizadas em outro lugar com custos menores, a estrutura geral (de ligações inter-relacionadas) é imediatamente adaptada. Mas então surge outro problema: como ter a certeza que os elementos serão materialmente compatíveis? Isso é assegurado através da prescrição detalhada de todos os requisitos e propriedades – uma prescrição que é comunicada e controlada através de TIC. Com a expansão estonteante das divisões sociais e espaciais (e mesmo temporais) do trabalho e a expansão dos mercados subsequente, o controle se torna absolutamente crucial. Assim sendo, o princípio da linha de montagem (aplicado através do controle à distância) é reconstituído e combinado com o mercado. Simultaneamente, a fronteira que antigamente separava claramente as empresas do mercado foi obscurecida, se não mesmo, até certo ponto, eliminada. A “empresa” penetra o mercado através da prescrição do que deve ser feito (e como, quando e por quem), mesmo nos lugares mais remotos, e o “mercado” penetra a empresa através de uma transformação das relações internas em relações de mercado. O mercado é governado através de uma variedade de linhas de montagem (que surgem como força extra-econômica que dá forma aos mercados e os condiciona), e a linha de montagem, por seu turno, funciona através de uma ligação contínua entre os diferentes mercados, enquanto é simultaneamente camuflada e legitimada pelo princípio de mercado (pelo menos, dentro do discurso neoliberal).

A interligação geral entre o Estado e o Mercado se refere à especificidade do Império tal como ele se manifesta no presente, juntamente com a aplicação generalizada de tecnologias radicalmente novas que permitem novas formas de conquista e de controle massivas e profundamente penetrantes. Essa característica geral se reflete nos impérios alimentares através da interligação do mercado com a linha de montagem em redes coercivas que estruturam progressivamente a agricultura bem como o processamento e consumo de alimentos.

Em seu trabalho esclarecedor sobre os regimes alimentares internacionais, Harriet Friedmann (1980, 1993 e 2006) distinguiu dois regimes alimentares internacionais como esse. Eles são o “regime alimentar colonial” (1870-1939) e o subsequente “regime alimentar mercantil e industrial” (1945-1990). O regime alimentar colonial era basicamente centrado no princípio do comércio livre, e o regime mercantil e industrial que o seguiu era baseado no princípio da regulação. Depois dessa periodização, pretendo defender que, desde a década de 1990, um novo regime alimentar tem vindo a se desenvolver. Esse regime é o “regime alimentar imperial”, que incorpora essencialmente a combinação complexa e confusa entre o comércio livre e a regulação, sobre a qual já falei. Neste regime, as formas de regulação estabelecidas (por exemplo, as políticas agrárias nos níveis nacional e supranacional e as instituições, tais como as comunidades camponesas da América Latina) são desintegradas enquanto são introduzidas novas formas de hierarquia basicamente fundamentadas nos interesses convergentes dos grandes grupos de agronegócio e dos aparelhos estatais. Ao mesmo tempo, os mercados são drasticamente reordenados. Os mercados alimentares são globalizados e alinhados (através de novas formas de regulação) com os processos globais de acumulação, e

são abertos novos espaços para as grandes corporações que funcionam como redes coercivas dentro de cada um desses espaços. Várias novas contradições surgem da combinação confusa do mercado com a linha de montagem. A retórica do mercado livre é acompanhada por um aumento súbito e abrangente da regulação e da hierarquia. Os cidadãos que supostamente se movem “livremente” nos “mercados livres” recém-criados são sujeitos (especialmente se quiserem produzir ou envolver-se na prestação de serviços) a protocolos e procedimentos asfixiantes para o planejamento e controle, os quais tendem a excluir a condição de agente e a responsabilidade. Eles estão perante “mercados” que, na prática, acabam sendo estruturas coercivas que permitem apenas rotinas específicas.

Existe também uma mudança básica na hegemonia. Enquanto o regime alimentar colonial era caracterizado pela hegemonia do Reino Unido, e o regime seguinte por uma hegemonia clara dos Estados Unidos, o regime alimentar imperial já não tem um centro político concreto. Na verdade, ele é um aparelho de domínio e apropriação descentralizado e desterritorializado que controla progressivamente a produção, circulação e consumo de alimentos à escala mundial, enquanto, simultaneamente, suga todas as suas propriedades. Associado a isso, está outro traço distintivo que diz respeito à natureza dos alimentos e do consumo de alimentos. O primeiro regime alimentar basicamente reduzia as dietas inicialmente muito ricas e altamente diversificadas à centralidade da carne e do pão, enquanto o regime subsequente acrescentou progressivamente gorduras e adoçantes aos alimentos, que eram suplementados por amidos, espessantes, proteínas e sabores artificiais. O regime alimentar imperial, por seu turno, é centrado na *artificialização* dos alimentos. O *latte fresco blu* é apenas uma das muitas expressões dessa nova tendência em que a engenharia genética está se tornando cada vez mais dominante. Essa artificialização dos alimentos, e sua expansão, é criticamente necessária precisamente porque, no novo regime alimentar imperial, a produção, o processamento e a distribuição de alimentos são reestruturadas numa máquina global para gerar fluxos de caixa que correspondam aos níveis extremamente elevados da lucratividade esperada.²⁷⁵

As principais mudanças que ligam e distinguem os regimes alimentares discutidos se refletem claramente nos três estudos longitudinais apresentados neste livro. As grandes *haciendas* produtoras de algodão no Norte do Peru (expressões típicas do regime colonial) foram finalmente transformadas – através de um processo de reforma agrária – em cooperativas controladas pelo Estado, que podem ser entendidas como expressões características do regime mercantil e industrial. Mais tarde, no começo da década de 1990 e dentro do enquadramento das políticas agro-exportadoras então dominantes, surgiram novos impérios alimentares que se distinguiam em vários aspectos das antigas *haciendas*. Outro aspecto típico do regime recém-emergente que aqui se revela é o fato de ele ter provocado um aumento do processo de recampesinização. Este último processo tem, evidentemente, suas raízes históricas nos processos de marginalização e exclusão relacionados com os regimes anteriores. Contudo, no regime alimentar

imperial recém-emergente, e devido a ele, o processo de recampesinização foi ainda mais fortalecido precisamente porque esse regime amplificou a marginalização e a exclusão para níveis até agora desconhecidos.

Os *imprenditori agricoli* do norte da Itália são expoentes típicos da época da regulação, isto é, do “regime mercantil e industrial”, tal como denominado por Harriet Friedmann. Com a extinção lenta, mas persistente, desse regime (uma extinção que provocou a erosão progressiva da condição empresarial) e com o desenvolvimento do novo regime alimentar imperial, esses empresários agrícolas desativaram progressivamente suas unidades agrícolas. Foram os *contadini*, os camponeses do século XXI, que provaram ser muito mais capazes de enfrentar as condições agressivas introduzidas pelos novos grupos imperiais. Dessa forma, eles deram indiretamente origem a um processo de recampesinização.

O mesmo se aplica às Florestas do Norte da Frísia. Na fronteira entre o segundo e o terceiro regimes alimentares internacionais (uma “fronteira” que engloba, evidentemente, muitos anos de confusão total), os agricultores desta região decidiram desenvolver uma produção de bens e serviços que não são diretamente, nem completamente, controlados pelo Império. Eles se envolveram igualmente na criação de uma cooperativa territorial que funciona, por um lado, como um mecanismo para uma relação direta com a natureza e com a sociedade em geral e, por outro lado, como um mecanismo de defesa *vis-à-vis* os novos grupos imperiais. Assim, o processo de recampesinização adquire novas dimensões.

A agenda

O regime alimentar imperial que tem vindo a se desenvolver desde a década de 1990 – um processo em que o Acordo sobre Agricultura da OMC de 1995 representa um marco histórico (Weis, 2007, p. 128) – introduz novos desafios na agenda política e científica. Relativamente à agenda política, serei breve. Ao longo deste livro, foram apresentadas e discutidas muitas questões. Contudo, existe uma questão abrangente que sintetiza as outras questões mais específicas. Será que a agricultura continuará a alimentar a população mundial (de forma saudável e sustentável) nas décadas vindouras, ou será que ela irá cada vez mais, evocando o título de um artigo recente de Harriet Friedmann, “alimentar o império”? As consequências de tal inversão – sintetizadas nos debates anteriores como “lucros *versus* pessoas” (Bernstein *et al.*, 1990) e atualmente também no dilema dos “combustíveis *versus* alimentos” – serão provavelmente terríveis.

A natureza do regime imperial atualmente dominante também levanta várias questões que estão desafiando as principais abordagens teóricas e os modelos usados para compreender o mundo. Mais uma vez, a estranha fusão entre o mercado e a linha de montagem torna-se central. Aqui também focarei apenas uma questão provavelmente central: a evaporação da própria noção de valor. No Império, e devido a ele, o valor se tornou, de certo modo, livre e desimpedido. Ele

é cada vez mais visto como um fantasma. Tal como é exaustivamente explicado na primeira parte de *O Capital* (Marx, 1867/1970), o caráter duplo das mercadorias reside na combinação enigmática entre o valor de uso e o valor de troca. A partir da revolução industrial, tanto um como o outro eram especificados *na* fábrica (literalmente, o lugar onde as coisas eram feitas) ou *na* unidade agrícola (a esse respeito, é revelador que, no passado, as grandes unidades agrícolas na Itália fossem denominadas de *fattorie*). As características específicas dos produtos que os tornariam úteis (e, conseqüentemente, inerentes a eles) eram especificadas *na* própria fábrica – de acordo com uma rotina ou para projetos explícitos em evolução. Da mesma forma, o valor de troca era avaliado *na* fábrica: o tempo de trabalho necessário para a construção de um produto determinava o valor de troca que deveria ser realizado através de transações subseqüentes. No Império, e através dele, a “fábrica”, bem como a “unidade agrícola”, tende agora a ser radicalmente eliminada. “As redes, não as empresas, se tornaram a unidade de operação atual” (Castells, 1996, p. 171). Os lugares de produção já não são espaços onde a utilidade e a estética são definidas e construídas. No máximo, eles são lugares temporários (“não-lugares”) onde são fabricados elementos particulares de acordo com especificações formuladas em outro lugar, isto é, no terceiro nível. Subseqüentemente, as partes diferentes são reunidas, mais uma vez de acordo com as matrizes definidas e impostas pelo Império. Depois disso, o produto reunido é transportado para outros lugares onde será pago e usado. Os fluxos do segundo nível também são administrados pelo Império. Nessa estrutura, os preços já não têm qualquer relação com o tempo de trabalho nem, em termos mais gerais, com os custos de produção – quanto mais com os custos sociais e ambientais. Eles são, acima de tudo, a expressão das necessidades imperiais de ter, por um lado, uma participação no mercado tão vasta (e através de uma expansão tão rápida) quanto possível e, por outro, de ter um retorno elevado do capital investido, aumentando simultaneamente o valor dos acionistas.

Anteriormente, a fábrica e a unidade agrícola eram os lugares onde se criava o valor de uso e o valor de troca. Elas eram unidades de produção relativamente autônomas (espaços auto-organizados), que tinham uma base de recursos em bom funcionamento, a qual era usada (e continuamente desenvolvida) de forma habilidosa. Além disso, tanto a fábrica como a unidade agrícola personificavam e representavam uma certa *condição de agente*: elas podiam tentar fazer melhor do que outras, isto é, fazer a diferença. Contudo, atualmente, a unidade agrícola e a fábrica são primeiramente apêndices de um Império à escala global que domina a definição simbólica bem como a organização material do valor de uso e do valor de troca. Conseqüentemente, as diferentes unidades de produção podem ser formalmente autônomas, mas, basicamente, elas são completamente dependentes, pois agora é impossível funcionar fora das linhas de montagem (e de comando) do Império. Simultaneamente, a noção de valor de uso é obscurecida. A principal utilidade de produtos como o *latte fresco blu* (ou de qualquer outra imitação de um produto) é que eles permitem a acumulação e o enriquecimento no terceiro

nível, assim como o principal propósito das imagens (por exemplo, imagens de sustentabilidade) é que elas fortalecem o controle e ajudam a resolver problemas típicos do terceiro nível. O mesmo acontece com a noção de valor de troca: agora, essa noção reside e é essencialmente criada pela combinação e reprodução de lugares de riqueza e de lugares de pobreza.

Em suma, a reconsideração do valor em e para um contexto em que ele já não parece interessar é, provavelmente, uma das contribuições mais importantes que a ciência pode dar ao mundo atual. Isso se aplica particularmente aos estudos camponeses pós-modernos.

O princípio camponês

A condição camponesa consiste em um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que os camponeses têm de agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia (Gouldner, 1978) para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas nesse ambiente.²⁷⁶ As respostas e o ambiente se definem e se constituem mutuamente, logo não é possível entender uma coisa sem a outra. Não existe qualquer relação “externa” entre eles: os dois estão ligados por relações internas através das quais as respostas dão forma ao ambiente da mesma forma que o ambiente gera essas mesmas respostas. Existe uma articulação mútua que se desenvolve de forma dinâmica ao longo do tempo e que implica que um lado da equação tenha impacto no outro e vice-versa. Um dos aspectos típicos da condição camponesa é que as respostas se desenvolvem através da construção de uma base de recursos que permite a co-produção entre o homem e a natureza.

Embora a sociedade deixe uma marca forte em cada expressão do campesinato específica de uma determinada época ou lugar (Shanin, 1990; Pearse, 1975), também existe um momento autônomo, uma história e uma memória coletiva no próprio campesinato. Esses últimos aspectos contribuem para a forma como o campesinato se constitui na sociedade. Por conseguinte, todos os determinismos unilineares que presumem que o campesinato é um *produto derivado* direto de seu contexto estrutural devem ser rejeitados (Long, 2001). O mesmo se aplica a qualquer esquema *a priori* que separe e ordene hierarquicamente “estruturas e discursos institucionais dominantes” e “atores subordinados” (Long, 2007). Esses dois elementos são muito mais interligados, como defendeu recentemente Long de uma forma convincente e teoricamente fundamentada. De acordo com Long, “precisamos investigar mais profundamente a dialética entre formas sociais ‘dominantes’ e ‘subordinadas’” (Long, 2007).

O campesinato representa um sujeito histórico, como foi demonstrado, por exemplo, pelas “guerras camponesas do século XX” (Wolf, 1969; Huizer, 1973), pelas muitas micro-situações que contam a história da construção substancial do progresso (Ontita, 2007) e também pela morfologia rica dos estilos de agricultura: vários estilos de agricultura podem ser vistos como respostas críticas à lógica imposta pelos atuais regimes. Não obstante, a especificação do contexto é importante, precisamente porque as particularidades do contexto têm um impacto na forma como as respostas camponesas são articuladas (ver Paige, 1975, sobre lutas coletivas). A questão que quero enfatizar neste último

capítulo é que a hegemonia crescente do Império como princípio orientador²⁷⁷ implica uma redefinição abrangente do “ambiente hostil”. Conseqüentemente, o Império reconstitui o campesinato como um fenômeno novo que atravessa, em vários aspectos, as fronteiras do campesinato que conhecemos no passado. O Império muda progressivamente o contexto em que os campesinatos de hoje estão imersos: ele se articula com esses campesinatos como uma negação radical de sua própria existência. Dessa forma, o Império provoca igualmente novas formas de resistência, de luta e de resposta. Através das muitas contradições e confrontos entre o Império e o campesinato, o “princípio camponês” é fortalecido e alargado. O princípio camponês é uma noção emancipatória. Ele representa os potenciais implícitos no campesinato – potenciais que estão atualmente sendo bloqueados pelo Império, mas que, ao mesmo tempo, são (re)ativados por ele. Assim, o princípio camponês se refere igualmente ao poder de contraposição subjacente ao campesinato.

O Império e o campesinato

Tal como foi discutido ao longo deste livro, o Império é um princípio orientador que se expressa em e através de muitas entidades e relações diferentes. O Império tem muitos condutores e fontes diferentes e também toma várias formas que se fundamentam em uma gama variada de mecanismos contrastantes. Por exemplo, ele se expressa na Parmalat, através da usurpação da água no Bajo Piura e na forma como o *squeeze* exercido na agricultura europeia está ficando mais apertado. Ele está presente na Lei do Estrume holandesa e na “vaca global” associada. Mas o Império também se expressa em várias formas que não foram discutidas neste livro, tais como a redução das reservas de cereais do mundo, a manipulação genética, e os programas de estudo e de pesquisa desenvolvidos em muitas escolas e universidades agrícolas. Em suma, o Império é multi-centrado. Através de todas essas múltiplas expressões, o Império tem um impacto característico no campesinato. Onde quer que se encontre, o campesinato está atualmente enfrentando três tendências extremamente destrutivas. Essas tendências, independentemente da forma como são articuladas, se relacionam com e residem no Império.

Em primeiro lugar, a base de recursos em que os modos camponeses de fazer agricultura se fundamentam é objeto de distorções consideráveis, se não mesmo de processos abruptos de desintegração. A base de recursos, que é normalmente uma constelação equilibrada e bem trabalhada, é desconstruída (essencialmente através da interrupção de algumas de suas ligações estratégicas), enquanto o processo associado de co-produção é retardado. Isso acontece através de diferentes mecanismos, alguns dos quais foram analisados neste livro. Entre eles estão os seguintes processos que provocaram o desaparecimento de bases de recursos historicamente criadas: o bloqueio do acesso a linhas de crédito, a usurpação da água, a eliminação abrupta de saídas de mercado através da introdução de imitações de

produtos, a destruição de instituições importantes, tais como a propriedade comunitária de terras e os acordos de arrendamento rural, e a imposição de esquemas regulatórios que impedem o desenvolvimento continuado de formas equilibradas de co-produção. Através da eliminação de ou afetando negativamente uma ou mais de suas ligações estratégicas, a base de recursos, no final, será dissolvida em um conjunto disperso de bens não utilizados (e, logo, inúteis).

Em segundo lugar, devido à drenagem de recursos a que grandes segmentos da agricultura estão sujeitos, o Império tende a introduzir uma precariedade generalizada no setor agrícola. Como assinala anteriormente, cerca de 40% das famílias holandesas obtêm menos que a renda mínima da atividade agrícola, e os efeitos da globalização e da liberalização podem aumentar significativamente esse número. Na Itália, encontram-se níveis semelhantes ou mesmo mais elevados de “pobreza no campo”, como indica o título de uma publicação oficial do Ministério da Agricultura italiano (MPAF, 2003). É claro que existem contrastes acentuados entre as condições de vida e os meios de subsistência rurais da Europa e de países em desenvolvimento onde existem cerca de 800 a 850 milhões de pessoas que sofrem de subnutrição crônica – sendo muitos deles camponeses. Contudo, de acordo com convenções locais sociais (e legais), a precariedade e a privação são vividas tanto no centro como na periferia – assim como a esperança de poder continuar vivendo de forma decente é destruída em muitos lugares.

Em terceiro lugar, através da apropriação de recursos – terras, material genético, água, saídas de mercado – o Império causa, freqüentemente, novos circuitos paralelos para a produção de mercadorias específicas. Isso implica muitas vezes que um grande número de produtores camponeses (e de muitos outros produtores ligados a eles através de redes locais) esteja, *de fato*, condenado à redundância. Aspectos como a desintegração, a precariedade e a redundância não são, reconhecidamente, específicos do Império.²⁷⁸ Eles são praticamente universais. O que é único do Império (como modo de ordenamento) é o fato de ele converter a desconstrução dos modos de produção locais, a drenagem de riqueza e a indução associada de precariedade e redundância em fenômenos sem precedentes. Isso se torna claro se considerarmos a escala e a intensidade desses fenômenos e se analisarmos seus efeitos. Devido à centralidade do controle – possibilitado por novas tecnologias de planejamento e monitoramento – o Império como modo de ordenamento tende a ser onipresente e universal: ele se estende por muitos domínios da vida social e da vida natural e introduz formas de controle que afetam praticamente todos os lugares. O Império penetra nos mais ínfimos detalhes do mundo social e do mundo natural (afetando até a forma como os ramos de amoras silvestres crescem). Através dele, uma grande variedade de ligações, processos e resultados são especificados de forma rígida e não negociável. Isso tende a transformar o mundo em uma constelação totalitária na qual a “refeudalização” está se tornando uma característica nova e preocupante (Ziegler, 2006; ver também Benvenuti, 1975b, para uma das primeiras discussões sobre este fenômeno). O Império estende seu controle além dos limites da imaginação (e, de fato, também além

dos limites dos precedentes históricos). A emergência do “terceiro nível” é uma expressão clara da natureza sem precedentes dessa extensão.

Da mesma forma, a mercantilização de uma parte cada vez maior das infraestruturas produtivas introduz níveis de drenagem que são ainda dificilmente conhecidos, ainda mais porque essa drenagem se generaliza rapidamente através da mecânica dos mercados globais. Os preços baixos pagos pelos vegetais no Senegal ou no Quênia (ou pelos aspargos no Peru ou na China) irão imediatamente provocar pressões descendentes na Europa. O mercado mundial não é, em essência, um mecanismo que disponibiliza de forma geral os melhores produtos e serviços. Ao contrário, ele tende a generalizar as piores condições de produção à escala mundial (Bové, 2003).

Finalmente, existe o aspecto da redundância. Além da tendência já forte para produzir um excedente relativo de população (Ploeg, 1977; 2006d), hoje existe também a prática cada vez mais disseminada da terceirização praticada por grupos de agronegócio. Isso implica que muitas (se não mesmo potencialmente todas) áreas de produção e grupos de produtores podem se tornar supérfluos de um momento para o outro.

Segundo Jose Carlos Mariátegui (1925), um sociólogo rural *avant la lettre* do Peru, não existe nenhum problema intrínseco à mudança ou transformações sociais. A única coisa que importa é que o novo é melhor do que aquilo que vem substituir. É claro que o Império é um *novo* modo de ordenamento que está sendo atualmente imposto a grandes segmentos do mundo social e do mundo natural. Contudo, enquanto o que é necessário é o aumento do emprego produtivo e do valor agregado produzido, o Império resulta na redução abrupta de ambos. Onde o desenvolvimento é necessário, o Império cria lugares cuja principal qualidade e razão de ser é a pobreza continuada – e se algum valor agregado for produzido, ele é sugado pelo Império. O mesmo se aplica à sustentabilidade e à qualidade dos alimentos, da vida e do trabalho. O Império produz apenas uma sustentabilidade virtual e qualidades virtuais. Prescrevendo e controlando o trabalho de milhões de pessoas (através da alocação de recursos e, particularmente, através da autorização de seu uso por meio de ciclos rígidos de planejamento e controle), a produção é, de certo modo, congelada. A dinâmica, a inovação e a heterogeneidade são excluídas. Parafraseando ligeiramente Knorr-Cetina (1981), poderíamos dizer que “a ordem social já não é aquela que existe nas transações triviais mas incessantes das vontades individuais – [com o Império] a ordem social [tende a ser] cada vez mais o resultado de um sistema monolítico que regula a ação individual e que controla as vontades individuais” (1981, p. 7). Associado a isso, existe um segundo aspecto profundamente preocupante: o Império cria dependência, mas ele introduz, ao mesmo tempo, turbulência e insegurança. Assim sendo, por um lado, “a rede de interdependência causada pelo crescimento da especialização é alargada” (North, 1990), o que torna a “credibilidade institucional essencial”. Contudo, por outro lado, o Império destrói a credibilidade institucional da mesma forma que a assume.

Resistência

Em sua relação com o Império, o campesinato representa cada vez mais a resistência. Essa é uma resistência múltipla que se expressa em muitos níveis diferentes, que se desenvolve ao longo de dimensões variadas e que envolve uma grande variedade de diferentes atores. A resistência camponesa (tal como a testemunhamos no começo do século XXI) não é apenas, ou primeiramente, articulada através de lutas abertas (manifestações, marchas, ocupações, bloqueios de estradas), embora essas expressões nunca estejam ausentes. Ela também não se limita aos atos cotidianos de desafio, designados de “armas dos fracos” por James Scott (1985) (ver também Torres, 1994, para exemplos interessantes). Com base na formulação perspicaz de Long sobre a questão da resistência (2007), acredito que precisamos reconhecer que existe um campo de ação muito mais vasto e, provavelmente, muito mais importante, através do qual a resistência se materializa. A resistência se encontra em uma vasta gama de *práticas* heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como *distintamente diferente*. Ela se encontra nos campos, na forma como o “estrume bom” é produzido, como as “vacas nobres” são criadas e como as “belas propriedades” são construídas. Por mais antigas e irrelevantes que essas práticas possam parecer se consideradas isoladamente, no contexto do Império elas são cada vez mais veículos através dos quais a resistência é expressa e organizada. A resistência se encontra igualmente na criação de novas unidades de produção e de consumo em campos que deveriam manter-se improdutivos ou ser usados para a produção de culturas de exportação em grande escala. Em suma, a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na *multiplicidade de respostas* continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império como principal modo de ordenamento.²⁷⁹ Através de e com a ajuda dessas respostas, os camponeses conseguem remar contra a maré.

À primeira vista, o velho e solitário camponês holandês da Figura 10.1 parece ser apenas mais uma “batata” do famoso saco de Karl Marx: isolado e perdido em uma atividade aparentemente incompreensível que deve ser, tendo em conta o tipo de instrumento primitivo que está usando, uma rotina muito tradicional. Contudo, como sublinhei no capítulo 2, as imediações são extremamente traiçoeiras, particularmente no mundo dos camponeses. Na realidade, esse camponês específico está envolvido em uma atividade recém-desenvolvida (ou redescoberta) e extremamente significativa. Esta imagem reflete uma das muitas respostas a esquemas, procedimentos e roteiros impostos. Este camponês está distanciando ativamente a gestão dos pastos dos padrões dominantes de uso de herbicidas. Ao invés de pulverizar os cardos (que de vez em quando ressurgem nos campos) com químicos tóxicos, ele os arranca cuidadosamente do solo com uma grande tesoura de madeira. O uso dessa ferramenta representa uma “retro-inovação”, como defenderia Stuver (2006). Ela é usada com uma habilidade considerável, no momento certo, e manejada de tal forma que não permaneçam no subsolo

quaisquer vestígios das raízes. Mas essa fotografia revela muito mais. Ela mostra que a rotina padronizada de ter apenas um “empresário” na unidade agrícola foi aqui ultrapassada: é muito provável que esse velho pai trabalhe juntamente com seu filho (ou filha). Também existe uma mudança na economia. A redução dos custos é realizada, neste caso, através da eliminação de insumos externos (herbicidas e, provavelmente, a mobilização de um trabalhador contratado para aplicá-los). Esses insumos externos são substituídos por um uso melhorado dos recursos internos. Ao mesmo tempo, as tecnologias mecânicas são substituídas por uma tecnologia orientada para habilidades. É até possível que essa prática seja gerada (ou regenerada) para contestar os esquemas de regulação rígidos associados ao controle de pragas e ervas daninhas.

Como demonstra indiretamente a Figura 10.1, as respostas recentes estão relacionadas com relatos que especificam (ou obscurecem) seu significado, relevância e enraizamento social. Esses relatos podem competir entre si. Também é possível argumentar que a resposta implícita na Figura 10.1 é acidental – ela está apenas ali porque o velho pai não consegue acomodar-se ao luxo do descanso. Além disso, é possível que as agências governamentais “expropiem” a resposta (o “black boxing” em seu significado primordial) e afirmem que os agricultores “estão finalmente levando a sério a política da sustentabilidade”. Contudo, também é possível que as agências estatais ilegalizem essa resposta porque ela não é facilmente controlável.

A Figura 10.2 indica outra resposta. Ela mostra uma família camponesa de Catacaos, no Peru. Essa família se estabeleceu, tal como muitas outras, em *tierra de lucha campesina*, na área que no passado foi palco de invasões massivas e repetidas e onde, mais tarde, umas das primeiras Unidades de Produção Comunitárias (San Pablo Sur) foi criada. Para alguns, essa imagem pode se referir a alguém perdido na desordem e na pobreza (tal como o anterior camponês holandês parecia estar perdido no vazio, na solidão e na falta de significado). Vemos algumas forragens, um curral com algumas ovelhas, a parede de um abrigo temporário feito essencialmente de palha e, é claro, um homem e sua mulher. Contudo, para eles, a história é diferente. É a história de uma base de recursos que eles construíram ao longo dos anos, uma base de recursos fundamentada na expectativa de que seu próprio trabalho pudesse, *si Dios quisiera*, criar algum progresso.²⁸⁰ É uma história sobre a autonomia relativa. E, acima de tudo, sobre a resposta ativamente construída a um regime aterrador que condena muitas pessoas ao desespero, a “vender sua força por alguns centavos e até a ser obrigado a estar grato por isso”. Nestas duas imagens também existe orgulho e dignidade. Esses elementos são importantes, pois “o poder de contraposição reside na dignidade da vida cotidiana” (Holloway, 2002, p. 217).

A Figura 10.3 contém uma imagem que também se refere à dignidade e ao poder de contraposição. Mais uma vez, esta é uma imagem enigmática. O mistério reside particularmente no plano de fundo. Contudo, a ligação entre o plano de fundo e o homem em frente, um camponês brasileiro do Rio Grande



Figura 10.1 *Perdido ou trilhando novos caminhos?*



Figura 10.2 *Humildade ou orgulho?*

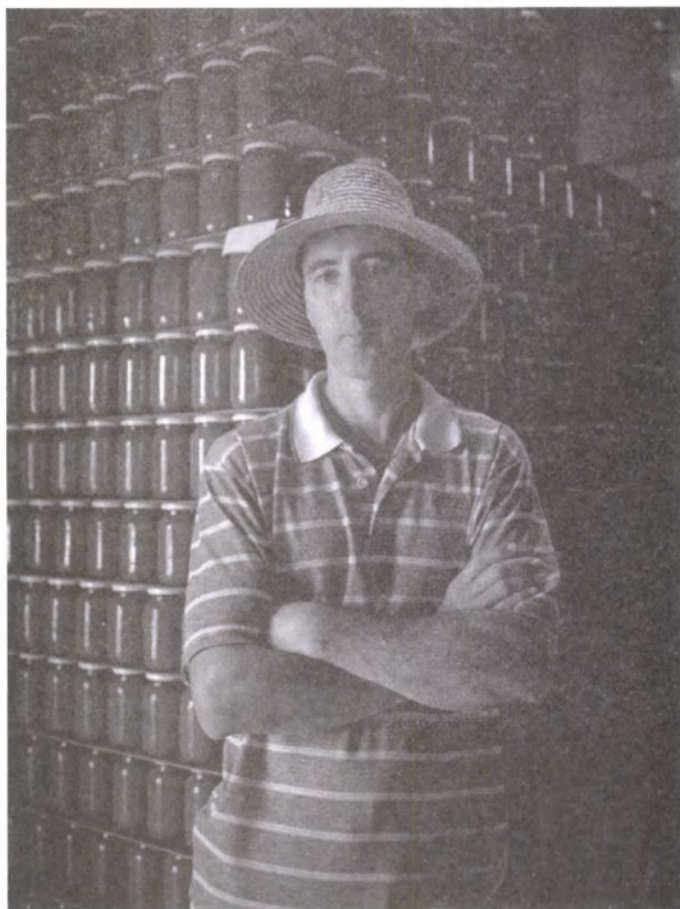


Figura 10.3 *Esperança e dedicação*

do Sul, é igualmente misteriosa. Ao menos à primeira vista. Os vários vidros no plano de fundo contêm pasta de tomate e ervas, produzidas e processadas na propriedade. Esse produto é vendido nos mercados e nos estabelecimentos comerciais de cidades próximas. Ele é processado usando diferentes recursos. Entre eles existe um sistema de esterilização de equipamentos anteriormente usado num hospital regional. Esse sistema foi comprado por um preço baixo e agora é usado para pasteurizar o molho de tomate. Outro recurso importante é o conhecimento culinário da avó deste homem, que migrou há várias décadas da Itália para o Brasil. Outro recurso ainda é a forma como seu pai e sua mãe fazem agricultura – de uma forma altamente diversificada para assegurar, entre outras coisas, a provisão de todos os alimentos de que a família precisa para seu consumo. Por conseguinte, o conhecimento local sobre a produção de tomate e de ervas nunca se perdeu, tal como as habilidades necessárias para processar esses produtos se mantiveram ao longo do tempo.

Todos estes recursos, juntamente com os recursos recentemente adquiridos (como a criação de novas saídas de mercado), são agora usados para criar uma nova forma de progresso que visa enfrentar os preços extremamente baixos oferecidos pelos grupos agroindustriais pelo tomate não processado. Esta é uma resposta que está, de certo modo, retratada na expressão facial do agricultor: refletida, um pouco insegura, mas ao mesmo tempo decisiva.

A corrente dominante da resistência camponesa flui através da multiplicidade de respostas que são ativamente criadas para enfrentar e contrapor, como defende Long, “as desigualdades dos acordos comerciais internacionais, os níveis inaceitáveis de exploração laboral, as controvérsias relacionadas com o papel da ciência, as culturas geneticamente modificadas e os métodos de controle da poluição ambiental, bem como a implementação de sistemas burocratizados de avaliação e regulação da qualidade dos produtos e da segurança dos alimentos, [em suma], os campos de batalha [em que] as lutas alimentares têm lugar” (2007, p. 64). Juntamente com essa corrente dominante de respostas materializadas existem outras: as lutas abertas e os cortes de orelha, a ironia e as sabotagens bem camufladas. Esses três tipos de respostas estão sempre presentes, embora a relevância, a visibilidade e a força de cada componente estejam constantemente mudando. Contudo, a corrente dominante (que muitas vezes alimenta as outras) não deve ser nunca excluída da análise, pois ela constitui os alicerces da resistência camponesa. Analiticamente, a construção das muitas respostas, freqüentemente interligadas de forma eficaz, remete para seis mecanismos que discutirei em seguida.

Como já foi discutido anteriormente, o Império tende a desconstruir os conjuntos existentes pela eliminação, apropriação e/ou redefinição de ligações estrategicamente importantes. Os novos campesinatos lidam com essa desconstrução através de um espectro rico de técnicas de *reestruturação*. Isso acontece no contexto de processos de desenvolvimento rural conduzidos por camponeses, tal como descritos no capítulo 6 – precisamente como aconteceu no caso de Catacaos. Nos lugares onde as ligações com os consumidores são corrompidas pelo Império (através do pagamento de preços extremamente baixos aos produtores, ou condenando os últimos à redundância, como teria sido o destino dos produtores de leite italianos no caso do *latte fresco blu*), os camponeses procuram e constroem ativamente novas ligações através de vendas diretas (Schuite, 2000, Milone e Ventura, 2000), de mercados de agricultores (Knickel e Hof, 2002), da criação de novas cadeias agroalimentares alternativas (Marsden *et al.*, 2000a; 2000b) e de esquemas públicos de abastecimento (Morgan, 2007; Sonnino e Morgan, 2007). O que foi desconstruído (para ser de novo construído de acordo com o princípio orientador do Império), é ativamente ligado de novo e reestruturado pelos camponeses. Por exemplo, a falta de crédito é progressivamente combatida pela mobilização de recursos através de meios de subsistência translocais (Sivini, 2007). O que é negado de um lado da fronteira é mobilizado de outro. Esse mesmo tipo de resposta também é encontrado nas formas atuais de reforma agrária conduzidas por camponeses (Borras, 1997; UNRISD 1998).

Um segundo mecanismo se relaciona com a precariedade introduzida pelo Império. Muitas respostas visam e conseguem construir novas formas de criar (e proteger) níveis novos e mais elevados de valor agregado – precisamente nos momentos em que o Império drena todo o valor agregado. A emergência das novas tecnologias camponesas (ver capítulo 6) é um exemplo notável desse tipo de resposta. Em terceiro lugar, várias respostas visam aumentar a autonomia. O desenvolvimento da cooperativa FNF, descrito no capítulo 7, e a construção do que acabou se tornando um *bug* são expressões claras disso. Em quarto lugar, uma vez que o Império tende a tornar partes do campesinato redundantes, também os campesinatos começarão a tomar novas posições (tanto em termos simbólicos como materiais) como *citoyens* cujos direitos não podem ser menosprezados.²⁸¹ Exemplos deste tipo de resposta são o “retorno” dos camponeses holandeses às reservas da natureza,²⁸² o desenvolvimento substancial e flexível de áreas agrícolas consideradas por peritos como impróprias para a agricultura (como as Florestas do Norte da Frísia ou as montanhas de Abruzzo – Milone, 2004) e a recriação do estrume bom.

Um quinto conjunto de respostas igualmente importante se ocupa da reavaliação da visibilidade. O Império tende a criar invisibilidade (ver também Holloway, 2002, p. 214), pois a produção é transferida para “não lugares”, sendo a origem dos alimentos (ou seus vários ingredientes) escondida por uma fachada de imitações de produtos, e os produtores primários tornados anônimos e permutáveis. Ou seja, a tendência é converter esses produtores em “não pessoas” cujas identidades e habilidades não importam. Por exemplo, desde que os critérios APPCC²⁸³ sejam cumpridos, não importa *quem* produz os aspargos, o queijo, o leite ou os tomates. Nesse sentido, existem grandes semelhanças com a posição dos *índios* do sistema dominado pelas *haciendas* que caracterizava anteriormente muitos dos países da América Latina. O medo da *invisibilidade* acabou sendo um elemento forte no repertório cultural da população indígena (refletido, por exemplo, em Scorza, 1974; ver também Montoya, 1986) – um medo claramente alimentado pela redundância, pela precariedade e, muitas vezes pela marginalização cruel, criadas e causadas pela apropriação de terras, água e acesso a mercados. Atualmente, o Império reintroduz essa ameaça, mas também suscita uma variedade de respostas. As comunidades camponesas como a de Catacaos reivindicaram com orgulho sua existência, se tornando de fato *visíveis* através da declaração de “valores partilhados” (Box 3.1). O mesmo se aplica à cooperativa territorial das Florestas do Norte da Frísia (Box 7.1). Ademais, isso também acontece no nível micro. É notável que, através de processos endógenos de desenvolvimento rural (descritos no capítulo 6), as unidades agrícolas ganhem de novo um nome e uma identidade única. A internet é um meio importante para a recuperação desse seu caráter distintivo e da visibilidade associada. Num breve levantamento (desenvolvido em 2005), Henk Oostindie encontrou mais de duas mil unidades agrícolas holandesas com seu próprio site na internet.

Uma sexta categoria de respostas se relaciona com a presença e uso de *mecanismos de conversão* que diferem daqueles impostos pelo Império. Em um mundo ordenado pelo Império, as conversões ocorrem através de transações monetárias, cada uma das quais sendo uma transação lucrativa. Através do Império, o valor de troca e a lucratividade são tornados dominantes sobre qualquer valor de uso (Holloway, 2002, p. 262) ou, para parafrasear Burawoy, “a forma de troca oprime o modo de produção” (2007, p. 4). Conseqüentemente, os recursos, a força de trabalho, o conhecimento, os produtos, os serviços, ou o que quer que seja, são convertidos em mercadorias. Dessa forma, os mercados começam a funcionar como o domínio exclusivo através do qual todas as ligações, transformações e transações são organizadas. Por conseguinte, muitas ligações se tornam impossíveis, muitos recursos ficam inativos, muitas vidas são desperdiçadas e muitas conversões são bloqueadas. A fábrica e a unidade agrícola (sem qualquer mercado interno) e/ou a troca socialmente regulada são consideradas irrelevantes e impossíveis em termos materiais. Contudo, a característica interessante da agricultura é que as conversões alternativas (que não implicam dinheiro nem pressupõem mercados) são onipresentes. O mesmo se aplica à reciprocidade como ligação importante entre unidades agrícolas que convertem o tempo inativo dos bois e dos camponeses em trabalho produtivo – sem que se envolvam em qualquer tipo de transação monetária. Esses mecanismos de conversão não mercantis estão em todo o lugar na agricultura. Eles vão de exemplos exóticos em que a falta de trabalho é solucionada através da criação de leitões, os quais são, por sua vez, convertidos em alimentos e gin, que são subseqüentemente convertidos em um grupo de trabalho que intervém onde o trabalho estava faltando inicialmente (Ploeg, 1990b), passando por exemplos bem conhecidos (mas muitas vezes mal entendidos), tais como a conversão do gado disponível em gado melhorado, ou seja, mais produtivo (ao invés de comprar mais), até formas de troca socialmente reguladas que pressupõem a existência de redes amplamente estendidas. Um exemplo dessas últimas redes é a mobilização de mão-de-obra nas colinas italianas para a colheita da azeitona. Normalmente, os agricultores das planícies são convidados a juntar-se ao trabalho. Em troca, recebem o azeite engarrafado. A mão-de-obra é mobilizada sem que haja necessidade de efetuar transações monetárias, desde que, dessa forma, os agricultores das planícies obtenham o azeite de que precisam.

Assim, novos recursos são criados, novas formas de segurança social são estabelecidas (Nooteboom, 2003) e novas atividades, práticas e trajetórias de desenvolvimento são construídas, as quais seriam impossíveis se fossem efetuadas através dos mercados. Dessa forma, a rebeldia e o reformismo do campesinato residem, em parte, na sua capacidade de trabalhar no outro lado da fronteira que separa os circuitos de mercadorias dos circuitos de não mercadorias. O mesmo acontece onde os produtos novos são canalizados através de circuitos novos que ligam produtores e consumidores: as transações são fortemente enraizadas em novas relações não mercantis que dominam, especificam e legitimam as relações mercantis particulares. Aqui, é importante assinalar que essas novas constelações

interessam e atraem jovens (de contextos agrários e não agrários), assim como são fortemente apoiadas por novos movimentos sociais, como o movimento *Slow Food*.²⁸⁴ Elas alargam simultaneamente essas novas combinações híbridas de padrões mercantis e não mercantis a uma grande variedade de fenômenos frequentemente confusos, que presenciamos, por exemplo, na “agricultura apoiada pela comunidade”. Em suma, como reação ao domínio atual dos mercados, as “velhas” transações não monetárias estão se disseminando cada vez mais de forma substancial, enquanto novas formas estão sendo desenvolvidas. Sua importância não deveria ser subestimada. Elas funcionam como uma crítica simbólica e como uma alternativa ao tipo de conversões governadas pelos mercados que são centrais no Império. Elas podem, de fato, ser vistas como atos de *insubordinação* relativamente ao Império.

Esses processos de conversão alternativos permitem um espaço de manobra que de outra forma seria inexistente, e demonstram que as coisas podem, de fato, ser mais bem feitas. Na sua discussão recente sobre o “destino da sociedade”, Michael Burawoy se refere à “dimensão utópica”. De acordo com sua linha de pensamento, a discussão precedente sobre as respostas camponesas pode ser sintetizada salientando que, no seu conjunto, elas representam uma tentativa de produzir “utopias verdadeiramente existentes” por oposição a “utopias imaginárias” (2007, p. 7). Mesmo que estejam apenas em parte conscientes disso, os camponeses da Figura 10.1 e 10.2 tentam criar – tal como milhões dos outros – suas próprias “utopias verdadeiramente existentes” que se apresentam como uma crítica concreta ao Império.²⁸⁵ Por conseguinte, e paradoxalmente, o Império provoca e suscita respostas que criam recursos, ligações, processos de conversão e riqueza extra (por mínima que seja) que ele mesmo nunca conseguiria construir ou proporcionar.

Reconstituindo o campesinato

No capítulo 2, delinee a coreografia do campesinato, ou seja, a forma como ele se move ao longo do tempo. Agora ficará claro que essa coreografia está longe de ser circular ou repetitiva. Ela se desenvolve de forma dinâmica e heterogênea. Seu roteiro está, de certa forma, constantemente sendo reescrito de acordo com as dificuldades e desafios que surgem ao longo do caminho. Ao mesmo tempo, é evidente que a conjuntura atual é caracterizada tanto por processos que tendem a controlar populações agrícolas (alinhando essas populações com o Império como modo de ordenamento) como por respostas camponesas que visam ultrapassar os limites dos regimes impostos. De fato, o que estamos testemunhando aqui é uma forma completamente nova de resistência. Não é a resistência dos confrontos frontais, das greves industriais prolongadas, das ocupações e das organizações de classe cruelmente disciplinadas. Nem é um mero desafio. É claro que existem, de vez em quando, erupções, lutas abertas e formas ocasionais de sabotagem. Mas esses fenômenos desaparecem assim como surgem – eles se dissipam em uma multiplicidade

de respostas. Igualmente importante nessa nova forma de resistência é o fato de ela, basicamente, procurar e construir soluções *locais* para problemas globais. Os modelos padronizados são evitados.²⁸⁶ Isso resulta em um repertório rico: a heterogeneidade das muitas respostas se torna, assim, uma das forças impulsionadoras de novos processos de aprendizagem (Pernet, 1982; Reinhardt e Barlett, 1990).

Esse padrão reflete as novas relações impostas pelo Império: os confrontos frontais são cada vez mais impossíveis, se não mesmo contraproducentes, mas as reivindicações por soluções globais são vistas com desconfiança. Ao invés disso, as respostas de agora seguem um caminho diferente. “A resistência já não é uma forma de reação, mas sim uma forma de produção e ação [...]. A resistência já não é uma característica dos trabalhadores das fábricas. Ela é uma resistência completamente nova baseada na inovação [...] e na cooperação autônoma entre sujeitos produtores [e consumidores]. Ela é a capacidade de desenvolver potencialidades novas e constitutivas que vão além das formas de domínio reinantes” (Negri, 2006, p. 54). Acredito que isso descreve relativamente bem a multiplicidade de respostas discutida. Essa resistência é difícil de capturar. Ela está por toda a parte, é múltipla, atrai e mobiliza, e liga de novo pessoas, atividades e expectativas. É um fluxo constante de expressões freqüentemente inesperadas que, recorrentemente, ultrapassa as limitações impostas pelo Império. Cada uma de suas formas é uma expressão de crítica e de rebelião. Ela é um desvio e, simultaneamente, expressa superioridade. Contudo, essas expressões são, por si só, inocentes e inofensivas. Mas quando combinadas numa multiplicidade, elas se tornam poderosas: elas mudam o panorama. Quando reunidas num fluxo, elas reconstituem os campesinatos (mais uma vez) como “entidades não capturadas” que têm um papel importante nas inter-relações complexas que definem o poder.

Através dessas formas, o Império reconstitui os diferentes campesinatos do mundo. O impulsionar de uma multiplicidade de respostas é uma das dimensões importantes ao longo da qual essa reconstituição está atualmente ocorrendo. Uma segunda dimensão, igualmente importante, se não mesmo decisiva, se relaciona com a autonomia. Onde quer que atue e penetre, o Império cria um regime super-abrangente que exclui a autonomia – em qualquer nível e em qualquer forma – simplesmente porque o controle centralizado e a apropriação são suas principais características e mecanismo de desenvolvimento. É segundo essas mesmas linhas que temos de repensar o campesinato – não a população agrícola como um todo, mas precisamente a parte que é (re)constituída como *campesinato*. O Império provoca nesse campesinato recém-emergente uma desconfiança profunda em relação aos grandes mercados de mercadorias e à forma como eles são governados. Ele provoca ou fortalece igualmente a desconfiança já existente nos aparelhos estatais e nos esquemas regulatórios que eles impõem. Através disso, o Império torna a autonomia uma necessidade abrangente que é explicitamente articulada pelos novos campesinatos.

Uma terceira dimensão, em que o campesinato está atualmente sendo reformulado, é composta pelo fato de *não existirem praticamente alternativas à*

agricultura para a população envolvida. Isso introduz uma nova determinação na construção de respostas e alternativas. Enquanto, no passado, as cidades e as economias urbanas associadas surgiram como oportunidades alternativas, a ação do Império significa (através da divisão internacional do trabalho em constante mudança, bem como através da reestruturação das economias urbanas) que essas oportunidades estão faltando de forma geral. Assim sendo, o Império está contratacando de forma contraditória: ele tende a diminuir drasticamente os níveis de emprego rural, eliminando simultaneamente alternativas necessárias (Ploeg, 2006d: Anexo 1). Conseqüentemente, e apesar do ritmo rápido da urbanização, o número daqueles que trabalham e dependem da agricultura (ver Tabela 10.1, de Long e Roberts, 2005, p. 63) tem permanecido surpreendentemente constante ao longo das últimas quatro décadas.²⁸⁷ Estes fenômenos não são limitados à América Latina, pois os países da Europa Central e de Leste estão testemunhando as mesmas tendências para a recampesinização (Burawoy, 2007, p. 2). E se a dimensão qualitativa for levada em conta (a qual se relaciona, entre outras coisas, com a atratividade em trabalhar na agricultura), o argumento pode estender-se, cobrindo partes das Europa Ocidental e também dos EUA.

Tabela 10.1 *A evolução da Força de Trabalho Agrícola na América Latina (1970-2000) (em milhares)*

País	1970	1980	1990	2000
Venezuela	829	751	874	805
Argentina	1.495	1.384	1.482	1.464
Uruguai	207	192	193	190
Chile	715	800	938	980
Brasil	16.066	17.480	15.232	13.211
Nicarágua	350	393	392	396
Costa Rica	243	290	307	324
Panamá	211	197	245	251
Colômbia	3.080	3.776	3.696	3.719
México	6.541	7.995	8.531	8.551
Equador	997	1.013	1.201	1.249
El Salvador	673	697	709	775
Peru	1.915	2.183	2.654	2.965
Honduras	580	684	693	769
Paraguai	409	514	595	706
Bolívia	872	1.064	1.249	1.497
Guatemala	1.106	1.257	1.569	1.916
Total	36.289	40.670	40.560	39.768

Fonte: Adaptado de Long e Roberts (2005, p. 63)

Em conjunto, essas três dimensões (novas formas de resistência, a busca por autonomia e a determinação) contribuem para dois aspectos novos e extremamente importantes: a emergência do “princípio camponês” e a redefinição da “questão agrária”. Nas próximas duas seções discutirei estes aspectos mutuamente relacionados.

O “princípio camponês”

Como foi referido anteriormente, o “princípio camponês” é uma noção emancipatória. Isso implica que é necessário compreender o engajamento na condição camponesa como um fluxo ao longo do tempo que envolve a promessa de um caminho futuro. O cumprimento dessa promessa depende tanto da disponibilidade de espaço (Halamska, 2004) ou de espaço de manobra (Long, 1984, 2001) como do compromisso, do envolvimento e da dedicação. Nesse aspecto, o princípio camponês tende a coincidir com as biografias sociais e, uma vez que está sempre relacionado com aspirações e condições partilhadas, ele coincide igualmente, pelo menos em parte, com o que é geralmente referido como um modo de vida. Contudo, tal como o princípio camponês está enraizado na condição camponesa, da mesma forma ele a ultrapassa. Mesmo quando as circunstâncias diretas implicam privação e desespero, o princípio camponês contém esperança. A esperança de que, através do trabalho, da cooperação e de ações conjuntas e/ou lutas abertas, o progresso pode ser construído. O princípio camponês permite que os atores envolvidos ultrapassem as imediações do contexto. Ele também contribui para a resistência camponesa, para a resiliência do campesinato e para as lutas *físicas* nos campos, estábulos e currais – lutas que visam forjar algum progresso. Em suma, o princípio camponês consiste em enfrentar e superar as dificuldades para construir as condições que permitem a condição de agente. Ele também pode ser visto como a condição camponesa *projetada no futuro*. Isto é, o princípio camponês sintetiza o roteiro que projeta os camponeses ao longo do tempo: ele liga o passado, o presente e o futuro, atribuindo sentido e importância aos muitos mecanismos de retorno e de avanço que relacionam as diferentes fases entre si, e integra as muitas atividades e relações diferentes em um todo significativo. Em suma, o princípio camponês cria caminhos para o futuro. Ele também diz respeito à subjetividade – o princípio camponês implica que as visões do mundo particulares e os cursos de ação associados são importantes. Ele salienta o valor e a satisfação de trabalhar com a natureza viva, de ser relativamente independente, da artesanidade e o orgulho relativamente ao que foi construído. O princípio camponês também se centra na confiança nas suas próprias qualidades e descobertas (ver Box 10.1 para um exemplo).

Box 10.1 *Uma expressão do princípio camponês***A beleza da prática agrícola**

Os preços continuam caindo, cada vez mais regras nos são impostas, estamos dependentes dos grandes mercados (o mercado mundial, os supermercados), os controles aumentam, nosso trabalho é cada vez mais prescrito, os fardos financeiros estão aumentando e temos de tornar os dias de trabalho cada vez mais longos.

Contudo, seguramente não gostaria de trabalhar para um patrão. A liberdade que tenho como agricultora, a possibilidade de organizar meu próprio trabalho e meu próprio calendário – tudo isso é muito importante para mim. Trabalhamos ao ar livre, temos uma grande alternância e variação no trabalho, tanto mentalmente como fisicamente. Trabalhamos com a natureza, com os animais. Por isso, todos os dias somos confrontados com valores relacionados com a vida. Temos orgulho em nossos animais, em nossos produtos: eles são frescos e saborosos. Tudo isso compensa os elementos negativos que temos de enfrentar. E isso é ainda mais verdadeiro se conseguirmos escapar a normas asfixiantes, processando e vendendo nossa própria carne e queijo, enquanto ao mesmo tempo obtemos um preço melhor.

A agricultura também consiste em antecipar as novas necessidades que surgem na sociedade em geral. As pessoas estão procurando tranquilidade, espaço, um envolvimento ativo em atividades ao ar livre, autenticidade e produtos genuínos. Como agricultores, podemos responder a tudo isso, abrindo uma área para camping ou oferecendo serviços de canoagem. Os agricultores investem nestas atividades para fortalecer sua unidade agrícola. Dessa forma, os riscos são distribuídos e a lucratividade será possivelmente muito maior do que quando apenas se investe em leite.

Sei que alguns colegas dizem que aqueles que têm atividades extras já não são agricultores. Mas acredito que essa afirmação reflete uma visão demasiado limitada do mundo. Comparemos isso à gestão agrária da natureza e da paisagem. Quando, há cerca de dez anos, alguns agricultores começaram a desenvolver essa gestão, muitos colegas respondiam que “queriam ser agricultores, não gestores da natureza”. Contudo, hoje isso se tornou uma parte integral da maioria das unidades agrícolas. Um ramo adicional pode render bastante valor à unidade agrícola. Para nós, os visitantes à nossa unidade agrícola são representantes dos nossos consumidores. Aqui, eles provam nossos produtos, os levam para casa e nos dão seu retorno. Para nós, essa é uma forma útil e barata de fazer pesquisas de mercado. Algumas vezes, as pessoas nos confrontam com idéias que nunca sonharíamos ter. Com essas informações, tentamos melhorar nossa unidade agrícola e nossos produtos para obter uma melhor posição no mercado.

Não existe melhor forma de relações públicas do que contatos diretos e informações de boca em boca. Temos orgulho em ser agricultores quando os visitantes apreciam nossos produtos e nos pagam um bom preço. Essa energia positiva tem impacto no nosso trabalho em geral. Assim sendo, as notícias negativas são relegadas para segundo plano, precisamente porque estamos seguindo nosso próprio caminho.

(coluna de Monique van der Laan, produtora de leite, no *Agrarisch Dagblad* [Jornal Agrícola], quarta-feira, 4 de Outubro de 2006)

É claro que existem outros lados deste princípio camponês. Quando as coisas correm mal e/ou quando é necessário desistir da agricultura, a ênfase na autoconfiança (que sempre é necessária para enfrentar um ambiente hostil) pode significar percepções próprias bastante negativas, como as de que falhamos

quando deveríamos ter sido bem sucedidos, o que – como se supõe frequentemente – salienta a fragilidade e os defeitos pessoais (ver Frouws e Ploeg, 1974, para um inventário extensivo). Ademais, o princípio camponês também pode significar exigir demasiado das mulheres e crianças – assim, o *padre padrone* se torna dominante. Contudo, o princípio camponês implica normalmente vários “contrapontos” (Wertheim, 1971) que possibilitam uma crítica a esses desvios.

Acredito que, além do conceito de condição camponesa que apresentei no capítulo 2, também precisamos do conceito do princípio camponês. A condição camponesa pressupõe a condição de agente para realizar a coreografia sintetizada na Figura 2.2. Ela apenas se desenvolverá progressivamente através de um envolvimento ativo e orientado para objetivos mais gerais. É precisamente essa orientação e a dedicação associada que pretendo enfatizar. É através do princípio camponês que o campesinato deixa sua marca na história agrária e rural – na criação de trajetórias futuras.

Historicamente, o princípio camponês era articulado e, simultaneamente, acionado como uma linha de defesa contra as muitas ameaças, perigos e tentações que rodeavam o campesinato. As apostas em corridas de cavalos, as cidades, a mulher do vizinho, os encantos do álcool, a preguiça e os jogos de cartas, enganar os consumidores, negociar feno e aceitar ofertas aparentemente irresistíveis de banqueiros e comerciantes – as armadilhas eram muitas. Ao mesmo tempo, os repertórios culturais – aqui sintetizados na categoria do princípio camponês – continham muitas respostas e, na prática, cada incidente e, de fato, cada erro levava a discussões que, de uma forma ou de outra, faziam reviver as normas.

Porém, atualmente a situação é diferente. O princípio camponês é agora impulsionado e acionado como uma resposta ao Império. Essa nova relação transforma o princípio camponês em uma negação multifacetada do Império. Ele inspira e informa a resiliência e a resistência múltipla, e também permite que as pessoas comuniquem – mesmo quando é necessário ultrapassar grandes diferenças culturais e linguísticas. Ele também é o veículo através do qual as pessoas se envolvem ativamente na condição camponesa e a desenvolvem mais. O princípio camponês atrai cada vez mais partes da população agrícola. Enquanto o roteiro da agricultura empresarial falha cada vez mais na definição de uma trajetória de desenvolvimento e sobrevivência convincente, o princípio camponês, com seu enfoque na construção de uma base de recursos autônoma e autogovernada, especifica claramente formas de progressão. Isso acontece especialmente sob as condições atuais, extremamente adversas. Assim sendo, cada vez mais partes do mundo social e do mundo natural implícitas na agricultura são reordenadas de acordo com a lógica subjacente à condição camponesa e ao modo camponês de fazer agricultura. No nível do setor em geral, isso se traduz na recampesinização crescente.

O princípio camponês está cada vez mais ligado ao desempenho superior que pode ser realizado através de sua adoção. Assim, ele se torna um símbolo que funciona na sociedade em geral – ou seja, uma indicação positiva daquilo que a

agricultura *pode* ser. Nesse sentido, os desempenhos extremamente importantes são os níveis superiores de eficiência energética implícitos na agricultura camponesa (Netting, 1993),²⁸⁸ a eficiência do uso da água (Dries, 2002) e as relações específicas com a natureza, os animais, a paisagem e as pessoas estabelecidas no contexto da co-produção (Gerritsen, 2002). Se a agricultura camponesa for desenvolvida de acordo com essas linhas, ela pode constituir uma *ligação* essencial entre a sociedade e a natureza – uma ligação que é avaliada positivamente e ativamente defendida e suportada pela sociedade em geral.

Num ensaio recentemente traduzido, o sociólogo rural Ottar Brox (2006) se refere ao fato de a Noruega, agora um dos principais países exportadores de petróleo, combinar a riqueza que provém de seus recursos naturais com a democracia e com uma distribuição de renda relativamente igual. Em comparação com muitos outros dos principais países exportadores de petróleo, essa é uma combinação bastante excepcional (Ploeg, 2006a). De acordo com Brox, essa situação pode ser essencialmente explicada pela presença de uma população camponesa autônoma e forte. A Noruega, um país pobre no começo do século XX, tinha uma grande população camponesa independente que também estava bastante envolvida na pesca. Quando a industrialização foi iniciada nesse país, os camponeses que começaram trabalhando nas primeiras fábricas mantiveram suas propriedades camponesas. Isso possibilitou que eles voltassem literalmente para a atividade agrícola logo que as condições de trabalho nas empresas urbanas emergentes deixaram de ser atrativas. Assim sendo, o princípio camponês induziu, desde o começo, a uma forte tradição democrática e a uma distribuição de riqueza equilibrada na sociedade norueguesa. Em suma, o princípio camponês pode ter vários efeitos diretos positivos, mas também pode ter um impacto *indireto* positivo na sociedade em geral.²⁸⁹

Ao longo da história, o princípio camponês viajou bastante. O movimento massivo do pós-guerra dos *mezzadri* italianos para a economia urbana introduziu grande parte daquilo que mais tarde se tornou típico das novas pequenas e médias empresas, as quais se estabeleceram e, no final, constituíram os núcleos básicos dos distritos econômicos dinâmicos que foram os alicerces da economia italiana (Beccatini, 1987; Ottati, 1995; Camagni, 2002). Esse movimento transferiu a autonomia, o trabalho em rede, a flexibilidade, a produção de novidades e a estratégia de crescimento orgânica do campo para a cidade (Bagnasco, 1988). Um processo semelhante diz respeito ao crescimento das “economias informais” do Terceiro Mundo, as quais cresceram particularmente a partir da década de 1950, bem como às formas de “agricultura urbana” que estão surgindo atualmente em muitas das grandes metrópoles do mundo. Tanto essas economias informais como as formas recentes de agricultura urbana personificam o princípio camponês.

O princípio camponês também viaja e mobiliza pessoas em lugares não-agrícolas. Acima mencionei o movimento brasileiro dos trabalhadores rurais sem terra (o MST). O MST tem tido um papel importante na mobilização de *populações urbanas* que percebem que sua experiência de vida nas favelas é reduzida a um *lixo*

humano (Athias, 1999). Para voltar a ganhar dignidade e perspectivas de uma vida melhor – particularmente para seus filhos – essas pessoas se mudam para o campo e se tornam camponeses. Aqui, o princípio camponês funciona essencialmente como um elo de ligação entre a construção de alguma autonomia e a promessa de que as coisas podem melhorar através da dedicação e da vontade própria de travar as lutas cotidianas. Por conseguinte, o princípio camponês conduz a modos de vida que são impossíveis nas favelas das grandes cidades. Igualmente revelador a esse respeito é o fato de as primeiras ondas de produtores orgânicos na agricultura também terem sido caracterizadas por um cenário urbano forte. Esses primeiros produtores orgânicos não só se tornaram agricultores como, simultaneamente, reorganizaram a agricultura em um conjunto de práticas que eram muito mais camponesas do que a agricultura daquela época.

Assim, o campesinato pode emergir como um adversário forte, se não mesmo como uma antítese, do Império – particularmente porque o princípio camponês é radicalmente oposto ao Império como princípio orientador e, também, porque a nova forma de resistência personificada no campesinato torna o último inatingível.²⁹⁰ É claro que o campesinato está longe de ser a única antítese do Império. Existem muitos poderes de contraposição bem como bolsas de resistência onde está se articulando uma crítica e a partir dos quais surgiram tendências contrárias ao Império. Contudo, acredito que é possível defender a afirmação de que particularmente o campesinato representa uma negação *contínua, múltipla, massiva, inevitável, inatingível* e, provavelmente, *convvincente* das muitas expressões do Império. Os campesinatos do terceiro milênio representam a insubordinação: eles são como insetos irritantes (como “bugs”). Essas características podem até provocar uma *viagem renovada* do princípio camponês que atravesse as fronteiras da própria agricultura: o princípio camponês pode inspirar muitos movimentos na sociedade de hoje – tal como aconteceu no passado.

A crise agrária e o princípio camponês

Além dos argumentos já apresentados, podemos defender que a relevância do princípio camponês também reside no fato de ele representar uma saída poderosa para a crise agrária cada vez mais global e multidimensional que estamos testemunhando atualmente (ver Figura 1.4 no capítulo 1). Essa saída – cujos contornos se encontram nos processos empíricos de recampesinização – se centra na reconstrução substancial do capital ecológico, social e cultural, sendo esses os recursos principais em que a agricultura camponesa é cada vez mais fundamentada. Relativamente à crise agrária, o princípio camponês implica potencialmente três grandes reviravoltas que, em conjunto, permitem uma redução múltipla da dependência do Estado e do capital financeiro e industrial.

Ao longo das décadas, a agricultura tem sido considerada o mesmo que a conversão da natureza viva (ou capital ecológico) em alimentos, bebidas e em uma

vasta gama de matérias-primas. Através desse processo, os recursos necessários eram reproduzidos e progressivamente reconfigurados para permitir formas de conversão mais produtivas. Durante a época da modernização, essa estrutura profundamente institucionalizada (que coincidiu com a criação e aumento de autonomia) foi interrompida: a centralidade da natureza foi significativamente aniquilada e a agricultura se tornou cada vez mais dependente (embora em formas extremamente diferenciadas) de fatores de crescimento artificiais e, por conseguinte, do capital industrial e financeiro. Atualmente, existe uma forte contra-tendência fundamentada na estratégia da “agricultura econômica” ou “de baixo custo” que visa reduzir o uso de recursos externos, melhorando simultaneamente e reutilizando recursos disponíveis internamente (Ploeg, 2000). Através da agricultura orgânica, essa contra-tendência é ainda mais reforçada. A “agricultura de baixo custo” (ou o que foi designado de “agricultura de baixos insumos externos”) é, primeiramente, uma resposta ao *squeeze* da agricultura. Ao mesmo tempo, ela é mais do que isso, reduzindo a dependência do capital industrial e financeiro, enquanto simultaneamente redescobre e desenvolve ativamente o *capital ecológico* como a base principal da agricultura (Smeding, 2001). Essa reviravolta essencial coloca a co-produção (e a *art de la localit   associada*) de novo no centro, enquanto uma nova abordagem científica, a agroecologia, começou a refletir e a informar essas novas práticas emergentes. O retorno    natureza    intrínseco    recampesiniza  o e ele   , simultaneamente uma grande resposta ao Império.

Isso também    válido para uma segunda reviravolta primordial, relacionada com o desenvolvimento da auto-regula  o local e regional como uma alternativa aos esquemas regulatórios atualmente dominantes, promovidos pelas agroindústrias, pelos supermercados e pelo Estado, os quais acentuam o controle    distância. A luta pela auto-regula  o (representada, por exemplo, pelas *comunidades campesinas*, pelas cooperativas territoriais e pelos acampamentos do MST) está fortemente enraizada no *capital social* (e o fortalece ainda mais) implícito nos campesinatos do Terceiro Milênio. Os ingredientes principais desse capital social são as redes disponíveis, os valores partilhados, as experiências e o conhecimento acumulado, a combina  o da confiança com a desconfiança e a capacidade de resolver conflitos internos, de participar de processos de aprendizagem e de adquirir uma visão clara do seu próprio papel nas sociedades de hoje. Em conjunto, esses componentes variados são usados para reconquistar o controle sobre a organiza  o e o desenvolvimento da agricultura como uma prática social complexa. Enquanto a dicotomia clássica entre o Estado e o Mercado provou ser ineficaz na resolu  o de muitas tensões, atritos e contradi  o  es (particularmente relativamente a questões de sustentabilidade, Hagedorn, 2002), a expectativa    que as novas solu  o  es institucionais enraizadas no capital social se desenvolvam e deixem sua marca na agricultura e no campo (OCDE, 1996; Rooij, 2005). Em um contexto democrático, essa mudança   , no final, inevitável, ainda mais uma vez que ela    a única forma de reduzir os atuais níveis elevados dos custos de transa  o.

Uma terceira reviravolta essencial implícita no princípio camponês está relacionada com as inter-relações entre produtores e consumidores de alimentos. Ao longo das últimas décadas, essas inter-relações foram sendo progressivamente reduzidas às inter-relações controladas pelas indústrias de processamento de alimentos e pelos grandes varejistas (Wrigley e Lowe, 1996; Goodman e Watts, 1997). Em conjunto, essas indústrias e varejistas reorganizaram o comércio de produtos agrícolas, criando um mercado completamente anônimo em que a origem e o destino dos produtos já não importam (Ritzer, 1993). Ao mesmo tempo, a identidade dos produtos alimentares foi adulterada através das imitações. Foi precisamente essa nova contradição que criou espaço para uma terceira reviravolta centrada na criação e uso do *capital cultural*. A origem, qualidade, autenticidade, frescor e especificidade dos produtos e dos modos de produção, processamento e comercialização associados são claramente articulados para atrair consumidores e para transmitir a *distinção* implícita nos alimentos – uma distinção que “passa” para os próprios consumidores (e para o ato de consumo). Os últimos enriquecem suas vidas através da aquisição, preparação, consumo e partilha de produtos alimentícios *distintos*.

A construção do capital cultural também está enraizada em práticas locais e, por conseguinte, passíveis de serem conhecidas. Quanto mais bem trabalhados, visíveis, sustentáveis e éticos forem a produção e o processamento locais (por exemplo, relativamente às questões do bem-estar dos animais) maior é o seu capital cultural (Declaração de Cork, 1996; Fischler, 1996, Countryside Council, 1997, IATP, 1998, Goodman, 1999, Benvenuti, 2005, Commissione Internationale, 2006b). É claro que isso não implica um *adieu* aos mercados globais anônimos. O capital cultural implica a emergência de *circuitos* que ligam produtores específicos e lugares de produção específicos a consumidores específicos. Nesses circuitos, as *definições culturais* de qualidade (e de justiça e sustentabilidade) são um aspecto decisivo. As transações de alimentos ocorrem em circuitos socialmente regulados (e, por isso, também diferenciados) (ver Meulen, 2000; Ventura, 2001; Miele, 2001 para descrições amplas desses circuitos e do valor extra que eles rendem aos atores que participam deles). Assim estão surgindo “mercados socialmente definidos”, integrados nesses novos acordos institucionais, os quais ligam os novos campesinatos de forma sólida aos consumidores que procuram a distinção (Depoele, 1996).

A refundamentação da agricultura no capital ecológico, social e cultural é intrínseca ao princípio camponês. Nas condições atuais, o princípio camponês pode ser expresso como constituindo um movimento triplo. Esse movimento é sintetizado na Figura 10.4. Essa saída para a crise agrária tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos, mas atingirá seu auge na próxima década (Ikerd, 2000 a, b e c).

Em uma contribuição recente, Henry Bernstein desenvolve uma reconceitualização da questão agrária que difere significativamente da crise agrária (e de sua solução) aqui apresentada (ver também Ploeg, 2006a). Segundo Bernstein, já não é “útil considerar os pequenos agricultores de hoje como ‘camponeses’ em

qualquer sentido herdado historicamente”. Com essa noção vem o argumento de que a questão agrária clássica (a questão “do capital”) perdeu sua importância. A questão agrária do século XXI é, primeiramente, segundo Bernstein, uma questão “de classes trabalhadoras cada vez mais fragmentadas”. Contudo, as lutas pela terra associadas “não têm a mesma importância sistêmica (ou histórico-mundial) que a questão agrária do capital teve em tempos” (2006b, p. 449).

Permitam-me agora discutir brevemente essa posição, particularmente uma vez que ela possibilita especificar alguns pontos-chave de minha própria abordagem. Em primeiro lugar, acredito que é teoricamente e historicamente incorreto opor rigidamente a questão agrária “do capital” à questão do “trabalho”. Na perspectiva de Bernstein, a última supostamente reflete apenas “fragmentos” da classe trabalhadora que está lutando pela terra para criar meios de vida.²⁹¹ Essa oposição é inadequada em termos teóricos, na medida em que ela separa rigidamente dois elementos que apenas podem ser entendidos através das relações internas que os criam. O capital define e cria o trabalho, assim como o trabalho produz e reproduz o capital. No final, o capital é trabalho objetificado, tal como as lutas do trabalho provocam o desenvolvimento crescente do capital (Holloway, 2002, p. 226-227). O que se aplica às relações dialéticas entre um ambiente hostil e o campesinato – entre o Império e os campesinatos do Terceiro Milênio – aplica-se de um modo mais geral também ao capital e ao trabalho. Historicamente, a sequência proposta por Bernstein (em primeiro lugar, a centralidade da questão agrária do capital e, depois, a partir do final do século XX, uma questão agrária de trabalho) também está errada. As questões agrárias sempre têm uma articulação múltipla. O *problema de la tierra* da América Latina provocou simultaneamente

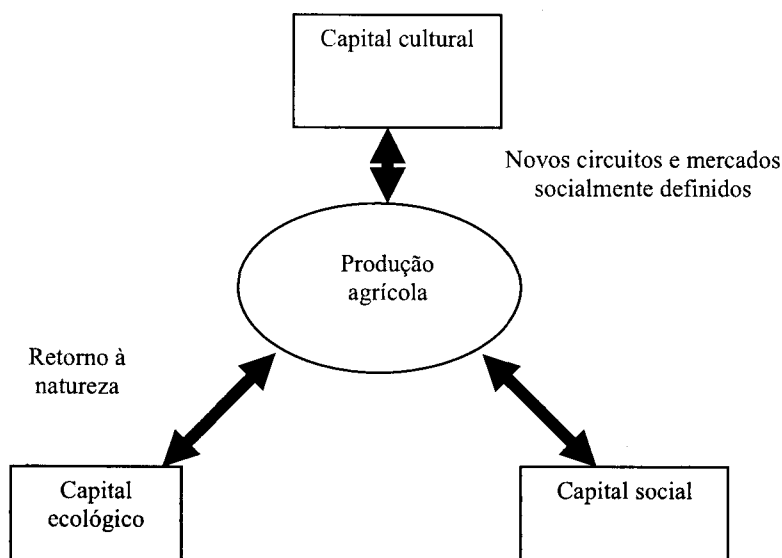


Figura 10.4 *Ultrapassando a crise agrária*

el problema del indio (Mariategui, 1925). A *questione agraria* italiana representou simultaneamente um problema para a burguesia e para o trabalho. É o caráter essencialmente *duplo* da questão agrária se tornou muito claro nas décadas de 1950 e 1960. Por um lado, os camponeses testemunharam e sofreram o absurdo da “terra sem homens e homens sem terra” e, por outro lado, o processo de industrialização foi seriamente dificultado pelos fracos resultados econômicos dos latifúndios, pelos movimentos camponeses massivos e pelas várias guerrilhas rurais incipientes que, no seu conjunto, criaram ameaças fortes ao capital (Ploeg, 1977, p. 203 e 2006d: 201). Esse mesmo caráter duplo explica por que a reforma agrária é constantemente um processo de mudança substancialmente contestado. Em suma, tanto o domínio como a luta devem ser levados em conta. Eles constituem dois pontos de partida organicamente relacionados para uma análise. Eles coincidem, se interligam e se produzem mutuamente nas questões agrárias que surgem.

Em segundo lugar, Bernstein salienta que “os imóveis agrários predadores tinham desaparecido em grande parte como força econômica e política significativa até o final da década de 1970”. De fato, esse argumento é necessário para sustentar o “fim da questão agrária do capital à escala global” (2006b, p. 452). Contudo, acredito que esse ponto de vista também é errado. Desde a década de 1970 (e, particularmente, na década de 1990), foram criados muitos “imóveis agrários” em todo o mundo, alguns dos quais foram descritos no capítulo 3. Esses imóveis recentes são provavelmente muito mais predadores (se não mesmo vampirescos) que as formas anteriores: elas desperdiçam terras, água, energia e trabalho; ameaçam a biodiversidade e a sustentabilidade ambiental; destroem o emprego em ambos os lados do globo; e bloqueiam a produção da tão necessária riqueza social. Em termos analíticos, é importante mencionar o fato de esses novos “impérios alimentares” não só contra-atacarem o trabalho, mas também criarem muitos problemas e contradições para o capital (como foi salientado, por exemplo, através do caso da Parmalat).²⁹²

Em terceiro lugar, embora o Estado esteja presente nas diferentes descrições apresentadas por Bernstein, em termos teóricos o seu papel tende a ser mínimo. Contudo, as políticas podem ser mediadoras entre o capital e o trabalho, e o Estado pode regular tanto *a favor* como *contra* o mercado. Estas questões são discutidas na próxima seção.

Algumas notas sobre políticas rurais e agrárias

De 21 a 23 de setembro de 2003, os Ministros da Agricultura da Europa reuniram-se para o encontro informal organizado a cada seis meses pelo Estado-Membro que ocupava a presidência da UE nesse período.²⁹³ Este encontro teve lugar em Taormina, na ilha da Sicília. A Presidência italiana tinha preparado um documento de políticas centrado no “direito soberano de todos os países de terem

e de defenderem sua própria agricultura” (nesse aspecto, esse documento lembra a posição de Bové sobre a “soberania alimentar” – 2002, p. 208-209). O documento reconhece os níveis desiguais de desenvolvimento à escala global e propõe uma busca por novas formas de cooperação para solucionar essas desigualdades. De um modo geral, o documento reflete a preocupação generalizada de que, numa conjuntura de globalização e liberalização, a agricultura europeia possa ser ultrapassada por importações baratas da Ásia, da América Latina e da África – e, assim, desaparecer – enquanto os sistemas produtivos recém-emergentes em outros continentes dificilmente suscitarão qualquer forma de desenvolvimento sustentável. Isso explica, provavelmente, o motivo pelo qual a delegação dos EUA não gostou do documento de Taormina.

Para apresentar propostas convincentes de novas formas de políticas agrárias e rurais,²⁹⁴ o documento apresentava sete valores comuns partilhados, indicando sua validade e relevância tanto em Países do Terceiro Mundo como na Europa (ver Box 10.2).

De um modo geral, o documento de Taormina reflete as preocupações presentes da sociedade – a saúde pública, a segurança dos alimentos, os níveis de renda e de emprego e as perspectivas de futuro de pessoas marginalizadas, o equilíbrio ecológico e social e a atração pelo rural. Em suma, o documento afirma que a agricultura representa uma *ligação* importante entre a sociedade e a natureza viva e, por conseguinte, não pode ser reduzida à mera provisão de produtos alimentícios. Portanto, defender isso é um direito e um dever de todos os países. Provavelmente, não é necessário dizer que essa tese de direitos e deveres vai radicalmente contra o Império como modo de ordenamento. Contudo, simultaneamente, o documento torna claro que nem todas as formas de agricultura ou de processamento e comercialização de alimentos contribuem para o papel positivo da agricultura nas sociedades de hoje: *“A agricultura é caracterizada, à escala mundial, por uma diversidade impressionante. Essas diferenças afetam diretamente os níveis de emprego e de renda que são gerados através das atividades agrícolas. Elas também têm efeitos importantes nos ecossistemas, na sustentabilidade e no potencial de desenvolvimento de indústrias e serviços relacionados com a agricultura”* (2003, p. 7).

E o documento continua nessa linha:

“Como foi especificado nas discussões do Modelo Agrícola Europeu, a UE precisa de tipos particulares de agricultura. O mesmo se aplica aos Países em Desenvolvimento. Ou seja, a variedade que inclui, por um lado, empresas agrícolas de grande escala orientadas para a exportação e, por outro lado, a economia camponesa, não é irrelevante no que concerne à criação e à distribuição de riqueza. É necessário fazer escolhas” (2003, p. 8).²⁹⁶

A afirmação da agricultura como importante para a sociedade em geral e o reconhecimento simultâneo de que a agricultura implica trajetórias diferentes de

Box 10.2 *Excerto do documento de políticas de Taormina*

“As políticas convincentes para o desenvolvimento sustentável em zonas rurais que visam garantir uma qualidade de vida satisfatória para a população rural apenas podem ser alcançadas se forem fundamentadas em um conjunto sólido e amplamente partilhado de valores, subjacente aos diferentes objetivos e metas que governam as políticas agrárias e as medidas associadas, tanto em Estados da UE como em países em desenvolvimento. Esses valores são:

- A responsabilidade pública de proteger a saúde pública através da garantia de um abastecimento adequado e seguro de alimentos e água.
- A necessidade e o dever de cada país de criar, manter e defender sua própria agricultura e a possibilidade dos cidadãos que se dedicam à agricultura de terem acesso a condições de vida decentes. Esse direito é fundamentado na necessidade de segurança alimentar, particularmente em momentos adversos.²⁹⁵
- A necessidade e o dever de oferecer perspectivas de emancipação a pessoas marginalizadas (pessoas sem recursos, famintos e pobres), particularmente através do acesso a terras e da posse de terras, o que oferece a possibilidade da segurança alimentar e da autonomia. Este direito reflete a longa história mundial da reforma agrária.
- A necessidade e o dever de proteger atividades agrícolas em áreas (particularmente aquelas com ecossistemas complexos e frágeis) que de outra forma seriam marginalizadas e sujeitas à desertificação ecológica e/ou social. Nesse sentido, deve ser lembrado que cerca de 54% da área verde total da UE é classificada e tratada como Áreas Menos Favorecidas (AMF).
- A responsabilidade nacional (e, por vezes, supranacional) de criar as condições necessárias para a geração de níveis de renda aceitáveis provenientes da agricultura para um crescimento e desenvolvimento agrícola continuado. Isso implica a necessidade de construir estruturas de apoio institucional adequadas e eficientes.
- A tarefa pública de organizar e implementar políticas de Desenvolvimento Rural (DR) que promovam e sustentem zonas rurais habitáveis. Essas políticas dizem particularmente respeito às interfaces e ligações entre a agricultura e outros setores e visa, relativamente à agricultura, criar empresas multifuncionais – particularmente devido ao fato de as últimas terem efeitos multiplicadores extremamente positivos no resto da economia rural. Em AMF essas empresas multifuncionais são, frequentemente, focos promissores de novas trajetórias de desenvolvimento.
- A necessidade de desenvolver a educação, a formação e a pesquisa.

Em tempos históricos e recentes, esses valores deram origem a intervenções públicas em mercados através de, por exemplo, formas diferentes de subsídios aos preços e à renda. Contudo, à medida que o mundo tende para a liberalização e para o comércio livre, são as políticas colaterais que se tornam cada vez mais os meios estratégicos para traduzir esses valores na prática. O reconhecimento dessa mudança e a necessidade de (re)operacionalizar os valores partilhados em políticas colaterais adequadas requerem uma avaliação crítica da heterogeneidade na produção e no processamento agrícola bem como no nível da comercialização de alimentos e de produtos agrícolas”.

desenvolvimento – trajetórias que não são indiferentes à sociedade em geral – não se limitam aos círculos de agricultores e/ou cientistas especializados na área. Essa afirmação e reconhecimento formam parte e parcela, tal como o documento de Taormina demonstra, de debates políticos em altos níveis na UE.²⁹⁷ E, nesses níveis, isso é igualmente objeto de disputas.²⁹⁸

A próxima década irá, ao que parece, revelar cinco tendências que, no seu conjunto, resultarão em uma reformulação abrangente da agricultura global e em uma redefinição associada da agricultura como parte integral, indispensável e não negociável de nossas sociedades.

Em primeiro lugar, a volatilidade aumentará consideravelmente. A superprodução relativa será combinada com ou seguida de nova escassez. Consequentemente, os preços dos produtos apresentarão flutuações muito maiores do que aquelas que alguma vez presenciamos até hoje. Ao lado de oportunidades promissoras, haverá grandes segmentos de mercado que entrarão em declínio. Como descrevi anteriormente, o modo camponês de fazer agricultura como instituição será muito mais capaz de lidar com a volatilidade e a insegurança que os modos empresarial e capitalista, os quais presumem e precisam de forma crítica de uma estabilidade de longo prazo – particularmente porque sua reprodução é essencialmente dependente do futuro. Ou seja, os níveis de fluxo de caixa dos próximos anos precisam cobrir a depreciação dos investimentos anteriores e render os retornos de capital previstos. Por conseguinte, o controle “sobre os resultados futuros” implica necessariamente a estabilidade dos preços. Quando essa estabilidade não existe, a agricultura empresarial e a agricultura capitalista se tornam, em si mesmas, fontes de ainda mais volatilidade, pois elas responderão a períodos de preços baixos com a desativação da produção.

Em segundo lugar, existirá seguramente um processo de re-regionalização da produção agrícola e do consumo. Esse processo terá origem, em parte, na volatilidade aumentada (e na nova escassez associada), mas poderá também ser suscitado pelo aumento dos preços da energia e do custo dos transportes. Os gostos dos consumidores – os quais vão evoluindo – e sua preferência pelo frescor, qualidade, autenticidade e transparência favorecerão também a re-regionalização. Aqui é importante salientar que esse processo não será limitado aos países ricos e desenvolvidos. Os grandes exportadores, tais como o Brasil, também irão enfrentar a necessidade de assegurar, em primeiro lugar, as necessidades nutricionais de sua própria população, ao invés de dedicar partes vastas e crescentes de suas terras agrícolas (e virgens) à produção de exportações.²⁹⁹

Em terceiro lugar, é altamente provável que, no próximo período de planejamento da UE (2014-2020), as políticas agrícolas em si sejam abolidas. Simultaneamente, a agricultura reaparecerá como uma série de “capítulos” nas políticas colaterais, como as políticas alimentares, regionais, energéticas, de coesão e de defesa da biodiversidade. A agricultura apenas terá apoio³⁰⁰ se contribuir para os diferentes conjuntos de objetivos implícitos a cada uma dessas áreas de políticas colaterais. Assim sendo, surgirá um novo enquadramento que terá, seguramente, impacto na divisão entre a agricultura camponesa e a agricultura empresarial. Enquanto a agricultura camponesa se desenvolve facilmente sob a forma de uma agricultura multifuncional (sendo capaz de contribuir simultaneamente para vários ou até para todos os “capítulos” referidos), a agricultura empresarial terá mais dificuldades em fazê-lo, embora as adaptações e transições

necessárias sejam certamente acompanhadas de graves conflitos entre reivindicações concorrentes.

Particularmente importante neste contexto são as políticas que visam a coesão (assim evitando grandes desigualdades socioeconômicas entre regiões e dentro da mesma região). Com o aumento recente do número de Estados-Membros e, em especial, com a entrada inevitável de mais um grupo de novos Estados-Membros nas próximas décadas, surgirá a necessidade abrangente de criar níveis elevados de emprego e de remuneração adequada nessas novas áreas rurais da União. Isso exige claramente uma reconceituação da agricultura que ultrapassa os modelos empresarial e capitalista, os quais tendem a reduzir os níveis de emprego e de valor agregado. A recampesinização ocorrerá como uma necessidade material (se é que não constitui já essa necessidade).

Em quarto lugar, os processos de desenvolvimento rural em curso conduzidos por camponeses (ver capítulo 6) e os processos de desativação da agricultura empresarial (capítulo 5) serão certamente fortalecidos, em parte devido à volatilidade crescente, à re-regionalização articulada e à extinção das políticas agrárias. Este último processo, em especial, causará a erosão literal da “condição empresarial”: a agricultura empresarial perderá completamente seus alicerces bem como sua rede de segurança. Nos lugares onde a agricultura empresarial estiver desaparecendo, serão abertos novos espaços para a agricultura camponesa. É claro que a agricultura camponesa não entrará automaticamente nesses novos espaços. Um fator decisivo será a atitude dos jovens com vontade de valorizar as especificidades do local (incluindo suas próprias habilidades, conhecimento tácito e novos padrões de cooperação), enquanto constroem novas bases de recursos em constante evolução que permitem a autonomia.³⁰¹ Os novos acordos institucionais (que, em parte, se desenvolvem segundo as linhas discutidas no capítulo 7) irão, provavelmente, fortalecer esse processo (para propostas específicas, ver Ploeg, 2005a e b).

Em quinto lugar, é mais do que provável que, no médio prazo (isto é, no período de 2007 a 2013), elementos importantes das políticas agrárias atuais sejam reconsiderados e adaptados. Isso se aplica particularmente ao chamado “apoio à renda” hoje recebido por uma parte dos agricultores europeus. Existem duas trajetórias possíveis. Por um lado, é provável que o apoio à renda seja redefinido como um tipo de “prêmio de seguros” pago pelos contribuintes europeus e canalizado para os agricultores (e não apenas para uma parte, mas para todos)³⁰² para manter intacto o potencial produtivo da terra e dos recursos associados. Isso permitiria uma regeneração rápida da produção onde a volatilidade dos mercados alimentares internacionais a torna urgente.³⁰³ Por outro lado, a outra possibilidade, menos provável politicamente, mas intelectualmente mais estimulante, seria o uso de uma parte considerável dos fundos agora disponíveis para estimular e apoiar pequenas e médias empresas recém-emergentes que estão ativamente envolvidas no processamento de alimentos. Um dos principais obstáculos ao desenvolvimento crescente da agricultura camponesa (sendo também cada vez mais uma ameaça à agricultura empresarial)³⁰⁴ é o grau extremamente elevado de

monopolização da indústria de processamento de alimentos por toda a Europa (mas particularmente no Noroeste da Europa). As novas pequenas e médias empresas de processamento de alimentos poderiam ajudar a solucionar essa distorção (ou “mão visível”) do mercado de alimentos, providenciando novas formas de acesso ao mercado para a agricultura camponesa (para mais pormenores sobre essas trajetórias, ver Ploeg, 2005b). O abastecimento público também poderia ser estratégico neste sentido.

Em todo o caso, a interação das tendências mencionadas levará a colapsos consideráveis na paisagem agrícola da Europa (e de outras regiões). Um aspecto crucial dessa questão é o fato de o Império como princípio orientador não ser adequado para abordar, formular e coordenar a multiplicidade de novas respostas que serão suscitadas por essas tendências. Haverá lutas agressivas entre aqueles que desenvolverem novas respostas e aqueles envolvidos na reformulação do mundo de acordo com o Império. Mas, no final, o Império perderá o controle. A mediocridade não pode bloquear a superioridade por muito tempo, particularmente quando o público em geral está assistindo interessado. O princípio camponês – a construção da autonomia para moldar novas formas de seguir em frente – orientará e inspirará muitas iniciativas de base e conduzirá a novos processos de recampesinização, tanto em países em desenvolvimento como em países desenvolvidos. Esses processos serão tendencialmente mais fortes se dois tipos de condições forem cumpridas. Em primeiro lugar, quanto mais os camponeses do terceiro milênio representarem *citoyennité*, *lien local*, *autosufficience* e *autonomie* (Jollivet, 2001),³⁰⁵ mais serão capazes de desenvolver processos de recampesinização, ao mesmo tempo resistindo a diferentes formas do Império. Em segundo lugar, o princípio camponês pode ser ativamente combinado com e, em parte, traduzido em outros princípios orientadores importantes que estão presentes em nossas sociedades. Um deles foi referido acima, ou seja, o princípio da *soberania* relativamente à necessidade básica de segurança alimentar, qualidade dos alimentos, proteção de paisagens importantes, e defesa da biodiversidade – necessidades que são cada vez mais definidas como *não importáveis*, assim delineando outra linha de demarcação *vis-à-vis* o Império. O princípio camponês também pode ser combinado de forma eficaz com o princípio da *subsidiariedade*, assegurando a ligação entre a sociedade e a *natureza viva* – uma ligação que também é central para muitas das maiores ONGs da sociedade civil. No final, essas ONGs irão provavelmente engajar-se na agricultura camponesa e defendê-la ativamente. Assim, o princípio camponês pode igualmente coincidir com o princípio da *solidariedade* nos níveis local, regional, nacional e internacional. E, finalmente, o princípio camponês pode coincidir com o desejo de *superioridade* em um mundo onde a mediocridade parece ser dominante – particularmente em relação aos alimentos de qualidade e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Notas

- * Não estou me referindo ao “pós-modernismo” tal como entendido nas ciências sociais. “Pós-moderno” se refere aqui, em primeiro lugar, ao fato de os estudos que fundamentam essa nova abordagem terem sido realizados após os grandes projetos de modernização agrícola dos anos 60 aos anos 90, os quais afetaram o campo em quase todo o mundo. Em segundo lugar, “pós-moderno” implica uma análise crítica desses projetos de modernização, bem como uma tentativa de extrapolar suas limitações práticas e teóricas.
 - ** Para uma argumentação convincente, ver Bourdieu (2005, p. 223–232), Held *et al.* (1999, p. 2) e Aldridge (2005, p. 144).
 - *** Como defendeu Colin Tudge (2004, p. 3), “Precisamos voltar a ver a agricultura como um grande empregador – de fato, precisamos perceber que dar emprego às pessoas é uma de suas principais funções, logo após a necessidade de produzir bons alimentos e de conservar a paisagem. Contudo, as políticas modernas são expressamente concebidas para reduzir ao máximo o trabalho agrícola, para depois acabar de novo com ele”. Ver também Griffin *et al.* (2002).
 - **** O termo inglês, que será usado ao longo do livro, significa “aperto” ou “coerção”. *N.T.*
- 1 Gostaria de deixar meus agradecimentos às universidades de Leiden, Wageningen e Perugia, à Comissão Europeia e ao Ministério da Agricultura da Itália pelas muitas oportunidades que me proporcionaram de pesquisa e participação de debates e conferências sobre os temas desenvolvidos neste capítulo. Sou também muito grato às seguintes pessoas pelos seus debates e críticas produtivas: Bruno Benvenuti, Ann e Norman Long, Benno Galjart, Laurent van de Poele, Harm Evert Waalkens, Pieter Gooren, Markuz Holzer, David Baldock, Janet Dwyer, Henry Bernstein, John Harriss, Harriet Friedmann, Frederick Buttel, Flaminia Ventura, Paolo di Castro, Ezio Castiglione, Pierluigi Milone, Jo Mannion, José Portela, Gianluca Brunori, Karlheinz Knickel, Catherine Laurent, Ada Cavazzani, Rudgerd Boelens, James Scott e Terry Marsden.
 - 2 Este termo é um neologismo (conforme anfíbio – seres que se movem dentro e fora de água) usado por Kearney para descrever a situação de muitas populações rurais “que se movem entrando e saindo de vários nichos” (1996, p. 141). No original “*polybians*”. *N.T.*
 - 3 Permitam-me apenas referir a cidade de Moscou: 80% da população trabalhadora possui uma *dasha* em zonas rurais que circundam a cidade onde cultivam batatas e vegetais e onde a avó, se ainda for viva, cuida de uma vaca e de alguns porcos. Em países relativamente ricos, como a Itália, uma parte considerável da população possui, dessa mesma forma, uma pequena propriedade rural. Veenhuizen (2006) discute esses fenômenos como “agricultura urbana”. Porém, neste livro focarei apenas pessoas que tentam ser camponeses “a tempo integral”, mesmo quando a pobreza os obriga a terem também outros empregos.
 - 4 Ampliei ligeiramente a definição original de Rip e Kemp (1998). Esta ampliação antecipa as conclusões desenvolvidas no Capítulo 9.
 - 5 Do total da produção mundial de arroz, apenas 6% é comercializada além-fronteiras. No caso do trigo, que é a cultura mais exportada do mundo entre os cereais, apenas 17% de sua produção mundial é exportada, enquanto os restantes 83% são consumidos nos próprios países onde são produzidos. A exportação de carne tem aumentado significativamente, o que é facilitado por cadeias globais de refrigeração que permitem o comércio de longa distância. No entanto, as exportações de carne representam ainda menos que 10% do total da produção

mundial. Essa pequena percentagem não exclui o fato de o valor total das exportações de alimentos (em 2000) ter sido estimado pela OMC em US\$ 442,3 bilhões, representando assim 9% do comércio mundial de mercadorias e 40,7% das exportações mundiais de produtos primários. Ao longo dos últimos quinze anos, as exportações de produtos alimentares cresceram mais rapidamente que o total da produção mundial (Oosterveer, 2005, p. 14-16; ver também CE, 2006, para tendências de longo prazo).

- 6 No original. “*non-places*”. *N.T.*
- 7 É o caso da produção intensiva de porcos e aves domésticas, assim como dos processos de engorda do gado em confinamento de grande escala. A horticultura é outro exemplo revelador.
- 8 No original *food wars*. *N.T.*
- 9 Johnson (2004, p. 64) observa de forma perspicaz que a recampesinização implica uma “redefinição”: “O campesinato de hoje consiste em uma população que luta para sobreviver, unindo-se para controlar os meios de produção que cada vez menos correspondem às suas necessidades de subsistência, e que é excluída do sistema que anteriormente transmitia esperança de desenvolvimento. Ao invés de procurarem acumular lucro, os camponeses de hoje buscam meios de subsistência sustentáveis que assegurem sua sobrevivência [...] pelo século XXI em diante”. Johnson acrescenta que essa recampesinização “pode se tornar o processo dominante à medida que a agricultura se torna cada vez mais inviável” (Johnson, 2004, p. 64).
- 10 As perspectivas e projeções da recampesinização são discutidas criticamente em Djurfeldt (1999), Goodman (2004), Gorlach e Mooney (2004) e Dupuis e Goodman (2005).
- 11 A desativação implica a contenção ou mesmo redução progressiva dos níveis de *produção* agrícola, enquanto a descampesinização implica que os *camponeses* deixem a agricultura. O segundo caso pode ocorrer sem que os níveis de produção diminuam. Mas os dois fenômenos também podem ocorrer simultaneamente. Quando o “*espaço*” deixado pelos camponeses que abandonaram a atividade não é usado por outros para reiniciar a produção agrícola, isso também é denominado desativação.
- 12 Programas de controle da produção que procedem à retirada de terras do sistema produtivo. *N.T.*
- 13 Neste ponto refiro-me explicitamente ao “tipo de agricultura” e *não* ao “modo de produção”. Apesar de os problemas reais não residirem nas palavras que usamos, mas sim nas relações entre *les mots et les choses*, como Foucault (1972) exprimiu, mesmo assim quero distanciar-me dos debates estéreis dos anos 1970 sobre “modos de produção” (e sua “articulação”). Ver o capítulo 2 para a continuação desta discussão.
- 14 O próximo parágrafo trata de forma consistente uma contribuição minha para o *O Manual de Estudos Rurais (Handbook of Rural Studies)* (ver Cloke, Marsden e Mooney, 2006; Capítulo 18).
- 15 Bernstein (2004 e 2006) oferece uma leitura alternativa da questão agrária. No capítulo 10 deste livro, retomei especificamente sua interpretação.
- 16 As novas necessidades da sociedade que se articulam com a agricultura incluem a manutenção da natureza, da biodiversidade e das paisagens, o acesso e o armazenamento de água e novas contribuições para a produção de energia.
- 17 Esse refreamento camuflou o exterminio de milhões de animais.
- 18 Em português, a palavra correspondente tanto ao inglês *mystery* como ao italiano *mestiere*. Na acepção explicitada pelo autor, seria *mestria*. *N.T.*
- 19 Além disso, pude usar minha experiência em várias regiões da África (nomeadamente na Guiné Bissau, no Ruanda, em Moçambique e na República da África do Sul), Leste da Europa, Brasil e México e o material muito rico recolhido pelos meus alunos de mestrado e doutorado.
- 20 Essa simetria explica por que os camponeses facilmente passam da economia rural para a economia urbana, ou da agricultura para a “economia informal” das cidades. Ver, por exemplo, Bagnasco, 1988.

- 21 Do original “*global cow*”. *N.T.*
- 22 Em parte, este capítulo é baseado nos cursos de doutorado que ministrei em Porto Alegre (Brasil), Catania e Cosenza (Itália), Sevilla (Espanha) e na Universidade de Yale (Estados Unidos da América). Algumas partes foram publicadas em Ploeg (2006b e 2006c). Os congressos organizados pelo Instituto Cervi em Reggio Emilia (Itália) e pela Universidade de Nitra (Eslováquia) foram extremamente proveitosos para o desenvolvimento das minhas idéias (ver Ploeg, 2003b e Ploeg e de Rooji Rooij, 1999). As discussões e a ajuda de Sérgio Schneider, Ada Cavazzani, Eduardo Sevilla Guzman, Paul Hebinck, Norman Long, Lola Dominguez, Marta Soler, Encarnacion Aguilar, Raúl Paz, Henk Renting e Terry Marsden também foram muito estimulantes.
- 23 Embora utilize com frequência os termos “camponês” e “campesinato”, a ênfase global neste livro se coloca na “*forma camponesa de fazer as coisas*”. Isto é, estou mais interessado nas atividades, práticas, processos e no padrão de evolução de relações em que eles estão envolvidos, do que em identidades presumidas. Esta idéia reflete a afirmação programática de Shanin de que “a repetição à escala global de características econômicas, políticas e culturais, bem como do padrão típico de dinâmica, teria de estar ligada com o *modus operandi* das unidades agrícolas familiares camponesas e com as formas específicas como elas se relacionam e se transformam” (1990). Em grande parte da literatura, a ênfase é mais frequentemente colocada no *tipo* social do que nas práticas, processos e inter-relações.
- 24 A partir do estudo clássico de Shanin “A Classe dos Bárbaros”, o termo *bárbaro* vem sendo normalmente associado com a noção de campesinato. Neste ponto, eu o uso deliberadamente relacionando-o com as ciências que estudam o campesinato. Com isto não pretendo dizer que a ciência em si seja bárbara, mas a forma como ela se relaciona com o campesinato é, definitivamente, bárbara. No capítulo final deste livro retomarei esta questão.
- 25 Nos estudos camponeses do tipo marxista (bem como na economia de desenvolvimento dominante), o campesinato é entendido e representado como um dos principais obstáculos para o processo de acumulação de capital e para o desenvolvimento adequado dos mercados (Bernstein, 1977 e 1986; Byres, 1991). Nestas abordagens teóricas, a reveladora história rural de países como a França, a Holanda e a Noruega, por exemplo, é completamente negligenciada (ou extremamente distorcida). Estas histórias rurais demonstram que o desenvolvimento do capitalismo e a presença de um campesinato forte coexistem perfeitamente, e que o campesinato frequentemente incita ao desenvolvimento do capitalismo. Ver Jollivet, 2001; Brenner, 2001; Brox, 2006.
- 26 Segundo Marx, é possível entender o campesinato como uma representação analítica da “pequena produção mercantil” (PPM), uma vez que essa produção é baseada numa integração *parcial* em mercados (ver Ellis, 1988 e Ploeg, 1990a). Os empresários agrícolas surgem, assim, dentro da mesma estrutura como representantes da “produção simples de mercadorias” (PSM), na qual todos os recursos (com exceção do trabalho) entram no processo de produção como mercadorias. Na produção capitalista de mercadorias (PCM), o trabalho também entra no processo como mercadoria. Em Ploeg (2006c) sintetizei esta abordagem que pode apresentar ferramentas de análise poderosas para a pesquisa empírica (ver Long *et al.*, 1986). Dentro dos estudos camponeses marxistas, essa linha de pesquisa foi bloqueada devido à confusão teórica introduzida por Gibbon e Neocosmos (1985), que foi conseqüentemente seguida por Bernstein (1986; ver também Bernstein e Woodhouse, 2000). Gibbon e Neocosmos defendem, basicamente, que existem apenas dois graus de mercantilização: a mercantilização completa ou a ausência total de mercantilização. Esta noção é completamente oposta à realidade empírica (ver, por exemplo, Benvenuti e Ploeg, 1985; Long *et al.*, 1986; Saccomandi, 1991).
- 27 As seguintes questões relacionam-se com aspectos relevantes, mas raramente abordados: Até que ponto a transformação dos camponeses em empresários foi realizada? Quais foram os *benefícios* e *custos* sociais, econômicos e ecológicos desta realização parcial? Até que ponto existem “meios” que permitam trajetórias de desenvolvimento contrastantes?

Na era da liberalização e da globalização, quais são as perspectivas para a agricultura empresarial modernizada e quais serão as perspectivas para uma agricultura administrada do modo camponês?

Que tipos de “ruralidade” são produzidos pelos diferentes modelos de desenvolvimento?

Como se devem coordenar politicamente os diferentes grupos agrários?

- 28 Esta questão reflete o título do capítulo introdutório de Mendras, 1976: *Qu'est-ce qu'un paysan*.
- 29 Podem encontrar-se retrospectivas interessantes e bem documentadas sobre esta questão em Bernstein e Byres, 2001; Sevilla Guzman, 2006 e, em termos mais gerais, Buttel, 2001.
- 30 Isto se aplica igualmente a teorias da modernização, à economia neoclássica e à economia agrária e do desenvolvimento.
- 31 Em parte, isso se deve, obviamente, à divisão social do trabalho. Os estudos camponeses eram fortemente enraizados na antropologia, na sociologia não-ocidental (!), na sociologia do desenvolvimento e na economia do desenvolvimento, enquanto os estudos agrários da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos eram enraizados em outras disciplinas (e, muitas vezes, em outras instituições, como os *Land Grant Colleges* – faculdades financiadas com terras públicas). Em Wageningen, também existia uma divisão nítida entre os “departamentos ocidentais” e os “não-ocidentais”. Só a partir da década de 1970 se formaram grupos de pesquisa que trabalhavam tanto sobre a Europa como sobre o Terceiro Mundo e que discutiam ativamente, comparavam e tentavam integrar os diferentes processos e resultados dessas duas regiões.
- 32 O itálico é meu.
- 33 Subjacente a este ponto de vista está uma grande variedade de estudos sociológicos, antropológicos e econômicos desenvolvidos especialmente na Europa Ocidental (mas suportados por vários estudos empíricos desenvolvidos nos EUA, Canadá e Austrália, embora estes tenham sido alvo de pouca atenção). Esses estudos mostram que muitos agricultores (senão mesmo a maioria dos agricultores de países capitalistas altamente desenvolvidos) estão longe de ser o “agricultor empresarial” retratado nos livros (em Ploeg, 2003a, existe um resumo desta idéia). Ao invés disso, estes agricultores são muito mais parecidos com camponeses do que poderá, ou alguma vez será, admitido nos discursos políticos e teóricos oficiais. Evocando a descoberta de Latour de que “nunca fomos modernos”, poderia dizer-se que “nunca deixamos de ser camponeses”.
- 34 Existe obviamente uma grande variedade de estudos que *especificam* o modo como os camponeses praticam a agricultura, como, por exemplo, os estudos da tradição da pesquisa francesa e os estudos de cientistas sociais de Wageningen. Mas estes estudos permaneceram sobretudo no domínio da agronomia (social) e não foram traduzidos nem integrados nos estudos camponeses. A tradição anglo-saxônica é relativamente pobre em análises das práticas agrícolas dos camponeses, embora existam algumas exceções brilhantes, como o livro de Audrey Richards sobre Terra, Trabalho e Dieta Alimentar na tribo dos Bemba da Rodésia do Norte (1939). É bastante revelador que, no apogeu dos estudos camponeses no Reino Unido, tenha existido uma preocupação com os camponeses do “terceiro mundo”. Quando a existência de agricultura do tipo camponês era reconhecida na Europa nessa época, ela era normalmente localizada no Norte das Ilhas Shetland ou em partes relativamente isoladas do País de Gales, dos Pennines e, sem dúvida, na Irlanda.
- 35 Também podemos nos questionar acerca do que aconteceria se o campesinato se *constituísse a si próprio* (através de qualquer tipo de mecanismo) numa entidade poderosa. Se isso acontecesse, será que o campesinato se eliminaria a si próprio simultaneamente?
- 36 Mais uma vez, existe aqui um enquadramento específico, que está relacionado com a divisão interna do trabalho dentro da ciência. Até recentemente, e na maioria dos países, as disciplinas de áreas opostas eram separadas de forma clara. Os antropólogos não tinham formação de agrônomos. De igual forma, os peritos em estudos camponeses também não tinham conhecimentos sobre aspectos técnicos relacionados com a exploração leiteira ou com a produção

da batata. Na melhor das hipóteses, eles viam esses aspectos simplesmente como técnicos, relativos a um domínio que se considerava estagnado. Contudo, o rendimento, os níveis de fertilidade do solo, a longevidade, a percentagem de refugo, as técnicas de poda, etc, não são apenas dados que se conhecem desde o Livro do Gênesis: eles são resultados da co-produção. São construções sociomateriais que nos informam acerca da interação e transformação mútua em curso entre o homem e a natureza. Ou seja, são precisamente estes aspectos técnicos que nos dão informações acerca da luta dos camponeses na arena definida pelo processo de produção. Do outro lado da divisória disciplinar, aplica-se uma miopia semelhante, em especial entre agrônomos formados desde a década de 1960, os quais dificilmente conseguem relacionar os resultados técnicos com a organização específica e estrategicamente inspirada do processo de trabalho. Os dados técnicos são analisados isoladamente e, não raramente, ainda em descompasso com as novas perspectivas científicas. Desde o início da década de 1990 que vem surgindo uma forte tendência, internacionalmente e também na Universidade de Wageningen, para ultrapassar a divisão entre as percepções “social” e “técnica” da agricultura. Na esfera internacional, a nova e emergente tradição agroecológica tem tido uma grande influência (Altieri, 1990, 1999 e 2002; Sevilla Guzman, 2007; Sevilla Guzman e Gonzalez, 1990; Martinez-Alier, 2002; Toledo, 1981, 1994, 2000). Em Wageningen, tem sido desenvolvido um notável trabalho que ultrapassa essa divisão disciplinar por cientistas do solo (Sonneveld, 2004), agrônomos (Steenhuijsen Piters, 1995 e Groot, *et al.*, 2003, 2004, 2007a e b) e zootecnistas (Groen *et al.*, 1993; Reijs, 2007).

- 37 Wolf (1966, p. 11) defende que “apenas quando [...] o cultivador está sujeito às demandas e sanções dos detentores de poder fora do seu estrato social podemos falar legitimamente de campesinato”.
- 38 Em Ploeg, 2003a, capítulo 3, forneço uma retrospectiva e uma síntese dos principais estudos sobre estilos de agricultura. Estudos mais tardios consolidaram e enriqueceram a teoria dos estilos de agricultura. Ver Bakker, 2001; Schnabel, 2001; Wielenga, 2001; Boonstra, 2002; Flören, 2002; Lauwere *et al.*, 2002; Mourik, 2004; Schmitzberger *et al.*, 2005; Wartena, 2006; Slee, Gibbon e Taylor, 2006; Averbek e Mohamed, 2006; Schneider e Niederle, 2007.
- 39 Na obra *Tipos de Campesinato Latino-Americano*, Wolf (1955, p. 453-454) define três critérios básicos para caracterizar os camponeses como tipo social: (1) o envolvimento primário na produção agrícola; (2) o “controle efetivo de terra” e as tomadas de decisão autônomas sobre o cultivo (ver também *Guerras Camponesas do Século XX* (1969, p. xiv) e (3) “uma orientação primária para a subsistência e não para o investimento”. Estes elementos são incluídos e simultaneamente especificados na minha definição da “condição camponesa”. O que falta na definição de Wolf é a relação dialética entre a dependência e a luta por autonomia. Contudo, além dessa relação existe também a necessidade de ir além da dicotomia assumida entre “subsistência” e “reinvestimento”. Os camponeses estão continuamente “reinvestindo” (através do seu trabalho, entre outras coisas) de forma a melhorar a “subsistência”, e os níveis melhorados de subsistência permitem mais “reinvestimentos”, e assim sucessivamente.
- 40 A noção de “condição camponesa” vem sendo usada em vários estudos camponeses anteriores como um prelúdio para a especificação em termos da posição da classe. Contudo, o que me interessa neste ponto não é a classe nem as relações de classe, uma vez que, tal como muitos outros atores, os camponeses participam de vários campos situacionais e históricos. De qualquer forma, as condições que os camponeses enfrentam ou criam (ver capítulos 6 e 7) não dependem de sua localização numa posição de classe reificada.
- 41 A co-produção descreve uma forma específica de “metabolismo social” (ver Toledo e Gonzalez de Molina, 2003).
- 42 Assim surgem formas endógenas de desenvolvimento. Para uma discussão mais vasta sobre esta questão, ver Ploeg e Long, 1994, e Ploeg e Dijk, 1995.
- 43 Esta noção pode, em parte, ser explicada pelo fato de os estudos camponeses terem se desenvolvido a partir das ciências sociais e políticas e não a partir da agronomia, zootecnia, etc. Ademais, os estudos camponeses são típicos da tradição anglo-saxônica e têm sua origem

no Reino Unido e nos EUA, onde aparentemente os camponeses eram pouco evidentes no momento em que os estudos camponeses nasceram, e onde não havia uma tradição do estudo das relações de produção à escala específica da prática agrícola. De fato, pesquisas desse tipo apenas foram iniciadas nestes países com os desenvolvimentos das ciências de alta tecnologia e com os problemas da segurança dos alimentos.

- 44 A terra sempre foi e é ainda um indicador essencial e uma metáfora para a autonomia. Mas ela não é o único veículo importante para a autonomia. Dependendo do contexto específico, o controle sobre os canais de comercialização, a disponibilidade de outros meios econômicos e/ou a capacidade de expressar sua própria identidade de forma inequívoca podem ser tão importantes quanto a terra. É também possível deduzir que a posse da terra não é uma condição essencial para a autonomia. A aspiração e/ou luta pela terra também podem ser importantes fatores definidores do ser e do agir de um camponês.
- 45 É revelador que quase todas as pesquisas empíricas indiquem que os agricultores se referem a este encontro com a natureza viva como um dos aspectos mais atrativos e recompensadores de seu trabalho. Igualmente significativo é o fato de a artesanidade (isto é, a “arte de dominar” as relações com a natureza viva) quase sempre gerar orgulho. Contudo, em termos teóricos estes aspectos têm sido reduzidos a meros fenômenos marginais, e não raro a um mero “romantismo”. Esta marginalização deve-se, pelo menos em parte, à divisão abrangente do trabalho dentro das ciências agrônomas entre as disciplinas técnicas e as disciplinas sociais. Nas disciplinas técnicas, o processo de produção é entendido, desde os anos 1930, como a concretização de leis, princípios e conhecimentos científicos. Assim, o processo de trabalho é meramente visto como uma versão mais ou menos imperfeita do ideal especificado pela ciência e existente nela. Ele não é de todo entendido como um processo criativo de construção que implica, entre outras coisas, uma transformação constante da natureza. Durante muito tempo, as ciências sociais também adotaram essa visão.
- 46 Ver Remmers, 1998; Wiskerke e Ploeg, 2004; Swagemakers, 2002; Wolleswinkel *et al*, 2004.
- 47 Portanto, a agricultura não deve ser apenas *analisada* como um processo de construção social (isto é, através de uma abordagem construtivista). De fato, na prática ela também é *experienciada como tal* pelos atores envolvidos.
- 48 Isso se aplica em muitos níveis e dimensões. Ver Badstue, 2006, para um caso de uma boa aplicação a sementes de milho (reproduzidas na unidade agrícola ou obtidas através do mercado). No último caso, Badstue argumenta que as sementes perdem “transparência”: elas não são completamente conhecidas e podem ser perigosas.
- 49 Ver Silvia Pérez-Vittoria, 2005, p. 132 e seguintes e especialmente 227.
- 50 Uma “fazenda livre” é uma fazenda livre de relações de dependência em relação ao capital, trabalho e principais mercados de insumos, etc. Ver Ploeg, 2003a, p. 96.
- 51 Em termos matemáticos, as relações recursivas dominam as relações diretas. Ou seja, a situação $t = n$ apenas pode ser entendida e conhecida se $t = n - 1$ (etc) for conhecido. A este respeito, é interessante referir que a economia neoclássica reduz a unidade agrícola como um processo ao longo do tempo a um pequeno momento isolado em que apenas existem relações diretas. Seguindo esta linha de pensamento, poderia defender-se que a agricultura empresarial está sendo cada vez mais entendida como usando “relações recursivas invertidas”. Do futuro ($t = n + x$) deriva o que deve ser feito agora (em $t = n$).
- 52 Como diz um ditado italiano sobre o mundo camponês: “*Moglia e buoi, paesi tuoi*” - “Que tua mulher e teu boi venham de tua própria aldeia”.
- 53 Imediatas porque as imagens virtuais são, por definição, desconectadas do tempo e do espaço, ou seja, elas não têm um enquadramento.
- 54 Salazar, por exemplo, assinala no seu inquérito sobre a economia agrícola irlandesa que “tanto a produção de mercadorias como a produção de valores de uso vêm co-existindo faz muito tempo” (1996, p. 26). Recentemente, a produção de forragens tem sido modificada “para uma esfera auto-suficiente” (1996, p. 27).

- 55 No estudo da agricultura camponesa e do seu desenvolvimento ao longo do tempo, o *balanço* particular dos diferentes recursos (e de suas histórias) é central. De um ponto de vista analítico, as relações a e b, tal como indicadas na Figura 2.3, são estratégicas. Elas se referem a graus de campesinidade.
- 56 Agricultores da região da Frísia, uma região européia que segue as costas do sudeste do Mar do Norte e se estende do nordeste da Holanda, pelo norte da Alemanha, até o sudoeste da Dinamarca. *N.T.*
- 57 Segundo os próprios agricultores de um estudo de Bruin *et al.*, 1991. Este estudo tem o título curioso de “Pequenos mas Indestrutíveis”. Isso reflete bastante bem o repertório cultural. Explica também, pelo menos em parte, por que o número de unidades agrícolas na área praticamente não mudou entre 1900 e 1990, permanecendo num nível de cerca de 6.000 unidades.
- 58 Numa boa analogia com os “políbios” de Kearney (1996), Raul Paz (2006a) refere o “ambiente hostil” em que o campesinato opera como um ambiente anaeróbico. Ele continua, especificando que “o camponês é uma bactéria anaeróbia que aprendeu a sobreviver num contexto em que não existe capital disponível e em que as empresas capitalistas (“aeróbias” por excelência) estão morrendo. A identificação dos mecanismos usados na reprodução destes camponeses é um desafio central em muitos estudos camponeses recentes”.
- 59 O estudo empírico de Ventura e Milone (2005a) sobre o caráter inovador dos camponeses tem um subtítulo revelador: “A redescoberta do modelo camponês: recuperando o controle sobre o uso de recursos”. Este subtítulo sublinha a relevância da autonomia, sua inter-relação clara com o modo camponês de fazer agricultura e, ao mesmo tempo, a re-emergência dessas questões no contexto da Europa.
- 60 *Systemness*, no termo do autor. *N.T.*
- 61 Estou usando este segundo exemplo propositadamente, já que essa conduta é considerada “delinquente” dentro de esquemas de crédito.
- 62 Isto pode induzir a uma produção mais extensiva em escala maior (ver capítulo 3 de Ploeg, 1990a, onde analiso o uso de crédito por agricultores que produzem batata).
- 63 Em *Reconceptualizing the Peasantry* [Reconceptualizando o Campesinato], 1996, Kearney defende que a noção de “camponês [...] pertence a discursos que estão sendo suplantados” (p. 2). Seu livro é baseado na “proposição de que a categoria do camponês, independentemente de qualquer validade que possa ter tido outrora, foi ultrapassada pela história contemporânea” (p. 1). Kearney continua, defendendo que “algumas pessoas podem identificar a presença de camponeses contemporâneos e eu posso até concordar que subsistem alguns focos [sic] de camponeses na América Latina, na Ásia e em outros lugares. Mas a questão é que a maioria dos camponeses desapareceu e as condições globais não favorecem a perpetuação daqueles que subsistem”. Kearney está igualmente errado quando reduz os migrantes/camponeses envolvidos na produção de empresas de alta tecnologia – onde quer que elas se situem (nos EUA ou no México) – ao mesmo tipo de trabalhador, ou seja, a trabalhadores sujeitos ao mesmo tipo de subordinação. Essa afirmação nega a importância crucial da localidade e da cultura nas vidas dos trabalhadores (ver Arce e Long, 2000).
- 64 Segundo Pearse (1975), a “subsistência” comporta dois elementos: “uma forma de viver” que envolve a idéia de “curso de vida” (apontando para uma dimensão histórica e temporal implícitas à atividade humana), e condições “partilhadas” e “sentimento de grupo” (isto é, coletividade). Por conseguinte, os conceitos de “subsistência” [*livelihood*] e “vizinhança” [*neighbourhood*] (assim como todas as outras palavras em Inglês Antigo terminadas em “hood”) carregam a implicação comum de agir dentro de uma comunidade (ou coletividade).
- 65 Esta gramática institucionalizada não termina onde acabam as zonas rurais. Muitas vezes ela ultrapassa as fronteiras da agricultura. A mesma racionalidade substancial pode ser encontrada nas economias informais de cidades do Terceiro Mundo, por exemplo, onde as atividades econômicas são baseadas, tanto quanto possível, no controle por parte dos próprios trabalhadores dos meios de produção primeiramente orientados para a sobrevivência. A mesma

racionalidade se reconhece nas muitas profissões independentes que existem por todo o mundo (incluindo em países extremamente desenvolvidos) em quase todos os setores econômicos. Ela também está presente nas lutas de jovens que tentam escapar à precariedade imposta pelos mercados de trabalho atuais. Nesse sentido, o “princípio camponês” está em todo o lugar, quer desaparecendo, quer re-emergindo. No capítulo 10, retomarei este aspecto.

- 66 E não através de aquisições, como é comum na agricultura empresarial, nem através da *exploração* de outros, como acontece na agricultura capitalista. Mais tarde estas diferenças serão especificadas em detalhe.
- 67 Na maioria dos repertórios culturais que conheço, “manter o nome da família na propriedade” (Arensberg e Kimball, 1965) é um elemento-chave na economia moral das comunidades camponesas. A centralidade desta noção na agricultura holandesa é discutida em Haan (1993).
- 68 Na maioria das comunidades agrícolas existe um processo cíclico de longo prazo: inicialmente, as unidades agrícolas pequenas desenvolvem-se em unidades maiores e as unidades maiores, por sua vez, muitas vezes fracassam, dando lugar à formação de novas unidades pequenas, e assim sucessivamente.
- 69 Esta é a trajetória clássica delineada por Lenin (1964). Durante muitas décadas, os estudos rurais estiveram presos a este modelo ao ponto de ele praticamente ter se tornado cego perante padrões desviantes e/ou contrastantes.
- 70 Djurfeldt (1999), Goodman (2004), Gorlach e Mooney (2004) e Dupuis e Goodman (2005) incluem discussões críticas sobre a perspectiva da recampesinização.
- 71 Ao mesmo tempo, o autor acrescenta que “esta idéia serve para distinguir os camponeses de sua relação mais próxima, a unidade agrícola comercial que está completamente integrada em mercados em pleno funcionamento” (Ellis, 1993).
- 72 Assim sendo, usando a proposta analítica de Frank Ellis, chego a uma conclusão diametralmente oposta à sua. A diferença é que eu uso dados *empíricos* acerca de mercados e da integração em mercados, enquanto ele se baseia em suposições da economia neo-clássica.
- 73 É precisamente isto que tem sido demonstrado em uma grande variedade de estudos empíricos sobre estilos de agricultura. Para uma síntese destes estudos, ver Ploeg, 2003a, capítulo 3.
- 74 Calculado como M-s resp. M+s.
- 75 Os dados foram calculados de acordo com a Figura 2.3 (relação a). Cada célula fornece a parte de um determinado recurso que é mobilizado no mercado como percentagem da quantia total disponível para esse recurso específico. O leitor interessado nos aspectos técnicos desta abordagem pode ver Ploeg, 1990a.
- 76 É importante sublinhar que as proporções apresentadas são independentes de níveis tecnológicos e de condições ecológicas. Tanto na Holanda, como no Peru, é possível administrar uma unidade agrícola apenas com trabalho familiar (neste caso, a dependência do mercado de trabalho é de 0%), enquanto o oposto também é possível (trabalho assalariado significa 100% de dependência). A dependência elevada do mercado de trabalho na produção da batata nos Andes, no Peru, por exemplo, não é um reflexo do nível relativamente baixo de mecanização. Ela reflete o fato de as trocas socialmente reguladas de trabalho terem sido substituídas, até certo ponto, por relações de trabalho assalariado. Isso foi uma consequência dos programas de crédito (ver Ploeg, 1990a, capítulo 3) e da disseminação de novas seitas cristãs, como a Igreja Adventista do Sétimo Dia (ver Long, 1977).
- 77 Embora tenha sido possível alcançar um bem-estar relativo, a noção de plenitude não entra, definitivamente, nos mundos da vida dos camponeses, especialmente porque a ameaça de perder partes da base de recursos está sempre presente.
- 78 A usurpação de terra por outros, o roubo de água, a exclusão e os obstáculos ao acesso a serviços importantes têm o mesmo efeito.
- 79 É claro que não é impossível estabelecer relações mercantis para expandir a base de recursos. Porém, quando isso acontece, o modo camponês de fazer agricultura transforma-se no modo empresarial de fazer agricultura, como argumentarei mais adiante. No modo camponês de fazer agricultura o crescimento (isto é, a expansão da base de recursos) é tipicamente “orgânico”,

ou seja, ele depende de e se baseia nos ciclos de produção anteriores e na riqueza gerada por eles.

- 80 Se as condições principais forem iguais, o modo camponês de fazer agricultura resulta em rendimentos que superam os resultados dos outros modos. No caso da América Latina, esse fato está vastamente documentado nos estudos da CIDA dos anos 60 (CIDA, 1966 e 1973). Contudo, a condição *ceteris paribus* é cada vez mais inválida: a unidades capitalista e/ou a unidade empresarial têm acesso a tecnologias que são inacessíveis a produtores camponeses. Ademais, na agricultura capitalista e empresarial o tempo e o espaço são frequentemente organizados de tal forma que, numa primeira impressão, sua principal característica parece ser uma renda elevada. No sistema de confinamento, por exemplo, é possível atingir uma produção extremamente elevada por hectare, mas isso se deve, evidentemente, às importações de rações e forragens produzidas em outros lugares. O mesmo aplica-se, por exemplo, à reorganização do tempo para a reprodução. As vacas podem produzir uma renda muito elevada de leite *por ano*, mas sua longevidade (o número *total* de anos que uma vaca é lactante) é reduzida radicalmente.
- 81 Dentro dos repertórios culturais do campesinato, “comer o capital na sua própria propriedade” é sempre considerado um grande erro, se não mesmo um pecado absoluto.
- 82 *Relativamente* abundante quando comparada com a disponibilidade de terra, animais e outros recursos físicos. Em alguns momentos específicos (por exemplo, na preparação das terras ou na época de colheita) pode haver uma escassez *absoluta* que deve ser remediada através da reciprocidade e/ou do mercado de trabalho.
- 83 Esta unidade orgânica implica que os recursos materiais não entrem no processo de produção como capital, sendo e permanecendo objetos e instrumentos de trabalho.
- 84 Assim, os processos de produção e reprodução representam uma unidade orgânica. Esses dois processos estão intimamente relacionados. No modo empresarial de fazer agricultura, as tarefas reprodutivas são cada vez mais externalizadas para agências exteriores. A unidade orgânica de produção e reprodução de tempos passados é substituída por uma rede complexa de novas relações mercantis e prescrições técnico-administrativas (ver Benvenuti *et al.*, 1988).
- 85 Neste ponto, o trabalho de Chayanov ainda é extremamente válido. Para uma aplicação recente, ver Broek, 1988.
- 86 O que se deve, no caso da agricultura empresarial, ao fato de as unidades agrícolas individuais se expandirem através da eliminação e aquisição de outras unidades (ver Ploeg 2003a, capítulos 6, 7 e 8 para uma discussão mais elaborada). No caso da agricultura capitalista, o aumento do valor agregado não é um princípio organizacional. Os aumentos do lucro e da rentabilidade são centrais. Estes podem ocorrer em simultâneo com a estagnação ou mesmo com a redução dos níveis de valor agregado, como demonstram suficientemente o uso extensivo das terras nas típicas *haciendas* da América Latina e os processo atuais de *ganaderización* (ver capítulo 5).
- 87 Por exemplo, em terraplenagem, na construção de sistemas de irrigação, de instalações de drenagem, de escudos de proteção contra ventos e de melhores edifícios na unidade agrícola.
- 88 A obtenção de animais melhores através da seleção, de melhores variedades de plantas através de cruzamentos de plantas, de terras de maior qualidade através de estrumação e da drenagem de campos.
- 89 É interessante ver que Lenine (1961) já criticava essa posição há tanto tempo atrás. No entanto, os “leninistas” de hoje (ver, por exemplo, Sender e Johnston, 2004) continuam a rejeitar a alternativa implícita na intensificação baseada no trabalho.
- 90 Os meeiros (*mezzadri*) italianos temiam que a distribuição da colheita fosse redefinida de forma desfavorável (por exemplo, de 50-50 para 40-60) caso o rendimento aumentasse. Então, eles criaram propositivamente campos que davam pouco rendimento através da aplicação de técnicas de lavoura específicas (basicamente do centro para as margens).

- 91 A agricultura de baixo custo é um estilo agrícola específico. Esse estilo visa uma produção realizada com baixos custos monetários. O uso de insumos externos é tão baixo quanto possível (Ploeg, 2000).
- 92 Bernstein (2004) formula uma crítica sobre o que ele interpreta como uma expressão de “populismo neoclássico”. Em minha opinião, essa crítica tem uma falha grave: ela se centra nas pequenas propriedades em si e não na dinâmica da intensificação baseada no trabalho.
- 93 Nunca existiu uma “economia natural” (por oposição a uma suposta “economia totalmente mercantilizada”, que algumas vezes se considera que representa a nossa era).
- 94 O campesinato emergiu como um conglomerado de produtores livres que se libertaram das correntes impostas pelo feudalismo. Isso ocorreu, em primeiro lugar, na periferia dos grandes impérios feudais (por exemplo, em Friesland e Groningen, Hofstee, 1985a), e durante e após a revolução francesa por toda a Europa. A diferença decisiva associada a estas mudanças é que o camponês é dono da sua própria terra e do seu próprio trabalho, o que não é o caso do servo feudal. Contudo, a conversão da propriedade formal numa propriedade, posse e controle reais acabou por ser uma trajetória longa.
- 95 A ligação entre as poupanças e os investimentos explica o fenômeno do chamado “ciclo do porco”.
- 96 O processo de conversão não se limita, obviamente, à transformação única de valores de troca em valores de uso. Existe uma redefinição social de valores muito mais vasta que pode implicar muitos passos diferentes, como ilustram, por exemplo, Long e Villareal (1998) em seu estudo sobre as cascas do milho mexicano que são convertidas, na Califórnia em uma grande variedade de *tortillas*. Ver também o capítulo 10 deste livro.
- 97 Esta metáfora poderosa é usada por toda a Europa e fortemente enraizada nos diferentes repertórios culturais e processos históricos associados.
- 98 O valor baixo do aluguel não significa que os arrendatários estejam agindo de forma irracional. De fato, através da venda da terra e de um investimento do dinheiro da venda em certificados de ações, eles poderiam obter benefícios muito mais elevados em curto prazo. No entanto, eles perderiam a segurança de longo prazo que a propriedade de uma terra proporciona.
- 99 Em 1973 e 1974, vivi e trabalhei durante dezoito meses em Catacaos e, em 1977, publiquei um livro baseado nas minhas experiências nessa comunidade. Ver Revesz *et al.* (1997, p. 546) para uma referência sobre isso. Em 2006, o Instituto de Estudios Peruanos (IEP), em Lima, publicou uma edição alargada que incluía os resultados de minha última visita, em 2004. Durante os anos que passaram visitei Catacaos em 1976, 1978, 1982 e 1987. Muitas pessoas me ajudaram ao longo desses anos. Gostaria de expressar aqui minha gratidão para com Ruffo Carcamo Ladines, Julia Yepes, Julio More, Jose del Carmen Vilchez Lachira e Rutgerd Boelens. Apresentei e discuti as principais conclusões deste capítulo na conferência internacional WALIR sobre “Pluralismo Legal, Políticas da Água e Direitos Indígenas” que teve lugar em Cuzco, de 28 a 30 de Novembro de 2006.
- 100 Na língua local, a expressão *pequeños propietarios* é normalmente abreviada para *pequeños*, assim como *trabajadores estables* é abreviado para *estables*.
- 101 Slicher van Bath (1960) usou a proporção entre o rendimento e as sementes como um indicador principal de progresso ao longo da história agrária.
- 102 Scorza (1974) descreveu a noção de invisibilidade e o medo da invisibilidade no campesinato dos Andes de forma convincente e bela. Para uma discussão teórica, ver Montoya (1986).
- 103 É claro que esta é uma característica geral da América Latina e de muitas outras partes menos desenvolvidas do mundo. Ver Long e Roberts (2005) para uma retrospectiva das tendências demográficas em áreas rurais na América Latina.
- 104 Relativamente à Europa, é possível referir o episódio relativamente recente da recampesinização em Trás-os-Montes (cf. Dries, 2002). Sevilla Guzman e Martinez Alíer (2006) analisam os novos movimentos sociais na região da Andalucia em termos de recampesinização. Na Escócia, o Scottish Office (1998) faz o mesmo. Para processos que ocorreram na Europa de Leste, ver Hahn (2003) e Burawoy (2007). Em Ploeg *et al.* (2000) e Ploeg, Long e Banks (2002) são

descritas expressões contrastantes de processos semelhantes de recampesinização na Europa. Em Scetri (2001) e Coldiretti (1999) é descrita uma grande variedade de casos empíricos. Para os Estados Unidos da América, ver Joannides *et al.* (2001). Na América Latina, o exemplo mais visível, massivo e conhecido é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil - ver Hammond (1999), Cabello Norder (2004), Souza Martins (2003) e Branford e Rocha (2002). Outros episódios são descritos por Vaeren (2000), Zamosc (1994), Enriquez (2003) e Gates (1993), enquanto Schüren (2003) atenta nas complexidades dos processos combinados de descampesinização e recampesinização em um nível micro. As expressões típicas de “desenvolvimento rural” onipresentes na Europa não são ausentes na América Latina nem em outros continentes (re. Kop, Sautier e Grez, 2006, e Gerritsen *et al.*, 2005 e 2007). Indiretamente, o debate entre os chamados “campesinistas” e os “descampesinistas” que surgiu durante praticamente todas as grandes transformações agrárias das últimas décadas (no Chile, Nicarágua, Moçambique, Angola, Guiné Bissau, e assim por diante) é uma expressão teórica do “espaço” que (pelo menos hipoteticamente) permite a recampesinização. Ernest Feder (1977, 1978) fornece uma retrospectiva e uma discussão teórica sólidas desse “espaço”. Sobre esse “espaço” em Moçambique, existe uma descrição e análise recente de Hanlon (2004).

- 105 Internacionalmente, este fenômeno é conhecido como a emergência da “agricultura urbana e periurbana” (Veenhuizen, 2006). Em Catacaos isso se aplica à maioria das famílias que possuem algum tipo de gado ou porcos, enquanto a produção de vegetais para auto-consumo e a produção de forragens também têm um papel significativo. É revelador que, atualmente, cerca de 35% da população de Catacaos vivam nos chamados *Asentamientos Humanos*, um eufemismo administrativo para bairros degradados.
- 106 Neste período, sua condição mudou de trabalhadores assalariados para pequenos agricultores.
- 107 O resto da área é composto pelos distritos de Chalaco, la Matanza, Salitral, Santa Catalina, San Domingo, las Lomas, Rinco Llenada, Tambo Grande, Piura e Castilla.
- 108 Normalmente a expansão de grandes sistemas de irrigação está associada a uma diminuição da proporção entre homem/terra (ver Ploeg, 2006d, especialmente o Capítulo 5).
- 109 Atualmente, o preço do arrendamento de um hectare de terra por um ano (o que permite a plantação de duas culturas por ano) é de 300 a 500 soles (cerca de 100 a 165 dólares americanos). O proprietário usa normalmente esse valor para comprar os fertilizantes para a sua parcela de terra.
- 110 O processo de produção nestas *haciendas* era, no geral, relativamente extensivo e de grande escala. Este tipo de produção agrícola extensiva foi vastamente documentado e analisado nos estudos do CIDA da década de 1960 (ver, para o Peru, CIDA, 1966, e para uma retrospectiva geral, Feder, 1973). A questão aqui é que a Missão Iowa perdeu a oportunidade de introduzir, logo desde o começo, o modo de produção bem mais intensivo praticado na economia camponesa. Isso teria levado a níveis de emprego muito mais elevados. Ver Ploeg, 1990a (Capítulo 4) para uma descrição de lutas semelhantes visando a realização de níveis de produção mais intensivos.
- 111 Estes princípios foram elaborados por um pequeno grupo de agrônomos, advogados e cientistas sociais peruanos que trabalharam estreitamente com a comunidade de Catacaos. Eles elaboraram esses princípios com base no estudo da história da comunidade e, especialmente, em consultas extensivas nas muitas aldeias e UCP da comunidade. O grupo tornou explícito nesses princípios o que era sentido entre os *comuneros*. A situação política da época requeria realmente uma articulação clara de princípios partilhados pela comunidade para desafiar a reforma agrária imposta pelo Estado (ver Ploeg, 2006d). Estes princípios foram aceitos oficialmente em uma grande reunião de mais de 6.000 *comuneros* em Cruz Verde, Catacaos, em meados de 1973. Os princípios são freqüentemente usados em reuniões internas para resolver conflitos e, especialmente, como resposta ao Estado. Ou seja, eles são *diretrizes* para uma *prática* rica em vários níveis.

- 112 Halamska relaciona a expansão e/ou redução com “a vontade do centro político”. Os seguintes aspectos são típicos da situação peruana: a) a força do movimento camponês foi fortemente reduzida, especialmente desde meados da década de 1990; e b) a estabilidade interna já não depende da produção nacional de alimentos pelo campesinato (é possível importar alimentos baratos da Ásia). Assim sendo, o “centro político” poderia mudar sua política agrária, abandonando o enfoque no campesinato em favor da nova “economia agro-exportadora” emergente.
- 113 Esta é uma diferença importante em relação à agricultura organizada numa base individual. A necessidade de um envolvimento em transações complexas, o risco de doenças, etc, causam frequentemente atrasos na realização oportuna de tarefas específicas. Isso tem efeitos negativos nos níveis de rendimento.
- 114 Existiram e existem ainda muitas situações em que essas receitas não-agrícolas são usadas para financiar, ainda que em parte, o ciclo de produção seguinte. Hoje isso é praticamente impossível devido aos custos de produção muito elevados em comparação com os níveis muito baixos dos salários (em média 10 soles por dia).
- 115 Esse fenômeno foi entendido (ver Kearney, 1996) como representativo do desaparecimento definitivo do campesinato. É claro que essa é uma interpretação completamente errada. O que vemos nesse fenômeno é, em primeiro lugar, um mecanismo de defesa para sobreviver em condições difíceis *como camponeses*. Em segundo lugar, durante séculos e em todos os continentes, as economias camponesas revelaram possuir este fenômeno. Ou seja, ele não representa o começo de um *adieu* definitivo, mas sim um aspecto periodicamente recorrente que nos diz algo acerca das inter-relações entre o sector camponês e a economia em geral (e, conseqüentemente, acerca dos níveis de pobreza em que os camponeses vivem).
- 116 Ao longo das últimas décadas ocorreu uma desmecanização tanto na serra como nas áreas costeiras. Comparada com os preços decadentes (e com muitas flutuações), a mecanização tornou-se demasiado cara e arriscada. A transformação das cooperativas em pequenas unidades camponesas também contribuiu consideravelmente para a reemergência da tração animal.
- 117 O termo significa, literalmente, “bater e fugir”. *N.T.*
- 118 Todo o arroz produzido é exportado, enquanto o consumo de arroz no Peru é, na maioria, baseado na importação de arroz barato da China, das Filipinas, da Coreia e do Equador.
- 119 Além do capital, as capacidades de organização e o acesso a canais internacionais de comercialização são aqui também cruciais.
- 120 Um dos riscos consideráveis das tecnologias atuais de produção de arroz é a salinização das terras.
- 121 De fato, essas terras só poderiam ser vendidas pelo Ministério da Agricultura pois esse Ministério tinha rejeitado as reivindicações das comunidades próximas de que as terras lhes pertenciam. Segundo o Ministério, as terras não tinham sido lavradas, por isso elas não poderiam pertencer às comunidades. As comunidades responderam que não podiam ter lavrado as terras porque não tinham água. Este tipo de confusões terríveis é onipresente em qualquer esfera no Peru. O mesmo se aplica ao uso de água de irrigação para a produção de caranguejos de água doce em lagos artificiais. Formalmente, isso foi proibido, mas as empresas alegam que a água é essencialmente usada na irrigação de culturas e que os caranguejos apenas são criados entre essas épocas.
- 122 Esta expressão do Império é controlada por um grupo de investimento composto por oito membros, dos quais o mais importante é conhecido localmente como *Mustafa*. Ele é de origem árabe.
- 123 *Gamonal* é um termo fortemente pejorativo usado no campo para falar dos grandes proprietários de terras e daqueles que se associam a eles.
- 124 Casos semelhantes são descritos em Feder (1977), Llambi (1994) e Barros-Nock (1997).
- 125 O Peru se tornou o maior exportador de aspargos à escala global. Esta cultura substituiu os principais produtos exportados anteriormente, o açúcar e o algodão. Contudo, recentemente a China tomou a posição do maior exportador global.

- 126 De um ponto de vista econômico, isso é muito favorável, pois exige melhoramentos de terra muito menores (como, por exemplo, o nivelamento de terras). Assim, os custos irrecuperáveis são baixos porque são feitos poucos investimentos em longo prazo que liguem a empresa a uma localização específica. Dessa forma, a empresa pode se mudar facilmente para outro lugar.
- 127 A grande área agrícola especializada no cultivo de aspargos em Navarra, Espanha, sofreu uma grande regressão devido às importações do Peru e da China. O mesmo aconteceu em outras regiões semelhantes na Europa.
- 128 Todas as grandes contra-reformas atacam precisamente este ponto nevrálgico. Um caso famoso e bastante documentado é o das cooperativas camponesas no Algarve que foram criadas depois da Revolução dos Cravos em Portugal.
- 129 Estas conclusões indicam que muitas das mudanças introduzidas durante o período da “liberalização” (durante o qual reinava o Consenso de Washington) são, em grande medida, irreversíveis. Isso implica que novos projetos políticos precisam ir além dos esquemas que foram aplicados com algum sucesso antes da época da liberalização.
- 130 Este argumento acerca da relação dialética entre instituições e suas expressões organizacionais foi desenvolvido de forma eloquente por Anton Zijderveld, entre outros, na sua publicação de 1999.
- 131 O texto que se segue é fundamentalmente baseado no livro intitulado *Latte vivo*, do qual sou co-autor (Ploeg *et al.*, 2004) com algumas das pessoas mais bem informadas acerca da indústria do leite italiana, entre os quais Corrado Pignagnoli, ex-secretário geral de Coldiretti, e ex-secretário geral do Ministério da Agricultura Italiano durante o período Marcora; Enrico Bussi, ex-diretor do CRPA (um excelente instituto de pesquisa especializado em questões relacionadas com a produção de leite) e mais tarde diretor da organização *Unalat* que administrava os sistema de quotas na Itália; Bruno Benvenuti, ex-professor de sociologia rural em Trento, Wageningen e Orvieto; Giuseppe Losi, o principal especialista italiano em tecnologias de processamento de leite; e Cees de Roest, pesquisador do CRPA e assessor do Consórcio para o Queijo Parmesão. Carlin Petrini, o presidente do movimento italiano de *Slow Food*, escreveu uma introdução para o nosso livro em italiano. Sergio Nasi, o presidente na Associação Nacional de Cooperativas Agrícolas, escreveu um *postfazione*.
- 132 O fato de o subtítulo do livro de Gabriele Franzini sobre a Parmalat (2004) se referir diretamente ao Império é significativo: “Il Crac Parmalat: Storia del crollo dell’impero del latte”. Na página 13 deste livro é feita outra referência provocadora: “Era o Império de Calixto Tanzi, o Império do Leite que não conhecia o pôr-do-sol”, pois a Parmalat tinha sucursais “do Canadá à Austrália, da Europa à África do Sul e da Rússia à América Latina”.
- 133 Na literatura disponível, o Império é muitas vezes identificado com a expansão *global* do mercado, isto é. com “movimentos espaciais” que acabam por abranger mesmo os lugares mais remotos do planeta. Acredito que essa noção é enganadora. Hoje, existem muito poucos lugares no globo que ainda não foram “conquistados”. A expansão global não está seguindo o modelo “clássico” do imperialismo. Em vez disso, o que estamos enfrentando é *uma nova vaga de “mercantilização”* (Burawoy, 2007): áreas não-mercantilizadas (como, por exemplo, a natureza, o ambiente e a saúde) estão sendo convertidas em novos mercados e não-mercadorias estão sendo convertidas em mercadorias. Ao mesmo tempo, as barreiras clássicas que limitavam e disciplinavam o mercado (a regulação estatal e os múltiplos acordos institucionais na sociedade civil) estão cada vez mais sendo eliminados para criar mais espaço para a mercantilização.
- 134 Um elemento interessante é que este valor pode ser ligeiramente modificado dentro da estrutura de determinadas relações sociais. Uma cooperativa de produção de leite, por exemplo, poderia ser uma garantia de escoamento do leite dos produtores em longo prazo (Dijk, 2005). No contexto da ajuda ao desenvolvimento, uma unidade de processamento poderia funcionar como o impulso central para o aumento do número de pequenos produtores de leite. Para os grupos consumidores atuais, o valor principal de uma unidade cooperativa de

produção de leite reside provavelmente no fato de ela conseguir fornecer produtos lácteos de alta qualidade e produzidos localmente. Mas isso não invalida a necessidade de reproduzir essa unidade como empresa. Contudo, a questão é que o valor da empresa era, até certo ponto, negociável e moldável.

- 135 Pela empresa italiana Cirio, a Parmalat pagou um preço que correspondia ao “peso da Cirio em ouro” (Franzini, 2004, p. 64), especialmente porque a Parmalat teve de adquirir também as dívidas dessa empresa (que eram superiores ao valor da própria Cirio). Essa aquisição também revelou a forma como a política, a indústria e os bancos se interligam. Tanzi, o proprietário da Parmalat, foi pressionado pelo governo para comprar a Cirio (para livrar o governo de um problema desagradável causado por demissões em massa e agitação política) e também pelo Banco Central (para evitar prejuízos graves nos bancos envolvidos e a provável falência de pelo menos alguns deles).
- 136 Em retrospecto, grande parte dessa confiança institucionalizada acabou por ser virtual. Segundo fatos que foram apenas conhecidos recentemente, os grandes bancos italianos diminuíram sua participação na Parmalat durante 2003 de 229 para apenas 31 milhões de euros. O *Deutsche Bank* “enganou” deliberadamente o mercado, anunciando uma participação de 5% na Parmalat, quando, nesse preciso momento, terminou completamente seu envolvimento com a empresa (Repubblica, 2007).
- 137 Em termos quantitativos, enquanto a Parmalat, como empresa, possuía, de acordo com a denúncia oficial dos procuradores de Milão, um déficit acumulado e camuflado de 7 bilhões de euros, Tanzi, como pessoa, tinha “apenas” retirado 800 milhões de euros.
- 138 Quando o valor das ações diminuiu nos últimos meses de 2002, muitos acionistas pensaram que isso se devia a uma manobra brilhante de Tanzi para trazer as ações de volta para a família.
- 139 Existem, evidentemente, outras condições, como por exemplo, uma mudança já generalizada nos padrões de consumo de alimentos. Sem a “nação *fast food*” (Schlosser, 2001), ou seja, a presença de pessoas que se preocupam cada vez menos com o que comem, os impérios alimentares seriam menos proeminentes. O mesmo se aplica às relações de poder extremamente desiguais entre Estados-nação e aos crescentes envolvimento entre grandes corporações e o Estado (Korten, 2001).
- 140 Um dos aspectos centrais do projeto de Tanzi, o proprietário da Parmalat, era o pressuposto de que a conotação positiva da região de Parma (conseguida com o queijo *Parmigiano-Reggiano* e o presunto de Parma) poderia ser associada aos seus produtos lácteos.
- 141 Através dos mercados financeiros globais e da equidade privada e fundos de hedge que operam neles, as empresas e as instituições *em geral* são convertidas em mercadorias. Fora desses novos mercados é difícil conceber infra-estruturas físicas, redes, empresas, participação no mercado, aumentos esperados de lucratividade, etc, como mercadorias.
- 142 Cada vez mais se reconhece (devido às atividades dos fundos de hedge) que, em casos particulares, o “terceiro nível” (ou holding) não só não rende qualquer valor agregado, como *custa* uma quantia considerável de dinheiro, ou seja, ele *esgota os fundos*. Em consequência, uma empresa pode estar em melhores condições financeiras e ter um valor mais elevado se sua “sede” for extinta (Volkskrant, 2006).
- 143 Essa diferença impressionante deve-se ao impacto diferencial de uma multinacional (neste caso, a Parmalat) comparada com as estruturas cooperativas que dominam o processamento do queijo parmesão. O título revelador do manual sobre cooperativas agrícolas de van Dijk’s, *Onde o mercado falha*, se aplica a esta situação.
- 144 As diferenças entre as Tabelas 4.4 e 4.5 devem-se às flutuações anuais e à inclusão *versus* a exclusão do Imposto sobre o Valor Agregado.
- 145 Fundo regulatório para o setor leiteiro. *N.T.*
- 146 Essas importações estão relacionadas com a história do déficit na produção de leite na Itália, que desde a metade da década de 1980 foi institucionalizado através do sistema de quotas europeu. Não era permitido à Itália aumentar sua produção nacional de leite. No entanto,

- é importante notar que as importações de leite não estão necessariamente limitadas a este tipo de situações deficitárias. Na Holanda, um país com excedentes elevados na produção de leite, o que faz do país um grande exportador líquido, continuam a existir importações consideráveis desse produto. Com a crescente liberalização do mercado de leite, essas importações irão se tornar cada vez parte da vida quotidiana, especialmente porque a terceirização é extremamente lucrativa.
- 147 Isso também se deveu à solidariedade do público italiano que queria apoiar os trabalhadores. Por isso as vendas dos produtos da Parmalat aumentaram depois da quebra.
 - 148 Peppelenbos também salienta o preço a ser pago por essa organização: “divisões de tarefas confusas, custos de transação elevados, desconfiança institucional e baixa capacidade de inovação”. Em consequência, a “Tomato” “entrou [no final] em crise profunda”.
 - 149 Contudo, essas dívidas e os danos que ocorreram todos os anos foram bem escondidos do mundo exterior. Até cartas de crédito falsificadas (sugerindo, em um dos casos, uma linha de crédito de 3,8 bilhões do *Bank of America*) foram usadas para construir as imagens virtuais necessárias de uma empresa sólida e poderosa. O aumento virtual do volume de negócios no balanço foi outro instrumento importante (tal como aconteceu na Ahold com o famoso caso da carta complementar). Franzini observa que o aspecto central destas empresas é “a necessidade de criar a imagem de fluxos de caixa que na realidade não existem” (2004, p. 113).
 - 150 Esta expressão estranha, que é igualmente estranha na língua italiana, foi criada propositalmente para fugir às leis que regulavam o tratamento do leite “normal”, o leite “branco”. *N.T.*
 - 151 Também existem semelhanças. Durante o ano de 2004 e no começo do ano de 2005, a Albert Heijn, uma das principais unidades do grupo Ahold, desenvolveu um pacote estendido das chamadas marcas “da casa”, que em praticamente todos os aspectos exteriores (embalagem, apresentação, cores, slogans de acompanhamento) se assemelhavam a produtos de referência já existentes em outras indústrias alimentares (como a Becel, a Bertoli, a Lipton, a Calve, etc). Essas “imitações” conquistaram uma participação significativa no mercado. Embora não possa julgar o conteúdo da acusação, a Unilever processou a Albert Heijn, afirmando que a sua margarina saudável “de imitação” (uma cópia evidente do produto Becel da Unilever) não continha o tipo de gorduras necessário para manter as afirmações de benefícios para a saúde. Esse caso é semelhante ao *latte fresco blu* que era evidentemente apenas uma imitação do leite fresco *verdadeiro*. Retomarei essa questão mais adiante neste texto.
 - 152 Juntamente com estas iniciativas novas, quase sempre direcionadas para agricultores e apoiadas por grupos específicos de consumidores, existem algumas “áreas” históricas de distribuição direta de leite cru. Por exemplo, no País Basco, na Espanha, existem redes generalizadas construídas em torno da produção e distribuição de leite cru (Broek, 1988). Os impérios alimentares atuais estão exercendo fortes pressões sobre a Comissão Européia para proibir essas “áreas”, bem como as recentes iniciativas que igualmente pretendem criar novos circuitos curtos.
 - 153 Existe uma linha paralela ao leite cru de alta qualidade para a produção de queijo. Vários queijos de alta qualidade na Europa (como o *Parmigiano Reggiano*, ou o queijo parmesão, o queijo francês *Gruyere* e o queijo holandês *boerenkaas*) são feitos com leite cru. A flora de micróbios é, em parte, o que confere a esses queijos seu gosto especial. O seu processo artesanal de processamento também é essencial. Para obedecer aos requisitos da produção de queijo, o leite cru precisa ser de uma qualidade excepcionalmente alta. Nesse sentido, é significativo que, já em 1960, um perito holandês tenha observado que “o leite cru de uma exploração agrícola média holandesa já não possibilita a produção de queijo”. Nas indústrias de queijo atuais, o leite precisa ser tratado de forma complexa antes de ser convertido em queijo.
 - 154 Ver Saccomandi, 1998, para uma excelente discussão sobre este tipo de fenômeno. Além de ser um economista notável, Vito Saccomandi conhecia a indústria muito bem através de

- 155 Um caso trágico foi o do hormônio DES, que afetou as filhas das mulheres grávidas que usavam esses aditivos. Quando foram proibidos como medicamentos humanos, ainda continuaram sendo usados durante décadas na indústria de rações (especialmente em rações para porcos).
- 156 A partir de 1979, participei de programas de pesquisa nesta região. Anteriormente escrevi sobre estruturas diferenciadas de desenvolvimento agrícola, processos de mercantilização e, mais recentemente, sobre formas de recampesinização (Bolhuis e Ploeg, 1985; Benvenuti e Ploeg, 1985; Ploeg, 1987b, 1990a e 2003b). Gostaria de agradecer aos seguintes amigos e colegas: Eppo Bolhuis, Bruno Benvenuti, Enrico Bussi, Corrado Pignagnoli, Bruno Riva, Andrea Pezzani, Cees de Roest, membros do Gruppo Bizzozzero e pesquisadores do CRPA em Reggio Emilia. Devo muito a Paul Hebinck e a nossos estudantes da Universidade de Wageningen, com quem fui desenvolvendo minhas idéias ao longo do tempo sobre as muitas diferenças entre camponeses e empresários. Estou muito agradecido aos vários pesquisadores que se juntaram ao grupo de pesquisa sobre estilos de produção agrícola. Eles desvendaram a heterogeneidade da agricultura de hoje de forma competente.
- 157 É importante notar que os empresários relacionam a noção de margem com a unidade agrícola como um todo ou expressam essa noção por 100 kg de leite. Eles não estão particularmente interessados, por exemplo, na margem por vaca. O conceito de escala se refere à quantidade total de leite produzido em uma unidade agrícola.
- 158 Expressão usada quando, numa situação problemática, a tentativa de resolução apenas piora a situação inicial. *N.T.*
- 159 Em 1971, os empresários dedicaram grandes parcelas das suas terras à produção altamente lucrativa do momento de tomate e cebola, culturas que eram colhidas manualmente. Por conseguinte, os níveis de emprego foram ligeiramente “inflacionados” através do número elevado de trabalhadores diários contratados para a colheita. Mais tarde, a colheita foi mecanizada, mas na década de 1980 estas culturas desapareceram completamente das unidades agrícolas aqui consideradas.
- 160 Presume-se que o nível tecnológico seja constante. Portanto, estou me referindo a movimentos pequenos *ao longo* da curva de isopropriedade que liga a superfície em acres cultivada aos insumos de trabalho por acre.
- 161 A estrutura sócio-geográfica é, neste aspecto, muito reveladora. A introdução de estábulos com cubículos de confinamento (uma expressão bastante visível da modernização na atividade leiteira holandesa) foi iniciada no sul do país na década de 1960, se espalhou lentamente para este na década de 1970 e foi apenas aplicada de forma massiva no norte na década de 1980. O orgulho na prática agrícola funcionava como um obstáculo evidente no norte, porque os agricultores não aceitavam a tese de que, até aquele momento, sua prática era errada.
- 162 É interessante que essa relação entre uma grande intervenção estatal nos mercados agrícolas e o sucesso do projeto de modernização tenha sido observada, sobretudo pelos cientistas sociais do Terceiro Mundo (ver, por exemplo, Abramovay, 1992). Eles conseguiram ver facilmente essa relação entre a “água e os peixes”, uma vez que a “água” faltava frequentemente nas condições da periferia, assim impedindo a modernização ou mesmo tornando-a uma farsa. Porém, para a maioria dos observadores europeus, a presença da “água” era evidente. Eles tentaram explicar a modernização e a ascensão associada dos “empresários” se referindo a outras variáveis.
- 163 A *ganaderización* implica, muitas vezes, movimentações espaciais de grande alcance que interagem com divisões sociais do trabalho específicas e extremamente desiguais. Os pequenos produtores devastam partes da floresta, vendem a madeira a empresas internacionais, cultivam culturas por alguns anos e, depois disso, quando a exaustão do solo se instala, eles usam a terra para pastoreio e, finalmente, vendem-na a grandes empresas de criação de gado. Na Costa Rica, esses produtores, que vivem muitas vezes em condições extremamente precárias, são denominados de *precaristas* - uma expressão bastante reveladora. Estima-se que, daqui a

algumas décadas, esses produtores, e as grandes empresas de criação de gado que estão por trás deles, tenham atingido as margens do Oceano Atlântico.

- 164 Ao longo da história houve diferentes tipos de criação de animais em fazendas. Na América do Sul e na América Central, é freqüente encontrar *haciendas* bastante grandes nas quais a terra é essencialmente usada para a criação extensiva de animais. A partir da década de 1960, surgiram novas empresas de criação de gado, basicamente capitalistas, que se juntaram a essas *haciendas*. Isso foi, em parte, impulsionado pela “MacDonaldisação” que ocorreu, em primeiro lugar, nos EUA e, mais tarde, na Europa. Contudo, o *feedlot* (ou seja, o confinamento de animais para engorda numa pequena área, alimentados com rações e forragens obtidas noutros lugares) não foi típico nestas regiões, uma vez que o uso extensivo de pastos (o que resultava freqüentemente em uma degradação ecológica considerável) continuou sendo uma característica central.
- 165 As fazendas de criação de gado podem se expandir através da apropriação de terras que pertencem a camponeses. As fazendas dos *ganaderos* descritas por Gerritsen têm, em média, 100 hectares, enquanto uma unidade camponesa média controla apenas 3,5 hectares. No entanto, a expansão das fazendas implica, muitas vezes, outro mecanismo designado de *pastura* no México, através do qual um camponês arrenda o direito anual de pastoreio em suas terras. Com esse mecanismo, as terras já não ficam disponíveis, ou ficam apenas parcialmente disponíveis, para suas próprias atividades produtivas.
- 166 Aqui encontramos uma das expressões mais tradicionais da economia moral no centro do sistema agrícola mais modernizado da Europa, ou seja, a imagem do bem limitado.
- 167 O Sindicato dos Agricultores Holandeses (LTO) se redefiniu no final da década de 1990 como uma organização que tinha como objetivo lutar por aqueles “que têm futuro”.
- 168 Isto pode ser confuso numa primeira abordagem. Gostaria de relembrar o leitor de que a diferença entre camponeses e empresários não reside na magnitude em si. O essencial é a escala, isto é, a relação entre os objetos de trabalho e o uso de trabalho. Uma vez que as unidades agrícolas camponesas em Parma e em Reggio Emilia dedicam, sem dúvida, mais trabalho familiar à unidade, essas unidades são, em termos absolutos, maiores e ao mesmo tempo menores em escala do que as unidades empresariais.
- 169 A ironia é que aqueles denominados de “bons empresários” são “bons” devido à sua forma *camponesa* de praticar a agricultura, enquanto aqueles denominados de “empresários maus e fracassados”, “fracassam” precisamente devido a seu modo *empresarial* de praticar agricultura. Isso se relaciona, evidentemente, com o fato de as percepções científicas e populares dominantes de “empreendedorismo” se focarem, essencialmente, em resultados *ex post* (enquanto não são capazes de decifrar as bases *ex ante* desse fenômeno). Ninguém pode nem irá dizer o que um empresário tem de fazer exatamente para se *tornar* num bom empresário. Muitas prescrições e recomendações são sugeridas, mas se elas não funcionarem, isso será sempre atribuído ao “mau empreendedorismo”. O empreendedorismo tem que ver com “fazer dinheiro” (e com “fazer mais dinheiro com dinheiro”), mas é difícil saber *ex ante* qual a combinação que rende os melhores resultados (ver Tabela 5.4), que tipo de gado é melhor (ver Figura 5.10) e/ou que alternativa (continuar na atividade agrícola ou vender a terra e reinvestir em outro lugar) rende mais.
- 170 Este conceito difere do conceito de valor agregado bruto apresentado na Tabela 5.3. A diferença entre os dois reside, em parte, nas depreciações e salários pagos.
- 171 Este desenvolvimento já tinha sido previsto no final do Capítulo 5 da versão holandesa do *Agricultor Virtual* (Ploeg, 1999, p. 244-245). Outro alerta precoce é dado em Buckwell *et al.*, 1997.
- 172 Um título apto que também sugere uma diferença ligeiramente escondida *vis a vis* o LEI (o departamento estatal de contabilidade). O último produz números que não dizem muito e que são bastante confusos.
- 173 As diferentes reações dos camponeses e dos empresários perante crises são descritas em vários estudos empíricos. Para o caso da agricultura norte-americana, ver, por exemplo, Barlett, 1984;

Strange, 1985; Salamon, 1985 A avaliação é que “a crise financeira da década de 80 afetou as grandes unidades agrícolas mais do que foi reconhecido de um modo geral”, enquanto as atividades agrícolas menores “nem sempre prosperam, mas persistem, apesar das políticas públicas que desejam eliminá-las [...] elas são resistentes e difíceis de exterminar” (Strange, 1985, p. 6-7). Salamon tende a retirar conclusões semelhantes (1985, p. 338). Barlett (1984, p. 841, Tabela 3) demonstra o mesmo. Contudo, estas observações nunca entraram na teoria. As teorias dominantes continuam centradas em torno da *invencibilidade* da agricultura empresarial de grande escala e as sugestões de alternativas, dúvidas, etc, são sistematicamente omitidas. As políticas e a ciência optam por uma ignorância auto-imposta. Como sistemas especialistas, elas estão “à deriva” (Jacobs, 1999). Contudo, tal como passaremos provavelmente de uma crise conjuntural para uma crise estrutural (ver Capítulo 1 e 10 deste livro), será difícil ignorar a extinção da agricultura empresarial por mais tempo.

- 174 Estive envolvido, em nível europeu, na preparação das duas grandes Conferências Europeias de Desenvolvimento Rural, em Cork (1996) e em Salzburg (2003). Na Holanda também estive estreitamente envolvido na prática do desenvolvimento rural através de várias ONGs, tais como o Grupo Wadden, a Produtos Regionais da Holanda (SPN) e a SBNL (conglomerado de agricultores e proprietários ativamente gerenciando a paisagem e a biodiversidade). Nosso grupo de pesquisa em Wageningen publicou os primeiros documentos holandeses sobre desenvolvimento rural na Holanda (Bruin *et al.*, Roex *et al.*, 1993; Ploeg, 1994 e 1995; Ettema *et al.*, 1995; Broekhuizen *et al.*, 1997a e b).
- 175 Em uma discussão sobre a persistência do campesinato no mundo em desenvolvimento, Johnson (2004) critica com razão Bernstein, que afirmava que “os campesinatos [...] que habitavam “o mundo do passado” [...] são efetivamente destruídos pelo capitalismo e pelo imperialismo” (2001, p. 45). Johnson defende que o capitalismo e o imperialismo não resultaram “no desaparecimento do campesinato, *mas na sua redefinição*” (p. 64; o itálico é meu). Isso também se aplica ao mundo “desenvolvido”. Na Europa, “o campesinato de hoje [também] consiste em uma população lutando pela sobrevivência, se unindo para controlar os meios de produção [...] e excluída do sistema que anteriormente oferecia uma esperança de desenvolvimento” (Johnson, 2004, p. 64).
- 176 Relativamente à situação holandesa, ver LEI 2005; Schoorlemmer *et al.*, 2006; Ploeg, 2002; LNV 2005; Venema, 2006, e para outros países europeus, DVL, 1998; Stassart e Engelen, 1999; Scettri, 2001; Ploeg, Long e Banks, 2002c; O'Connor *et al.*, 2006.
- 177 Ver Henk Oostindie e Nicholas Parrott, 2001, que fornecem a biografia “média” das diferentes práticas de desenvolvimento rural. A maioria dessas práticas foi desenvolvida antes das discussões sobre desenvolvimento rural estarem em voga. A distância entre o “nascimento” da maioria das iniciativas práticas e a *implementação* de políticas de desenvolvimento rural é ainda maior. Ver também Oostindie *et al.*, 2002, p. 225, Tabela 13.
- 178 Neste ponto, não pretendo sugerir qualquer noção “estruturalista” O que quero salientar é que, depois de essas mudanças serem feitas, elas tendem a perdurar. Além disso, elas começam a fortalecer-se mutuamente. E quando surge a cooperação entre agricultores renovadores, as mudanças também se tornam um fenômeno estável, no sentido espacial.
- 179 É importante notar que estas tendências são cada vez mais desenvolvidas em conjunto e transportadas para níveis mais elevados de agregação. É isso que está acontecendo nas cooperativas ambientais (ou territoriais) criadas na Holanda (Renting *et al.*, 2001), nas rotas dos vinhos italianos (Brunori *et al.*, 2000), nos mercados de agricultores na Alemanha e na Inglaterra (Knickel e Hof, 2002; correspondente a Banks, 2002) e na “economia da castanha” em França (Willis e Capbell, 2004). É possível sustentar a mesma reconstrução e fortalecimento de autonomia em programas regionais astuciosos, tais como o Proder em Espanha, e o Region Aktiv na Alemanha (Dominguez Garcia *et al.*, 2006, Knickel, 2006).
- 180 Irlanda, Reino Unido, Holanda, Alemanha, Espanha e Itália (ver Ploeg *et al.*, 2002b).
- 181 Retirado de Oostindie *et al.*, 2002. Para informações mais detalhadas, ver Oostindie e Parrott, 2001.

- 182 O levantamento incidiu apenas sobre agricultores profissionais, isto é, agricultores que obtêm pelo menos 25% de sua renda através de atividades agrícolas.
- 183 Esta percentagem apenas inclui agricultores profissionais. Se os agricultores em tempo parcial e por hobby também fossem considerados (como é usual nas estatísticas nacionais e da UE), a percentagem seria muito mais elevada.
- 184 No presente, esse aumento será certamente muito superior. Contudo, não existem registros estatísticos dos fluxos subjacentes nem das atividades implícitas. Pelo contrário, quando a contribuição das atividades novas para a renda vai além dos 50%, estas são eliminadas das estatísticas agrícolas.
- 185 Isso se reflete no fato de os produtos resultantes de processos de diversificação implicarem um VA relativamente elevado por unidade de produto, quando comparados com produtos convencionais. Ver especialmente Roep (2002). Assim, a tendência preocupante anunciada no Capítulo 5 (ver Tabela 5.3 e a discussão associada) é de novo contestada.
- 186 O conceito de capital social é essencialmente usado para explicar a governança efetiva, um funcionamento estável da sociedade civil, mercados funcionando adequadamente (níveis elevados de capital social podem implicar custos de transação bastante reduzidos), etc. O conceito formula a hipótese de que níveis mais elevados de capital social induzirão a uma maior qualidade de vida.
- 187 www.worldbank.org/poverty/capital/index.htm. Ver também Galjart (2003). Harris (2002) contém uma crítica sólida.
- 188 Os habitantes foram questionados, em primeiro lugar, sobre o fato de redes específicas (de um total de dez) funcionarem ou não melhor no campo do que nas cidades e, em segundo lugar, foi-lhes pedido que avaliassem pessoalmente cada rede numa escala de 1 (muito má) a 10 (excelente).
- 189 Assim, dentro de uma única comunidade alguns podem dispor de um nível elevado de capital social e outros de um nível menor. Isso se relaciona com a visão de capital social de Bourdieu e com a noção de “fechamento” associada (Bourdieu, 1986). Ao mesmo tempo, se verifica que relativamente a uma zona específica (ou a uma combinação de uma zona específica com uma categoria social específica) os resultados agregados se referem à força e abertura das redes em si. Dessa forma, poderá ser possível resolver uma conhecida controvérsia relativamente à definição e medição do capital social (ver Lin, 1999, p. 36).
- 190 A inter-relação presumida implica que o capital social não pode ser criado nem mantido sem instituições apoiadas pelo Estado, como Harris (2001, p. 1-92) defendeu veementemente. A questão não se resume apenas a organizações horizontais de voluntariado. O papel do Estado e da política não pode ser ignorado. “As organizações sociais locais ou de base têm de ser consideradas no contexto da estrutura geral das relações sociais e de poder” (2001, p. 18).
- 191 Um dos pormenores interessantes que emerge deste programa de pesquisa específico é que muitos habitantes rurais (não agrários) consideram a prática agrícola multifuncional uma fonte interessante de empregos novos e atrativos no campo. Isso é fortemente contrastante com a agricultura empresarial que representa, acima de tudo, um “serviço fechado”.
- 192 O leitor mais interessado é aconselhado a ver Ventura *et al.*, 2007b.
- 193 Estas inter-relações sublinham mais uma vez que o capital social não é um bem simples e desmembrado. Ele apenas surge quando é ativamente mobilizado através de relações, encontros e confrontos múltiplos.
- 194 Nesse aspecto, foi famosa a introdução e o crescimento passo a passo do cultivo de Tiv. O Tiv é um grão de origem etíope sem glúten. Visto que um número crescente de consumidores é alérgico ao glúten (por exemplo, no pão), esse nicho parecia promissor. Em poucos anos, com muitas experiências - e aprendendo como lidar com contratempos e inseguranças - eles conseguiram aumentar 12 hectares de Tiv para um nível de cerca de 1.100 hectares. Essa experiência se tornou um dos recursos importantes no episódio seguinte.
- 195 Vários anos mais tarde, ou seja, no começo de 2007, a primeira das autorizações legais necessárias estava prestes a ser concedida.

- 195 Vários anos mais tarde, ou seja, no começo de 2007, a primeira das autorizações legais necessárias estava prestes a ser concedida.
- 196 Embora, não tenha desenvolvido essa idéia aqui, o projeto de Zwiggelte inclui claramente artesanidade. Essa artesanidade reside especialmente na “alimentação” do processo de fermentação com diferentes tipos de chorume e carbono em constante transformação. Isso requer um monitoramento constante e um aperfeiçoamento continuado. Um dos motivos que explica a disseminação da produção de bioenergia entre os agricultores é que esse processo é muito semelhante ao processo de produção de rações para gado: ambos requerem artesanidade e a habilidade associada.
- 197 Embora o objetivo que se pretende alcançar seja o mesmo, a habilidade funciona de uma forma radicalmente oposta ao “software embarcado”, discutido no Capítulo 9. A habilidade coloca no centro a mão-de-obra altamente qualificada e a condição de agente e responsabilidade implícitas nela. O software embarcado exclui a condição de agente e, especialmente, a responsabilidade. Por conseguinte, isso leva a uma degradação do trabalho.
- 198 O leite fresco do norte da Itália será seguramente diferente do leite fresco produzido no País Basco, na Espanha. Ver a este respeito Broek, 1998.
- 199 Isso não acontece apenas nas unidades de produção envolvidas, mas também nas redes mais amplas em que elas estão integradas. Um excelente exemplo disso (a produção, distribuição e consumo de carne chianina de grande qualidade) foi vastamente documentado em Ventura e Meulen, 1994; Ventura, 1995; Meulen, 2000; Ventura, 2001. Os estudos referidos mostram como os conceitos de qualidade circulam, se informam mutuamente e se adaptam uns aos outros, enquanto, em conjunto, eles criam confiança e interesses e perspectivas partilhadas. Isto é, eles exploram e descrevem a *construção social da qualidade*. Além disso, eles exploram e descrevem a construção social do mercado (neste caso, do mercado da carne chianina, que tem características que são decididamente diferentes daquelas de uma carne anônima). Para um raciocínio semelhante, ver Bagnasco, 1988 e Miele, 2001.
- 200 Isso também significa que a unidade de produção envolvida precisa controlar o fornecimento de insumos. Quanto maior for o escopo e o alcance da unidade envolvida (mais desenvolvido é seu caráter multifuncional), mais bem sucedida será a tecnologia orientada para habilidades.
- 201 Estes concursos são hoje freqüentemente organizados por províncias e organizações de agricultores para a integração da paisagem e da natureza na agricultura.
- 202 Farei apenas duas referências. As regras impostas após a explosão das doenças do gado, como a febre aftosa, obrigam a um registro rigoroso de todos os “contatos”. É claro que isso não é possível quando existem trilhas de caminhadas que atravessam as unidades agrícolas ou em unidades onde existem estabelecimentos comerciais. Em consequência, os agricultores estão em permanente infração. O mesmo acontece devido ao planejamento geográfico que separa zonas agrícolas especializadas de zonas de recreio, zonas de natureza e zonas de habitação, etc. Os agricultores que atravessam essas fronteiras (por exemplo, criando instalações para agroturismo) também estarão desrespeitando as regras. Os “Hotéis Camponeses” [*Farmer Hotels*] em torno de Amsterdã são um caso conhecido. Para essas “semi-ilegalidades”, os bancos não oferecem empréstimos. Por conseguinte, apenas os agricultores com recursos suficientes têm possibilidade de seguir estas trajetórias novas e altamente rentáveis. Em conclusão, estas contradições são desnecessárias. Elas apenas surgem porque o único ponto de partida para conceber regras e procedimentos é criado pelas empresas agrícolas especializadas. No âmbito da concepção de políticas, a unidade agrícola *multifuncional* é, evidentemente, uma “monstruosidade” (este conceito é freqüentemente usado nos estudos de transição): ela representa, de fato, um campesinato *não capturado*.
- 203 E, de certa forma, como uma *fachada* que permitiria a continuação da mesma PAC. Contudo, as políticas de desenvolvimento rural também foram entendidas por outros como uma nova *ponte* entre a Europa e as populações essencialmente camponesas espalhadas pelas zonas

- rurais européias. Em todo o caso, as novas políticas de desenvolvimento rural (ou a chamada “segundo pilar” da PAC) constituíram, desde o começo, um campo de batalha extenso.
- 204 As atividades consideradas como “atividades de desenvolvimento rural” foram sujeitas a prescrições formalizadas e muito detalhadas e apenas as unidades agrícolas e os atores que correspondiam a essas condições definidas *a priori* seriam subsidiados.
- 205 O conteúdo deste capítulo foi discutido em reuniões de agricultores e em vários fóruns nacionais e internacionais, bem como em algumas publicações um pouco dispersas. O congresso do SIDA, que teve lugar em Pisa, em 2005, o encontro de Seljord, na Noruega, no verão de 2006, e o Congresso Regional de Agricultura e Zonas Rurais na Toscana, realizado em Dezembro de 2006, foram especialmente importantes para este capítulo. Estou muito grato às seguintes pessoas: Fokke e Ella Benedictus, Taeke, Dictus e Douwe Benedictus, Pieter de Jong, Nico e Conny van Eijden, Geale Atsma, Douwe Hoogland, Foppe e Boukje Nijboer, Folkert Algra, Albert van der Ploeg, Jaap Dijkstra, Anita Andriesen, Jozias van Aartsen, Frank Verhoeven, Jaap van Bruchem, Jeroen de Groot, Johan Bouma, Lijbert Brussaard, Hugo Hoofwijk e Bert Wijnsma.
- 206 Inicialmente, estas cooperativas eram denominadas de “cooperativas ambientais” (sendo o meio ambiente seu objeto principal). Mais tarde, essa designação foi alargada e ao mesmo tempo especificada na presente: cooperativa territorial.
- 207 Na Holanda, a noção de “meio ambiente” se refere ao meio ambiente físico, isto é, à qualidade do ar, do solo e da água.
- 208 Estes segmentos podem entrar facilmente em conflito. A injeção de chorume na primavera, por exemplo, mata muitas aves jovens e destrói muitos ninhos. Ela também pode prejudicar a biologia do solo e assim reduzir os alimentos disponíveis para as aves e seus filhotes. O manejo do equipamento volumoso necessário para a injeção de chorume pode ser difícil em pequenos campos com cercas vivas circundantes. Assim surgem pressões para remover as cercas vivas e alargar os campos.
- 209 Em termos mais formais, isso pode ser definido como “auto-regulação legalmente condicionada”. O elemento teoricamente importante é que, através dessa estruturação, a *responsabilidade* não é eliminada, mas sim claramente definida e transferida para o nível onde deve residir. Essa “auto-regulação legalmente condicionada” contrasta radicalmente com o tipo hierárquico de controle à distância exercido por formas de regulação Imperiais.
- 210 A intervenção do Ministro foi decisiva Durante e, especialmente, após a assinatura do contrato, a burocracia do Ministério tentou ativamente demolir este processo novo e aparentemente ameaçador (ver Ploeg, 2003a para pormenores). Um ministro posterior, Brinkhorst, tentou impedir formalmente a “experiência”. No entanto, as cooperativas já tinham ganhado tanta força nessa época que ele falhou.
- 211 Mais tarde, esse se tornou um dos ingredientes do programa nacional para gestão da natureza pelos agricultores [*Programa Beheer*].
- 212 Na FNF isso é designado de “pesquisa guiada por agricultores”. Este programa foi iniciado com vista a monitorar, testar e desenvolver a gama de novidades propostas pelas cooperativas. Ao longo do tempo, esse primeiro programa evoluiu para um programa de pesquisa multidisciplinar para criar novas soluções em conjunto.
- 213 No caso de Catacaos, “Por uma comunidade que não permite a exploração de seus recursos nem a produção por elementos exteriores” (ver Box 3.4).
- 214 Potencialmente, essa mudança implica uma ruptura na “dependência de proteínas” ou, por outras palavras, na drenagem continuada das proteínas da agricultura do Terceiro Mundo através de, entre outras coisas, a produção e exportação de soja.
- 215 Neste ponto, não pretendo sugerir uma rejeição geral da criação de modelos. O que critico são os modelos genéricos que menosprezam, por definição, as especificidades do local. Mais adiante neste capítulo e também no Capítulo 8 apresentarei exemplos da criação de modelos alternativos que, por oposição, partem do local e ajudam a fortalecê-lo.

- 216 3MG é um acrônimo holandês para Monitoramento Ambiental Múltiplo para a Gestão de uma Área. O projeto pretende estabelecer objetivos ambientais para a área das Florestas do Norte da Frísia. As regulamentações ambientais relativas ao ar, água e solo não são devidamente coordenadas e são insuficientemente orientadas para regiões específicas. O objetivo deste projeto é encontrar uma solução para essa falta de coordenação. *N.T.*
- 217 A diferença é que, no programa estatal, a qualidade é meramente definida de forma negativa, isto é, como uma gama de infrações potenciais, não existindo qualquer referência às diferenças regionais. De acordo como o programa nacional, uma cerca viva é uma cerca viva, independentemente do lugar onde ela estiver. Para os que conhecem as paisagens e suas variações e contrastes regionais, isso é um absurdo, especialmente porque introduz, na prática, uma forte tendência para a uniformidade.
- 218 Todos os mapas das unidades agrícolas, descrevendo as medidas e elementos específicos, são digitalizados e reunidos num programa que permite adaptações rápidas, perspectivas em níveis mais elevados e uma grande redução dos custos de transação.
- 219 Tradicionalmente, uma gaiola protetora simples era colocada sobre os ninhos ou um galho era colocado próximo do ninho para sua identificação. Contudo, os predadores começaram a identificar essa prática e iam aos lugares onde viam um galho ou uma gaiola nos campos. Agora, os ornitólogos estão testando um aparelho de GPS que registra as coordenadas de cada ninho. Quando trabalha no campo, o agricultor ou, ainda mais importante, o operador da máquina contratado é automaticamente avisado através do GPS quando se aproxima de um ninho.
- 220 Historicamente, “reformismo” é um termo que se contrapõe a “revolução”. É um termo pejorativo. Tem sido presumido que as reformas reais só foram possíveis após uma mudança de regime (isto é, uma revolução). Qualquer tentativa de o fazer antes da tomada do poder político era considerada contra-produtiva - por isso, a conotação negativa dada a “reformismo”. Só mais tarde, durante a experiência chilena e o comunismo europeu, se considerou que as reformas em evolução poderiam ser um veículo para a mudança do regime. É interessante que esse mesmo dilema surja de novo nos debates sobre a gestão estratégica de nichos e sobre os regimes sociotécnicos.
- 221 Cientistas como Johan Bouma, perito internacional em ciência do solo e simultaneamente um membro do influente WRR, o Conselho Científico de Aconselhamento ao Governo; Lijbert Brussaard, um dos principais peritos em biologia do solo; zootécnicos como Jaap van Bruchem, Joan Reijs e Frank Verhoeven; e agrônomos como Jeroen Groot e Egbert Lantinga, tiveram um papel importante nessa questão. O financiamento de um programa de pesquisa grande e multidisciplinar pela NWO (Organização Holandesa de Pesquisa Científica) também teve um papel importante.
- 222 Episódios importantes foram as chamadas “experiências de pastos” (ver Ploeg *et al.*, 2006) e os primeiros estudos do impacto socioeconômico da “trajetória ambiental” (ver Ploeg *et al.*, 2003a).
- 223 Este primeiro princípio de projeto pode ser entendido como oposto às abordagens de transição agora dominantes. Sendo a transição cada vez mais vista como um adeus à situação presente (assim implicando uma ruptura massiva), este primeiro princípio representa, pelo contrário, um passo que está enraizado e que parte da situação existente.
- 224 A variedade de trabalhos científicos em curso e altamente promissores que resultou da cooperação entre os cientistas de Wageningen e a FNF é muito mais vasta do que os dois exemplos que se seguem. Nesse sentido, é importante reconhecer o trabalho interessante de Eddy Weeda sobre como usar a biodiversidade existente como medida para a variedade de qualidades ambientais, e a pesquisa notável “3MG” de Marthijn Sonneveld criada para desenvolver novos sistemas inteligentes de monitoramento que são aplicados no nível regional (assim evitando os custos elevados associados ao monitoramento de cada unidade isolada).
- 225 Este capítulo foca algumas das muitas controvérsias que ligam atualmente os camponeses ao seu meio ambiente, algumas das quais foram discutidas em um capítulo que escrevi no

Joan Reijs, Foppe Nijboer, Folkert Algra, Geale Atsma, Joop Atsma, Harm Evert Waalkens e Arie Ríp. De uma forma específica, Peter Munters, do Ministério da Agricultura, também contribuiu bastante.

- 226 Muitos agricultores acreditam que a pastagem em diferentes árvores e arbustos ajuda a prevenir e a curar várias doenças animais. Os veterinários locais partilham dessa opinião.
- 227 Um problema específico foi o fato de “Bruxelas” estar irritada com a Holanda nessa época. Durante o período de 2002 a 2006, houve uma espécie de estagnação. Enquanto a Holanda não resolveu algumas das questões principais (especialmente a questão do estreme), Bruxelas não aceitou qualquer (re)discussão de outros dossiês.
- 228 Os casos estavam relacionados indiretamente com a questão dos ramos de amoras, mas por ter ganhado esses casos, a FNF conseguiu uma posição muito mais forte *vis-à-vis* os diferentes serviços do governo.
- 229 Para compensar efetivamente o uso de trabalho e os custos, seria necessário o triplo do pagamento atual. Isso se relaciona, em parte, com os elevados insumos de trabalho necessários para trabalhar as terras que formam parte de ou que são rodeadas por elementos da paisagem e da natureza. Mas o melhoramento da conectividade e da flexibilidade (tal como esquematizado no final do capítulo anterior), em combinação com novos estilos de agricultura, também pode ser muito útil, ou seja, pode fazer diminuir o fardo financeiro da gestão da natureza.
- 230 Na sociologia rural, a noção de “galinha global” é um ponto de referência bem conhecido (Bonnano *et al.*, 1994). Ela se refere à divisão mundial do trabalho na indústria da carne e às movimentações inter-relacionadas de insumos e de (partes de) produtos por todo o mundo. A conclusão a que quero chegar é que as questões, itens, animais, artefatos, campos, etc, localmente delimitados e que *não estão “em trânsito”* são também cada vez mais sujeitos a parâmetros, relações e controle globais.
- 231 Uma parte específica é perdida sob a forma de emissão de amônia dentro do estábulo. Essa parte é estimada em 11,75% (o que é de uma exatidão surpreendente).
- 232 É curioso que, na Itália, a média calculada da excreção de nitrogênio tenha sido de cerca de 80 kg por animal. Isso é espantoso, dado que esse valor deveria corresponder à mesma diretiva europeia do Nitrato, e a atividade leiteira italiana, essencialmente localizada no Vale do Pó, é tão intensiva quanto a holandesa. Isso significa que, importando vacas italianas, os excedentes de N holandeses poderiam ser consideravelmente reduzidos - pelo menos teoricamente.
- 233 A lei do estreme impõe, ou pelo menos favorece consideravelmente, uma trajetória específica de desenvolvimento da unidade agrícola. Essa trajetória visa maximizar o rendimento do leite (três vacas, produzindo 10.000 kg de leite cada, produzem, de acordo com a fórmula geral, menos nitrogênio no estreme líquido do que cinco vacas produzindo 6.000 kg de leite cada), o que por seu turno implica um aumento no uso de concentrados e de fertilizantes para obter uma silagem rica em energia e em proteínas e, provavelmente, um aumento na produção de milho para compensar os níveis elevados de proteínas (e reduzir a uréia). Assim, ela tende a artificializar mais a produção agrícola, o que pode resultar num aumento das perdas reais de nitrogênio.
- 234 Quando tudo é feito exatamente de acordo com as normas e procedimentos formais, o resultado é uma desaceleração considerável. Em tempos, tempos, esse foi um truque usado como mecanismo de negociação para aqueles que não tinham o direito de fazer greve.
- 235 Com um grupo de colegas e um grande grupo de agricultores, estive envolvido na construção de uma dessas formas de progresso. A possibilidade legal de fazer isso partiu de uma concessão do Ministro, a pedido do Parlamento, para que os agricultores que provassem de fato ter um método melhor que estivesse dentro das normas legais tivessem autorização para utilizá-lo. Na última seção deste capítulo descreverei essa solução.
- 236 A variabilidade do estreme foi um dos motivos por que ele desapareceu da ordem do dia das pesquisas científicas. Uma exceção interessante é apontada por Portela, 1994.
- 237 Essa é, reconhecidamente, uma expressão feia. Contudo, algumas tendências “feias” estão ocorrendo nas ciências de hoje como campos empíricos.

- 238 Esses modelos introduzem inter-relações fixas, isto é, não-movíveis, entre partes da natureza, entre as pessoas e entre as pessoas e a natureza. Em suma, eles negam a dinâmica da co-produção. Segundo essa visão reduzida, as realidades natural e social são ativamente subordinadas a esses modelos: elas têm de “comportar-se” de acordo com os parâmetros previstos e impostos.
- 239 A Figura 8.4 mostra que as “propriedades físicas” *escapam* de fato às “leis” formuladas pela ciência (ver Figura 8.3). Isso se deve, evidentemente, à co-produção (Ploeg, Verschuren, Verhoeven e Pepels, 2006).
- 240 Esta é a diferença básica em relação aos conjuntos anteriores. Os estilos agrícolas regionais eram extremamente baseados num repertório cultural que definia a agricultura como ela devia ser. Contudo, esse mesmo repertório permitia desvios que eram frequentemente considerados legítimos e veículos da mudança. Ademais, a aplicação das normas sugeridas passava por debates, argumentos e contra-argumentos - em suma, havia uma aplicação refletida. Em terceiro lugar, isso era uma espécie de autocontrole exercido pela comunidade sobre si mesma. Contudo, os esquemas atuais não permitem desvios. Eles não passam por deliberações mais ou menos refletidas, mas sim por protocolos e procedimentos rígidos. São instrumentos de controle à distância.
- 241 Na prática, isso se resume a tecnologias de injeção de chorume. Outros modos, que muitas vezes são muito superiores, são de fato ilegais. Seu uso é uma ofensa legal. Por isso, muitos agricultores foram sujeitos a multas elevadas.
- 242 Esses níveis estão relacionados por meio de modelos complexos, com o objetivo dos 50 miligramas.
- 243 Este é um grave problema na Itália. Os agricultores do Vale do Pô, no norte do país, arrendam grandes extensões de terras nas Montanhas Apennine apenas por motivos administrativos (isto é, para cumprir a proporção legalmente obrigatória de animais/terras). Essas terras permanecem inativas e já não podem ser usadas pelos pastores locais. Na Holanda, o mesmo problema surge na inter-relação entre as partes sul e centro-este do país. Os agricultores do sul arrendam terras nas regiões do centro-este por motivos administrativos e para aumentar a produção de milho, o que leva a um empobrecimento da economia regional nas últimas áreas.
- 244 As primeiras versões fizeram os agricultores falar: “esperem, nós temos um estrume muito melhor que contém muito menos nitrogênio do que aquele que os vossos modelos sugerem”.
- 245 Energia Líquida de Lactação. *N.T.*
- 246 Note-se que o software recém-desenvolvido contribui de fato para aumentar (ou restaurar) uma parte importante da autonomia.
- 247 Isso se reflete no fator estranho de 0,95 no “algoritmo global” no Box 8.1.
- 248 É importante notar que a introdução desse “bug” só foi possível devido à coligação e cooperação forte entre três grupos: camponeses, como os da cooperativa FNF e de organizações semelhantes; um grupo pequeno mas forte de cientistas que se juntou ao primeiro grupo; e um grupo pequeno mas poderoso de deputados que conseguiu mobilizar apoio suficiente de outros colegas deputados para contrariar, em momentos decisivos, oficiais de alto nível do Ministério da Agricultura e vários defensores dos sistemas de conhecimento institucionalizado.
- 249 Este gráfico demonstra como a excreção de nitrogênio escapa ao algoritmo geral apresentado no Box 8.2. As inter-relações decisivas são de novo tornadas “movíveis”. Isso se deve ao ajuste ativo da co-produção por parte dos agricultores.
- 250 Apresentei um resumo da discussão seguinte na palestra de abertura do Congresso da Sociedade Europeia de Sociologia Rural, que se realizou em Keszthely, na Hungria, em Agosto de 2005. Também discuti extensivamente as questões apresentadas na Escola de Verão ESRS, realizada em Gorizia, no verão de 2006, e no Congresso de Economistas Agrícolas Gregos, também em 2006. Gostaria de agradecer às seguintes pessoas por seus comentários aos meus primeiros rascunhos: Harriet Friedmann, Giorgio Osti, Scott Willis, Egon Noe, Gianluca Brunori,

Também discuti extensivamente as questões apresentadas na Escola de Verão ESRS, realizada em Gorizia, no verão de 2006, e no Congresso de Economistas Agrícolas Gregos, também em 2006. Gostaria de agradecer às seguintes pessoas por seus comentários aos meus primeiros rascunhos: Harriet Friedmann, Giorgio Osti, Scott Willis, Egon Noe, Gianluca Brunori, Norman Long, Jasper Eshuis, Bettina Bock, Rutgerd Boelens e Eduardo Sevilla Guzman. Estou também grato a Durk van der Ploeg, especialista em TIC, por suas explicações sobre os pormenores técnicos e complicações das TIC.

- 251 Dificuldades semelhantes surgem quando procuramos relacionar este conceito teórico com seus antecedentes teóricos. Como conceito, o Império reflete, em parte, relações centro-periferia tal como desenvolvidas teoricamente a partir da década de 1960. O Império também se relaciona com a globalização. Ele contém muitos elementos do Estado autoritário, assim como está ligado às grandes corporações multinacionais. O Império envolve a formalização (Benvenuti, 1991). Contudo, como conceito teórico, ele é muito mais que a adição de todas estas linhas separadas. O Império também reflete duas inovações principais que, entretanto, mudaram o mundo. A primeira foi o desenvolvimento e aplicação generalizada das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), que revolucionaram o ordenamento administrativo de muitos domínios, fenômenos e processos que, até agora, “escapavam” ao controle. A segunda consiste na liberalização dos mercados à escala mundial, o que permite desenvolver relações que, até recentemente, pareciam impossíveis.
- 252 Na minha experiência intelectual pessoal, o conceito de “regime sociotécnico” (Rip & Kemp, 1998) tem sido muito útil para compreender melhor o Império. O mesmo se aplica à noção de mega-projeto, tal como discutida por James Scott. Mas acredito que o conceito de Império é necessário para compreender a *expansão atual* dos regimes sociotécnicos, bem como a *generalização* de “mega-projetos”. Os últimos já não são os projetos estranhos (embora frequentemente precisos) de Estados autoritários ou de sistemas de conhecimento institucionalizado que têm um espaço amplo para realizar sua própria ficção. Atualmente, quase todos os domínios da sociedade estão sendo sujeitos a enormes “mega-projetos”. O trabalho de Benvenuti sobre o Tate [Technological Administrative Task Environment - sigla inglesa para a noção do paradigma do Ambiente Tecnológico-Administrativo de Tarefas - *N.T.*] e a formalização também foi uma ferramenta importante para lidar com alguns aspectos do Império.
- 253 Esta e as próximas citações são baseadas em traduções minhas da versão em espanhol do livro de Kamen.
- 254 Aqui uso o adjetivo “estrutural” para referir certas características que permanecem mais ou menos estáveis ao longo do espaço e do tempo. Não pretendo sugerir qualquer noção “estruturalista”.
- 255 Acredito que estas três características não definem exaustivamente o Império. A característica de ser “vazio” e outras que serão desenvolvidas mais adiante neste capítulo são igualmente necessárias. Se esta lista ampliada de características for levada em conta e se a economia for explicitamente incluída na análise, chegaremos a conclusões que diferem daquelas desenvolvidas por Colás. Colás limita demasiado sua análise apenas aos Estados.
- 256 Conforme em <<http://www.agriholland.nl/nieuws/artikel.html?id=56879>>, respectivamente 56774.
- 257 O controle preventivo da saúde através do uso generalizado de antibióticos é um exemplo das mudanças que permitem ultrapassar os limites da natureza. Hoje, está se tornando cada vez mais claro que essas práticas são extremamente prejudiciais para a saúde pública.
- 258 As partes entre parênteses retos foram inseridas por mim na citação.
- 259 O acadêmico ítalo-holandês Bruno Benvenuti foi o primeiro cientista social a identificar, descrever e desenvolver teoricamente esse tipo de prescrição e controle “técnico-administrativo”. Mais tarde, o mesmo fenômeno também foi analisado dentro da tradição acadêmica STS (Science and Technology in Society) (Benvenuti, 1982; Moors *et al.*, 2004).

- 260 Existe uma tendência crescente para atribuir às próprias indústrias alimentares a concepção e implementação de esquemas reguladores que se aplicam ao processamento de alimentos. Depois de definidos, esses esquemas reguladores também supervisionam o processamento dentro das unidades agrícolas. Assim são criados termos altamente desiguais que, freqüentemente, são prejudiciais para os agricultores bem como para as pequenas e médias empresas de alimentos. É interessante que essa tendência seja extremamente favorecida, se não mesmo fomentada por países como a Holanda e o Reino Unido, enquanto países do Mediterrâneo e também a Alemanha e a França, tentam conter essa tendência de forma ativa. Nesse aspecto, a União Européia e, em particular, a Comissão Européia, são campos de batalha importantes, se não mesmo decisivos.
- 261 Os esquemas reguladores podem ser usados para exercer um poder econômico extra sobre mercados específicos. Um caso famoso é o do “leite cru”. As grandes empresas de laticínios fizeram recorrentemente lobby em Bruxelas para a criação de regulamentações que proibissem explicitamente o seu uso. Isso eliminaria grande parte da concorrência das pequenas e médias empresas que dominam a arte de produzir excelentes queijos a partir de leite cru.
- 262 Em termos gerais, Colás (2007, p. 71) observa que “os Impérios fomentaram a infra-estrutura administrativa, comunicativa, legal e militar tanto para o comércio de longa distância como para o comércio local”. Ele também observa que “as parcerias público-privadas” são freqüentemente decisivas a esse respeito (2007, p. 73).
- 263 O *panopticum* de Bentham é citado por Foucault como exemplo da vigilância e controle totais. *N. T.*
- 264 A respeito disso, as quatro condições desenvolvidas por Scott continuam sendo extremamente relevantes: 1) um ordenamento administrativo da natureza e da sociedade; 2) uma ideologia alto-modernista; 3) um Estado autoritário “disposto e capaz de usar o peso total de seu poder coercivo para realizar os planos alto-modernistas”; e 4) uma sociedade civil enfraquecida, sem capacidade para resistir.
- 265 Até recentemente, as normas definiam campos de competência e resultados esperados. Aqueles que operavam num campo específico (em um espaço auto-organizado) tinham a *responsabilidade* de atingir os resultados esperados e eram avaliados de acordo com o nível e qualidades dos resultados realizados. A *forma como* realizavam esses resultados era de sua própria responsabilidade. O que mudou, com a constituição do Império, foi que a “forma” como as coisas são feitas é exaustivamente especificada através da aplicação de novas normas. Os resultados já não importam. O que conta é se as coisas foram feitas de acordo com as normas e procedimentos. Isso está fortemente associado ao fraco desempenho de muitas instituições da sociedade civil (de cuidados, educação, segurança, etc), enquanto é simultaneamente traduzido numa explosão de custos de transação.
- 266 Hernan de Soto (2000) defendeu que as principais características da economia informal residem na falta de direitos de propriedade registrados. Em parte, isso é verdade, embora não concorde com de Soto quando defende que a introdução desses direitos daria origem a um capital efetivo para o setor mais pobre e, assim, contribuiria para o fim do subdesenvolvimento. A falta de direitos civis e, particularmente, de direitos laborais é uma característica muito mais decisiva.
- 267 Essa característica nova e distintiva também se aplica porque o Império fortalece duas outras tendências. A primeira é a da imediação, isto é, a produção (a geração imediata de dinheiro) prevalece sobre a reprodução. A segunda relaciona-se com o fato de os únicos processos de conversão favorecidos (ou mesmo permitidos) serem os que convertem dinheiro em mais dinheiro. Outras conversões úteis, por exemplo, de trabalho em terras melhoradas, ou de espaço experimental em um novo mercado de saída, são - no contexto definido e governado pelo Império - progressivamente impossíveis.
- 268 Esse é o caso do supermercado. Em primeiro lugar, os supermercados não são apenas uma série de elementos infra-estruturais (como as lojas, os armazéns e os centros de distribuição, etc). Esse último tipo de elementos pode ser vendido e de novo arrendado. Seu abasteci-

mento também pode ser terceirizado. Os supermercados são, acima de tudo, uma estrutura do “terceiro nível”: eles oferecem um espaço onde os produtos estão à venda e onde o fluxo massivo diário de consumidores ocorre - ou seja, são um ponto de encontro de dois fluxos. Conseqüentemente, esse “ponto de encontro” é em si mesmo convertido em um valor de mercadoria, pois o acesso a ele é também cada vez mais uma mercadoria. Os fornecedores têm de pagar (direta ou indiretamente) pela possibilidade de usá-lo, e os consumidores também pagam, embora o façam, essencialmente, de forma indireta e sem estarem conscientes disso.

- 269 Atualmente, o procedimento é essencialmente o seguinte: imediatamente após a apropriação de outras empresas (ver Figura 4.1), o Império vende de novo as instalações disponíveis para depois voltar a arrendá-las. Isso aumenta o fluxo de caixa imediato e também a fluidez.
- 270 Se o abastecimento de aspargos é hoje essencialmente baseado na produção do Peru, amanhã ele pode ser transferido para a China - tal como as batatas orgânicas que hoje vêm da Holanda amanhã virão da Áustria. E se o aeroporto de Schiphol deixar de ter interesse em ser um ponto de passagem, o porto de Gdansk (ou o aeroporto de Cracóvia) poderá assumir esse papel. A melhor metáfora para essa “mobilidade” são os enormes barcos transportadores de volumes, que navegam nos oceanos de todo o mundo carregados de grãos, arroz, soja, carne de coelho congelada, etc: ontem sua rota era em direção a Nova Iorque; hoje recebem ordens para ir para Hamburgo ou Roterdão; amanhã, talvez para a China. A possibilidade de mudar continuamente o “calendário” (de jogar até com calendários “paralelos” diferentes) confere ao Império o poder de condicionar os desenvolvimentos do mercado mundial e, mais ainda, as tendências dos diferentes mercados regionais. Um carregamento de um navio de batatas americanas é o suficiente para fazer descer o preço das batatas fritas consideravelmente na Holanda.
- 271 Se isso provocar doenças nos consumidores, é claramente um grande problema. A “indicação do erro” precisa ser gerada de preferência antes da montagem do produto alimentar “composto”. Caso contrário, ocorrerão perdas e danos econômicos consideráveis.
- 272 O programa estatal para a conservação da natureza (PB) discutido no capítulo anterior tem custos de transação e de controle de cerca de 27% do orçamento total.
- 273 Aqui estamos perante o neo-liberalismo - não apenas como ideologia, mas como um mecanismo material através do qual o Império organiza uma parte considerável de sua expansão.
- 274 Precisamente neste ponto, Colás (2007, p. 30 e também 166) está errado quando refere “os processos *duplos* da reprodução capitalista e da formação do Estado [que] tornam o império uma coisa do passado”.
- 275 Na sua publicação de 2006, Harriet Friedmann salienta a centralidade das “expectativas complementares” na constituição de regimes alimentares (p. 125).
- 276 Além de ter estado envolvido em vários episódios de lutas camponesas, também participei de discussões políticas tanto na esfera nacional como na esfera internacional. Na Holanda, fui membro do Conselho para as Áreas Rurais (RLG) durante nove anos, o qual dá assessoria direta ao Governo e ao Parlamento em questões relacionadas com a agricultura, os alimentos, a natureza e o campo. Fui presidente do Grupo de Trabalho de Agricultura dos Conselhos Europeus para o Ambiente e para a Agricultura (EAAC) e participei de alguns debates na Comissão Européia (ver, por exemplo, Delors, 1994 e Prodi, 2002). Na Itália, sou membro do Comitê Científico do ISMEA, que dá assessoria direta ao Ministro da Agricultura. O meu envolvimento simultâneo em iniciativas de base e em fóruns formais e informais de formulação de políticas me permitiu ganhar conhecimentos sobre a mecânica das políticas rurais e agrárias, e também compreender melhor a forma como as políticas são traduzidas nas vidas das populações rurais. Aquilo que aprendi, particularmente através desses envolvimento, foi, em primeiro lugar, que o setor agrícola não é simplesmente moldado, de forma unidirecional, por intervenções políticas e por regulamentações - as políticas e os esquemas regulatórios em desenvolvimento (e, quanto a isso, estratégias do agronegócio) também são moldados pelas dinâmicas, contradições e resistência onipresente implícitas na agricultura.

Em segundo lugar, aprendi que existem muitas tendências no campo das políticas para um alinhamento com os campesinatos do terceiro milênio. Estas duas observações são pontos de partida importantes para o presente capítulo.

- 277 O quero dizer é que outros princípios orientadores são progressivamente desativados por *el* ou subordinados ao Império como princípio orientador (ver Law, 1994, para uma discussão das relações hierárquicas ou “black boxing” entre os diferentes modos de ordenamento). É claro que, juntamente com as relações hierárquicas, também são possíveis equilíbrios estruturados de forma distinta. Latour (1994) refere, a esse respeito, a tradução, a composição e a delegação.
- 278 Estas palavras-chave coincidem com os contornos da crise agrária introduzida no Capítulo 1 A desintegração se aplica à relação anteriormente orgânica entre a agricultura e a natureza, a precariedade diz respeito aos atores envolvidos e a redundância se refere à relação com a sociedade em geral. Os agricultores já não importam. O Império tende a torná-los irrelevantes.
- 279 Penso que será claro que o conceito aqui usado de “multiplicidade de respostas” pretende ser uma crítica a Hardt e Negri (2002). No seu trabalho, a “multiplicidade” é basicamente vazia, não tem intencionalidade. Aqui distancio minha análise de seu conceito altamente abstrato: no final, seu conceito de “multiplicidade” é tão despersonalizado quanto o conceito de “classe” do passado. Ao contrário, meu uso de “multiplicidade de respostas” se refere a campos de ação específicos onde são construídas respostas concretas, e também aos atores sociais reais que criam, desenvolvem e implementam essas respostas.
- 280 Long sintetiza esta questão da seguinte forma: “Os discursos produzem textos – escritos e falados – e mesmo “textos” não verbais, tais como os significados implícitos nas infra-estruturas, nas estradas de asfalto, nas barragens e nos sistemas de irrigação, e nos estilos e tecnologias agrícolas”. Aqui, o discurso está implícito na base de recursos, nas ovelhas, nas forragens, etc e, subseqüentemente, é a base de recursos que expressa e sublinha esse “discurso”.
- 281 Aqui falo de *citoyens*, pois mais tarde introduzirei o conceito de *citoyennité*, o qual, segundo Jollivet (2001), um sociólogo rural francês, é uma característica distintiva do campesinato (e, ao mesmo tempo, uma *reivindicação*). Também introduzo esse conceito porque as invasões de terras no Peru são tipicamente caracterizadas pela onipresença da bandeira nacional sublinhando “que também pertencemos à nação e, por isso, temos direitos como qualquer pessoa”. Um símbolo semelhante a esse é encontrado no MST: os campos que esse movimento cria (para começar as invasões) são sempre localizados junto a estradas principais e muito freqüentadas, “para que todos possam nos ver”.
- 282 Os agricultores holandeses demonstram, na prática, que são freqüentemente muito mais eficientes e produtivos na gestão da natureza do que grandes organizações que se especializam na conservação da natureza Na Holanda, uma área famosa por isso é “Jisperveld”.
- 283 Esse acrônimo se refere à “Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle” (em Inglês, HACCP). É um esquema regulatório centrado na higiene da produção, processamento e distribuição de alimentos. Ver Whatmore e Stassart (2001) para uma discussão crítica.
- 284 O *Slow Food* é um movimento que consiste em valorizar produtos de excelência gastronômica, defender a biodiversidade dos alimentos, preservar produtos artesanais e educar o gosto. *N.T.*
- 285 Burawoy salienta que “é nossa tarefa [de cientistas sociais comprometidos] explorar com todos os instrumentos técnicos à nossa disposição [...] as condições de existência e a reprodução ampliada dessas utopias verdadeiramente existentes” (2007, p. 7).
- 286 Isso entra fortemente em confronto com a época anterior da modernização em que, tal como Bauman salientou, os problemas essencialmente locais foram combatidos com soluções globais. Mas uma preocupação básica permanece: poderão todos os novos problemas globais, tais como o aquecimento global, por exemplo, ser enfrentados de uma forma descentralizada?

- Num relato histórico admirável, essa conclusão é partilhada por González de Molina e Guzmán Casado (2006). Ventura (1995) apresenta uma análise comparativa que demonstra que a criação de gado organizada da forma camponesa é energeticamente superior a uma organização empresarial dessa mesma criação. Marsden (2003) fornece uma discussão teórica sobre a “insustentabilidade” crônica da agricultura e do processamento de alimentos nos dias de hoje.
- 289 Este tema requer comparações mais amplas. Vários dos temas apresentados, por exemplo, por Barrington Moore, deveriam ser estudados de novo. Em particular, o caso atual das economias emergentes do Leste da Ásia necessita urgentemente dessa análise.
- 290 Tanto Bakker (2001) como Schnabel (2001) salientam esse aspecto em suas análises do campesinato holandês.
- 291 É claro que a luta pela terra não diz apenas respeito a esses “fragmentos”, mas pode afetar positivamente o mercado de trabalho em geral. Esse foi o caso da Noruega (e de muitos outros países), como defendi anteriormente, e é atualmente o caso de países como o Brasil, representando a China um caso oposto. Na Europa, a recampesinização multidimensional que está se desenvolvendo também pode aumentar ou, pelo menos, sustentar níveis de emprego produtivo. Dessa forma, os sistemas agrícolas podem contribuir para os novos níveis de coesão social e regional necessários.
- 292 É um pouco irônico que Bernstein questione a capacidade da agricultura camponesa de “fornecer ao mundo fontes adequadas e saudáveis de nutrição” (*op. cit.*: 458, nota 9) e, particularmente, de alimentar “as grandes massas de população urbana do mundo” (458). Se existe alguma coisa que ameaça esse fornecimento, são os novos impérios alimentares “predadores”. Também é revelador que os “fragmentos” dos pobres urbanos tentem ativamente entrar na condição camponesa, quer seja através de movimentos como o MST, quer através de formas diferentes de “agricultura urbana” (ver Veenhuizen, 2006).
- 293 Esses encontros são particularmente interessantes na medida em que não há negociações diretas nem disputas. Os participantes abordam as questões políticas subjacentes que estão presentes de uma forma muito menos visível e explícita nas negociações “duras” dos encontros formais. O encontro de Taormina foi particularmente interessante porque teve lugar nas vésperas das negociações de Cancun, e também porque a Itália é muito mais sensível a questões de desenvolvimento no Norte de África (particularmente no Magrebe) do que outros Estados-Membros. A Itália também sofreu uma maior marginalização de seus sistemas agrícolas durante a criação e o desenvolvimento da UE do que outros países fundadores. O documento de Taormina demonstra que a reconsideração dos *camponeses* e de seu papel na agricultura de hoje - embora essa reconsideração tenha sido banida no Noroeste da Europa - é onipresente em outras partes da Europa. Isso reflete evidentemente a história recente.
- 294 O argumento subjacente foi o de que a liberalização não podia ser entendida como um *adieu* às políticas agrárias e rurais. De acordo com o documento, “mais mercado” implica necessariamente “mais políticas”. As políticas colaterais basicamente condicionam e organizam os mercados de forma indireta, ou seja, os envolvendo em estruturas sócio-políticas e normativas.
- 295 É importante salientar que esse direito se estende além das percepções limitadas de tempo e de espaço. É importante prevenir a perda de terras (através da erosão, da redução da fertilidade do solo, da degradação dos sistemas aquíferos, dos terraços, etc) e do potencial agrícola associado a elas. Isso é particularmente urgente em AMF, as quais, geralmente, são mais susceptíveis a essas ameaças e onde essas perdas são freqüentemente irreversíveis.
- 296 O *italico* é meu. Ver Tracey (1997), Buckwell *et al.* (1997) e COPA (1998) para uma discussão do Modelo Agrícola Europeu.
- 297 De certa forma, o documento de Taormina pode ser entendido como uma expressão de uma “economia moral” dominante no nível dos responsáveis pelas políticas agrárias e rurais. A convergência entre as “economias morais” apresentadas e discutidas anteriormente

- a elas. Isso é particularmente urgente em AMF, as quais, geralmente, são mais susceptíveis a essas ameaças e onde essas perdas são freqüentemente irreversíveis.
- 296 O *itálico* é meu. Ver Tracey (1997), Buckwell *et al.* (1997) e COPA (1998) para uma discussão do Modelo Agrícola Europeu.
- 297 De certa forma, o documento de Taormina pode ser entendido como uma expressão de uma “economia moral” dominante no nível dos responsáveis pelas políticas agrárias e rurais. A convergência entre as “economias morais” apresentadas e discutidas anteriormente neste livro (ver Box 3.4 e 7.7) e o documento de Taormina é, nesse sentido, extremamente interessante.
- 298 Dos 25 Estados-Membros da UE (nessa altura alguns deles ainda eram candidatos a membros), 21 apoiaram o documento. O documento também foi apoiado pelas delegações convidadas da América Latina, da África e da Ásia. Os quatro Estados-Membros da UE que não concordaram com o documento foram o Reino Unido, a Holanda, a Dinamarca e a Suécia. Os dois primeiros argumentaram que a liberalização implicaria, no final, a eliminação de *todas* as políticas agrárias e rurais. A Dinamarca e a Suécia alegaram outros motivos.
- 299 Na verdade, isso se tornou extremamente claro durante a preparação das negociações (falhadas) de Cancun no quadro da OMC. Nessa altura, o Brasil tinha (por razões políticas) dois ministros da agricultura. O primeiro, responsável pela grande produção e exportação de mercadorias e profundamente ligado aos interesses do agronegócio dos EUA, tentou convencer os círculos políticos da Europa a delegar a produção da maioria das necessidades alimentares da Europa no Brasil, o que permitiria à Europa “converter seu setor agrícola em natureza, em áreas mais extensas para novos habitantes rurais e em campos de golfe”. O outro político, responsável pelo desenvolvimento rural, insistia que o Brasil tinha de assegurar, acima de tudo, as necessidades nutricionais de sua própria população, o que até agora não era conseguido de forma adequada.
- 300 Um efeito interessante é que o apoio total pode até ultrapassar potencialmente os níveis atuais. Contudo, esse apoio já não será o apoio indiscriminado que é particularmente dado às grandes unidades agrícolas empresariais (como acontece ainda com o apoio “dissociado” com base em referências históricas).
- 301 É precisamente esse o “perfil” que caracteriza as pessoas envolvidas em processos endógenos de desenvolvimento rural (ver Oostindie *et al.*, 2001 e 2002; e Ventura *et al.*, 2007).
- 302 Sob a forma de uma “taxa fixa”, esse prêmio irá provavelmente variar consoante o potencial ecológico da terra.
- 303 Simultaneamente, essa abordagem pode ser entendida como uma forma específica de canalizar a desativação esperada.
- 304 Entre outras coisas, pelo fato de essa indústria estar terceirizando cada vez mais seu abastecimento de “matérias-primas” para o Leste da Ásia, para partes da África e para a América Latina, assim introduzindo simultaneamente pressões descendentes nos preços pagos aos agricultores europeus.
- 305 A *auto-suficiência* se refere aqui à disponibilidade dos recursos necessários e à possibilidade de usá-los de acordo com seus próprios conhecimentos e interesses. Dessa forma, a *autonomia* é assegurada. A auto-suficiência contrasta drasticamente com o Império. Através de seu controle sobre as ligações relevantes, o Império tende a negar tanto a auto-suficiência como a autonomia. Contudo, depois de avaliadas, a auto-suficiência e a autonomia representam uma alternativa (e, por conseguinte, funcionam como uma crítica material e simbólica) ao Império. O *lien* local, ou o *enraizamento local*, é inerente a uma base de recursos autônoma e à sua utilização para o desenvolvimento de soluções locais para problemas globais. O enraizamento local representa o oposto dos “não lugares”. A *citoyennité* se refere às práticas informadas e bem orientadas dos atores envolvidos, os quais surgem como *cidadãos* que exercem ativamente a condição de agente.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Estudos Rurais. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Editora HUCITEC/ANPOCS/Editora da UNICAMP, 1992.

ALDRIDGE, A. *The Market*. Cambridge: Polity Press, 2005.

ALEXANDER, P.; ALEXANDER, J. Setting prices, creating Money, building markets: notes on the politics of value in Jepara, Indonesia. In: BINSBERGEN, W. van; Geschiere, P. (Ed.). *Commodification, things, agency, and identities (The social life of things revisited)*. Leiden: LIT, 2004.

ALFA, accountants en adviseurs. *Cijfers die Spreken 2004, analyse melkveehouderij*. Wageningen: ALFA, 2005.

_____. *Cijfers die Spreken, Melkveehouderij, editie 2006*. Wageningen: ALFA, 2006.

_____. *Cijfers die spreken, melkveehouderij*. Wageningen: ALFA, 2007.

ALTIERI, M. A. *Agro-ecology and small farm development*. Ann Arbor: CRC Press, 1990.

_____. The ecological role of biodiversity in agroecosystems. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, 74, p.19-32, 1999.

_____. Agroecology: the science of natural resource management for poor farmers in marginal environments. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, 93, p. 1-24, 2002.

AMIN, S. World poverty: pauperization and capital accumulation. *Monthly Review*, 55 (5), 2003.

ANTUMA, S. J.; BERENTSEN, P. B. M.; GIESEN, G. *Friese melkveehouderij, waarheen? Een verkenning van de Friese melkveehouderij in 2005; modelberekeningen voor diverse bedrijfstijlen onder uiteenlopende scenario's*. Vakgroep Agrarische Bedrijfseconomie. Wageningen: LUW, 1993.

APPADURAI, A. *The social life of things, commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

ARCE, A.; LONG, N. *Anthropology, Development and Modernities*. London: Routledge Press, 2000.

ATHIAS, G. MST transforma excluídos urbanos em militantes: fazenda em Porto Feliz foi ocupada por desempregados e sem-teto. *O Estado de São Paulo*, 15 de março de 1999.

AVERBEKE, W. van; MOHAMED, S. S. Smallholder farming styles and development policy in South Africa: the case of Dzindi Irrigation Scheme. *Agrekon*, v. 45, n. 2, jun/2006, p. 136-157.

BADSTUE, L. B. *Smallholder seed practices: maize seed management in the Central Valley of Oaxaca, Mexico*. Wageningen: Wageningen University, 2006.

BAGNASCO, A. *La Costruzione Sociale del Mercato, studi sullo sviluppo di piccole imprese in Italia*. Bologna: Il Mulino, 1988.

BAKAN, J. *The corporation, la patologica ricerca del profitto e del potere* (a cura di Andrea Grechi). Roma: Fandango s. r. l., 2004.

BAKKER, E. de. *De cynische verkleuring van legitimiteit en acceptatie: een rechtssociologische studie naar de regulering van seizoenarbeid in de aspergeteelt van Zuidoost-Nederland*. Amsterdam: Aksant, 2001.

BANKS, J. Direct Marketing on the English-Welsh Border. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. (Ed.) *Living Countrysides. Rural Development Processes in Europe: The State of the Art*, Doetinchem: Elsevier, 2002.

BARLETT, P. F. Microdynamics of Debt, Drought, and Default in South Georgia. *American Journal of Agricultural Economics*, dec/1984, p. 836-853.

BARRINGTON MOORE, Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press, 1966

BARROS NOCK, M. Small Farmers in the Global Economy: the case of the fruit and vegetable business in Mexico. Ph. D. thesis, ISS, The Hague, 1997.

BAUMAN, Z. *Vite di Scarto* [Wasted Lives; Modernity and its Outcasts], Roma/Bari: Edizione Laterza, 2004.

BECCATINI, G. *Mercato e forze locali: il distretto industriale*. Bologna: Il Mulino, 1987.

BENEDICTUS, M. De; COSENTINO, V. *Economia dell'Azienda agraria: teoria e metodi*. Bologna: Il Mulino, 1979.

BENVENUTI, B. General systems theory and entrepreneurial autonomy in farming: towards a new feudalism or towards democratic planning? *Sociologia Ruralis*, n. 1-2, p. 46-61, 1975a.

_____. Operatore agricolo e Potere. *Rivista di Economia Agraria*, anno XXX, fasc.3, p. 489-521, 1975b.

_____. De technologisch administratieve taakomgeving (TATE) van landbouwbedrijven. *Marquetalia* 5, p. 111-136, 1982.

_____. Towards the formalisation of professional knowledge in farming: growing problems in agricultural extension. In: *Proceedings for the International Workshop on Knowledge Systems and the Role of Extension*. Stuttgart: University Hohenheim, 1991

_____. Een beschouwing over endo-culturele gemeenschappen in 8 stappen. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, H. *Het landbouwpolitieke gebeuren, Liber Amicorum voor Jaap Frouws*, Wageningen: Wageningen Universiteit, 2005.

BENVENUTI, B.; PLOEG, J. D. van der. Modelli di sviluppo aziendale agrario e loro importanza per l'agricoltura mediterranea. *La Questione Agraria*, n. 17, p. 85-105, 1985.

BENVENUTI, B.; ANTONELLO, S.; ROEST, C. De; SAUDA, E.; PLOEG, J. D. van der. *Produttore agricolo e potere; modernizzazione delle relazioni sociali ed economiche e fattori determinanti dell'imprenditorialità agricola*. Roma: CNR/IPRA, 1988.

BERNSTEIN, H. Notes on Capital and Peasantry. *Review of African Political Economy*, n. 10, p. 60-73, 1977.

_____. Capitalism and petty commodity production. *Social Analysis: Journal of Social and Cultural Practice*, n. 20, 1986

- BERNSTEIN, H. The peasantry in global capitalism. In: PANITCH, L.; LEYS, C. (Ed.), *Socialist Register, 2001: Working Classes, Global Realities*, New York: Monthly Review Press, 2001.
- _____. Changing Before Our Very Eyes: Agrarian Questions and the Politics of Land in Capitalism Today. *Journal of Agrarian Change*, v. 4, n. 1-2, p. 190-225, 2004.
- _____. From transition to globalization: Agrarian Questions of Capital and Labour. Paper presented at the Conference on Land, Poverty, Social Justice and Development, ISS, The Hague, 2006a.
- _____. Is There an Agrarian Question in the 21st Century? *Canadian Journal of Development Studies*, 27 (4), p. 449-460, 2006b.
- _____. Agrarian questions of capital and labour: some theory about land reform (and a periodisation). In: NTSEBEZA, L. L.; HALL, R. (Ed.), *The land question in South Africa. The challenge of transformation and redistribution*, Cape Town: Human Sciences Research Council Press, 2007..
- BERNSTEIN, H.; CROW, B.; MACKINTOSH, M.; MARTIN, Ch. *The Food Question: Profits versus People?* London: Earthscan, 1990.
- BERNSTEIN, H.; WOODHOUSE, Ph. Whose Environments, Whose Livelihoods? In: WOODHOUSE, P.; BERNSTEIN, H.; HULME, D. (Ed.) *African Enclosures? The Social Dynamics of Wetlands in Drylands*. Oxford: James Currey, 2000.
- BERNSTEIN, H.; BYRES, T. J. From Peasant Studies to Agrarian Change. *Journal of Agrarian Change*, v. 1, n. 1, p. 1-56, 2001.
- BERRY, S. *Fathers work for their sons: accumulation, mobility and class formation in an extended Yoruba community*. Berkeley: University of California Press, 1985.
- BEUKEN, F. van den. Flexibel requirementsmanagement crucial voor certificering. *Bits & Chips*, 2 of November 2006, p. 54-55.
- BIELEMAN, J. *Geschiedenis van de landbouw in Nederland, 1500-1950*. Meppel: Boom, 1992.
- BOCK, B. *Vrouwen en vernieuwing van landbouw en platteland: de kloof tussen praktijk en beleid in Nederland en andere Europese landen*. Studies van Landbouw en Platteland, 27. Wageningen: LUW, 1998.
- BOCK, B. B.; ROOIJ, S. J. G. de. *Social Exclusion of smallholders and women smallholders in Dutch agriculture; final national report for the EU project: Causes and mechanisms of social exclusion of women smallholders*. Wageningen: WUR, 2000.
- BOEKE, J. H. *The evolution of the Netherland Indies economy*. Haarlem: Tjeenk Willink, 1947.
- BOER, J. de. *Veldgids landschapselementen Noordlike Fryske Walden*. Beetsterzwaag: Landschapsbeheer Friesland, 2003.
- BOLHUIS, E. E.; PLOEG, J. D. van der. *Boerenarbeid en stijlen van landbouwbeoefening*. Leiden Development Studies. Leiden: Rijksuniversiteit Leiden, 1985.
- BONNANO, A.; BUSCH, L.; FRIEDLAND, W.; GOUVEIA, L.; MINGIONE, E. *From Columbus to Conagra: The Globalization of Agriculture and Food*. Lawrence: University Press of Kansas, 1994.
- BOONSTRA, W. J. Heterogeniteit als effect van liberalisering: een studie naar bedrijfstijlen in Australië. *TSL*, v. 17, n. 1, p. 21-35, 2002.

- BORRAS, S. *The Bibinka strategy to land reform implementation: autonomous peasant mobilizations and state reformists in the Philippines*. Research Paper, ISS, The Hague, 1997.
- BOSERUP, E. *Evolution agrarie et pression demographique*. Paris: Flammarion, 1970.
- BOUMA, J.; SONNEVELD, M. Waarden en normen in het mestbeleid: doelgericht inzetten op innoverend vermogen. *Spil*, n. 207-208, p. 22-26, 2004.
- BOURDIEU, P. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- _____. The forms of capital. In RICHARDSON, J. G., *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood, 1986.
- _____. *The Social Structures of the Economy*. London: Polity, 2005.
- BOVÉ, J. *Un Contadino del Mondo*. Milan: Feltrinelli Editore, 2003.
- BRANFORD, S.; ROCHA, J. *Cutting the Wire: the story of the landless movement in Brazil*. London: Latin American Bureau, 2002.
- BRADE-BIRKS, G. *Modern Farming: a practical illustrated guide*. London: [s/e], 1950.
- BRAVERMAN, H. *Labor and Monopoly Capital: the degradation of work in the 20th century*. New York: Monthly Review Press, 1974.
- BRAY, F. *The rice economies: technology and development in Asian Societies*. Oxford: Blackwell, 1986.
- BREEMAN, G. Cultivating Trust: How do public policies become trusted? PhD thesis, Leiden: Leiden University, 2006.
- BRENNER, R. P. The Low Countries in transition to capitalism. In: HOPPENBROUWERS, P.; ZANDEN, J. L. van (Ed.). *Peasants into farmers? The transformation of the rural economy and society in the Low Countries (middle ages-19th century) in light of the Brenner debate*. Turnhout: CORN Publication Series 4, 2001.
- BROEK, H. P. van der. *Labour, networks and lifestyles: survival and succession strategies of farm households in the Basque Country*. Wageningen: WAU, 1988.
- BROEKHUIZEN, R. van; KLEP, L.; OOSTINDIE, H.; PLOEG, J. D. van der (Ed.). *Renewing the countryside: an atlas with two hundred examples from Dutch rural society*. Doetinchem: Misset, 1997a.
- BROEKHUIZEN, R. van; PLOEG, J. D. van der. *Over de kwaliteit van plattelandsontwikkeling: Opstellen over doeleinden, sociaal-economische impact en mechanismen*. Circle for Rural European Studies, Studies van Landbouw en Platteland 24, Wageningen, 1997b.
- _____. *The malleability of agrarian and rural employment – the political challenges ahead*, paper for the EU seminar Prevention of depopulation in rural areas. Finland: Joensuu, oct/1999.
- BROX, O. *The Political Economy of Rural Development: modernisation without centralisation?* (edited and introduced by J. Bryden and R. Storey). Delft: Eburon, 2006.
- BRUIN, R. de; OOSTINDIE, H.; PLOEG, J. D. van der. *Niet klein te krijgen: bedrijfstijlen in de Gelderse Vallei*, Wageningen: LUW, 1991.
- BRUIN, R. de; PLOEG, J. D. van der. *Maat Houden, bedrijfstijlen en het beheer van natuur en landschap in de Noordelijke Friese Wouden en het Zuidelijk Westerkwartier*. Wageningen: BLB/LUW, 1992a.

- BRUIN, R. de; OOSTINDIE, H.; PLOEG, J. D. van der; ROEP, D. *Verbrede plattelandsonwikkeling in praktijk*. Studierapport Rijksplanologische Dienst 54. Vakgroep Agrarische Sociologie niet-westers, 1992b.
- BRUN, J. M. *Le défi alimentaire mondial: des enjeux marchands a la gestion du bien public*, Paris : Solagral, 1996.
- BRUNORI, G.; ROSSI, A. Synergy and Coherence through collective action: some insights from Tuscany. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 409-423, 2000.
- BRUNORI, G.; ROSSI, A.; BUGNOLI, S. *Multifunctionality of activities, plurality of identities and new institutional arrangements*. Multiagri project, Department of Agronomy and agro-eco systems management. Pisa: University of Pisa, 2005.
- BRUSH, S. B.; HEATH, J. C.; HUAMAN, Z. Dynamics of Andean Potatoe Agriculture. *Economic Botany*, 35 (1), p. 70-88, 1981.
- BRYCESON, D. F.; JAMAL, V. *Farewell to farms: de-agrarianisation and employment in Africa*. Leiden: African Studies Centre, 1997.
- BRYCESON, D.; KAY, C.; MOOIJ, J. *Disappearing peasantries? Rural labour in Africa, Asia and Latin America*. London: Intermediate Technology Publications, 2000.
- BRYDEN, J. M.; BELL, C.; GILLIATT, I.; HAWKINS, E.; MACKINNON, N. *Farm household adjustment in Western Europe 1987-1991*. Final report on the research programme on farm structures and pluriactivity, v. 1-2, ATR/92/14. Brussels: European Commission, 1992.
- BUCKWELL, A. et al. *Towards a Common Agricultural and Rural Policy for Europe*. Report of an Expert Group, DG VI/A1. Brussels: European Commission, 1997.
- BURAWOY, M. Sociology and the fate of society (View Point, January-July 2007). Disponível em <<http://www.geocities.com/husociology/michaelb.htm?200711>>. 2007.
- BUSSI, E. *Agricoltura e Alimentazione: impegni, risorse e regole per lo sviluppo*. Reggio Emilia: Istituto Cervi, 2002.
- BUTTEL, F. H. Some Reflections on Late Twentieth Century Agrarian Political Economy. *Sociologia Ruralis*, v. 41, n. 2, p. 165-181, 2001.
- BYRES, T. J. The agrarian question and differing forms of capitalist transition: an essay with reference to Asia. In: BREMAN, J.; MUNDLE, S. (Ed.). *Rural transformations in Asia*. Delhi: Oxford University Press, 1991, p. 3-76.
- CABELLO NORDER, L. A. Políticas de Assentamento e Localidade; os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. PhD thesis. Wageningen: Wageningen University, 2004.
- CAMAGNI, R. Competitività territoriale, milieux locali e apprendimento collettivo: una contro riflessione critica. In: CAMAGNI, R.; CAPELLO, R. (Ed.). *Apprendimento Collettivo e Competitività Territoriale*. Milano: Franco Angeli, 2002.
- CASTELLS, M. *The Rise of the Network Society* (Volume I of The Information Age: Economy, Society and Culture). Oxford: Blackwell, 1996.
- CARON, P.; COTTY, T. le. A review of the different concepts of multifunctionality and their evolution. *European Series of Multifunctionality*, n. 10, 2006.
- CHARVET, J. P. *Le desordre alimentaire mondial: surplus et penuries, le scandale*, Paris: Hatier, 1987.

CHARVET, J. P. *Transrural Initiatives*. Paris: Harmattan, 2005.

CHAYANOV, A.V. *The theory of peasant economy* (edited by D. Thorner et al.). Manchester: Manchester University Press, 1966.

CHOMSKY, N. *Democrazie e Impero; interviste su USA, Europa, Medio Oriente, America Latina*. Roma: Datanews Editrice, 2005.

CIDA (Comite Interamericano de Desarrollo Rural). *Tenencia de la tierra y desarrollo socio-economico del sector agricola: Peru*. Washington: [s/e], 1966.

_____. Bodennutzung und Betriebsfuehrung in einer Latifundio-landwirtschaft. In: FEDER, E., *Gewalt und Ausbeutung, Lateinamerikas Landwirtschaft*. Hamburg: Hofmann und Campe Verlag, 1973.

CLOKE, P.; MARSEN, T.; MOONEY, P. H. *Handbook of Rural Studies*. London: Sage Publications, 2006.

COLÁS, A. *Empire*. Cambridge: Polity Press, 2007.

COLDIRETTI (Movimento Giovanile). *Nuova Impresa, idee ed evoluzione dei giovani agricoltori in Italia*. Roma: Edizione Tellus, 1999.

COLUMELLA. *L'arte dell'agricoltura*. Reprint. Torino: Einaudi Editore, 1977.

COMMANDEUR, M. *Styles of Pig Farming, a techno-sociological inquiry of processes and constructions in Twente and the Achterhoek*. Wageningen: WUR, 2003.

COMMISSIONE Internazionale per il Futuro dell'Alimentazione e dell'Agricoltura. *Manifesto sul Futuro dei Semi*. Florence: ARSIA, 2006a.

_____. *Manifesto sul Futuro del Cibo*. Florence: ARSIA, 2006b.

COPA/COCEGA. *The European Model of Agriculture: the way ahead*. [Pr(98)12F2, 2 April 1998], Brussels.

CORK DECLARATION. "A living countryside", *conclusions of the European Conference on Rural Development*. Cork, Ireland, 7-9 November 1996.

COUNTRYSIDE COUNCIL (Raad voor het Landelijk Gebied). *Ten points for the future. Advice on the policy agenda for the rural area in the twenty-first century*. Amersfoort: RLG Publication, 1997.

CROZIER, M. *The Bureaucratic phenomenon*. Chicago: [s/e], 1964.

CRUZ VILLEGAS, J. *Catac Ccaos: origen y evolucion historica de Catacaos*. Piura: CIPCA, 1982.

DARRÉ, J. P. *La parole et la technique, l'univers de pensée des éleveurs du Ternois*. Paris: Editions L'Harmattan, 1985.

DELORS, J. *En Quete d'Europe; les carrefours de la science et de la culture*. Rennes: Editions Apogee, 1994 (Collection Politique Europeenne).

DEPOELE, L. van. European Rural Development Policy. In: HEIJMAN, W.; HETSEN, H.; FROUWS, J. (Ed.). *Rural reconstruction in a market economy*. Mansholt Studies 5. Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1996.

DIEZ HURTADO, A. *Comunes y Haciendas: Procesos de Comunalizacion en la Sierra de Piura (siglos XVIII al XX)*. Lima: Fondo Editorial CBC, 1998.

DIJK, G. van. *Is de tijd rijp voor milieucoöperaties?* Rijswijk: NCR, 1990.

- DIJK, G. van. *Als 'de markt' faalt; inleiding tot coöperatie*. Den Haag: SDU Uitgevers bv., 2005.
- DJURFELDT, G. Defining and Operationalizing Family Farming from a Sociological Perspective. *Sociologia Ruralis*, v. 36, n. 3, p. 340-351, 1996.
- DJURFELDT, G. Essentially Non-Peasant? Some Critical Comments on Post-Modernist Discourse on the Peasantry. *Sociologia Ruralis*, v. 39, n. 2, p. 262-270, 1999.
- DOMÍNGUEZ GARCIA, L.; FERNANDEZ, X. S.; ALONSO MIELGO, A.; RAMON MAULEÓN, J.; RAMOS TRUCHERO, G.; RENTING, H. Catching Up with Europe. Rural Development Policies and Practices in Spain. In: O'CONNOR, D. et al. *Driving Rural Development in Europe – The Role of Policy. Case Studies from Seven EU Countries*. Assen: Royal van Gorcum, 2006.
- DRIES, A. van der. *The Art of Irrigation: the development, stagnation and redesign of farmer-managed irrigation systems in Northern Portugal*. Circle for Rural European Studies. Wageningen: Wageningen University, 2002.
- DUPUIS, M. E.; GOODMAN, D. Should we go 'home' to eat? toward reflexive politics of localism. *Journal of Rural Studies*, 21, p. 359-371, 2005.
- DVL (Ed.). *Verzeichnis der Regional-Initiativen: 230 Beispiele zur nachhaltigen Entwicklung*. Ansbach: Deutscher Verband für Landschaftspflege, 1998.
- EC (European Commission), Directorate-General for Agriculture and Rural development, G5. *Agricultural trade policy analysis (2006.) Agricultural Commodity Markets: Past Developments and Outlook*. Brussels.
- ECOLOGISTE, L. Edition française de The Ecologist. La resistance des paysans, Afrique, Asie, Amerique Latine, Europe. *L'Ecologiste*, v. 5, n. 3, 2004.
- EIZNER, N. *Les paradoxes de l'agriculture française; essai d'analyse a partir des Etats Généraux de Développement Agricole, avril 1982-fevrier 1983*. Paris: Harmattan, 1985.
- ELLIS, F. *Peasant Economics: farm households and agrarian development*, Wye Studies in Agricultural and Rural Development. Cambridge: Cambridge University Press, 1988/1993.
- ELLIS, F. Household Strategies and Rural Livelihood Diversification. *The Journal of Development Studies*, 35, p. 1-38, 1998.
- ELLIS, F. The determinants of rural livelihood diversification in developing countries. *Journal of Agricultural Economics*, 51, p. 289-302, 2000a.
- ELLIS, F. *Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000b.
- ENRIQUEZ, L. J. *Economic reform and repeasantization in post-1990 Cuba*. Austin: University of Texas Press, 2003.
- ESHUIS, J. *Kostbaar vertrouwen; een studie naar proceskosten en procesvertrouwen in beleid voor agrarisch natuurbeheer*. Delft: Eburon, 2006.
- ESHUIS, J.; STUIVER, M.; VERHOEVEN, F.; PLOEG, J. D. van der. *Goede mest stinkt niet: een studie over drijfmest, ervaringskennis en het terugdringen van mineralenverliezen in de melkveehouderij*. Studies van Landbouw en Platteland, 31, Rurale Sociologie. Wageningen: WUR, 2001.
- ESHUIS, J.; STUIVER, M. Creating situated knowledge through joint learning processes among dairy farmers and scientists in a mineral project in the Netherlands. *Agriculture and Human Values*, 2004.

ETTEMA, M.; NOOIJ, A.; DIJK, G. van; PLOEG, J. D. van der; BROEKHUIZEN, R. van. *De toekomst. Een bespreking van de derde Boerderij-enquête voor het Nationaal Landbouwdebat*. Doetinchem: Misset Uitgeverij bv, 1995.

FEDER, E. *The rape of the peasantry: Latin America's Landholding System*. New York: [s/e], 1971.

_____. *Gewalt und Ausbeutung, Lateinamerikas Landwirtschaft*. Hamburg: Hoffmann und Campe Verlag, 1973.

_____. *Strawberry Imperialism*. Research Report Series, Institute of Social Studies, The Hague, 1977

_____. Campesinistas y descampesinistas: tres enfoques divergentes (no incompatibles) sobre la destrucción del campesinado. *Comercio Exterior*, México, v. 27, n. 12, 1977; v. 28, n. 1, 1978.

FIGUEROA, A. Acumulación, control de excedentes y desarrollo en la sierra. In: UNIVERSIDAD Nacional Agraria "La Molina" y Centro de Estudios Rurales Andinos "Bartolome de las Casas". *Estrategias para el desarrollo de la sierra*. Cusco: Centro Bartolome de las Casas, 1986.

FISCHLER, F. Europe and its Rural Areas in the Year 2000: Integrated Rural Development as a Challenge for Policy Making. Opening speech presented at the European Conference on Rural Development: Rural Europe-Future Perspectives, Cork, Ireland, 1996.

_____. Food and the Environment: agriculture's contribution to a sustainable society. In: WUR *Compendium van een driedaagse confrontatie tussen wetenschap, samenleving en cultuur, 16, 17 en 18 april te Wageningen*. Wageningen: WAU, 1998.

FLORA, C. B. Book Review: Seeds of Transition, essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Edited by J. Wiskerke and J. D. van der Ploeg. *Journal of Environmental Quality*, 34, p. 400-401, 2005.

FLÖREN, R. H. *Crown Princes in the Clay: an empirical study on the tackling of succession challenges in Dutch family farms*. Assen: Royal van Gorcum, 2002.

FORT, A.; BOUCHER, S.; RIESCO, G. *La pequeña agricultura piurana: evidencias sobre ingreso, credito y asistencia tecnica*. Lima/Piura: Universidad del Pacifico/CIPCA, 2001.

FOUCAULT, M. *Les mots et les choses: une archeologie des sciences humaines*. Mayenne: [s/e], 1972.

_____. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.

FRANKS, J.; MCGLOIN, A. *Co-operative management of the agricultural environment*. Newcastle: SAFRD, 2006.

FRANZINI, G. *Il crac Parmalat, storia del crollo dell'impero del latte*. Roma: Editore Riuniti, 2004.

FRIEDMANN, H. Household production and the national economy: concepts for the analysis of agrarian formations. *Journal of Peasant Studies*, v. 7, p. 158-184, 1980.

_____. The political economy of food: a global crisis. *New Left Review*, 1/197, 1993.

_____. Feeding the Empire: the pathologies of globalized agriculture. In: MILIBAND, Ralph (Ed.). *The Socialist Register*. London: Merlin Press, 2004, p. 124-143.

- FRIEDMANN, H. Focusing on Agriculture: A Comment on Henry Bernstein's 'Is There an Agrarian Question in the 21st Century?'. *Canadian Journal of Development Studies*, v. xxvii, n. 4, p. 461-465, 2006.
- FROUWS, J. *Mest en macht: een politiek-sociologische studie naar belangenbehartiging en beleidsvorming inzake de mestproblematiek in Nederland vanaf 1970*. Studies van Landbouw en Platteland, n. 11. Wageningen: LUW, 1993.
- FROUWS, J. et al. *Naar de geest of naar de letter: een onderzoek naar knellende regelgeving in de agrarische sector*. Studies van Landbouw en Platteland, 19. Wageningen: LUW, 1996.
- GALJART, B. Sociaal Kapitaal, vertrouwen en ontwikkeling. *Sociologische Gids*, jaargang 50 (1), p. 26-50, 2003.
- GARCÍA-SAYÁN, D. *Tomas de Tierras en el Peru*. Lima: DESCO, 1982.
- GATES, M. *In Default: Peasants, the Debt Crisis, and the Agricultural Challenge in Mexico*. Boulder: Westview Press, 1993.
- GEELS, F. W. Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case study. *Research Policy*, 31, p. 1257-1274, 2002
- GEERTZ, C. *Agricultural Involution*. Berkeley: University of California Press, 1963.
- GERRITSEN, P. R. W. *Diversity at Stake: a farmers' perspective on biodiversity and conservation in western Mexico*. Circle for Rural European Studies. Wageningen: Wageningen University, 2002.
- GERRITSEN, P. R. W.; VILLALVAZO, V. L.; FIGUEROA, P. B.; CRUZ, G. S.; MORALES, J. H. Productos Regionales y Sustentabilidad: Experiencias de la Costa Sur de Jalisco. Paper presented at the 5th Mexican Congress of Rural Studies, Oaxaca, 25 to 28 of May 2005.
- GERRITSEN, P. R. W.; MORALES, J. (Ed.). *Respuestas locales frente a la globalización económica. Productos regionales de la Costa Sur Jalisco*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara/ITESO/RASA, 2007.
- GIBBON, P.; NEOCOSMOS, M. Some problems in the Political Economy of 'African Socialism'. In: BERNSTEIN, H.; CAMPBELL, B. K. (Ed.). *Contradictions of Accumulation in Africa*. Beverly Hills: Sage, 1985.
- GOEDE, R. G. M. de; BRUSSAARD, L.; AKKERMANS, A. D. L. On-farm impact of cattle slurry manure management on biological soil quality. *NJAS*, v. 51, n. 1-2, p. 103- 134, 2003.
- GOEDE, R. G. M. de; VLIET, P. C. J. van; STELT, B. van der; VERHOEVEN, ir. F. P. M.; TEMMINGHOFF, E. J. M.; BLOEM, J.; DIMMERS, W. J.; JAGERS op AKKERHUIS, G. A. J. M.; BRUSSAARD, L.; RIEMSDIJK, W. H. van. *Verantwoorde toepassing van rundermest in graslandbodems*, SV-411. Gouda: SKB, 2004.
- GONZALEZ CHAVEZ, H. El empresario agrícola en el jugoso negocio de las frutas y hortalizas de México. PhD thesis. Wageningen: WAU, 1994.
- GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; GUZMÁN CASADO, G. *Tras los pasos de la insustentabilidad: agricultura y medio ambiente en perspectiva histórica* (s. XVIII-XX). Barcelona: Icaria editorial, 2006.
- GOODMAN, D. Agro-food studies in the 'Age of Ecology': nature, corporeality, bio-politics. *Sociologia Ruralis*, v. 39, n. 1, p. 17-38, 1999.

GOODMAN, D. Rural Europe Redux? Reflections on Alternative Agro-Food Networks and Paradigm Change. *Sociologia Ruralis*, 44 (1), p. 3-16, 2004.

GOODMAN, D.; WATTS, M. J. *Globalising Food: agrarian questions and global restructuring*. London: Routledge, 1997.

GORGONI, M. Il contadino tra azienda e mercato del lavoro: un modello teorico. *Rivista di Economia Agraria*, anno XXXV, n. 4, p. 683-718, 1980.

GORGONI, M. Review of Jan Douwe van der Ploeg, La ristrutturazione del lavoro agricolo. *Questione Agraria*, 27, p. 187-190, 1987.

GORLACH, K.; MOONEY, P. *European Union Expansion: The Impacts of Integration on Social Relations and Social Movements in Rural Poland*. Ithaca: Cornell University Mellon Sawyer Seminar, 2004.

GOULDNER, A. The Concept of Functional Autonomy. In: WORSLEY, P. *Modern Sociology*. 2nd edition. New York: Penguin, 1978.

GRIFFIN, K.; RAHMAN, A.Z.; ICKOWITZ, A. Poverty and the Distribution of Land. *Journal of Agrarian Change*, 2 (3), p. 279-330, 2002.

GROEN, A. F.; GROOT, K. de; PLOEG, J. D. van der; ROEP, D. *Stijlvol fokken, een oriënterende studie naar de relatie tussen sociaal-economische verscheidenheid en bedrijfsspecifieke fokdoeldefinitie*. Bedrijfstijlenstudie n. 9, Vakgroep Veefokkerij en Vakgroep Rurale Sociologie. Wageningen: Landbouwniversiteit, 1993.

GROOT, J. C. J.; ROSSING, W. A. H.; LANTINGA, E. A.; KEULEN, H. van. Exploring the potential for improved internal nutrient cycling in dairy farming systems using an eco-mathematical model. *NJAS – Wageningen Journal of Life Sciences* 51, p. 165-194, 2003.

GROOT, J. C. J.; STUIVER, M.; BRUSSAARD, L. New opportunities and demands for decision support in eco-technological agricultural practices. *Grassland Science in Europe*, v. 9, 2004.

GROOT, J. C. J.; ROSSING, W. A. H.; LANTINGA, E. A. Evolution of Farm Management, Nitrogen Efficiency and Economic Performance of Dairy Farms Reducing External Inputs. *Livestock Production Science*, 2006a.

GROOT, J. C. J.; ROSSING, W. A. H.; JELLEMA, A.; ITTERSUM M. K. van. Landscape design and agricultural land-use allocation using Pareto-based multi-objective Differential Evolution. In: VOINOV, A.; JAKEMAN, A. J.; RIZZOLI, A. E. (Ed.). *Proceedings of the iEMS: Third Biennial Meeting, Summit on Environmental Modelling and Software*. International Environmental Modelling and Software Society. Burlington: [s/e], 2006b.

GROOT, J. C. J.; ROSSING, W. A. J.; JELLEMA, A.; STOBELAAR, D. J.; RENTING, H.; ITTERSUM, M. K. van. Exploring multi-scale trade-offs between nature conservation, agricultural profits and landscape quality – a methodology to support discussions on land-use perspectives. *Agriculture Ecosystems & Environment*, 120, p. 58-69, 2007a.

GROOT, J. C. J.; PLOEG, J. D. van der; VERHOEVEN, F. P. M.; LANTINGA, E. A. Interpretation of results from on-farm experiments: manure-nitrogen recovery on grassland as affected by manure quality and application technique, 1, an agronomic analysis. *NJAS*, 54-53, p. 235-254, 2007b.

GUDEMAN, S. *The demise of a rural economy, from subsistence to capitalism in a Latin American Village*. London: [s/e], 1978.

- GUZMAN CASADO, G. I. et al. *Introduccion a la agroecologia como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.
- GUZMAN-FLORES, E. *The political organization of sugarcane production in Western Mexico*. Wageningen: Agricultural University, 1995.
- HAAN, H. de. *In the shadow of the tree: kinship, property and inheritance among farm families*. Amsterdam: Het Spinhuis, 1993.
- HAAR, G. van der. *Gaining Ground, Land Reform and the Constitution of Community in the Tojolabal Highlands of Chiapas, Mexico*. Amsterdam: Thela Latin America Series, 2001.
- HAGEDORN, K. *Environmental co-operation and institutional change: theories and policies for European agriculture*. Cheltenham: Elgar, 2002.
- HALAMSKA, M. A different end of the peasants. *Polish Sociological Review* 3 (147), p. 205-268, 2004.
- HAMMOND, J. L. Law and Disorder: The Brazilian Landless Farmworkers' Movement. *Bulletin of Latin American Research*, 18 (4), p. 469-489, 1999.
- HANLON, J. *The land debate in Mozambique: will foreign investors, the urban elite, advanced peasant or family farmers drive rural development?* Research paper commissioned by Oxfam GB – Regional Management Center for Southern Africa, 2004.
- HANN, C. *The postsocialist agrarian question*. Munster: LIT Verlag, 2003.
- HANSEN, M.; LANNOYE, P.; PONS, S.; GILLES-ERIC, S. *La guerre au vivant: organismes génétiquement modifiés & autres mystifications scientifiques*. Marseille: Agone Editeur, 2001.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- HARRISS, J. *Rural Development: Theories of peasant economy and agrarian change*. London: Hutchinson University Library, 1982.
- _____. *The making of Rural Development: Actors, Arenas & Paradigms*. Paper for the anniversary symposium of the Department of Rural Sociology of the Agricultural University, LU, Wageningen, 1997.
- HARRISS, J. *Depoliticizing development: the World Bank and social capital*. London: Anthem, 2002.
- HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. *Agricultural Development: an international perspective* (revised and expanded edition). Baltimore/London: John Hopkins, 1985.
- HEBINCK, P.; AVERBEKE, W. van. Livelihoods and Landscapes: People, Resources and Land Use. In: HEBINCK, P.; LENT, P. C. (Ed.). *Livelihoods and Landscapes. The people of Guukua and Koloni and their resources*. Leiden: Brill, 2007.
- HEBINCK, P.; MONDE, N. Production of Crops in Arable Fields and Home Gardens. In: HEBINCK, P.; LENT, P. C. *Livelihoods and Landscapes: the people of Guukua and Koloni and their resources*. Leiden: Brill, 2007.
- HEES, E. *Trekkers naast de trap, een zoektocht naar de dynamiek in de relatie tussen boer en overheid*. PhD thesis. Wageningen: Wageningen Universiteit, 2000.
- HEES, E.; ROOIJ, S. de; RENTING, H. *Naar lokale zelfregulering, samenwerkingsverbanden voor integratie van landbouw, milieu natuur en landschap*. Studies van Landbouw en Platteland 14. Wageningen: LUW, 1994.

HEIJMAN, W. *Boeren in het landschap, een studie naar de kosten van agrarisch natuurbeheer in de noordelijke Friese wouden*. Wageningen: WUR, 2005.

HEIJMAN, W.; HUBREGTSE, M. H.; OPHEM, J. A. C. van. Regional economic impact of Non-Standard Activities on Farms: method and application to the Province of Zeeland in the Netherlands. In: PLOEG, J. D. van der *et al.* *Living Countrysides*. Doetinchem: Elsevier, 2002.

HELD, D.; MCGREW, A.; GOLDBLATT, D.; PERRATON, J. *Global Transformations: politics, economics and culture*. Cambridge: Polity, 1999.

HEMME *et al.* *IFCN Dairy Report*. IFCN, The Hague, 2004

HERVIEU, M. B. *La multifunctionalite et l'agriculture*. Paris: INRA, 2005.

HEYNIG, K. Principales enfoques sobre la economía campesina. *Revista de la CEPAL*, n. 16, p. 115-143, 1982.

HOBART, M. *An Anthropological Critique of Development: the growth of ignorance*. London/ New York: Routledge, 1993.

HOFSTEE, E. W. *Groningen van grasland naar bouwland, 1750-1930*. Wageningen: Pudoc, 1985a.

_____. Differentiële sociologie in kort bestek, schets van de differentiële sociologie en haar functie in het concrete sociaal-wetenschappelijke onderzoek. In: HOFSTEE, E. W. *et al.* *Differentiële sociologie in discussie*, Amsterdam: VUGA, 1985b.

HOLLOWAY, J. *Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy*. Madrid: El Viejo Topo, 2002.

HOOG, K. de; VINKERS, J. *De beleving van armoede in agrarische gezinsbedrijven*, Wetenschapswinkel, n. 165. Wageningen: WUR, 2000.

HOOGMA, R.; KEMP, R.; SCHOT, J.; TRUFFER, B. *Experimenting for sustainable transport: the approach of strategic niche management*. London: Spon Press, 2002.

HOPPENBROUWERS, P.; ZANDEN, J. L. van. *Peasants into Farmers? The transformation of rural economy and society in the Low Countries (middle ages – 19th century) in light of the Brenner debate*. Turnhout: Corn Publication Series, Brepols, 2001.

HORLINGS, I. *Duurzaam produceren met beleid: innovatiegroepen in de Nederlandse landbouw*. Wageningen: LUW, 1996.

HOWE, S. *Empire, a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

HUYLENBROECK, G. van; DURAND, G. *Multifunctional Agriculture: a new paradigm for European agriculture and rural development*. Aldershot: Ashgate, 2003.

HUIJSMANS, J. F. M.; HOL, J. M. G.; SMITS, M. C. J.; VERWIJS, B. R.; MEER, H. G. van der; RUTGERS, B.; VERHOEVEN, F. P. M. *Ammoniakemissie bij bovengronds breekdwerpig mesttoediening*. Report 136, Agrotechnology & Food Innovations B.V. Wageningen: WUR, 2004.

HUIZER, G. *Peasant rebellion in Latin America*. The Pelican Latin American Library. Harmandsworth: Penguin Books Ltd., 1973.

IACOPONI, L. Il distretto agroindustriale como modello di sviluppo endogeno. In: PANATTONI, A. (Ed.). *La sfida della moderna ruralita*. Roma: RAISA, 1999.

IATP. *Marketing sustainable agriculture: case studies and analysis from Europe*. Minneapolis: Institute for Agriculture and Trade Policy, 1998.

IKERD, J. *Sustainable Agriculture: A Positive Alternative to Industrial Agriculture*. Disponível em <<http://www.ssu.msissouri.edu/faculty/jikerd/papers/ks-hrtld.htm>>. 2000a.

_____. *Sustainable Farming and Rural Community Development*. Disponível em <<http://www.ssu.msissouri.edu/faculty/jikerd/papers/ND-NFCD.html>>. 2000b.

_____. *Sustainable Agriculture as a Rural Economic Strategy*. Disponível em <<http://www.ssu.msissouri.edu/faculty/jikerd/papers/sa-cdst.hrtld.html>>. 2000c.

IMMINK, V. M.; KROON, S. M. A. van der. *Wat je vers haalt is lekker: thuisverkoop op het platteland*, rapport 227. Wageningen: LEI/WUR, 2006.

ISMEA. *La competitività dell'agroalimentare italiano, check-up 2005* (redazione a cura della Direzione Mercati e Risk Management). Rome: ISMEA, 2005.

JACOBS, D. *Het Kennisoffensief: slim concurreren in de kenniseconomie*. Deventer: Samsom, 1999.

JANVRY, A. de. La logica delle aziende contadine e le strategie di sostegno allo sviluppo rurale. *La Questione Agraria*, n. 4, p. 7-38, 2000.

JOANNIDES, J.; BERGAN, S.; RITCHIE, M.; WATERHOUSE, B.; UKAGA, O. *Renewing the Countryside*. Minneapolis: Institute for Agriculture and Trade Policy, 2001.

JOHNSON, H. Subsistence and Control: The Persistence of the Peasantry in the Developing World. *Undercurrent*, v. 1, n. 1, p. 55-65, 2004.

JOLLIVET, M. *Pour une agriculture diversifiée: arguments, questions, recherches*. Paris: Harmattan, 1988.

JOLLIVET, M. *Pour une science sociale a travers champs: paysannerie, ruralite, capitalisme (France XXe siecle)*. Paris: AP editions, 2001.

KAMEN, H. *Imperio: La forja de Espana como potencia mundial*, Madrid: Aguilar, 2003.

KAREL, E. H. *De maakbare boer; streekverbetering als instrument van het Nederlandse landbouwbeleid, 1953-1970*. Groningen: Historia Agriculturae, NAHI, 2005.

KAUTSKY, K. *La question agraire, etude sur les tendances de l'agriculture moderne*. Paris: [s/e], 1899/1970.

KAYSER, B. The Future of the Countryside. In: PLOEG, J. D. van der; DIJK, G. van. *Beyond Modernization: the impact of endogenous rural development*. Assen: Royal van Gorcum, 1995.

KEARNEY, M. *Reconceptualizing the peasantry: anthropology in global perspective*. Boulder: Westview Press, 1996.

KEAT, R. *Cultural Goods and the Limits of the Market*. London: Palgrave, 2000.

KEMP, R.; SCHOT, J.; HOOGMA, R. Regime shifts to sustainability through processes of niche formation: the approach of strategic niche management. *Technology Analysis and Strategic management*, 10, p. 175-196, 1998.

KEMP, R.; RIP, A.; SCHOT, J. Constructing transition paths through the management of niches. In: GARUD, R.; KARNOE, P. *Path dependence and creation*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

KESSEL, J. van. Produktieritueel en technisch betoog bij de Andesvolkeren. *Derde Wereld*, v. 1990, n. 1-2, 1990.

KIMBALL, S. T.; ARENSBERG, C. M. *Keeping the name on the land*. New York: [s/e], 1965.

KINSELLA, J.; WILSON, S.; JONG, F. de; RENTING, H. Pluriactivity as a livelihood strategy in Irish farm households and its role in rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 481-496, 2000.

KINSELLA, J.; BOGUE, P.; MANNION, J.; WILSON, S. Cost Reduction for small-scale dairy farms in County Clare. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. *Living Countrysides, Rural Development Processes in Europe: the state of art*. Doetinchem: Elsevier, 2002.

KNICKEL, K. Energy crops in Mecklenburg-Vorpommern: the rural development potential of crop diversification and processing in Germany. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. *Living Countrysides, Rural Development Processes in Europe: the state of art*. Doetinchem: Elsevier, 2002.

_____. Agrarwende – Agriculture at a Turning Point. Rural Development Practices and Policies in Germany. In: O'CONNOR, D. et al. *Driving Rural Development in Europe – The Role of Policy. Case Studies from Seven EU Countries*. Assen: Royal van Gorcum, 2006.

KNICKEL, K.; HOF, S. Direct Retailing in Germany: Farmers Markets in Frankfurt. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. *Living Countrysides. Rural Development Processes in Europe: the state of the art*. Doetinchem: Elsevier, 2002.

KNORR-CETINA, K. D. The micro-sociological challenge of the macro-sociological: towards a reconstruction of social theory and methodology. In: KNORR-CETINA, K. D.; CICOUREL, A. V. *Advances in social theory and methodology: towards an integration of micro- and macro-sociologies*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981.

KONINGSVELD, H. Klassieke landbouwwetenschap, een wetenschapsfilosofische beschouwing. In: KONINGSVELD, H. et al. *Landbouw, landbouwwetenschap en samenleving: filosofische opstellen*. Mededelingen van de vakgroepen voor sociologie, n. 20. Wageningen: Landbouwniversiteit, 1987.

KORTEN, D. C. *When Corporations Rule the World* (second edition). San Francisco: Kumarian Press Inc/Berrett-Koehler Publishers Inc., 2001.

KOP, P. van de; SAUTIER, D.; GERZ, A. *Origin-based products: lessons for pro-poor market development*. Amsterdam: Royal Tropical Institute/CIRAD, 2006.

LACROIX, A. *Transformations du proces de travail agricole, incidences de l'industrialisation sur les conditions de travail paysannes*. Grenoble: INRA, 1981.

LANG, T.; HEASMAN, M. *Food Wars: the global battle for Mouths, Minds and Markets*. London/Sterling: Earthscan, 2004.

LANNER, S. *Der Stolz der Bauern; die Entwicklung des ländlichen Raumes: Gefahren und Chancen*. Vienna: Ibero & Molden Verlag/European University Press, 1996.

LATOURE, B. On Technical Mediation – Philosophy, Sociology, Genealogy. *Common Knowledge*, v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994.

LAURENT, C.; REMY, J. Agricultural holdings: hindsight and foresight. *Etudes et Recherches des Systemes Agraires et Developpement*, n. 31, p. 415-430, 1998.

LAUWERE, C. de; VERHAAR, K.; DROST, H. *Het Mysterie van het Ondernemerschap: boeren en tuinders op zoek naar nieuwe wegen in een dynamische maatschappij*. Wageningen: IMAG, 2002.

LAW, J. *Organizing Modernity*, Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

LEEuwIS, C. *Of computers, Myths and Modelling: the social construction of diversity, knowledge, information and communication technologies in Dutch horticulture and agricultural extension*. Wageningen: LUW, 1993.

LEI. *Landbouw Economisch Bericht (LEB)*. Den Haag: LEI, 2005.

LENIN, V. I. The Agrarian Question and the 'critics of Marx'. In: *Collected Works*, V, Moscow, 1961.

_____. *The development of capitalism in Russia*. Moscow: Progress Publishers, 1964.

LINN, N. Building a Network Theory of Social Capital. *Connections*, 22 (1), p. 28-51, 1999.

LLAMBI, L. Small modern farmers: neither peasants nor fully-fledged capitalists? *Journal of Peasant Studies*, 5 (3), p. 350-372, 1988.

LLAMBI, L. Comparative Advantages and Disadvantages. In: MCMICHAEL, P. (Ed.). *Latin American Nontraditional Fruit and Vegetable Exports in The Global Restructuring of Agro-Food Systems*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1994.

LVN. *Perspectieven voor de agrarische sector in Nederland*. Achtergrondrapport bij 'Kiezen voor landbouw'. Den Haag: LVN, 2005.

LONG, N. *An introduction to the sociology of rural development*. London: Tavistock, 1977.

_____. Creating space for change: a perspective on the sociology of development. *Sociologia Ruralis*, v. XXV, n. 1, 1985.

_____. *Development Sociology: Actor Perspectives*. London: Routledge, 2001.

_____. Resistance, Agency and Counter-work: a theoretical positioning. In: WRIGHT, W.; MIDDENDORE, G. *Food Fights*. Pennsylvania: Penn State University Press, 2007.

LONG, N. et al. *The commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Papers of the departments of sociology, 17. Wageningen: LUW, 1986.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneity, Actor and Structure: Towards a Reconstitution of the Concept of Structure. In: BOOTH, D. (Ed.). *Rethinking Social Development: Theory, Research and Practice*. Harlow: Longman Scientific and Technical, 1994.

LONG, N.; LONG, A. *Battlefields of Knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*. London: Routledge, 1992.

LONG, N.; ROBERTS, B. Changing Rural Scenarios and Research Agendas in Latin America in the New Century. In: BUTTEL, F.; MCMICHAEL, Ph. *New Directions in the Sociology of Global Development, Research in Rural Sociology and Development*, v. 11, 2005.

MACINTYRE, A. *After virtue*. London: Duckworth, 1981.

MAK, G. *Hoe God verdween uit Jorwerd; een Nederlands dorp in de twintigste eeuw*. Amsterdam: Uitgeverij Atlas, 1996.

- MARIATEGUI, J. C. *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Lima: Amauta, 1925.
- MARSDEN, T. K. Theoretical Issues in the Continuity of Petty Commodity Production. In: WHATMORE, S.; LOWE, Ph.; MARSDEN, T. *Rural Enterprise: shifting perspectives on small-scale production*. London: David Fulton Publishers, 1991.
- MARSDEN, T. Agriculture beyond the treadmill? Issues for policy, theory and research practice. *Progress in Human Geography*, 22 (2), p. 265-275, 1998.
- _____. *The condition of rural sustainability*. Assen: Royal van Gorcum, 2003.
- MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chains approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000a.
- MARSDEN, T.; FLYNN, A.; HARRISON, M. *Consuming interests: The social provision of food*. London: UCL Press, 2000b.
- MARSDEN, T.; MURDOCH, J. *Between the local and the global: confronting complexity in the contemporary agri-food sector*. Amsterdam: Elsevier, 2006.
- MARTINEZ-ALIER, J. *The environmentalism of the poor*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.
- MARX, K. *Het Kapitaal; een kritische beschouwing over de economie* (translation I. Lipschits). Bussum: De Haan, 1867/1970.
- MCMICHAEL, Ph. (Ed.). *The global restructuring of agro-food systems*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- _____. Feeding the world: agriculture, development and ecology. *The Socialist Register*, p. 1-25, 2007.
- MELHUM, H.; MOENE, K.; TORVIK, R. Institutions and Resource Curse. *Economic Journal*, 116, p. 1-20, 2006.
- MENDRAS, H. *La fin des paysans – innovations et changement dans l'agriculture Française*. Paris: Futuribles/SEDEIS, 1967.
- _____. *The vanishing peasant: innovation and change in French agriculture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- _____. *Sociétés Paysannes, éléments pour une théorie de la paysannerie*. Paris: Armand Colin, 1976.
- MENGHI, A. I prezzi al consumo crescono di più di quelli alla produzione. *Unalat Informe*, n. 60, p. 23-25, 2002.
- MEULEN, H. S. van der. *Circuits in de Landbouwvoedselketen: verscheidenheid en samenhang in de productie en vermarkting van rundvlees in Midden-Italië*. PhD. thesis. Wageningen: Wageningen University, 2000.
- MIELE, M. *Creating Sustainability: the social construction of the market for organic products*. Wageningen: WUR, 2001.
- MILONE, P. *Agricoltura in transizione: la forza dei piccoli passi; un'analisi neo-istituzionale delle innovazioni contadine*. PhD. Thesis. Wageningen: Wageningen University, 2004.
- MILONE, P.; VENTURA, F. Theory and practice of multi-product farms: farm butcheries in Umbria. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 452-465, 2000.

- MOERMAN, M. *Agricultural change and peasant choice in a Thai village*. Berkeley: University of California Press, 1968.
- MOORS, E. H.; RIP, A.; WISKERKE, J. The dynamics of innovation: a multi-level co-evolutionary perspective. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. (Ed.). *Seeds of Transition, Essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Royal van Gorcum, 2004.
- MONTOYA, R. El factor étnico y el desarrollo andino. Universidad Nacional Agraria "La Molina" y Centro de Estudios Rurales Andinos "Bartolome de las Casas". *Estrategias para el desarrollo de la sierra*. Cusco: Centro Bartolome de las Casas, 1986.
- MORGAN, K.; SONINO, R. Empowering consumers: the creative procurement of school meals in Italy and the UK. *International Journal of Consumer Studies*, p. 19-25, 2006.
- MOQUOT, G. Alcuni risultati nella ricerca applicata dei laboratory dell'INRA specializzati nell'industria lattiera. Atti del Convegno sulle biotecnologie in caseificio (Lodi, 8/9 Ottobre 1987). *L'Industria del latte*, apr./jun. 1988.
- MOURIK, R. M. *Did water kill the cows? The distribution and democratisation of risk, responsibility and liability in a Dutch agricultural controversy on water pollution and cattle sickness*. Maastricht: Pallas Publications/University of Maastricht, 2004.
- MPAF, Ministero delle Politiche Agricole e Forestale. *La povertà in agricoltura*. Roma: Erispes, 2003.
- MURDOCH, J. *Post-structuralist geography: a guide to relational space*. London: SAGE Publications, 2006.
- NEGRI, A. *Cinque lezioni di metodo su moltitudine e imperio*. Soveria Mannelli: Rubettino, 2003.
- _____. *Movimenti nell'Impero, passaggi e paesaggi*. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2006.
- NETTING, R. McC. *Smallholders, Householders: farm Families and the Ecology of Intensive, Sustainable Agriculture*. Stanford: Stanford University Press, 1993.
- NFW. *Intentieverklaring en werkprogramma*. Drachten: NLTO, 2004.
- NOOTEBOOM, G. *A Matter of Style: Social Security and Livelihood in Upland East Java*. Nijmegen: Nijmegen University, 2003.
- NORTH, D. C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York/ Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- O'CONNOR, D.; RENTING, H.; GORMAN, M.; KINSELLA, J. *Driving Rural Development: Policy and Practice in seven EU countries*. Assen: Royal van Gorcum, 2006.
- OECD. *Co-operative approaches to sustainable agriculture*. COM/AGR/CA/ENV/EPOC, (96) 131. Paris: OECD, 1996.
- _____. *Multifunctionality – towards an analytical framework*. AGR/CA/APM, (2000) 3/FINAL. Paris: OECD, 2000. Disponível em <<http://www.oecd.org>>.
- ONTITA, E. G. *Creativity in Everyday Practice: Resources and Livelihoods in Nyamira, Kenya*. Wageningen: Wageningen University, 2007.
- OOSTERVEER, P. *Global Food Governance*. Wageningen: Wageningen University, 2005.

OOSTINDIE, H.; PARROTT, N. Farmer's attitudes to rural development: results of a transnational survey. Working Paper, Impact Programme. Disponível em <<http://www.rural-impact.net>>. 2001.

OOSTINDIE, H.; PLOEG, J. D. van der; RENTING, H. Farmer's experiences with and views on rural development practices and processes: outcomes of a transnacional European survey. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. *Living Countrysides. Rural Development Processes in Europe: the state of the art*. Doetinchem: Elsevier, 2002.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. van. *Landbouw en platteland in de Wolden: een studie naar agrarische ontwikkeling, berbrede landbouw en nieuwe bedrijvigheid in voormalige boerderijen in de gemeente Wolden*. Wageningen: Wageningen Universiteit, dep. maatschappijwetenschappen, 2004.

OSMONT, S. *Il Capitale*. Milano: Rizzoli romanzo, 2004.

OSTI, G. *Gli innovatori della periferia, la figura sociale dell'innovatore nell'agricoltura di montagna*. Torino: Reverdito Edizioni, 1991.

OSTROM, E. *Governing the commons; the evolution of institutions for collective action*. New York: Cambridge University Press, 1990.

_____. *Crafting institutions for self-governing irrigation systems*. San Francisco: ICP Press, 1992.

OTSUKI, K. Paradise in a Brazil Nut Cenmetery: Sustainability Discourses and Social Action in Pará, the Brazilian Amazon. PhD. Thesis. Wageningen: Wageningen University, 2007.

OTTATI, G. dei *Tra mercato e comunità: aspetti concettuali e ricerche empiriche sul distretto industriale*. Milano: Franco Angeli, 1995.

OWEN, W. F. The double developmental squeezeon agriculture. *The American Economic Review*, v. LVI, p. 43-67, 1966.

PAIGE, J. *Agrarian Revolution: social movements and export agriculture in the underdeveloped world*. New York: The Free press, 1975.

PALERM, A. Antropologos y campesinos: origines y transformaciones. *Antropologia y Marxismo*. Mexico: Nueva Imagen, 1980.

PAZ, R. Campesinado, globalización y desarrollo: una perspectiva diferente. *Revista Europea de Estudios Rurales Latinoamericanos y del Caribe*, n. 66, 1999.

_____. Mercantilización de la pequeña producción caprina: desaparición o permanencia; estudio de caso de la principal Cuenca lechera de Argentina. In: FORNI, F. (Ed.). *Caminos de Solidaridad de la Economía Argentina*. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2004.

_____. El campesinado en el agro argentino: repensando el debate teórico o un intento de reconceptualización? *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n. 81, p. 3-23, 2006a.

_____. Desaparición o permanencia de los campesinos ocupantes en el noroeste argentino? Evolución y crecimiento en la última década. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 31, n. 61, p. 169-197, 2006b.

PEARSE, A. *The Latin American Peasant*. London: Frank Cass, 1975.

PEPPELENBOS, L. *The Chilean Miracle, patrimonialism in a modern free-market democracy*. PhD. Thesis. Wageningen: Wageningen University, 2005.

- PÉREZ-VITORIA, S. *Les Paysans sont de Retour* (essai). Arles: Actes Sud, 2005.
- PERNET, F. *Resistances Paysannes*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1982.
- PLATTEAU, J. P. *Land reform and structural adjustment in sub-Saharan Africa: controversies and guidelines*. Rome: FAO, 1992.
- PLOEG, J. D. van der. *De Gestolen Toekomst: imperialisme, landhervorming en boerenstrijd in Peru*. Wageningen: De Uytbuyt, 1977.
- _____. *De verwetenschappelijking van de landbouwbeoefening*. Mededelingen van de vakgroepen voor sociologie, 21. Wageningen: Landbouwwuniversiteit, 1987a.
- _____. *La ristrutturazione del lavoro agricolo* (con presentazioni di Giuseppe Barbero, postilla di Bruno Benvenuti, Ricerche e Studi Socio-economici). Roma: La Reda, 1987b.
- _____. *Labour, markets, and agricultural production*. Westview Special Studies in Agriculture Science and Policy. Boulder/San Francisco/Oxford: Westview Press, 1990a.
- _____. Autarky and Technical Change in Rice Production in Guinea Bissau: on the Importance of Commoditisation and Decommoditisation as Interrelated Processes. In: HASWELL, M.; HUNT, D. *Rural Households in Emergine Societies: technology and change in sub-Saharan Africa*. Oxford/Hamburg/New York: Berg Publisher Ltd, 1990b.
- _____. Modelli differenziali di crescita aziendale agricola: ossia il legame fra “senso” e “strutturazione”. *Rivista di Economia Agraria*, n. 2, p. 171-199, 1990c.
- _____. On Potatoes and Metaphors. In: HOBART, M. (Ed.). *An Anthropological Critique of Development: the growth of ignorance*. London and New York: Routledge, 1993.
- _____. Agrarisch natuurbeheer: nieuwe perspectieven. *Gorteria, Tijdschrift voor onderzoek aan de wilde flora*, v. 20, n. 2/3, p. 36-41, 1994.
- _____. Voorbodes van plattelandsvernieuwing. *Agrarisch Dagblad*, 12 April, p. 11, 1995.
- _____. Om de plaats van arbeid: kansen voor een derde weg in het debat over wereldvoedselproductie? *Spil*, n. 52-60, 1997a.
- _____. On rurality, rural development and rural sociology. In: HAAN, H. de; LONG, N. (Ed.). *Images and Realities of Rural Life: Wageningen Perspectives on Rural Transformations*. Assen: Royal van Gorcum, 1997b.
- _____. *Landhervorming: onvoltooid verleden en toekomstige tijd*, diesrede ter gelegenheid van het 80 jarig bestaan van de Landbouw. Wageningen: Universiteit Wageningen, 1998.
- _____. Revitalizing Agriculture: Farming Economically as Starting Ground for Rural Development. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 497-511, 2000.
- _____. *Kleurrijk Platteland: zicht op een nieuwe land- en tuinbouw*. Assen: LTO/Royal van Gorcum, 2002.
- _____. *The Virtual Farmer: past, present and future of the Dutch peasantry*. Assen: Royal van Gorcum, 2003a.
- _____. I contadini fra passato e futuro. In: PACETTI, M.; BEDOGNI, P.; BOLDRINI, A. *Agricoltura e società contadina all'esordio degli anni 2000*. Reggio Emilia: Istituto Alcide Cervi, 2003b.
- _____. L'innovazione istituzionale e tecnologica a sostegno dei cambiamenti in atto in agricoltura e per lo sviluppo rurale. *Politica Agricola Internazionale (PAGRI)*, v. IV, n. 1, 2, 3, p. 25-35, 2005a.

PLOEG, J. D. van der. Landbouwbeleid: de kameleon van Europa. *Socialisme & Democratie*, maandblad van de Wiardi Beckman Stichting 62 (10), p. 25-31, 2005b.

_____. Agricultural Production in Crisis. In: CLOKE, P. T.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. H. *Handbook of Rural Studies*. London: Sage, 2006a, p. 258-277.

_____. *Oltre la Modernizzazione: processi di sviluppo rurale in Europa*. Cosenza: Rubbettino Editore, 2006b.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006c.

_____. *El Futuro Robado; tierra, agua y lucha campesina*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2006d.

_____. The mystery of the local in times of Empire. In: OPHEM, J. van; VERHAAR, C. (Ed.). *On the mysteries of research: essays in various fields of Humaniora*. Leeuwarden: Fryske Akademy, 2007.

PLOEG, J. D. van der; BOLHUIS, E. E. *Scelte tecniche e incorporamento delle aziende zootecniche nelle strutture esterne: una indagine nella realtà emiliana*. Quaderni di studio. Parma: Università di Parma, 1983.

PLOEG, J. D. van der; SACCOMANDI, V.; ROEP, D. Differentiele groeipatronen in de landbouw: het verband tussen zingeving en structurering. *TSL*, v. 5, n. 2, p. 108-132, 1990.

PLOEG, J. D. van der; LONG, A. *Born from Within: practices and perspectives of endogenous development*. Assen: Royal van Gorcum, 1994.

PLOEG, J. D. van der; ETTEMA, M.; ROEX, J. *De Crisis: een bespreking van de eerste Boerderij-enquête voor het nationaal Landbouwdebat*. Doetinchem: Misset, 1994.

PLOEG, J. D. van der; DIJK, G. van. *Beyond modernization: the impact of endogenous development*. Assen: Royal van Gorcum, 1995.

PLOEG, J. D. van der; FROUWS, J. On Power and Weakness, Capacity and Impotence: Rigidity and Flexibility in Food Chains. *International Planning Studies*, v. 4, n. 3, p. 333-347, 1999.

PLOEG, J. D. van der; ROOIJ, S. J. G. de. Agriculture in Central and Eastern Europe: Industrialization or Repeasantization? In: *Proceedings of the Research Conference on Rural Development in Central and Eastern Europe*, December 6th. Slovakia: Podbanska, 1999.

PLOEG, J. D. van der; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; ROEST, K. de; SEVILLA GUZMAN, E.; VENTURA, F. Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

PLOEG, J. D. van der; FROUWS, J.; RENTING, H. Self-regulation as new response to over-regulation. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. *Living Countrysides, Rural Development Processes in Europe: the state of art*. Doetinchem: Elsevier, 2002a.

PLOEG, J. D. van der; ROEP, D.; RENTING, H.; BANKS, J.; ALONSO MIELGO, A.; GORMAN, M.; KNICKEL, K.; SCHAEFER, B.; VENTURA, F. The socio-economic impact of rural development processes within Europe. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. *Living Countrysides, Rural Development Processes in Europe: the state of art*. Doetinchem: Elsevier, 2002b.

- PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. *Living Countrysides; rural development processes in Europe: the state of the art*. Doetinchem: Elsevier, 2002c.
- PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. Rural development: the state of the art. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. *Living Countrysides, Rural Development Processes in Europe: the state of the art*. Doetinchem: Elsevier, 2002d.
- PLOEG, J. D. van der; VERHOEVEN, F.; OOSTINDIE, H.; GROOT, J. *Wat smyt it op; een verkennende analyse van bedrijfs-economische en landbouwkundige gegevens van Vel & Vanla bedrijven*. Wageningen: WUR/NLTO noord, 2003.
- PLOEG, J. D. van der; RENTING, H. Behind the 'Redux': A Rejoinder to David Goodman. *Sociologia Ruralis*, v. 44, n. 2, p. 231-242, 2004a.
- PLOEG, J. D. van der; BENVENUTI, B.; BUSSI, E.; LOSI, G.; PIAGNAGNOLI, C.; ROEST, C. de. *Latte vivo: il lungo viaggio del latte dai campi alla tavola – prospettive dopo il Parmacrack*. Reggio Emilia: Diabasis, 2004b.
- PLOEG, J. D. van der; BOUMA, J.; Rip, A.; RIJKENBERG, F.; VENTURA, F.; WISKERKE, J. On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of Transition, Essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Royal van Gorcum, 2004c.
- PLOEG, J. D. van der; VERSCHUREN, P.; VERHOEVEN, F.; PEPELS, J. Dealing with novelties: a grassland experiment reconsidered. *Journal of Environmental Policy & Planning*, v. 8, n. 3, p. 199-218, 2006.
- PLOEG, J. D. van der; GROOT, J. C. J.; VERHOEVEN, F. P. M.; LANTINGA, E. A. Interpretation of results from on-farm experiments: manure-nitrogen recovery on grassland as affected by manure quality and application technique, 2, a sociological analysis. *NJAS*, 54-3, p. 255-268, 2007.
- POLANYI, K. *The Great Transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 1957.
- POLLIN, R.; EPSTEIN, G.; HEINTZ, J.; NDIKUMANA, L. *An employment-targeted economic program for South Africa*. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.
- PORTELA, E. Manuring in Barroso: a crucial farming practice. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. (Ed.). *Born from Within Practice and Perspectives of Endogenous Rural development*. Assen: Van Gorcum, 1994.
- PORTELA, J.; CALDAS, J. C. *Portugal Chão*. Oeiras: Celta Editora, 2003.
- PRINS, B. Waarde quotum in 2010 nihil. *Nieuwe Oogst, ledenblad van LTO Noord*, editie Oost, jaargang 2, nummer 4, 4th of November, 2006, p. 1.
- PRODI, R. Foreword. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. *Living countrysides: rural development processes in Europe, the state of the art*. Doetinchem: Elsevier, 2002.
- PRODI, R. La sfida contadina. *La Stampa, Cultura e Spettacoli*, giovedì 23 a giovedì 1 aprile 2004, p. 23.
- PUTNAM, R. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- RABBINGE, R. Megatrends in landbouwonwikkeling en ruimtelijk beleid: premissen, taboes, mythes, paradoxen en dilemma's. *Spil*, n. 173-174, p. 18-21, 2001.

RAGIN, C. C. *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press, 1989.

RANGER, T. *Peasant consciousness and guerrilla warfare in Zimbabwe: a comparative study*. London: Currey, 1985.

RAUP, Ph. M. Some Questions of Value and Scale in American Agriculture. *American Journal of Agricultural Economics*, May 1978, p. 303-308.

REINHARDT, N.; BARLETT, P. The persistence of family farms in United States agriculture. *Rural Sociology*, 55 (3), p. 203-225, 1990.

REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAY, A. *Farming for the Future: an introduction to low external input and sustainable agriculture*. Leusden/London: ILEA/MacMillan, 1992.

REIJS, J. Improving slurry by diet adjustments: a novelty to reduce N losses from grassland based dairy farms. PhD. Thesis. Wageningen: Wageningen University, 2007.

REIJS, J.; VERHOEVEN, F. P. M.; BRUCHEM, J. van; PLOEG, J. D. van der; LANTINGA, E. A. The Nutrient Management Project of the VEL and VANLA Environmental Cooperatives. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der (Ed.). *Seeds of Transition: Essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Royal van Gorcum, 2004.

REIJS, J.; MEIJER, W. H.; BAKKER, E. J.; LANTINGA, E. A. Explorative research into quality of slurry manure from dairy farms with different feeding strategies. *NJAS – Wageningen Journal of Life Sciences*, 51, p. 67-89, 2003.

REIJS, J.; SONNEVELD, M. P. W.; POL, A. van der; VISSER, M. de; LANTINGA, E. A. *Nitrogen utilisation of cattle slurry in field and pot experiments originating from different diets*. Wageningen: Wageningen University, 2005.

REIJS, J.; VERHOEVEN, F. P. M. Handreiking is nuttig managementinstrument. *Nieuwe Oogst*, v. 1, n. 8, p. 16-17, 2006.

REMMERS, G. *Con cojones y maestría: un estudio sociológico-agronómico acerca del desarrollo rural endógeno y procesos de localización en la Sierra de la Contraviesa (España)*. Wageningen Studies on Heterogeneity and Relocalization, 2, CERES. Wageningen: LUW, 1998.

RENTING, H.; PLOEG, J. D. van der. Reconnecting Nature, Farming and Society: Environmental Cooperatives in the Netherlands as Institutional Arrangements for Creating Coherence. *Journal of Environmental Policy and Planning*, 3 (2), p. 85-102, 2001.

REPUBBLICA. Imprese e Mercati: Parmalat, la grande fuga delle banche: ecco gli istituti che hanno venduto 200 milioni di bond prima del crac. *La Repubblica*, mercoledì 25 di aprile, 2007, p. 38.

REVESZ, B. *Agro y Campesinado*. Piura: CIPCA, 1989.

REVESZ, B.; ALDANA RIVERA, S.; HURTADO GALVAN, L.; REQUNA, J. *Piura: Region y Sociedad, derrotero bibliografico para el desarrollo*; *Archivos de Historia Andina* 22, CIPCA. Piura/Cusco: CBC, 1997.

RICHARDS, P. *Indigenous agricultural revolution: ecology and food production in West Africa*. London: Unwin Hyman, 1985.

RIP, A. *Interlocking Socio-Technical Worlds*. Paper presented at the STeHPS Colloquium, 14 June 2006, University of Twente, Enschede (also presented and discussed at the European University Institute, Florence and Wageningen University, Wageningen).

- RIP, A.; KEMP, R. Technological Change. In: RAYNER, S.; MALONE, E. L. *Human Choice and Climate Change*, v. 2, Battelle Press, Columbus, Ohio, p. 327-399, 1998.
- RIP, A.; SCHOT, J. W. Identifying Loci for Influencing the Dynamics of Technological Development. In: WILLIAMSON, J.; SØRENSEN, P. *Social Shaping of Technology*. London: Edward Elgar, 2001.
- RITZER, G. *The McDonaldization of Society. An Investigation Into the Changing Character of Contemporary Social Life*. London: Pine Forge Press, 1993.
- RITZER, G. *The Globalization of Nothing*. London: Sage, 2004.
- RLG (Raad voor het Landelijk Gebied). *Agribusiness: steeds meer business, steeds minder agri* (advies 01/5). Amersfoort: RLG, 2001.
- ROBERTSON, S. J. W. *A free farmer in a free state, a study of rural life and industry and agricultural politics in an agricultural country*. London: Heinemann, 1912.
- ROEP, D. *Vernieuwend werken; sporen van vermogen en onvermogen (een socio-materiele studie over vernieuwing in de landbouw uitgewerkt voor de westelijke veenweidegebieden)*. Studies van Landbouw en Platteland 28, Circle for Rural European Studies. Wageningen: Wageningen University, 2000.
- _____. Value of Quality and Region: the Waddengroup Foundation. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. *Living Countrysides, Rural Development Processes in Europe: the state of art*. Doetinchem: Elsevier, 2002.
- ROEP, D.; PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, H. Managing technical-institutional design processes: some strategic lessons from environmental co-operatives in the Netherlands. *NJAS*, v. 51, n. 1-2, p. 195-216, 2003.
- ROEP, D.; WISKERKE, H. Reflecting on Novelty production and Niche management in Agriculture. In: WISKERKE, H.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of Transition*. Assen: Royal van Gorcum, 2004.
- ROEST, K. de. *The production of Parmigiano-Reggiano cheese: the force of an artisanal system in an industrialised world*. Assen: Royal van Gorcum, 2000.
- ROEX, J.; PLOEG, J. D. van der. *Op zoek naar het verbredingsaanbod; een statistische analyse*. Den Haag: RPD, 1993.
- ROGERS, E. M.; SHOEMAKER, F. *Communiation of Innovations: a cross-cultural approach*. London/New York: The Free Press/Collier-MacMillan Ltd., 1971.
- ROOIJ, S. de. *Werk van de Tweede Soort: boerinnen in de melkveehouderij*. Assen: Van Gorcum, 1992.
- _____. Environmental coöperatives: a farming strategy with potential. *Compas magazine*, n. 8, ETC Leusden, p. 5-10, 2005.
- ROOIJ, S. de; BROUWER, E.; BROEKHUIZEN, R. van. *Agrarische vrouwen en bedrijfsontwikkeling*. Wageningen: LUW/WLTO, 1995.
- ROOS, N. Weg met requirements, interview met Durk van der Ploeg. *Bits & Chips*, 2 November 2006, p. 24-26.
- ROSS, M. The political economy of the resource curse. *World Politics*, v. 51, n. 2, p. 297-232, 1999.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. *A Diversidade da Agricultura Familiar*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

SACCOMANDI, V. Presentazione. In: PLOEG, J. D. van der. *Lo sviluppo tecnologico in agricoltura: il caso della zootecnia, INEA: studi e ricerche*. Bologna: Il Mulino, 1990.

_____. *Istituzioni di Economia del Mercato dei Prodotti Agricoli*. Roma: REDA, 1991.

_____. *Agricultural Market Economics: a Neo-Institutional Analysis of Exchange, Circulation and Distribution of Agricultural Products*. Assen: Royal van Gorcum, 1998.

SACHS, J.; WARNER, A. M. Natural resources and economic development: the curse of natural resources. *European Economics Review*, v. 45, p. 827-838, 2001.

SALAMON, S. Ethnic communities and the structure of agriculture. *Rural Sociology*, v. 50, n. 3, p. 323-340, 1985.

SALAZAR, C. *A sentimental economy, commodity and community in rural Ireland*. Providence: Berghahn Books, 1996.

SALTER, W. E. G. *Productivity and Technical Change*. New York: Cambridge University Press, 1966.

SANDT, J. van de. *Behind the Mask of Recognition: defending autonomy and comunal resource management in indigenous resguardos*. Amsterdam/Colombia: Universiteit van Amsterdam, 2007.

SARACENO, E. *Jobs, Equal Opportunities and Entrepreneurship in Rural Areas*. Paper presented at the European Conference on Rural Development: Rural Europe-Future Perspectives. Ireland: Cork, 1996.

SARE. The New American Farmer: Profiles of Agricultural Innovation. USDA Sustainable Agriculture Research and Education (SARE) program. Disponível em <<http://www.sare.org/newfarmer/toc.htm>>. 2001.

SCETRI, R. (Ed.). *Novità in Campagna: innovatori agricoli nel sud Italia*. Rome: ACLI Terra/ IREF, 2001.

SCHAMINEE, J.; STORTELDER, A.; WEEDA, E. *Streek eigen natuur op de grens van zand, klei en veen*. Wageningen: Alterra, 2004.

SCHEJTMAN, A. Economía campesina: lógica interna, articulación y persistencia. *Revista de la CEPAL*, n. 11, p. 121-140, 1980.

SCHLOSSER, E. *Fast Food Nation, the dark side of the All-American meal*. Boston/New York: Houghton Mifflin Company, 2001.

SCHNABEL, P. *Waarom blijven boeren? Over voortgang en beëindiging van het boerenbedrijf*. Den Haag: Sociaal Cultureel Planbureau, 2001.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

_____. *A Diversidade da Agricultura Familiar*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

SCHMITTER, P. *What is there to legitimize in the European Union, and how might this be accomplished?* Paper presented at the workshop 'Linking Political Science and the Law – the provision of Common Goods' held at the Max Planck Projectgruppe Recht der Gemeinschaftsgüter, Bonn, January 2001. Disponível em <<http://www.iue.it/SPS/People/Faculty/CurrentProfessors/PDFFiles/SchmitterPDFfiles>>.

SCHMITZBERGER, I.; WRBKA, Th.; STEURER, B.; ASCHENBRENNER, G.; PETERSEIL, J.; ZECHMEISTER, H. G. How farming styles influence biodiversity maintenance in Austrian agricultural landscapes. *Agriculture Ecosystems & Environment*, v. 108, p. 274-290, 2005.

SCHOORLEMMER, H. B.; MUNNEKE, F. J.; BROKER, M. J. E. *Verbreiding onder de loep: potenties van multifunctionele landbouw*. Lelystad: PPO, WUR, 2006.

SCHUITE, H. *Pioneers in agriculture: a study on direct sales and on farm transformation in the province Gelderland*. Rural Sociology Group. Wageningen: Wageningen University, 2000.

SCHULTZ, T. W. *Transforming traditional agriculture*. New Haven: Yale University Press, 1964.

SCHÜREN, U. Reconceptualizing the post-peasantry: household strategies in Mexican Ejidos. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, v. 75, p. 47-63, 2003.

SCORZA, M. *Garabombo el invisible*. Amsterdam: Uitgeverij Contact, 1974.

SCOTT, J. C. *The Moral Economy of the Peasant*. New Haven: Yale University Press, 1976.

_____. *Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance*, New Haven/London: Yale University Press, 1985.

_____. *Seeing like a State: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven/London: Yale University Press, 1998.

SCOTTISH Office. Land Reform Policy Group. *Identifying the Problems and Identifying the Solutions*. Edinburgh: Scottish Office, 1998.

SENDER, J.; JOHNSTON, D. Searching for a Weapon of Mass Production in Rural Africa: Unconvincing Arguments for Land Reform. *Journal of Agrarian Change*, v. 4, n. 1-2, p. 142-164, 2004.

SEVILLA GUZMAN, E. *Desde del Pensamiento Social Agrario: perspectivas agro-ecologicas del instituto de sociologia y estudios campesinos*. Cordoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Cordoba, 2006.

_____. *De la Sociologia Rural a la Agroecologia, perspectivas agroecologicas*. Barcelona: Icaria Editorial, 2007.

SEVILLA GUZMAN, E.; GONZALEZ DE MOLINA, M. Ecosociologia: elementos teóricos para el analisis de la coevolucion social y ecologica en la agricultura. *Revista Espanola de Investigaciones Sociologicas*, n. 52, p. 7-45, 1990.

SEVILLA GUZMAN, E.; MARTÍNEZ-ALIER, J. New Rural Social Movements and Agroecology. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. *Handbook on Rural Studies*, London: Sage Publications,

SHANIN, T. *Peasants and Peasant Societies*. Harmondsworth: Penguin Books, 1971.

_____. *The Awkward Class: political sociology of peasantry in a developing society: Russia 1910-1925*. Oxford: Clarendon Press, 1972.

SHANIN, T. *Defining Peasants*. London: Basil Blackwell, 1990.

SLEE, B.; GIBBON, D.; TAYLOR, J. *Habitus and style of farming in explaining the adoption of environmental sustainability-enhancing behaviour*. Cheltenham: Countryside and Community Research Unit, University of Gloucestershire, 2006.

SLICHER VAN BATH, B. *De agrarische geschiedenis van West-Europa, 500-1850*. Utrecht/Antwerpen: Het Spectrum, 1960.

_____. Over boerenvrijheid (inaugurele rede Groningen, 1948). In: BATH, B. H. Slicher van; OSS, A. C. van. *Geschiedenis van maatschappij en cultuur*. Baarn: Basisboeken Ambo, 1978.

SMEDING, F. W. *Steps towards food web management on farms*. Wageningen: Wageningen University, 2001.

SMIT, J. *Het drama Ahold*. Amsterdam: Uitgeverij Balans, 2004.

SONNEVELD, M. P. W. Impressions of interactions: land as a dynamic result of co-production between man and nature. PhD. Thesis. Wageningen: Wageningen University, 2004.

_____. (Ed.). *Effectiviteit van het 'Alternatieve Spoor' in de Noordelijke Friese Wouden*, Tussenrapportage 2006. Wageningen: WUR, 2006.

SONNEVELD, M. P. W.; BOUMA, H. Effects of combinations of land use history and nitrogen application on nitrate concentration in the groundwater. *NJAS*, v. 51, n. 1-2, p. 135-146, 2003.

SONNEVELD, M. P. W.; BOUMA, J. (Ed.). *Onderzoek op het bedrijf Spruit, tussenrapportage voor 2004*. WUR-Bodemkunde & Geologie: Intern Rapport 2004-043, Wageningen, 2004.

SOTO, H. de. *Het mysterie van het kapitaal: waarom het kapitalisme zo'n succes is in het Westen maar faalt in de rest van de wereld*. Utrecht: Het Spectrum, 2000.

SOUZA MARTINS, S. de. *Travessias: a vivencia da reforma agraria nos assentamentos* Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

SPEERSTRA, H. *It Wrede Paradys, Libbensferhalen fan Fryske folksferhuzers*. Leeuwarden/Ljouwert: Friese Pers Boekerij, 1999.

SRA. *Benchmark Melkveehouderij 2005*. Nieuwegein: SRA, 2006.

STASSART, P.; ENGELEN, G. van. (Ed.). *Van de grond tot in je mond. 101 pistes voor een kwaliteitsvoeding*. Vredeseilanden-Coopibo and Fondation Universitaire Luxembourgeoise, 1999.

STEENHUIJSEN PITERS, B. de. *Diversity of fields and farmers: explaining yield variations in northern Cameroon*. Wageningen: Agricultural University, 1995.

STIGLITZ, J. *Globalization and its discontents*. London: Penguin Books, 2002.

_____. *The roaring nineties: seeds of destruction*. London: Allan Lane/Penguin Group, 2003.

STRANGE, M. *Family farming, a new economic vision*. San Francisco: University of Nebraska Press/Lincoln and London & Institute for Food and Development Policy, 1985.

STRATEN, R. van. Requirements: niet voor software alleen. *Bits & Chips*, 2 november 2006, p. 52-53.

STUIVER, M. Highlighting the retro side of innovation and it's potential for regime change in agriculture. In: MURDOCH, J.; MARSDEN, T. *Between the local and the global, confronting complexity in the contemporary agri-food sector. Research in Rural Sociology and Development volume 12*. Amsterdam: Elsevier, 2006.

STUIVER, M.; PLOEG, J. D. van der; LEEUWIS, C. The VEL and VANLA co-operatives as field laboratories. *NJAS*, v. 51, n. 1-2, p. 27-40, 2003.

STUIVER, M.; WISKERKE, J. S. C. The VEL & VANLA environmental co-operatives as a niche for sustainable development. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty creation, niches and regimes in agriculture*. Assen: Royal van Gorcum, 2004.

STUIVER, M.; LEEUWIS, C.; PLOEG, J. D. van der. The power of experience: farmers' knowledge and sustainable innovations in agriculture. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty creation, niches and regimes in agriculture*. Assen: Royal van Gorcum, 2004.

SWAGEMAKERS, P. *Verschil maken: novelproductie en de contouren van een streekcoöperatie*. Wageningen: Circle for Rural European Studies/Leerstoelgroep Rurale Sociologie, 2002.

SWAGEMAKERS, P.; WISKERKE, H.; PLOEG, J. D. van der. Linking birds, fields and farmers. *Landscape and Urban Planning*, Special Issue, 2007.

TEPICHT, J. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*, Paris: [s/e], 1973.

THIEL, H. van. Requirementsmanagement staat of valt met communicatie. *Bits & Chips*, 2 november, p. 50-51, 2006.

THIESENHUISEN, W. C. *Broken Promises : Agrarian Reform and the Latin American Campesino*. Boulder: Westview Press, 1995.

TOLEDO, V. M. Intercambio ecológico e intercambio económico en el proceso productivo primario. In: LEFF, E. (Ed.). *Biosociología y Articulación de las Ciencias*, UNAM, 1981.

_____. The ecological rationality of peasant production. In: ALTIERI, M.; HECHT, S. (Ed.). *Agroecology and Small Farm Development*. Ann Arbor: CRC Press, 1990.

_____. La racionalidad ecologica de la produccion campesina. In: SEVILLA GUZMAN, E.; GONZALEZ DE MOLINA, M. *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

_____. *La apropiación campesina de la naturaleza: un análisis etnoecológico*. PhD. Thesis. Mexico: Facultad de Ciencias/UNAM, 1994.

_____. *Campesinidad, agroindustrialidad, sostenibilidad: los fundamentos ecológicos e históricos del desarrollo rural*. Cuadernos de Trabajo 3, Grupo Interamericano para el Desarrollo Sostenible de la Agricultura y los Recursos Naturales, México, 1995.

_____. *La paz en Chiapas, ecología, luchas indígenas y modernidad alternativa*. México: Ediciones Quinto Sol, 2000.

TÖNNIES, F. *Gemeinschaft und Gesellschaft. Grundbegriffe der reinen Soziologie*. Leipzig: Fues, 1887.

TORRES, G. *The Force of Irony: Studying the Everyday Life of Tomato Workers in Western Mexico*. Wageningen: Wageningen University, 1994.

TRACY, M. Agricultural Policy in the European Union, Agricultural Policy Studies. Disponible en <http://ourworld.compuserve.com/homepages/APS_BELGIUM/issues.htm>. 1997.

TUDGE, C. *So shall we reap: what's gone wrong with the world's food – and how to fix it*. New York: Penguin Books, 2004.

TWIST, M. van; VEENEMAN, W. (Ed.). *Marktwerking op weg: over concurrentiebevordering in infrastructuurgebonden sectoren*. Utrecht: Lemma, 1999.

UNRISD. *Outline for a programme on grassroots movements and initiatives for land reform in developing countries*. Geneva: UNRISD, 1998.

ULLRICH, O. *Weltniveau*. Berlin: Rotbuch Verlag, 1979.

UVIN, P. *The international Organization of Hunger*. London: Kegan Paul International, 1994.

VAEREN, P. van der. *Perdidos en la Selva; un estudio del proceso de re-arraigo y de desarrollo de la Comunidad – Cooperativa Unión Maya Itza, formada por campesinos guatemaltecos, antiguos refugiados, reasentados en el Departamento de El Petén, Guatemala*. PhD. Thesis. Wageningen: Wageningen University, 2000.

VALADAS DE LIMA, A. Contribuição para o estudo da mercantilização do sector agrícola. *Análise Social*, v. XIX (77-78-79), 1983-3, p. 439-475, 1983.

VALENTINI, D. La spesa? Si fa dal contadino. *La Repubblica*, Venerdì 20 Gennaio 2006, IX.

VEENHUIZEN, R. van. *Cities Farming for the Future; urban agriculture for green and productive cities*. Leusden: RUAF Foundation, IDRC and IIRR, 2006.

VENEMA, G.; PAGER, J.; DOORNEWEERT, B.; KLOOSTER, A. van der. *Verbreiding onder de loep. Monitoring economische positie van agrarische bedrijven met verbreding in recreatie, huisveerkoop en zorg*. Den Haag: LEI, 2006.

VENTURA, F. Styles of Beef Cattle Breeding and Resource Use Efficiency in Umbria. In: PLOEG, J. D. van der; DIJK, G. van (Ed.). *Beyond Modernization, the impact of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1995.

_____. *Organizzarsi per Sopravvivere: un'analisi neo-istituzionale dello sviluppo endogeno nell'agricoltura Umbra*. PhD. Thesis. Wageningen: Wageningen University, 2001.

VENTURA, F.; MEULEN, H. van der. *La costruzione della qualità: produzione, commercializzazione e consumo della carne bovina in Umbria*. Assisi: CESAR, 1994.

VENTURA, F.; MILONE, P. *Innovatività Contadina e Sviluppo Rurale: un'analisi neo-istituzionale del cambiamento in agricoltura in tre regioni del Sud Italia*. Milano: Franco Angeli, 2005a.

_____. *Traiettorie di Sviluppo: il sostegno a modelli di sviluppo endogeno: dall'esperienza del distretto viti-vinicolo di Montefalco alla valorizzazione dell'area della Valnerina*. Assisi: CESAR, 2005b.

_____. *I Contadini del Terzo Millennio*. Milano: Franco Angeli, 2007.

VENTURA, F.; MILONE, P.; PLOEG, J. D. van der. *Qualità della vita fuori città*. Perugia: AMP Editore, 2007.

VERHOEVEN, F. P. M.; REIJS, J. W.; PLOEG, J. D. van der. Re-balancing soil-plant-animal interactions: towards reduction of nitrogen losses. *NJAS*, v. 51, n. 1-2, p. 147-164, 2003.

VOLKSKRANT. Het hoofdkantoor gaat er als eerste aan: een bedrijf in stukjes hakken scheelt kosten en creëert helderheid. *Volkskrant*, 16 augustus, p. 2, 2006.

VRIES, W. De. *Pluri-activiteit in de Nederlandse landbouw*. Studies van Landbouw en Platteland, 17. Wageningen: LUW, 1995.

WARD, N. The agricultural treadmill and the rural environment in the post-productivist era. *Sociologia Rurale*, v. 33, n. 3-4, p. 348-364, 1993.

- WARMAN, A. *Y venimos a contradecir, los campesinos de Morelos y el Estado Nacional*. México: [s/e], 1976.
- WARTENA, D. *Styles of making a living and ecological change on the Fon and Adja plateaux in South Benin, ca. 1600-1900*. PhD. Thesis. Wageningen: Wageningen University, 2006.
- WB (Wageningen Blad). Bovengronds mest uitrijden wel of juist niet beter voor milieu? Sociologen en dieronderzoekers betwisten elkaars conclusies. *WB* 20, 19 juni 2003, p. 11.
- WEEDA, E.; SWAGEMAKERS, P.; BIJLSMA, R. J.; SPRUIT, H. *Boerendiversiteit voor biodiversiteit: een inventarisatie van de spontane plantengroei op vijf natuurvriendelijke bedrijven* (rapport 973). Wageningen: Alterra, 2004.
- WEIS, T. *The global food economy: the battle for the future of farming*. London: Zed Books, 2007.
- WERTHEIM, W. F. *Evolutie en revolutie: de golfslag der emancipatie*. Amsterdam: Van Gennep, 1971.
- WHATMORE, S.; STASSART, P. *Metabolizing risk: the assemblage of alternative meat networks in Belgium*. Workshop on International Perspectives on Alternative Agro-Food Networks: Quality, Embeddedness, Bio-Politics. Santa Cruz: University of California, 2001.
- WIELENGA, E. *Netwerken als levend weefsel; een studie naar kennis, leiderschap en de rol van de overheid in de Nederlandse landbouw sinds 1945*. PhD. Thesis. Wageningen: Wageningen University, 2001.
- WIJFFELS, H. Durf het anders te doen. In: PROOST, J.; VERHOEVEN, F. *Zo werkt het in de praktijk*. Wageningen: WUR, 2004.
- WILLIS, S.; CAMPBELL, H. The Chestnut Economy: the praxis of neo-peasantry in rural France. *Sociologia Ruralis*, v. 44, n. 3, p. 317-332, 2004.
- WILSON, S.; MANNION, J.; KINSELLA, J. The contribution of part-time farming to living countryside in Ireland. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. *Living Countrysides, Rural Development Processes in Europe: the state of art*. Doetinchem: Elsevier, 2002.
- WISKERKE, H. *Zeeuwse akkerbouw tussen verandering en continuïteit: en sociologische studie naar diversiteit in landbouwbeoefening, technologieontwikkeling en platteland vernieuwing*. Studies van Landbouw en Platteland, 25. Wageningen: LUW, 1997.
- _____. Rural development and multifunctional agriculture. Topics for a new socio-economic research agenda. *Tijdschrift voor Sociaalwetenschappelijk onderzoek van de landbouw*, v. 16, n. 2, p. 144-19, 2001.
- WISKERKE, J. S. C. On promising niches and constraining sociotechnical regimes: the case of Dutch wheat and bread. *Environment and Planning A*, v. 35, 2002.
- WISKERKE, J. S. C.; BOCK, B. B.; STUIVER, M.; RENTING, H. Environmental co-operatives as a new mode of rural governance. *NJAS*, v. 51, n. 1-2, p. 9-26, 2003a.
- WISKERKE, J. S. C.; VERHOEVEN, F. P. M.; BRUSSAARD, L.; WIENK, J.; STRUIK, P. (Ed.). Rethinking environmental management in Dutch dairy farming: a multidisciplinary farmer-driven approach. Special issue of *NJAS – Wageningen Journal of Life Sciences*, 51, 2003b.
- WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of Transition: Essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Royal van Gorcum, 2004.

WIT, C. T. de. Resource use efficiency in agriculture. *Agricultural Systems*, v. 40, p. 125-151, 1992.

WOLF, E. Types of Latin American Peasantry: a preliminary discussion. *American Anthropologist*, v. 57, n. 3, 1955.

_____. *Peasants*. New Jersey: Englewood Cliffs/Prentice-Hall, 1966.

_____. *Peasant Wars of the Twentieth Century*. New York: Harper and Row, 1969.

WOLLESWINKEL, A. P.; ROEP, D.; CALKER, K. J. van; ROOIJ, S. J. G. de; VERHOEVEN, F. P. M. *Atlas van innoverende melkveehouders, Veelbelovende vertrekpunten bij het verduurzamen van de melkveehouderij*. Wageningen: WUR, 2004.

WRIGLEY, N.; LOWE, M. S. (Ed.). *Retailing, Consumption and Capital. Towards a New Retail Geography*. Harlow: Longman, 1996.

WRR (Wetenschappelijke Raad voor het Regeringsbeleid). *Naar nieuwe wegen in het milieu-beleid*. Den Haag: SDU Uitgevers, 2003.

YOTOPOULOS, P. A. Rationality, Efficiency and Organizational Behaviour Through the Production Function: Darkly. *Food Research Institute Studies*, v. XIII, n. 3, p. 263-273, 1974.

ZAMOSC, L. Peasant Struggles and Agrarian Reform. Disponível em <http://webpub.allen-gheny.edu/group/LAS/LatinAmIssues/Articles/Vol8/LA1_vol_8.htm>. 1994.

ZANDEN, J. L. van. *De economische ontwikkeling van de Nederlandse landbouw in de negentiende eeuw, 1800-1914*. Wageningen: AAG Bijdragen/Landbouwuniversiteit, 1985.

ZHANG, X.; XING, L.; FAN, S.; LUO, X. *Resource Curse and Regional Development in China*. Washington: IFPRI, 2007.

ZIEGLER, J. *L'impero della vergogna*. Milano: Marco Tropea Editore, 2006.

ZIJDERVELD, A. C. *The waning of the welfare state*. New Jersey: Transaction/Piscataway, 1999.

ZUIDERWIJK, A. *Farming gently, farming fast: migration, incorporation and agricultural change in the Mandara mountains of Northern Cameroon*. Leiden: CLM, 1998.

A **Série Estudos Rurais** constitui-se de uma coleção de publicações que tem como objetivo divulgar estudos, pesquisas e obras científicas na forma de livro que focalizem temas adscritos à problemática da ruralidade e do desenvolvimento no campo das Ciências Sociais. Pretende contribuir para a compreensão dos processos rurais a partir de uma ampla variedade de enfoques analíticos, recuperando interpretações do passado e oferecendo análises sobre os temas e perspectivas emergentes que caracterizem o estado da arte das discussões sobre o desenvolvimento rural nas Ciências Sociais. A **Série Estudos Rurais** resulta de uma parceria da Editora da UFRGS com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As normas para publicação na **Série Estudos Rurais** estão disponíveis em www.ufrgs.br/pgdr (em "livros").

Comissão Editorial: Dr. Sergio Schneider (coordenador, UFRGS), Dra. Leonilde Sérvolo de Medeiros (CPDA/UFRJ), Dr. Jalcione Pereira de Almeida (UFRGS), Dr. Daniel Joseph Hogan (UNICAMP), Dr. Ricardo Abramovay (USP) e Dr. José Graziano da Silva (UNICAMP/FAO-AL); editoria: Vanete Ricacheski.

TÍTULOS PUBLICADOS

A questão agrária na década de 90 (4.ed.)
João Pedro Stédile (org.)

Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul
Zander Navarro (org.)

Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável (2.ed.)
Jalcione Almeida e Zander Navarro (orgs.)

A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas
Leonilde Sérvolo Medeiros e Sérgio Leite (orgs.)

Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul (2.ed.)
Sergio Schneider

Tecnologia e agricultura familiar (2.ed.)
José Graziano da Silva

A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil
Jalcione Almeida

A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura
José Eli da Veiga

Agroecologia (2.ed.)
Stephen Gliessman

Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil (2.ed.)
Ignácio Rangel
(org. por José Graziano da Silva)

Políticas públicas e agricultura no Brasil
Sérgio Leite (org.)

A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil (3.ed.)
Isabel Cristina de Moura Carvalho

O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina
Carmen Diana Deere e Magdalena León

A pluriatividade na agricultura familiar
Sergio Schneider

Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos
José de Souza Martins (org.)

Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil
Gervásio Castro de Rezende

O futuro das regiões rurais
Ricardo Abramovay

Políticas públicas e participação social no Brasil rural
Sergio Schneider, Marcelo K. Silva e Paulo E. Moruzzi Marques (orgs.)

Agricultura latino-americana: novos arranjos, velhas questões
Anita Brumer e Diego Piñero (orgs.)

O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária
José de Souza Martins

A diversidade da agricultura familiar
Sergio Schneider (org.)

Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais
Jean Philippe Tonneau e Eric Sabourin (orgs.)

Camponeses e impérios alimentares
Jan Douwe Van der Ploeg

Desenvolvimento rural (conceitos e aplicação ao caso brasileiro)
Angela A. Kageyama

Desenvolvimento social e mediadores políticos
Delma Pessanha Neves (org.)

Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar
John Wilkinson

Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável (5.ed.)
Miguel Altieri
(no prelo)

Fotolitos da capa:

VS Digital

Rua Dr. Olinto de Oliveira, 40 - Porto Alegre, RS

Fone (51) 3235-7777

vsdigital@vsdigital.com.br

www.vsdigital.com.br

Impressão e acabamento:

Gráfica da UFRGS

Rua Ramiro Barcelos, 2500 - Porto Alegre, RS

Fone/fax (51) 3308-5083

grafica@ufrgs.br

www.grafica.ufrgs.br